

ANAIS ELETRÔNICOS

ISBN: 978-85-7822-205-5

Universidade Federal de Sergipe – 18 a 20 de dezembro de 2012 – PET História/UFS

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

E56a

Encontro de Pesquisadores Iniciantes das Humanidades – IH! 2012 (2. : 2012, : São Cristóvão, SE)
Anais : II Encontro de Pesquisadores Iniciantes da Humanidades , SE, 18-20 de dezembro, 2012. – São Cristóvão : Programa de Educação Tutorial, Universidade Federal de Sergipe, 2012.
400 p.

1. Ciência e humanidades. I. Título.

CDU 3(04)

Apresentação

Temos o prazer de lhes apresentar o ***II Encontro de Pesquisadores Iniciantes das Humanidades da Universidade Federal de Sergipe***. Trata-se de uma proposta que possibilita a pesquisadores iniciantes no campo das Ciências Humanas a troca de experiências e informações através da apresentação dos trabalhos de pesquisa por eles desenvolvidos e o intercâmbio entre as diferentes áreas de pesquisa. Este evento é organizado pelo Programa de Educação Tutorial (PET) História da Universidade Federal de Sergipe, com o apoio do próprio Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História, da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX/UFS) e da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD/UFS). Seguindo o sucesso do ano interior, em 2012 nosso evento chega a sua segunda edição!

Nos últimos anos um número significativo de pesquisas, artigos, eventos, cursos de extensão e comunicações científicas tem sido conduzidos pelo PET através de seus bolsistas. Este encontro faz parte de uma iniciativa que visa o intercâmbio entre trabalhos de diversas áreas, permitindo exposições e debates entre as humanidades, num projeto pioneiro em nossa universidade. A ideia é que os estudantes exponham para seus colegas os resultados alcançados em suas pesquisas, estejam elas finalizadas ou não.

Com a criação da Pós-Graduação em História, cujo mestrado foi aprovado em 16 de Dezembro de 2011, haverá a necessidade de envolver os estudantes do mestrado em atividades que lhes possibilitem mostrar à comunidade acadêmica novas propostas de estudo dentro do campo da História. Da mesma forma, compreendemos que mestrandos de outras áreas das Humanidades obteriam também, desta experiência, uma complementação importante à sua formação.

Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard
Tutor do Programa de Educação Tutorial (PET) / História – UFS
Professor Adjunto do Departamento de História – UFS

Comitê Técnico-Científico

- Prof. Dr. Itamar de Oliveira Freitas (UFS)
- Prof. Dr. Karl Schurster Verissimo de Sousa Leão (UFRJ)
- Prof. Dr. Pericles Moraes de Andrade Junior (UFS)
- Profª. Drª. Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso (UFS)
- Profª. Drª. Eva Maria Siqueira Alves (UFS)
- Profª. Drª. Janaina Cardoso de Mello (UFS)
- Profª. Drª. Kalina Vanderlei Paiva da Silva (UFPE)
- Profª. Drª. Márcia Ramos de Oliveira (UESC)
- Profª. Drª. Maria Ligia Coelho Prado (USP)
- Profª. Drª. Marizete Lucini (UFS)
- Profª. Drª. Raquel Meister Ko. Freitag (UFS)

Comissão organizadora

- Andrey Augusto Ribeiro dos Santos
- Carolline Acioli Oliveira Andrade
- Crislane Dias Santana
- Edvaldo Alves de Souza Neto
- Jéssica da Silva Souza
- Luiz Paulo Santos Bezerra
- Marlíbia Raquel de Oliveira
- Pedro Carvalho Oliveira
- Talita Emily Fontes da Silva

Coordenador geral: Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard

Monitores convidados:

- Anailza Guimarães Costa
- Carla Darlem Silva dos Reis
- Eduardo Augusto Santos Silva

- Luyse Moraes Moura
- Rafael Costa Prata
- Saulo Vinícius Souza Barbosa

Coordenadores de mesa convidados:

- Alisson Gonçalves Barbosa
- Analice Alves Marinho
- Danielle de Oliveira Cavalcante
- Débora Souza Cruz
- Diana Chiara Oliveira Costa
- Jackeline Maria de Souza
- Josevânia Souza de Jesus Fonseca
- Karla Karine de Jesus Silva
- Patrícia Francisca de Matos Santos

PROGRAMAÇÃO

TERÇA-FEIRA – 18/12	QUARTA-FEIRA – 19/12	QUINTA-FEIRA – 20/12
16h: Exposição do PET História, com suas principais atividades realizadas desde 2009 **Local:** Hall da Didática VI **16h:** Credenciamento **Local:** Hall da Didática VI **19h:** Palestra de abertura – "A Interdisciplinaridade nas Humanidades", com o Prof. Dr. Antonio Carlos dos Santos (DFL/UFS). **Local:** Auditório da Didática VI.	**14h-18h:** Grupos de Trabalho GT1: Auditório de Psicologia GT2: Auditório do CCSA GT3: Auditório de Letras GT4: Auditório de Educação **19h-22h:** Grupos de Trabalho GT5: Auditório de Psicologia GT6: Auditório do CCSA GT7: Auditório de Letras GT8: Auditório de Educação	**16h:** Bazar Local: Hall da DID V

PROGRAMAÇÃO COMPLETA

TERÇA-FEIRA – 18/12:

16h: CREDENCIAMENTO **Local:** Hall da Didática VI
16h: Exposição do PET História, com suas principais atividades realizadas desde 2009 **Local:** Hall da Didática VI
19h: Palestra de abertura – "A Interdisciplinaridade nas Humanidades", com o Prof. Dr. Antonio Carlos dos Santos (DFL/UFS) **Local:** Auditório da Didática VI

QUARTA-FEIRA – 19/12:

GT1:

- **DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE: ESTRUTURA ECONÔMICA SERGIPANA (1895-1899) -** Edla Tuane Monteiro Andrade
- **COLEÇÃO CARRAPICHO: HISTÓRIA, MEMÓRIA E MUSEALIZAÇÃO -** Valdineide Maria da Silva
- **NOTAS SOBRE O PROJETO A COLONIZAÇÃO DO CIBERESPAÇO E A EXTREMA-DIREITA CHILENA (2007-2012) -** Luyse Moraes Moura
- **O CASO DE NELSON DE RUBINA EM MEIO AOS TORPEDEAMENTOS EM SERGIPE (1942)** - Raquel Anne Lima de Assis
- **BATALHÕES DE INTOLERÂNCIA: HINOS, BANDEIRAS E UNIFORMES PARA NEOFASCISMOS NA AMÉRICA DO SUL (1990-2012)** - Pedro Carvalho Oliveira
- **ASPECTOS CABALÍSTICOS NA OBRA DE ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA** - Josevânia Souza de Jesus Fonseca
- **IDENTIDADE E PERCEPÇÕES SOCIAIS DOS ESTUDANTES SERGIPANOS** - Joice de Lima Silva e Gleide Mamede dos Santos
- **A CONDIÇÃO DE TRABALHADOR MIGRANTE INDOCUMENTADO: UMA ABORDAGEM CENTRADA NOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA** - Lorena de Lima Marques

GT 2:

- **VÉRITAS MOUSEION 3D: LINGUAGEM E MUSEOLOGIA DIGITAL NO MUSEU GALDINO BICHO** - Irla Suelen da Costa Rocha
- **SOB SUSPEITAS: A PERSEGUIÇÃO AOS ESTRANGEIROS DURANTE A II GUERRA MUNDIAL (1942-1945)** - Anailza Guimarães Costa
- **PERSPECTIVAS DA COMUNIDADE MARGINALIZADA – BAIRRO SANTA MARIA** - Maria Aline Matos de Oliveira e Taís Danielle Alcântara de Araújo Silva

- **A MULHER NO PROCESSO ELEITORAL ATRAVÉS DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE (1932-1937) –** Juliana de Almeida Aguiar Silva
- **O PATRÃO, O CONTADOR E O EMPREGADO: DELMIRO GOUVEIA NAS BIOGRAFIAS PRODUZIDAS POR ADOLPHO SANTOS E LAURO GÓIS (1945-1965)** - Karla Karine de Jesus Silva
- **REPENSANDO AS FRONTEIRAS ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DE "O COMEDOR DE JIA"** - Carolline Acioli Oliveira Andrade
- **O CURRÍCULO DE HISTÓRIA DAS SÉRIES INICIAIS E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES** - Mônica dos Reis Santos
- **A ESSÊNCIA DE UM CONFLITO: QUANDO O MODELO ELEITORAL DO LESOTO DEFLAGROU A CRISE DE 1998** - Cléverton Bezerra da Silva

GT 3:

- **PERSPECTIVAS DE INOVAÇÃO PARA UM DICIONÁRIO ELETRÔNICO DE TERMOS MUSEOLÓGICOS: VÉRITAS MOUSEION EM 3D** - Joelma Dias Matias e Heyse Souza de Oliveira
- **A IDADE MÉDIA RETRATADA NO MUNDO DOS SERIADOS: RELAÇÃO ENTRE AS REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS E REMINISCÊNCIAS MEDIEVAIS** - Lívia Maria Albuquerque Couto
- **AS "HORIZONTAIS", OS CLIENTES E OS PINGA-PUS: PROSTITUIÇÃO, RELAÇÕES SOCIAIS E PODER DURANTE O ESTADO NOVO EM ARACAJU** - Débora Souza Cruz
- **BREVES APONTAMENTOS ACERCA DA RECEPTIVIDADE DO TRATADO MILITAR TARDO-ANTIGO "EPITOMA REI MILITARIS" (IV D.C.) PELAS LIDERANÇAS MILITARES MEDIEVAIS** - Rafael Costa Prata
- **PATRIOTISMO E RELATOS COTIDIANOS NAS CARTAS DOS PRACINHAS SERGIPANOS** - Marlíbia Raquel de Oliveira
- **OUVINDO AS CRIANÇAS E DESCOBRINDO SEUS INTERESSES, PREFERÊNCIAS E MOTIVOS PARA GOSTAR DE BRINCAR NA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL** - Paula Rejane Santos Resende e Tamires Guilherme Gomes
- **NÓS, OS OSSOS QUE AQUI ESTAMOS, PELOS VOSSOS ESPERAMOS: ANÁLISE DE QUATRO ESQUELETOS HUMANOS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE PROPRIÁ – SE** - Madson de Souza Fontes
- **A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA MODERNISTA: O EFEITO DA SEMANA DE 1922 EM VARGAS** - Cristiano Armando Diniz Guerra Silvestre

GT 4:

- **MULHERES DE PRETO: PERSPECTIVA DE MUSEALIZAÇÃO DA PROCISSÃO DO MADEIRO** - Rafael Jesus da Silva Dantas
- **"SEU AMIGO NORTE AMERICANO": UM OLHAR SOBRE A SOCIEDADE NORTE-AMERICANA ATRAVÉS DA TROCA DE CARTÕES-POSTAIS (1967- 1976)** - Talita Emily Fontes da Silva

- **A DISPUTA DE LIMITES ENTRE SERGIPE E BAHIA PELA REGIÃO DE PARIPIRANGA/BA (1904-1915)** - Antunes Santana Reis
- **PRAZER À VENDA: ASPECTOS DA MICHETAGEM NO CONTO "PARAÍBA" (1976) DE GASPARINO DAMATA** - Bruno Farias de Oliveira
- **ESTADO AUTORITÁRIO, CENSURA E IMPRENSA: GAZETA DE SERGIPE (1964-1969)** - Carla Darlem Silva dos Reis
- **JOSÉ ALOÍSIO DE CAMPOS: A UFS EM TRANSFORMAÇÃO (1976-1980)** - Patrícia Francisca de Matos Santos
- **UM FLÂNEUR TRANSATLÂNTICO: ESTUDO COMPARATIVO DE SITES E BLOGS SERGIPANOS E PORTUGUESES COM TEMÁTICA SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL** - Giceli Andrade Rocha Santos
- **GEOPOLÍTICA DA APROPRIAÇÃO DA ÁGUA NO ALTO CURSO DA BACIA DO RIO SERGIPE** - José Hugo Feitosa Silva

GT 5:

- **UM FLÂNEUR TRANSATLÂNTICO: PESQUISA DE CASOS PARTICULARES A PARTIR DA ANÁLISE DOS PROJETOS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PROPOSTOS PELOS MUSEUS SERGIPANOS E PORTUGUESES** - Raquel de Andrade Dantas Figueirôa
- **BULLYING: UM ESTUDO SOBRE O APOIO SOCIAL EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA ESCOLAR** - Renata Silva Teixeira e Jackeline Maria de Souza
- **A COLONIZAÇÃO DO CIBERESPAÇO PELA EXTREMA-DIREITA NA ARGENTINA (2007 – 2012)** - Diego Leonardo Santana Silva
- **FLÂNEUR TRANSATLÂNTICO: UMA RELAÇÃO SOBRE A MEMÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL DE CIDADES-MONUMENTOS ENTRE SERGIPE-BR E PORTUGAL**- Danielle de Oliveira Cavalcante
- **DIZER É FAZER: O COMANDO DIRETIVO NO LIVRO DIDÀTICO DE LP** – Simone dos Santos Fernandes e Jaqueline dos Santos Nascimento
- **UMA REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA DE UMA DAS DISCIPLINAS ESCOLARES DO ATHENEU SERGIPENSE** - Katiussia da Silva Costa Souza
- **ETIQUETAGEM SEMÂNTICO-DISCURSIVA DE VERBOS EM FUNÇÃO DOS PLANOS DISCURSIVOS** - Edna Caroline Alexandria da Cunha
- **A HISTORIOGRAFIA SOBRE A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL NA AMÉRICA PORTUGUESA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS** - Crislane Dias Santana
- **QUANDO "DIZER É FAZER": O ATO DIRETIVO COMO PALAVRA DE ORDEM** - Jaqueline dos Santos Nascimento e Simone dos Santos Fernandes

GT 6

- **VÉRITAS MOUSEION 3D – O PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO EXPOSITIVO DO MUSEU DO HOMEM SERGIPANO COM ROTAÇÃO EM 360º**- Romário Rodrigues Portugal
- **REFLEXÕES INICIAIS SOBRE A BIOGRAFIA "AUGUSTO MAYNARD GOMES: O**

ESTADISTA E O REVOLUCIONÁRIO" (1945) - Dércio Cardoso Reis

- **CAFUNDÓ: HISTÓRIA DA ÁFRICA NA ESCOLA EM UMA PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICA** - Diana Chiara Oliveira Rocha
- **A HISTÓRIA NOS "SOCIAL STUDIES" NORTE AMERICANOS: 1990-2012** - Maíra Ielena Cerqueira Nascimento
- **A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA EM SERGIPE: REFLEXÕES INICIAIS** - Rita de Cássia Barboza dos Santos
- **MEMÓRIA E HETEROGENEIDADE: MARCAS DO PATRIARCALISMO NOS DISCURSOS FEMININOS DE SERGIPE** - Jaqueline Lima Fontes
- **CAMINHANDO PARA A LIBERDADE POR UMA VIA LEGAL: CARTAS DE ALFORRIA EM LARANJEIRAS, SERGIPE (1843-1881)** - Luiz Paulo Santos Bezerra
- **OS CAMINHOS DA JUVENTUDE RURAL NO ENSINO SUPERIOR -** Anízia Eduarda Nergues Menezes

GT 7

- **VÉRITAS MOUSEION 3D – ACERVOS EXPOSITIVOS DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE XINGÓ ROTAÇÃO EM 360º** - Sendy Santos Matos
- **A IGREJA CATÓLICA E SUA PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA NOS ANOS 1950** - Eduardo Augusto Santos Silva
- **FELISBELO FREIRE E A REPRESENTAÇÃO DOS AFRICANOS E DE SEUS DESCENDENTES NO LIVRO HISTÓRIA DE SERGIPE (1891)**- Edvaldo Alves de Souza Neto
- **NAS BARRAS DA JUSTIÇA: PROCESSOS DE LIBERDADE MOVIDOS POR ESCRAVOS NO JUDICIÁRIO DA PROVÍNCIA DE SERGIPE DEL REY, 1871-1888** - Elaine Santos Andrade
- **NO FESTEJO DAS MEMÓRIAS: A FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO ENTRE PORTUGAL E POÇÕES-BAHIA (1988-2004)** - Estefanni Patricia Santos Silva
- **JUVENTUDE RURAL: ESTRATÉGIAS SÓCIO- FAMILIARES RUMO AO ENSINO SUPERIOR** - Bruna Silva de Souza
- **OS ESTUDOS COMPARATIVOS NA HISTÓRIA DA AMÉRICA: UMA DISCUSSÃO SOBRE OS SEUS USOS E APROPRIAÇÕES.** - Analice Alves Marinho

GT 8

- **O MUSEU COMO LUGAR DE MEMÓRIA: A CASA DE CULTURA JOÃO RIBEIRO** - Tayara Barreto de Souza Celestino
- **"O MUNDO DA SEGURANÇA E DO TEMOR": MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR ARGENTINA (1976 -1983) EM A HISTÓRIA OFICIAL (1985)** - Jéssica da Silva Souza e Thaíse dos Santos Silva
- **FUTEBOL, CINEMA E POLÍTICA: A DITADURA URUGUAIA E O MUNDIALITO EM 1980** - Adson do Espírito Santo
- **REPÚBLICA, CORONÉIS E INSUFICIÊNCIA POLICIAL NO INTERIOR BAIANO NA REPÚBLICA VELHA** - Alisson Gonçalves Barbosa

- **FEITICEIRO OU JUDEU? UMA ANÁLISE DO CASO DE JOÃO BAPTISTA LAROCA** - Nilton Bruno Feitosa Santana
- **O MEDIEVO NA OBRA DE J.R.R. TOLKIEN: APONTAMENTOS INICIAIS PARA UMA PESQUISA MONOGRÁFICA** - Andrey Augusto Ribeiro dos Santos
- **EDUCAÇÃO E CULTURA: ASPECTOS DESENVOLVIDOS POR MADRE ALBERTINA BRASIL EM SERGIPE** - Ana Paula Soares Lima

Quinta-feira – 20/12

PROGRAMAÇÃO CULTURAL

16h: Bazar IH! 2012
Local: Hall da DID V


Resumos
II ENCONTRO DE PESQUISADORES
INICIANTES DAS HUMANIDADES

GT 1:

DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE: ESTRUTURA ECONÔMICA SERGIPANA (1895-1899)

Autora: Edla Tuane Monteiro Andrade
Graduanda em História/UFS
Integrante do Grupo de Pesquisa GPCIR/CNPq
Educadora no Museu da Gente Sergipana
edla_pock@hotmail.com

Orientador: Prof. Msc. Claudefranklin Monteiro Santos (DHI/UFS)
franklinmonteiro@oi.com.br

RESUMO:

O Século XIX foi marcado por profundas transformações nas estruturas econômicas do Brasil. Sergipe também passou por algumas mudanças que mexeram com o rumo de sua economia, verificado num período de transição da Monarquia para República. O presente trabalho visa analisar o perfil da estrutura econômica sergipana, através da interpretação do material veiculado ao Diário Oficial de Sergipe (1895-1899). Em suma, a economia sergipana tornou-se reflexo do que acontecia no Nordeste, que passava por uma retração econômica que ocorreu em função da decadência do algodão, do açúcar e do tabaco. No setor agrícola sergipano, estas crises provocaram a queda dos produtos e a diminuição nas vendas. Mas, apesar da crise a estrutura destacou-se nacionalmente com a produção e o comércio do sal, este oriundo principalmente das Salinas do Rio do Sal, riqueza econômica está de grande valor significativo no período.

Palavras-chaves: Economia Sergipana, Diário Oficial de Sergipe, Crise econômica.

COLEÇÃO CARRAPICHO: HISTÓRIA, MEMÓRIA E MUSEALIZAÇÃO

Autora: Valdineide Maria da Silva
Graduanda em Museologia
valneidedasilva@yahoo.com.br

Orientadora: Profª. Drª. Janaina Cardoso de Mello (NMS-UFS)
janainamello@uol.com.br

RESUMO:

O estudo trata da interação entre patrimônio material e imaterial da Sala de Cultura Popular do Museu do Homem Sergipano (MUHSE), que é um órgão suplementar vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Federal de Sergipe (UFS). A sala começou a funcionar em 1983, quando ainda era Museu de Antropologia, e atualmente expõe objetos representativos da cultura Sergipana. A coleção de cerâmicas Carrapicho-SE exposta no museu marca época por seu modo de finalização, ou seja, a cultura imaterial dos antigos artesãos presente na forma como produziam e finalizavam os objetos na década de 1970 e atualmente. A pesquisa aborda as representações sociais, as redes de solidariedades na produção do artesanato e a expografia desse acervo no MUHSE, baseando-se em entrevistas e leituras de Pomiam, Le Goff, Pelegrini, Gonçalves, Santos, Nascimento, Ecléa Bosi, dentre outros.

Palavras-Chaves: Cerâmica, artesãos, memória.

NOTAS SOBRE O PROJETO A COLONIZAÇÃO DO CIBERESPAÇO E A EXTREMA-DIREITA CHILENA (2007-2012)

Autora: Luyse Moraes Moura
Graduanda em História/UFS
Bolsista PIBIC/CNPq
Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente
luyse@getempo.org

Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard (DHI/UFS)

RESUMO:

Este trabalho investiga a presença de grupos de extrema-direita no Chile, analisando suas apropriações da rede mundial de computadores entre 2007 e 2012. Para isso, foram selecionados para análise o site do extinto grupo neofascista *Frente Orden Nacional* (http://www.chilens.org/), e o site do *Movimiento de Acción Nacional-Socialista de*

Chile (http://www.manschile.org/). Através da análise desses portais, pretende-se traçar um perfil das atividades de grupos neofascistas chilenos que, no período estudado, utilizaram a Internet para propagar mensagens racistas, xenófobas, antissemitas e homofóbicas; para atrair novos adeptos; para comercializar e/ou disponibilizar materiais de inspiração fascista.

Palavras-chave: História, extrema-direita, internet

O CASO DE NELSON DE RUBINA EM MEIO AOS TORPEDEAMENTOS EM SERGIPE (1942)

Autora: Raquel Anne Lima de Assis
Graduanda em História pela UFS
Integrante do Grupo de Estudo do Tempo Presente
Bolsista voluntária do projeto "Memórias da Segunda Guerra em Sergipe", apoiado pelo CNPq e pela FAPITEC – Edital PRONEM/2011
raquel@getempo.org

Orientador: Dilton Cândido S. Maynard (DHI-UFS)
dilton@getempo.org

RESUMO:

Em agosto de 1942, em plena Segunda Guerra Mundial, o submarino alemão, o U-507 atacou cinco navios mercantes entre Bahia e Sergipe e provocou a morte pouco mais de seiscentas pessoas. Consequentemente, corpos chegaram às praias sergipanas, alguns até destroçados e irreconhecíveis, mas nem todos sergipanos correram preocupados em ajudar. Em meio à tragédia, um certo Nelson de Rubina foi um dos que aproveitou a situação para se apropriar de alguns objetos pertencentes aos cadáveres. Rubina foi formalmente acusado de furtar três anéis de Virginia Auto de Andrade, uma das vítimas do naufrágio. O objetivo desta comunicação é analisar o processo-crime que envolve Nelson de Rubina na tentativa de identificar as repercussões do saque e as narrativas sobre a atuação dos sergipanos nos resgates aos náufragos vítimas do ataque nazista.

Palavras-chave: Nelson de Rubina, Torpedeamento, Sergipe

BATALHÕES DE INTOLERÂNCIA: HINOS, BANDEIRAS E UNIFORMES PARA NEOFASCISMOS NA AMÉRICA DO SUL (1990-2012)

Autor: Pedro Carvalho Oliveira
Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe
Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/CNPq/UFS)
Bolsista do Programa de Educação Tutorial (FNDE/MEC)
pedro@getempo.org

Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard (DHI/UFS)

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo analisar a iconografia presente entre as bandas da chamada *hate music*, subgênero musical responsável pela difusão da intolerância e de ideais neofascistas no tempo presente, com foco na América do Sul. Por meio de um olhar sobre as capas de discos, roupas, tatuagens e do próprio comportamento dos músicos ligados a este subgênero, além da ligação que possuem com as próprias músicas, perceberemos importantes documentos para o estudo das ressurgências fascistas na América do Sul atualmente e a adaptação dos seus discursos para a realidade da região. Assim, será possível conduzir uma reflexão sobre o crescimento destas ideias e, principalmente, dos diferentes mecanismos utilizados por seus difusores para fazer crescer seu número de adeptos.

Palavras-chave: Neofascismos, intolerância, *hate music*.

ASPECTOS CABALÍSTICOS NA OBRA DE ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA

Autora: Josevânia Souza de Jesus Fonseca
Mestranda em História
Universidade Federal de Sergipe
josevaniasouza@bol.com.br

Orientador: Prof. Dr. Marcos Silva (DHI/UFS)
silva.marcos@uol.com.br

RESUMO:

O presente trabalho corresponde a uma pesquisa inicial que tem como objetivo identificar os aspectos da Cabala na obra de Antônio José da Silva, "*O Judeu",* para tal utilizaremos como fonte o tomo primeiro da obra *Theatro Comico Portuguez ou Collecção das Operas portuguezas que se representarão na Casa do Theatro publico do Bairro Alto de Lisboa,* analisada à luz do paradigma indiciário e do referencial teórico da História Cultural. Essa obra foi reunida anonimamente e publicada pelo impressor Francisco Luiz Ameno, em 1744. Trata-se de quatro peças teatrais produzidas por Antônio José, que, como um porta-voz do seu tempo e da sua cultura, fez uso das peças teatrais para perpetuar aspectos do misticismo judaico ao passo que satirizava a sociedade lisboeta e a repressão católica aos cristãos-novos, sob o signo da Inquisição.

Palavras-chave: Antônio José, cabalismo, cultura criptojudaica.

IDENTIDADE E PERCEPÇÕES SOCIAIS DOS ESTUDANTES SERGIPANOS

Autora: Joice de Lima Silva
Graduanda em Psicologia / UFS
joiceaguia@bol.com.br
Co-autora: Gleide Mamede dos Santos
Graduanda em Psicologia
mamede_3107@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Marcus Eugênio Oliveira Lima (DPS/UFS)
meolima@uol.com.br

RESUMO:

As identidades são criadas e construídas no cotidiano por meio de experiências vivenciadas que são elaboradas e internalizadas através das influências dos processos de socialização e das escolhas individuais. Diante desta definição o presente relatório tem como objetivo estudar a identidade dos estudantes sergipanos a partir dos eventos históricos mais lembrados pelos mesmos a cerca da história do estado e cidade e dos sentimentos de ligação com esta região. Descreveremos ainda o grau de confiança dos universitários a cerca das instituições brasileiras. Participaram da pesquisa 108 estudantes universitários da Universidade Federal de Sergipe e Universidade Tiradentes. De acordo como os dados encontrados vimos que a identidade sergipana se encontra em

alta, principalmente no sentimento de pertença, na satisfação e no orgulho de ser sergipano. Uma das Teorias utilizadas foi à teoria psicossocial de Tajfel (1981), segundo a qual a identidade é um processo das relações intergrupais, que se baseia no sentimento de pertença, junto com o significado avaliativo e emocional. Os dados foram discutidos com base na teoria da identidade social e da memória histórica.

Palavras Chave: Identidade, Memória, Sergipana.

A CONDIÇÃO DE TRABALHADOR MIGRANTE INDOCUMENTADO: UMA ABORDAGEM CENTRADA NOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA.

Autora: Lorena de Lima Marques
Graduanda em Relações internacionais/UFS.
lore_marques@hotmail.com

Orientadora: Prof. Drª. Tereza Cristina Nascimento França (NRI/UFS)
heresnemo@gmail.com

RESUMO:

O objetivo deste artigo é analisar o tema da migração econômica internacional sob a ótica dos direitos humanos, destacando a situação dos migrantes indocumentados. Este é um tema de relevância na agenda internacional, porém pouco discutido, pois a maioria dos estudos referentes à mobilidade humana internacional limita-se a discussões sobre segurança nacional e soberania, deixando em segundo plano as questões de direitos humanos e as explorações sofridas pelos trabalhadores migrantes irregulares. A pesquisa se ambienta no contexto de pós-atentados terroristas de 11 de setembro nos EUA, evento que intensificou as medidas de segurança dos países desenvolvidos, mormente dos EUA e dos países da UE, assim como as leis que restringem a migração, reforçando as contradições da globalização; o racismo; a discriminação e a xenofobia.

Palavras-chave: Migração, migrantes indocumentados, direitos humanos.

GT 2:

VÉRITAS MOUSEION 3D: LINGUAGEM E MUSEOLOGIA DIGITAL NO MUSEU GALDINO BICHO

Autora: Irla Suellen da Costa Rocha

Graduanda em Letras Português da UFS/Bolsista PIBITI-UFS (2012-2013)
irlasuellen@gmail.com

Orientadora: Profª. Drª. Janaina Cardoso de Mello (NMS-UFS)
janainamello@uol.com.br

RESUMO:

Os estudos museológicos são marcados pelo seu conteúdo interdisciplinar, em que muitas das informações coletadas convergem entre diversas áreas do conhecimento. Buscando atender a esta característica peculiar do saber museológico, agregando os estudos da Linguística em relação aos grandes campos da Museolgia, o dicionário eletrônico Véritas Mouseion é desenvolvido. A metodologia segue as premissas da pesquisa de desenvolvimento tecnológico, que consiste na busca de anterioridade entre teoria e análise de projetos similares, indo a campo coletar informações sobre os termos selecionados, entrevistando profissionais em museus e universidades. Neste trabalho, será abordado como as relações interdisciplinares contribuem para a elaboração do dicionário e como estas favorecem a compreensão dos verbetes, com a exposição de imagens do acervo do Museu Galdino Bicho em 3D.

Palavras-chave: Museologia Digital, Comunicação Museal, Estudos da Linguagem

SOB SUSPEITAS: A PERSEGUIÇÃO AOS ESTRANGEIROS DURANTE A II GUERRA MUNDIAL (1942-1945)

Autora: Anailza Guimarães Costa

Graduanda em História /UFS
Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente – GET/UFS
Bolsista voluntária do Projeto Segunda Guerra Mundial: cotidiano, fontes & narrativas
anailza@getempo.org

Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard (DHI/UFS)

RESUMO:

Durante a Segunda Guerra Mundial, estrangeiros ligados ao Eixo (alemães, japoneses e italianos) foram apontados como participantes da Quinta-coluna, sendo até mesmo caracterizados pelo governo Vargas como "perigosos à segurança nacional". Após o afundamento, pelo submarino alemão U-507, dos navios brasileiros *Aníbal Benévolo, Baependi, Araraquara, Arara e Itagiba*, quando trafegavam entre Bahia e Sergipe em 1942, a perseguição a estes estrangeiros foi intensificada. A partir de então, passaram a ser acusados de ter ajudado os alemães nestes ataques. Desse modo, esta pesquisa investiga o tratamento dispensado aos estrangeiros, sobretudo após os torpedeamentos de 1942. Para tanto, utilizaremos o jornal *O Estado de São Paulo* que nos ajudará a perceber a repercussão deste episódio junto à parte da população brasileira.

Palavras-chave: Segunda Guerra, torpedeamentos, estrangeiros

PERSPECTIVAS DA COMUNIDADE MARGINALIZADA – BAIRRO SANTA MARIA

Autora: Maria Aline Matos de Oliveira
Graduanda em História/UFS – Bolsista PIBID/CAPES
aline_hist2010@hotmail.com

Co-autora: Taís Danielle Alcântara de Araújo Silva
Graduanda em História/UFS – Bolsista PIBID/CAPES
tais.historia-ufs@hotmail.com

Orientadora:Prof.ª Drª.Célia Costa Cardoso (DHI/UFS)
celcard@hotmail.com

RESUMO:

Esse artigo tem como objetivo abordar as condiçõesda comunidade marginalizada do bairro Santa Maria em Aracaju, nos aspectos referentes à saúde, educação, transporte, moradia e renda familiar. Inicialmente, o artigo vem discutir a história do bairro, sua formação e quais foram os motivosque o levaram a se tornar uma população carente. A segunda parte analisa através de uma pesquisa de campo realizada com questionário quais são as perspectivas dessa comunidade.Por fim esse trabalho propõe fomentaruma discussão e reflexão a respeito das políticas púbicas do nosso estado voltadas as

comunidades mais necessitadas, constatando o descaso e a negligência dos governantes, que contradiz com o famoso slogan que afirma que "Aracaju é a cidade da qualidade de vida".

Palavras-chave: Comunidade carente, Políticas públicas, Aracaju.

A MULHER NO PROCESSO ELEITORAL ATRAVÉS DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE (1932-1937)

Autora: Juliana de Almeida Aguiar Silva
Graduanda em História -UFS
Bolsista do PIBID (CAPES) - UFS

Orientadora: Profª. Drª Célia Costa Cardoso (DHI-UFS)

RESUMO:

Em 1930 assume a presidência de república Getúlio Vargas, o qual viabilizou a Constituição Eleitoral de 1932 no Brasil, estabelecendo o sufrágio universal que permitiu as mulheres manifestarem sua opinião na sociedade através do voto. Com isso, este trabalho tem como objetivo incentivar a pesquisa da História das Mulheres a partir da análise de documentação referente à Justiça Eleitoral, que se estabelece através de uma seleção de matérias sobre a participação da mulher no processo eleitoral noticiado no Diário Oficial de Sergipe entre 1932-1937, que culmina com a implementação do Estado Novo e recuo de direitos constituintes. Fazendo parte do "Projeto Resgate Histórico"essa seleção levanta discussões sobre os caminhos dos direitos eleitorais das mulheres no Brasil. Projeto este, desenvolvido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE), sob coordenação de Claire Nunes Mota.

Palavras-chave: História das Mulheres, Justiça Eleitoral, Sufrágio Universal.

O PATRÃO, O CONTADOR E O EMPREGADO: DELMIRO GOUVEIA NAS BIOGRAFIAS PROUZIDAS POR ADOLPHO SANTOS E LAURO GÓIS (1945-1965)

Autora: Karla Karine de Jesus Silva

Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de Sergipe
karla@getempo.org

Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard (DHI/UFS)
dilton@getempo.org

RESUMO:

Este artigo analisa as possibilidades que a biografia oferece enquanto instrumento de conhecimento histórico. Para isso, são tomadas como objeto duas biografias sobre o negociante cearense Delmiro Gouveia (1863-1917), "o patrão": *Depoimento para um estudo biográfico*, de Adolpho Santos, "o contador", publicada em 1947; e *Recordações de um passado relativamente bem vivido, mas que jamais desejaríamos reviver (1914-1917)*, de Lauro Alves de Campos Góes, "o empregado", escrita em 1962. Gouveia tornou-se um símbolo de modernização no Nordeste, construído principalmente a partir das memórias produzidas sobre ele. Devido a isso, o trabalho pretende analisar as produções destes dois biógrafos, ex-funcionários do industrial. O momento em que elas foram escritas, seus objetivos, como se relacionam e até que ponto podem ser pensadas como ferramentas para se estudar a vida de Delmiro Gouveia e seu contexto.

Palavras-chave: História, Biografia, Delmiro Gouveia.

REPENSANDO AS FRONTEIRAS ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DE "O COMEDOR DE JIA".

Autora: Carolline Acioli Oliveira Andrade
Graduanda em História, bolsista PET História/UFS (Sesu/MEC)
cah.acioli@hotmail.com

Orientadora: Profª. Drª. Edna Matos (DHI/UFS)

RESUMO:

O presente trabalho faz parte da pesquisa que propõe-se a analisar o romance histórico sergipano "O Comedor de Jia", entendendo a importância de compreender a ficção histórica como um tipo legítimo de discurso histórico, o qual vem apresentando

crescente presença no cenário historiográfico. Ancorados nas discussões de Hayden White sobre as relações entre a história e a ficção, bem como entre discurso histórico e literário, e nos estudiosos no Brasil dedicados a pensar os entrelaces entre os dois discursos, buscamos repensar as fronteiras entre literatura e história através da análise do romance. A pesquisa encontra-se incipiente e, por isso, esta comunicação ater-se-á a pontuar aspectos teóricos presentes nas discussões historiográficas fundamentais e um tanto quanto profundas que envolvem o tema do estudo.

Palavras-Chave: História, Literatura, Discurso Histórico

O CURRÍCULO DE HISTÓRIA DAS SÉRIES INICIAIS E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

Autora: Mônica dos Reis Santos
Graduanda em Pedagogia / UFS
monica.drs@hotmail.com

Orientadora: Profª. Drª.MarizeteLucini (DED/ UFS)

RESUMO:

Este artigo tem como finalidade apresentar os resultados da pesquisa intitulada "O Currículo de História dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e a Construção de Identidades" que teve como objetivo investigar se o currículo de História proposto para as séries iniciais do ensino fundamental subsidiavam ou não a formação de processos de identificação nos educandos da rede municipal de ensino de Aracaju/SE. A pesquisa desenvolveu-se através dos pressupostos da Pesquisa Qualitativa em Educação na qual optamos pelo Estudo de Caso por tratar-se da coleta e análise de dados de apenas uma escola.As aulas de História são pautadas pelo livro didático que juntamente com o discurso da professora narram uma versão europeizada da História do Brasil inviabilizando os educandos de sentirem-se participes da História, deste modo não subsidia a construção de processos de identificação nos educandos.

Palavras-chave: Currículo, Ensino de História, Processos de Identificação.

A ESSÊNCIA DE UM CONFLITO: QUANDO O MODELO ELEITORAL DO LESOTO DEFLAGROU A CRISE DE 1998

Autor: Cléverton Bezerra da Silva
Graduando em Relações Internacionais / UFS
clevertonbezerra.ri@gmail.com

Orientadora: Profª Drª Tereza Cristina Nascimento França (NRI/UFS)

RESUMO:

Em 1998, diante de reflexos das eleições de 1993, iniciou-se uma convulsão no Lesoto, país da África Austral, completamente cercado pela África do Sul. É essa crise que será focalizada pelo presente escrito. Serão apresentados a dinâmica entre os conceitos de conflito e segurança sobre os quais o artigo se apoiará, o panorama da crise do Lesoto de 1998 e o cruzamento entre a crise e pensamentos sobre conflitos internacionasi. Como autores referenciais serão usados Noberto Bobbio, Hedley Bull, Edward E. Azar, Mohammed Ayoob, Hugh Miall, Oliver Ramsbotham, Raymond Aron, Francis Kopano Makoa, Simon Mmutle, Selinyane, Nthakeng e Roger Southall e Roddy Fox. Diante disso, pretende-se mostrar a importância da análise da crise do Lesoto de 1998, sob a óptica dos conflitos internacionais e propor uma solução para a mesma que venha a possibilitar uma maior estabilidade política para ao país.

Palavras-chave: Lesoto, Modelo eleitoral, Conflito.

GT 3:

PERSPECTIVAS DE INOVAÇÃO PARA UM DICIONÁRIO ELETRÔNICO DE TERMOS MUSEOLÓGICOS: *VÉRITAS MOUSEION* EM 3D

Autora: Joelma Dias Matias
(Volu-Gemps/CNPq/Museologia/UFS)
Joelmaa_dias@hotmail.com

Co-autora: Heyse Souza de Oliveira
(Volu-Gemps/CNPq/Museologia/UFS)
heysesouza@hotmail.com

Orientadora: Janaína Cardoso de Mello (NMS/UFS)
janainamello@uol.com.br

RESUMO:

O texto trata da continuidade do projeto de inovação tecnológica iniciado para a elaboração do *Véritas Mouseion* – Dicionário Eletrônico de Termos Museológicos em língua portuguesa. Entre 2011 e 2012 foram executadas as etapas de seleção de verbetes da área da Museologia, entrevistas fotografadas e filmadas com museólogos e demais profissionais de instituições museais para a definição e posterior elaboração etimológica e homogeneização dos verbetes, dentre outras atividades. Na segunda fase, no que diz respeito ao objeto de estudo deste trabalho, busca-se a execução da modelagem 3D, destinado à rotação em 360º e volumetria de objetos que compõem os acervos de instituições museológicas selecionadas no estado de Sergipe. A proposta permitirá a associação entre "idéia conceito" e "idéia imagem" nos verbetes, tornando-os interativos ao público.

Palavras-chave: Museologia, Dicionário, modelagem 3D.

A IDADE MÉDIA RETRATADA NO MUNDO DOS SERIADOS: RELAÇÃO ENTRE AS REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS E REMINISCÊNCIAS MEDIEVAIS

Autora: Lívia Maria Albuquerque Couto
Graduanda em História/UFS
Integrante do Vivarium – Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo (Núcleo Nordeste)
couto.livia@gmail.com

Orientador: Prof. Msc. Bruno G. Alvaro (DHI-UFS)

RESUMO:

A presente comunicação tem por objetivo observar as similitudes e/ou diferenças sobre como é retratado o período medieval na contemporaneidade. Para tal, utilizaremos as representações midiáticas: *Game of Thrones* e *Camelot*. Nesse sentido, nos

fundamentaremos nas perguntas: por que o período do medievo tem despertado tanto interesse? Por que certos seriados ligados a esse período se destacam mais do que outros? Observaremos, ainda, que a repercussão desses seriados não é somente com discentes ligados à área da História, mas, se estende, também, a outros cursos. Por fim, como bem demonstra François de la Bretecque, é necessário que se faça uma análise sobre os contextos em que o filme, no nosso caso, seriados, está inserido. Ou seja, é fundamental, para nós, analisar o momento em que tais seriados foram produzidos, lançados e exibidos, assim como, a temática por eles abordada.

Palavras-chave: Idade Média, Medievalidade, Representações Midiáticas.

AS "HORIZONTAIS", OS CLIENTES E OS PINGA-PUS: PROSTITUIÇÃO, RELAÇÕES SOCIAIS E PODER DURANTE O ESTADO NOVO EM ARACAJU

Autora: Débora Souza Cruz
Mestranda pelo programa de pós-graduação de História- DHI\UFS
Universidade Federal de Sergipe
debinha-souza@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Dilton S. Cândido Maynard (DHI/UFS)

RESUMO:

Este trabalho propõe a análise da prostituição em Aracaju durante o período conhecido como Estado Novo (1937-1945). Ele observa aspectos no cotidiano dos aracajuanos na época e estabelece como foco os cabarés e as prostitutas, ambientes e pessoas que não só proporcionavam momentos de prazer, mas também de lazer, relações sociais e poder entre seus clientes ou frequentadores. Cabarés e prostitutas representavam um "poder" a ser combatido, na medida em que iam de encontro aos projetos ditos como modernizadores propostos por Getúlio Vargas (1882-1954), simbolizando também uma subversão dos códigos de comportamento estabelecidos pela sociedade. Ao mesmo tempo, os prostíbulos eram ambientes em que relações sociais e sociabilidades eram construídas. Para tal análise, utilizamos fontes como jornais locais, revistas e memorialistas.

Palavras-chaves: Prostituição, Estado Novo, Aracaju.

BREVES APONTAMENTOS ACERCA DA RECEPTIVIDADE DO TRATADO MILITAR TARDO-ANTIGO "EPITOMA REI MILITARIS" (IV D.C.) PELAS LIDERANÇAS MILITARES MEDIEVAIS

Autor: Rafael Costa Prata
Graduando em História/UFS
Monitor de História Medieval I
Integrante do Vivarium – Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo (Núcleo Nordeste)
rafaelcostaprata@hotmail.com

Orientador: Prof. Msc. Bruno G. Alvaro (DHI -UFS)

RESUMO:

Por muito tempo uma historiografia militar tradicional difundiu a ideia de que no cenário bélico medieval não houve uma planificação tático-estratégica por parte das lideranças militares que ditavam os rumos dos conflitos. Tendo isto em vista, a nossa comunicação objetiva romper com este posicionamento, demonstrando como aqueles homens estavam tão imbuídos de um sentido tático e estratégico na planificação de suas ações, que se utilizaram continuamente, no decorrer de toda a Idade Média, do *"Epitoma Rei Militaris*", um manual militar datado do século IV d. C.

Nosso estudo está em sintonia com as novas vertentes de abordagem da temática bélica no Medievo, em especial, as pesquisas conduzidas pelos medievalistas Francisco García Fitz e João Gouveia Monteiro.

Palavras-chave: Idade Média, Guerra, Epitoma Rei Militaris.

PATRIOTISMO E RELATOS COTIDIANOS NAS CARTAS DOS PRACINHAS SERGIPANOS

Autora: Marlíbia Raquel de Oliveira
Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET/História/UFS
Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente – GET/CNPq/UFS
marlibia@getempo.org

Orientador: Dr. Dilton C. S. Maynard (DHI-UFS)
dilton@getempo.org

RESUMO:

Após o ataque alemão em 1942 a embarcações nacionais na costa entre Bahia e Sergipe, o Brasil declarou guerra aos países do Eixo. Posteriormente, visando interesses políticos e econômicos decidiu enviar tropas para combater nos campos de batalha europeus. Por atender tal propósito, em 1943 foi criada a Força Expedicionária Brasileira (FEB) composta por milhares de voluntários e convocados advindos de todo o país. Cerca de trezentos sergipanos fizeram parte desse contingente. Quebrando o estereótipo de alfabetismo generalizado entre estes, sabe-se que parte do grupo sabia ler e escrever. Analisando o jornal *Correio de Aracaju* (1945) encontramos cartas enviadas pelos Pracinhas sergipanos aos seus familiares. Assim, o presente trabalho se propõe a apresentar o conteúdo dessas correspondências enfatizando o discurso nacionalista e as experiências vividas por estes expedicionários na Europa.

Palavras-chave: FEB, Pracinhas sergipanos, Segunda Guerra

OUVINDO AS CRIANÇAS E DESCOBRINDO SEUS INTERESSES, PREFERÊNCIAS E MOTIVOS PARA GOSTAR DE BRINCAR NA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Autora: Paula Rejane Santos Resende
Graduanda em Pedagogia/UFS
paularejaner@hotmail.com

Co-Autora: Tamires Guilherme Gomes
Graduanda em Pedagogia/UFS
tamires_guilherme@hotmail.com

Orientadora: Profª.Tacyana Karla Gomes Ramos (DED/UFS)

RESUMO:

Os aportes conceituais do presente estudo retratam o lugar ativo da criança nas interpretações sobre eventos do espaço social onde convivem. A pesquisa tem como objetivo central analisar os interesses e as preferências de vinte e cinco crianças, com

idades entre três e quatro anos, em relação à brincadeira dentro de uma instituição municipal de educação infantil da cidade de Aracaju/SE. Os dados foram analisados na perspectiva etnográfica, através de videogravações, registros em notas de campos e descritos em vinte episódios interativos. Os resultados revelam que as crianças demonstram um grande interesse exploratório pelos materiais oferecidos, expressam opiniões e são dotadas de amplas motivações para brincar na creche, apesar da necessidade de investimentos nos espaços-tempo pedagógicos para desenvolverem suas motivações lúdicas.

Palavras-chave: Brincar, Crianças, Investigação participativa.

NÓS, OS OSSOS QUE AQUI ESTAMOS, PELOS VOSSOS ESPERAMOS: ANÁLISE DE QUATRO ESQUELETOS HUMANOS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE PROPRIÁ – SE.

Autor: Madson de Souza Fontes
Graduando em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe
msf.1989@hotmail.com

Orientadora: Profª Drª Olívia Alexandre de Carvalho
ocarvalho99@hotmail.com

RESUMO:

Os estudos osteométricos de esqueletos humanos exumados, oriundos de cemitérios contemporâneos contribuem para o conhecimento da morfologia dos seus habitantes, pois os dados métricos são baseados em informações gerais e de análise multivariada.
Este estudo tem por objetivo aplicar métodos bioantropológicos em material osteológico humano indigente do Cemitério Municipal de Propriá e, outrossim, analisar alguns indicadores da ancestralidade predominante entre os indivíduos estudados.
Para as análises serão utilizados os procedimentos e técnicas conhecidos da literatura especializada em antropologia biológica e tafonomia, particularmente no tocante ao diagnóstico das modificações de superfície óssea provocadas por agentes naturais e eventualmente antrópicos, assim como no conhecimento da morfometria, a partir de mensurações e comparações estatísticas com dados já disponíveis.

Palavras-chave: bioantropologia, morfometria, antropometria.

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA MODERNISTA: O EFEITO DA SEMANA DE 1922 EM VARGAS

Autor: Cristiano A. Diniz Guerra Silvestre
Graduando em Relações Internacionais / UFS
cadgs@hotmail.com

Orientador: Prof. Lucas Miranda Pinheiro (NRI/UFS)
cucapinheiro@yahoo.com.br

RESUMO:

O processo modernista no Brasil, que perpassa o pós-Primeira Guerra, as fases de 1922 e de 30, possui cruciais reflexos para a Política Externa Varguista. Intrinsecamente ligado a transformações político-econômicas deste momento, constrói uma estética voltada tanto a fundar as bases da cultura 'genuinamente' brasileira, quanto a denunciar o que as anteriores haviam recusado. Assim, o apurado senso político dos artistas trabalhou temas que serão, se não abordados na política interna, anunciados ao mundo pela sua Política Externa. Metodologicamente, é uma análise dos notáveis manifestos modernistas discutindo-a com a P. E. Varguista. Válido ressaltar que este trabalho é continuação de um projeto PIIC 2011-12 intitulado 'A construção da imagem internacional do Brasil no Modernismo' e contribui com às Relações Internacionais com a releitura do período por uma fonte alternativa: o Modernismo.

Palavras-chave: Modernismo, Política Externa Brasileira, Imagem Brasileira

GT 4:

MULHERES DE PRETO: PERSPECTIVA DE MUSEALIZAÇÃO DA PROCISSÃO DO MADEIRO.

Autor: Rafael Jesus da Silva Dantas
Graduando em Museologia/UFS
rafaeldnts2009@gmail.com

Orientadora: Profª. Drª. Janaina Cardoso de Mello (NMS/UFS)
janainamello@uol.com.br

RESUMO:

Tradição, fé e devoção, têm sido adjetivos constantemente atrelados para explicar as diversas representações religiosas populares existentes no universo religioso brasileiro. Exemplo dessas formas de representações são as beatas católicas– "mulheres de preto" – no Povoado Gentil, localizado no município de Nossa Senhora das Dores/SE, que saem em penitencia pelas ruas e cemitérios pedindo e rogando clamores aos mortos, numa peregrinação repleta de simbologia e fé. Assim, pelo seu caráter de singularidade e representatividade cultural religiosa, bem como pela forte presença de vários elementos significativos para a construção cultural e memorial do estado de Sergipe, surge-se uma proposta de musealização deste rito, com o objetivo de assegurar uma comunicação identitária entre a comunidade local e a preservação museal.

Palavras-chave: Fé, Tradição, Musealização.

"SEU AMIGO NORTE AMERICANO": UM OLHAR SOBRE A SOCIEDADE NORTE-AMERICANA ATRAVÉS DA TROCA DE CARTÕES-POSTAIS (1967- 1976)

Autora: Talita Emily Fontes da Silva
Graduanda em História/UFS
Bolsista PET História (UFS)
talifontes@yahoo.com.br.

Orientador: Prof. Dr. Francisco José Alves (DHI/UFS)
fjalves@infonet.com.br

RESUMO:

Este trabalho tem como principal objetivo realizar uma analise de um conjunto de 74 postais, enviados entre as décadas de 1960 e 1970 por um cidadão norte- americano a seu amigo brasileiro, que no período residia na cidade de Jacobina, na Bahia. Além do registro de diversos ambientes norte-americanos no período, outro ponto interessante neste material são as descrições realizadas pelo remetente, identificado como Richard A. Masilun, sobre as imagens enviadas. Registrando desde lazeres comuns da população, como o automobilismo e o esqui, até momentos como a chegada do homem ao espaço, o "corpus" documental instiga reflexões sobre como eles, e as descrições de Masilun, comportam evidências sobre aspectos da sociedade americana neste período.

Palavras- chave: EUA, cartões-postais, modernidade

A DISPUTA DE LIMITES ENTRE SERGIPE E BAHIA PELA REGIÃO DE PARIPIRANGA/BA (1904-1915)

Autor: Antunes Santana Reis
Graduando em História
tunes.santana@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Antônio Lindvaldo Sousa (DHI/UFS)
antoniolind@gmail.com

RESUMO:

O presente trabalho aborda a discussão de limites entre os Estados de Sergipe e Bahia em relação à Cidade de Patrocínio do Coité (atual Paripiranga/BA). Por isso, tem como objetivo analisar os conflitos e confrontos entre sergipanos e baianos criados em torno da Obra Sergipe e Bahia (Questão de Limites) escrita pelo sergipano Padre João de Mattos Freire de Carvalho (1826-1946). Esse defendeu que a Cidade baiana de Patrocínio do Coité, onde atuava como pároco, deveria ser anexado a Sergipe. Apoiamos-nos nas reflexões Edward Thompson na defesa que os sujeitos históricos devem ser entendidos a partir de suas experiências culturais, onde os conflitos e confrontos em que se envolvem corroboram na formação de uma identidade que levam os sujeitos a defenderem seu grupo e tomar consciência de seu papel no mesmo.

Palavras-chave: Paripiranga, Limites, João de Mattos.

PRAZER À VENDA: ASPECTOS DA MICHETAGEM NO CONTO "PARAÍBA" (1976) DE GASPARINO DAMATA

Autor: Bruno Farias
Graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe
brunao_filmes@hotmail.com

Orientador: Prof.Dr. Francisco José Alves (DHI/UFS)

RESUMO:

A presente comunicação analisa alguns aspectos da michetagem dos anos de 1970, no Rio de Janeiro, tomando como documento, o conto "Paraíba", da obra Os Solteirões, lançada em 1976, por Gasparino Damata. No plano metodológico, a comunicação se apóia em algumas indicações de Claudemar Alves Fernandes, na Análise do Discurso. Seguindo tal metodologia em três princípios: Seleção de fragmentos textuais relativos ao tema (Recorte); Investigação da posição-sujeito, inserido na História (Enunciado); Análise da construção e mutações do sujeito e dos discursos (Trajeto Temático). No plano conceitual, a comunicação adota uma visão construtivista da História da Sexualidade, como a postulada por Peter Fry e Edward Macrae. Em síntese, a análise mostra alguns aspectos do fenômeno da michetagem tais como: os atores envolvidos (cliente e michê); os territórios de prostituição (cinema e rua); os papéis sexuais (ativo e passivo) e os códigos de conduta (negociação, discrição, paquera).

Palavras-chave: Conto brasileiro, Gasparino Damata, prostituição masculina.

ESTADO AUTORITÁRIO, CENSURA E IMPRENSA: *GAZETA DE SERGIPE (1964-1969)*

Autora: Carla Darlem Silva dos Reis
Graduanda em História/UFS
carlareisufs@gmail.com

Orientadora: Profª DrªCélia Costa Cardoso (DHI/UFS)
celcard@hotmail.com

RESUMO:

1964: ano de inúmeras decisões no Brasil. Tinha início os mais longos 21 anos que o país passou, o Golpe civil-militar instaurado ao primeiro dia de abril de 1964. A cultura, política, educação foram controladas pela censura, a imprensa foi uma das mais prejudicadas, pois é um instrumento com forte teor ideológico. Em todo país diversos veículos de comunicação foram fechados, em Sergipe não foi diferente: no segundo dia de abril apenas o *Diário Oficial* e a *Gazeta de Sergipe(GS)* continuariam circulando, mas isso não significa isenção das censuras impostas pelo Comando Militar. No intuito

de analisar como a censura se instaurou na *GS* examinamos uma média de 1000 edições do periódico que circularam entre 1955-1969. Para compreender o ambiente profissional da redação, foram entrevistados ex-jornalistas, inserindo Sergipe no curso dos Estados que sofreram diretamente com a Ditadura Militar.

Palavras-chave: Autoritarismo, Imprensa, Sergipe

JOSÉ ALOÍSIO DE CAMPOS: A UFS EM TRANSFORMAÇÃO (1976-1980)

Autora: Patrícia Francisca de Matos Santos
Mestranda em Educação - NPGED (UFS): Bolsista CNPq
Membro do GEPHE - (Grupo de Estudos e Pesquisas em Historia da Educação: intelectuais da educação, instituições escolares e praticas educacionais) - UFS/NPGED
Membro do GREPHES - (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História do Ensino Superior) - UFS
patyfmatos@yahoo.com.br

Orientadora Prof.ª Dr.ª Josefa Eliana Souza (DED e NPGED/UFS)

RESUMO:

O objetivo neste projeto é analisar aspectos da trajetória de José Aloísio de Campos e as suas contribuições para a consolidação do campo superior público em Sergipe de 1976 a 1980, período da gestão como reitor da Universidade Federal de Sergipe. Para elaboração desse estudo foram utilizadas referências bibliográficas como Bourdieu (1998, 1990, 2007, 2008); Certeau (1979); Chartier (2009); Pesavento (2008). Foi adotado o método histórico, com perspectiva teórico-metodológica da História cultural, inserida no campo da História da Educação. Com este estudo pretendo propiciar a analise das contribuições realizadas por Aloísio de Campos (1914 – 1986), na perspectiva de compreender a organização política para o Ensino Superior no Estado de Sergipe, àquela época.

Palavras-chave: História da Educação, Prof. Aloísio de Campos, Universidade Federal de Sergipe

UM FLÂNEUR TRANSATLÂNTICO: ESTUDO COMPARATIVO DE SITES E BLOGS SERGIPANOS E PORTUGUESES COM TEMÁTICA SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL.

Autora: Giceli Andrade Rocha Santos
Graduanda em Museologia UFS/Bolsista PIBIC- CNPQ

Orientadora: Profª Dr. Janaina Cardoso de Mello (NMS/UFS)
janainamello@uol.com.br

RESUMO:

A relação cidades e monumento, cidades e memória evoca refletir sobre os debates contemporâneos a respeito da interpretação do patrimônio cultural à luz da população que dele usufrui, bem como do Estado que o regula. As cidades históricas portuguesas possuem um patrimônio material refletido em diversos âmbitos como praças, pontes, palácios,habitações e instituições culturais capazes de conectar passado e presente às histórias de vida de portugueses e imigrantes. As cidades históricas sergipanas possuem um patrimônio material de influência portuguesa presente em suas igrejas, praças, azulejos, moradias e instituições culturais no trânsito entre a busca por uma "sergipanidade" marcada por hibridismos.O presente projeto busca compreender a apreensão dos aspectos simbólicos e a construção das representações sociais dos moradores e *flâneurs*das cidades históricas de Sergipe e de Portugal.

Palavras-chave: *flâneur*, memória, patrimônio cultural.

GEOPOLÍTICA DA APROPRIAÇÃO DA ÁGUA NO ALTO CURSO DA BACIA DO RIO SERGIPE

Autor: José Hugo Feitosa Silva
Graduando em Geografia-Lic./UFS
Bolsista PIBIC/FAPITEC
kabelo26@hotmail.com

Orientadora: Prof. Pós Drª Rosemeri Melo e Souza (DGE/UFS/CNPq)

RESUMO:

A água sempre foi elemento vital, e, hoje, também é de grande valor econômico. As diversas ações antropogênicas colocam em cheque a questão de preservação e conservação da água, que hoje, se encontra em um estado de escassez hídrica em diversas regiões do planeta. Em meio a estas regiões, temos o semiárido brasileiro e, dentro deste, o sergipano, onde o balanço hídrico é totalmente desfavorável à condição de vida equilibrada. Diversos conflitos quanto à sua apropriação e utilização podem ser gerados mediante esta escassez. As mediações desses conflitos podem ser feitas a partir de uma aplicação geopolítica que possa gerir a água de forma democrática e sustentável. Este trabalho pretende analisar as diversas formas de apropriação e controle da água no Alto Curso da Bacia do Rio Sergipe e como esses processos geram possíveis conflitos.

Palavras-chave: Recursos Hídricos; Geopolítica; Conflitos.

GT 5:

UM FLÂNEUR TRANSATLÂNTICO: PESQUISA DE CASOS PARTICULARES A PARTIR DA ANÁLISE DOS PROJETOS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PROPOSTOS PELOS MUSEUS SERGIPANOS E PORTUGUESES

Autora: Raquel de Andrade Dantas Figueirôa
PIBIC/VOL/ Museologia/UFS
r.jor@hotmail.com

Orientadora: Janaina Cardoso de Mello (NMS/UFS)
janainamello@uol.com.br

RESUMO:

As cidades históricas portuguesas possuem um patrimônio material refletido em suas praças, pontes, palácios, fortalezas, habitações e instituições culturais capazes de conectar passado e presente às histórias de vida de portugueses e imigrantes. As cidades históricas sergipanas possuem um patrimônio material de influência portuguesa presente em suas igrejas, praças, azulejos, moradias e instituições culturais no trânsito entre a busca por uma "sergipanidade" marcada por hibridismos. O estudo busca compreender a apreensão dos aspectos simbólicos e a construção das representações sociais dos moradores e *flâneurs* das cidades históricas de Sergipe e de Portugal a respeito de sua

própria história, mas também traçar um roteiro comparativo das políticas de salvaguarda patrimonial nesses dois espaços para compreender de que modo a relação entre cidadão e patrimônio se desenvolve: se no campo do protagonismo consciente ou da submissão ao Estado.

Palavras-chave: Educação Patrimonial, Políticas de salvaguarda, Museus Sergipanos

BULLYING: UM ESTUDO SOBREO APOIO SOCIAL EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA ESCOLAR

Autora: **Renata Silva Teixeira**
Graduanda em Psicologia / UFS
Bolsista CNPq.
renatinha-st@bol.com.br

Co-autora: Jackeline Maria de Souza
Mestranda em Psicologia Social / UFS
jackeline.souza1@gmail.com

Orientador: **Prof. Dr. Joilson Pereira da Silva (DPS/UFS)**
joilsonp@hotmail.com

RESUMO:

O objetivo deste estudo foi analisar o bullying em adolescentes e averiguar a influência do recurso psicossocial Apoio Social nas situações de bullying. Participaram 320 alunos dos 6° e 7° anos sendo 55,3% do sexo feminino, entre 12 e 18 anos de idade. Os resultados mostraram que 29,4% foram alvos, 8,4% foram autores, 20,3% foram alvos/autores, 22,5% foram testemunhas e 19,4% não se envolveram em bullying. Destaca-se que 35,3% apontaram as características físicas como motivo para o bullying e que a agressão verbal é o tipo de bullying mais utilizado por ambos os sexos. Com relação ao recurso do apoio social, este não foi diferente entre os distintos papéis de bullying. Conclui-se então que o bullying é um fenômeno de ocorrência muito comum no cenário escolar de Aracaju, visto que 80,7% dos adolescentes pesquisados o vivenciam.

Palavras-chave: Situações de bullying, Apoio Social, Adolescentes.

A COLONIZAÇÃO DO CIBERESPAÇO PELA EXTREMA-DIREITA NA ARGENTINA (2007 – 2012)

Autor: Diego Leonardo Santana Silva
Graduando em História (DHI/UFS/ GET)
Bolsista PIBIC/CNPq

Orientador: Profº Dr Dilton C.S. Maynard (DHI-UFS)
diego@getempo.org

RESUMO:

Esta comunicação discute a ação de grupos de extrema-direita da Argentina no ciberespaço entre os anos de 2007 a 2012. Através da rede mundial de computadores os grupos aqui estudados encontram um ambiente rápido e prático para expandir suas ideias, se apoiando na facilidade e interatividade típicas do ciberespaço utilizando o mesmo para a difusão de propostas extremistas defendidas por eles. A pesquisa almeja analisar a persistência de práticas fascistas no tempo presente a partir da colonização da Internet para práticas de grupos de extrema-direita. O estudo se dará a partir do levantamento, classificação e análise de registros encontrados em sítios eletrônicos e em jornais sul-americanos.

Palavras chave: Extrema-direita, Ciberespaço, Argentina.

FLÂNEUR TRANSATLÂNTICO: UMA RELAÇÃO SOBRE A MEMÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL DE CIDADES-MONUMENTOS ENTRE SERGIPE-BR E PORTUGAL.

Autora: Danielle de Oliveira Cavalcante
Graduada em Museologia (UFS)
Mestranda em História PROHIS/UFS
Bolsista PIBIC/CNPq/ FAPITEC
Integrante do Grupo de Pesquisa do GEMPS
Email: danielleoliveiracavalcante@hotmail.com

Orientadora: Profª. Drª. Janaína Mello (NMS/UFS)
janainamello@uol.com.br

RESUMO:

A relação cidades e monumento, cidades e memória nos faz pensar nos debates contemporâneos à respeito da interpretação do patrimônio cultural à luz da população que dele usufrui, bem como do Estado que o regula. O presente projeto busca compreender a apreensão dos aspectos simbólicos e a construção das representações sociais dos moradores e *flâneurs* das cidades históricas de Sergipe e de Portugal traçando um roteiro comparativo das políticas de salvaguarda patrimonial nesses dois espaços para compreender de que modo a relação entre cidadão e patrimônio se desenvolve. Inserindo-se num processo de cooperação internacional entre Sergipe e Portugal, na figura do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memória e Patrimônio Sergipano (GEMPS/CNPq) pertencente a UFS e o Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória vinculado às universidades do Porto e do Minho.

Palavras-chave: *flâneur*, memória, patrimônio cultural.

DIZER É FAZER: O COMANDO DIRETIVO NO LIVRO DIDÁTICO DE LP

Autora: Simone dos Santos Fernandes
Graduanda; PIBIC/CNPq.
simone_u6fernandes@hotmail.com

Co-autora: Jaqueline dos Santos Nascimento
Graduanda; PICVOL/PIBIC/CNPq.
jaquelinedsnascimento@gmail.com

Orientadora: Profª. Drª. Leilane Ramos da Silva (DLE-UFS)
leilane3108@gmail.com

RESUMO:

À luz de uma perspectiva acional de linguagem, este estudo põe em evidência o estatuto do ato de fala no livro didático do Ensino Médio. O *corpus* analisado foi a coleção "Português: Ensino Médio", volume 2, do autor José de Nicola, adotada na rede pública de Itabaiana/SE. Para tanto, tomamos como referencial alguns dos principais postulados

discutidos por Austin (1962) e Searle (1969, 2002), no que tange às classificações de atos ilocucionários relacionando-os aos tipos de peguntas descritas em Marcuschi (2008). As análises apontaram a prevalência de questões do tipo *metalinguísticas* e, principalmente, a predominância dos *atos diretivos*, o que ratifica o papel do livro didático de conduzir/orientar o aluno no processo de aprendizagem. Assim, o conjunto de atos de fala veiculados no livro didático confirma o pacto diretivo que há entre o autor e o aluno, nos enunciados das questões.

Palavras-chave: Atos de Fala; Livro didático; Tipos de perguntas.

UMA REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA DE UMA DAS DISCIPLINAS ESCOLARES DO ATHENEU SERGIPENSE

Autora: Katiussia da Silva Costa Souza
Graduanda em Pedagogia
Universidade Federal de Sergipe – UFS
Bolsista PIBIC
katiussiathebest@hotmail.com

Orientadora: Profª. Eva Maria Siqueira Alves

RESUMO:

O presente artigo tem como objeto de investigação os compêndios adotados na cadeira de Pedagogia do Curso Normal do Atheneu Sergipense no período de 1870 a 1901 e buscou identificar os conteúdos que eram ministrados nesta cadeira. O estudo deste objeto justifica-se pela relevância e necessidade de se compreender os saberes transmitidos no curso de formação de professores do Atheneu Sergipense, permitindo uma melhor compreensão da formação docente no estado de Sergipe. A pesquisa buscou interlocuções com teóricos do campo da História da Educação e da História das Disciplinas Escolares. Os conteúdos trabalhados, em especial os conteúdos de métodos de ensino e de religião acarreta em suas essências valores católicos e morais. Os conteúdos adotados na cadeira de Pedagogia além de oferecer uma formação pedagógica, garantia, também, a formação moral e religiosa.

Palavras-chaves: Curso normal, Compêndios, História das disciplinas Escolares.

ETIQUETAGEM SEMÂNTICO-DISCURSIVA DE VERBOS EM FUNÇÃO DOS PLANOS DISCURSIVOS

Autora: Edna Caroline Alexandria da Cunha
Graduanda em Letras Vernáculas
Bolsista PIBITI/CNPq
carolalexandria@yahoo.com.br

Orientadora: Profª. Dr.ª Raquel Meister Ko. Freitag (DLEV/UFS)
rkofreitag@uol.com.br

RESUMO:

A etiquetagem de corpus refere-se ao processo de rotular palavras de um corpus com "etiquetas" que permitam a sua indexação com categorias e/ou funções gramaticais para o processamento eletrônico de textos a fim de generalizar as regras apreendidas no corpus anotado pelo pesquisador. Este plano de trabalho integra o Projeto de Pesquisa "Anotação semântica de verbos para o processamento de línguas naturais" cujo objetivo procede à rotulagem dos verbos dos bancos de dados constituídos (Banco de Dados Falantes Cultos de Itabaiana/SE; Banco de Dados de Escrita- Textos Narrativos e Opinativos; e Banco de Dados de Escrita Culta - amostra Itnet), quanto aos planos discursivos. Para tanto, faremos uso dos softwares do pacote Dexter (GARRETSON, 2006) que possibilita a anotação detalhada em dados linguísticos. O rótulo a ser aplicado se refere ao plano narrativo relacionado à forma verbal.

Palavras-chave: Etiquetagem de Corpus, Categorias verbais, Processamento de Línguas Naturais.

A HISTORIOGRAFIA SOBRE A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL NA AMÉRICA PORTUGUESA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Autora: Crislane Dias Santana
Graduanda em História-UFS
Bolsista PET História UFS
crislayne_santana19@hotmail.com

Orientadora: Prof. Drª Edna Maria Matos (DHI/UFS)

RESUMO:

A presente comunicação pretende expor algumas considerações iniciais decorrentes da pesquisa que analisa a dinâmica administrativa da Capitania de Sergipe no período que cobre a segunda metade do século XVIII e início do século XIX. Trata-se de um momento crucial de redefinições das relações políticas e econômicas entre colônia e metrópole. Assim é necessário conhecer os efeitos das reformas pombalinas realizadas no meio mercantil, indagando o significado da aplicação desta política e as implicações para o quadro econômico e administrativo da referida localidade. A pesquisa se encontra em sua fase inicial, por isso, um dos procedimentos metodológicos em curso é a pesquisa bibliográfica na qual estão sendo estudados textos acadêmicos e livros que tratam do período e da questão abordada. Assim, a comunicação tratará das interpretações sobre o tema na historiografia brasileira.

Palavras-chave: Reformas pombalinas, administração, historiografia.

QUANDO "DIZER É FAZER": O ATO DIRETIVO COMO PALAVRA DE ORDEM

Autora: Jaqueline dos Santos Nascimento
Graduanda em Letras / PICVOL/CNPq/UFS
E-mail: jaquelinedsnascimento@gmail.com

Co-autora: Simone dos Santos Fernandes
Graduanda em Letras/PIBIC/CNPq/UFS
simone_u6fernandes@hotmail.com

Orientador: Profª. Drª. Leilane Ramos da Silva (DLE/UFS)
leilane3108@gmail.com

RESUMO:

A par da máxima acional de que "dizer é fazer", o presente trabalho apresenta uma análise dos atos ilocucionários das questões presentes na seção de interpretação de texto do livro "Português: Ensino Médio", em seu volume 3, livro adotado no rede estadual de Itabaiana/SE, relacionando-os com os tipos de perguntas propostas por Marcuschi (2008). Para dar conta de tal proposta, tomamos como base teórica os postulados de

Austin (1962) e Searle (1969, 2002) e a classificação descrita em Van Dijk (1992). A análise aponta a ocorrência de *atos diretivos*, *atos assertivo-diretivos*, *declarações assertivo-diretivas*, com uma porcentagem de 60,5%; 38,9% e 0,6%, respectivamente. Tal constatação evidencia o caráter institucional/ilocucional do livro didático, na medida em que este prevê e comanda uma linha de atuação futura a ser desenvolvida pelo aluno, objeto/destinatário das questões nele veiculadas.

Palavras-chaves: Atos de Fala, Livro didático, Tipos de perguntas.

GT 6:

VÉRITAS MOUSEION 3D – O PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO EXPOSITIVO DO MUSEU DO HOMEM SERGIPANO COM ROTAÇÃO EM 360º

Autor: Romário Rodrigues Portugal
Graduando em Museologia da UFS/ Bolsista PIBITI-UFS
romariohom@yahoo.com.br

Orientadora: Profª. Dra. Janaina Cardoso de Mello (NMS/UFS)
janainamello@uol.com.br

RESUMO:

O presente trabalho se dispõe a destacar a proposta do *Véritas Mouseion* – Dicionário Eletrônico de termos museológicos, de digitalização 3D com rotação em 360º do acervo do Museu do Homem Sergipano, como forma de garantir uma melhor qualidade de pesquisa para aqueles que venham a o consultá-lo, pois alem de oferecer o significado dos termos em forma de verbetes, o seguinte dicionário também estará disponibilizando a visualização das imagens referentes aos termos pesquisados quando esse se referir a algum tipo de objeto do contexto museológico. Na ocasião será feito um paralelo com algumas instituições que já vem adotando essa tecnologia, como forma de dinamização de pesquisas e estudos, feitos por estudantes e profissionais de diversas áreas.

Palavras-chave: modelagem 3D, dicionário eletrônico, museologia.

REFLEXÕES INICIAIS SOBRE A BIOGRAFIA "AUGUSTO MAYNARD GOMES: O ESTADISTA E O REVOLUCIONÁRIO" (1945)

Autor: Dércio Cardoso Reis
Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe.
cdercio@yahoo.com.br

Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard (DHI/UFS)

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo analisar a biografia "Augusto Maynard Gomes: o Estadista e o Revolucionário" escrita por Severino Uchôa e publicada em 1945. Buscamos apontar alguns dos aspectos que são colocados como fundamentais para a compreensão de como a imagem de Maynard foi transmitida e reforçada por Uchôa. Por meio da narrativa produzida pelo então Diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), aparece um líder político destinado às grandes causas e com uma trajetória marcada por atos de heroísmo. Levando em consideração a relação entre história e biografia, consideramos que a biografia histórica deve ser pautada nos procedimentos de pesquisa acadêmica. O historiador interessado em realizar uma biografia, ou analisar um trabalho deste tipo, deve fazer primeiro a pergunta: porque vale à pena biografar esse indivíduo?

Palavras-chave: Maynard, História, Biografia.

CAFUNDÓ: HISTÓRIA DA ÁFRICA NA ESCOLA EM UMA PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICA

Autora: Diana Chiara Oliveira Rocha.
Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente/ Bolsista CAPES – PRODEMA/UFS.
diana_iara@hotmail.com

Orientador Esp. Luis Eduardo Pina Lima (DHI/UFS)
eduardopinahistoria@yahoo.com.br

RESUMO:

A abordagem como fonte de estudo e aplicação da nova Lei 10639/03, integra-se, nesta análise à história do filme *Cafundó*. Neste, João de Camargo, um ex-escravo saído das senzalas em fins do século XIX, vítima das tentativas de repressão da sua identidade étnica e marginalização do povo negro, mantém relação entre suas raízes negras durante a vivência em uma sociedade pós-abolicionista. Usa-se a produção como um elo das teorias de aprendizagem às práticas cotidianas relacionadas ao estudo sobre História da África e Religiosidade Africana no Brasil. Objetiva-se apresentar a singularidade do povo brasileiro em suas diversidades étnica e cultural. A importância do presente estudo é justificada pela análise da cultura negra e as perseguições vividas pela mesma por meio do filme *Cafundó*, dirigido por Paulo Betti e Clóvis Bueno, que mostra a vida e a obra do popularmente conhecido João Preto.

Palavras-chave: *Cafundó,* Lei 10639/03, Ensino.

A HISTÓRIA NOS "SOCIAL STUDIES" NORTEAMERICANOS: 1990-2012

Autora: Maíra Ielena Cerqueira Nascimento
Licenciada em História pela UFS, pós-graduada em Ensino de História pela Faculdade São Luís de França.
mairaielena@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Itamar Freitas (DED/UFS)
itamarfo@gmail.com

RESUMO:

Os Estudos Sociais são uma forma de organização de conteúdos adequada aos modelos de fusão e de integração dos saberes – aplicados, neste caso, aos conteúdos de diversas ciências sociais e humanas. O presente trabalho almeja demonstrar os primeiros passos da pesquisa sobre o papel da História como componente dos "Social Studies" nos Estados Unidos da América entre 1990 e 2012. As fontes utilizadas são os currículos da disciplina vigentes nos estados norteamericanos, a partir dos quais é possível, com auxílio do programa Microsoft Office Access, compor um rico e importante banco de dados. A análise qualitativa das informações contidas em cada registro fornecerá indícios cruciais que permitirão compreender, afinal, a situação da História nos

currículos estadunidenses, a finalidade do seu ensino e quais as expectativas de aprendizagem nutridas com relação à sua difusão no ensino básico.

Palavras-chave: Currículo; Social Studies; Ensino de História.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA EM SERGIPE: REFLEXÕES INICIAIS

Autora: Rita de Cássia Barboza dos Santos
Acadêmica do Curso de Licenciatura em História
Universidade Federal de Sergipe (UFS)
rita23.b@hotmail.com

Orientadora: Marizete Lucini (DED/UFS)
malucini@hotmail.com

RESUMO:

Este texto apresenta a proposta de pesquisa intitulada "O ensino de História em Sergipe: um diagnóstico exploratório da formação e da proposta pedagógica nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio", bem como algumas reflexões sobre a referida temática. A pesquisa objetiva identificar qual a formação dos professores que atuam no Ensino de História na rede estadual de ensino em Sergipe, instituições e modalidades de formação. Deter-nos-emos também em discussões relativas às orientações legais para a formação docente para o Ensino de História, contribuições e desafios. Os dados serão coletados através de consulta aos dados da Secretaria Estadual de Educação de Sergipe e aplicação de questionários aos professores de história da rede estadual de ensino. Espera-se disponibilizar um diagnóstico qualitativo sobre a formação e a atuação dos professores de História.

Palavras-chave: Ensino de História, Formação de professores, Políticas públicas.

MEMÓRIA E HETEROGENEIDADE: MARCAS DO PATRIARCALISMO NOS DISCURSOS FEMININOS DE SERGIPE

Autora: Jaqueline Lima Fontes
Graduanda/PIBIC/ CNPq /DLEV/UFS
jaquelinefontes21@gmail.com

Orientadora: Maria Leônia Garcia Costa Carvalho (DLEV/NPGL/UFS)
marialeoniagarcia@yahoo.com.br

RESUMO:

Neste trabalho, analisamos as marcas do sistema patriarcal em discursos femininos da mídia impressa sergipana que compreende o período de 1932 a 1950. A memória discursiva de que a mulher nascera para o casamento e a maternidade era corrente em todo o Estado e, desde cedo, ela era preparada para exercer essas funções, além das tarefas domésticas. O papel da memória manifesta-se através dos interdiscursos, reproduzindo aquilo já foi dito em outra época e/ou lugar, por meio de paráfrases, numa rede em que memória e atualidade se imbricam na medida em que tanto remetem ao passado como atualizam os dizeres de acordo com as perspectivas e ou acontecimentos do momento presente. Os discursos analisados retratam a postura da mulher sergipana frente à sociedade de sua época, contudo, permite-nos observar oscilações que demonstram que não rompeu com a ideologia patriarcal.

Palavras-chave: Análise do discurso, memória, patriarcalismo.

CAMINHANDO PARA A LIBERDADE POR UMA VIA LEGAL: CARTAS DE ALFORRIA EM LARANJEIRAS, SERGIPE (1843-1881)

Autor: Luiz Paulo Santos Bezerra
Graduando em História/UFS
Bolsista PET/UFS/História
Integrante do Grupo de Pesquisa História da África e da Diáspora Africana
luiz_sbezerra@hotmail.com

Orientador: Prof. Carlos Franco Liberato (DHI/UFS)

RESUMO:

Este trabalho apresenta uma análise inicial das cartas de alforria registradas nos *Livros de Notas* dos cartórios de Laranjeiras, Sergipe, durante os períodos de 1843 a 1881. Estas cartas de alforria são registros importantes para a compreensão dos caminhos adotados pelos escravos para a obtenção de sua liberdade. Elas nos fornecem dados importantes sobre os padrões de alforria dos escravos e de alguns elementos que

compõe o perfil dos senhores que os libertavam. Laranjeiras ocupava uma posição central na economia do vale do Cotinguiba e as relações de trabalho escravo estavam plenamente desenvolvidas no período estudado. Deste modo, mais que qualquer outra fonte, as cartas de alforria podem oferecer pistas para o entendimento das relações de caráter pessoal estabelecidas entre escravos e senhores, que lhes permitia tanto negociar as condições de sua servidão, como de sua liberdade.

Palavras-chave: Escravidão, cartas de alforria, Laranjeiras/SE

OS CAMINHOS DA JUVENTUDE RURAL NO ENSINO SUPERIOR

Autora: Anízia Eduarda Nergues Menezes
Graduanda do curso de Pedagogia / UFS
eduarda_nergues@hotmail.com

Orientadora: Profª. Drª. Ana Maria Freitas Teixeira (DED/NPGED/NPGECIMA)
anabrteixeira@hotmail.com

RESUMO:

O artigo discute a relação da juventude rural com o ensino superior, no âmbito da pesquisa "Juventude rural e ensino superior". O objetivo central é tratar das mudanças que ocorrem com jovens rurais durante sua formação superior indagando se esses jovens continuam com os mesmos conceitos adquiridos junto à família e sociedade ou aderem a novos conceitos que surgem durante a sua formação acadêmica, sobretudo, alunos egressos da antiga Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia –(Campus São Cristóvão IFS). O artigo é baseado em leituras sobre a temática em questão e da análise de duas entrevistas com antigas estudantes da Escola Agrotécnica que hoje se encontram vinculadas à Universidade Federal de Sergipe. Conclui-se que para muitos jovens do mundo rural a educação é uma forma de acesso e ascensão no mercado de trabalho.

Palavras-chave: juventude, rural, ensino superior.

GT 7:

VÉRITAS MOUSEION 3D – ACERVOS EXPOSITIVOS DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE XINGÓ ROTAÇÃO EM 360º

Autora: Sendy Santos Matos
Graduanda em Museologia UFS/ Bolsista PIBITI-CNPQ
sendy2529@hotmail.com

Orientadora: Professora Dra. Janaina Cardoso de Mello (NMS/UFS)
janainamello@uol.com.br

RESUMO:

O presente artigo mostra a evolução do Véritas Mouseion – Dicionário Eletrônico de Termos Museológicos que encontra-se em sua segunda etapa. Na primeira fase, foram selecionados termos Museológicos com os quais foram realizadas entrevistas com profissionais de áreas distintas e graduados em Museologia ou áreas afins que atuam em instituições museais. Destacando e descrevendo a sua segunda etapa que está relacionada ao Museu de Arqueologia de Xingó – MAX, mostrando como será realizado o processo de modelagem 3D do acervo de tal instituição bem como a sua disponibilização para o público. Conferindo-se aos verbetes do dicionário eletrônico de termos museológicos a aplicação interativa touchscreen para acessibilidade lúdica e inovadora com a visualização dos objetos convertidos em imagem fotográfica com rotação de 360º.

Palavras-Chave: MAX, Dicionário, modelagem 3D.

A IGREJA CATÓLICA E SUA PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA NOS ANOS 1950

Autor: Eduardo Augusto Santos Silva
Graduando em História Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe. Integrante do Grupo de Pesquisa "Culturas, Identidades e Religiosidades"- (GPCIR).
eass25@hotmail.com

Orientador: Msc. Claudefranklin Monteiro Santos (DHI-UFS)
franklinmonteiro@oi.com.br

RESUMO:

O artigo analisa as mudanças na atuação da Igreja Católica do Brasil a partir dos anos 1950. A Igreja pensava que o catolicismo tinha se solidificado no país após os seus esforços, no início do século XX, de se fortalecer institucionalmente para recuperar seu prestígio e sua influência social. A modernização dos anos 1950 no Brasil veio para contrariar essa crença, pois a urbanização e várias transformações provocaram um abalo na prática dos costumes católicos. O clero brasileiro reagiu a fim de não perder sua influência no país. Fundou-se a CNBB em 1952 e setores da Igreja aderiram a vários movimentos sociais. Procuraremos entender como ocorreu essa reviravolta na Igreja Católica que passou a se preocupar com a realidade brasileira e se engajou na luta por melhorias sociais. Para tanto utilizaremos como referenciais teóricos as discussões de Renato Cancian e Riolando Azzi.

Palavras-Chave: Igreja Católica, modernização do Brasil, movimentos sociais.

FELISBELO FREIRE E A REPRESENTAÇÃO DOS AFRICANOS E DE SEUS DESCENDENTES NO LIVRO *HISTÓRIA DE SERGIPE* (1891)

Autor: Edvaldo Alves de Souza Neto
Graduando em História pela UFS
Bolsista PET/ História,
Integrante do Grupo de Pesquisa de História da África e da Diáspora Africana (GPHADA)
edinho_fla@yahoo.com.br

Orientador: Prof. Carlos Franco Liberato (DHI/UFS)

RESUMO:

Este trabalho visa analisar como é construída e reproduzida a imagem dos africanos e de seus descendentes na obra de síntese *História de Sergipe,* de Felisbelo Freire. Publicada originalmente em 1891, o livro representou um marco na historiografia sergipana, constituindo-se na primeira análise científica da história de Sergipe. Freire viveu numa sociedade sergipana recém-saída do escravismo e influenciada pelas teorias positivistas. Estas teorias, originadas na Europa, exerceram grande influência na intelectualidade brasileira durante a segunda metade do século XIX. A análise aqui desenvolvida busca

identificar os conceitos utilizados pelo autor para referir-se aos africanos e seus descendentes, a fim de desconstruir uma possível ideologia preconceituosa e racista que tende a diminuir ou omitir o papel do negro na dinâmica social sergipana.

Palavras-chaves: racismo; imagem; historiografia.

NAS BARRAS DA JUSTIÇA: PROCESSOS DE LIBERDADE MOVIDOS POR ESCRAVOS NO JUDICIÁRIO DA PROVÍNCIA DE SERGIPE DEL REY, 1871-1888

Autora: Elaine Santos Andrade
Graduando em História/UFS
Integrante do Grupo de Pesquisa História da África e da Diáspora Africana
dhulaine_jade@hotmail.com

Orientador: Msc. Carlos Franco Liberato (DHI/UFS)
carlos.f.liberato@gmail.com

RESUMO:

O presente projeto de pesquisa realizou-se com o intuito de colaborar com a historiografia a respeito da presença e contribuições africanas para a sociedade e a economia sergipanas, a partir dos dados coletados no Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe no período compreendido entre os anos 1871 a 1888 nas comarcas sergipanas constadas neste arquivo. Em especial, foram analisados casos de ações judiciais movidas por escravos que, amparados pelo Art. 4° da Lei de 28 de setembro de1871 ou Lei do Ventre Livre, passaram a requerer a sua liberdade. Ao mesmo tempo, procurou-se verificar quais foram os meios utilizados por estes para a formação de um pecúlio próprio, os quais sem a ajuda de um Fundo de emancipação conseguiram mover as ações de liberdade.

Palavras-chave: Escravos, Pecúlio, Poder Judiciário.

NO FESTEJO DAS MEMÓRIAS: A FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO ENTRE PORTUGAL E POÇÕES-BAHIA (1988-2004)

Autora: Estefanni Patricia Santos Silva
Graduanda em Museologia
estefanni.p@gmail.com

Orientadora: Profª. Dra. Janaina Cardoso de Mello (NMS/UFS)
janainamello@uol.com.br

RESUMO:

O trabalho apresenta o estudo da Festa do Divino Espírito Santo sob o olhar de um estudo comparativo entre o festejo no município de Poções (Bahia) e Portugal, a partir de uma metodologia etnográfica utilizada em observações e entrevistas e um estudo de documentação digitalizada disponível na Biblioteca Nacional de Portugal. O norte do trabalho guia-se pela compreensão da continuidade e/ou rupturas da festa no Brasil a partir de sua origem portuguesa, suas tradições, representações sociais, as redes de solidariedade e hierarquias sociais em torno da festa. O referencial teórico percorre as leituras de José Reginaldo Gonçalves, Martha Abreu, Pierre Bourdieu, Roger Chartier, Maria Michol Carvalho, James Clifford, dentre outros.

Palavras-chave: festa, representação social, Portugal

JUVENTUDE RURAL: ESTRATÉGIAS SÓCIO- FAMILIARES RUMO AO ENSINO SUPERIOR

Autora: Bruna Silva de Souza.
Graduanda em Pedagogia- UFS)
bruna1841@gmail.com

Orientador: Dra. Ana Maria Freitas Teixeira(UFS/DED/NPGED/NPGECIMA)
anabrteixeira@hotmail.com

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo compreender os sentidos e significados que os estudantes universitários de origem rural atribuem à escola, a família e ao trabalho em seus projetos de vida. Os resultados apresentados no artigo decorrem do trabalho desenvolvido como bolsista voluntária de iniciação cientifica no período de agosto de 2011 á Julho de 2012, vinculada ao Projeto de pesquisa: Juventude Rural e Ensino

Superior. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, centrada na revisão bibliográfica e na análise das entrevistas realizadas com dois estudantes da Universidade Federal de Sergipe (UFS), egressos da Escola Agrotécnica de São Cristovão atual IFS (Instituto Federal de Sergipe). A análise dos dados nos indicou que alguns jovens do meio rural e os seus familiares, veem a educação como um dos meios para garantir estabilidade financeira e reconhecimento.

Palavras-chave: Juventude Rural, Estratégia Familiar, Ensino Superior.

OS ESTUDOS COMPARARIVOS NA HISTÓRIA DA AMÉRICA: UMA DISCUSSÃO SOBRE OS SEUS USOS E APROPRIAÇÕES.

Autora: Analice Alves Marinho
Mestranda em Educação/ Bolsista Capes
analicemarinho@gmail.com

Orientador: Dr. Itamar Freitas (DED/UFS)
itamarfo@gmail.com

RESUMO:

Este artigo objetiva analisar os usos e apropriações do método comparativo nos estudos de História da América. A aproximação entre a História da América e as comparações existe desde os primeiros manuais escolares específicos sobre a disciplina e nas sugestões de intelectuais- brasileiros e sul americanos- para a "reescrita" da história do continente. Essa proposta de reescrita permanece até os dias atuais e é interessante observar como o estudo comparativo acompanhou as diversas fases de se pensar a história da América, desde a sua ideia de estudos integrados até a de estudos temáticos sobre os países. Assim, vários foram os usos e apropriações dos estudos de March Bloch e Peter Burke sobre o método comparativo e seus procedimentos e definições metodológicas, que auxiliaram na ideia de construir uma "América mais americana".

Palavras-chave: Método Comparativo, História da América.

GT 8:

O MUSEU COMO LUGAR DE MEMÓRIA: A CASA DE CULTURA JOÃO RIBEIRO

Autora: Tayara Barreto de Souza Celestino
Graduanda do curso de Museologia – UFS
Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memória e Patrimônio Sergipano/GEMPS
Bolsista do Programa de Inclusão e Iniciação Científica (PIIC /UFS)
tay.celestino@gmail.com

Orientadora: Dra. Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso

RESUMO:

O museu é uma instituição aberta ao público destinado à preservação da memória, espaço de divulgação, proteção do patrimônio, estudo, pesquisa e lazer. Também é um lugar de reflexão, indagações e subjetividades. Nesse contexto, apresento a Casa de Cultura João Ribeiro, localizada em Laranjeiras/SE, dedicada à divulgação e preservação da memória de João Ribeiro, laranjeirense radicado no Rio de Janeiro. O local é um lugar de memória, ao apresentar-se como uma das residências de seu patrono, decodificado para comportar uma exposição de longa duração, contextualizada com a proposta do museu. A casa é referência nacional, a única que trata da história de seu homenageado e, partindo desse princípio, a partir dela, a memória de João Ribeiro ganha espaço em outros lugares da cidade de Laranjeiras, atravessando monumentos que ressoam nas produções bibliográficas produzidas sobre o autor.

Palavras-chave: Museu, Memória, Casa de Cultura João Ribeiro.

"O MUNDO DA SEGURANÇA E DO TEMOR": MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR ARGENTINA (1976 -1983) EM *A HISTÓRIA OFICIAL* (1985)

Autora: Jéssica da Silva Souza
Graduanda em História/UFS
Bolsista PET História/UFS
Integrante do Grupo de Pesquisa Cultura, Memória e Política Contemporânea (CNPq/UFS-UFRB)
jessik.livres@gmail.com

Co-autora: Thaíse dos Santos Silva
Graduanda em História/UFS
Bolsista PIBID (Capes/UFS)
Integrante do Grupo de Pesquisa Cultura, Memória e Política Contemporânea (CNPq/UFS-UFRB)

thaise_black22@hotmail.com

Orientadora: Profª. Drª. Célia Costa Cardoso (DHI/UFS)

RESUMO:

Os regimes ditatoriais das décadas de 60 e 70 espalharam-se por vários países, sendo na América Latina, seu terreno mais fértil e duradouro. Em 24 de março de 1976 foi a vez da Argentina – país que já havia sido sacudido por outros golpes militares – ter um rumo histórico nunca imaginado até pelos piores céticos e pessimistas. Mas como em muitas situações, há os que se envolvem e os que não são atingidos diretamente. Através desta pesquisa, é possível perceber questões acerca dos diferentes impactos que uma mesma sociedade pode sofrer, mediante uma mesma situação. Quanto a isto, considera-se importante compreender o que Marcos Novaro e Vicente Palermo chamam de *mundo da segurança* e *mundo do temor* (2007). Sendo utilizada para tanto, a relação existente entre cinema e História, a partir da memória da Ditadura Militar Argentina no filme *A História Oficial*, de Luiz Puenzo (1985).

Palavras-chave: Ditadura Militar Argentina, Segurança, Cinema.

FUTEBOL, CINEMA E POLÍTICA: A DITADURA URUGUAIA E O MUNDIALITO EM 1980

Autor: Adson do Espírito Santo
Graduando em História - UFS
Monitor da Disciplina História Contemporânea II
adsonaes@yahoo.com.br

Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido S. Maynard (DHI/UFS)

RESUMO:

Em diversos momentos da História podemos perceber que o futebol teve seu prestígio e popularidade, apropriados por diversos governos, com o intuito de que este esporte atuasse como embaixador de suas ideologias. Porém o futebol, possui o fator imprevisibilidade, dentro e fora dos campos, fazendo com que isto nem sempre ocorra da maneira esperada. Neste trabalho iremos discutir como a ditadura uruguaia tentou utilizar-se do poder aglutinador de massas e da popularidade do futebol, para seduzir a

população a seu favor, através do Mundialito realizado no país em 1980 com o aval da FIFA. Nosso estudo partirá da análise da película *Mundialito (Sebastian Bednarik, Uruguai, 2010)*, tendo como arcabouço teórico para análise do objeto de estudo em questão os conceitos sobre cinema de Marc Ferro, e os conceitos sociológicos acerca do futebol de Eric Dunning e Nobert Elias.

Palavras-chave: Cinema, Futebol, Politica

REPÚBLICA, CORONÉIS E INSUFICIÊNCIA POLICIAL NO INTERIOR BAIANO NA REPÚBLICA VELHA

Autor: Alisson Gonçalves Barbosa
Mestrando em História pela UFS
alissongbarbosa@yahoo.com.br

Orientador: Prof. Dr. Fábio Maza (PROHIS/UFS)

RESUMO:

A eminente República deslocou de vez o centro econômico e de decisões, do Brasil para a região centro sul do país, e os Estados do norte e a Bahia se viram fora do centro de tomada de decisões. O que surgiu foi uma República oligárquica que consistia no poder de poucos, um regime de colaboração de governos, com os coronéis, que residiam notadamente no interior dos Estados, com base na arregimentação de votos. Os parcos meios de transportes colocaram várias localidades num profundo isolamento, no que tange a presença de um Estado efetivo. Daí as regiões mais interioranas da Bahia se viram isoladas e carentes até mesmo de uma polícia que garantisse as mínimas condições de segurança. Dificultando bastante o trabalho de juízes e Delegados, lotados nas comarcas interioranas do Estado.

Palavras Chave: Polícia, República e Oligarquia.

FEITICEIRO OU JUDEU? UMA ANÁLISE DO CASO DE JOÃO BAPTISTA LAROCA

Autor: Nilton Bruno Feitosa Santana
Graduando em História - UFS.
nbrunofs@yahoo.com.br

Orientador: Prof. Dr.º Marcos Silva (DHI- UFS)

RESUMO:

O texto analisa o caso de João Baptista Laroca, artilheiro natural do Piemonte, atual Itália, que foi penitenciado pelo Santo Ofício da Inquisição de Sevilha e degredado para a Ilha de Ceuta. De lá, escapou para o Norte da África e se declarou judeu. Vindo para Portugal foi novamente detido pela Inquisição de Lisboa em 1724, sendo acusado pelos inquisidores de heresia judaica. No processo o que mais chama a atenção é o fato do mesmo ser acusado também de fazer feitiçaria, incluindo os rituais descritos pelos inquisidores com riqueza de detalhes. O relato expõe o uso de símbolos e livros de magia, proporcionando uma análise acurada dessas práticas mágico-religiosas, podendo o caso ser identificado como relacionado à Mística Judaica, chamada de Cabala. Demonstrando que entre os cristãos-novos judaizantes havia uma grande erudição a respeito da Cabala Prática.

Palavras-chave : Inquisição, Cabala, Cristãos-Novos.

O MEDIEVO NA OBRA DE J.R.R. TOLKIEN: APONTAMENTOS INICIAIS PARA UMA PESQUISA MONOGRÁFICA

Autor: Andrey Augusto Ribeiro dos Santos
Graduando em História - UFS
Bolsista PET História - UFS
andrey_long@hotmail.com

Orientador: Prof. Msc. Bruno Gonçalves Alvaro (DHI/UFS)

RESUMO:

O presente trabalho tem como intenção compartilhar os passos iniciais da minha pesquisa monográfica na qual pretendo estudar os aspectos medievais presentes nas obras do autor J.R.R. Tolkien. Devido a todo o sucesso que fizeram e ainda fazem frente ao grande público, elas se apresentam, em minha opinião, como objetos válidos de

estudo das apropriações da Idade Média no mundo contemporâneo. Assim, nesta comunicação, apresentarei meus questionamentos e avanços na pesquisa até o momento. Para tal, me fundamentarei nas seguintes perguntas: trabalhar com os filmes ou os livros da série "O Senhor dos Anéis"? Até que ponto estes documentos podem ser usados em uma aula de História Medieval para ilustração de exemplos? Por que o autor se apropriou de temáticas medievais em sua obra? O motivo dos 58 anos de sucesso do "O Senhor dos Anéis" pode ser atribuído a interesse contínuo pela Idade Média?

Palavras-chave: Idade Média e Contemporaneidade, Literatura e História, Ensino de História Medieval.

EDUCAÇÃO E CULTURA: ASPECTOS DESENVOLVIDOS POR MADRE ALBERTINA BRASIL EM SERGIPE

Autora: Ana Paula Soares Lima
Membro do GREPHES (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História do Ensino Superior), Universidade Federal de Sergipe
livrelima@yahoo.com.br

Profª Drª Josefa Eliana Souza (DED/NPGED/UFS)
elianasergipe@uol.com.br

RESUMO:

Esta pesquisa trata da trajetória de Madre Albertina Brasil Santos e o desenvolvimento de seus projetos dentro e fora do estado de Sergipe. Sendo construída a partir do surgimento da Escola de Serviço Social no Estado e num segundo momento o destaque é dado ao seu envolvimento nos projetos de extensão da Universidade Federal de Sergipe. As fontes utilizadas para a construção da pesquisa foram depoimentos de colegas da Madre, fontes documentais consultadas em diferentes acervos e fontes eletrônicas. Os pressupostos teórico – metodológicos relacionam – se a história da educação e ao desenvolvimento da cultura. Espera-se com o mesmo contribuir com o conhecimento acerca de uma personalidade de grande relevância para a história da UFS.

Palavras – chave: Madre Albertina Brasil Santos – Educação – Universidade Federal de Sergipe.

-


Artigos de comunicações
II ENCONTRO DE PESQUISADORES INICIANTES DAS HUMANIDADES

GT 1:

DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE: ESTRUTURA ECONÔMICA SERGIPANA (1895-1899)

Autora: Edla Tuane Monteiro Andrade
Graduanda em História/UFS
Integrante do Grupo de Pesquisa GPCIR/CNPq
Educadora no Museu da Gente Sergipana
edla_pock@hotmail.com

Orientador: Prof. Msc. Claudefranklin Monteiro Santos (DHI/UFS)
franklinmonteiro@oi.com.br

INTRODUÇÃO

Ao longo da formação da história de Sergipe, os mais diversos setores econômicos deram sustentação a uma sociedade marcada pela dependência em relação a outros centros nordestinos, notadamente as praças da Bahia e Pernambuco.

Fatores de ordem interna dificultam ainda mais as relações de cadeia produtiva sergipana, evidenciados, independentemente do ciclo, as dificuldades de escoamento da produção, a inexistência de mão de obra qualificada no período em questão.

A cana e o algodão, os quais ocuparam grandes propriedades, instalados em espaços consideráveis das terras e das exportações sergipanas, desenvolvidos com base no trabalho escravo. Já a pecuária permitiu a inserção de uma categoria de trabalhadores livres, ainda que desse oportunidade à poucos postos de trabalho. E ainda as atividades

de subsistência e o tabaco fermentaram a história econômica sergipana apesar do pouco destaque que estas tiveram.

Ao avançarmos sobre o século XIX, o qual foi marcado por profundas transformações nas estruturas econômicas do Brasil. Sergipe também passou por algumas mudanças que mexeram com o rumo de sua economia, verificado num período de transição da Monarquia para República. A economia sergipana deparou-se com novos questionamentos, novas situações, novos desafios e consequentemente novas experiências. Sendo assim, tornou-se reflexo do que acontecia no Nordeste, que passava por uma retração econômica que ocorreu em função da decadência do algodão, do açúcar e do tabaco. No setor agrícola sergipano, estas crises provocaram a queda dos produtos e a diminuição nas vendas por causa do excesso de produção. Mas, apesar da crise a estrutura destacou-se nacionalmente com a produção e o comércio do sal, este oriundo principalmente das Salinas do Rio do Sal, riqueza econômica está de grande valor significativo no período.

METODOLOGIA

No presente artigo optou-se pela pesquisa documental e por uma análise preliminar do conteúdo veiculado no Diário Oficial procurando através das páginas deste resgatar e reconhecer alguns elementos da Economia Sergipana particularizando no período compreendido entre os anos de 1895 a 1899, que tem como marco político a Proclamação da República. Outro método utilizado para o aprofundamento e análise dos Diários foram as "Fichas de Pesquisa", as quais são fichas que contém individualmente os dados de cada jornal, seja localização, titulo da fonte, número do documento, nome da pesquisa, as condições de conservação da fonte, um resumo do que ele aborda pontos chaves que o jornal informa e ainda três palavras chaves que simbolizam os principais fatos do jornal.

Dessa forma, este material impresso pode ser visto como uma imensa fonte documental sendo muito útil para o surgimento de novas indagações no campo político, cultural e social contribuindo para o desenvolvimento de pesquisas sobre uma determinada situação histórica e sobre uma dada realidade.

Além disso, este trabalho visa dar maior ênfase ás pesquisas relacionadas ao jornalismo sergipano e principalmente levantar reflexões sobre a nossa imprensa ao mostrar o papel que a mesma tinha ao informar sobre a economia. Para servir de base teórica para a realização pesquisa foi utilizado à historiografia sobre a história da

imprensa bem como produções acadêmicas. O clássico do historiador Nelson Werneck Sodré escrito em meados da década de 60 o qual traz uma síntese da *História da Imprensa no Brasil*. Para entender o contexto histórico e econômico do período o livro *História Econômica do Brasil* de Caio Prado Júnior. Também alguns artigos publicados nas revistas do IHGS, sobre a economia em Sergipe.

ESTRUTURA ECONÔMICA SERGIPANA (1895-1899)

Na última década do século XIX, a economia sergipana encontrava-se em crise de mão de obra, tecnologia e ainda existia a necessidade dos investimentos de empresários. Tão pouco a transição político-administrativa para a implantação do sistema republicano favoreceu a economia sergipana. As atividades econômicas sergipana sofreram algumas mudanças, já outras continuaram subsidiárias como no caso da pecuária, deixada em segundo plano enquanto o açúcar foi a atividade preferencialmente aportada pelos recursos e financiamentos.

Ainda no final do Século XIX, a economia brasileira era predominantemente agrícola, mas a produção industrial avançava tecnologicamente e o mercado interno vinha crescendo continuamente desde 1880. Em Sergipe, nesse período, merece destaque as atividades industriais têxteis exercidas pela indústria de fiação e tecido, Cruz e Cia ou Fábrica Sergipe Industrial. Esta apresentava uma produção bem diversificada que ia de sacos para a indústria de açúcar a brins, Bulgarianas, estopa, e etc.



Figura 01

Fonte: Diário Oficial de Sergipe, 13 de Setembro de 1895, nº 10, pág. 07.

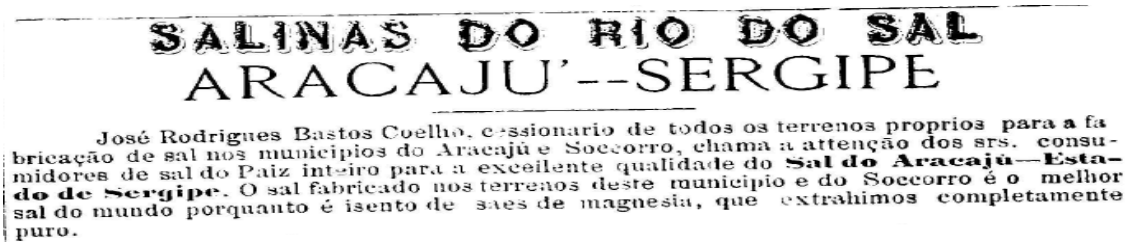
Entretanto, com a virada do século XX Sergipe manifestara uma economia que se encontrava em crise.

> A estrutura econômica do Estado rígida, arcaica, não permite que a indústria ultrapasse a agricultura, por sinal de baixa produtividade. Ela, nessas condições, resiste às mudanças, a propriedade frequentemente violentada e razão da ganância dos mais abastados [...] (FIGUEIREDO, 1989, p 37).

Devido à crise as atividades complementares como a pecuária mantiveram-se sempre como a opção para investimentos e capitais daqueles que possuíam terras destinadas à agricultura. Dessa forma, grandes foram as dificuldades enfrentadas por esta, como as disputas pelo espaço para o desenvolvimento das atividades, as dificuldades de mão de obra e sua extrema dependência das economias baiana e pernambucana.

Entretanto, apesar de toda a conturbação deste sistema econômico em Sergipe, o Diário Oficial de Sergipe revela alguns pontos que fizeram esta economia adormecida e fechada para tecnologia se destacar nacionalmente. Nesse contexto, é crucial lembrar também que Sergipe destacava-se nacionalmente com a produção e comércio do sal, este oriundo principalmente das Salinas do Rio do Sal, localizadas no município de

Nossa Senhora do Socorro, que tinham como cessionário de todos os terrenos em 1895, José Rodrigues Bastos Coelho. As Salinas eram a fonte de renda de muitos pequenos e médios proprietários rurais, pois o sal era a riqueza econômica de Sergipe e tinha um valor significativo no período.



SALINAS DO RIO DO SAL
ARACAJU'--SERGIPE

José Rodrigues Bastos Coelho, cessionario de todos os terrenos proprios para a fabricação de sal nos municipios do Aracajú e Soccorro, chama a attenção dos srs. consumidores de sal do Paiz inteiro para a excellente qualidade do **Sal do Aracajú—Estado de Sergipe**. O sal fabricado nos terrenos deste municipio e do Soccorro é o melhor sal do mundo porquanto é isento de saes de magnesia, que extrahimos completamente puro.

Figura 02

Fonte: Diário Oficial de Sergipe, 27 de Setembro de 1896, nº 307, pág. 08.

Com isso nota-se que o Diário em seu formato já é em si um veículo administrativo, e também o mediador para entender a estrutura econômica nestes quatro anos, já que este fica a par de fatos como as movimentações feitas nas *Caixas do Tesouro de Sergipe,* podendo ser analisadas através de balancetes no que se compõe o *caixa geral, os depósitos públicos, depósitos diversos, estampilhas, monte-pio(o total),* observando estas caixas, pode-se jogar um olhar já sobre a economia da província neste período.

A cada dia saía em seus números, o preço dos produtos que circulavam no comércio sergipano, sendo que os preços destes eram controlados e determinados pelo Governo Federal, sendo repassado pelo Governo Estadual.

Os anúncios publicados diariamente abrem espaço para a divulgação de produtos e serviços e dizem muito sobre o as mudanças cotidianas oriundas da urbanização da cidade destacando entre elas o consumo, uma marca da "civilização e do progresso".



ANNUNCIOS

COMPRA-SE

Sabugo ou capuco de milho

O sabugo do milho era cousa sem nenhuma applicação neste Estado; entretanto agora acaba de ser estabelecida por Azevedo & Comp. uma fabrica a vapor para o preparo de

FARELLO DE SABUGO DO MILHO

que será de grande preferencia, por quanto o sabugo do milho tem grande quantidade de assucar, de amido e outras materias alimenticias.

São agentes compradores:

Na capital:—No armazem de seccos e molhados da rua de Japaratuba n. 39 e o sr. José Firmino, rua de Laranjeiras n. 29.

Em Laranjeiras:—O sr. Pedro Vieira.

Figura 03

Fonte: Diário Oficial, 23 de Setembro de 1896, página 07.



DEPOSITO DE JOIAS E RELOGIOS

DE

José Leite

Completo sortimento de joias e relogios dos melhores fabricantes da Europa e America

IMPORTAÇÃO DIRECTA

Preços sem competencia

DESCONTOS VANTAJOSOS

Compra-se ouro e prata

VER PARA CRER

ENTRADA FRANCA

7—RUA DE JAPARATUBA—7

Aracajú

Figura 04

Fonte: Diário Oficial, 02 de março de 1897, página 08.



PIANO

Domitilla de Sant'Iago recebe chamados para ensinar piano.

Trata-se a Praça Mendes de Moraes n.º 4.

Figura 05

Fonte: Diário Oficial, 04 de Outubro de 1896, página 07.

Além destes, outros tipos de anúncios movimentavam as páginas do diário como vendas de Bilhetes de Loteria, estabelecimentos como a Tabacaria Bahiana, trapiches, eventos como leilões, vendas de terras e etc. No setor agrícola sergipano, estas crises provocam a queda dos produtos e a diminuição nas vendas por causa do excesso de produção como nos diz uma notícia do diário: "comprehende-se que esta situação tenha rompido o equilíbrio, dando logar a depressão formidável de preços que afflige os productores." (Diário Oficial, 05 de Setembro de 1895, p.).

Os Engenhos que ainda estavam em atividade eram de pequeno porte, mais conhecidos como Banguês e que vendas destes Engenhos ainda freqüentavam as páginas como, por exemplo: "Vende-se o Engenho Itaporanga do termo do mesmo nome montado a vapor e com grande quantidade de terra adaptavel á culturas de canna." (Diário Oficial, 03 de Setembro de 1896, p. 07).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das crises enfrentadas ao longo da história econômica de Sergipe, no período em questão de 1895 a 1899, a sua estrutura timidamente foi sendo modificada moldando-se conforme as necessidades. Mas algumas atividades permaneceram à margem enquanto outras se destacaram e ampliaram seu nivel de comercialização no Estado, e ainda atividades como o "Sal" vistos com o certo preconceito foram fermentadores da economia nacionalmente no momento em que o sistema politico-administrativo vem a ser substituido pela então República.

Mas este alvorecer de um novo regime não modificou tanto o cenário econômico sergipano, que se manteve por um certo período dependente dos Estados da Bahia e Pernambuco. Sobretudo no que reflete no Diário pode-se notar esta dependência por parte do Estado, seja nas exporatações dos produtos como também dos investimentos destes em empreendimentos em solos sergipanos. Pode-se observar ainda o quando a estrutura econômica de Sergipe prendeu-se ao modelo arcaico sem dar abertura a novas tecnologias.

Entretanto, com todos os altos e baixos deste período o consumo ocupou um lugar fundamental, pois mesmo com toda a crise da transição a sociedade sergipana

fermentou a comercialização e compra de produtos, claro que com a divulgação de empreendimentos facilitou o conhecimento das lojas e produtos que se encontravam a venda por meio de anúncios bem convidativos, os quais seduziam o leitor do Diário a consumir nestas freguesias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: Fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis: Vozes, 1894.

ARAUJO, Acrisio Torres. *Imprensa Sergipana*. Brasília: gráfica do Senado, 1993.

CARONE, Edgar. A *República Velha I: Instituições e classes sociais (1889-1930).* Rio de Janeiro: Difel, 4ª Edição, 1978.

COSTA FILHO. *O fundador da imprensa sergipana*. Aracaju: Revista do Instituto Histórico de Sergipe, nº 5, 1920.

DINIZ. Diana Maria de Faro Leal. *Nota sobre a história do algodão em Sergipe*. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 26, 1965-1978.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História Política de Sergipe*. Vol.2. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe. 1986, 474 p.

JÚNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. 43º Edição. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tânia Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo, Unesp, 2006.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. *História e Imprensa: Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

VIOTTI, Emilia. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. 9º Edição, 1979.

COLEÇÃO CARRAPICHO: HISTÓRIA, MEMÓRIA E MUSEALIZAÇÃO

Autora: Valdineide Maria da Silva
Graduanda em Museologia – UFS

Orientadora: Drª Janaina Cardoso de Mello (NMS – UFS)

Introdução

O estudo em questão trata da interação entre patrimônio material e imaterial a partir da Sala de Cultura Popular do Museu do Homem Sergipano (MUHSE)[1], que é um órgão suplementar vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Federal de Sergipe (UFS), atualmente dirigido pela professora Msc. Verônica Maria Meneses Nunes.

A sala começou a funcionar em 1983, quando ainda era caracterizada como um Museu de Antropologia, e atualmente expõe objetos representativos da cultura sergipana organizados pela professora e antropóloga Beatriz Góis Dantas.

Fig. 1: sala de cultura popular (1983-1993) no centro de cultura e arte (CULTART)



Fonte: caixa 04, pacote 06 Muhse. Fotógrafo: Jairo Andrade em outubro de 1987. Acervo do MUHSE.

Ao estudar esse "modo de fazer" comunicado na expografia do MUHSE pretende-se identificar sua relação com a memória e a identidade dos artistas, ou seja, o seu grau de envolvimento com a arte sergipana com uma linguagem objetiva.

Chama-se atenção nesse ponto para o conceito de "representação social" que permeia o trabalho, pensando as cerâmicas como uma:

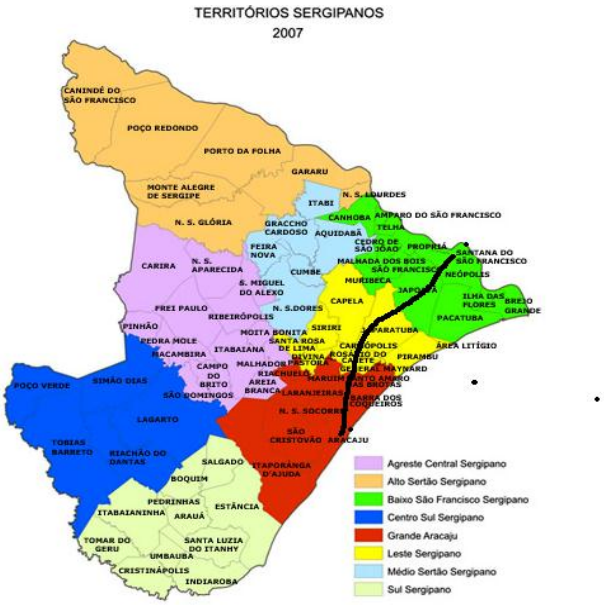
> representação também percebida como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo, como instrumento de conhecimento que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma imagem capaz de reconstituí-lo em memória e de figurá-lo tal como ele é (CHARTIER, 1990, p. 20).

Ainda para oportunizar uma maior acessibilidade ao material oriundo desse estudo, optou-se pela criação de um *blog* acondicionado no endereço: http://colecaocarrapicho.wordpress.com/, favorecendo uma divulgação para além das fronteiras sergipanas do trabalho com barro objeto dessa pesquisa.

Do barro ao artesanato: o modo de fazer cerâmico de Carrapicho-SE.

Desde a criação do mundo o barro tem sido um recurso natural bem utilizado pela humanidade, e na região do baixo São Francisco em Sergipe, o mesmo é um fator favorável da área de solo argiloso extraído do barreiro na cidade de Santana do São Francisco refletindo a história e a memória da comunidade.

Fig. 2 – Mapa de Sergipe com trajetória de Aracaju a Santana do São Francisco



Fonte: http://maps.google.com.br/Mapa/Web2.ipg/Codise.se.gov.br,
Acesso em: 22/09/2011

O povoado foi nomeado inicialmente em decorrência da abundância de uma planta rasteira chamada Carrapicho[2], que tem espinhozinhos que aderem a roupas e pêlos dos animais.

Os portugueses Pedro Gomes da Silva (pai) e Belarmino Gomes da Silva (filho) foram os fundadores do Município. Eles montaram uma fazenda a margem do Rio São Francisco, onde plantavam arroz. Foi nessa fazenda que também que foi implantada a primeira cerâmica chamada Carrapicho. Pois os proprietários da fazenda tinham empregados que com suas famílias trabalhavam na cerâmica produzindo peças de utensílios domésticos devido ao tipo de solo. No decorrer do tempo, outros moradores foram chegando de municípios vizinhos e de Alagoas para agregarem-se ao processo artesanal.

O nome atual de Santana do São Francisco, foi formalizado em 6 de Abril de 1964, sugerido pelo Frei Damião e o pároco de Neópolis Monsenhor José Moreno de Santana, com o objetivo de homenagear ao mesmo tempo a Nossa Senhora de Santana padroeira do então povoado Neópolis e ao rio São Francisco que divide a cidade da ex-Carrapicho com a cidade de Penedo em Alagoas. Juntamente com vários outros municípios sergipanos se tornou independente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, tendo como antecedentes a reivindicação da lei de 1964 que elevava o antigo povoado Carrapicho à categoria de cidade (REVISTA CINFORM, 2002).

A coleção de cerâmica Carrapicho é marcada por cada artesão, seja ela assinada ou se destaque por seu modo de fazer peculiar. Desse modo, Dona Cristina Francisca Pires filha natural de Carrapicho começou a fazer artesanato com seu pai Manuel Francisco de Souza, que fazia potes e penicos, e sua mãe Jovelina Alice de Souza que também trabalhava peças de Boi, Cavalo, Lancha, Mesa, Sofá em miniaturas.

Fig.5 – A artesã D. Cristina modelando as peças em sua residência a mão.



Fonte: Acervo pessoal Valdineide Silva, em 15/09/2011

Dentre as coleções presentes no Museu do Homem Sergipano estão também as cerâmicas produzidas pelo do Sr. José Ivan Santos, conhecido como “Cachoba”, que trabalha com artesanatos diversificados, figuras humanas, vasos decorativos e arte-sacra. As esculturas são figuras humanas à exemplo do “homem do campo”, pois o mesmo gosta de trabalhar com matérias do campo como a enxada. Produz vasos com figuras chamadas “carrancas” que eram utilizadas nos barcos que atravessavam o Rio no alto São Francisco. Assim, as cidades de Juazeiro (PE) e Petrolina (PE) usavam essas figuras, pois segundo o imaginário social[3] local as imagens das carrancas nos barcos serviam para expulsar os maus espíritos.

Fig. 6: O artesão Cachoba em sua residência.



Fonte: Acervo pessoal Valdineide Silva, em 03/05/2012

Outra "memória viva" presente no MUHSE são as peças de Dona Feliciana (falecida em 16 de janeiro de 1983) A instituição é guardiã dos objetos assinados com o nome da artesã. Seus destaques são os cavaleiros, modelagem de anjos e santos, e seu maior objetivo era criar formas novas.

Fig.7 – Dona Feliciana (Maio de 1980)



Fonte: Acervo particular Maria da Conceição Santana
(bisneta de Dona Feliciana) com cópia cedida ao Acervo pessoal Valdineide Silva, em 15/09/2001

Memória em destaque na sala de cultura popular também é o famoso "Beto Pezão" como é conhecido o artista Sr. José Roberto Freitas, natural da antiga Carrapicho e residente atualmente em Aracaju. Começou seu trabalho aos seis anos de idade com o seu pai e sua mãe, a artesã Maria da Pureza Melo de Mendonça. Os destaques de suas obras evidenciam-se nos artesanatos populares com as características do nordestino e seus costumes, o sertanejo e seu trabalho diário, a arte sacra de origem nordestina e peças para os romeiros.

Fig.8 – Beto Pezão



Fonte: Acervo pessoal Valdineide Silva,em 17/09/2011

A arte do Pezão começou quando o artista percebeu que algumas imagens não tinham estabilidade, ou seja, não ficavam em pé durante muito tempo, por isso alongou os pés das imagens para dar sustentação.

Fig.9 – São suas obras expostas em seu ateliê na Rua: Carlos Menezes, 152 Cidade Nova, Aracaju



Fonte: Acervo pessoal Valdineide Silva, em 17/09/2011

No plano nacional, os seus trabalhos lhe renderam encomendas para os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Mas também já expôs suas obras em países como Chile[4], Portugal e Estados Unidos, em 1996, através da UNESCO com o projeto "Amigos da América" na cidade de Miami (EUA).

É possível perceber a característica do modo de fazer de cada artesão e suas memórias através de cada peça, uma emoção e uma criação estética. Porém, a sala de cultura popular não é apenas uma sala, é um "lugar de memória"[5] com o perfil de cada artista e o problema do início e do quase fim do patrimônio imaterial que é transmitido de geração a geração e é conceituado a partir da perspectiva da alteridade. Enquanto produto cultural, o patrimônio

> é considerado alvo de constantes "recriações" decorrentes de mutações entre as comunidades e os grupos que convivem num dado espaço social, do meio ambiente, das interações com a natureza e da própria história dessas populações, aspectos fundamentais para o enraizamento ou sentido de pertença que

> favorece o respeito e a diversidade cultural e da criatividade humana (PELEGRINI, 2008, p.46).

Sob o aspecto da identidade uma preocupação emana da artesã Dona Cristina Francisca Pires, devido ao fato de já ter visto uma obra sua nomeada como sendo de autoria de outro artesão.

Considerações Finais

Através das memórias resgatadas e adquiridas na musealização da coleção Carrapicho junto aos artesãos de Santana do São Francisco, presente na sala de cultura popular do Museu do Homem Sergipano, antes nunca estudada, mas reconhecida e presente na cultura material e imaterial sergipana buscou-se conferir maior visibilidade à memória e identidade evocadas pelas representações sociais no artesanato cerâmico.

Ao finalizar o trabalho a elaboração de um *blog* possibilita uma divulgação digital virtual que favoreça o entendimento do bem patrimonial para além de suas fronteiras geográficas, contemplando as demandas da modernidade envolvendo museu, memória, cultura, artistas e população local e nacional. Desse modo, propaga-se um novo vetor comunicativo através do qual a informação chegará à população local e mundial através de uma tecnológia humanizada aplicada ao bem da sociedade, servindo até mesmo como ferramenta para uma educação patrimonial indireta:

> Com a Internet, os serviços de informação passam a estar *online*, caracterizando-se como serviços de informação virtuais. Ocorre uma quebra de paradigma, onde estes serviços passam a ser disponibilizados "extramuros", visto que a barreira do 'espaço' é quebrada. A questão do tempo, também passa a ser revista, pois como estes serviços são disponibilizados na Internet, podem ser consultados a qualquer hora do dia, sete dias por semana (SÁ, 2005, p. 04).

O Museu do Homem Sergipano é um espaço real que abriga a coleção Carrapicho como parte integrante da sala de cultura popular, todavia, longe de substituir a presença física do museu, a adoção de um blog específico para esse acervo tende a divulgar as obras e as instituições instigando os visitantes a experimentarem a fruição cultural de forma presencial, porém já embasados com as informações disponibilizadas através dessa ferramenta tecnológica.

Notas:

[1] Para maiores informações sobre o Museu do Homem Sergipano (MUHSE) conferir NUNES, 2010.

[2] Trata-se de uma herbácea ou arbusto perene, lenhoso, apresentando caule piloso o qual atinge até cerca de um metro e meio de comprimento, retos nas extremidades, com estípulas acuminadas, lanceoladas, oblíquo-triangulares e estriadas longitudinalmente, ligeiramente aderentes a base dos pecíolos... Disponível em: http//:ervaseinsumos.blogspot.com/2009/03/carrapicho.html., Acesso em 15/07/2012.

[3] Apoiando-se de Michelet, Baczko ressalta que imaginário produz um importante peso sobre as esferas política e social. Através das imagens criadas de si, em uma determinada época, é que uma sociedade manifestaria e/ou esconderia as suas intenções, bem como o lugar que lhe caberia naquele contexto histórico (BACZKO, 1984, p. 303).

[4] Durante a ditadura militar, o que fez com que conhecesse Augusto Pinochet.

[5] Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar as honras fúnebres, estabelecer contratos, porque estas operações não são naturais (...). Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento de história, mas que lhe são devolvidos (...) (NORA 1993, p. 13).

Referências Bibliográficas

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Vol.1. Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984, pp.296-331.

BARRETO, Hélia Maria de Paula. **Produção cerâmica Xokó**: A retomada de uma identidade São Cristovão: Ed. UFS Aracaju Fundação Oviêdo Texeira, 2010.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos (1929-2007)**.Tradução: Zumira Ribeiro Tavares. 5 ed. São Paulo:Perspectiva, 2008.

CATÁLOGO "Arte do Fogo" em Santana do São Francisco. Sergipe: Programa BNB de Cultura, 2009.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DANTAS, Beatriz Góis. A mão e o torno: a divisão sexual do trabalho entre produtores de cerâmica. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 18-19, n. 1-2, 1987-1988.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Revista do Programa de Estudos Pós-Gradudos em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

NUNES, Verônica M. M. O Museu do Homem Sergipano. **Revista Patrimônio e Memória.** UNESP – FCLAs – CEDAP, v.6, n.2, p. 78-96, dez.2010.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo; FUNARI, Pedro Paulo. **O que é patrimônio cultural imaterial?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

POMIAM, Krzysztof. **Collecionneurs, amateurs et curieux**. Paris, Venice:XVIe - XVIIIe siécle,1987.

REVISTA CINFORM. História dos municípios, junho de 2002.

SÁ, Ivone Pereira de. **A face oculta da interface**: serviços de informação arquivística na web centrados no usuário. Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ, 2005.

XAVIER, Leandro Pinto. Fazendo Arte: a relação entre o valor simbólico e o valor utilitário da cerâmica no Distrito de Icoaraci/PA. **Lato & Sensu**. Belém, v-2, n.3, p. 23 - 29, jul, 2001.

NOTAS SOBRE O PROJETO A COLONIZAÇÃO DO CIBERESPAÇO E A EXTREMA-DIREITA CHILENA (2007-2012)

Autora: Luyse Moraes Moura
Graduanda em História/UFS
Bolsista PIBIC/CNPq
Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente
luyse@getempo.org

Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard (DHI/UFS)

1. Introdução

O fim da Segunda Guerra Mundial marcou o declínio dos regimes ditatoriais de extrema-direita e, após 1945, os movimentos fascistas pareciam ter desaparecido. Entretanto, na segunda metade do século XX, constata-se em muitas sociedades a crescente estruturação e o fortalecimento de movimentos neofascistas que, por volta dos anos 1980/1990, ampliaram seu espaço político, inclusive em termos legais.

O ressurgimento dos fascismos não ocorreu apenas em países da Europa, ao contrário do que muitos imaginam. A emergência de movimentos de cunho nacional-socialista e manifestações a favor do fascismo podem ser observadas no mundo inteiro, inclusive na América do Sul.

O Chile, por exemplo, é reconhecido atualmente como a capital neonazi da América Latina. Nas últimas décadas do século XX, a estruturação e o fortalecimento de grupos neofascistas no país, e a atuação de novos ideólogos e líderes nacionais do movimento NS – como Miguel Serrano [1], Alex López [2] e Ernesto Lutz [3] – converteram o Chile em uma fonte inesgotável de informações neofascistas exportadas para todo o mundo, que alimentam as mentes e os corações de neonazistas europeus e americanos (SALAS, 2006).

Nos primeiros anos do século XXI, diversas organizações de inspiração fascista já operavam no Chile, a exemplo dos grupos *Patria Nueva Sociedad*, *Frente Orden Nacional* e *Movimiento de Acción Nacional- Socialista de Chile*. Além desses, também se destacam inúmeras organizações skinheads neonazistas, cujos integrantes, com frequência, protagonizam atos de violência contra aqueles que não se enquadram em seus padrões de raça, religião e identidade – imigrantes, negros, homossexuais, comunistas, judeus e punks. Através de uma propaganda atraente e manipuladora, que veicula ideias de progresso, de superioridade racial e de combate aos "inimigos", esses grupos expandem seu espaço de atuação, atraindo pessoas do mundo inteiro, e tendem a se desenvolver ainda mais.

Descritos como odiosos e intolerantes, os grupos extrema-direita do Chile apresentam faces diversas e contraditórias. Uns se inspiram nos movimentos nacionalistas históricos, outros se espelham na Alemanha nazista ou na vertente esotérica do nacional-socialismo. Algumas organizações têm a violência e a agressividade como linguagem, outras, porém, mostram-se mais pacíficas e aspiram uma maior participação na política do país. De fato, cada um desses movimentos apresenta posturas políticas e culturais distintas, influenciadas pela maneira como seus membros se relacionam com a sociedade. Entretanto, é necessário ressaltar que "todos esses grupos, rigorosamente todos, são autoritários e excludentes, visceralmente antidemocráticos, intolerantes, agressivos- o que, cedo ou tarde, acaba por virar fascismo e nazismo" (SALEM, 1995, p.54).

2. As relações entre a extrema-direita chilena e a Internet

Até a década de 1990, os indivíduos que propagavam ideologias neofascistas no Chile operavam tradicionalmente, isolados, desprovidos de ligações estruturais maiores. Entretanto, com a popularização da Internet, esses extremistas descobriram um novo meio de disseminar suas mensagens de ódio e intolerância.

Diferentes movimentos de extrema-direita passaram utilizar a Internet como uma poderosa ferramenta de propaganda, uma vez que essa nova mídia é segura, econômica e, sobretudo, possui uma alcance mundial (MAYNARD, 2010; DIAS, 2007; ZICKMUND, 2000). Com o acesso global à Internet, documentos postados na rede passaram a ser disponíveis a qualquer pessoa que possua um dispositivo tecnológico para acessá-los. Esta ausência de fronteiras, assim como a liberdade de disseminar ideologias subversivas na rede, oportunizou a ação de grupos intolerantes e também reduziu a autonomia do governo chileno para restringir a literatura extremista (ZICKMUND, 2000).

Dentro do ambiente virtual, além de aumentar sua visibilidade, as organizações neofascistas se aproveitam das facilidades da rede mundial de computadores, como a velocidade na qual transitam as informações, para fugir de qualquer monitoração constante por parte do poder legislativo. Deste modo, diversos militantes do ciberódio têm conseguido, através da Internet, agredir e escapar de punições na rapidez de um clique (MAYNARD, 2010).

Considerando o surgimento de grupos neofascistas por todo o mundo, mas principalmente no Chile, e as relações desses com a chamada cibercultura, o projeto "A colonização do ciberespaço e a extrema-direita chilena (2007-2012)" busca investigar como grupos de extrema-direita chilenos se apropriaram da internet para expandirem sua atuação, entre os anos de 2007 e 2012. Para isso, foram selecionados para análise o site do extinto grupo neofascista *Frente Orden Nacional* (http://www.chilens.org/), e o site do *Movimiento de Acción Nacional-Socialista de Chile* (http://www.manschile.org/).

3. O monitoramento das páginas de ódio

No intuito de compreender que tipo de relação se constrói entre o espaço virtual e a defesa de ideologias extremistas, dedicamo-nos à visitação, catalogação e ao arquivamento dos portais estudados.

Para viabilizar o arquivamento de parte do conteúdo estudado, todos os portais selecionados foram baixados completamente no formato PDF. Tal procedimento nos permitiu resguardar algumas das principais fontes da pesquisa, bem como evitar o prejuízo caso algumas páginas fossem retiradas de circulação.

A catalogação e o arquivamento dos portais visitados facilitaram o acesso às informações contidas nesses, e viabilizaram a análise de como grupos de extrema-direita chilenos se apropriam do ciberespaço para disseminar seus ideais. Estas etapas foram de particular importância nesta investigação, pois nos possibilitaram armazenar dados para posterior leitura e interpretação de materiais apresentados nos sítios eletrônicos. A seguir faremos uma breve descrição de cada um dos portais estudados.

4. Portal Frente Orden Nacional http://www.chilens.org/ (IP 208.85.243.136)

A história deste movimento de extrema-direita teve início em novembro de 2003, quando um grupo de simpatizantes do nazismo começou a se reunir em um centro cultural de Valparaíso, no Chile. No decorrer do tempo, as reuniões culminaram na formação de um movimento político que compartilhava uma cosmovisão semelhante à do nazismo histórico. Este passou a se chamar *Frente Orden Nacional* (*F.O.N.*).

Os integrantes do recém-formado grupo neonazi adotaram como uniforme oficial as camisas cinza, numa tentativa de reproduzir a vestimenta dos ex-militantes do Movimento Nacional-socialista do Chile dos anos 1930. Juntamente com os uniformes, os símbolos as bandeiras, os lemas, os cumprimentos, as saudações, os distintivos, os cultos e as místicas cerimoniais de caráter fascista converteram o *F.O.N.* em uma organização cerimonial doutrinária.

Com o passar dos anos, o grupo estruturou sedes em Valparaíso, na capital Santiago, em Concepción, Antofagasta e La Serena, e começou a realizar atividades propagandísticas nessas localidades como, por exemplo, a distribuição de panfletos e a organização de acampamentos que reuniam neonazistas de algumas regiões do Chile.

Entretanto, tais ações não foram suficientes para expandir a atuação do *F.O.N.* e não garantiram uma maior visibilidade ao grupo. Angariar novos adeptos e disseminar mensagens de ódio exigiram dos neonazis chilenos uma nova estratégia. E esta foi desenvolvida no território virtual. Em 2010, o *F.O.N* criou um portal para divulgar as opiniões, tendências e metas de seus membros e, também, para apresentar os principais aspectos da doutrina neonazista no Chile – o site foi registrado nos Estados Unidos (IP 208.85.243.136).

Em sua página virtual, o *Frente Orden Nacional* era apresentado como um movimento político nacional-socialista, adaptado à realidade chilena e aos tempos atuais. Seus integrantes

concebiam o Chile como um produto da cultura europeia ocidental e afirmavam que toda a história dessa nação está relacionada à atuação eurodescendente. Eles acreditavam que a miscigenação ocorrida no Chile, durante o período de colonização, foi fruto de dois elementos raciais: o europeu e o indígena. Entretanto, de acordo com o grupo, esta mescla conservou em maior medida o elemento racial europeu e, por isso, pode-se observar na atual população chilena um predomínio racial de tipo europeu.

Partindo deste pressuposto, o *F.O.N.* tinha como um de seus princípios oficiais a defesa da identidade eurodescendente, ou identidade "ariana". Os neonazis que compunham esta organização afirmavam que "se debe regenerar a la raza que ha creado la cultura que Chile desde el origen ha tenido hasta el día de hoy, y que se encuentra mayormente extendida entre su población. Esta es la raza blanca" (Disponível em http://chilens.org/faq. Acesso em 10/01/2012).

Para alcançar este fim, o *F.O.N.* apresentou algumas sugestões em seu site. Dentre elas, podemos citar: a educação da população chilena sobre a valorização de sua própria raça; o fomento da natalidade "sana" da população nacional – isto é, o nascimento de indivíduos de raça branca, que não apresentem deficiências físicas ou intelectuais –; a paralisação total da imigração ilegal e prejudicial, segundo o grupo, para a identidade nacional; a promoção de políticas eugênicas, como a esterilização voluntária de indivíduos que apresentem alguma enfermidade hereditária. Esta última medida visava, de acordo com o *F.O.N.*, evitar o nascimento de pessoas com deficiências físicas e intelectuais e promover o "melhoramento racial" no Chile (Disponível em http://chilens.org/principios. Acesso em 10/01/2012).

O provedor disponibilizava aos seus usuários textos, livros e imagens relacionadas a doutrina NS e ao movimento *Frente Orden Nacional*. Também estavam expostos no site links de acesso à loja virtual *El Rayo* – criada pelo *F.O.N.* para promover o comércio de livros, vídeos, discos, camisetas e outros materiais de inspiração fascista –, aos programas de rádio realizados por membros do movimento e à revista *Rayo*, informativo de publicação mensal, que veiculava ideias xenófobas, racistas, homofóbicas e antissemitas.

4.1. O fim do Frente Orden Nacional

Em agosto de 2012, o *Frente Orden Nacional* anunciou o fim definitivo de seu movimento. Segundo uma declaração publicada no site do *F.O.N.*, no dia 8 de agosto, a decisão de dissolver o grupo abrangeu todos os militantes, líderes, sedes, sítios eletrônicos e meios de difusão que serviram à organização.

De acordo com o *F.O.N.*, um dos motivos para o fim do grupo foram as acusações feitas na mídia contra o movimento pelo *MOVILH* (Movimiento de Integración y Liberación Homosexual), *Judíos por la Diversidad*, *Comunidad Judía de Chile*, *Canal 13* e *Chilevisión*. Essas acusações, segundo a organização, geraram ambientes hostis aos seus integrantes em seus bairros, escolas, universidades, locais de trabalho; e motivaram agressões contra a propriedade e integridade física de pessoas vinculadas ao movimento. Nesse sentido, o *F.O.N.* declarou: *"nosotros no tememos a la ruina y recibimos de cara al sol a la desgracia, es injusto que familiares y amigos tengan que cargar con la porquería escupida por las víboras cínicas del Lobby Gay-Sionista"* (Disponível em http://chilens.org/j/. Acesso em 01/09/2012).

A decisão de encerrar as atividades políticas e sociais do movimento foi, também, uma forma de apoiar o militante Bernardo Mora. Para o *F.O.N.*, as acusações midiáticas contra o grupo provocaram a demissão de Mora em uma empresa de segurança e denegriram sua imagem, dificultando seu acesso a um novo emprego.

Vale ressaltar que o Caso Daniel Zamudio também influenciou o fim do *Frente Orden Nacional*. Daniel Zamudio era um jovem homossexual, de 24 anos, que foi brutalmente agredido e teve seu corpo marcado com símbolos neonazistas por quatro jovens em um parque de Santiago, no dia 3 de março de 2012. Após ficar 25 dias

hospitalizado, o jovem faleceu no dia 28 do mesmo mês. O trágico episódio teve grande repercussão na imprensa mundial e reabriu as discussões sobre a regulamentação da lei antidiscriminação no Chile – lei que tramitava no Congresso desde 2005, e que sofria a rejeição de alguns setores da extrema-direita (MOURA; MAYNARD, 2012).

O brutal assassinato de Daniel Zamudio causou um grande impacto na sociedade chilena. Sua morte despertou a indignação da população e de autoridades do país, e foi, também, um alerta sobre o real perigo representado pelos diversos grupos de extrema-direita que atuam no Chile (MOURA; MAYNARD, 2012).

Semanas após o falecimento do jovem, no dia 9 de maio, a lei antidiscriminação foi aprovada no Congresso. A promulgação dessa lei intensificou as acusações contra grupos extremistas que, assim como o *Frente Orden Nacional*, cometeram atos discriminatórios contra qualquer pessoa em razão de sua raça, gênero, religião, orientação sexual ou condição social.

Apesar do fim oficial do movimento, a ideologia nacional-socialista defendida por seus integrantes permanece viva. Nesse sentido, *O F.O.N.* encerrou seu último discurso declarando:

> La Democracia chilena no pasa de ser un cadáver pálido profanado por buitres egoístas. Disfruten su festín hasta el Despertar de Nuestro Pueblo. Militantes, colaboradores, simpatizantes, traidores, enemigos dignos e indignos: un sincero agradecimiento a ustedes por su constancia. Un saludo, brazo derecho en alto. Heil Hitler! (Disponível em http://chilens.org/j/ . Acesso em 01/09/2012)

5. Portal Movimiento de Acción Nacional-Socialista de Chile (M.A.N.S.) http://www.manschile.org/ (IP 67.220.212.157)

Assim como o *Frente Orden Nacional*, outras organizações se empenharam para renovar o movimento NS no Chile. O *Movimiento de Acción Nacional-Socialista de Chile (M.A.N.S.)* é um exemplo disso. Ainda não se tem informações de quando e como este grupo surgiu. Sabe-se apenas que o *M.A.N.S.* é uma organização de extrema-direita chilena que possui facções estruturadas em Temuco, Valdivia e Concepción, e que em 2011 criou um site para promover a difusão da doutrina neofascista, através da produção e disponibilização de textos, livros e recursos audiovisuais de cunho nazista.

O site do *M.A.N.S.* está dividido em doze secções: "Doctrina NS", "Globalización", "Nacional-Socialismo", "Noticias", "Portada", "Territorialidad", "Biblioteca", "Facciones del Movimiento", "Ley Antidiscriminación", "Mito de Ana Frank", "Neonazis", "Símbolo del MANS". As secções "Doctrina NS" e "Nacional-Socialismo", por exemplo, têm como objetivo central apresentar a doutrina que norteia os trabalhos do *M.A.N.S.*.

Grande parte dos temas apresentados no portal do movimento neofascista chileno *Frente Orden Nacional* também são recorrentes site do *M.A.N.S.*. Nesse sentido, o antissemitismo, o revisionismo histórico – pseudoteoria de negação do Holocausto –, a exaltação da raça ariana, o incentivo ao ódio contra homossexuais, negros, judeus e comunistas são princípios defendidos nas páginas virtuais desse grupo neonazi.

O *M.A.N.S.* também utiliza seu provedor para apresentar a seus usuários um conjunto interconectado de novos inimigos: a globalização, os imigrantes, o multiculturalismo e os políticos incompetentes. Nas primeiras décadas do século XX, "os inimigos eram um componente central das angústias que contribuíram para inflamar a imaginação fascista" (PAXTON, 2007, p.70). Neste aspecto, pouca coisa mudou. Ainda hoje, os grupos neofascistas necessitam de um inimigo contra o qual possam mobilizar seus seguidores e canalizar suas ansiedades acumuladas. Vale ressaltar que o inimigo não tem que ser necessariamente judeu. Cada movimento de extrema-direita especifica seu próprio inimigo conveniente.

6. Considerações Finais

Diversos grupos de extrema-direita utilizam a Internet como recurso para expandir suas ações no século XXI. Propagam mensagens racistas, xenófobas e antissemitas; disseminando a intolerância e atraindo a cada dia mais adeptos. Apropriam-se do ciberespaço, criando portais de interesses específicos, e promovendo espaços virtuais de sociabilidade, onde diversos usuários se conectam em torno de uma causa comum: a busca por um retorno do fascismo.

Este trabalho, ao tomar como objeto de estudo sites de grupos neofascistas do Chile, proporcionou uma compreensão maior das múltiplas possibilidades oferecidas pela cibercultura. Nesse sentido, observou-se, através do monitoramento dos portais

selecionados, que a Internet além de contribuir para a expansão dos vínculos sociais, facilitar contatos, e viabilizar formatos de discussão mais sinceros (DIAS, 2007), também oportunizou a ação de grupos intolerantes, que se aproveitam das facilidades próprias da rede mundial de computadores – circulação rápida de informações, e ausência de restrições – para propagar o ódio, a rejeição e a violência ao diferente (MAYNARD, 2010; DIAS, 2007; ZICKMUND, 2000).

Através da análise dos sites estudados, pôde-se traçar um perfil das atividades de grupos neofascistas chilenos na Internet. O trabalho desenvolvido nesta investigação também possibilitou o conhecimento de aspectos relevantes das culturas desses movimentos, como o comportamento e modo de agir de seus integrantes, suas propagandas e doutrinas. Tais informações poderão ser utilizadas como uma fonte para outros historiadores e para futuras investigações sobre o tema.

NOTAS:

[1] Colaborador do nazismo no Chile, nas primeiras décadas do século XX. Anos depois, Miguel Serrano produziu diversos ensaios sobre o esoterismo nazi, convertendo-se em um dos principais ideólogos do neonazismo (SALAS, 2006).

[2] Líder do grupo Patria Nueva Sociedad. Ficou conhecido internacionalmente quando tentou organizar um congresso nazi mundial no Chile. O projeto de um encontro internacional de neonazistas, entretanto, se resumiu a uma reunião de apenas umas dezenas de indivíduos exclusivamente latino-americanos (SALAS, 2006).

[3] Líder do Movimento Nazi Chileno (SALAS, 2006).

Referências Bibliográficas:

DIAS. Adriana Abreu Magalhaes. **Os anacronautas do teutonismo virtual: uma etnografia do neonazismo na internet.** Campinas, São Paulo: Editora UNICAMP, 2007. p.71-98.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. **Intolerância em rede: apropriações da Internet pela extrema-direita (1999-2009).** Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 5, No10, Rio, 2010 [ISSN 1981-3384]. Disponível em

<http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&task=view&id=5285&Itemid=147> Acesso em 15 de Maio de 2011

MOURA, Luyse Moraes; MAYNARD, Dilton Cândido Santos; Aspectos da Nova Extrema-direita Chilena em Tempos de Internet. In: MAYNARD, Dilton. (Org.). **HISTÓRIA, NEOFASCISMOS E INTOLERÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE O TEMPO PRESENTE.** São Cristóvão/Rio de Janeiro: EDUFS/Multifoco (Luminárias), 2012, p. 93-116.

PAXTON, Robert. **A anatomia do fascismo**. Trad. Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. p. 283-312.

SALAS, Antonio. **Diário de um skinhead: um infiltrado no movimento neonazista.** Tradução Magda Lopes. São Paulo: Planeta, 2006.

SALEM, Helena. **As Tribos do Mal – O Neonazismo no Brasil e no Mundo.** São Paulo: Editora Atual, 1995.

ZICKMUND, Susan. **Abordando o Outro Extremo: A cultura discursiva do ciber-ódio.** Londres: Routledge, 2000, p.257-256.

Sitografia Utilizada:

Portal Frente Orden Nacional: http://www.chilens.org/

Portal Movimiento de Acción Nacional-Socialista de Chile: http://www.manschile.org/

Revista Rayo: http://elrayo.chilens.org/

O CASO DE NELSON DE RUBINA EM MEIO AOS TORPEDEAMENTOS EM SERGIPE (1942)

Autora: Raquel Anne Lima de Assis
Graduanda em História pela UFS
Integrante do Grupo de Estudo do Tempo Presente
Bolsista voluntária do projeto "Memórias da Segunda Guerra em Sergipe", apoiado pelo CNPq e pela FAPITEC – Edital PRONEM/2011

raquel@getempo.org

Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido S. Maynard (DHI-UFS)
dilton@getempo.org

Introdução:

Aracaju, entre 15 e 17 de agosto de 1942, foi vítima de uma tragédia que causou a morte de mais de seiscentas pessoas. Cincos navios mercantes, Arara, Araraquara, Baependi, Aníbal Benévolo e Itagiba, foram torpedeados por um submarino alemão, o U-507. Dias depois, corpos chegaram às praias, "vinham nus, mutilados, corroídos, inchado, parcialmente comido pelos peixes ou banhados pelo combustível que manchou as águas" (MAYNARD, 2011, p. 03).

A pacata Aracaju, que "(...) pareceu esforçar-se de modo a 'positivar' o conflito" (MAYNARD, 1998, p.28) teve que resgatar náufragos em suas praias. Entretanto, nem todos sergipanos correram preocupados em ajudar. Em meio à tragédia, um certo Nelson de Rubina foi um dos que aproveitou a situação para se apropriar de alguns objetos pertencentes aos cadáveres. Denunciado à justiça, Rubina foi formalmente acusado de furtar três anéis de Virginia Auto de Andrade, uma das vítimas dos torpedeamentos.

O objetivo deste trabalho é analisar o processo-crime que envolve Horácio Nelson Bitencourt, conhecido por Nelson de Rubina, na tentativa de identificar as repercussões do saque e as narrativas sobre a atuação dos sergipanos nos resgates aos náufragos, vítimas do ataque nazista.

Sobre o processo-crime, foi instaurado em 1943, o qual o réu foi enquadrado nos artigos 155 e 212 do Código Penal acusado de furto e vilipendio. Foram ouvidas oito testemunhas, o advogado de defesa era Carlos Alberto Rola e promotor Paulo Costa.

Depoimentos e acusações:

O caso foi o seguinte: no dia 18 de agosto de 1942, depois dos torpedeamentos dos cincos navios mercantes, Horácio Nelson Bitencourt foi a Praia da Atalaia Velha com alguns companheiros, dona Maria das Dores, Josefina de Matos, Maria Almeia Amador e o chofer Orlando de Sousa Santos. Eles procuravam Fonseca, amigo de Josefina Matos, que talvez estivesse entre as vítimas, em meio a uma exaltação popular (CRUZ, 1999, p. 26).

Primeiramente encontraram o corpo de uma professora, que possuía um relógio foleado a ouro e nele gravado no nome "Ruth". Esse objeto foi entregue ao Sr. Hormindo Menezes, todavia, segundo Rubina, os demais foram contra a entrega. O acusado em um ato de esperteza tentar mostrar que possuía boa índole ao contrário dos outros. Josefina Matos deixa bem claro que esse ocorrido foi noticiado nos jornais, talvez tentando mostrar que sua palavra era de confiança.

Encontraram também caixões de banha e latas de óleo, as colocaram na traseira do carro, como afirma Nelson Bitencourt. Diz ainda que o chofer e Dona Sinhá (Maria das Dores) queriam se apropriar das caixas de banha, mas que ele foi contra e entregou a Secretaria do Estado. Porém, Orlando Santos já disse que as deixaram no local. Há uma contradição no depoimento de um dos dois, no momento não importa quem seja, mas observa-se que essas pessoas utilizaram-se de *táticas* para escapar de um mau julgamento sobre sua pessoa.

Seguindo em frente, chegaram ao cadáver de Virginia Auto de Andrade. Nelson de Rubina se apropriou de três anéis da vítima. Segundo a acusação, "só esse caso se registrou, felizmente, em toda litorânea extensão de Sergipe" (Tribunal de Apelação do Estado de Sergipe, 1943, p. 127). Mas será mesmo? As joias de Eduardo Alexandre Bauman foram "apreendidas em mãos de um individuo da localidade" (Doc. 55. Cadáver Nº 22)

A acusação ainda diz, "Governo e povo se ajuntaram aqui, mais democraticamente ainda, afluindo ás praias assim de levarem aos naufragos o amparo e a proteção do Brasil, e de proporcionarem sepultura aos mortos, com respeito, patriotismo e religiosidade" – Será que foi tudo tão perfeito assim? Alguns corpos foram enterrados próximos à praia devido seu estado de decomposição, será que havia respeito e religiosidade ou apenas evitar o mau cheiro? Além de muitos corpos ficarem jogados no chão, provando que a cidade não estava preparada para tamanha tragédia,



(Doc. 55. Cadáver Nº 07, 08, 09, 10).

como mostra a imagem acima. Ainda diz, "mais democraticamente ainda", tentando dar a ideia de que já se vivia uma democracia. Basta lembra que esse é o período da ditadura de Getúlio Vargas, o Estado Novo (1937-1945).

Será mesmo que tanto empenho da promotoria em acusá-lo tem haver somente com patriotismo e respeito às vítimas? Virginia Auto de Andrade era esposa do Gilberto de Andrade, procurador do Tribunal de Segurança Nacional. Pode ter ocorrido também um interesse por trás, por se tratar de uma pessoa importante. Não é a toa que houve grande ênfase de que Horário Nelson roubou pertences dos herdeiros de Virginia. Sendo talvez um indício de que a promotoria estava mais preocupada com a família que com vítima.

O governo não esteve mais preocupado com os mortos que Nelson de Rubina ou pelo menos não tanto. Como afirma Frank McCann e Francisco Ferraz, o Chanceler Osvaldo Aranha aconselhou Getúlio Vargas que "os Estados Unidos liderariam o mundo quando a paz fosse restaurada, e seria um erro grave para o Brasil não estar ao lado daquele país. Ambas as nações eram 'cósmicas e universais', com futuros continentais e mundiais" (McCANN; FERRAZ, 2011, p. 129). Portanto, o Brasil declarou guerra ao Eixo preocupado no pós-guerra e sua ligação com os EUA e não por vingança aos mortos. Os torpedeamentos foram apenas um estopim.



Foto de Horácio Nelson Bitencourt
Processo-crime contra Horácio Nelson Bitencourt. Tribunal de Apelação do Estado de Sergipe, 1943.

O próprio Rubina (foto ao lado) confessou que roubou as joias da vítima. Mas cada testemunha que o acompanhou na viagem relata os fatos na tentativa de se livrar da acusação. O réu também depôs de forma que amenizasse sua culpa e as transferisse aos seus companheiros. Para Michel de Certeau o cotidiano é composto de (...) "combates ou de jogos entre o forte e o fraco, e das ações que o fraco pode empreender" (CERTEAU, 2011, p. 91). "Aproveitar as 'ocasiões' e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas" (CERTEAU,

2011, p. 95). Ou seja, esses detalhes ignorados nos processos são *táticas* que cada um empreendeu para se beneficiar e não pagar pelo crime ou amenizar sua condenação.

Nelson de Rubina saiu do carro e foi ao encontro do corpo da senhora. Maria das Dores disse que nem sabia exatamente como eram as joias. Orlando de Sousa Santos declarou que Horácio Nelson pediu para diminuir a marcha sempre que avistasse um náufrago e ainda saltava antes do carro parar. Ou seja, a testemunha tenta provar que o acusado estava um tanto que ansioso para encontrar cadáveres. Disse ainda que foi impossibilitado de ver os anéis e não conseguia descrever o corpo, tentando mostrar que esteve sempre distante do ocorrido.

A versão de Rubina possuía alguns detalhes que contradizem o que seus amigos declararam. Afirmou que Maria das Dores e Orlando Santos foram com ele à praia retirar o corpo de Virginia Auto de Andrade em um fito humanitário. Acrescenta que ele retirou o anel da mão direita, mas foi Orlando que viu outro na mão esquerda. Em seguida, Rubina o retirou. Maria das Dores e Orlando Santos tentaram provar que estiveram distante do corpo e dos objetos, consequentemente, longe do roubo. Mas Nelson tenta mostrar que não estava sozinho, o qual se utilizou dessa esperteza novamente mais a frente.

De volta ao carro, Nelson teria mostrado aos companheiros as joias e foi a favor de entregar a polícia. Entretanto, os demais teriam afirmado: "que objetos achados nestas condições não tem dono, é de quem achou" (Tribunal de Apelação do Estado de Sergipe, 1943, p. 34), e apenas Josefina Matos foi de acordo com Rubina. Imediatamente Orlando teria sugerido que os anéis ficassem com Josefina para vender e dividir o valor com todos, conforme a versão de Rubina. O acusado afirma que foi contra e quando chegaram a Praça Tobias Barretos, propôs entregar as autoridades, mas que foi unanime a recusa.

O réu tenta provar que agiu daquela maneira por influência dos amigos. Sua intenção, inicialmente, seria agir conforme a lei, mas seus companheiros o fizeram desviar de seus objetivos. Sendo verdade ou não, Nelson mais uma vez utilizou-se de sua esperteza. Transferiu a culpa ou parte dela aos outros para que amenizasse sua condenação.

Há ainda outras estratégias em seu depoimento. Declarou que Maria de Almeida não saiu do carro por ser muito gorda, mas já fazia referencia a sua parte. O chofer Orlando, "era dele a voz mais alta para que não se fizesse entrega dos objetos" (Tribunal

de Apelação do Estado de Sergipe, 1943, p. 36) e que era mentira ao dizer que não sabia da existência dos aneis com o acusado.

No próprio processo-crime afirma "ser Nelson um indivíduo bem inteligente, que vivia em contato com todas as camadas sociais, das mais baixas ás mais altas, usando sempre em todas elas, as qualidades do seu espirito pouco atreito aos afazeres sérios e pesados na luta pela existência."

Sobre o destinos nas joias, duas foram vendidas e outra ficou sobre o poder de Nelson de Rubina. Em sua defesa, o acusado declarou que esperou alguma reclamação de seus donos sobre os bens. Talvez tenha usufruído dos objetos pelas circunstancias. Pode ter ocorrido a influência dos amigos, depois, talvez, a falta de notícias por parte de alguém que procurasse os objetos e por se tratar de um cadáver, acreditou que ninguém sentiria falta. Ou seja, há uma possibilidade que se deixou levar pela ideia de que se tratava apenas de um achado.

O anel de brilhante foi vendido em Maceió a Francisco Pereira Brandão. Brandão afirma que não conhecia o "dono" do anel, mas confiou na palavra de Manoel Calheiros de Melo, intermediário do negócio. Esse teria garantido que era uma venda honesta. Já o anel fantasia foi repassado a Antônio Jesús, por intermédio de Alfredo/ 'Gringo'. Todavia, Rubina não teria passado a parte que prometera ao Gringo, segundo o depoimento deste intermediário.

Nada prova que houve o repasse de uma parte aos seus companheiros. Caso isso seja verdade, talvez as acusações feitas pelos companheiros de viagem tenham sido também uma forma de vingança, além de se livrarem da culpa.

Considerações finais:

Ao analisar o processo crime que envolve Horacio Nelson Bitencourt, conhecido por Nelson de Rubina, o qual foi acusado de furtar e desrespeitar Virginia Auto de Andrade é possível observar que: 1) As autoridades tratam de incriminá-lo, em tese, por falta de patriotismo e desrespeito aos mortos, mas em alguns momentos nem tudo foi tão perfeito e ordeiro como evidenciam o próprio despreparo de lidar com a tragédia e os interesses políticos e até mesmo de outros roubos; 2) nos depoimentos cada um tenta escapar da situação inocentado ou com uma pena mais branda, como o próprio Nelson de Rubina; 3) alguns pontos nesses depoimentos são contraditórios; 4) Nelson de Rubina tentou jogar a culpa ou parte dela nas "costas" dos seus companheiros, assim, como seus amigos trataram de incriminá-lo; 5) tanto as tentativas de escapar da situação

como acusar o próximo, seja verdade ou não, é forma de esperteza utilizada por essas pessoas para sobreviver;

Por fim, ainda há alguns pontos que não foram tratados neste texto ou foram de forma sucinta, como o possível motivo de tamanho empenho da promotoria em acusá-lo; argumentações da defesa e a condenação. Havendo, desta maneira a necessidade de continuar com as pesquisas.

Referências Bibliográficas:

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** 1. Artes de fazer. 17. Ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CRUZ, Luiz Antônio Pinto. **Aracaju:** Memórias de uma cidade sitiada. São Cristóvão: UFS, 1999.

MAYNARD, Andreza; MAYNARD; Dilton. **Dias de luta:** Sergipe durante a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011.

MAYNARD, Dilton Candido Santos. **Em tempos de guerra:** aspectos do cotidiano em Aracaju durante a segunda guerra mundial (1939 - 1945). Relatório Final PIBIC. São Cristóvão 1998.

McCANN, F.D; FERRAZ, Francisco. A participação conjunta de brasileiros e norte-americanos na Segunda Guerra Mundial. In: SILVA, F. C. T. da; MUNHOZ, Sidnei J (organizadores). **Relações Brasil-Estados Unidos:** séculos XX e XXI. Maringá: Eduem, 2011.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. et al. (Org). **O Brasil e Segunda Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.

Fontes:

Arquivo público do Estado de Sergipe. Doc. 55. Cadáver Nº 01 até 28. Relatório de cadáveres dos torpedeamentos (agosto de 1942).

TRIBUNAL DE APELAÇÃO DO ESTADO DE SERGIPE. Apelação Criminal n.4/943. Processo-crime contra Horácio Nelson Bitencourt.

BATALHÕES DE INTOLERÂNCIA: HINOS, BANDEIRAS E UNIFORMES PARA NEOFASCISMOS NA AMÉRICA DO SUL (1990-2012)

Autor: Pedro Carvalho Oliveira
Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe
Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/CNPq/UFS)
Bolsista do Programa de Educação Tutorial
pedro@getempo.org

Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard (DHI/UFS)

1. Introdução

A *hate music*, ou simplesmente "música de ódio", é um subgênero musical com base no rock intencionando disseminar ideias neofascistas, nascido na Europa e, mais tarde, trazido para a América do Sul e adaptado ao seu contexto. No entanto, suas ramificações são variadas, com bandas cujas sonoridades variam por motivos diversos, indo desde o *country*, passando pelo *Techno*, até a *pop music*. Para este trabalho, nos deteremos apenas naquelas que fazem parte do chamado RAC, ou *Rock Agains Communis* [1], o mais ativo na região sul-americana.

O presente trabalho objetiva compreender a *hate music*, por meio do RAC, não apenas no tocante sonoro, mas em parte do aparato iconográfico que cerca este universo. Tratando-se de um subgênero musical ligado a um movimento essencialmente direcionado aos jovens skinheads, o apelo a este público, vistos por grupos noefascistas como adeptos em potencial, transcende o som e se materializa em roupas, acessórios, tatuagens e posturas.

Por meio das capas de discos, tatuagens e posturas das bandas e seus consumidores, a imagem se faz presente não apenas como algo capaz de nos dizer o que representam, assim como a forma de pensar daqueles que as empunham. É possível localizar seus idealizadores dentro de um contexto muito específico, sendo este o continente sul-americano, entre os anos de 1990 e 2012 – no caso deste trabalho, bandas e personagens de Argentina, Brasil e Colômbia, onde sua presença é maior. Também é possível notar como e por que foram elaborados, nos levando a conhecer o público ao qual se destina. Na ausência de fontes escritas, é possível nos apegarmos à produção musicada, uma vez que nela há a presença de intenções e vestígios ideológicos. E na falta dela, as imagens podem servir como provedoras destas evidências (FEBVRE apud PROSUT, 2012).

A leitura das "músicas de ódio" poderia ser um meio suficiente para a análise consistente de como o fascismo é pensado nos dias de hoje, sobre como funciona no contexto sul-americano e como sua relação em conjunto com os skinheads fascistas (principais consumidores deste subgênero) é próxima. Porém, ignorarmos a existência dos inúmeros complementos deste mecanismo impulsionador seria negligente. As músicas não vêm sozinhas: capas de discos, camisetas de bandas, acessórios e outros artigos derivados das bandas do RAC servem como reforços para seus ideais.

O que, neste aparato, caracteriza o RAC sul-americano? As pistas que nos respondem estes questionamentos não são as mais fáceis de serem localizadas. Especialmente se pensarmos que há diferentes tipos de neofascismo, alguns aliados ao pensamento nazista, outros apenas a um discurso nacionalista, mas não menos violento. No entanto, sua inserção aqui trará consigo a exigência de uma minúcia que possa revelar seus propósitos. Ainda: como podemos utilizar estes recursos imagéticos para gerar estas perguntas e, assim, transformá-los em fontes?

2. O fascismo em capas de discos

Se há algo importante no processo de sedução dos jovens pelos fascismos é, além da música, o uso de imagens. Quando unidas ao universo musical, elas adquirem um poder eficaz na tentativa de conquistar atenção. Se há suásticas, haverá o discurso nacional-socialista. Se há armas, é muito provável que haja o incentivo à violência. Pode haver soldados nazistas da Segunda Guerra Mundial, e neste caso é possível a presença de canções que relembram o Terceiro Reich, o nazismo histórico. Ou pode haver a presença de todos.

Lançado em 2005 pela extinta gravadora White Pride Records, a coletânea "Battle Voice" da banda de RAC brasileira "Zurzir", não necessita de um olhar mais profundo para saber que seus integrantes são simpatizantes do nazismo. Trata-se de uma fotografia onde Adolf Hitler está aparentemente saudando a população da Alemanha em um desfile público, enquanto estava dentro de um carro, protegido por guardas e ao lado de Heinrich Himmler, outro importante membro do partido nazista, comandante da SS. Este é um típico exemplo de disco cujo intento de sua capa á chamar a atenção para a história da Alemanha nazista.



Figura 1: Capa da coletânea "Battle Voice", da banda brasileira "Zurzir", 2005, White Pride Records. Vemos Adolf Hitler em um carro aberto observando um desfile, onde soldados da SS caminham enfileirados (à esquerda), enquanto faz a saudação nazista. Ao seu lado, Heinrich Himmler, comandante da SS, responsável pela guarda do Führer (Fonte: <http://sitenaodisponivel.blogspot.com.br/2008/03/zurzir-battle-voice_30.html>. Último acesso em 21 de julho de 2012, às 17h10.



Figura 2: Capa do disco "Siempre Fieles", da banda Argentina Nurember, 2002, mostrando soldados nazistas, com uniformes e capacetes do exército alemão na Segunda Guerra Mundial, combatem um monstro que não é mostrado por completo. (Fonte: <http://pagan-music88.blogspot.com.br/2008/05/nuremberg-siempre-fieles.html>. Último acesso: 21 de julho de 2012, às 17h15.

É comum que bandas deste movimento musical utilizem uma retórica que mescla elementos do nacional-socialismo dos anos 1930 e códigos contemporâneos, como é o caso da *hate music* (LÖÖW, VER ANO). Isso ocorre também no conteúdo interno: as músicas descrevem as glórias do nazismo histórico, a chegada ao poder e os massacres a judeus. Tudo isso intencionando mostrar que o passado pode ser uma rebuscado e reinstituído, como algo capaz de salvá-los do que declaram ser um mal no tempo presente.

O mesmo ocorre com a banda argentina "Nuremberg" e o disco "Siempre Fieles", lançado em 2002. Neste caso (Figura 2), vemos soldados nazistas com capacetes e armas, combatendo o que parece ser um monstro. A fonte utilizada e o aspecto das fotografias têm como referência os cartazes de propaganda utilizados durante a ascensão do Reich. O símbolo da banda – a letra "N" cercada por uma engrenagem e à frente de uma bandeira com as cores do nazismo – ilustra o canto direito superior, criando uma espécie de logomarca, algo que pode ser estampado em camisas e adesivos, ou até mesmo tatuado pelos mais entusiastas. Aqui também há uma clara busca pelo passado nazista como algo a ser retomado e almejado.

Por meio da música estes personagens se mantêm, mas sua importância para o movimento e seus ideais são transportados para o tempo presente, uma vez que: "Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem" (HOBSBAWN, 1995, p.13), sendo este um dos fenômenos mais característicos do século XX. Neste caso, não há uma diferença significativa entre os discursos empreendidos na Europa e os realizados na América do Sul. Porém, ao contrário dos europeus, os sul-americanos estão sempre buscando uma ligação com seus "camaradas" do Velho Continente, na tentativa de garantirem uma união, ainda que breve, com a região onde surge o nazismo e onde a cultura branca lhes parece mais tangível.

3. "Guerrero skinhead": o ideal no corpo, na pele, na mente e na voz

Os skinheads neofascistas defendem seus ideais através de um pensamento articulado, apresentando argumentos para tentarem justificar sua conduta violenta (NAZARETH, 2009). Para que consigam convencer uma parte da sociedade a legitimidade de suas ideologias, é necessário todo um aparato demagógico e imagético a fim de cumprir esta meta. Sendo um subgênero musical predominantemente feito por skinheads e apontado majoritariamente aos próprios, considerados alicerces dos movimentos neofascistas, não é surpresa encontrar um número considerável de capas ilustradas por carecas. E se pensarmos que ser skinhead, na maioria dos casos, é, "portanto, colocar-se pela violência, uma violência que é vivida como aquilo que faz com que sejam respeitados e temidos pelos outros" (COSTA, 2000, p. 138), ela é bem-vinda entre seus pares.

Na Colômbia, em 14 de março de 2008, o adolescente Luis Felipe Toquica Burbano, de apenas 17 anos, foi morto por skinheads ligados a um grupo socialista [2]. Toquica fazia parte da organização nacional-socialista colombiana Tercera Fuerza, cujo site é dos maiores e mais abastecidos do país [3]. Toquica foi homenageado pela Tercera Fuerza num evento musical ocorrido em 31 de maio, no mesmo ano de sua morte. Dentre as bandas presentes estava a Quinta Columna, também consonante à organização. Tornou-se mais um skinhead martirizado, "morto pela causa", uma personagem importante para o movimento.



Figura 3: Luiz Felipe Toquica (à esquerda), vestindo suspensórios (acessório emblemático entre os skinheads) e uma camisa da Waffen SS, polícia de Adolf Hitler. O emblema que ilustra a foto, com as iniciais T e F, corresponde à Tercera Fuerza, organização nacional-socialista colombiana à qual o jovem estava associado (Disponível em http://tercerafuerzanacion.org. Último acesso em 21 de maio de 2012, às 19h45).

Mas Toquica não seria um mártir se sua vida não fosse permeada pela adesão completa ao movimento no qual se envolveu. A luta dos skinheads neofascistas é frequentemente comparada a de um soldado defendendo sua nação. A uniformização, mesclada com a postura viril, remete à disciplina militar, muito presente nos fascismos clássicos, recuperado por suas versões modernas.

Morrer pela causa, desejando ou não, é só uma forma mais drástica de ser aceito como exemplo. Alguns tornam-se símbolos da resistência neofascista por serem presos, outros optam por desenhar permanentemente na pele emblemas representativos em tatuagens de diferentes tipos. O site dos Carecas do Brasil de Alagoas [4] possui uma galeria reservada a mostrar tatuagens feitas por carecas de todo o país. Não se trata de um grupo de referência para o nazismo, mas suas demonstrações ideológicas são claramente fascistas, ainda que neguem esta afirmação em sua página principal.



Figura 4: Aqui, vemos um dos muitos exemplos de tatuagens presentes no site: uma bandeira do Brasil com um par de coturnos, elemento importante da indumentária skinhead. Apesar do site declarar-se não ser nazista, vemos sobre a bandeira tatuado a inscrição "Anti-antifa", um posicionamento de repúdio aos que são antifascistas. Neste caso, trata-se de skinheads tipicamente nacionalistas, com poucas afinidades com o nazismo, por exemplo, mas não plenamente desvinculados de pensamentos fascistas.

Trazer na pele emblemas como estes é uma forma de garantir a autenticidade da crença na causa e principalmente de adentrar o movimento por completo. Demonstra o valor dado à crença e a importância que ela possui em suas vidas, sendo algo que deve ser relembrado e reafirmado diariamente. Tatuando seus símbolos preferidos, os mais comuns na tentativa de perpetuar suas identidades, os skinheads não deixam dúvidas quanto ao que são: homens e mulheres dedicados a um estilo de vida pelo qual estão dispostos a matarem e morrerem.

4. Considerações finais

No momento em que a Internet engatinhava para se tornar um meio de comunicação comercializável, deixando de ser apenas um produto militar e ganhando casas e escritórios, o mundo vivia a queda do Muro de Berlin e o esfacelamento da União Soviética (MAYNARD, 2011). Estes fatos geraram uma onda de xenofobia e dúvida: em primeiro lugar, muitos dos alemães que viviam no lado ocidental não aceitavam a chegada dos que estavam do outro lado do muro, por acreditarem que estes representavam competitividade no mercado de trabalho e a possível inserção de ideias socialistas na cultura do oeste. Em segundo lugar, o socialismo soviético parecia ter fracassado em suas intenções de ser uma solução política, sendo o seu fim visto como símbolo de fracasso.

Unindo estas duas perspectivas, movimentos políticos de extrema-direita e, em muitos casos, declaradamente fascistas surgiam com plataformas que prometiam

desempenhar ações que superavam o socialismo e o capitalismo, apoiando-se em políticas que associavam a crise de seus respectivos países à presença de imigrantes, além de reforçarem a ideia de que o fascismo clássico resolveria os problemas de sua sociedade. Trata-se de um momento, portanto, em que o crescimento destas opiniões intolerantes e ações de violência crescem na Europa.

Com o passar dos anos, mas ainda na década de 1990, a Internet tornou-se um meio de comunicação não apenas global, mas organizado sem a existência de um só projetista, adaptando-se às necessidades de seus usuários sob a influência deles mesmos (NEGROPONTE, 1995). Ou seja: além de uma rede que liga internacionalmente as pessoas, a facilidade de se comunicar, de dispor informações e ideias por meio dela é grande, permitindo que empresas ou mesmo pessoas comuns pudessem fazer uso de suas funções.

Há que ser destacada a atuação dos já mencionados websites Tercera Fuerza [5], da Colômbia, e Blood & Honour Chile [6]. Ambos atuam na Internet como forma de centralizar informações que possam interessar a possíveis adeptos, dispondo de textos, livros, fotografias, emblemas e vídeos para ilustrar seus propósitos, apresentando-se diante do público. A geração que viveu o *boom* da Internet foi educada para apreciar e apreender com maior facilidade aquelas informações transmitidas por meio das imagens, de filmes, de uma maneira mais apressada e condizente com a emergência de um processo educacional próprio do século XX, que ganha ainda mais impulso no século XXI (LEMOS, 2007).

Todo este aparato visual e comportamental, associado à música, nos dá um perfil claro de como o fascismo se apropria do novo para garantir uma modernização em seu funcionamento, necessitando absolver o novo e reformular o antigo. Esta nova cara tem uma preocupação especial com os jovens skinheads, dos quais não abrem mão os partidos vinculados ao fascismo, tal qual o próprio nazismo em seu tempo de domínio. No lugar dos acampamentos de jovens, os shows de *hate music*. "A filosofia da Juventude Hitlerista afirmava que jovens devem ser liderados por outros jovens" (BARTOLETTI, 2006, p. 30), e assim as bandas fazem este trabalho nos dias de hoje.

Notas:

[1] *Rock Against* Communism, ou "Rock contra o comunismo": Movimento musical surgido na Inglaterra no início dos anos 1980, tendo como principal difusora a banda Skrewdriver, tinha como principal intuito uma organização de bandas que estivessem envolvidas em ações anti-comunistas e como porta-vozes de partidos políticos de extrema-direita. Com o tempo, o discurso incorporou elementos racistas e explicitamente ligados ao fascismo (MARSHALL, 1993).

[2] Medida de aseguramiento contra Skinhead por homicídio – Disponível em <http://www.terra.com.co/actualidad/articulo/html/acu9810.htm>. Último acesso em 15 de maio de 2012, às 14h20.

[3] Tercera Fuerza Nacion – <http://www.tercerafuerzanacion.org/>. Último acesso em 15 de maio de 2012, às 14h30.

[4] Carecas do Brasil-AL – <http://www.carecasdobrasil-al.com.br>. Último acesso em 15 de julho de 2012, às 17h50.

[5] <http://www.tercerafuerzanacion.org>. IP: 68.178.232.99.

[6] <http://28chile.webcindario.com> . IP: 89.17.220.221.

Referências bibliográficas

BARTOLETTI, Susan Campbell. **Juventude Hitlerista.** Tradução de Beatriz Horta. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

COSTA, Márcia Regina da. **Carecas do subúrbio –** Caminhos de um nomadismo moderno. São Paulo: Musa Editora, 2000.

HOBSBAWN, Eric J. **A era dos extremos – O breve século XX (1914-1991).** Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEMOS, Eden Ernesto da Silva. **O livro didático como um recurso para o ensino de história por conceitos.** In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira (Org.). O livro didático de história: Políticas educacionais, pesquisa e ensino. Rio Grande do Norte: EDUFRN, 2007.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.**

LÖÖW, Heléne. **White Power Rock'n'Roll: A Growing Industry.** In: KAPLAN, Jeffrey; TORE, BjØrgo. Nation and Race – The developing Euro-American racist subculture. Boston: Northeastern University Press, 1998, pp. 126-147.

MARSHALL, George. **Espírito de 69: A bíblia do skinhead.** Tradução de Glauco Mattoso. São Paulo: Trama Editorial, 1993.

MAYNARD, Dilton. **Escritos sobre História e Internet.** Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011.

NAZARETH, Carolina Cadima Fernandes. **Carecas do ABC e Carecas do Subúrbio: um panorama. Sobre a violência neonazista no Brasil**. In: Revista Eletrônica de Ciências Sociais. Uberlândia, nº1, V.1, 2009 [ISSN 2175-7283].

NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PROUST, Antoine. **Doze lições sobre a história.** Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SALAS, Antonio. **Diário de um skinhead: um infiltrado no movimento neonazista.** Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Planeta, 2006.

ASPECTOS CABALÍSTICOS NA OBRA DE ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA

Autora: Josevânia Souza de Jesus Fonseca
Mestranda em História
Universidade Federal de Sergipe
josevaniasouza@bol.com.br

Orientador: Prof. Dr. Marcos Silva
silva.marcos@uol.com.br

Pesquisar sobre a cultura cristã-nova no mundo ibérico não constitui tarefa fácil, tendo em vista que a perseguição empreendida pela ordem político-religiosa vigente obrigou os judeus a abdicarem a sua tradição e aderirem ao catolicismo. Esse fato aparentemente representou um etnocídio, no entanto, os judeus encontraram na linguagem mística e dissimulada da Cabala uma forma de o grupo se manter unido numa comunicação somente acessível aos iniciados. (KENIA, 1998, p. 48)

A perseguição aos judeus no mundo ibérico teve início em 1492, por ocasião da assinatura do Edito de Expulsão na Espanha, pelos reis católicos Fernando e Isabel, obrigando os judeus a se dispersar pela Europa, principalmente para Portugal onde

viveram livremente, sem perseguições, mesmo com a existência de leis como as do Concílio de Latrão que os obrigava a usar sinais em suas vestimentas. Em Portugal, o problema do converso conhecido como cristão-novo surge quando D. Manuel (pressionado pela Espanha) concorda com expulsá-los do país, no entanto o rei consciente da importância econômica do grupo proibiu a saída através da prática da conversão forçada. (NOVINSKY, 1992, p.30)

Nesse sentido, isolados do judaísmo tradicional e imersos em um mundo de fé cristã, os conversos criam suas próprias defesas contra uma realidade na qual eles não se encontravam, judaizando secretamente em seus lares e mascarando sua cultura através da linguagem mística e dissimulada da Cabala[1].

Antônio José da Silva é um exemplo de descendente de converso que usou a palavra como forma de resistência e mesmo sendo perseguido pela Inquisição continuou desafiando a sociedade na qual estava inserido. Essa característica do 'Judeu' associada à sua condição de cristão-novo o levou a sentir desde cedo a perseguição empreendida pela Inquisição ao seu grupo.

O Tribunal da Inquisição atuou no Brasil em três momentos, de 1591-1595 na Bahia, em Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, conduzida pelo visitador Heitor Furtado de Mendonça, com o objetivo de combater as heresias e fiscalizar os cristãos-novos que prosperavam com a economia açucareira, além de estender sua atuação aos domínios ultramarinos. A segunda visitação que ocorreu de 1618 a 1621 na Bahia, comandada por Marcos Teixeira, tinha como foco especial os cristãos-novos, porquanto havia a suspeita de ligações desses com os judeus de Amsterdã, e de uma possível invasão dos holandeses. O terceiro momento se deu em 1763 e se estendeu até 1769 no Grão-Pará e objetivava conhecer melhor a região após a expulsão dos jesuítas. Foi chefiada por Geraldo José de Abrantes, numa época em que a Inquisição portuguesa era controlada pelo marquês de Pombal. (REVISTA DE HISTÓRIA, 2011, p. 36)

Os cristãos-novos de Portugal e em extensão do Brasil, foram os alvos preferidos da Inquisição, pois representavam um problema à medida que concorriam economicamente com os cristãos-velhos, além de suas fortunas despertarem a cobiça desses últimos. (NOVINSKY, 1992, p.132)

No contexto de perseguição aos cristãos-novos residentes no Brasil é que a Inquisição passou a fazer parte diretamente da vida de um dos maiores teatrólogos luso-brasileiro, Antônio José da Silva, e, para entendermos esse autor faremos uma breve trajetória, começando no Rio de Janeiro do século XVIII.

Nascido de família hebraica, no Rio de Janeiro, em 1705, Antônio José aos oito anos de idade viu seus pais, João Mendes da Silva e Lourença Coutinho, serem acusados de judaizantes e seguirem sob prisão para Portugal (KENIA, 1998, p.114) onde foram condenados às penas de confiscação de bens, abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial a arbítrio dos Inquisidores, instrução na fé católica, penas e penitências espirituais[2]. Além dos pais, avós, tios, primos e sobrinhos de Antônio José também saíram penitenciados em autos de fé.

Aos 21 anos de idade o 'Judeu' foi preso e processado pela primeira vez, sob acusação de judaísmo, em 08 de agosto de 1726, em outubro do mesmo ano foi solto depois de sentenciado com penas de confisco de bens, abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial perpétuo, instrução na fé católica e penitências espirituais. Em liberdade, Antônio José tentou refazer a vida dedicando-se à advocacia e à família. É nessa época que começa a escrever as primeiras comédias, para serem encenadas no Teatro público do Bairro Alto de Lisboa.

Em 1737, foi preso pela segunda vez, denunciado por práticas secretas de judaísmo por sua escrava. À época da prisão Antônio José já era um teatrólogo respeitado em Portugal, e, conforme Kenia Pereira, acreditava que se salvaria da pena capital, já que alguns frades dominicanos depuseram a seu favor. No entanto a culminância do processo vai demonstrar o contrário:

> ...no ano de 1739, com apenas 34 anos de idade, no auge da carreira de teatrólogo, o povo viu desfilar com carocha e sambenito um dos artistas mais respeitados de Portugal. De forma humilhante, ele se retratou e, desesperado, pediu para morrer na Lei de Cristo. Morte menos dolorosa. Se teimasse a morrer na Lei de Moisés, não lhe seria concedida a "bênção" do garrote, e teria assim de experimentar, com vida, os tormentos da fogueira. (PEREIRA, 1998, p. 120)

Antônio José deixou um legado de oito "óperas" ou "operetas" intituladas: *Guerras do Alecrim e da Mangerona, Labirinto de Creta, Esopaida, Encantos de Medeia, Anfitrião ou Júpter e Alcmena, Precipício de Faetone, Variedades de Proteu, A*

vida do grande D. Quixote de La Mancha e do Gordo Sancho-Pança, comédias musicadas que eram apresentadas por meio de marionetes. O autor serviu de inspiração para uma vasta produção bibliográfica sobretudo no campos da literatura, todavia pouco se escreveu sobre os elementos da Cabala que estão dissimulados em suas peças teatrais cômicas.

Assim, algumas questões que podem ser levantadas são: Que aspectos da Cabala podem ser identificados na obra de Antônio José da Silva? Em que medida o cabalismo pode ser tomado como elemento constituinte de sua cosmovisão e da cultura criptojudaica na diáspora?

Para tal utilizaremos como fonte principal o tomo primeiro da obra *Theatro Comico Portuguez ou Collecção das Operas portuguezas que se representarão na Casa do Theatro publico do Bairro Alto de Lisboa.* Essa obra foi reunida anonimamente (provavelmente por medo da inquisição) e publicada pelo impressor Francisco Luiz Ameno, em 1744. São quatro peças teatrais produzidas por Antônio José, a saber: *Vida de D. Quixote de la Mancha, Esopaida, ou vida de Esopo, Os Encantos de Medéa e Amphitryaõ, ou Jupter, e Alcmena*.

A hipótese básica é que os indícios cabalísticos estão presentes em vários momentos na obra eleita para este estudo, disfarçados entre os elementos da mitologia greco-romana e espanhola, para enviarem uma mensagem criptografada aos de origem sefardita e para denunciarem o esquema de opressão contra ele imperante.

Antônio José chamou a atenção por suas peças teatrais, contos, pelo estilo e coragem com o qual enfrentou a sociedade do século XVIII e pela efemeridade de sua existência. Foi objeto de algumas obras de ficção, como *Antônio José ou o poeta e a Inquisição,* escrita em 1838 por Gonçalves de Magalhães; *O Judeu* do teatrólogo português Bernardo Santareno; dois filmes de cineastas brasileiros um intitulado *Doutor Judeu*, de Alberto Cavalcante e o outro *O Judeu*, de Iomtov Azuly[3].

Dentre as críticas literárias, ganham destaque os estudos de J. C. Fernandes Pinheiro *Antônio José e a Inquisição*, publicado em 1862; o trabalho do primeiro historiador crítico literário Inocêncio Francisco da Silva, que conseguiu decifrar o acróstico a ocultar-se em duas décimas presentes na primeira edição de *Obras Completas* do judeu, publicada em 1737; Antônio José Saraiva e Oscar Lopes, em

História da literatura portuguesa; relevante também as contribuições biográficas de João Lúcio Azevedo e Alberto Dines.

Ainda no campo da literatura destaca-se a importância dos estudos de Fidelino de Figueiredo, *A literatura portuguesa;* João Pereira Tavares, José Oliveira Barata e de estudiosos franceses, Claude-Henri Frèches, Introdution au thèâtre Du Judeu, L' Amphitryon d' Antônio José da Silva (O Judeu), Le Dom Quixote, d' Antônio José da Silva: auteur du sonnet Alma Minha Gentil, Antônio José da Silva (O Judeu) et les marionettes e Antônio José da Silva et L' Inquisition; além de Pierre Furter e seu estudo sobre o teatro barroco e Käthe Widmüller em *O Judeu e o teatro romântico*, estudo sobre o cripto-judaísmo no Brasil.

Antônio José também foi lembrado no livro *Os judeus no Brasil Colonial* de Arnold Wizinitzer e no Primeiro Congresso luso-brasileiro sobre a Inquisição promovido pela Universidade de São Paulo em 1987 em que foi objeto de três comunicações pertencentes a José Carlos Sebe Bom Meihy, Paulo Pereira e Isolina Bresolin Vianna[4].

Também no Brasil, a professora de Literatura Portuguesa Kênia Maria de Almeida Pereira, dedicou alguns dos seus mais importantes trabalhos à análise de obras de cristãos-novos há muito relegadas, a exemplo de *Prosopopéia* de Bento Teixeira e *Óperas* do Judeu. A autora identificou traços da cultura criptojudaica que através de uma leitura mais cuidadosa revelam mensagens de resistência e protesto.

Em seu livro *A poética da resistência em Bento Teixeira e Antônio José da Silva, o Judeu,* a autora aponta vários momentos em que Antônio José utiliza símbolos judaicos disfarçados. Defende ainda que o Judeu usou a palavra como arma de resistência política e social.

Apesar da vasta produção acerca da obra do teatrólogo luso-brasileiro, ainda existem lacunas que carecem de investigação do ponto de vista histórico, e é com o intuito de contribuir com a historiografia que nos propomos a pesquisar os aspectos da Cabala na obra de Antônio José da Silva para em seguida analisar em que medida o cabalismo pode ser tomado como elemento constituinte de sua cosmovisão e da cultura criptojudaica na diáspora.

A elucidação de práticas dessa minoria proporcionará uma maior consciência histórica da luta pela preservação da identidade mesmo diante da perseguição empreendida pelo Tribunal do Santo Ofício, reforçando assim, o sentimento de pertencimento não só ao grupo, como também à nação.

Além disso, o estudo ampliará o conhecimento de um dos elementos fundamentais da religiosidade dos judaizantes, os costumes místicos de origem cabalística, ainda pouco explorados. Nas óperas, a contínua referência à feitiçaria, às mandingas, aos encantamentos e desencantes, é um forte indício de que o autor fazia alusão cifrada à Cabala prática.

A seleção das óperas como fonte para a pesquisa histórica atende ao pressuposto de que elas são produtos culturais e representações que precisam ser decodificadas e desconstruídas para resgatar suas próprias singularidades, especificidades e intencionalidades. Entende-se como sendo a melhor forma de confrontar as informações contidas nos autos da Inquisição. Um embate de discursos carregado de ideias secundárias. Sendo assim, "o historiador deve ainda considerar o não-dito, o que está implícito nas entrelinhas e, ousando mais, pode até mesmo ler os silêncios da obra, fazendo aflorar o conteúdo latente." (CARVALHO, FLORIO, p. 4)

Atinente à escolha do campo artístico para a análise histórica, Rosângela Patriota revela a legitimidade e pertinência do tema e dos objetos artísticos, e que essa prática nos remete aos clássicos da História Cultural, Jacob Burckhardt e Johan Huizinga, passando pela área dos estudos culturais, em especial pelas proposições de Raymond Williams e Edward Palmer Thompson. Deve-se atentar apenas para o fato de que o historiador que elege como documento central de sua pesquisa a obra de arte, dificilmente será o primeiro leitor do documento, diferente dos colegas que recuperam documentos originais inéditos dos arquivos, no entanto o perspectiva de análise será diferenciada. O historiador busca a partir dos objetos artísticos, romances, filmes, peças teatrais, entre outros,

> ... recuperar a historicidade inerente a eles e construir um diálogo possível, com base em séries documentais que permitem maior inteligibilidade destes em relação ao processo vivenciado, assim como este fornecerá elementos que auxiliem na compreensão das especificidades do objeto estudado. (PATRIOTA, 208, p. 36)

Sendo assim, as peças teatrais selecionadas para a pesquisa passam a ser entendidas como uma representação da realidade, e como tal pode ser tomada como objeto de pesquisa pelo historiador que deseja compreender o universo cultural de um autor que representa o seu grupo, mesmo essa realidade não sendo transparente.

> Por isso, o historiador detetive vai além daquilo que é dito, vê além do que é mostrado, exercitando seu olhar para os traços secundários, para os detalhes e para os elementos que, sob um olhar menos arguto e perspicaz, passariam despercebidos (PESAVENTO 2005, p. 64)

Logo, o paradigma indiciário constitui o método adequado para a elucidação dos aspectos da cultura criptojudaica olvidados pela historiografia tradicional, porém perpetuadas na óperas de Antônio José da Silva.

Para a análise documental nos valeremos das categorias conceituais fornecidas pela História Cultural, tais como o conceito de representação, mentalidades coletivas, visão de mundo, sensibilidades, identidade entre outros explicitados por Roger Chartier em seu clássico trabalho *A História Cultural: Entre práticas e representações* (1988) e Sandra Jatahy Pesavento em *História e História Cultural* (2005).

Por se tratar de uma pesquisa inicial, podemos concluir apenas que Antônio José da Silva, O Judeu, representa um personagem ímpar não só para a literatura, o teatro e a música, como também para a História, tendo em vista que a releitura de suas obras possibilitará uma maior compreensão do contexto político, econômico e principalmente cultural do período em que as produziu.

NOTAS

[1] Entre os séculos III e IV, durante o cativeiro da Babilônia, surgiu o *Sefer Ietzirah* (Livro da Criação), o qual já apresentava uma constituição dos "32 caminhos místicos" da Cabala (10 mandamentos somados às 22 letras do alfabeto hebreu). A partir daí se esboça o que será um dos princípios da Cabala: a busca da presença de Deus por meio dos números e das letras. No Medievo, esses ensinamentos místicos são cultivados por

duas figuras principais: Abrahão b. David de Posquières e seu filho, Isaac O Cego (m.c. 1235), na Provença (sul da atual França). Mas, o marco definitivo tse deu no século XIII, na Espanha. Nessa época surgiu o *Sefer ha-Zohar*, que estabeleceu as principais diretrizes da Cabala. Alguns aspectos presentes na obra são o panteísmo (influência neoplatônica), o teísmo, elementos de feitiçaria e demonologia medievais, unidos a um sentimento nacionalista judaico. A Cabala era uma mistura de tradição oral (a interpretação de textos sagrados) e especulações e preceitos místico-esotéricas da filosofia religiosa judaica, influenciados por outras doutrinas. Com o *Zohar* (Livro do Esplendor), a Cabala deixa de ser um movimento organizado e transforma-se numa doutrina sistematizada. (Citado por Marcos Silva em projeto de pesquisa intitulado: A CABALA E A CULTURA CRIPTOJUDAICA NA DIÁSPORA ATLÂNTICA DOS SEFARDITAS em 2011).

[2] Informações disponíveis em http://digitarq.dgarq.gov.pt/ nos processos de número PT-TT-TSO-IL/028/03458, 03458-1 e 03458-2 e 11806.

[3] Os dois filmes foram censurados pela ditadura militar. O primeiro não chegou a ser exibido e o segundo só veio a público em 1995.

[4] Kênia Maria de Almeida Pereira realizou uma rica revisão acerca da vida e obra de Antônio José da Silva, em seu livro *A poética da resistência em Bento Teixeira e Antônio José da Silva, o Judeu*, servindo como guia para a elaboração da revisão iniciada com o projeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Anelise Maria Müller de. E FLORIO, Marcelo. A Literatura como Documento Histórico. Revista D'Art. Disponível: http://www.centrocultural.sp.gov.br/revista_dart/index.htm. Acesso: 13/04/2012.

CHARTIER, Roger. **A historia cultural: Entre práticas e representações**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1988.

GUINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In**: Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história.** Tradução Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

NOVINSKY, Anita. **Cristãos Novos na Bahia: A inquisição no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

PATRIOTA, Rosângela. O teatro e o historiador: interlocuções entre linguagem artística e pesquisa histórica. In: A história invade a cena. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

PEREIRA, Kenia Maria de Almeida. A feitiçaria e o judeu: Antônio José da Silva em Busca de Medeia. Revista de História e Estudos Culturais. Vol.8, nº 2, Agosto de 2011. Disponível em http://www.revistafenix.pro.br.

_____. **A poética da resistência em Bento Teixeira e Antônio José da Silva, o Judeu.** São Paulo: 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy**. História e História Cultural.** 2 ed. 1 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

REVISTA DE HISTÓRIA. Rio de Janeiro, SABIN, ano 7, nº 73, out de 2011.

SILVA, Marcos. **A cabala e a cultura criptojudaica na diáspora atlântica dos sefarditas.** Projeto de Pesquisa apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq em 2011.

VAINFAS, Ronaldo. **Jerusalém colonial: judeus portugueses no Brasil holandês.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

http://www.caravelas.com.pt/Theatro%20Comico%20Portuguez.htm

IDENTIDADE E PERCEPÇÕES SOCIAIS DE ESTUDANTES SERGIPANOS

Autora: Joice de Lima Silva
Graduanda em psicologia - UFS
joiceaguia@bol.com.br
Co - Autora: Gleide Mamede dos Santos

Graduanda em psicologia - UFS
Mamede_3107@hotmail.com

Marcus Eugênio Oliveira Lima (DPS-UFS)
meolima@uol.com.br

Introdução

É difícil conceituar a identidade por se tratar de um tema muito complexo. Um ponto de partida são as definições do senso comum ou dos não "especialistas". No dicionário Aurélio, por exemplo, a identidade é definida como caráter próprio exclusivo duma pessoa: nome, idade, Estado, profissão sexo, etc. Nas ciências sociais, o conceito é multifacetado e pode ser abordado de inúmeras formas. Podemos defini-la como um conjunto de compreensões que as pessoas mantêm sobre quem elas são e sobre o que é significativo para elas (GIDDENS, 2005). Ou ainda, numa perspectiva menos psicologizante, seguindo Castells (2006), a identidade é o processo de significados construído a partir das experiências de um povo, e essa construção se dá através de um conjunto de atributos culturais, os quais prevalecem sobre outras fontes de significados. Partindo de uma perspectiva psicanalítica, Smith (1997) entende a identidade individual como uma composição de múltiplos papéis e identidades - família, território, classe religiosa étnica e gênero sexual. Revela também como cada uma destas identidades baseia-se em classificações sociais.

Na literatura são referidos dois tipos identidades, uma individual e outra social, que são distintas, mas estão intimamente relacionadas entre si (GIDDENS, 2005). A identidade individual ocorre quando o sujeito passa a ter conhecimento acerca de diversos aspectos da sua personalidade, como valores, comportamentos, limites, preferências. Este processo só acontece a partir das relações sociais, pois o eu passa a ser acessível ao sujeito quando há contato com o outro, o que ressalta a importância dos grupos sociais de referência ser responsáveis por fornecer ao eu uma identidade que pode ser modificada.

Numa perspectiva psicossocial, Tajfel (1981) afirma que a identidade social pode ser entendida como a parcela do autoconceito de um indivíduo que deriva da consciência de pertencer a um grupo ou grupos sociais, juntamente com o significado emocional e de valor associado a esse pertencimento. Esta definição se torna importante do ponto de vista integrativo, pois articula nas identidades as dimensões avaliativas e

emocionais do pertencimento a um grupo. Nesta perspectiva, a identidade começa com uma categorização social que divide o mundo entre "nós" e "eles". Seu desenvolvimento se dá nas relações entre grupos pelo processo de comparação social. É esta comparação com outros distantes ou próximos, com a alteridade de fora ou de dentro que define um conteúdo ideativo e emocional, positivo ou negativo da identidade social.

Considerando tais concepções sobre a identidade, este trabalho busca estudar a identidade sergipana dos universitários a partir dos eventos históricos lembrados pelos mesmos, pois segundo Santos (2005), a memória não é algo do passado é um fenômeno que traz em si um sentimento de continuidade e coerência, seja ele pelo processo individual ou grupal em reconstrução.

Teoria da Identidade Social

Várias são as teorias que se dedicam a entender e explicar a construção da identidade, dentre elas destaca-se a de Stryker e Burke (apud PAIVA, 2007. p. 79) que propõe uma teoria na qual a identidade psicossocial é atribuída aos papéis vinculados às posições sociais assumidas pelos sujeitos. Segundo esta teoria o grau de individualidade que distingue as identidades sociais são os traços de personalidade, bem como a variada internalização dos papéis que as pessoas desenvolvem no grupo, que depende dos processos psicológicos de inclusão e centralidade. A inclusão faz referência ao número de relações sociais e o custo emocional implicado na eventual perda da identidade; por sua vez a centralidade refere-se à importância subjetiva da identidade no repertório da pessoa. Com base na ideia que os sujeitos possuem várias identidades sociais devido à variedade de papéis exercidos socialmente, a teoria defende que os papéis apresentam uma economia psicológica das pessoas.

Tajfel (1981) desenvolveu a teoria da identidade social, na qual entende como identidade psicossocial como a percepção de pertença a um grupo e de não pertença a outro. A percepção social consiste em categorias, ou grupo em categorias. Na psicologia social categorização, tem uma função simplificadora de meio e justifica a divisão dos indivíduos entre "nós" e o "eles", entre *ingrup (o grupo a que se pertence)* e *outgroup (o grupo a que não se pertence).*

Para Cerclé e Somat (1999) existem duas consequências importantes resultantes da atividade de categorização: uma consiste na implicação de redução das

diferenças intergrupais e a outra implica ao mesmo tempo uma ampliação das diferenças dos intergrupos. A categorização social faz com que os membros do *outgroup* sejam percebidos como mais homogêneos e os do *ingroup* como mais heterogêneos.

Como vimos, a identidade social se refere à ligação avaliativa e emocional com grupos e categorias sociais quando esta ligação envolve um território (mas nem sempre), uma história comum, ou um mito ou construção de nação, chamamos de identidade nacional.

Identidade Nacional e Memória Coletiva

A identidade nacional pode ser entendida pela existência de um sistema de organização sociopolítico denominado Estado-Nação, que implica numa consciência de comunidade política, que por sua vez está mesma comunidade submente pelo menos algumas instituições comuns e um único código de direitos e deveres para todos os membros da comunidade (SMITH, 1997). Esta forma de identificação também exige que estabeleça um elo social entre os sujeitos e classes, através do fornecimento de todos os repertórios como: tradição, símbolos e valores partilhados pelos seus membros através da memória.

A memória a princípio parece ser um fenômeno individual algo próprio da pessoa. Mas nos anos de 1920 e 1930 Halbwachs (1990), já havia destacado que a memória deve ser entendida também como um fenômeno coletivo e social, ou seja, com fenômeno constituído coletivamente que submete as transformações e mudanças constantes. Ela é social por seu conteúdo, pois lembramos um mundo onde vivem outras pessoas, apoiando-se nos acontecimentos sociais de referências como rituais e eventos sociais compartilhados entre as pessoas de um grupo, além disso, ela é social, pois se baseia na linguagem e na comunicação linguística. Segundo Santos (2005), a memória não é um evento do passado, é um fenômeno que traz em si um sentimento de continuidade e coerência, seja ele processado individualmente ou em grupo, tornando o fator preponderante para o entendimento de identidade.

Segundo Halbwachs (1990), a memória coletiva possui uma função social, pois se tornar membro de um grupo significa assumir e internalizar as tradições comuns e as representações sociais compartilhadas por ele, ou seja, compartilha da memória do grupo. A memória coletiva leva as pessoas possuírem certa identificação social. Isto é associado com a retenção de certas informações centrais para identidade social, como na adaptação de imagem do passado que se para as necessidades do grupo atual, bem como

para a construção de uma imagem positiva do passado (PÁEZ; TECHIO; MARQUES; BERISTAIN, 2007, p. 699).

Diante deste contexto podemos dizer que a memória coletiva assume a função grupal quando relacionada com as necessidades e interesses atuais do grupo. Como já destacado a memória coletiva é essencialmente uma reconstrução do passado que se adapta a imagem dos fatos antigos às crenças e necessidades grupais do presente. A identidade não se associa somente a lembrança do passado, mas a lembrança de um passado positivo do grupo social ou nação. A defesa da identidade social se reflete na lembrança seletiva do positivo, no esquecimento de eventos negativos e na reconstrução valorizadora do passado do grupo étnico ou nacional. (PÁEZ; TECHIO; MARQUES; BERISTAIN, 2007, p.700).

Identidade Sergipana

O Estado de Sergipe passa a se constituir enquanto Estado a partir da desvinculação do Estado da Bahia, quando em 08 de julho de 1820, D. João VI assinou o decreto que isentava a Capitania de Sergipe da sujeição ao Governo da Bahia. Ainda falando sobre a emancipação política do Estado de Sergipe, encontramos um texto escrito por Janaina Cruz (2009) no site http://www.agenciasebrae.com.br no qual o atual governador Marcelo Déda faz referência à independência de Estado, ele nos diz que a data da intendência do Estado deve ser "um momento de celebração da autonomia conquistada por Sergipe, dos nossos símbolos cívicos, memória, identidade cultural".

A identidade cultural pode ser definida como sistema de representação que chamamos de culturas nacionais, compreendido nas relações sociais e patrimônios simbólicos historicamente compartilhados que estabelece a comunhão de terminados valores entre membros de uma sociedade (PINTO, 2004). Nos Estados do Nordeste a identidade cultural é percebida de forma mais acentuada através do turismo, que promove e divulga nas mídias eventos que põem em evidencia à culinária, a patrimônio material e imaterial, pois o setor tem sua significação na economia e tem sido tema de estudos entre os pesquisadores da sociologia, psicologia, historiadores e economista não só por aquecer o mercado consumidor, mas também por reinventar o imaginário cultural do povo (AZEVEDO, 2010).

Segundo o mesmo autor, as principais imagens que caracterizam o Estado de Sergipe estão vinculadas: à cidade de Aracaju considerada a capital brasileira da

qualidade de vida, a cidade de São Cristóvão considerada a quarta cidade mais antiga do Brasil tendo a praça da matriz tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade, a cidade de Laranjeira o berço da cultura popular com vários grupos folclores, a cidade de Canindé de São Francisco por encontrar em seu território o quinto maior cânion navegável do mundo que fazem os sergipanos sentirem orgulho de serem sergipano e do seu Estado (AZEVEDO, 2011).

O presente trabalho tem como objetivo estudar a identidade de estudantes sergipanos a partir dos eventos históricos mais lembrados pelos mesmos acerca da história do Estado e das suas cidades.

Método

Foram inquiridos 108 estudantes universitários de duas instituições de ensino do Estado de Sergipe, uma partícula UNIT (Universidade Tiradentes) e outra pública UFS (Universidade Federal de Sergipe). Os cursos dos universitários foram variados, dos 108 participantes, 69 (63,9%) eram de sexo feminino. As idades variaram entre 16 e 60 anos (M = 25.08 anos, Desvio Padrão = 8.31). Todos os participantes responderam a um conjunto de perguntas apresentadas em forma de questionário composto por perguntas abertas e fechadas de forma individual em ambiente de sala de aula, os estudantes utilizaram-se em média 30 minutos.

Resultados e Discussão

Para analisar a identidade dos sergipanos foram selecionadas as questões que fazim referência à memória dos eventos históricos acontecidos no Estado de Sergipe e na sua capital Aracaju e outras sobre o significado de ser sergipano e o sentimento de pertença desse grupo como: você gosta de ser, se sente e tem orgulho de ser nordestino e sergipano? A nossa análise dos dados será de caráter descritivo.

Na tabela 1 podemos ver que entre os três eventos históricos de Sergipe mais lembrados pelos estudantes temos, como primeira recordação, a *Mudança da Capital* com 20,9%, que ocorre quando São Cristóvão deixa de ser a capital do Estado e Aracaju torna-se a nova capital. Importa destacar que a evocação desse evento pode estar vinculada ao fato de que os questionários foram respondidos pouco antes da comemoração da data da mudança da capital. A *Emancipação Política do Estado aparece* com 8,1%, acontecimento que desvinculou Sergipe do da Bahia, tornando-o

autônomo em suas decisões políticas, econômicas e culturais; *Eventos culturais com 5,8%*, a exemplo do projeto Verão e Festival de Laranjeiras, são também lembrados; *Eventos políticos* aparecem com 7% cada e a Colonização com 4,7%. O primeiro está relacionado com as eleições dos ultimo oito anos e o segundo se refere à chegada dos Holandeses na costa sergipana.

Em relação à memória social sobre a história de Aracaju, vemos que os três eventos sobre a cidade de Aracaju temos como destaque o Desenvolvimento da cidade, marcado pela melhoria da infraestrutura com construções da UFS- Universidade Federal de Sergipe, Ponte Barra dos Coqueiros (32,4%); em seguida as *Festas culturais com* 25,9% (festival de Laranjeiras, Forró caju, pré-caju, Projeto verão, procissões: como a de São Cristóvão e Divina Pastora); os problemas sociais, notadamente na saúde, são lembrados em 16,7 das respostas; *a Emancipação política* aparece com 9,3% refere-se a eleição da cidade de Aracaju com capital sergipana; *Eventos eleitorais* aparece com 8,3% e estão relacionados sobretudo à eleição de Déda no primeiro e segundo mandado de governador e Edivaldo Nogueira prefeito da Cidade.

Tabela 1: Porcentagens dos três eventos históricos de Sergipe e de Aracaju mais lembrados pelos estudantes pesquisados.

Eventos lembrados sobre Sergipe	**%**	**Eventos lembrados sobre Aracaju**	**%**
Mudança da capital	20,9	Des. Cid. (construções de pontes, UFS)	32,4
Emancipação Política	8,1	Festas culturais	25,9
Eventos políticos/Eleições	7,0	Problemas sociais (saúde)	16,7
Eventos culturais	5,8	Emancipação política	9,3
Colonização	4,7	Eventos eleitorais	8,3

Com a finalidade de verificar a identidade sergipana a partir do significado e valor associados pelos estudantes pesquisados acerca do que é ser *Sergipano,* podemos ver na Tabela 2 que o significado está associado à forma de ser Feliz; Nascer no Estado; Trabalhador/Lutador; Respeitar e amar o Brasil e o Estado; ter orgulho da terra. Assim, para alguns dos pesquisados o fato de nascer e morar no Estado é condição suficiente para se considerar sergipano, deixando de lado todos os outros processos que compõem o conceito de identidade pertencente ao grupo, já para outros, a representação é mais complexa e completa do que é ser sergipano, o sujeito identifica-se como um povo

lutador que ama e respeita o Estado ao mesmo tempo aparece característica de sociabilidade como alegria.

Tabela 2: Porcentagens e Frequências das respostas do que é ser Sergipano para os universitários.

	Freq.	%
Feliz/ ser alegre	19	17,3
Nasce e mora no Estado	11	10,2
Trabalhador/Lutador	10	9,3
Amar e respeita o Brasil e Estado	10	9,3
Ter orgulha da terra	07	6,5

Além de investigar a identidade sergipana mediante a memória coletiva de acontecimentos e o significado do que é ser sergipano, verificou-se a identidade de acordo com a noção de pertença como: gosta de pertencer e orgulho em relação ao grupo local. Dos 108 estudantes, 85 disseram que se sentiam e gostavam *muito* de serem sergipanos, 12 responderam que se sentiam e gostavam *mais ou menos*, 05 disseram se sentiam e gostavam *pouco* e apenas 02 responderam que não se identificavam com o Estado. Com relação à pergunta de ter orgulho de ser sergipano 79 dos estudantes disseram que têm orgulho, 16 responderam que têm *mais ou menos* 05 responderam que tinha *pouco* e apenas 03 disseram que não sentiam orgulho de serem sergipanos.

Considerações Finais

Diante dos resultados podemos considerar que a identidade local dos estudantes pesquisados é forte, principalmente no sentimento de pertença, na satisfação e no orgulho de pertencer ao Estado, bem como o que é ser e sergipano. A pesar de Sergipe ser um Estado da região do nordeste os universitários conseguiu reconhecer existência de identificações diferenciadas entre eles em decorrência das diversas pertenças grupais. Segundo Tafjel a identidade é um processo psicossocial, que se basear no sentimento de pertença, junto com o significado avaliativo e emocional. Smith revela que a identidade é composta por múltiplos papéis e categorias (étnica, gênero, religiosa e etc.) cada uma destas identidades são classificadas socialmente e estas classificações se fazem diante de contexto e do processo de comparação social. Os dados demonstram ainda que no imaginário dos estudantes pesquisados a identidade

sergipana contempla o reconhecimento e a existência de atributos comuns à região nordestina com ser trabalhador, lutador, feliz, persistentes, assim aparentado homogeneidade.

Referências

AZEVEDO**,** Denio Santana. **Turismo e Imaginário na Página da EMSERTUR**. Artigo não publicado. 2010.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**: A era da informação economia, sociedade e cultura. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra. 2006

CERCLÉ, Alain e SOMAT, Alain. **Manual de psicologia social**. Lisboa: Instituto Piaget. 1999.

GRUZ, Janaina. **189 anos de orgulho para os sergipanos**. Disponível em: < http://www.agenciasebrae.com.br>. Acesso em: 20 de Jan.2011.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed. 2005

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértices. 1990.

PÁEZ, Dario; TECHIO, Elza Maria. ; MARQUES, José; BERISTAIN, Carlos Martins. **Memoria Colectiva y Social**. In: MORALES, José Francisco; MOYA, Miguel; GAVIRA Elena & CUADRADO Isabel. (Org.). Psicologia Social. 3 ed. Madrid: McGraw Hill , 2007.v., p. 693-716.

PAIVA, Geraldo José de. Identidade psicossocial e pessoal como questão contemporânea. **Revista PSICO**, Porto Alegre, PUCRS, v. 38, n. 1, p. 77-84, jan./abr. 2007. Disponível em:< http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/1926/1432 > Acesso em: 20 de jan. 2011.

PINTO, Mércia de Vasconcelos. **Identidade Cultural**. Brasília, ENEA em 15 de jul. 2004. p.1-9. Disponível em: http://www.arq.ufsc.br/urbanismo5/artigos/artigos_pm.pdf. Acesso em: Jan. 2010.

SANTOS, Maria Roseli Sousa. **Saberes Cultural, Memória e Identidade Social em tempos de modernidade.** Disponível em: < www.rosilissousa.com.br/prinate/saberes_culturais_mémorias.pdf >. Acesso em: 20 de Jan. 2011.

SMITH, Anthony D. **A identidade nacional.** Lisboa: Gradeava. 1997.

TAJFEL, Henry. **Human group and social categories:** Studies in social psychology. Cambridge: Cambridge University Press. 1981.

A CONDIÇÃO DE TRABALHADOR MIGRANTE INDOCUMENTADO: UMA ABORDAGEM CENTRADA NOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA.

Autor: Lorena de Lima Marques

Graduanda em Relações internacionais - UFS.
lore_marques@hotmail.com

Orientador: Tereza Cristina (NURI – UFS)
heresnemo@gmail.com

Globalização, pobreza e migração: uma estreita ligação

Ao longo das últimas décadas, o sistema internacional vem passando por significativas mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais que tiveram como motor propulsor o fenômeno da globalização (GONÇALVES, 2008). Neste novo e complexo cenário, o movimento de pessoas através das fronteiras dos Estados Nacionais tornou-se um fenômeno marcante, reflexo dessas intensas mudanças. Em um cenário globalizado as migrações internacionais constituem o espelho para as assimetrias sócio-econômicas entre os países (MILESI, ANDRADE 2010). O migrante foge da miséria e busca melhores oportunidades de trabalho e sobrevivência sendo por isso considerado um movimento forçoso, uma vez que para este não resta outra possibilidade a não ser deixar o seu país (CASTRO, 2008).

Os aspectos positivos da globalização, geralmente relacionados à cooperação internacional, tecnologia, informação, quando comparados a situação vigente em países como a Bolívia (Estado mais pobre da América do Sul) ficam em segundo plano, sendo neste caso mais evidente os aspectos perversos do fenômeno.

> A globalização faz emergir em nossos povos, novos rostos de excluídos: os migrantes, os deslocados e refugiados, as vítimas do tráfico de pessoas e seqüestros, os desaparecidos, os meninos e meninas vítimas da prostituição, do tráfico de órgãos, pornografia, violência ou do trabalho infantil, mulheres maltratadas, vítimas da violência, da exclusão e do tráfico para a exploração sexual e laboral, os excluídos pelo analfabetismo tecnológico, as pessoas que vivem na rua das grandes cidades, e tantos outros. [1]

É importante considerar também que não é apenas o caráter econômico que faz com que as pessoas migrem. Fatores como desastres naturais, guerras, perseguições políticas, étnicas e religiosas, também motivam muitas pessoas a deixarem os seus países. Todavia, neste trabalho é considerado que a fragilidade econômica de muitos países é a principal causa da emigração de parte da sua população.

Ao passo que as fronteiras de um mundo globalizado se abrem para o capital, aos bens e serviços, concomitantemente, como afirma Cançado Trindade, são inibidas à mobilidade humana, em especial às pessoas vindas de países pobres. Desta forma, a elaboração das políticas migratórias cada vez mais restritivas tem correlação com o aumento da migração por rotas perigosas e, por conseguinte, com o aumento no número de migrantes indocumentados.

Segundo definição da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de sua Família, migrantes indocumentados ou em situação irregular são *''aqueles que não foram autorizados a ingressar, permanecer e a exercer uma atividade remunerada no Estado de emprego, de acordo com as leis desse Estado e os acordos internacionais em que esse Estado seja parte''* (art. 5º, letras "a" e "b"). O número de migrantes no mundo é de 214 milhões de pessoas- Informe da Organização Internacional para a Migração (OIM, 2010), podendo esse número em 2050 chegar a 405 milhões de pessoas. Desses 214 milhões, entre 10 e 15% são indocumentados.

Nesse sentido, pode-se destacar a relação existente entre a intensificação do processo de globalização econômica, o aumento da pobreza/desigualdade e a migração internacional. A globalização fomenta a desigualdade entre os países, pois os Estados mais pobres encontram-se quase sempre em desvantagem econômica ou comercial com relação aos países mais desenvolvidos, pois, como afirmou George Martine (2005) possuem menos poder de barganha e não conseguem alcançar bons níveis de desenvolvimento e assim garantir as necessidades básicas da sua população. Sendo assim, muitos nacionais são forçados a abandonar os seus países em busca de bem estar social e trabalho.

A Difícil realidade dos trabalhadores sem documentos

Se a situação dos migrantes em geral é bastante complexa, a dos migrantes indocumentados é ainda mais crítica, pois além de serem vítimas de xenofobia e discriminação, a ausência de documentação acarreta também a ausência de direitos e invisibilidade- são negados a esses, direitos básicos como o acesso a saúde, a moradia digna, a direitos trabalhistas, a educação, sendo, portanto alvos fáceis de exploradores e redes de tráfico de drogas e pessoas.

Geralmente ao chegar ao país de destino muitas das expectativas dessas pessoas são transformadas em frustrações, como no caso dos bolivianos que desde a década de 70 se dirigem ao Brasil em busca de melhores condições de vida e emprego. Na maioria das vezes vão trabalhar nas confecções da cidade de São Paulo, onde as condições se assemelham ao trabalho escravo: má alimentação, trabalhos em condição insalubre, exploração. Esta situação é descrita por Sydney Silva:

> Quando, porém, chegou a São Paulo, a realidade era outra. Trabalhavam das seis da manhã até meia-noite, alimentando-se mal. O patrão, um boliviano, não os deixava sair, intimidando-os, dizendo que a Federal (polícia) estaria rondando por ali e poderia detê-los. O tempo de reclusão, para indocumentados, segundo ele, seria de quinze anos. Trabalhou cinco meses com esse boliviano e não recebeu nada. Segundo o oficinista, o dinheiro era enviado à Bolívia para os seus familiares, o que não era verdade. Saiu num sábado e viu outros bolivianos e perguntou onde precisava de costureiro e começou a trabalhar para outro boliviano (Silva, 2006).

Independente do seu *status* migratório (estrangeiro ou nacional; regular ou indocumentado) o migrante enquanto pessoa humana tem direito ao gozo e respeito dos seus direitos fundamentais e laborais. Ao invés disso o que ocorre é que falta de documentação dificulta o acesso dessas pessoas aos mecanismos de proteção estatal dos direitos básicos e dos direitos dos trabalhadores. Muitos indocumentados temem recorrer às instituições de amparo de Estado, pois isto acarretaria perda do trabalho, altas multas e até deportação. O Estado, dessa forma ‘‘assemelha-se antes a um órgão fiscalizador e repressor do que legitimador de direitos’’ (MATTOS E DIAS, 2009).

Como dizem Milesi e Marinucci citando Engel, ‘‘a invisibilidade’’ caracteriza o migrante não documentado, devido o temor de deportação e prisão. Desta forma, ‘‘deixam de ser sujeitos de direitos e se tornam vulneráveis a várias formas de violação da dignidade’’ (MILESI E MARINUCCI, 2008). É necessário que os governos deixem de tratar os indocumentados como ilegais ou como caso de polícia, pois esta é uma forma de praticar a discriminação e a xenofobia (MILESI, 2008).

Políticas migratórias brasileiras e a salvaguarda dos direitos do homem

No âmbito interno, apesar da defesa dos direitos humanos ser uma questão recorrente no discurso brasileiro, o principal instrumento que regula os imigrantes no Brasil é o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815, de 19/8/1980), que segundo Rosita Milesi, ‘‘não partilha de uma visão dos direitos dos imigrantes, calcados nos direitos humanos’’ (MILESI, 2005) É um instrumento defasado, herdado do período militar e que tem como princípio basilar a segurança nacional em detrimento dos direitos humanos, além da proteção do mercado de trabalho nacional e o objetivo de‘‘propiciar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional’’ (art. 16). Ademais, trata a questão da migração irregular como caso de polícia, constituindo infração a entrada no território brasileiro sem autorização e a estadia no país após a expiração do visto (art. 124 I, II).

Pode-se também ressaltar em muitos casos o choque entre o Estatuto do Estrangeiro e a Constituição de 1988. No artigo 4º, II da CF destaca-se a prevalência dos direitos humanos. O artigo 5º por sua vez, lembra que ‘‘Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)’’. Devido à inadequação do Estatuto à nossa Carta Magna, grupos de defesa dos direitos dos imigrantes, a exemplo do Instituto Migração e Direitos Humanos, dirigido pela Ir. Rosita Milesi defendem uma ‘’Nova Lei de Imigração’’ pautada na defesa dos direitos humanos.

Em suma, o Estatuto é uma Lei que nega direitos, uma vez que veta ao indocumentado alugar imóvel, obter emprego formal, ter acesso à justiça, assistência médica, acesso ao ensino (FILIPPIN, 2007), o que possibilita que esses migrantes vivam à margem da sociedade brasileira e em situação de extrema vulnerabilidade social.

Além da prevalência do Estatuto do Estrangeiro como marco regulatório da migração no território nacional, o Brasil ainda não ratificou a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias de 1990. A convenção além de defender os direitos humanos no que concerne a situação de todos os trabalhadores migrantes e os membros de sua família, engloba os migrantes em condição irregular.

Como marco positivo na regulamentação da situação dos migrantes indocumentados no âmbito nacional foi sancionada a Lei de Anistia (**LEI Nº 11.961, 2/07/09)** que dispõe sobre residência provisória para estrangeiros que entraram no Brasil

até 01 de fevereiro de 2009 e se encontram em situação irregular. A residência provisória tem validade de dois anos, sendo que 90 dias antes do término deste prazo, o migrante pode solicitar residência permanente no Brasil desde que comprove o exercício de emprego lícito ou a propriedade de bens suficientes à manutenção própria e da sua família**; inexistência de débitos fiscais e antecedentes criminais e não ter se ausentado do território nacional por mais de 90 dias consecutivos durante o período da residência provisória.** Além disso, há também a Resolução Normativa Nº 97 de 12/01/2012, uma medida paliativa acerca da concessão de visto permanente a nacionais do Haiti por razões humanitárias devido ao agravamento das condições de vida da população após o terremoto de 2010 que devastou o país e o aumento do fluxo de nacionais desse país para o Brasil. De acordo com a resolução, poderão ser concedidos até 1.200 vistos por ano. Mas há denúncias de que Polícia Federal promoveu o fechamento da fronteira entre Peru e Brasil a fim de impedir a entrada de mais de 100 haitianos. Esta é uma questão que precisa ser debatida mais cuidadosamente.

As anistiam trazem para os migrantes inúmeros benefícios: o acesso à documentação, provisória a priori, mas com possibilidade de obter residência permanente; inserção social do imigrante; livre locomoção pelo território; exercício de atividades remuneradas, acesso á educação e a outros direitos muitas vezes negados ao migrante sem papel tanto por empregadores inescrupulosos ou por parte do Estado (MILESI, 2009).

Ademais, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 5.655/2009 que concerne à substituição do atual Estatuto do Estrangeiro. Apesar disso muitas entidades de defesa dos direitos dos trabalhadores migrantes propõem modificações no projeto. A nova lei tem como objetivo adequar-se a nova realidade migratória do país e desta forma, tratar o fenômeno da migração no âmbito dos direitos humanos e da inserção social deste. Mas, como coloca Luis Bassegio, secretário-executivo do Serviço Pastoral dos Migrantes ‘‘A nova Lei de Estrangeiros quer se colocar como favorável aos direitos humanos, mas ao longo de seus artigos vai recortando os direitos dos imigrantes’’.

Considerações Finais

Considera-se a migração internacional como um fenômeno histórico que se relaciona com o processo de globalização econômica e com o aumento da pobreza e

desigualdade entre os países. O fluxo de pessoas através das fronteiras nacionais apesar do aumento de políticas migratórias restritivas tem se intensificado. A dinâmica globalização-pobreza tem gerado distorções sociais e forçado as pessoas buscarem melhores condições de vida em outros países ou regiões.

No processo de mobilidade humana no qual o Brasil participa como país de emigração e imigração ainda persiste cruéis situações de violência, desumanização, discriminação e xenofobia. O migrante é visto em muitas sociedades de destino e pelo aparelho estatal como estranho, perigoso, aquele que veio para usurpar o trabalho dos nacionais. Os países tanto desenvolvidos como em desenvolvimento ainda tratam a questão de forma inadequada, aumentando as barreiras migratórias, o que incentiva a migração irregular, além de priorizar questões econômicas e de segurança nacional em detrimento a assuntos humanitários. O migrante indocumentado, a face mais frágil desse processo está exposto a todo o tipo de abuso e de discriminação. Tem seus direitos violados por empregadores inescrupulosos e pelo Estado que não reconhece a obrigação de proteger os direitos de todos aqueles que estão em seu território, como afirma o Alto Comissariado das Nações Unidas sobre Direitos Humanos.

Neste cenário instável no qual vigora cada vez menos o ideal da solidariedade entre os países e da defesa dos direitos do homem e do cidadão, faz-se necessário que os Estados desenvolvam políticas que previnam a migração irregular, priorizando as que suscitem o desenvolvimento dos países mais pobres; a geração de políticas migratórias mais humanas e menos discriminatórias e seletivas e busquem regulamentar os migrantes sem documentos nos seus territórios.

No que concernem as iniciativas do governo brasileiro, muitos avanços já são observados, mas faz-se necessário a revogação do vigente Estatuto do Estrangeiro, a adoção de uma Lei de Migração verdadeiramente pautada nos direitos humanos e a ratificação do principal instrumento internacional que regulamenta a temática- a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias.

Notas:

[1] Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. 5ed. Brasília: CNBB/Paulinas/Paulus, 2008, nº 402.

Referências

ANDRADE, William Cesar de; MILESI, Rosita. **Migrações internacionais no Brasil:** Realidade e desafios contemporâneos. Disponível em: http://inscal.blogspot.com.br/2010/06/migracoes-internacionais-no-brasil.html. Acesso em: 7 de janeiro de 2012.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. ***A condição jurídica e os direitos dos migrantes indocumentados.*** *Voto concorrente do Juiz Antônio Augusto Cançado Trindade. In: Opinião Consultiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2003, San José.*

CASTRO, Mary Garcia. ***Migrações internacionais e direitos humanos e o aporte do reconhecimento.*** *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 16, n. 31, 2008. Disponível em: http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/viewFile/92/84. Acesso em: 20 de agosto de 2011*

GONÇALVES, Maria do Carmo dos Santos. **Em busca de uma vida melhor:** Emigração, trabalho e novos direitos. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 16, n. 31, 2008. Disponível em: http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/viewFile/92/84. Acesso em 20 de agosto de 2011

MARTINE, George. **A globalização inacabada migrações internacionais e pobreza no século 21.** São Paulo em perspectiva. Vol.19, nº3. São Paulo, julho/setembro 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000300001. Acesso em 28 de setembro de 2011

MILESI, Rosita; LACERDA, Rosane (org.). **Políticas Públicas para as Migrações Internacionais**: Migrantes e refugiados. 2ª edição.

MILESI, Rosita. **Regularização de Imigrantes no Brasil, pelo sistema do Registro Provisório:** Anistias de 1981, 1988 3 1998.

_____ **Por uma nova Lei de Migração:** A perspectiva dos Direitos Humanos. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/41/docs/por_uma_nova_lei_migracao.pdf. Acesso em 22 de março de 2012.

MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. Migrações contemporâneas: Panoramas, desafios e prioridades. In: BRAGA MARTES, Ana Cristina (org.); SPRANDEL, Márcia Anita (org.). **MERCOSUL e as migrações.** Os movimentos na fronteiras e a construção de políticas públicas regionais de integração. Brasília, 2008. P. 19-39.

REGIS, André. **Controles Migratórios. Inadmitidos. O que fazer? Opções para as Pessoas e para os Estados.** I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior. Brasileiros no Mundo

SILVA, Sidney Antônio da. **Bolivianos em São Paulo:** entre o sonho e a realidade. Disponível em : http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a12v2057.pdf. Acesso em 2 de março de 2012.

BRASIL. Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 15 de janeiro de 2012.

_____. Lei Nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. **Estatuto do Estrangeiro.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm. Acesso em: 8 de março de 2012

_____. Lei Nº 11.961, de 2 de julho de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11961.htm. Acesso em: 5 de março de 2012.

_____. RESOLUÇÃO Normativa. Nº97, de 12 de janeiro de 2012. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A350AC8820135687F345B412D/RESOLU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20N%C2%BA%2097.pdf. Acesso em: 25 de março de 2012

_____. Projeto de Lei Nº5.655/2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/projetos/PL/2009/msg507-090702.htm. Acesso em: 25 de março de 2012.

CNBB. **V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe**. 5ed. Brasília: CNBB/Paulinas/Paulus, 2008, nº 402).

CONVENÇÃO Internacional sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias.

OIM. **Informe sobre as migrações no mundo 2010.** O futuro da migração: Criação de capacidades para o movimento. Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/free/WMR_2010_SPANISH.pdf. Acesso em: 21 de janeiro de 2011

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2009.** Ultrapassar barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_PT_Summary_rev.pdf. Acesso em 11 de janeiro de 2011.

VÉRITAS MOUSEION 3D: LINGUAGEM E MUSEOLOGIA DIGITAL NO MUSEU GALDINO BICHO

Autora: Irla Suellen da Costa Rocha
Graduanda em Letras Português/UFS/
Bolsista PIBITI-UFS (2012-2013)
irlasuellen@gmail.com

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Janaina Cardoso de Mello (NMS/UFS)
janainamello@uol.com.br

Em 1999 vivíamos o início do compartilhamento em rede. Não existia Facebook ou Twitter, mas já trocávamos informações em chats e salas de bate-papo, descobríamos um mundo através do conteúdo online virtualizado na tela do computador. Atento a essas mudanças no modo de perceber o local e o virtual, o filósofo Pierre Lévy chamou atenção para o comportamento daqueles que operam como "engenheiros de mundos" e o seu relacionamento com o usuário que faz da informação propagada um leque ações

que levam a diferentes proporções. “O engenheiro de mundos não assina uma obra acabada, mas um ambiente por essência inacabado, cabendo aos exploradores construir não apenas o sentido variável, múltiplo, inesperado, mas também a ordem de leitura e as formas sensíveis.” (LÉVY, 1999, p.147). Isso numa internet inicial e com usuário descobrindo e sendo descobertos.

Partindo do pressuposto colocado por Lévy, pode-se evidenciar uma discussão sobre a Museologia Digital e o desenvolvimento da segunda fase do projeto Véritas Mouseion – um projeto de pesquisa de inovação tecnológica multidisplinar que abrange quatro grandes áreas da Museologia (Museografia, Conservação Preventiva, Museologia Digital e Museologia Aplicada), convergentes num ambiente computacional que demanda a produção de um dicionário eletrônico terminológico. Com a proposta de apresentar imagens em 3D, o Véritas Mouseion busca através desta plataforma, construir um sentido mais variável, como sugerido por Lévy, a partir da imagem tridimensional associada ao termo referente.

Tendo como *lócus* para os verbetes o acervo expositivo do Museu Galdino Bicho (MGB) do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), pretende-se aplicar as práticas de digitalização e modelagem conceitual 3D de objetos museais, digitalizar o acervo expositivo do MGB do IHGSE em rotação 360º e correlacionar as informações textuais e imagéticas (digitalizadas).

LEVANDO A MUSEOLOGIA DIGITAL AO MUSEU GALDINO BICHO ATRAVÉS DO VÉRITAS MOUSEION 3D

Em continuidade dos trabalhos iniciados na elaboração do Véritas Mouseion – Dicionário Eletrônico de termos museológicos em língua portuguesa, e partindo-se do princípio de que um museu é a materialização da memória coletiva (HALBWACHS, 1990) de um determinado grupo, configurando-se como uma emissão de discursos, o Véritas Mouseion nessa segunda fase, busca ampliar a comunicação tecnológica com os usuários através da interatividade 3D. Filiando-se nesse sentido com a função comunicativa (CHAGAS,1994) que compõe as atribuições dos museus, pois segundo Cândido: [...] é papel dos museus criar métodos e mecanismos que permitam o levantamento e o acesso às informações das quais objetos/documentos são suportes,

estabelecendo a intermediação institucionalizada entre o indivíduo e o acervo preservado (2006, p.34-35).

Imbuído nesse propósito, o segundo ano do projeto Véritas Mouseion propõe-se a digitalização e modelagem 3D dos acervos expositivos do Museu Galdino Bicho do Instituto Histórico e Geográfico Sergipano (IHGSE), conferindo-se aos verbetes do dicionário eletrônico de termos museológicos a aplicação interativa de acessibilidade lúdica e inovadora com a visualização dos objetos convertidos em imagem fotográfica com rotação de 360º e modelagem conceitual 3D. Desse modo, além de dar ao dicionário eletrônico um perfil único no campo dos dicionários eletrônicos, tornando-o um produto tecnológico em perfeita consonância com o acesso o cotidiano via os mais diversos aparelhos tecnológicos com conexão à internet, o projeto estará também auxiliando na aplicação de parâmetros de inovação tecnológica e difusão de acervos nos museus de Sergipe.

Segundo o "Guia dos Museus Brasileiros" produzido e disponibilizado para *downlaod* pelo IBRAM, o estado de Sergipe conta com 26 instituições museais, porém como o guia foi publicado em Junho de 2011, antes da inauguração do Museu da Gente Sergipana[1]. Sendo assim, Sergipe conta com 27 museus.

O Museu Galdino Bicho é parte constitutiva do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), instituição criada em 1912 por intelectuais sergipanos e conhecida por muitos como "Casa de Sergipe", por aglutinar documentos, livros e objetos referencias para a História e Cultura sergipanas. Segundo informações do site do IHGSE, o museu recebeu o nome de Galdino Bicho em homenagem ao artista Galdino Guttman Bicho (1888-1955) que doou boa parte do seu acervo ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Configurando como um dos maiores beneméritos que o museu teve. O artista Galdino Bicho retratou o Sergipe em muita de telas. A coleção doada pelo artista é resultante da troca de informações entre de artistas brasileiros e europeus através do prêmio de viagem concedidos pela Academia Imperial de Belas Artes entre os séculos XIX e XX. Após sua morte, na década de 1950, a esposa de Galdino Bicho realizou um dos últimos pedidos de seu marido que foi doar sua coleção iconográfica ao acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Em publicação sobre os espaços museais sergipanos, a professora Verônica Maria Meneses Nunes, fez duras críticas sobre a organização do espaço museal do Galdino Bicho:

> No cenário museológico brasileiro, Sergipe começa a ser inserido a partir de 1912, com a instalação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, muito bem caracterizado por Freitas (2002), ao afirmar que o "museu ainda está organizado como um 'gabinete de curiosidades'", situação que o transforma em fonte não somente da prática heurística/memorialista da instituição e de sua deficiência numerária, mas também do relativo "'atraso' da museologia científica em Sergipe" (2009, p.118)

CONSTRUINDO O SABER MUSEAL: LINGUAGEM E MUSEOLOGIA DIGITAL

No livro "Arquelogia do Saber" o filósofo Michel Foucault (2004) chama atenção para a formação dos enunciados e conceitos. Ao descrever como se processa o desenvolvimento da linguagem médica por meio da influência do ambiente, estudos acadêmicos, linguagem técnica, cotidiano profissional, entre outras particularidades, exemplifica como se processa a formação do que chamamos de conceitos dentro do universo da dispersão dos enunciados. Ainda segundo Foucault (2004) não se pode definir nem pelas palavras nem pelas coisas, é preciso definir o regime dos objetos característicos de uma formação discursiva.

> O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e o que diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos (FOUCAULT, 2004, p.61)

Esta posição de Foucault ante ao discurso vem a salientar uma atenção do pesquisador no momento que colhe as informações que subsidiam o futuro verbete que será escrito sobre determinado termo. Tal constatação foi possível de ser observada durante entrevista[2] à museóloga Angélica Pimentel, responsável pela Museologia do

Museu de Arte Contemporânea de Niterói (MAC). Em entrevista a museóloga chamou atenção para aplicabilidade de alguns termos dentro da sua realidade, afinal se trata de um museu que atende a um determinado tipo de arte e a própria estrutura física do mesmo é tombada como uma obra de arte[3].

A experiência durante entrevista corrobora com o apontado por LIMA (2011, p. 97) em que os "sujeitos estão, a todo o momento, imersos em espaços complexos de significação, nos quais desenvolvem atividades discursivas". Diante disso, a construção e a veiculação de memórias para a construção de significados se articulam entre teorias linguísticas, culturais e tecnológicas, constituindo parte do referencial teórico deste projeto de pesquisa.

A partir desta exposição linguística, trazemos a reflexão da pesquisadora Marília Xavier Cury no contexto da comunicação museal e a sua relação com o público, que ao visitar o museu emprega significados ante os objetos dispostos. Segundo Cury (2007) o público de museus tem aumentando a sua consciência quanto aos seus direitos de sujeito cultural no processo de interpretação do patrimônio cultural musealizado. O que coincide com o cuidado dos estudos linguísticos durante a construção do sentido de vocabulário terminológico específico, e ao objetivo do presente projeta de pesquisa em facilitar a compreensão dos termos museológicos entre estudantes e profissionais museais e sem conhecimento ou formação acadêmica em Museologia.

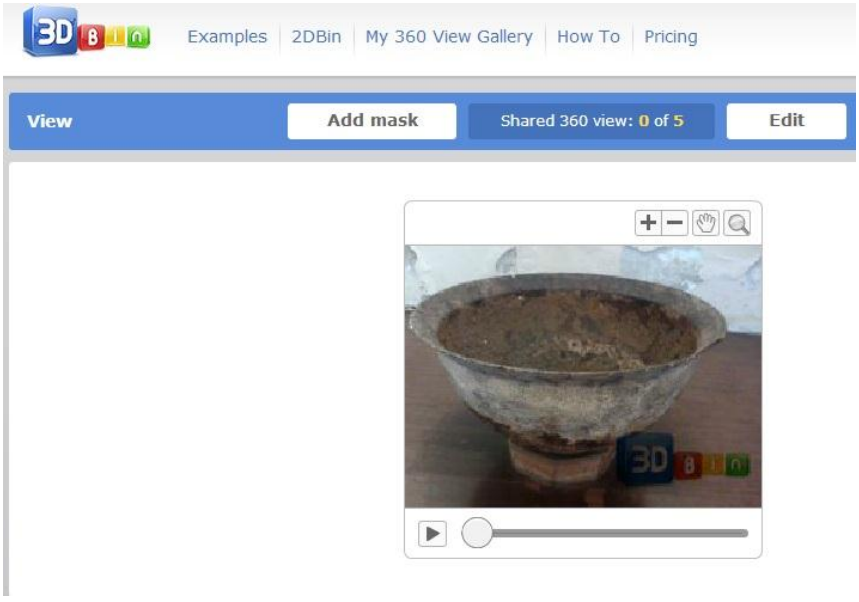
Dentro dessa perspectiva de Cury, a Museologia Digital encontra espaço como o ramo da ciência museológica que permite uma maior interação com o novo usuário do museu: o que comenta e compartilha suas impressões na grande rede.

> "É na interação que as mediações se revelam, da mesma forma que os diversos atores sociais. Nesta perspectiva, o sentido maior do processo comunicacional está na circulação da significação e, para o museu, a apreensão social dos discursos museológicos se efetivaria na circulação da significação. Para o museu emergente a dialógica alcança a dimensão de elemento estruturador e constitutivo do que entendemos ser museu. Se o conceito de museu é mutante, o que cremos ser, o público passa a participar desta transformação." (CURY, 2007, p.7)

Em continuidade dos trabalhos iniciados na elaboração do *Véritas Mouseion* – Dicionário Eletrônico de termos museológicos em língua portuguesa, e partindo-se do princípio de que um museu é a materialização da memória coletiva (HALBWACHS, 1990) de um determinado grupo, configurando-se como uma emissão de discursos, o Véritas Mouseion nessa segunda fase, busca ampliar a comunicação tecnológica com os usuários através da interatividade 3D. Filiando-se nesse sentido com a função comunicativa (CHAGAS,1994) que compõe as atribuições dos museus, pois segundo Cândido: [...] é papel dos museus criar métodos e mecanismos que permitam o levantamento e o acesso às informações das quais objetos/documentos são suportes, estabelecendo a intermediação institucionalizada entre o indivíduo e o acervo preservado (2006, p.34-35).

Por ser este um projeto sem financiamento externo, utiliza-se a aplicação de uma tecnologia simplificada, disponível gratuitamente, mas eficiente para os objetivos iniciais de rotação 360º dentre os objetos selecionados. Para tanto, optamos pelo uso do programa *online* 3D Bin, um *software* com uma interface usuária amigável, de baixo custo e alta resolução de qualidade para fotografia 360° de objetos. Após o *upload* das imagens em uma sequência rotacional há o processamento automático do objeto, criando um arquivo flash em vídeo que permite aos visitantes apreender os detalhes em movimento e utilizando uma lupa de aproximação da peça.

Fig. 3: Aplicação 3D Bin em acervo museológico sergipano



Fonte: http://3dbin.com/3DPhotoView/qcdlvobg (Criação em: 19/10/2012)

NOTAS:

[1] O Museu da Gente Sergipana foi inaugurado no final do ano de 2011, em 26 de novembro.

[2] A entrevista foi realizada no dia 28 de julho, durante viagem técnica do GEMPS ao XV Encontro Regional de História da ANPUH- Rio.

[3] O Museu de Arte Contemporânea de Niterói foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer em 1966.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação museológica. In: **Caderno de diretrizes museológicas**. 2ª ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura / Superintendência de Museus, 2006:10-92.

CHAGAS, Mário Souza. Em busca do documento perdido: A problemática da construção teórica na área da documentação. In: **Cadernos de Sócio Museologia** nº2; 1994:33-54.

CURY, M. X. **Comunicação museológica em museu universitário: pesquisa e aplicação no Museu de Arqueologia e Etnologia-USP.** Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpc/n3/a05n3.pdf. (Acesso em: 20/09/ 2012).

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves, 7. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva:** por uma antropolgia do ciberespaço. 3. ed. São Paulo: Distribuidora Loyola de Livros, 2000.

____. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa, 1ª edição. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIMA, Geralda de Oliveira S. Memória, história e linguagem: processos referenciais em depoimentos sobre Lampião. In: BEZERRA, Antônio Ponciano; CORRÊA, Leda (Org.). **Linguagem e história**. São Cristóvão, SE/ Aracaju, SE: EDUFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2011. p. 97-113.

Museu da Gente Sergipana é aberto ao público e impressiona visitantes. **Agência Sergipe de Notícias**, Sergipe. Disponível em:

<http://www.agencia.se.gov.br/noticias/leitura/materia:26411/museu_da_gente_sergipana_e_aberto_ao_publico_e_impressiona_visitantes.html>. Acesso em: 27 de setembro 2012.

MINISTÉRIO DA CULTURA, **Guia dos Museus Brasileiros**. Disponível em: http://www.museus.gov.br/noticias/guia-dos-museus-brasileiros/. Acesso em: 16 de agosto 2012.

NUNES, Verônica Maria Meneses. Do IHGSE à UFS: construção de fazeres museológicos em Sergipe. In: NOGUEIRA, Adriana Dantas; NUNES, Verônica Maria Meneses (Orgs). **O despertar do conhecimento na colina azulada**: a Universidade Federal de Sergipe. 2ª edição. São Cristóvão: Ed. Universidade Federal de Sergipe, 2009, p. 113-134.

SOB SUSPEITAS: A PERSEGUIÇÃO AOS ESTRANGEIROS DURANTE A II GUERRA MUNDIAL (1942-1945)

Autora: Anailza Guimarães Costa
Graduanda em História /UFS
Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente – GET/UFS
Bolsista voluntária do Projeto Segunda Guerra Mundial: cotidiano, fontes & narrativas
anailza@getempo.org

Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard (DHI/UFS)

A Segunda Guerra Mundial trouxe mudanças e novos panoramas políticos e sociais que refletiram em todo mundo. No Brasil, apesar de não ter tido confronto direto em suas terras, as consequências da guerra logo chegou e fez com que o país, dirigido por Getúlio Vargas, tomasse novos rumos políticos, que foram decisivos no tratamento para com os estrangeiros residentes no país. Foi após o afundamento, pelo submarino alemão U-507, dos navios brasileiros *Aníbal Benévolo, Baependi, Araraquara, Arara e Itagiba*, quando trafegavam entre Bahia e Sergipe em 1942 , que a Segunda Guerra de fato chegou ao Brasil.

O episódio dos torpedeamentos trouxe consequências para vários setores da sociedade brasileira e para a vida cotidiana dos estrangeiros ligados ao Eixo: alemães, italianos e japoneses. Estes indivíduos passaram a ser suspeitos de ajudar os alemães nos ataques e foram apontados como participantes da *Quinta-Coluna*, ou seja, foram acusados de estarem trabalhando como espiões dentro do Brasil, ajudando aos seus países de origem a obterem informações importantes sobre as decisões políticas do país.

Assim, esta pesquisa investiga o tratamento dispensado aos estrangeiros, sobretudo após os torpedeamentos de 1942. Para tanto, utilizaremos o jornal *O Estado de São Paulo* que nos ajudará a perceber a repercussão deste episódio junto à parte da população brasileira. A escolha de utilizar o jornal como fonte histórica se deve à relevância e pertinência deste veículo para o estudo do passado. Porém, não desconsideraremos que toda notícia é subjetiva e parcial, suscetível de influências. Ao trabalharmos com o jornal, deveremos sempre ter a consciência acerca da presença inevitável de ideologias no interior de qualquer periódico (LUCA, 2005:118).

O próprio jornal que utilizamos como fonte, *O Estado de São Paulo*, sofreu intervenção do governo Getúlio Vargas no período de 1940-1945. Francisco de Mesquita que dirigia o jornal e que era membro da família proprietária, foi preso e teve seu nome substituído pelo jornalista nomeado pelo governo, Abner Mourão. No próprio jornal esse nome aparece na primeira página de cada edição. No site do *Estado de São Paulo* informa-se que eles não reconhecem as edições durante os cinco anos de intervenção do governo Vargas. (Jornal O Estado de São Paulo. < http://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1940.shtm>. Acesso em 05/11/2012).

Dessa forma, já sabemos que assim como outros periódicos e setores da sociedade, o jornal também foi controlado e induzido pelo governo, usado para propagandear as ações de Vargas. Através do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), Getúlio Vargas mantinha extrema vigilância e controle de tudo que era publicado na imprensa ou passado nas rádios. Tendo isso em mente, veremos como este periódico abordou a vigilância aos estrangeiros do Eixo.

Quando ocorreu a Segunda Guerra Mundial, o Brasil vivia o regime do Estado Novo, implantado por Getúlio Vargas em 1937 e encerrado apenas em 1945, que se caracterizou como um dos períodos autoritários da história do Brasil. O regime queria a construção de um Homem Novo, de um tipo de cidadão modelo para a sociedade nacional. Com uma forte concentração no Executivo Federal, o governo proibia qualquer ação que fosse considerada contrária aos seus ditames e não se importava com os meios usados para legitimar este regime. Segundo Elizabeth Cancelli (1994:25) para o governo "a violência tornava-se necessária para a preservação do espírito da ordem". A autora defende em seu livro que a polícia foi um dos principais meios de controle e violência usados por Vargas.

Em 1933 foi criada a DESPS (Delegacia Especial de Segurança Pública e Social) que teve papel decisivo nas atividades de repressão, sobretudo durante a Segunda Guerra Mundial, tendo como uma de suas principais funções a coleta de informações para o governo. Além disso, a Polícia Política efetuava infiltração em vários meios sociais, com o objetivo de proteger informações estratégicas do Brasil e detectava supostas reuniões e centrais de rádios transmissores (PACHECO, 2010: 554).

Podemos dizer que estava em alta o civismo e o patriotismo no Estado Novo e vemos isso nas notas do jornal *O Estado de São Paulo*, em que fala de diversas manifestações de patriotismo por parte da população, além de demonstrações de apoio ao governo. O que não era incomum, já que em todo momento Vargas usava os meios de propaganda para incentivar a "brasilidade" e propagandear suas ações. Isso era tão difundido que até nas escolas foram criadas matérias sobre educação cívica.

Porém, as ideias de Vargas iam diretamente de encontro aos costumes dos estrangeiros que, mesmo longe de seu país de origem, mantinham-se em comunidades fechadas e ainda exaltavam com veemência o amor à pátria. Priscila Ferreira Perazzo, nos explica sobre este isolamento das comunidades:

> A presença do estrangeiro e, principalmente, daquele que não havia promovido uma interação com a sociedade brasileira, mantendo-se fechado em suas colônias, preservando seus hábitos, costumes, língua e idéias políticas, passou a ser extremamente perigosa pois, colocava em risco a construção da brasilidade empreendida pelo Estado Nacionalista (PERAZZO, 1999:42).

O governo não entendia que eles poderiam ter a sua cultura própria e que esta não interação social com a sociedade brasileira, preservando os seus costumes, poderia ser parte da formação cultural que eles tinham. Roque Barros de Laraia nos explica que isso faz parte do homem que vê o mundo com a sua cultura e que condiciona a enxergar o outro depreciativamente, considerando a outra cultura como anormal. (LARAIA, 1986:69-82). Esta era visão de Vargas e isso fez com que os forasteiros tivessem que se encaixar no novo padrão que estava sendo imposto pelo Estado Novo. Para o governo a assimilação destes estrangeiros, apelidados de "alienígenas", à cultura brasileira era uma necessidade que motivou esta campanha de nacionalização.

Assim, em busca desta política nacionalizante que visava homogeneizar o Brasil e em prol de um projeto nacional-moderno, que podemos considerar autoritário e nacionalista, o Estado Novo identificou e intensificou a perseguição aos estrangeiros que chegaram a ser considerados "perigosos à segurança nacional". Enquanto o governo tinha uma posição pendular na guerra, ora com o eixo ora com os aliados, os estrangeiros eram somente um problema racial, mas após a declaração de guerra depois dos torpedeamentos, estes indivíduos passaram a ser vistos como inimigos do país que deveriam ser combatidos.

A partir de então, a vigilância e a perseguição atingiram o ápice durante o Estado Novo. Os japoneses, italianos e alemães, além do preconceito que já sofriam, foram acusados de ajudar os nazistas nos torpedeamentos de 1942 e eram apontados como participantes de um esquema de espionagem no país. Não existia uma diferenciação entre os forasteiros que trabalhavam para o Eixo como espião e aqueles que levavam sua vida normalmente. O governo transformava um estrangeiro ligado ao Eixo em "criminoso potencial". Seu primeiro crime seria ser um estrangeiro e depois ser nazista ou fascista.

Padres, professores, comerciantes e até mesmo delegados, poderiam ser suspeitos. Bastava ser alemão, italiano, japonês, ser simpatizante ou ter ligação com

algum deles, para ter a atenção da polícia. Inclusive, no jornal diz-se que um sub delegado da 5º circunscrição policial do Rio de Janeiro foi processado porque segundo o relato era um simpatizante fanático do Eixo, criticava abertamente os atos do governo Vargas e se regozijava ao saber dos torpedeamentos no litoral brasileiro. Para o governo, pessoas como ele prejudicavam o país e iam de encontro à segurança nacional (O Estado de São Paulo, 1º de setembro de 1942, p. 5).

Analisando as notas de jornais, percebemos que o ódio a estes estrangeiros era incentivado. Nazistas, fascistas, japoneses, (o chamado "perigo amarelo"), estavam sempre relacionados como elementos perigosos e como súditos do Eixo. Há constantes alertas e incentivos à população. Além disso, temos textos que tratam de diversas prisões de estrangeiros, o que demonstrava a intensa preocupação do governo em relatar à população que medidas estavam sendo tomadas (O Estado de São Paulo, 26 de agosto de 1942, p. 2).

Em todo país, após os torpedeamentos das embarcações brasileiras, manifestações refletiam o desejo da população para que medidas fossem tomadas. Em Sergipe, que foi palco da tragédia e onde corpos das vítimas foram parar em suas praias, as propriedades de estrangeiros foram depredadas e incendiadas, como a do italiano Nicola Mandarino. Através dos constantes protestos, vemos que além do governo, a população também manteve vigilância aos estrangeiros e exigiram que Vargas punisse os culpados (O Estado de São Paulo, 20 de agosto de 1942, p. 2).

Ao longo da guerra, as restrições só aumentaram. Como informa esta nota do jornal: "Em consequência do estado de guerra, as autoridades policiais têm desenvolvido enérgica vigilância em torno dos elementos suspeitos" (O Estado de São Paulo, 9 de setembro de 1942, p.1). Muitos estrangeiros foram presos e enviados a prisões, chamadas de "campos de concentração" ou "campos de internamento" por alguns autores, como Priscila Ferreira Perazzo (2009: 43-44). A vida do estrangeiro ligado ao Eixo ficava cada vez mais complicada no país. O governo impôs vários decretos-leis que limitavam as atividades de um cidadão comum.

Estrangeiros que trabalhavam em cargos públicos foram exonerados, empresas e bancos foram fechados e os que tiveram a sorte de continuar com seu negócio precisavam atender a umas séries de novas exigências do governo, inclusive comunicar do que se tratava seu comércio e quem eram os donos. Além do mais, não podiam cantar ou tocar o Hino Nacional de seu país, eram proibidos de falar seu idioma nativo em lugares públicos e não podiam viajar sem a devida autorização (MORAIS, 2000: 45-

47). Tudo isso fazia parte das medidas adotadas para controlar o que se denominava de *Quinta-colunismo*.

No Jornal *O Estado de São Paulo*, percebemos que após os torpedeamentos em 1942 das cinco embarcações brasileiras no litoral, ganharam mais destaque as notícias sobre os estrangeiros. Facilmente encontramos informações logo nas primeiras páginas do periódico. Apesar do projeto de Vargas de homogeneizar o Brasil e dificultar a vida do estrangeiro já existir desde 1937, é notável que após o ataque do Eixo a implantação se tornava mais urgente. Portanto, podemos dividir em dois momentos este projeto: inicialmente voltado à busca de um estado nacional-moderno e de exclusão dos pluralismos, onde todos deveriam trabalhar em prol da nação e do governo. No segundo momento, os alemães, italianos e japoneses não eram mais apenas um problema racial e sim de Segurança Nacional.

Assim, com o final da Segunda Guerra Mundial e também do Estado Novo esta posição do Brasil foi mudando aos poucos. Os estrangeiros conseguiram de volta seus direitos de cidadãos comuns. Porém, as marcas deste período continuaram por longo tempo. Não há aqui defesa aos estrangeiros e nem um julgamento para dizer se foram culpados ou inocentes. Mas, devemos fazer uma reflexão sobre este período de autoritarismo na história do Brasil e das consequências que a Segunda Guerra Mundial trouxe. Estes indivíduos sentiram o toque punitivo do governo Vargas e as consequências do conflito mundial. Homens e mulheres que vieram ao Brasil talvez numa tentativa de uma vida melhor, ao chegarem aqui se depararam com as imposições e preconceitos de uma sociedade dominada pelos preceitos do governo.

Referências bibliográficas:

ELIZABETH, Cancelli. **O Mundo da Violência: a polícia da Era Vargas.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 1994.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, C. B. (org.) Fontes Históricas. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.

MAYNARD, Dilton; MAYNARD, Andreza**. Dias de Luta: Sergipe durante a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.

MORAIS, Fernando. **Corações Sujos.** São Paulo: Companhias das Letras, 2000.

LARAIA, Roque Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora Ltda, 1986.

PACHECO, Thiago. **Sistema de espionagem e contra espionagem brasileira durante a Segunda Guerra Mundial.** In: SHURSTER, Karl; SILVA, Francisco C.T. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010, p. 539-563.

PERAZZO, Priscila F. **Prisioneiros, Direitos e Guerra no Brasil de Vargas (1942-1945)**. Esboços UFSC, Florianópolis, v. 16, n. 22, julh. 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/index>. Acesso em: 16 abr. 2012.

_____. **O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo.** São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

Fontes:

O Estado de São Paulo, 1º de setembro de 1942, p. 05.

_____, 26 de agosto de 1942, p. 02.

_____, 20 de agosto de 1942, p. 02.

_____, 9 de setembro de 1942, p.01.

PERSPECTIVAS DA COMUNIDADE MARGINALIZADA – BAIRRO SANTA MARIA

Autora: Maria Aline Matos de Oliveira
Graduanda em História/UFS – Bolsista PIBID/CAPES
aline_hist2010@hotmail.com

Co- autora: Taís Danielle Alcântara de Araújo Silva
Graduanda em História/UFS – Bolsista PIBID/CAPES
tais.historia-ufs@hotmail.com

Orientadora: Prof.ª Drª. Célia Costa Cardoso (DHI/UFS)
celcard@hotmail.com

Introdução

A condição social inferior em que se encontram comunidades do município de Aracaju está sendo de forma crescente objeto de estudo e análise de diversos campos do saber. Ainda hoje, muitas destas se encontram em uma realidade à parte do convívio social, privação de recursos e assistências públicas. Em contrapartida existe também uma criação de imagem social sem nenhum tipo de problemas, associada ao símbolo de mudanças, avanço e qualidade de vida que estão ligadas a uma gestão urbana que prevalece na capital e que não condiz com a situação aqui trabalhada. Optamos por

expor essa discussão apresentando o Bairro Santa Maria e as contradições alí encontradas para tentar compreender os aspectos revelados que prevalecem desde o inicio de sua formação. Nosso objetivo de pesquisa ainda em curso foi atentar para a reflexão das consequências do descaso para toda sociedade, dentre os quais podemos verificar o crescimento da violência e marginalização.

Do povoado Terra dura ao bairro Santa Maria

Aracaju é a capital de Sergipe o menor estado do Brasil, foi fundada no ano de 1855 com a transferência da capital, anteriormente São Cristóvão. Ela é a segunda cidade planejada do país, cujo projeto foi elaborado pelo engenheiro José Basílio Sebastião Pirro. Foi no século XX que ocorreu o processo de ocupação da periferia da cidade, com intensos fluxos migratórios de uma população de baixa renda que veio da zona rural para trabalhar no setor secundário e não encontraram emprego, no entanto eles foram trabalhar no mercado informal em serviços domésticos, biscates, vendas ambulantes, para conseguir recursos financeiros de subsistência na sustentação das suas famílias. A formação do bairro Santa Maria, antigo povoado Terra Dura [1] está diretamente ligado ao crescimento urbano da cidade como um todo, e muitas vezes acarreta diversos problemas não só no estado de Sergipe, como também em diversos estados do país. Neste sentido Antônio Carlos Campos afirma:

> "O crescimento acelerado da população urbana no Brasil nas últimas quatro décadas, gerou sérios problemas infraestruturais nas cidades já consideradas metrópoles nacionais e nas principais capitais estaduais, uma vez que o ritmo dos investimentos urbanos direcionados à provisão de serviços, geração de empregos e planejamentos não acompanhou essa processo". (CAMPOS, 2006, p. 223)

De acordo com o relatório ambiental (SEPLAM, 2004) a área do atual bairro Santa Maria, era ocupada com atividades rurais, apresentando manguezais, cerrados e remanescentes da Mata Atlântica, as pessoas residentes eram trabalhadores rurais e pescadores que viviam praticamente isolados de Aracaju. No inicio do século XX, com a construção do canal de Santa Maria ligando à bacia do rio Sergipe a do Vasa Barris, com o objetivo de facilitar a acessibilidade, a área foi ocupada pelas pessoas que foram trabalhar nas obras, assim surgiu pequenos sítios com coqueiros, fruteiras e cultivos alimentícios, dando origem ao povoado.

A ocupação urbana iniciou-se a partir de 1932, sendo que a aceleração deu-se a partir da década de oitenta com a implantação de conjuntos habitacionais a fim de atender a demanda por parte de uma população de baixa renda, porém sem infraestrutura, irregulares, de risco e sem preservação ambiental. As casas deveriam ser destinadas as famílias com renda de 1 a 4 salários mínimos, mas, até hoje não foram construídas. As casas existentes são 1800, construídas em regime de mutirão pela Fundese numa tentativa de associar à moradia as condições de trabalho.

Essas características representam um reflexo da formação de favelas no Brasil, no bairro Santa Maria não poderia ser diferente, a população de origem são homens e mulheres pobres que não tinham condição de morar em outros locais, foram se unido formando barracos sem a menor condição de subsistência, sem políticas publicas que amenizassem os seus sofrimentos, e assim, foi se proliferando essa comunidade de pessoas marginalizadas pela sociedade. Na atualidade o bairro apresenta altos índices de violência, a comunidade sofre sem a menor infraestrutura, com ruas sem calçamentos, esgoto a céu aberto, falte de segurança, escolas insuficientes e com posto de saúde que não atende as necessidades dessa população, esses motivos representam a formação de uma comunidade carente em todos os aspectos.

> "Para os negros, camponeses, trabalhadores rurais e urbanos, favelados, menores abandonados e delinquentes juvenis, mendigos, domésticas e outros grupos discriminados, oprimidos ou marginalizados, às vezes chamados de o lixo da sociedade". (MOONEN, 1988, p.59-60)

Ainda na década de oitenta, a transferência da lixeira do bairro Soledade localizada no município de Nossa Senhora do Socorro para o bairro Santa Maria, atraiu pessoas para trabalhar como catadores, e com isso a presença de vetores transmissores de doenças resultantes do acúmulo e disposição inadequada do lixo, como também implicou na degradação ambiental, desvalorização dos terrenos, desconforto e insegurança para a população.

Ótica periférica? Ou uma realidade desconhecida?

No dia 12 do mês de outubro do ano fluente, nos deslocamos até a comunidade do bairro Santa Maria, mais precisamente no conjunto Jardim Recreio conversando e colhendo depoimentos dos moradores sob a ótica hisórica/social e econômica. As

entrevistas totalizaram (24) vinte e quatro, mediante um pequeno questionário onde podemos verificar as condições de moradia, saneamento básico, disponibilidade de transporte, educação, saúde e principalmente discriminação no que pertine as ofertas de trabalho e renda.

No início da pesquisa tivemos algumas resistências por parte dos entrevistados que relutavam em responder, mas com as explicações de que se tratava de um levantamento para estudo pelos alunos da Universidade Federal de Sergipe aos poucos fomos obtendo confiança e receptividade por parte dos moradores da região sobre o estudo. Podemos notar que existem muitas dificuldades: o déficit na infraestrutura, pois na maioria das ruas o esgoto é a céu aberto, muito lixo acumulado nas proximidades, as ruas não possuem calçamento, as moradias são precárias, de taipa inclusive, em algumas casas ainda é utilizado o fogo á lenha, isso denota a situação de baixa renda e pobreza em que se encontram. Uma entrevistada sobrevive de 30 reais semanais, proveniente da venda de materiais recicláveis do lixão do bairro, assim se no bairro não há o mínimo de estrutura, os moradores nem cogitam a hipótese da existência de praças e complexos esportivos, ou quaisquer tipo de lazer.

Em relação á segurança, a insatisfação da comunidade foi unânime. O policiamento não é eficaz; deixando a população insegura e com um sentimento de impotência, visto que não podem fazer muita coisa para modificar esse quadro que também pode ser constatado no trasporte público, que só passa no Jardim Recreio até ás 19h00min horas, dificultanto a vida dos que dependem desse meio de locomoção. Privando-os do mínimo direito de ir e vir assegurado pela nossa constituição.

O caos da saúde pública também é refletido na comunidade pesquisada. Pode-se dizer que há racionamento de fichas para o atendimento. Um depoimento dado informou que o posto de saúde disponibiliza uma ficha para cada família, no entanto a consulta só será realizada, em média a partir de 30 a 60 dias.

Os moradores sofrem preconceito em relação ao mercado de trabalho por morar em periferia, visto no depoimento de um dos moradores que afirma que ele, assim como muitos de seus familiares e conhecidos, utiliza endereço de outros bairros como a Farolândia, pois se colocarem seu verdadeiro endereço possivelmente não consegue o emprego. As empresas e a própria sociedade têm preconceito com essas comunidades marginalizadas, essa postura demonstra a construção do esteriótipo de que esses indivíduos, por morar em favelas são delinquentes e desonestos, uma opinião bastante equivocada. Podemos constatar que, o que leva essa população a morar lá é a falta de

condições finaceiras e oportunidades, e que nem por isso os indivíduos deixam de trabalhar e batalhar por um futuro melhor para si e seus filhos.

- O questionário constou das seguintes indagações:

1-Há quanto tempo o(a) senhor(a) mora no bairro?

2-Quantas pessoas residem em sua casa?

3-Qual a renda familiar?

4-Avalie a segurança do bairro.

5-Avalie o posto de saúde.

6-Qualifique as escolas.

7-Como é o transporte público?

8-Em relação ao mercado de trabalho, o (a) senhor(a) já sofreu algum tipo de preconceito pela localização?

9-O bairro oferece algum tipo de lazer (praças, complexos esportivos)?

Tabulação de amostragem de pesquisa:

1. Pessoas entrevistadas.....24
2. Tempo em que vivem no bairro (média em anos).....10
3. Renda familiar (salarios mínimos).....1
4. Pessoas residentes na habitação (média).....5
5. Transporte público.....ruim
6. Dificuldades de conseguir emprego devido a sua localização .....sim
7. Escolas.....ruim
8. Praças.....(0)zero
9. Lazer.....(0)zero

Politicas públicas na cidade da "qualidade de vida"

A sociedade é formada por um conjunto de pessoas que tem características e aspectos singulares, a politica é o meio de organização que une e regulamenta as comunidades, com suas leis e normas facilitando a pratica e eficácia da mesma. As politicas públicas são responsáveis pela elaboração de projetos que beneficie a sociedade em geral. Em relação às comunidades carentes de Aracaju, em especifico o bairro pesquisado Santa Maria, pode-se revelar o quanto essas pessoas sofrem por falta de estrutura física e de condições de subsistência. A cidade da qualidade de vida é o

slogan publicitário dos governantes, representando de maneira arbitrária um fato que não coincide com a realidade das comunidades menos favorecidas.

O bairro Santo Maria é considerado uma favela porque esta a margem da sociedade, não por está afastado do centro comercial ou geograficamente dos bairros privilegiados, mas por problemas de diversas ordens alí presentes. A qualidade ainda não chegou nesse ambiente, o direito a moradia, saúde, educação, lazer, previsto na constituição brasileira infelizmente não é visto por esses cidadãos e cidadãs que possuem muito pouco para suprir as suas necessidades, esse fato concretiza o tema abordado. Nesse sentido Maria Celia Paoli cita:

> "De maneira geral, a noção de marginalidade propôs-se a caracterizar certos processos recentes do desenvolvimento de sociedades ou países latino-americanos, processos estes referidos, no plano econômico, ao crescimento do desemprego, do subemprego, da falta de estabilidade e produtividade em certas ocupações, à pauperização acompanhados de um estilo de participação politica oscilante e ambígua"(PAOLI, 1978, p.34).

Politicas públicas necessárias para tornar Aracaju uma cidade de qualidade, deve ser desenvolvida no âmbito da igualdade social, diminuição da miséria, pobreza e investimentos no desenvolvimento de projetos para aumentar os empregos nas comunidades necessitadas. Esse fato é o sonho de toda sociedade, no entanto, para que isso aconteça às dificuldades serão imensas, porque é mais fácil colocar essas populações no invisível e divulgar para todo o país que há qualidade de vida em toda a sociedade aracajuana. O bairro mais populoso da capital com 50,000 habitantes não faz parte desta analise do governo. Há um interesse econômico e politico dos governantes na tentativa de camuflar as dificuldades presentes nesse bairro.

As estratégias politicas dos governantes ao mudar o nome do bairro de Terra Dura para Santa Maria, a construção de conjuntos habitacionais, temos o exemplo do conjunto Marivam, revelam uma tentativa de elitização dessa localidade, com casas bem estruturadas, e condomínios luxuosos. Temos uma nova visão imposta pelo governo, em relação ao bairro que tenta mostrar o lado bom dos investimentos, não representando uma totalidade real, pois o conjunto Jardim Receio, já abortado na pesquisa aqui presente, é um exemplo de descaço e esquecimento, com falta de todos os tipos de infraestrutura, um local com extrema miséria.

Conclusões parciais da pesquisa

Apesar de nossa pesquisa ainda se encontrar em fase inicial, podemos afirmar que essa temática requer uma longa e talvez polêmica abordagem. Porém, é de fundamental importância procurar fazer com que seja ouvida e apresentada à voz de um povo que desde muito tempo é carente de atenção. Não podemos negar que as diversas melhorias sociais vêm acontecendo em nosso estado. Contudo ainda há um longo caminho a ser percorrido. Esse, menos vinculado à imagem da ordem vigente que já alcançou um desenvolvimento pleno e que agora desfruta o status alcançado. Nosso objetivo enquanto estudante foi questionar se realmente há uma qualidade de vida em Aracaju. Constatamos através de todos os dados coletados a concretização de que Aracaju não é a capital da qualidade de vida, pois ela não alcança a todos e sim a uma minoria da sociedade.

Notas:

[1] A mudança do nome para bairro Santa Maria foi denominada segundo a lei municipal de Aracaju nº 2811, de 08 de maio de 2000.

Referencias Bibliográficas

RIBEIRO, Darcy. **O dilema da América Latina:** estruturas de poder e forcas insurgentes. 2. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 1979. 273 p.

HOGAN, Daniel J.; KOWARICK, Lúcio. LUIZ ANTONIO MACHADO DA SILVA. MANOEL TOSTA BERLINCK. MARIA CELIA PAOLI. **Cidade usos e abusos.** São Paulo: Brasiliense, 1978. 166 p.

CAMPOS, A. C. "A construção da cidade Segregada: O papel do Estado na Urbanização de Aracaju". In: **O Ambiente Urbano: Visões geográficas de Aracaju.** Aracaju, Editora UFS-SE. P.p 223-246. (2006).

MOONEN, Frans. **Antropologia aplicada.** São Paulo: Ática, 1988. 71 p.

SEBRAE: In: Diagnóstico bairro Santa Maria, URBE - Programa Sebrae para o desenvolvimento sustentável em áreas metropolitanas. Aracaju, 2007.

VIEIRA, E. C. J. **Políticas Urbanas e construção da imagem da cidade: Da Terra Dura ao bairro Santa Maria em Aracaju-SE**, Ano de Obtenção: 2011.

A MULHER NO PROCESSO ELEITORAL ATRAVÉS DO DIÁRIO

OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE (1932-1937)

Autora: Juliana de Almeida Aguiar Silva
Graduanda em História - UFS
Bolsista PIBID (CAPES)
E-mail: juliana.almeidaaguiar@gmail.com

Orientadora: Profª. Drª Célia Costa Cardoso (DHI - UFS)

INTRODUÇÃO

O período escolhido para o trabalho aqui exposto se fez por conta de em Sergipe não haver publicações sobre a Justiça Eleitoral (1932-1937) durante esses anos. Anos que passamos de um Governo Provisório (1930-1934) a uma Constituinte (1934-1937). A primeira metade desse período foi caracterizada pela forte presença militar, através dos "tenentes", nos principais cargos políticos em todo país na tentativa de anular os poderes e influências dos antigos coronéis na política regional.

As forças opositoras ao Governo de Vargas não ficaram paradas e constituiu-se uma mobilização que deu origem a "Revolução Constitucionalista de 32" onde surgiram para tentar neutralizar essas forças, o Decreto para a criação da Justiça Eleitoral, a criação de bases de uma legislação trabalhista e reivindicação de uma nova Constituição no Brasil. A partir de 1934 consolidou a criação de outra Constituição que fixa os ganhos de 32 para normalizar governo republicano. Seu governo a partir de 1935 passa grandes ameaças através da Intentona Comunista e a partir de 37 é outorgada uma nova Constituição que anula a anterior e instaura um novo governo, conhecido como "Estado Novo" que deu amplos poderes ao Presidente da República.

AS INDICACAÇÕES DO DIREITO DO VOTO FEMININO DA IMPLATAÇÃO DO DIREITO ATRAVÉS DO DOES

Com isso em 2012 faz-se 80 anos da criação da Justiça Eleitoral e assim a inclusão feminina no processo eleitoral brasileiro. Em 24 de fevereiro de 1932, o Decreto nº 21.076 aprovou o Código Eleitoral que, em seu artigo 2º, definiu os eleitores como os cidadãos maiores de 21 anos, sem distinção de sexo. Estava, então, legitimo o sufrágio

feminino no Brasil; também, estabeleceu o voto secreto, porém não obrigatório ainda. A professora Avelar constata que:

> *"Essa conquista soaria conservadora, já que, com a ditadura varguista, ficaria diluída a articulação feminina em torno dos demais temas defendidos na década de 1930, quais sejam: os interesses das mulheres trabalhadoras, a alteração da legislação que classificava as mulheres casadas como relativamente incapazes, a política voltada às crianças abandonadas e a emancipação econômica das mulheres.*" **(AVELAR, 2001, p. 20)**.

O alistamento feminino para as eleições de 32 era facultativo, tornando-se obrigatório somente em 1945, entendendo-se assim a intenção somente do aumento das eleitoras a partir desse período. Como consta através do Diário de Justiça do Estado de Sergipe, sendo publicada no Diário Oficial do Estado de Sergipe (DOES), a citação recebido pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, sendo presidido por João Dantas de Brito adivindo da sede do Tribunal Superior Eleitoral no Rio de Janeiro sob a presidência de Hermenegildo Barros que consta no Telegrama: "Em face dos artigos 120 (letra b) e 121 Codigo Eleitoral Superior Tribural decidiu não ser obrigatorio alistamento para mulher ainda mesmo quando exerça função publica. (...)" **(24, Fevereiro de 1933, p.1124, DOES. [sic])**.

Para isso foi construído um anteprojeto, que mantinha o voto feminino facultativo, mas restringia concessões, que constava no Art. 8º do mesmo código, são admitidas a inscrever-se eleitoras, desde que preencham algumas das condições legais:

a) a mulher solteira sui juris, que tenha economia própria e viva de seu trabalho honesto, ou do que lhe rendam bens, empregos ou qualquer outra fonte de renda licita;

b) a viúva em iguais condições;

c) a mulher casada que exerça efetivamente o comércio, ou indústria, por conta própria, ou como chefe, gerente, empregada ou simples operaria de estabelecimento comercial ou industrial, e bem assim a que exerça efetivamente qualquer licita profissão, com escritório, consultório ou estabelecimento próprio, ou em que se presuma autorizada pelo marido, na forma da lei civil.

Excluindo a proposta do anteprojeto, o texto final do Código Eleitoral suprimia esses limites e tratou o sufrágio feminino em equivalência ao masculino, ao determinar, em seu artigo

2º, que: "Art. 2º É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código."

Mas é através da analise desses jornais que iremos ver como se deu na prática o entendimento da implementação desses direito em uma República no Brasil. No Diário Regional Eleitoral, publicado no DOES a citação recebido através do Telegrama vê-se:

> *"Deve ser qualificada ex-officio mulher casada funcionaria publica independente autorisação marido. Em face da lei serão qualificados todos funcionarios sem distinção sexo maiores 21 anos e se a mulher casada é funcionaria publica com autorisação ou sem a oposição seu marido nenhum motivo existe para que não seja qualificada eleitora ex-officio. Por outro lado se mulher casada tem autorisação expressa inplicita para se funcionaria tem consequentemente ser eleita."* **(08, Fevereiro de 1933, p.1208, DOES. [sic])** .

De acordo com a citação alegada acima, há dúvidas referentes a validação de qualificação do direito das mulheres se alistarem como eleitoras, fazendo alusão ainda a autorização do marido para as mulheres casadas, e/ou mesmo as funcionárias públicas.

Já em dezessete do mesmo mês e ano, no mesmo jornal há outra publicação em um novo telegrama, repassando e ratificando que o direito de votar e ser votada a mulher não se faz perante a autorização, mesmo ela não sendo funcionária pública, quando diz: *"Havendo Codigo Eleitoral concedido irrestritamente à mulher o direito de votar e esse votada o direito quando casada a mulher não pode ser subordinada a autorisação ainda mesmo ainda não mesmo sendo funcionaria.(...)*" **(17, Fevereiro de 1933p. 1213, DOES. [sic])**.

De acordo com as citações acima, que a abertura do sufrágio feminino no Brasil, como um direito ao voto a mulher, vem ainda atrelada como uma medida governamental dita democrática ao invés de uma medida de inclusão dessa mulher, já que ele não vem acompanhado de uma não subjugação da mulher referente a patriarcado mesmo no regime republicano.

Mesmo na condição de idetificadora, cargo de funcionário para fazer principalmente o alistamento de qualificação dos eleitores nas regiões, entre outras foi-se entendido que não estava garantido no decreto, como consta em todo o seu discurso a Ata da 12ª sessão ordinária realizada em quatorze de Setembro de mil novecentos e trinta e dois:

"(...) é feita a publicação do seguinte acordão. O dr. Juiz de direito da 2ª comarca com séde em Propriá, 4º zona eleitoral do Estado, por oficio datado de vinte e dois de Agosto vigente, consulta a este Tribunal se pode designar pessôa do sexo feminino parno departamento eleitoral a os cargos de indentificadores sob a sua jurisdição. Relatado e discutido o assunto: Traçando as atribuições do Tribunal Regional, dispoz o Codigo Eleitoral (decreto numero vinte um mil setenta e seis, de vinte quatro de Fevereiro do corrente ano), art. Vinte tres, numero quatro, que aquela corporação competia porpor ao Chefe do Governo Provisorio a nomeação do funcionario da respectiva Secretaria e dos encarregados nas indentificações nos cartorios eleitorais.

Tal disposição foi mais tarde revogada pelo decreto vinte um mil quatrocentos e oitenta e cinco de sete de Julho do dito ano, segundo se depreende do seu art. primeiro, paragrafo terceiro que assim estatue: - Logo que forem designados nos municipios referidos na letra "b" deste artigo, os oficios a que alude o art. vinte quatro, letra b do Codigo Eleitoral, cada juiz designará um indentificador, etc. Conpulsando-se os referidos decretos, chega-se à evidencia de que os mesmos em nenhum dos dispositivos veda á mulher o exercicio das funções dos cargos de indentificador. Investido o juiz da atribuição de fazer tais designações não lhe impoz a lei de restrição alguma quanto ao sexo. E nem se justificaria tal proibição em face do art. segundo do mesmo Codigo que diz: - E' eleitor o cidadão maios de 21 anos, sem distinção de sexo alistado na fórma do dito Codigo. Vê-se por ahi, que, a exemplo do que consagram as legislações dos povos cultos, o nosso Codigo, condenando o exclusivismo eleitoral concedito aos homens, estabelecem a perfeita igualdade dos sexos, permitindo tambem á mulher o exercicio dos direitos politicos, no que bem se ouve, porquanto, no dizer do ilustre anotador do aludido Codigo, dr. João C. da Costa Cabral, a parte feminina da parte sociedade é tão capaz de exercer esse direito quanto a masculina. Si, portanto, á mulher outorgarem o exercicio do direito de sufragio, inadmisivel seria qualquer embaraço que porventura lhe impezessem obstante ou dificultando sua admissão nas funções publicas em apreço. Demais, como é sabido, chamada a colaborar nos varios departamentos da atividade humana, na burocracia, do comercio, na industria, etc. ela tem manifestado competencia igual a do sexo oposto. Assim, pois, resolve o Tribunal Regional da Justiça Eleitoral do Estado responder que não contendo no Codigo Eleitoral qualquer proibição, isto é, não havendo, como não há, nenhu embaraço legal, pode o juiz

> *consulente designar as pessoas do sexo feminino para o exercicio do cargo de indentificadores nas cinscruscrições de que se compõe a referida zona eleitoral."* **(02, Outubro de 1932p. 1062, DOES. [sic])**.

AS FONTES E O DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE

A escolha do jornal não se deu aleatoriamente, como os textos apresentados no presente artigo tem seus direcionamentos e posições. O Diário Oficial do Estado de Sergipe que faz parte da Imprensa Oficial ocorreu em 5 de dezembro de 1894, com a lei 104, assinada pelo coronel Manoel Presciliano de Oliveira Valadão, segundo José Assunção de Barros:

> *"Não há limitações com relação ao que pode ser tomado como 'fonte' para a História Social. É possível encontrá-las tanto na documentação de origem privada como na documentação oficial, por assim dizer." (...)*
>
> *(...) "Documentação oficial ou pública existe de todos os tipos: desde aquelas que oferecem dados massivos sobre uma sociedade – como os inventários e registros fiscais, censitários, testamentários, cartoriais, e paroquiais – até aquelas mais pontuais, referentes a situações específicas."* **(Barros, 2005. P.18 e 19).**

No entanto, o primeiro Diário Oficial só circulou em 10 de setembro de 1895 divulgando os atos oficiais dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, noticiário e demais atos exigidos por lei, como foi dito por Barros: "As fontes da História Social, enfim, são de inúmeras modalidades. Sua escolha, naturalmente, será orientada pelo problema histórico a ser definido e investigado pelo historiador" **(Barros, 2005. P.18 e 22).**

Uma das razões que levou a Província a possuir seu próprio jornal, foi porque suas matérias estavam sendo publicadas em um jornal de propriedade particular. Por isso, o coronel Valadão criou a Imprensa Oficial, órgão responsável pela publicação do Diário Oficial, totalmente desvinculada dos interesses particulares. A partir dessa data,

Sergipe passou a ter sua história registrada no jornal oficial da Província. Que até os dias atuais é responsável pelas publicações oficiais do Estado.

O PROJETO "RESGATE HISTÓRICO"

Desde 2011 o projeto tem a finalidade de trazer dados históricos para a formação do acervo cultural do Tribunal Regional de Sergipe através da Secretaria Judiciário/Coordenadoria de Gestão de Informação/Seção de Arquivo através do Diário Oficial encontrados no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e Arquivo Público, visando a preservação da memória da Justiça Eleitoral de Sergipe inicialmente dos anos de 1932-1937 que visa:

- ✓ Discorrer sobre os antecedentes históricos da criação da Justiça Eleitoral, no contexto nacional e em Sergipe;
- ✓ Analisar a evolução Administrativa do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, tendo como parâmetro as diretrizes estabelecidas nos Regimentos internos de Secretaria e do Tribunal (1932-1980);
- ✓ Resultado das eleições municipais em Sergipe no período de 1932 a 1980; entre outros objetivos.

A MULHER NO PRECESSO ELEITORAL

Porque estudar as mulheres? È inevitável nos dias de hoje pensar a mulher como fora dos processos de construção da sociedade pelo menos no ocidente. A mulher como sujeito ativo da construção da história. Para isso foi-se tomado a mulher como agente histórico e de forma a ser colocada como uma categoria de analise da história, segundo SCOTT:

> *(...) "no seu sentido mais tradicional, isto é, no que diz respeito ao governo e ao Estado nação. Primeiro, porque se trata de um território praticamente inexplorado, já que o gênero foi percebido como uma categoria antitética aos negócios sérios da verdadeira*

> *política. Depois, porque a história política – que ainda é o modo dominante da interrogação histórica – foi o bastião de resistência à inclusão de materiais ou de questões sobre as mulheres e o gênero."* ***(SCOTT, p.24)***

Com isso a inserção das mulheres nas burocráticas da sociedade, como a política, na economia se deu a meu ver na ação das próprias quando deixam de obedecerem as hierarquias, subvertendo as imposições ou em grupo ou sozinhas.

CONCLUSÃO

A meu ver, e baseado nas fontes analisadas e o contexto em que dos pressupostos da avaliação do período citado, temos que rever o cunho dessa comemoração dos 80 anos do sufrágio feminino no Brasil. Um ganho ou uma conquista? Uma concessão ou uma demanda? O voto as mulheres é facultativo, só após quase 15 anos depois é que ele se torna igualitário aos homens, nos seus direitos e deveres dentro do Código Eleitoral. O presidente desse período tinha seus objetivos bem traçados para muitos brasileiras/os na tentativa de aproximação com a população. Que o voto feminino foi um avanço para a história das mulheres no Brasil, foi. Mas não como uma atitude benevolente ou que existia uma propaganda de uma inclusão igualitária da mulher na sociedade brasileira.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AVELAR, Lúcia. ***Mulheres na elite política brasileira***. 2. ed. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001. 188p.

DE DECCA. Edgar. ***1930 – O Silêncio dos Vencidos.*** ED. Brasiliense.

BARROS, José D'Assunção. ***História Social.*** LPH – Revista de História da UFOP. nº 15, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. ***Cidadania no Brasil*****: o longo caminho.** 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FAUSTO, Boris. ***História do Brasil*****.** 13. ed., 1. reimp. São Paulo: Ed. da USP, 2009. 657p.

_____Boris. ***A Revolução de 1930: historiografia e História*** . São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

BARROS, José D'Assunção. LPH - Revista de História da UFOP. n° 15,2005.

RIBEIRO, Antônio Sérgio. ***A mulher e o voto*****.** Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/web/eleicao/mulher_voto.htm>. Acesso em: 17 jul. 2011.

SENADO FEDERAL – subsecretaria de informação – **DECRETO N. 21.076** DE 24 FEVEREIRO DE 1932.

SCOTT, Joan W. ***"Gênero: uma categoria útil de análise histórica".*** Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

O PATRÃO, O CONTADOR E O OPERÁRIO: DELMIRO GOUVEIA NAS BIOGRAFIAS PROUZIDAS POR ADOLPHO SANTOS E LAURO GÓIS (1945-1965)

Autora: Karla Karine de Jesus Silva
Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de Sergipe
karla@getempo.org

Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard
dilton@getempo.org

Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, *o patrão*, foi uma figura intrigante. Nasceu em de Ipu, Ceará, em 5 de junho de 1863. Mudou-se para Recife após a morte do pai na Guerra do Paraguai (1864-1870) e com apenas 14 anos ingressou no mercado de trabalho, logo após o falecimento de sua mãe (1877). Exerceu as funções de tipógrafo, maquinista na Brazilian Street Railways Company, mascate e despachante de barcaças no Cais de Ramos (Recife/PE). Conforme o ramo de peles prosperava (bodes, carneiros etc.), fundou em 1886 a empresa Delmiro & Cia, tonando-se nesta época o único exportador de peles do Nordeste para os EUA.

Conhecido por investimentos inovadores e arriscados, Gouveia reformou e dirigiu o *Mercado do Derby* (1899-1900), um grande centro comercial e de lazer no Recife, o primeiro do setor com iluminação elétrica. Criou a usina hidrelétrica de *Angiquinho* (1913), em Paulo Afonso/BA, pioneira no Brasil, e fundou a primeira fábrica de linhas de coser, a *Fábrica da Pedra* (1914), na cidade de Pedra em pleno sertão alagoano, atualmente Delmiro Gouveia. O "rei das peles", "coronel dos coronéis", "modernizador do sertão" (ROCHA, 1970), como o rotularam seus biógrafos, foi comerciante, industrial, latifundiário, coronel e "rei do reino" da Pedra. Morreu assassinado em 17 de outubro de 1917 em seu chalé, próximo a sua fábrica. Especula-se que tenha sido vítima de coronéis da região ou que sua morte tenha sido

encomendada pelo Machine Cottons, grupo inglês concorrente da fábrica de Delmiro (http://www.revista dehistoria.com.br/secao/retrato/o-coronel-dos-coroneis).

Diante de suas realizações, *o patrão* foi tomado como modelo de desenvolvimento pelo discurso regional e resposta a ideia de que o Nordeste é uma região atrasada economicamente e socialmente um refúgio de desordeiros. A partir disso, inúmeras biografias, palestras, celebrações, romances, artigos de jornais e revistas, peças de teatro, produções cinematográficas, história em quadrinhos, só para se mencionar alguns, foram produzidas glorificando o "bandeirante moderno" e seus feitos. As biografias, especificamente, têm um aspecto em comum que vai além da narrativa da história de vida deste personagem. Elas são ufanistas. A vida de Delmiro manipulada pela palavra escrita dos memorialistas, Olympio Menezes (1963), Félix Lima Júnior (1963), J. Machado de Sousa (1964), J.C. Araripe Jr (1965), Hidelbrando Menezes, Mauro Mota (1967), Tadeu Rocha (1963) etc., têm propósito laudatório.

Contadas em ordem cronológica, seguem o modelo clássico biográfico, muitas vezes criticado pelos estudiosos, supervalorizando as conquistas e minimizando ou omitindo as falhas (BORGES, 2008:207). Entretanto, as biografias do coronel escritas pelo *contador*, Adolpho Santos, e pelo o*perário*, Lauro Góes, sobre Delmiro Gouveia, trazem particularidades suscetíveis de análises específicas, portanto, objeto deste artigo. Porém, antes de examina-las à luz da concepção biográfica, tendo conhecido o patrão, conheçamos agora o contador e o operário, e analisemos as relações entre sujeitos (biógrafos) e objeto (biografado).

Adolpho Santos teve uma relação achegada com Delmiro. O conheceu em Apipucos, Recife, quando era um estudante "pobre" e Gouveia já havia se tornado o "rei das peles". Chegou a morar com o casal Gouveia, e foi na Vila Anunciada – nome dado à mansão em homenagem a sua esposa – que Santos conheceu sua futura esposa, Laura, por volta de 1897, sobrinha de Delmiro, filha de sua irmã Maria Augusta (SANTOS, 1947:14,15). Em 1908, Gouveia já estava bem estabelecido na vila da Pedra/AL, para onde havia fugido anos antes de inimigos políticos em Recife. Foi neste ano que Santos e sua família se mudaram para lá, onde trabalhou como contador da empresa Iona & Cia, pertencente a Delmiro e a Lionelo Iona, e mais tarde gerente da Companhia Agro-fabril Mercantil, a fábrica da Pedra (SANTOS, 1947:27,28).

Delmiro Gouveia (depoimento para um estudo biográfico) foi escrito por Adolpho Santos em 1947 e fornecido ao Arquivo Público Estadual Jordão Emericiano pelo seu neto, Gilberto Fernandes da Cunha, em carta de 23 de junho de 1993.

Composta de quarenta e três páginas, sua narrativa compreende desde o nascimento do industrial até o período que o autor passou na vila da Pedra (1908 a 1927). Trata-se de um relato curto, mas que abrange aspectos importantes da vida do biografado. A narrativa é cronológica e linear, concentrando-se principalmente no Delmiro empresário, negociante, industrial. Não foge ao costume dos outros biógrafos ufanistas, chamando-o de "bravo caboclo nortista", "herói de muitas vitórias", "indomável Delmiro", "bandeirante moderno", dentre outros (SANTOS, 1947).

Seus escritos começam com um breve relato sobre os pais de Delmiro, a ida de sua mãe para o Recife após a morte do pai, a morte da mesma, o casamento de sua irmã, Maria Augusta, e a trajetória de trabalho do empresário ainda na adolescência. O autor atém-se aos fatos com maiores pormenores da vida do personagem a partir do seu casamento com Anunciada Cândida (SANTOS, 1947:18). Mas, o enfoque principal são suas realizações, do mercado do Derby ao povoado da Pedra.

Os escritos de Santos baseiam-se em sua própria experiência. Sua narrativa alterna entre fatos da vida de Gouveia e da sua própria. Há uma relação direta entre acontecimentos envolvendo biógrafo e biografado. Algumas páginas de seu depoimento, por exemplo, são autobiográficas, em que descreve como conheceu sua esposa Laura, sua chegada em Pedra, como foi recebido por Gouveia, seu trabalho como contador e seu cotidiano. Seu texto, em primeira e terceira pessoa do singular, usa linguagem poética, repleta de lirismo, quando fala de assuntos pessoais (SANTOS, 1947:20). Ao tratar de assuntos comerciais, como quando Gouveia foi nomeado Gerente-geral de um curtume norte-americano para o qual já trabalhava como corretor, com filial em Pernambuco, Santos passa a uma linguagem técnica, típica de sua área de contabilidade (SANTOS, 1947:15).

Admirador dos feitos de Gouveia, demonstrou claramente seu ressentimento quando da venda da fábrica de linhas por seus herdeiros, após a sua morte, chamando de "crime" e "dano inominável", em entrevista aos jornais *O Norte* (Parnaíba/PI) e *O Radical* (Rio de Janeiro), a destruição das máquinas da Companhia Agro-Fabril pela Machine Cottons, sua posterior proprietária (SANTOS, 1947:39,40). Para ele, faltou aos filhos de Delmiro o pulso forte, a coragem e o tino empresarial de seu pai. Imbuído de um senso de responsabilidade, uma necessidade "de contar as coisas com a exatidão que deve prevalecer", o autor registra em palavras o que chama de "depoimento para um estudo biográfico". Talvez ambicionasse ser uma fonte segura sobre a história do negociante cearense, mas tornou-se uma produção biográfica.

O *operário*, Lauro Alves de Campos Góes, pretendeu contar a história de Delmiro Gouveia e conseguiu. Trabalhou na fábrica do empresário entre 1914 e 1917, sendo deste período seus relatos. Como Adolpho Santos, sua produção oscila entre a biografia de Delmiro Gouveia e relatos autobiográficos. Repleto de histórias isoladas, conectadas ou não, de pequenos acontecimentos na vila da Pedra no período em que lá permaneceu, seu texto abrange desde a forma como o "rei das peles" negociava, ao tratamento dado aos funcionários, à população, os coronéis etc. Diferente do Contador, no entanto, sua narrativa não é linear, cronológica, sequencial – embora Santos pouco se utilize de datas. Seu manuscrito, *Recordações de um passado relativamente bem vivido, mas que jamais desejaríamos reviver – 1914-1917,* foi registrado a punho em 1962 com objetivo de ser publicado junto com uma leva de biografias sobre o coronel encomendadas pela CHESF em comemoração ao centenário (1963) de nascimento do negociante.

Narrando em terceira pessoa do plural, o autor começa relatando como tornou-se funcionário da fábrica através do seu pai, Manoel Alves de Campos Góes, ex-fiscal do estado de Pernambuco que se tonara amigo de Delmiro Gouveia. Góes chega então em Pedra no início de 1914, com apenas 16 anos de idade – explicação que introduz seu manuscrito. Dito isso, o autor em seguida relata o assassinato de Delmiro Gouveia. A partir daí, a narrativa está repleta contos: ora fala da um funcionário que desonrou uma funcionária e por isso Delmiro obrigou-o a casar-se com ela; em seguida das qualificações de peles negociadas pelo "rei"; posteriormente descreve a estação de trem e a prisão de Gouveia; as "traquinagens" de Noé, filho do coronel, na fábrica etc. Suas descrições são uma sequência de fatos ligados ao cotidiano do reino de Delmiro (fábrica de linhas, Angiquinho, Pedra). O contexto e a sociedade de Pedra estão entrelaçados ao personagem.

Como Santos, seus registros são fruto de sua experiência pessoal, não apenas na convivência com Delmiro, mas com os funcionários e as pessoas que ali moravam. Porém, suas descrições limitam-se ao que aconteceu com Delmiro e seu contexto no período que Góes viveu em Pedra, de 1914 a 1917. Não relata o nascimento ou a vida que Gouveia levava antes desta data, descritos por Santos. Por ter exercido as funções de ajudante de apontador, apontador, ajudante de pagador e pagador, e ter trabalhado no escritório, conviveu com o *patrão* diariamente, observando de perto como ele governava seu império.

Apesar de admirador do "coronel dos coronéis" e lhe tecer frequentes elogios, tenta contar os fatos de forma mais realista, considerando o que vivenciou, ao invés de erigir um altar em veneração ao deus do sertão, conforme tem se observado na maioria dos "delmirólogos" – terminologia de Dilton Maynard (2008). Suas anotações não escondem a rigidez no tratamento com os funcionários, a brutalidade, as regras duramente impostas e os castigos sem motivos plausíveis. Góes por diversas vezes refere-se ao tronco, aos vigias e a vida dentro do "arame".

Conhecidos o contador e o empregado, o que há de interessante nos seus relatos sobre o patrão? O que nos diz o olhar de Lauro Góes e Adolfo Santos sobre Delmiro Gouveia? De que modo suas biografias servem a história?

O *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa* (Antonio Houaiss, 2001), define biografia como: "Biografia: 1- Narração oral, escrita ou visual dos fatos particulares das várias fases da vida de uma pessoa ou personagem. (...) 3- A história da vida de alguém". Oriundo do grego "*bios* = vida e *graphein* = escrever, inscrever". Conforme Vavy Pacheco Borges, contar a história de vida de uma pessoa teve início no mundo grego ao mesmo tempo em que surgiu a história. A diferença entre ambas é que a história narrava fatos coletivos e contava a verdade, já as histórias das vidas de alguém serviam para dar exemplos morais, positivos ou negativos (BORGES, 2008:205).

No mundo medieval, a biografia configurou-se na hagiografia e nas crônicas. Na Idade Moderna, século XVIII em especial, a concepção de biografia vai tomando novos rumos, preocupando-se com métodos de investigação e com a relação entre biógrafo e biografado. James Boswell revolucionou em 1791 a Inglaterra ao publicar *Vida de Samuel Johnson*, trabalho de vinte anos de pesquisa. Havia na época um ideal de contar a verdade a partir da documentação e de entrevistas (BORGES, 2008:205).

Nos anos 1980, Borges menciona um retorno, na França, da biografia deixada de lado desde a década de 1950. Esse retomado interesse francês pelo gênero pode ser explicado por duas razões: os movimentos da sociedade e um número crescente de disciplinas que estudam o homem em sociedade. As disciplinas acadêmicas tem voltado seu interesse pela experiência, pelos excluídos, as minorias sociológicas, não enfocando tão rigidamente conceitos totalizantes como "classe" e "mentalidades" (BORGES, 2008:209, 210).

Para Peter Burke, a biografia tem sido popular hoje porque as pessoas se interessam mais por narrativas individuais, mais fáceis de ler, mais excitantes, muitas vezes semelhantes as suas vidas, do que acompanhar as vidas de sociedades e culturas

inteiras. A maioria de nós costuma achar a vida das outras pessoas mais interessante. A história individual é cheia de interesse humano, como a prevalência da fofoca sugere (BURKE, 2009:29).

Sobre as relações entre história e biografia, Giovanni Levi (2006) explica que a história narrativa vem se renovando, procurando novas fontes e documentos que deem conta de descobrir e explicar indícios de atos e palavras do cotidiano, passíveis de descrições. Esta relação pode ser percebida na busca por técnicas argumentativas em que a pesquisa possa ser transformada em ato de comunicação mediante um texto escrito, muitas vezes presente numa produção biográfica.

Diante da diversidade com que os historiadores passaram a abordar o problema biográfico, Levi formula uma tipologia sobre as suas perspectivas: 1. *Prosopografia e biografia modal* – a biografia aqui não é de uma pessoa singular, mas de indivíduo que concentra todas as características de um grupo; *2. Biografia e contexto* – o ambiente é valorizado como fator capaz de caracterizar e explicar a trajetória do indivíduo em questão (O retorno de Martin Guerre – Natalie Zemon Davis); *3. Biografia e os casos extremos* – o indivíduo é apenas um aporte, o contexto é o foco (*O queijo e os vermes* – Carlo Ginzburg); *4. Biografia e hermenêutica* – consiste em problematizar e interpretar antes de partir para a produção biográfica (LEVI, 2006:174-178).

Considerando isso, fica claro o laço estreito entre história e biografia. Esta última pode estar a serviço da história, como fonte, documento ou mesmo um método narrativo. Neste sentido, a biografia, verossímil ou não, mesmo laudatória, tem muito a dizer. Deixa rastros sobre o escritor, personagem, seu contexto, sua sociedade, seu grupo social. Ela também pode ser a história para além da fonte. O conjunto de informações sobre o objeto, o sujeito, sua sociedade, seu tempo e espaço. Ambos os aspectos podem ser percebidos nas produções de Adolpho Santos e Lauro Góes. Elas têm muito que falar sobre Delmiro Gouveia e seu contexto.

Além dos tipos esquematizados por Pierre Levi, Vavy Borges menciona que a biografia possui formas, de acordo com Phillippe Lejeune: narrativa pura, testemunho com pretensão de biografia e testemunho puro. Este último ocorre quando o narrador não apenas conhece o indivíduo, como participa ou participou de momentos de sua vida. Geralmente são textos de amigos, filhos, companheiros etc. (BORGES, 2008:213,214).

Desse modo, as narrativas do *contador* e do *empregado* têm em comum tanto sua tipologia, *biografia e contexto*, conforme Levi, quanto sua forma, *testemunho puro*, conforme Lejeune. Quanto a tipologia, Santos e Góes, principalmente, fazem uma

apresentação do contexto de Delmiro Gouveia. O personagem está intimamente relacionado ao seu tempo, espaço e meio social. Não é possível dissociá-lo ou entendê-lo sem estes aspectos. Ao mesmo tempo, eles apresentam um testemunho pautado em suas experiências. Conheceram Gouveia, sua família, seus amigos e fizeram parte da sua vida. Não só isso, mas estes biógrafos também se conheceram e chegaram, num dado momento, a conviverem com o empresário e entre si simultaneamente, quando trabalharam na fábrica.

Um exame comparativo das descrições feitas por Santos e por Góes revelam detalhes curiosos. Podem ser percebidas algumas semelhanças e divergências. Sobre a inimizade entre Delmiro Gouveia e Rosa e Silva (1856-1929), Góes afirmou ter escutado do próprio que não tinha agredido o Vice-Presidente, como escreveram seus biógrafos:

> Diversas vezes, ouvimos [i.é. ouvi] Delmiro afirmar, em conversa com o Cel. Aureliano de Menezes e nosso [meu] genitor, que não bateu com a bengala no Conselheiro Francisco de Assis Rosa e Silva, Vice-Presidente da República. Apenas o ameaçou levantando-a (GÓES, 1962:9) [1].

Santos, no entanto afirmou:

> Delmiro foi vítima desse conceito rigorista.
> E foi por isso que aconteceu o povo do Rio de Janeiro assistir, estarrecido, em plena Rua do Ouvidor, na hora em que regorgitava de transeuntes, a cena memorável da agressão de que o valoroso negociante e industrial, a par de político militante, foi autor contra o conselheiro Rosa e Silva (SANTOS, 1947:17).

Por outro lado, Santos e Góes concordam quando falam de uma prisão sofrida por Gouveia numa viagem a Jatobá de Tacaruna/PE por um militar a serviço de políticos pernambucanos. Ou quando mencionam que o cinema da Pedra tinha prédio próprio e não um dos espaços da fábrica, como afirmaram outros biógrafos.

Algumas diferenças narrativas sobre os mesmos fatos encontradas nos relatos de Santos e Góes não devem ser entendidas necessariamente como informações contrárias. A análise delas evidencia o que Bourdieu chama de "ilusão biográfica", ou seja, a vida do indivíduo é organizada e narrada pelo biógrafo de forma a ter causa, motivo e efeito, consequências advindas das situações pelas quais passou ou escolhas que fez. Este sentido é criado artificialmente, na medida em que certos acontecimentos são selecionados e apresentados em sequencia coerente. O narrador age como cúmplice, interpretando os fatos e construindo o significado (BOURDIEU, 2006:184,185). No caso em questão, o sentido foi construído mediante a forma como os sujeitos – Santos e Góes – compreendiam o objeto – Delmiro.

Adolpho Santos enxergou o pioneiro, o investidor ousado, o homem corajoso, imponente, inabalável, e escreveu baseado nisso. Góes por sua vez, viu o homem generoso, grandioso, mas também não omitiu o patrão rígido, autoritário, irredutível e agressivo. Os olhares do *contador* e do *empregado*, refletem a forma como compreendiam a realidade que compartilhavam com o *patrão*.

Portanto, as biografias escritas pelo Góes e Santos convidam o leitor a adentrar as almas do *contador*, do *operário* e do *patrão*. Elas incitam os olhares curiosos a espiarem o cotidiano da fábrica, a vila operária, os arranca-rabos, as transações comercias, o universo do "rei das peles", oportunizando um estudo sobre sua história. Analisá-las e compará-las possibilita pensá-las não apenas como fonte para a história, mas também narrativa histórica sobre estes três personagens, seu tempo e seu espaço. A biografia desse modo configura-se tanto numa fonte para a história como numa narrativa histórica.

Notas:

[1] O texto de Lauro Góes foi escrito em papel pautado, não numerado, mediante esferográfica. Para facilitar as citações, a autora deste trabalho numerou as folhas em páginas.

Referências:

BORGES, Vavy Pacheco. A Biografia. In: PINSKY, Carla B. (ORG.) Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008.p. 203-233.

BURKE, Peter. O Historiador como colunista: ensaios para a folha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.p. 29-37.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína (ORG.); FERREIRA, Marieta de Moraes (ORG.). **Usos & Abusos da História Oral**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.p. 183-191.

GÓES, Lauro Alves de Campos. **Recordações de um passado relativamente bem vivido, mas que jamais desejaríamos reviver (1914-1917)**. Documento manuscrito: 1962.

LEVI, Giovanni. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína (ORG.); FERREIRA, Marieta de Moraes (ORG.). **Usos & Abusos da História Oral**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.p. 167-182.

MAYNARD, Dilton C. S. O Coronel dos Coronéis, a incrível vida de Delmiro Gouveia, audacioso mártir da indústria nacional. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br /secao/retrato/o-coronel-dos-coroneis> acesso em abril 2012.

SANTOS, Adolpho. **Delmiro Gouveia (Depoimento para um estudo biográfico).** 1947.

REPENSANDO AS FRONTEIRAS ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DE "O COMEDOR DE JIA".

Autora: Carolline Acioli Oliveira Andrade
Graduanda em História
Bolsista PET História/UFS (Sesu/MEC)
cah.acioli@hotmail.com

Orientadora: Profª. Drª. Edna Matos (DHI/UFS)

Introdução

No século XIX, com a ascensão da história como disciplina e a busca por um caráter reconhecidamente científico, a história enxergava a literatura como uma disciplina menor, que não poderia unir-se à história científica. Esta trataria do que era real e factual; enquanto a literatura se ateria ao que era ideal e fictício. Mas, com o

passar do tempo, pensadores e escritores como Henri-Marie Beyle, mais conhecido como Stendhal e Eric Auerbach afirmaram que era possível encontrar elementos reais mesmo em uma obra de ficção, causando estranheza às histórias das literaturas tradicionais. Para Auebarch, por exemplo, através de um acontecimento acidental ou um trecho tomado ao acaso se poderia chegar a uma compreensão mais profunda do contexto como um todo.

Posteriormente, a *Meta-História* e outros estudos do historiador norte-americano Hayden White buscaram reaproximar os dois saberes e estimular uma reflexão sobre as fronteiras entre literatura e história, entendendo os discursos histórico e literário como resultado de operações da linguagem que se processam de igual modo. White compreendia a teoria literária moderna como sendo necessariamente uma teoria da história, do discurso, da consciência histórica e da escrita da história. Para ele, a história seria um discurso construído através da voz narrativa que contém mais elementos literários do que propriamente factuais. (WHITE, p.34-35). Para White, "Todas as históricas são ficções", no sentido de que os fatos não são vividos pelo historiador no momento em que ele escreve, sendo, portanto, construídos e interpretados por ele. A partir desta compreensão sobre a história, a fronteira entre literatura e história torna-se quase inexistente. (WHITE, p.28). White ainda apontou a necessidade de repensar a distinção entre discurso "sério" e "não sério", entendendo que aquilo que se considera "realmente acontecido" não pode significar a exclusão da possibilidade de que a fala figurativa (obra de ficção) seja tão verdadeira, à sua maneira, quanto a literal. (WHITE, p.35). Os seus estudos foram importantes para uma nova visão acerca das convergências e divergências entre história e literatura, contribuindo para que se considerasse a obra de ficção como um tipo legítimo de discurso histórico.

Na atualidade, estudiosos brasileiros têm escrito trabalhos reafirmando a interpenetração das duas disciplinas, que estão mais próximas do que distantes uma da outra. Toda obra literária está inserida em determinados tempo e espaço, tendo, assim, historicidade. O romance, muitas vezes, mostra-se uma representação mais clara da realidade do que uma obra puramente acadêmica. Como afirma Nubia Jacques Hanciau, a obra de ficção tem a capacidade de "[...] criar um espaço capaz de simular a verdade da vida social de modo bem mais convincente e esclarecedor do que pode ser alcançado nos relatos factuais." (2000, p.1). E, por ser constituída de um enredo construído para interessar, consegue alcançar também leitores leigos.

Entendendo a ficção histórica como um tipo legítimo de discurso histórico – o qual vem apresentando crescente presença no cenário historiográfico –, esta comunicação ater-se-á a pontuar aspectos teóricos presentes nas discussões historiográficas fundamentais e um tanto quanto profundas que envolvem o tema do estudo, e demonstrar a possibilidade de compreender uma realidade histórica a partir de uma narrativa permeada de passagens ficcionais. Para isto, utilizará como objeto de análise o romance histórico sergipano intitulado *O Comedor de Jia*, do historiador Pedrinho dos Santos.

Falso e Verdadeiro

A história, para alguns, está vinculada à verdade. Porém, não há como discernir o que seria esta verdade histórica. A história torna-se acessível por meio da linguagem. Ou seja, a experiência histórica precisa ser colocada em forma de discurso, o qual tem como pressuposto a existência do passado. (WHITE, p.21). Porém, os fatos históricos não estão dados. Eles são construídos pelo próprio historiador, a partir dos documentos observados. A história não busca alcançar "a verdade", pois ela não é um conhecimento imparcial e completamente objetivo. Haverá sempre elementos subjetivos resultantes da presença do historiador no processo de construção da escrita da história. Ela possui subjetividade, portanto, é passível de interpretação: "[...] o historiador 'encontra' suas histórias e as interpreta, ao passo que o ficcionista 'inventa' suas histórias a partir de outras." (JACOMEL; SILVA, p.741).

A história fala do que é real, mas o desenvolvimento histórico tende a gerar enfoques múltiplos da realidade (GINZBURG, p.173). Hayden White vai mais longe, afirmando que o que é concebido como "real" varia de época para época: o que uma dada época define como real se define mais facilmente pelo que tal época entende como irreal ou utópico. (WHITE, p.60 e 61). Pode-se entender a história como uma ciência que reinscreve um tempo realmente acontecido e aspectos reais, utilizando a narrativa. Dessa forma, história e literatura convergem e se penetram, pois ambas tratam de realidades (fatos) construídos ou reconstruídos (HANCIAU, p.8 e 9).

A reconstrução da realidade nas duas disciplinas dá-se, segundo Hanciau, a partir do tempo. Para a autora, é na reconfiguração do tempo que as fronteiras entre história e literatura mais se tornam tênues, pois é em função da temporalidade que elas se cruzam. Em seu texto *Confluências entre o discurso histórico e ficcional*, ela diz: "Tudo o que se conta acontece no tempo, toma tempo, desenvolve-se temporalmente, e

o que se desenvolve no tempo pode ser contado.". Da relação entre o tempo e a narrativa resulta o enredo, que é temporal, integra e liga os fatos num só conjunto. (p.5 e 6).

A partir dessa compreensão, as obras literárias ou de ficção tornam-se um discurso histórico legítimo, pois, com ressalta Ginzburg ao comentar sobre escritos fantasiosos: "Um escritor que inventa uma história, uma narração imaginária que tem como protagonistas seres humanos, deve representar personagens *baseados nos usos e costumes da época em que viveram*: do contrário, não seria críveis." (GINZBURG, p.82) [grifo nosso]. Os relatos não se tornam críveis pela persuasão da escrita do autor, mas sim porque são baseados em uma realidade histórica. O relato ou acontecimento não necessita ter acontecido realmente para que se possa, através dele, chegar à realidade na qual ele se baseia.

Além disso, romances históricos possuem a capacidade de transcender ao tempo do qual falam. "O Vermelho e o Negro" de Stendhal, por exemplo, é uma representação pontual da sociedade francesa sob a Restauração. Porém, suas características ultrapassam a sua localização original. (GINZBURG, p.180). A história e a ficção, a partir do romance histórico, conseguem apreender aspectos do social e problematizá-los, levando os leitores a refletir e questionar o tempo em que vivem, bem como as estruturas e valores de sua sociedade. Essa competência pode ser observada em *O Comedor de Jia.*

O Comedor de Jia

A obra narra um processo criminal ocorrido em São Cristóvão, então capital de Sergipe, entre 1849 e 1850. Uma escrava doméstica menor de idade é acusada de ter envenenado o seu senhor, um renomado escrivão de órfãos. Já no prefácio do livro, o autor deixa claro que utilizou sua imaginação para preencher as lacunas deixadas pela documentação. Alguns diálogos e passagens que o livro apresenta não ocorreram realmente, ou pelo menos não da forma narrada. Pedrinho dos Santos conta o drama da jovem escrava Hilária, narra os interrogatórios, as torturas e a violência justificada pela escravidão. Ao mesmo tempo, adentra a casa da família senhorial e traça o perfil dos parentes do escrivão envenenado, especialmente o da sua esposa, colocando-os como exemplificação da mentalidade da elite da época, a qual ele chama de "burguesia citadina". Os acontecimentos são expostos como parte de uma ardilosa trama motivada

pelo preconceito que condenou a escrava doméstica Hilária porque este poder burguês exigia um atestado de culpa e uma punição.

Além das passagens ficcionais, o livro também contém trechos nos quais o autor explicita sua opinião sobre os fatos narrados e sobre os personagens. Entretanto, muito mais do que relatar uma curiosidade da história sergipana – um escrivão de órfãos de hábitos alimentares exóticos que morreu envenenado pelo próprio ensopado de jia – , Pedrinho utiliza-se do romance para apontar e denunciar a realidade da escravidão, a mentalidade que imperava na sociedade escravocrata sergipana de meados do século XIX, a violência justificada pela condição de escrava de Hilária, o poder dos comerciantes e traficantes de escravos, a justiça corrupta personificada pelo delegado, a omissão do clero diante da escravidão. *O Comedor de Jia* é um exemplo de como história e literatura se interpenetram sem se confundirem, pois nele a São Cristóvão oitocentista e suas tensões sociais são expostas através de métodos literários.

É perceptível que esse discurso histórico com caráter de questionamento e denúncia é indissociável do conteúdo da obra: A forma como o autor escreve os interrogatórios, dando às palavras uma ortografia gramaticalmente errada, mas foneticamente aproximada do que seria o modo de falar dos escravos analfabetos; as caracterizações que faz e a dicotomia que estabelece entre Hilária (vítima e heroína) e o delegado (tirano e vilão); o ataque aos ideais da elite citadina da época. Todos esses elementos são colocados em uma forma literária e linguística específicas, que visa atingir o leitor. Esse aspecto nos remete ao que White afirmou em seus *Estudos Históricos*: o conteúdo do discurso historiográfico é indissociável de sua forma discursiva (p.25). Entendemos, então, que o romance histórico problematiza a realidade histórica e social a qual se refere através da forma que dá ao seu discurso.

Assim como *O vermelho e o negro*, o livro acaba por ultrapassar o tempo do qual fala. Pedrinho não narra o que seria o desfecho do livro, o destino final de Hilária. O leitor não sabe se ela foi executada, se o processo criminal sofreu alguma reviravolta ou se ela conseguiu fugir. As últimas páginas do livro apresentam um diálogo entre dois cidadãos comuns, que conversam sobre fatos e causos cotidianos em nada relacionados com o tema principal da obra. Por um lado, o autor permite que o leitor utilize de sua imaginação para preencher a lacuna deixada deliberadamente pela obra. Por outro, Pedrinho termina *O Comedor de Jia* abandonando o discurso enfático de denúncia, como que demonstrando que, após toda a trama, a vida prosseguiu normalmente. A sentença proferida contra uma escrava não abalou a capital sergipana e não modificou a

vida dos cidadãos comuns, o drama de Hilária não atingiu a rotina da cidade, o preconceito que motivou a condenação da negra e a violência com a qual ela foi tratada não impactou a população. O romance mostra que, no passado, a escravidão era natural e o preconceito era algo ensinado. Mas vai além: faz o leitor olhar para seu tempo e questionar os preconceitos que ainda perduram na sociedade presente e que continuam a estimular violência.

Conclusão

Ao repensar as fronteiras entre literatura e história, percebe-se que a história vale-se de elementos e métodos literários no processo de escrita da história. Entende-se, também, a ficção histórica como um tipo legítimo de discurso histórico que possui, à sua maneira, uma fala tão verdadeira quanto à "puramente factual" ou histórica (WHITE, p.35).

Como qualquer produção cultural, a obra ficcional é "filha do seu tempo" e sempre estará ligada a uma realidade histórica. Por isso, é possível perceber e estudar aspectos do social de uma época através da análise de um romance como *O Comedor de Jia*. Longe de tratar do que é falso, a literatura representa o que é real, ainda que não fidedignamente. É necessário considerar os entrelaces entre os dois saberes no fazer história e proceder a uma análise diferenciada das obras literárias, mas sempre entendendo-as como partes de um processo recíproco: a ficcionalização da história e a historicização da ficção, que permitem o surgimento na narrativa do romance histórico.

> Dos intercâmbios íntimos entre historicização da narrativa de ficção e ficcionalização da narrativa histórica nasce o referido tempo humano (o tempo narrado), onde se conjugam a representação do passado pela história e as variações imaginativas da ficção [...] (HANCIAU, p.10).

Além disso, o entrelace entre história e literatura gera análises que visam o questionamento e a reflexão, sendo capaz de "promover a transformação social e moral dos indivíduos em relação a si e ao meio onde vive, pois o texto problematiza seu objeto.". (JACOMEL; SILVA, p.746).

Referências Bibliográficas

GINZBURG, Carlo. Paris, 1647: um diálogo sobre ficção e história. In: **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.79-93.

GINZBURG, Carlo. A áspera verdade – um desafio de Stendhal aos historiadores. In: **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.170-188.

SANTOS, Pedrinho dos. **O Comedor de Jia.** Aracaju: Info Graphics Gráfica e Editora LTDA, 2006, 161p.

WHITE, Hayden. Teoria Literária e escrita da história. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: v.7, n.13, p.21-48, 1994.

WHITE, Hayden. **Meta-História.** A imaginação histórica do século XIX. Trad. José Laurênio de Melo. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, 441p.

JACOMEL, Mirele Carolina Werneck; SILVA, Marisa Correa. Discurso histórico e discurso literário: o entrelace na perspectiva da metaficção historiográfica. In: **CELI-Colóqui de Estudos Linguísticos e Literários.** 3, 2007, Anais... Maringá, 2009, p.740-748.

HANCIAU, Nubia Jacques. Confluências entre os discursos histórico e ficcional. In: **Cadernos Literários,** Rio Grande, v. 5, n. 5, 2000. Disponível em: <www.hanciau.net/.../CADERNOSLITERARIOS2001-C...

O CURRÍCULO DE HISTÓRIA DAS SÉRIES INICIAIS E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES [1]

Autora: Mônica dos Reis Santos
Graduanda em Pedagogia na Universidade Federal de Sergipe
monica.drs@hotmail.com

Orientadora: Profª. Drª. Marizete Lucini (DED/UFS)

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como finalidade apresentar os resultados finais da pesquisa sobre o Currículo de História nos Anos Iniciais e a Formação de Identidades, que objetivou investigar se o currículo da disciplina de história que é proposto para as séries iniciais do ensino fundamental estava sendo efetivado em sala de aula no que diz respeito a sua contribuição para a formação dos processos de identificação dos alunos da rede pública municipal de ensino de Aracaju/SE.

Compreendemos que a história como disciplina escolar precisa estar comprometida com a emancipação do ser humano e para isso, o seu currículo necessita possibilitar a formação de identidades dos indivíduos de acordo com a diversidade cultural existente na sociedade. Para tanto, entendemos que é necessário contemplar a história e a memória dos diferentes grupos que compõe a sociedade e não silenciar sobre a trajetória desses grupos sociais que foram ou são marginalizados, porque estes também fazem parte da História.

A investigação realizada ancorou-se na abordagem de pesquisa qualitativa em educação, pois nos interessava compreender os significados e as características do que pesquisamos, para que fosse possível compreender os fenômenos que envolvem o objeto de estudo (MAQUES, 2004). Nesta perspectiva Neves (1996) afirma que a abordagem qualitativa tem como característica a obtenção de dados descritivos por meio de contato direto e interativo entre o pesquisador e o objeto de estudo, cabendo ao pesquisador compreender os fenômenos a partir da visão de quem está participando da situação estudada para depois interpretá-los.

Deste modo consideramos que ao adotarmos a abordagem qualitativa de pesquisa em educação podemos compreender o fenômeno estudado procurando, atentando para os detalhes que perpassam o objeto de estudo, analisando os dados a partir da perspectiva dos envolvidos na pesquisa.

Para a coleta de dados optamos por utilizar o estudo de caso que de acordo com Gil (2002, p. 54), consiste “no estudo exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Seguindo essas orientações realizamos a investigação em uma escola pública municipal de Aracaju. De acordo com Martins (2002), o estudo de caso é uma investigação que se debruça diante de uma situação específica, procurando descobrir o que ela possui de mais essencial e característico. A descrição é um ponto forte nesse tipo de pesquisa e nela o pesquisador intenciona demonstrar a situação como de fato se apresenta.

Para que pudéssemos nos debruçar em profundidade sobre o objeto de estudo e por tratar-se de uma pesquisa com tempo relativamente curto, escolhemos apenas uma escola para a realização da pesquisa. A escolha pautou-se nos resultados do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, bem como aliou-se às condições de nosso acesso à escola. A nota obtida pela escola foi 4,1 pontos correspondentes ao ano de 2009, o que é um décimo inferior à nota projetada para o ano de 2015 que é 4,2 pontos. Diante desta informação entendemos que, entre as demais escolas, esta apresenta um bom resultado, principalmente porque consideramos o fato da escola estar situada em um bairro periférico e as condições pelas quais vive a população são precárias, o que contraria o senso comum de que escolas situadas em bairros periféricos apresentam baixos rendimentos escolares. De acordo com o Projeto Pedagógico (2010-2011, p.8) boa parte dos alunos

> [...] encontra-se situada na renda mínima, sendo que aproximadamente 70% dependem de programas sociais do governo. Assim, as crianças, jovens e adultos que residem no Bairro Assis Chateaubriand em áreas de loteamento e invasões adjacentes, onde boa parte das famílias sofre com falta de saneamento básico, ausência de segurança e moradias precárias.

Na escola assistimos às aulas de História, realizamos anotações em diário de campo e acompanhamos as atividades e estudos que as crianças realizaram no Ensino de História. Além disso, também realizamos cópias de documentos como livro didático utilizado pelos alunos, o Projeto Político Pedagógico da escola, as avaliações que foram aplicadas e cópias de cadernos de alunos.

A PROPOSTA CURRICULAR DA ESCOLA

A proposta curricular do município de Aracaju denominada "Programa de Conteúdos e Ementário" abrange as séries iniciais do ensino fundamental, constituindo-se como um referencial para esta etapa de ensino. Como é informado no documento, as propostas foram organizadas a partir da necessidade do sistema educacional de Aracaju de orientar as escolas de maneira que "a educação cumpra seu papel de promover a construção da cidadania, tendo em vista a igualdade de direitos entre os cidadãos baseados nos princípios da democracia" (ARACAJU, 2008).

O Programa de Conteúdos apresenta-se justificando a sua criação pela inexistência de uma proposta curricular para o município que até então, segundo

Aracaju (2008), possui suas aulas pautadas basicamente pelo uso do livro didático como princípio fundador da prática pedagógica, o que ocasiona a transmissão de saberes diferenciados para os alunos das diferentes escolas, porque cada uma adota um livro diferente. Diante destas circunstâncias, a SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Aracaju, a partir de uma avaliação diagnóstica, que levou em consideração os resultados da Prova Brasil e do IDEB, constatou "o baixo rendimento dos discentes das escolas da rede municipal de Aracaju" o que apontou "a fragilidade do sistema escolar que permite aos alunos de uma mesma série ao final do ano letivo terem adquirido conhecimentos diferenciados" (ARACAJU, 2008).

Estas constatações levaram a SEMED a criar o referido programa com intuito de suprir a necessidade latente de extinguir a diferenciação existente entre os conteúdos trabalhados para a mesma série nas diferentes escolas, visando contribuir na equiparação do rendimento dos alunos da rede municipal.

Para que fosse possível mudar a situação problema vivenciada pelas escolas

> A seleção dos conteúdos programáticos foi definida a partir de uma análise pautada em estudos acerca da Pedagogia e Psicologia Educacional, de um levantamento dos conteúdos recorrentes que figuram todas as coleções aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático (2007), da discussão com uma equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação e com os professores das respectivas séries através do Programa Hora de Estudo, das avaliações da Prova Brasil e IDEB, indicadores que determinam os eixos norteadores da prática educativa das competências a se alcançar nesta etapa da educação escolar (ARACAJU, 2008).

A partir do Programa a SEMED objetiva que seus alunos construam competências. Para tanto utilizaram conceitos de Piaget (1973) e Perrenoud (1999 e 2005), abordando questões da assimilação e acomodação de saber e saber-fazer respectivamente aos autores citados. Aracaju (2008) afirma que o "desenvolvimento das habilidades do aluno nesta proposta corrobora com a construção de competências de nível mais alto com as quais estão diretamente relacionadas, tendo em vista contribuir para a formação de sujeitos competentes".

Abordando especificamente a parte dedicada à disciplina de História proposto neste Programa para as séries iniciais, ele é denominado no texto como Estudos Sociais compreendendo os conhecimentos de História e Geografia que estão dispostos de

> [...] forma inter-relacionados e busca introduzir os alunos na prática de leitura de diferentes fontes de informação, identificando as relações sociais em dimensões múltiplas e variadas ao longo do tempo e nos diferentes espaços para que adquira, pouco a pouco, sua autonomia intelectual (ARACAJU, 2008).

Os conteúdos que devem ser trabalhados na disciplina de história são expressos na proposta girando em torno de dois blocos, "História local e do cotidiano e História das organizações populacionais permeadas pelo conteúdo de sociedade e tempo, este último desdobrado em tempo cronológico, o tempo da duração e os ritmos de tempo" (ARACAJU, 2008). O programa apresenta ainda que os

> [...] conteúdos selecionados de História introduzem o aluno na compreensão das noções de sujeito, tempo e fato histórico a partir de um recorte de situações do cotidiano da criança como estímulo para se olhar e compreender o passado através de diferentes fontes históricas, sobretudo as memórias (ARACAJU, 2008).

Macedo (2012), afirma que a proposta apresenta preocupações em contemplar o ensino de história no que concerne a utilização de estudos sobre diversos tempos, ritmos e espaços o que nos faz pensar que ela se situa historiograficamente no âmbito da Nova História, perspectiva em que há uma preocupação em considerar as diferentes histórias que compõe a sociedade. Entende-se também, que essa perspectiva, por investigar a história de grupos e sociedades nem sempre contemplados pela historiografia tradicional de origem positivista, abre espaço para as vozes dos alunos possibilitando que eles consigam fazer a relação entre o passado e o presente, entre o vivido por outros grupos sociais e pelo grupo ao qual eles se sintam pertencentes.

A utilização da nomenclatura Estudos Sociais utilizada na proposta nos remete, segundo Nadai (1992), à época da ditadura militar nos anos 60 quando a disciplina História perdeu sua autonomia e desapareceu dos currículos, passando a ser denominada como Estudos Sociais com uma carga horária reduzida. Esse fator de diminuição da carga horária e generalização da especificidade da História e da Geografia em uma única área, correspondia aos interesses da ditadura militar dos anos 60, em formar cidadãos obedientes e sem criticidade.

Observa-se, portanto, a presença de uma contradição na proposta de Aracaju que, como afirma Macedo (2012), refere-se à denominação da disciplina, pois mesmo a proposta apresentando conteúdos que apontam para uma perspectiva historiográfica da

Nova História a nomenclatura traz resquícios do positivismo que para Nadai (1992) conta a história somente do Estado e das elites.

O Programa de Conteúdos e Ementário de Aracaju apresenta-se com o objetivo de educar para a construção da cidadania e de acordo com a igualdade de direitos entre os indivíduos, baseando-se nos princípios da democracia. Mas para que isso aconteça é imprescindível que os direitos dos cidadãos sejam de fato proporcionados pelo serviço público, dando-lhes oportunidade para que também se apropriem dos conhecimentos socialmente construídos e assim estarem inseridos na vida social.

O PROGRAMA DE CONTEÚDOS E EMENTÁRIO EFETIVADO EM SALA DE AULA

A turma na qual a pesquisa foi realizada foi uma turma do 5º ano e as aulas aconteciam três vezes por semana e deveriam durar em média 40 minutos, mas geralmente duravam em média, 20 minutos. A turma era formada por 27 alunos, 15 meninas e 12 meninos com idades entre 9 e 11anos. A maneira como as aulas aconteciam eram padronizadas, desenvolvendo-se diariamente da mesma forma. As carteiras organizadas do mesmo jeito, a professora sempre no mesmo lugar a frente da turma realizando a leitura do texto contido no livro didático, fazendo algumas observações, alguns questionamentos sem, contudo, aguardar a resposta dos alunos. As atividades/exercícios eram realizadas em casa. Acompanhemos uma das aulas desenvolvidas.

> Na aula do dia 2 de abril, os assuntos abordados foram a riqueza proporcionada pela produção do açúcar e as capitanias hereditárias. Ao falar sobre os engenhos a professora disse que os índios não quiseram mais trabalhar quando as plantações de açúcar foram crescendo, que eles não queriam trabalhar no ritmo pesado que tinha sido com o pau-brasil porque eles estavam acostumados a pescar, caçar e plantar na hora deles, então recusaram-se a trabalhar no plantio e transformação da cana-de-açúcar. Comentou também que, para que o trabalho dos engenhos desse certo os portugueses trouxeram escravos da África para trabalhar pegando no pesado. Afirmou também que muitos eram comprados e perguntou aos alunos: "Pode comprar gente?" Os alunos responderam: "Não!" Ela disse "isso mesmo, não pode!" Informou o quanto os negros foram maltratados, espancados quando desobedeciam ou não davam conta do serviço, que não recebiam dinheiro em troca do trabalho, somente comida de má qualidade, quando comiam, e a dormida era no chão sem conforto nenhum. Mencionou que isso havia acontecido antes e que hoje em dia não podia fazer mais não. Que somos um povo miscigenado,

> somos frutos da mistura de europeus que vieram para cá, dos índios que aqui já viviam e de negros que foram trazidos para cá (DIÁRIO DE CAMPO, 02/04/2012).

Ao indicar às crianças que os índios se recusaram a trabalhar nos engenhos, sem contextualizar que essa posição foi uma resistência dos grupos indígenas à dominação colonial, permanece uma imagem equivocada de que os mesmos eram preguiçosos, apesar dela não ter utilizado esta palavra. Contudo, em suas expressões faciais e entonação de voz ao dizer que os índios não queriam mais trabalhar para os portugueses porque estavam acostumados a pescar, caçar e plantar, por isso não estavam acostumados ao serviço pesado, denuncia uma discriminação em relação aos indígenas. Mais uma vez os índios são tratados como pessoas que, por resistirem ao trabalho escravo não seriam merecedores de reconhecimento porque representam a formação de um povo acomodado.

Segundo a narrativa da professora, em relação à troca da mão de obra indígena pela africana, os negros foram trazidos para o Brasil devido à recusa dos indígenas em trabalhar pesado e por serem mais fortes do que os índios. Durante esta aula ela não se referiu aos negros como africanos e escravos, somente fez a ligação no final da aula quando disse que os escravos trazidos da África eram homens e mulheres negros que foram retirados do seu país para trabalhar aqui. Nessas circunstâncias podemos perceber que

> [...] O currículo é, sem dúvida, entre outras coisas, um texto racial. A questão da raça e da etnia não é simplesmente um "tema transversal": ela é uma questão central de conhecimento, poder e identidade. O conhecimento sobre raça e etnia incorporado no currículo não pode ser separado daquilo que as crianças e jovens se tornarão como seres sociais (SILVA, 2004, p. 102).

Nesta perspectiva o tratamento dado pela professora aos negros que foram escravizados não proporciona aos alunos um momento de reflexão, mesmo que ela tenha lido no livro e comentado o quanto os negros foram maltratados pelos europeus. Ao não proporcionar uma reflexão historicamente situada sobre a produção da escravidão e o aparato cultural, econômico e político que a sustentou, não possibilita que as crianças compreendam que o preconceito e a exclusão social do negro na sociedade brasileira, é uma produção histórica temporalmente situada, mas que se perpetua nas relações sociais vivenciadas no cotidiano.

É importante frisar aqui que, em nenhum momento da aula, a professora usou a palavra preconceito em relação à população negra no Brasil e assim deixou de tratar de

um assunto pertinente em nossa sociedade e vivenciado pelas crianças. Essa postura comprova que "a identidade étnica e racial é, desde o começo, uma questão de saber e poder" (SILVA, 2004, p. 100). E sendo assim

> A identidade é sempre uma relação: o que eu sou só se define pelo que não sou; a definição de minha identidade é sempre dependente da identidade do Outro. [...] A identidade não é uma coisa da natureza; ela é definida num processo de significação: é preciso que, socialmente, lhe seja atribuído um significado (SILVA, 2004, p. 106).

Neste sentindo a "construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio de negociação direta com os outros" (POLLAK, 1992, p. 5). Deste modo, entendemos que os processos de identificação são construídos socialmente, nas relações existentes entre os indivíduos, entre os grupos sociais.

CONCLUSÕES

A proposta curricular do município de Aracaju apesar de apresentar uma perspectiva da Nova História, é efetivada neste caso, numa orientação positivista através de uma prática pedagógica tradicional. O positivismo é a perspectiva historiográfica que presenciamos quando a história narrada pelo livro didático e lida pela professora durante as aulas apresenta uma versão europeizada dos acontecimentos que marcaram a colonização portuguesa do Brasil. A história, como afirma Furet (1979, p. 123) nunca é inocente. Ela representa uma versão que corresponde, frequentemente, a visão de um determinado grupo social.

A utilização do livro didático persiste como orientador das aulas, mesmo o município possuindo uma proposta curricular. A história narrada aos alunos acaba por impedir que os educandos percebam-se como parte da história, e não se identifiquem como pertencentes à nação e ou ao grupo social, porque não compreendem os processos que envolvem a construção das relações sociais.

Contudo, a partir do que observamos e analisamos, as práticas realizadas na sala de aula limitam os processos de identificação dos alunos com a História, porque não possibilitam aos sujeitos conhecimentos que sejam válidos para a compreensão de mundo e da estrutura social na qual eles vivem, sem apresentar a diversidade social existente, o que acaba por ocultar e silenciar indivíduos e grupos sociais, inviabilizando a percepção dos alunos como sujeitos históricos e construtores da História.

Notas

[1] Pesquisa vinculada ao PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - PIIC, da Universidade Federal de Sergipe, referente ao período de 2011-2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARACAJU. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Aracaju. Programa de conteúdos curriculares do ensino fundamental e para a educação de jovens e adultos – EJA da rede municipal de Aracaju/Secretaria de Educação. Aracaju: SEMED, 2008. 601p.

FURET, François. **A oficina da História**. Tradução revista por Adriano Duarte Rodrigues Lisboa: Gradiva, 1979, p. 109-135.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MACEDO, Vanessa dos Santos. Ensino de história: reflexões sobre os fundamentos teórico-metodológicos na proposta pedagógica do município de Aracaju para os anos iniciais do ensino fundamental. In: **ANAIS II Seminário Visões do Mundo Contemporâneo**: as estações da história: do grande inverno russo à primavera árabe. São Cristovão, UFS, 2012.

MAQUES, Warlen Fernandes Soares. **Pesquisa qualitativa em educação**: reflexões. 2004. Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=592>>. Acesso em: 23 de jan. 2012.

MARTINS, Maria Alice Hofman. "**Dizer e fazer usando o Logo Gráfico**: um caso de afasia semântica". 2002. Disponível em: <<http://mariaalicehof5.vilabol.uol.com.br/>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

MEC. Portal ideb. Disponível em: <<http://www.portalideb.com.br/#{%22municipio_id%22:%222800308%22,%22aba%22:{%22aba%22:%22escola%22,%22escola_id%22:%2228019377%22}}>>. Acesso em: 31 de jan. 2012.

NADAI, Elza. **O ensino de história no Brasil**: trajetória e perspectiva. Revista Brasileira de História, São Paulo. set. 92/ago. 93, v. 13, nº 25/26, p. 143-162.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Tradução de Monique Augras. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992. Disponivel em: << http://www.historicidadecom.net63.net/memoria_e_identidade_social.pdf>> Acesso em: 23 jan. 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

A ESSÊNCIA DE UM CONFLITO: QUANDO O MODELO ELEITORAL DO LESOTO DEFLAGROU A CRISE DE 1998

Autor: Cléverton Bezerra da Silva
Graduando em Relações Internacionais / UFS
clevertonbezerra.ri@gmail.com

Orientador: Profª Drª Tereza Cristina Nascimento França (NRI/UFS)

A essência de um conflito: um apanhado teórico

Para iniciar a análise sobre a crise do Lesoto de 1998, primeiramente, é necessário esclarecer o conceito de conflito e de segurança que será trabalhado pelo presente escrito. O conceito de conflito, de um lado, está relacionado a divergências nas relações e diálogos entre as partes, levando à impossibilidade de coexistência de interesses, necessidades e pontos de vista das mesmas. O conceito de segurança, por outro lado, está relacionada ao *State Building*, ou seja, o processo de formação do Estado (AYOOB, 1986).

Cruzando ambos os conceitos, o que se destaca é que conflito e segurança não correspondem necessariamente ao choque violento entre dois Estados, configurando um estado de guerra. Partindo dessa constatação, usa-se, com limitações, os argumentos de Noberto Bobbio, em "Teoria Geral da Política" e Hedley Bull, em "A Sociedade Anárquica", como suporte dessa constatação. Ambos os autores entram em concordância ao argumentar que há um intermediário entre guerra e paz, o que desloca o conflito de uma lógica restrita de guerra (SILVA; BARRETO, 2011), no entanto não avançam em análises sobre uma lógica infra-estatal de conflitos, tornando necessário, para esse fim, conjuga suas ideias com o conceito de segurança ligado ao *State Building* de Ayoob.

Firmado o caráter distanciado da lógica da guerra do conflito, retoma-se o argumento de Oliver Ramsbotham: "Conflitos são dinâmicos, podem crescer ou diminuir e são constituídos por uma teia complexa de atitudes e comportamentos que podem assumir suas próprias realidades" (RAMSBOTHAM, 2011). Depreende-se desse argumento que o caráter dinâmico torna o conflito imprevisível, uma vez que não há como ter certeza de se o conflito irá crescer ou diminuir, no entanto essa imprevisibilidade comporta a montagem de análises prospectivas, com a formulação de diferentes cenários que permitem identificar as diversas atitudes e comportamentos que podem fazer com o conflito escale ou atenue.

Terminada a discussão em torno do conceito de conflito e de segurança, é importante ressaltar o modelo de conflito social prolongado de Edward E. Azar, em "The management of protracted social conflict". Azar divide o seu modelo em cinco pontos:

1. Contexto: relacionado, por exemplo, a questões coloniais, multiétnicas e históricas;
2. Necessidades: relacionadas à necessidade de reconhecimento de identidade e cultura, a necessidades de acesso à participação econômica e política e a necessidades de segurança;
3. Capacidade: relacionada à questão militar, à governança e a padrões de ligação na política e na economia internacional;
4. Atores: relacionados aos atores estatais e aos grupos populares;
5. Conflito: através da dinâmica dos pontos anteriores, o mesmo é estabelecido (MIALL, 2004, p. 6).

No quinto ponto do modelo de Edward E. Azar, será importante promover uma comunicação com o esquema da dinâmica entre os fatores (agravadores e atenuantes) e as fases (pré-violência, crise, escalada, prolongamento, pós-acordo), como desenvolvido por Hugh Miall:

Box 1: Factors Exacerbating or Restraining Conflict at Different Phases

phase / factors	pre-violence	crisis	escalation	protracted	post-settlement
exacerbating	underlying causes	triggers	escalators	deformers	triggers
restraining	deep preventors	light preventors	de- escalators	transformers	peacebuilders

FONTE: MIALL, 2004, p. 7

A essência de um conflito: a crise do Lesoto de 1998

Antes de se ater à crise de 1998 em si e suas consequências, é importante retornar até o resultado das eleições de março de 1993, que teve considerável relação com a crise que viria a ocorrer cinco anos depois. Nas eleições desse ano, o Basutoland Congress Party (BCP) venceu, com 74,7% do voto popular, e conseguiu todos os 65 assentos da Assembleia Nacional do país. Apesar de as eleições terem sido reconhecidas como legítima por observadores internacionais, o resultado das mesmas foi rejeitado pelo Basotho National Party (BNP).

Desde as eleições de 1965, na qual o BNP vencera o BCP, o primeiro partido tinha predominado no governo do país. Essa predominância governamental, a partir de 1974, foi mantida através da centralização do governo, mas após pressões externas e internas a favor da democratização do Lesoto, quase duas décadas depois, o BNP não resistiu às pressões, o que levou ao retorno do exílio da liderança do BCP e à mobilização popular durante o preparo das eleições de 1993.

Em 1993, o BCP subiu ao poder, no entanto o seu governo enfrentou problemas, devido, principalmente, a um golpe de Estado monárquico executado, em agosto de 1994, encorajado pelo BNP e apoiado pelo exército do país (majoritariamente inclinado para o BNP). O golpe enfrentou oposição popular e regional e, em setembro de 1996, após pressões diplomáticas, o governo do BCP foi restabelecido no poder. O partido da situação enfrentou disputas internas pela liderança do partido que levaram à saída do primeiro-ministro Ntsu Mokhehle do partido e à formação, em junho de 1997, de um novo partido, Lesotho Congress of Democrats (LCD), pelo próprio Mokhehle, com o apoio da maioria do Parlamento. O primeiro ministro declarou o LCD como o partido governante, levando o BCP ao status de oposição.

Alcançando a crise de 1998, são identificáveis duas diferenças fundamentais entre o quadro eleitoral desse ano e o de 1993: os assentos da Assembleia Nacional aumentaram de sessenta e cinco para oitenta e a administração da eleição de 1998 ficou a cargo da Independent Electoral Comission (IEC), para evitar que o governo tivesse facilidade para influenciar as eleições, no entanto, antes da eleição de maio, a mesma enfrentaria desconfiança por parte dos partidos da oposição, por certas irregularidades por parte da mesma concernentes à atualização numérica do eleitorado.

As eleições desse ano foram assistidas por 550 observadores internacionais ou nacionais do Lesoto. Esses observadores abarcaram em torno de dois terços dos locais de votos e concluíram que as eleições foram conduzidas de acordo com os padrões internacionais. O resultado das eleições para os três principais partidos estão expostos no seguinte quadro:

	1993	1998	Variação
Votos registrados	763,930	837,608	76,678
BCP	398,355 (74.7%)	61,995 (10.4%)	- 336,360
LCD	-	360,665 (60.5%)	-

BNP	120,686 (22,6%)	145,210 (24.4%)	24,524

FONTE: SOUTHALL; FOX, 1999, p. 678

O fato de o LCD somente não ter obtido um dos assentos da Assembleia Nacional levou o BNP e o BCP a se aliarem em oposição, por acreditarem que o resultado da eleição tinha sido forjado. A oposição se mobilizou protestando pelas eleições que eles consideraram fraudulenta. Para dar suporte ao que se estabelecia como uma crise emergente, setores da mídia sul-africana e internacional abarcaram o caso da oposição e aumentavam as tensões entre diferentes facções do exército. Com o aumento das tensões, em agosto de 1998, diplomatas da SADC, liderados por um ministro sul-africano, deslocaram-se ao Lesoto para estimular um acordo negociado. No entanto, para conseguir com que ambas as partes, o LCD e a oposição, aceitassem a negociação, seria necessário que a questão das eleições, a raiz da crise, fosse resolvida. Para tal, o governo sul-africano designou uma comissão da SADC, que iria examinar as eleições no país e adjudicar a validade do resultado, aceita pelo governo do LCD.

O relatório resultante da investigação da comissão foi completado, no entanto não foi apresentado aos partidos do Lesoto como requerido. No meio tempo do atraso da comissão para apresentar o resultado do estudo, o governo do Lesoto perdeu o controle da situação interna do país e grupos armados da oposição assumiram o controle da capital. Liberado em 17 de setembro de 1998 o relatório da comissão examinadora do SADC argumentou que tinham ocorrido falhas administrativas no processo eleitoral, no entanto elas não invalidavam o resultado da eleição. A situação no país então recrudesceu ainda mais e o mesmo se tornou ingovernável. Diante disso, uma intervanção armada foi colocada em ação. No dia 22 de setembro de 1998, a South African National Defense Force (SANDF), depois com a adesão de Botsuana, se deslocou para o Lesoto. Ao fim da existência dessa intervenção, o país permaneceu dividido. Mmutle afirma que a intervenção militar não foi tão eficiente quanto poderia ter sido, porque o maior problema enfrentado pelas partes interventoras foi o não percebimento de que a causa das tensões no Lesoto não eram as partes em conflito, mas o modelo eleitoral usado.

A essência de um conflito: teoria x realidade

Tomando por base a dinâmica entre os conceitos de conflito e segurança adotada no presente trabalho, a crise do Lesoto de 1998 pode ser considerada um conflito internacional,

uma vez que houve divergências nas relações e diálogos entre o partido da situação, LCD, e os partidos da oposição, BCP e BNP, no que concerne ao resultado da eleição de 1998. O modelo eleitoral inadequado do Lesoto vigente até essa eleição permitia a concentração política nas mãos do partido da situação, dessa forma, tal modelo eleitoral permitia o surgimento de instabilidades políticas, que ameaçavam o desenvolvimento e o estabelecimento do Estado do Lesoto. É necessário ainda ressaltar o pensamento de Raymond Aron, em *"Paz e Guerra entre as Nações"*. O teórico afirma que a maneira que as unidades políticas se organizam é fundamental para determinar as circunstâncias e os objetivos dos conflitos (ARON, 2002, P. 225). Esse pensamento dá suporte à qualidade de conflito à crise do Lesoto de 1998, uma vez que permite o enquadramento da questão eleitoral como determinante das circunstâncias dessa convulsão.

Estabelecida a qualidade de conflito da crise do Lesoto de 1998, é importante apontar os fatores determinantes para a ocorrência do mesmo. Em relação ao modelo de Azar, no que concerne ao primeiro ponto do modelo, percebe-se que o contexto da supracitada crise esteve relacionado ao modelo eleitoral do Lesoto, que concentrava o poder político nas mãos do partido da situação, excluindo a participação de outros partidos, pois, apesar de ter obtido 60 por cento dos votos, o LCD conseguiu preencher 79 assentos dos 80 da Assembleia Geral.

Relativo ao segundo ponto, percebe-se que as necessidades estiveram relacionadas à necessidade de participação política, uma vez que o supracitado modelo eleitoral era excludente, e de segurança, uma vez que, diante da suposta corrupção representada no resultado da eleição de 1998, os partidos da oposição promoveram manifestações contra tal resultado. No que concerne ao terceiro ponto, a capacidade esteve ligada à governança no Lesoto, uma vez que a vitória eleitoral do LCD não fora considerada legítima pelos partidos da oposição. Percebe-se, ademais, que os atores envolvidos nesse conflito, o quarto ponto do modelo, foi, de um lado, o LCD, e, de outro lado, os partidos da oposição, principalmente o BCP e o BNP. Diante da dinâmica entre esses quatro pontos, o conflito da crise de 1998 no Lesoto foi instituída. Apesar de, como já citado, existir de forma clara partes no conflito do Lesoto, a hostilidade e a violência entre as mesmas não alcançou o nível de violência que pudesse caracterizar uma Guerra Civil, dessa forma, a crise do Lesoto se enquadra nos pensamentos de Bobbio e Bull, de um intermediário entre guerra e paz.

Entrelaçando o modelo de Eward Azar e o esquema de Hugh Miall, percebe-se que, na fase de pré-violência da crise de 1998 no Lesoto sobressaiu o fator agravador, o contexto da mesma, o modelo eleitoral do Lesoto. Na fase de estabelecimento da crise, o elemento que deflagrou a mesma foi o resultado da eleição de 1998. Nesse ponto, é importante retomar o argumento de Oliver Ramsbotham de que o conflito pode agravar ou atenuar, através de uma rede complexa de atitudes e comportamentos. Transportando esse pensamento para a fase de crise do conflito de 1998 no Lesoto, sobressaem os elementos agravadores: setores da mídia sul-

africana e internacional que defendiam a causa da oposição, o comportamento da comissão da SADC encarregada de examinar as eleições do país, o atraso da mesma em entregar o relatório resultante de sua investigação e a intervenção da África do Sul no país.

Ao fim da intervenção sul-africana no Lesoto, é iniciada a fase de prolongamento do conflito, na qual se sobressaíram os elementos atenuadores. Nessa fase, o governo e oposição chegaram a um acordo sobre os assuntos eleitorais, que incluíam ponto como novas eleições para acontecer em 15 ou 18 meses, a formulação de um código de conduta para partidos políticos e concordaram em restabelecer a estabilidade no país em conjunto (MMUTLE, 2007, p. 58). E, na fase posterior ao fim do conflito, percebe-se que houve, de fato, um processo de construção de paz, uma vez que não ocorreu nenhuma outra crise no Lesotho desde essa iniciada em 1998 e que perdurou até 2002.

É importante ressaltar, além disso, que fundamental para o alcance da pacificação do conflito foi a reforma do modelo eleitoral do país, que passou a abarcar a proporcionalidade de votos. Esse novo modelo eleitoral estabeleceu 120 assentos para a Assembleia Geral, dos quais dois terços (80) ficariam a cargo do partido vencedor das eleições e um terço (40) seriam distribuídos de maneira proporcional aos votos obtidos pelos partidos não vencedores, o que não é o cenário de proporcionalidade ideal, mas representa um passo à mudança.

Conclusão

Ao longo de sua história política, o Lesoto enfrentou instabilidades políticas condicionadas aos resultados das eleições no país. Isso acontecia pela característica concentradora do mesmo, que permitia que ocorressem centralizações ilegítimas de partidos políticos no poder no país, assim como também convulsões sócio-políticas oposicionistas aos resultados das eleições. Nesse último caso se enquadrou a crise do Lesoto de 1998, que foi um reflexo da ineficácia do modelo eleitoral do país e que só pode ser pacificada após uma reforma (insuficiente) desse modelo, que, em curto prazo, pacificou o país, no entanto, em longo prazo, deixa o cenário político do país incerto perante a possibilidade de ocorrência de uma nova crise.

Referências bibliográficas

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

AYOOB, Mohammed. (Org.). *Regional security in the third world:* case studies from Southeast Asia and Middle East. London: Croom Helm, 1986.

AZAR, Edward E.. *The management of protracted social conflict*. Aldershot: Dartmouth, 1990.

MAKOA, Francis Kopano. *Electoral Reform and Political Stability in Lesotho*. Disponível em: <http://migre.me/77fh5> Acesso em 10 mai. 2011.

MIALL, Hugh. *Conflict Transformation:* a multi-dimensional task. Berghof Research Center for Constructive Conflict Magnagement. Berlin: Berghof Research Center for Constructive Conflict Management, 2004.

MMUTLE, Simon. *South Africa's Peacemaking Strategy in Southern Africa:* The case of Lesotho 1998-2002. Johannesburg, University of the Witwatersrand, 2007. 105 p. Thesis (Masters) – Arts in International Relations, University of the Witwatersrand, Johannesburg, 2007.

RAMSBOTHAM, Oliver; WOODHOUSE, Tom & MIALL, Hugh. *Contemporary Conflict Resolution*. 3rd Edition. Cambridge: Polity Press, 2011.

SELINYANE, Nthakeng. *Lost between stability and democracy:* South Africa and Lesotho's constitutional crises of the 1990s. Disponível em: < http://migre.me/4ykU0 > Acesso em 10 mai 2011.

SILVA, Cléverton B. da; BARRETO, Hugo V. D. *1943 a 1949:* quando a Questão Alemã regeu o pêndulo da ordem internacional. São Cristóvão: PET, DHI, UFS, 2011, p. 170-178.

SOUTHALL, Roger; FOX, Roddy. Lesotho's general election of 1998*:* rigged or de rigeur?. *The Journal of Modern African Studies.* Cambridge University Press, v. 37, n. 4, p. 669-696, 1999.

GT 3:

PERSPECTIVAS DE INOVAÇÃO PARA UM DICIONÁRIO ELETRÔNICO DE TERMOS MUSEOLÓGICOS: *VÉRITAS MOUSEION* EM 3D

Autora: Joelma Dias Matias
Vol-Gemps/CNPq/Museologia/UFS
joelmaa_dias@hotmail.com

Co-autora: Heyse Souza de Oliveira (Vol-Gemps/CNPq/Museologia/UFS)
heysesouza@hotmail.com

Orientadora: Janaína Cardoso de Mello (NMS/UFS)
janainamello@uol.com.br

Introdução

O presente texto tem como objetivo principal demonstrar uma nova proposta de inovação tecnológica vinculada à continuidade dos trabalhos iniciados na elaboração do *Véritas Mouseion* – Dicionário Eletrônico de termos museológicos em língua portuguesa que está sendo desenvolvido por alunos bolsistas do curso de Museologia e Letras da Universidade Federal de Sergipe sob a orientação da professora Dra. Janaína Cardoso de Mello.

Na primeira fase de implementação do *Véritas Mouseion* (2011-2012) foram selecionados termos vinculados à área museológica e posteriormente realizadas entrevistas fotografadas e filmadas com museólogos e demais profissionais de instituições museais para a definição e posterior elaboração etmológica e homogeneização padrão dos verbetes. Arquitetou-se, também, um sistema de hipertexto em ambiente computacional para implementação do dicionário eletrônico, mantido por uma equipe multidisciplinar, permitindo organizar a informação e disponibilizar ao usuário a quantidade de dados necessária (SHNEIDERMAN, 1989; KIPPER, 1993).

Com a realização de pesquisas de anterioridade no campo da pesquisa, obteve-se dados de que na França, em 1993, André Desvallées e François Mairesse dirigiram uma primeira coletânea de verbetes, reeditada em 2005 sob o título de *Dictionnaire de muséologie*. Em 2011 ocorreu a publicação impressa do *Dictionnaire encyclopédique de muséologie* por parte dos mesmos diretores e editora, com 722 páginas e 500 palavras

organizadas por critério alfabético, com imagens fotográficas coloridas, notas explicativas e bibliografia de referência.

Com a estética aprimorada, pesquisa exaustiva e enorme valor para os profissionais da área museológica, todavia ainda marcado pela tradição do papel (recurso impresso) seja no formato físico ou mesmo digitalizado (na diagramação que reproduz o modelo de dicionários tradicionais) salientamos que fatores como a barreira lingüística dos idiomas (não há uma edição em língua portuguesa, nem no modelo impresso e nem na versão em PDF), dificultam uma maior acessibilidade por parte de pessoas com deficiências visuais, por exemplo, e não possuem o potencial lúdico, criativo e interativo que as novas ferramentas tecnológicas podem emprestar à tal perspectiva para usos em computadores fixos ou móveis.

Logo, o *Véritas Mouseion* é ainda a única proposta original em nível nacional e internacional de um produto de inovação tecnológica que apreenda pesquisa e desenvolvimento de ferramentas computacionais de acesso e interatividade no campo da Museologia e demais Ciências Humanas e Sociais afins aos trabalhos em instituições museais. Compreende-se, portanto, o conceito de tecnologia como:

> todo meio ou instrumento cognitivo que, de maneira direta ou indireta, contribui para que corram mudanças de ordem material e, também, é ela própria sempre conhecimento, é resultado do pensamento, o qual retroage sobre si, provocando mudanças em si, através da manipulação dos próprios artefatos tecnológicos produzidos (MALDONADO *apud* FRANCISCO, 2010:02).

Partindo-se do princípio de que um museu é a materialização da memória coletiva (HALBWACHS, 1990) de um determinado grupo, configurando-se como uma emissão de discursos, o *Véritas Mouseion* nessa segunda fase, busca ampliar a comunicação tecnológica com os usuários através da interatividade 3D. Filiando-se nesse sentido com a função comunicativa (CHAGAS,1994) que compõe as atribuições dos museus, pois segundo Cândido: [...] é papel dos museus criar métodos e mecanismos que permitam o levantamento e o acesso às informações das quais objetos/documentos são suportes, estabelecendo a intermediação institucionalizada entre o indivíduo e o acervo preservado (2006, p.34-35).

Desse modo, ao inserir a Museologia no ciberespaço de um dicionário eletrônico este configura-se como o espaço em que a língua acontece, lugar este definido como:

> o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos ([...]), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas a digitalização (LÉVY, 2003:92).

Por isso propõe-se a digitalização e modelagem 3D dos acervos expositivos de três instituições sergipanas, à saber: o Museu de Arqueologia do Xingó (MAX), o Museu do Homem Sergipano (MUHSE) e o Museu Galdino Bicho do Instituto Histórico e Geográfico Sergipano (IHGSE), conferindo-se aos verbetes do dicionário eletrônico de termos museológicos a aplicação interativa *touchscreen* para acessibilidade lúdica e inovadora com a visualização dos objetos convertidos em imagem fotográfica com rotação de 360º e modelagem conceitual 3D.

Pretende-se, ainda, condicionar as modelagens 3D ao sistema eletrônico que abriga os verbetes do dicionário eletrônico de termos museológicos *Véritas Mouseion;* construir um produto tecnológico capaz de facilitar a aprendizagem sobre museologia em âmbito regional, nacional e internacional; possibilitar o acesso para atualização continuada de alunos e profissionais da área da Museologia, Arqueologia, Arquitetura, História e outros além de incentivar o uso das novas tecnologias por funcionários de instituições museais e culturais que no Estado de Sergipe ainda desconhecem tais ferramenta.

No que se refere ao uso de tecnologia de ponta para digitalização como o *Scanner* 3D, um equipamento importado, que ainda não é tão acessível à maior parte dos pesquisadores, busca-se nesse projeto desenvolver técnicas de inovação tecnológicas alternativas e de baixo custo, com utilização de *softwares* livres.

Desse modo, além de dar ao dicionário eletrônico um perfil único no campo dos dicionários eletrônicos, tornando-o um produto tecnológico em perfeita consonância com o acesso cotidiano via *tablets*, *ebooks* e *smartphones*, o projeto estará também auxiliando na aplicação de parâmetros de inovação tecnológica e difusão de acervos nos museus de Sergipe, sendo que dois dos museus citados acima são da UFS, o Museu do Homem Sergipano (MUHSE) e o Museu de Arqueologia de Xingó (MAX).

Este projeto se dará em seis etapas onde: Na primeira, serão realizadas leituras teóricas e aprendizado tecnológico sobre a digitalização, fotografia com rotação em

360º e modelagem conceitual 3D de acervos museológicos. Na segunda, serão realizadas as fotografias e digitalizações dos acervos expositivos nos três museus selecionados. Na terceira etapa haverá o trabalho tecnológico com a aplicação dos *softwares* para a modelagem 360º e em 3D das peças fotografadas e/ou escaneadas nos acervos museais. Já na quarta etapa haverá a inserção do material em rotação 360º e 3D no sistema eletrônico que acondiciona o dicionário eletrônico, atentando-se para a vinculação entre imagem/verbete e introdução de *software* similar ao *Dos-vox*[1] para a acessibilidade aos verbetes por parte de deficientes visuais.

A quinta etapa incluirá como recursos adicionais as biografias dos museus cadastrados junto ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e Conselho Internacional de Museus (*International Council of Museums*) – ICOM, disponibilizando os *links* de suas respectivas *homepages*.

Na sexta e última etapa serão realizados testes de funcionamento do sistema e posteriormente a apresentação de um protótipo do dicionário eletrônico à comunidade acadêmica.

Neste sentido os resultados que se espera alcançar com este projeto é a ampliação do acesso aos acervos e termos museológicos por usuários de distintos níveis de formação e origens geográficas através do *Véritas Mouseion* – Dicionário Eletrônico de Termos Museológicos. A interatividade com os acervos museais sergipanos digitalizados com rotação 360º e modelagem 3D permitirão a ampliação das visitas à esses espaços, das pesquisas acadêmicas bem como o uso integrado da experimentação tecnológica para atualização continuada dos funcionários das instituições culturais.

Portanto o dicionário eletrônico *Véritas Mouseion* dará um perfil único no campo dos dicionários eletrônicos, tornando-o um produto tecnológico em perfeita consonância com o acesso ao cotidiano via tablets, ebooks e smartphones, o projeto estará também auxiliando na aplicação de parâmetros de inovação tecnológica e difusão do acervo dos Museus do Homem Sergipano, Xingó e Galdino Bicho.

Notas:

[1] O Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) vem nos últimos anos se dedicando à criação de um sistema de computação destinado a atender aos deficientes visuais. O sistema operacional DOSVOX permite que pessoas cegas utilizem um microcomputador comum (PC) para

desempenhar uma série de tarefas, adquirindo assim um nível alto de independência no estudo e no trabalho.

Referências Bibliográficas

CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação museológica. In: **Caderno de diretrizes museológicas**. 2ª ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura / Superintendência de Museus, 2006:10-92.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação:** economia, sociedade e cultura. Lisboa: Fundaçao Calouste Gulbekian, 2002.

CHAGAS, Mário Souza. Em busca do documento perdido: A problemática da construção teórica na área da documentação. In: **Cadernos de Sócio Museologia** nº2; 1994:33-54.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Dir.). **Concepts clés de muséologie.** Paris: Armand Colin, 2010 In: http://icom.museum/que-faisons-nous/normes-professionnelles/concepts-cles-de museologie/L/2.html (acesso em:15/12/2011).

____ (Dir.). **Dictionnaire encyclopédique de muséologie.** Paris: Armand Colin, 2011.

FRANCISCO, D. J. **Novas Tecnologias na Informática:** como podemos utilizar tais recursos na formação acadêmica. [slides] disponível em: http://www.cintec-ufs.net/simtec-opi/2010/page.php?idpage=6 . Acesso em: 28 out. 2011.

KIPPER, E.F. et al. **Engenharia de Informações: Conceitos Técnicas e métodos**. Porto Alegre: Sagra DC-Luzzato, 1993.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa, 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2003.

PRESSMAN, R.S. **Engenharia de Software**. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2006.

RAZDAN, Anshuman, LIU, Dezhi; BAE, Myungsoo; ZHU, Mary; FARIN, Gerald. Using Geometric Modeling for Archiving and Searching 3D Archaeological Vessels. **CISST 2001**, June 25- 28, 2001, Las Vegas.

SHNEIDERMAN, Ben. Reflections on authoring, editing, and managing hypertext In: BARRET, E (ed.) **The society of text**. Cambridge, MA: MIT Press, 1989: 115-131.

A IDADE MÉDIA RETRATADA NO MUNDO DOS SERIADOS: RELAÇÃO ENTRE AS REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS E REMINISCÊNCIAS MEDIEVAIS

Autora: Lívia Maria Albuquerque Couto
Graduanda em História/UFS
Monitora de História Medieval II
Integrante do Vivarium – Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo (Núcleo Nordeste)
couto.livia@gmail.com

Orientador: Prof. Msc. Bruno Gonçalves Alvaro (DHI/UFS)
Pesquisador do Vivarium – Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo (Núcleo Nordeste)
brunoalvaro@ufs.br

Nos últimos anos o período do medievo têm se destacado nas representações midiáticas. A Idade Média, durante muito tempo foi considerada como a "idade das trevas" ou a "longa noite dos mil anos", período no qual a Civilização Ocidental teria permanecido "adormecida", mergulhada em sangue, na ignorância e no fanatismo religioso. Este é o cenário que os filmes e seriados acabam, *grosso modo*, transmitido ao grande público e, com isso perpassando a ideia de atraso e decadência medieval.

Mas, afinal, por que esse período ficou tão marcado por essa concepção negativa? Segundo Inês C. Inácio e Tania Regina de Luca:

> o termo em si parece ter surgido entre os filólogos do Renascimento preocupados com o desenvolvimento da língua latina, no qual reconheciam três fases: a Idade Superior ou Alta Idade, onde predominava o latim clássico e que se estendeu desde as origens do Estado Romano até o reinado de Constantino; a Idade Média, abarcando o período compreendido entre Constantino e Carlos Magno; e, por fim, a Idade Inferior ou Íntima, quando o latim apresentava-se corrompido e degenerado, desde Carlos Magno até o Renascimento. Certos de terem regenerado a língua latina, os humanistas do século XVI acabaram por confundir a segunda e a terceira dessas fases numa só idade de decadência, designando-a Média ou Intermediária Os historiadores, por sua vez, apropriando-se acriticamente desse instrumental, passaram a ver os séculos medievais como intercalares do ponto de vista da civilização e, a partir do século XVII, o termo Idade Média generalizou-se, carregando consigo aquela conotação de "decadência" (INÁCIO; LUCA, 1991, p. 8).

A partir desta teoria, que fora consolidada com a ascensão da burguesia ao poder, a visão do período como abominável já estava selado na história da humanidade.

No entanto, há algum tempo a historiografia vem tentando recuperar as contribuições que a época medieval ofereceu e, desse modo, desmitificar a tradicional visão de "idade das trevas" propagada, inicialmente, pelos Renascentistas e Iluministas e, posteriormente, pelos meios de comunicação de massa. Estes, por sua vez, principais contribuintes para a disseminação deste equívoco na contemporaneidade. Dessa forma, dissolver essa pré-noção do medievo tem sido uma tarefa árdua para os professores de Historia dentro da sala de aula.

Nesse sentido, a "indústria cultural" vem se apropriando da visão folclórica em torno do período e produzindo filmes, jogos, seriados etc., nos quais podemos identificar a chamada *medievalidade*. Esta seria segundo o historiador José Rivair Macedo diferente das *Reminiscências Medievais* [1] porque se trata apenas de uma referência fugidia do período, isto é, um estereótipo do imaginário da época. Nela a Idade Média trata-se de uma realidade muito mais imprecisa na inspiração de temas (magos, feiticeiras, dragões, monstros, guerreiros, assaltos e fortalezas) produzidos pela indústria cultural.

Nesse contexto, vemos que desde os anos de 1980 diversos jogos de videogames incorporaram formas pretensamente medievais como, por exemplo, os cavaleiros que combatem em reinos distantes, as fortalezas, templos e palácios habitados por guerreiros, magos e feiticeiros. Sem contar os habituais temas convertidos no que poderíamos denominar de uma "mitologia contemporânea sobre do Medievo": os Templários, a Távola Redonda e o Graal, etc. A isto se somam, ainda, os dragões e monstros de uma Idade Média fantasiosa que deve muito ao universo do cinema criado a partir da obra literária de J.R. Tolkien em *O Senhor dos Anéis*, que não pretendeu em nenhum momento "recriar" o período histórico em questão, mas, evidentemente, por sua formação acadêmica se valeu de toda uma atmosfera que aproxima seus livros do que se convém denominar Idade Média.

Estes traços fantasiosos associados ao Medievo têm sido os responsáveis pela enorme popularidade de temas e assuntos reais ou imaginados tratados em *sites*, *blogs* ou *grupos* na Internet.

É importante ressaltar que diversos filmes incorporam esse imaginário e, em certo sentido, foram importantes para a disseminação do período. Podemos citar: *A Paixão de Joana d'Arc* (*La Passion de Jeanne d'Arc*) de 1927, realizado por Carls Dreyer; *El Cid*, de Anthony Mann, rodado em 1961; *O Incrível Exército de Brancaleone*, de 1966, dirigido e escrito por Mario Monicelli em conjunto com os

roteiristas Age e Scarpelli; *As Aventuras de Erik, o Viking*, dirigida por Terry Jones, em 1989, entre outros.

Segundo Rivair Macedo, a importância do cinema, desde sua invenção, no final do século XIX, é, sem dúvida, a de ser um veículo de promoção da memória social e, dessa forma, um transmissor de consciência histórica. Contudo, é preciso distinguir os filmes com temática contemporânea dos filmes com temática histórica. Em se tratando dos filmes "medievais" é necessário esclarecer o que distingue a Idade Média vista no cinema daquela vista nos livros. No nosso caso, partiremos deste pressuposto para observar as similitudes e/ou diferenças sobre como é retratado o período medieval na contemporaneidade por meio dos seriados *Game of Thrones* e *Camelot*.

Seguindo a linha de J. R. Tolkien, surge o nome George R. R. Martin, escritor e produtor de diversas séries e filmes de grande sucesso, tendo, inclusive, trabalhado durante dez anos em Hollywood. Apesar de ser autor de diversos *best-sellers* nos Estados Unidos e na Europa, foi em meados dos anos 1990 que Martin deu início a sua mais importante obra: *As crônicas de gelo e fogo*. Trata-se da saga de fantasia mais vendida dos últimos anos, vencedora de diversos prêmios e que se tornou uma grande produção televisiva do canal norte-americano HBO.

No seriado *Game of Thrones*, percebemos a presença de tudo aquilo já citado a cerca do imaginário sobre da Idade Média. Porém, ele vem despertando a curiosidade de várias pessoas a respeito do período. Contudo, com a grande repercussão deste seriado muitas pessoas, principalmente, desvinculadas a área de História passaram a se perguntar: "até que ponto isto é verdade?".

Game of Thrones, baseado nos livros de George R. R Martin, faz com que cada nova temporada desperte e instigue os espectadores a uma pesquisa e o debate sobre a série e a reboque sobre o período Medieval. A cada episódio lançado, pessoas se juntam em *grupos* criados, principalmente, em Redes Sociais, como o *Facebook*, ou em *blogs*, criados especialmente para o seriado e, passam a comentá-los. Recentemente, também foi criado um jogo de RPG ligado à série que tem tido uma ótima repercussão entre os jovens.

Basicamente as duas temporadas existentes e a terceira a ser lançada no próximo ano, são baseadas em um dos livros de Martin, sendo o foco de cada temporada as "casas" existentes no enredo.

No total, sete casas formam o reino fictício, chamado *Westeros*: Casa *Stark* (responsável pelo Reino do Norte); Casa *Arryn* (responsável pelo Reino do Vale e do

Céu); Casa *Tully* (responsável pelo Reino dos Rios); Casa *Greyjoy* (responsável pelas regiões do tridente e das Ilhas de Ferro); Casa *Lannister* (responsável pelo Reino das Terras do Oeste); Casa *Baratheon*, (responsável pelo Reino de Pedra do Dragão e Reino de Ponta Tempestade) e a Casa *Tyrell* (responsável pela região das Campinas). Sendo o rei dos "sete reinos" *Robert Baratheon* que após destronar o antigo rei casa-se com *Cersei Lannister* e assume o chamado "trono de ferro".

A trama começa quando *Eddard Stark*, lorde do castelo de *Winterfell*, aceita a função de *Mão do Rei* oferecida pelo velho amigo, o rei *Robert Baratheon*. Sabe-se que *Lord Stark* aceitou a proposta porque desconfia que o dono anterior do título foi envenenado pela manipuladora rainha – uma cruel mulher da casa *Lannister*. E sua intenção é proteger o rei. Porém, ter como inimigo os *Lannister* pode ser fatal, já que a ambição dessa família pelo poder parece não ter limites. Agora, sozinho na corte, *Eddard* percebe que não só o rei está em apuros, mas também ele e toda a sua família. Sendo assim, quem vencerá a guerra dos tronos?

Já no final da primeira temporada e no decorrer da segunda há verdadeiras batalhas para ver quem assumirá o reino de *Westeros*. Martin narra uma história de lordes e damas, soldados e mercenários, assassinos e bastardos, que se juntam em um tempo de presságios malignos. Entres disputas por reinos, tragédias e traições, vitória e terror, o destino dos *Stark*, seus aliados e seus inimigos é incerto.

No decorrer da série encontramos vários pontos que merecem destaque, um desses seria a presença mística sempre envolvendo um personagem feminino. Como, por exemplo, a personagem similar a uma feiticeira que quer ajudar um dos *Baratheon* a ascender ao trono, considerando-o "senhor do sol". A outra personagem seria *Daenerys Targaryan* conhecida como a "mãe dos dragões". É válido ressaltar que, assim como o imaginário a respeito de guerreiros, grandes batalhas, feiticeiras e dragões, percebemos também uma visão estereotipada sobre as mulheres daquela época. No seriado, as mulheres importantes são conhecidas por estarem ligadas a grandes homens, ao misticismo e a prostituição.

Outro ponto interessante é como a religião é exposta na série. *Westeros* é teísta, de modo que os deuses cultuados "oficialmente" são sete e há divisão entre os "deuses antigos" e os "novos deuses", além do "deus da luz", o "deus da escuridão" e o "deus afogado". No entanto, essa religião tem um cunho mais monoteísta-cristão: cada deus tem serventia para algum processo e rito diferente do outro, mas que segundo a tradição, eles são um só, criador e protetor, o que nos faz relacionar a questão da Trindade.

Um "monumento" de grande importância, no decorrer da série, é a presença da *Muralha* que divide dois mundos completamente distintos: o selvagem e o civilizado. O mundo civilizado seria aquele que o povo livre, detentor de cultura, habita. Neste, apesar de ter um povo livre, apresenta a figura de um líder, importante para manter a ordem. Em contraponto estaria o mundo selvagem, considerado como errado pelo civilizado, pois se trataria de um povo sem leis. Essa disciplina mantida apenas pelo mundo civilizado seria um fator crucial para sobrevivência. Isso indica que o método de controle de moral e obediência é apresentado como mais eficaz em auxilio da vida no reino

Nesse sentido, ao tentar analisar as representações midiáticas ligadas ao período do medievo chegamos a muitos questionamentos e o primeiro entre eles foi: por que o período do medievo tem despertado tanto interesse?

Segundo Umberto Eco, isso teria uma relação com o vazio deixado pela sociedade de consumo, em que o indivíduo é pulverizado e valores tradicionais são banalizados. Por esse motivo as pessoas idealizam essa Idade Média. Para Rivair Macedo "a evocação dos refúgios familiares de uma floresta encantada ou da segurança simbolizada pelo castelo teria algo que ver com a busca de um retorno às origens quase míticas (...)" (MACEDO; MONGELLI, 2009, p. 18).

Outra questão seria: por que certos seriados ligados a esse período se destacam mais do que outros?

Para respondermos isso, podemos fazer uma comparação entre os seriados *Game of Thrones* e *Camelot*. Sendo que, este último foi cancelado, aparentemente, sem um motivo específico, após o fim de sua primeira temporada. Nele encontramos personagens como: rei *Arthur*, *Merlin*, *Leontes* e *Gueneviere*.

A série trata de um jovem Arthur que descobre ser filho bastardo do rei que acabara de morrer e por isso deveria assumir o trono. Na série encontramos elementos presentes, também, em *Game of Thrones*. No entanto, por que a série não deu certo? Segundo a sua equipe técnica, o cancelamento foi causado por significantes desafios de produção. [2]

Por fim, até que ponto esses seriados retratam com total fidelidade o período da Idade Média?

Segundo François de la Bretecque, é importante analisar o contexto em que os seriados estão inseridos. Ou seja, para nós, é fundamental analisar o momento em que tais seriados foram produzidos, lançados e exibidos, assim como, a temática por eles

abordada. Nesse caso, a maior dificuldade é que se trata de séries elaboradas consciente e propositalmente a respeito de determinado acontecimento ou determinado contexto (e não um testemunho "verdadeiro").

Desse modo, devemos entender que as séries foram produzidas no âmbito da medievalidade, e não no da historicidade medieval. Sendo importante considerar que foram lançados não como o propósito de instruir ou estimular uma reflexão sobre o passado, mas sim para divertir e despertar o imaginário de seus espectadores.

São muitos os questionamentos em torno do seriado *Game of Thrones* e, não conseguiremos responder a todos eles, nesta comunicação. Mas é fato que, ele despertou o interesse de muitas pessoas, especialmente dos jovens e os tem induzido a pensar um pouco mais sobre o imaginário medieval.

É evidente que desenraizar este pré-conceito a respeito da Idade Média não se dará tão facilmente. Sobretudo, com base nas representações midiáticas, sem esquecer, no entanto, os jogos de RPG e videogames, que acabam caracterizando o período medieval como cenário de sucessivas desgraças como: pestes, fome, guerras intermináveis, violência desenfreada, total ignorância e rusticidade que, unidas ao lendário fanatismo religioso, marcariam o verdadeiro triunfo da barbárie, afastada pelas luzes Renascentistas e da Ilustração, mas que paira como ameaça sempre presente de um futuro provável.

Porém, se tratando dos seriados aqui citados e, especialmente, de *Game of Thrones*, percebemos como aquelas pessoas envolvidas na batalha pelo "trono de ferro" tinham suas estratégias de guerra bem definidas e, nesse sentido, fazendo um paralelo com o modo como tratam as pessoas da época, visualizamos a tentativa de demonstrar que as pessoas não eram ignorantes e se tratando de guerras tinham estratégias parecidas as que vemos atualmente. Ou seja, o certo é que a Idade Média foi um período que contribuiu muito para a atualidade, por exemplo, nos legou modos de vestir, as universidades, as línguas da Europa e a divisão política do continente.

Por fim, percebemos que muitos seriados e minisséries estão sendo lançadas com muita frequência. Isso significa que o interesse pelo período do Medievo está aumentando e que por isso passou a ser bastante explorado. Também se tratando de filmes vemos que, os "temas medievais" que mais agradam dizem respeito aos séculos posteriores ao XI e determinados temas como a peste, as Cruzadas, os vikings, as guerras, além de personagens como, Robin Hood, Henrique V, Joana d'Arc, são reiteradamente retratados a partir de diversos ângulos ou pontos de vista.

Mas, é importante tratar desses seriados e filmes com bastante cuidado, pois apesar de ser uma temática que desperta grande interesse entre os jovens, vemos que o período medieval, muitas vezes, é pouco conhecido por aqueles que não são especialistas e, por isso, tentar retratar o período utilizando as representações midiáticas pode ser uma maneira infeliz de aproximação. Nesse sentido, percebemos certo equívoco em utilizá-los como vestígios históricos sobre a Idade Média, já que para serem considerados como fontes, esses deveriam, no mínimo, serem documentos produzidos no Medievo, diferentemente das representações midiáticas, nas quais se aproximam mais dos costumes e das tradições da época em que foram produzidas, do que o período em que, de fato, tentam reproduzir.

Notas:

[1] Por "reminiscências medievais" devemos entender as formas de apropriação dos vestígios do que um dia pertenceu ao Medievo, alterados e/ou transformados com o passar do tempo.

[2] Curiosamente, *Camelot*, diferentemente de *Games of Thrones*, lidava com uma temática mais ligada ao Medievo, uma vez que os contos arturianos datam dos séculos medievais e foram bastante difundidos, por exemplo, por Chrétien de Troyes (c. 1135- c. 1180) e, posteriormente, Thomas Malory (c. 1440- c. 1486).

Referências Bibliográficas:

ECO, Umberto. **Sobre os espelhos e Outros ensaios**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

Bretecque, François de la – Le regard du cinéma sur le moyen age. In: LE GOFF, Jacques ; LOBRICHON, Guy. **Le Moyen Age Aujourd'hui**. Trois regards contemporains sur le Moyen Age: histoire, théologie, cinéma. Paris-França: Éditions Le Leopard d'Or, 1997.

Game of Thrones. Produtores: David Benioff, D. B. Weiss. Duração: 55 min. Número de temporadas: 02. Número de episódios: 10. EUA: HBO, 2011.

INÁCIO, Inês C.; DE LUCA, Tania Regina. **O pensamento medieval**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

MACEDO, José Rivair; MONGELLI, Lênia Márcia (Org.). **A Idade Média no cinema**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

MARTIN, George R. R. **As Crônicas de Gelo e Fogo: A Guerra dos Tronos**. São Paulo: Leya, 2010. V. 1.

VIZIOLI, Paulo. **A Literatura Inglesa Medieval. (Ed. Bilínguie)**. São Paulo: Nova Alexandria, 1992.

BREVES APONTAMENTOS ACERCA DA RECEPTIVIDADE DO TRATADO MILITAR TARDO-ANTIGO "EPITOMA REI MILITARIS" (IV D.C.) PELAS LIDERANÇAS MILITARES MEDIEVAIS

Autor: Rafael Costa Prata
Graduando em História/UFS
Monitor de História Medieval I
Integrante do Vivarium – Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo (Núcleo Nordeste)
rafaelcostaprata@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Bruno G. Alvaro (DHI/UFS)
Pesquisador do Vivarium – Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo (Núcleo Nordeste)
brunoalvaro@ufs.br

Introdução

Não há comportamento tático-estratégico no cenário bélico medieval. Como consequência, também não deve existir uma hábil atuação dos dirigentes militares, aqueles sujeitos que, por conta de seu posicionamento social privilegiado, estavam responsáveis por orientar e ditar os rumos dos conflitos, assumindo o controle organizacional de todo este cenário.

De forma geral, pode ser resumida desta maneira, uma já arraigada percepção historiográfica em torno da Guerra Medieval, que, sobretudo foi predominante durante os finais do século XIX e inicio do século XX, concretizada nos escritos de renomados teóricos da Arte da Guerra daquele momento, como Basel Liddel Hart, Charles Oman e Carl Von Clausewitz. [1]

Como paradigma desta percepção, serve-nos então a afirmação de um destes teóricos militares, o britânico Charles Oman, que sustentava que

> trás la caída del Imperio Romano e la disolución de las legiones, y especialmente durante la época de mayor esplendor de la caballería feudal – la Plena Edad Media – a, la táctica y la estrategia casi desaperecieron de las prácticas militares de Occidente (OMAN apud GARCÍA FITZ, 2008, p. 21).

Para estes historiadores da guerra, com a derrocada do Império Romano – e com isso de suas aclamadas *Legiões* – e o advento da Idade Média – e, portanto, do espirito da *Cavalaria* – houve uma gradual e progressiva perda no Ocidente Europeu de um comportamento bélico que elevasse a tática e a estratégia como os pilares básicos do comportamento militar. Isto porque, supostamente, aqueles homens haviam perdido a consciência do uso destas noções tão primordiais no bom exercício da lide bélica, em detrimento de uma guerra que lentamente se apresentaria em sua nova faceta – a medieval – a não mais como "o *bellum* organizado dos romanos, mas a werra, a guerra, o combate tumultuoso entre homens bárbaros e cruéis" (CARDINI, 2006, p. 477).

A Guerra Medieval teria assim como seu traço fundamental, a atuação de um amontoado desordenado e destituído de qualquer caractere organizativo e estratégico, cuja execução provinha de uma horda de bárbaros selvagens sem quaisquer respeito à disciplina e a disposição hierárquica.

Se não há planejamento tático-estratégico durante este estágio histórico de suposta *"anarquia bélica",* nada justificaria a necessidade, e num âmago mais profundo, a aceitação e o posterior uso de tratados militares, manuais bélicos, ou manuscritos de qualquer ordem, que pudessem servir como um ensinamento útil para o bom exercicio da prática guerreira por parte daqueles homens. Então como lidar com o fato de que um manuscrito, em especial, tem sido apontado como um verdadeiro *Best seller* durante a Idade Média?

Estamos nos referindo a *Epitoma Rei Militaris*, um conjunto de quatro livros reunidos em um compêndio de orientação militar e com fim pedagógico. Composto pelo escritor romano, Flavio Vegécio Renato, durante o século IV d.C, foi endereçada a Teodósio I, Imperador do Oriente, a fim de demonstrá-lo as virtudes supostamente perdidas pela milícia de seu tempo, e como também, pelas lideranças politicas romanas, justamente neste que era o momento de derrocada daquele que havia sido o maior Império da História. [2]

A *Epitoma Rei Militaris* e a sua utilização pelas lideranças medievais

A Historiografia Militar Contemporânea tem encarado como uma clara evidência o fato de que esse manuscrito tardo-antigo, a *Epitoma Rei Militaris*, foi extensamente transcrito e traduzido em larga escala durante todo o Medievo, inclusive, com o objetivo claro de uso por muitos monarcas militares como, por exemplo, Carlos

Magno e Ricardo "Coração de Leão", que além de se apoiarem nestes escritos, ordenavam a sua leitura para todo o corpo de seu séquito militar.

Se este tratado militar produzido no século IV d.C encontrou uma enorme necessidade de reprodução literária durante o período, acreditamos que dessa receptividade sobressai uma utilidade prática, pois, em uma época em que o analfabetismo era uma tônica social, a transcrição de manuscritos demonstra um claro sentido utilitário, ficando claro que este manuscrito "era traduzido para ser lido, e não para ornamentar uma biblioteca" (RICHARDOT apud MONTEIRO, 2009, p. 121).

O sucesso obtido por este manuscrito durante o Medievo certamente se deve a um certo "teor premonitório" de seus escritos. Isto porque, boa parte do que está escrito nos livros que o compõem, principalmente o Quarto Livro, consegue "antecipar" questões que seriam cruciais no desenvolvimento da arte militar medieval. Um exemplo disso é a especial predileção dada por Vegécio à Policertica em alguns capítulos do Quarto Livro, quando este oferece um minucioso estudo sistemático sobre os cuidados que devem ser tomados quando se efetua a construção das fortificações e noutro ponto, o que se deve ser feito para rompê-las, utilizando-se para isso das maquinas de cerco e mais profundamente da aplicação maciça das chamadas guerras de desgaste.

A quantidade de manuscritos durante todo o período medieval evidencia como os homens daquele tempo nutriram especial interesse por essa obra de Vegécio. Inclusive, as posteriores traduções em línguas vernáculas nos informam, sobretudo, como se desejava que os ensinamentos vegecianos fossem expandidos o máximo possível, algo, até então, dificultado pelo latim, uma língua essencialmente do clero na época.

Marc Bloch, em sua obra clássica *A Sociedade Feudal*, ao demonstrar o modo como os intelectuais medievais nutriam um apreço especial pelos clássicos da Antiguidade, afirma que muitos daqueles homens se utilizavam cotidianamente da *Epitoma*, para resolver questões do ofício militar. Cita então o caso "daquele conde de Champagne, Henrique, o Liberal, que lia no original Vegécio e Valério Máximo; daquele conde d'Anjou, Godofredo, o Belo, o qual, para fazer construir uma fortaleza, recorria também a Vegécio" (BLOCH, 1982, p. 128).

Podemos obter a constatação deste interesse medieval pela *Epitoma*, a partir das estatísticas. Consta-se que dos 320 manuscritos sobreviventes da obra, apenas 6% destes são posteriores ao ano de 1500, portanto, sua natureza copista é praticamente, em quase

toda sua totalidade, de origem medieval (RICHARDOT apud MONTEIRO, 2009, p. 110).

Entretanto, é necessário que mencionemos que do século V ao século VII, a recepção da obra manteve-se em baixa. Seu apogeu veio, sobretudo, a partir da Alta Idade Média, principalmente durante o chamado *Renascimento Carolíngio*, quando a partir de suas *scriptorias*, Carlos Magno impulsiona o resgate da obra com um intuito utilitarista, uma vez que ele considerava fundamental a sua leitura por parte de todo o seu séquito militar.

Com efeito, a utilização da *Epitoma Rei Militaris* perpassa praticamente toda a história carolíngia. O monge Alcuino de York, um dos grandes mentores deste *Renascimento Carolíngio*, constantemente citava trechos desta obra em cartas trocadas com o soberano Carlos Magno. Posteriormente, outro intelectual de nome Rabano Mauro, procedeu também ao uso do manuscrito frente ao aconselhamento militar do soberano Lotário II. Carlos, o Calvo, também se utilizou de uma adaptação da *Epitoma* produzida por Fréculfe de Lisieux, que ao endereçar tal documento a este rei, esperava que "pudesse ser valiosa no desenvolvimento das táticas militares contra os vikings" (MONTEIRO, 2009, p. 123).

Outros tantos monarcas, príncipes e condes passaram por uma educação militar baseada no estudo e compreensão da *Epitoma*, de forma que, citá-los todos seria praticamente impossível, tamanha a dimensão dos casos possíveis.

O que se torna bastante visível é que a obra de Vegécio tornou-se rapidamente pertencente "à cultura de comando dos príncipes e dos capitães ocidentais" (RICHARDOT apud MONTEIRO, 2009, p. 127).

Essa utilização da *Epitoma* em cenário de guerra, ganha uma dimensão mais significativa quando da eclosão do movimento cruzadistico, haja vista que a obra passa a ser intensamente lida pelos cruzados. A primeira tradução para língua vernácula deste manuscrito foi feita neste peculiar cenário religioso-militar e teria sido feita, provavelmente, em 1271, como resultado de uma encomenda endereçada ao soberano inglês Eduardo I, que ainda jovem, passara um tempo em São João de Acre antes da mesma ruir nas mãos dos muçulmanos (MONTEIRO, 2009, p. 114).

Da Alta Idade Média em diante, a difusão e a recepção da *Epitoma* cresce gradativamente. Curiosamente, vale ser destacado que o primeiro autor "medieval" a citar a *Epitoma* em seus escritos, foi Isidoro de Sevilha no século VII ibérico. Entretanto, a difusão pela Península Ibérica foi mais tardia e em quantidade inferior.

Admite-se que até o século XIII apenas seis manuscritos da *Epitoma* foram produzidos naquela localidade. Como causa para tal número reduzido costuma-se apontar, geralmente, os impactos das aventuras da *Reconquista*.

No entanto, mesmo com o número reduzido de manuscritos, a recepção da *Epitoma* em solo ibérico, nos apresenta uma informação bastante importante, no que se refere à utilização ideológica e formativa da mesma.

Com o soberano castelhano Afonso X (1252-1284), a obra ganha um sentido especial naquela localidade. Este monarca, conhecido como "o Sábio", adaptou os escritos de Vegécio para dar corpo ao seu documento jurídico *As Siete Partidas*, procurando constituir aquilo que para ele deveriam ser os preceitos e as regras de sua Cavalaria (MONTEIRO, 2009, p. 126-127).

Foi no inicio da Baixa Idade Média que a *Epitoma* alcançou seu apogeu, tornando-se leitura obrigatória para os membros de uma aristocracia que passava a ser orientada pela Igreja através dos chamados *Espelhos de Príncipes*. O papel da Igreja nesse processo foi deveras crucial, pois os clérigos:

> Não apenas ofereciam a obra aos governantes como os incitavam a lê-la, pois os príncipes tinham a obrigação de conhecer a arte militar, de serem – como diria Salimbene de Parma acerca de 1260 – "docti ad proelium". A Tática e a Estratégia exigiam, afinal, muita cultura e reflexão (MONTEIRO, 2009, p. 123-124).

Conforme García Fitz, este reforço oferecido pela Igreja se dá porque aqueles viam-se na necessidade de se manterem sempre versados nos assuntos bélicos, a fim de assegurarem as lideranças de suas localidades, as faculdades necessárias para desempenharem com competência suas atribuições, haja vista que:

> Como se entendía que las batallas podrian llegar a ser tan determinantes para el transcurso de la historia, todo aquel que pretendiera transmitir a los poderosos, a los que tenían em sus manos la toma de decisiones, las enseñanzas precisas para el gobierno de las tierras y de los hombres, tenía que detenerse a reflexionar sobre la guerra en general (...). La Literatura didáctica, desarrollada por tratadistas que aspiraban a educar a los príncipes o a los nobles, no podia dejar pasar la ocasión de aconsejar a sua posibles discípulos sobre aquellos hechos: los apercebimientos sobre la prudência del rey a la hora de valorar sus próprias fuerzas o sobre la necesidad de mantener el orden, la constância y la disciplina de los ejércitos, sobre la selección de los reclutas y su instrucción, la elleción del momento y lugar del enfrenatamiento, la disposición de las tropas, los movimientos de los efectivos, los engaños del enemigo a los estímulos a los guerreiros (...) (GARCIA FITZ, 2005, p. 56-57).

Conclusão

No Medievo, fazendo-se valer de um principio vegeciano a qual afirma que é sempre mais prudente procurar "dominar o inimigo pela fome, por ataques de surpresa

ou pelo terror do que pelo combate" (MONTEIRO, 2009, p. 326) se fornece à Guerra claramente uma substancial melhoria não somente nas táticas defensivas em geral, mas como também naquilo que se refere ao aprimoramento da utilização das máquinas de cerco durante a execução das guerras de desgaste.

O que dizer da hábil investida militar efetuada pelo cavaleiro castelhano Rodrigo Diaz de Vivar, o *El Cid*, em 1094, quando de sua ofensiva militar visando à tomada do território de Valência, na qual, ao acercar-se da grande fortificação que protegia e circundava aquele antigo território muçulmano, procura se utilizar de uma extensa guerra de cercos, sitiando a cidade por um largo espaço de tempo, impedindo a entrada de alimentos naquela localidade. Com isso, sua cartada final orienta seu séquito para que aqueles arremessassem, através de catapultas, alimentos em direção à população que engendra aquela fortificação. Sedentos de fome os muçulmanos sitiados acorrem para fora das muralhas e o *Cid* então consegue tomar a fortaleza. Fica claro que, com esta atitude:

> A estratégia utilizada por Rodrigo foi a de cortar o suprimento à cidade por meio de devastações sistemáticas no seu lado terrestre (...). Ele conseguiu derrubar a moral dos cidadãos de Valência com ataques – relâmpago a seus subúrbios e com os rumores – talvez verdadeiros – de suas atrocidades. (FLETCHER, 2002, p. 218-219).

Foi desta maneira que Rodrigo Diaz de Vivar conseguiu tomar o território de Valência no ano de 1094. Com esta hábil utilização de empreitadas militares sustentadas nas práticas de cerco, durante o inverno valenciano de 1093-1094, *El Cid* fez com que os muçulmanos iniciassem as negociações visando determinar os termos da rendição.

A sapiência desse dirigente militar em se utilizar em especial de um mecanismo, a fome, se tornou parte primordial na tomada desta cidade amuralhada, tendo sido, inclusive, descrita no *Poema de Mio Cid*, escrito, aproximadamente, em 1207, por um clérigo poeta de nome Per Abbat.

Per Abbat, ao anunciar o projeto expansionista de *El Cid* frente a Valência, acaba por praticamente resumir o principal manejo tático utilizado por esse líder militar durante a sua atividade de conquista. Desta maneira, nos informa que:

> A los de Valença escarmentados los han
> non osan fueras exir nin com el se ajuntar;
> tajava les las huertas e fazia les grand mal;
> en cada uno destos años mio Çid les tolio el pan
> (*PMC*, estrofe 72, versos 1170-1173, p. 188).

Se *El Cid* estava imbuído dos conhecimentos transmitidos pela *Epitoma* nunca saberemos. Entretanto, sua atitude demonstra que, por um lado, aqueles dirigentes militares estavam sim bem nutridos de atitudes táticas e estratégicas, e noutro sentido, de forma indireta, a herança transmitida por este tratado militar romano tardo – antigo no decorrer de toda a Idade Média.

Diante de tudo isto, acreditamos ter sido possível demonstrar como a *Epitoma Rei Militaris* notoriamente figurou como o clássico militar mais lido no Ocidente Medieval, o que deve ser encarado como algo bastante significativo quando temos em vista que "a guerra era a terceira matéria de estudo da cultura medieval, logo depois da religião e da retorica" (RICHARDOT apud MONTEIRO, 2009, p. 132).

Como o maior e mais completo Compêndio sobre a Arte militar, a *Epitoma Rei Militaris* figuraria assim, durante todo Medievo, como a base desta disciplina tão útil na vida de uma sociedade que desde sempre era voltada para a guerra.

Notas:

[1] Convém destacar que esta percepção tem sido combatida graças a uma nova corrente historiográfica que tem se empenhado em dar à guerra medieval, uma caracterização mais justa e consoante ao que se efetuava em seu tempo. Certamente, um dos grandes contribuintes neste sentido, é o medievalista espanhol Francisco García Fitz que, tem procurado demonstrar como as lideranças militares castelhanas no decorrer da Idade Média Central, durante o chamado Processo de *Reconquista,* se utilizavam de eficientes artifícios militares e políticos, com um forte embasamento tático e estratégico, a fim de obter a concretização de seus objetivos territoriais e políticos.

[2] Vegécio, em sua obra, destacava que, aquilo que para ele haviam sido as principais virtudes militares e politicas romanas durante seu apogeu, primeiramente durante a República e posteriormente durante o Alto Império: a disciplina, a hierarquia e o manejo da tática e da estratégia. Para ele, estas noções estavam sendo gradualmente esquecidas durante o decorrer do Baixo Império pelas lideranças romanas. Como consequência, os clássicos historiadores militares de nosso tempo, ratificavam esta questão, estendendo esta visão e reforçando que a Idade Média só encontrou a concretização máxima destas perdas: não há mesmo disciplina, hierarquia militar e, muito menos, comportamento tático-estratégico de qualquer ordem do século V em diante.

Referências Bibliográficas

ANÔNIMO. **Poema de Mio Cid**. Edición de Colin Smith. Madrid: Cátedra, 2001.

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 1982.

CARDINI, Franco. Guerra e Cruzada In: LE GOFF, Jacques ; SCHMIDT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru, SP; São Paulo, SP: EDUSC; Imprensa Oficial do Estado, 2002. 2v. V. 1. p. 473-487.

FLETCHER, Richard. **Em Busca do El Cid.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.

GARCÍA FITZ, Francisco. **Las Navas de Tolosa.** Barcelona: Ariel, 2008.

_____. ¿Hubo estrategia en la Edad Media? A propósito de las relaciones castellano-musulmanas durante la segunda mitad del siglo XIII. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: História**, Porto, série II, v.15, n. 2, p. 837-854, 1998, p.842.

VEGÉCIO. **Compêndio da Arte Militar. (*Epitoma Rei Militaris*)**. Tradução de João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga. Estudo introdutório, comentários e notas João Gouveia Monteiro. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

PATRIOTISMO E RELATOS COTIDIANOS NAS CARTAS DOS PRACINHAS SERGIPANOS [1]

Autora: Marlíbia Raquel de Oliveira
Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET/História/UFS
Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente – GET/CNPq/UFS
marlibia@getempo.org

Orientador: Profº. Dr. Dilton C. S. Maynard – DHI/UFS

Introdução

Durante longo tempo muitos mitos circundaram a formação da Força Expedicionária Brasileira e sua atuação na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Isso se deve entre outros fatores, aos entraves enfrentados para a criação do corpo expedicionário, a inserção nele de milhares de Pracinhas convocados ou voluntários, inexperientes, a literatura memorialista romantizada do grupo e o pouco interesse acadêmico sobre o assunto.

Nas últimas décadas, porém, a mitificação da FEB a qual nos referimos acima sofreu significativas mudanças. O número de trabalhos abordando a temática aumentou, possibilitando o esfacelamento de ideias errôneas até então cristalizadas na historiografia do país bem como no imaginário popular. Hoje sabemos, por exemplo, que os Pracinhas brasileiros não eram de forma generalizada "raquíticos, desdentados e analfabetos". Sobre os dois primeiros adjetivos, documentos e relatos de ex-expedicionários comprovam que tal afirmação não possui fundamento. Tabelas e relatórios descrevem o bom estado de saúde das nossas tropas. Antes de serem admitidos no corpo do Exército, os futuros combatentes passavam por exames médicos, ou seja, havia uma triagem e aqueles que não possuíssem condições físicas adequadas eram reprovados (MAXIMIANO, 2010, p. 56-67).

Analfabetos entre os expedicionários de fato existiam, afinal, àquela altura o Brasil possuía uma elevada taxa de analfabetismo. Entretanto, o expressivo número de correspondências, livros de memória e jornais confeccionados pelos regimentos, como o *"... E a Cobra Fumou!"* e o *"Cruzeiro do Sul"* são provas de que muitos Praças sabiam ler e escrever (MAXIMIANO, 2010. p, 306-312).

Trazendo essa análise para o caso sergipano, encontramos no jornal *Correio de Aracaju* (1945), mais especificamente, na coluna intitulada Expedicionários Sergipanos, trechos de cartas escritas pelos Pracinhas de Sergipe aos seus familiares, evidenciando que o nosso contingente foi também formado por indivíduos que haviam frequentado instituições de ensino.

Através do *Correio* são estudados trinta e seis Pracinhas. Destes, temos compiladas seis cartas, cada uma de um autor diferente. A partir de agora pretendemos observar o conteúdo das mesmas buscando enfatizar os discursos patriotas e as experiências vividas por alguns dos expedicionários sergipanos na Europa.

Os conteúdos das cartas

A notícia da viagem para a Itália com o objetivo de atuar na Segunda Guerra causou enorme expectativa entre os soldados brasileiros. Muitos dos Pracinhas, incluindo os sergipanos, jamais haviam deixado seu estado de origem e as noções que tinham a respeito de uma guerra era apenas as apresentadas durante o precário treinamento da FEB no Rio de Janeiro. A partir disso, podemos imaginar o tamanho da

dificuldade e do receio sentidos por estes homens ao partirem em busca do "desconhecido".

Em solo europeu, os chamados a cumprir o dever com a Pátria, e se fosse o caso, morrer por ela puderam ter verdadeira noção da magnitude do conflito. A princípio, ficaram admirados frente ao poderio do equipamento militar americano e alemão. Receberam dos nossos "irmãos do norte" instruções sobre armadilhas, o combate e o manejo de armas. De todo modo, a inexperiência logo seria substituída pela forma prática de aprendizagem, o campo de batalha. Nele os *febianos* foram batizados com sangue. Precisaram criar antipatia, enfrentar o inimigo "tedesco", como ficou conhecido entre brasileiros e italianos o alemão, o frio, o perigo e a lama das trincheiras, buracos, os Foxholes, onde ficavam vigiando o terreno, as precárias condições de higiene, ferimentos, o cansaço de meses sem dormir direito, a monotonia da solidão e do barulho ininterrupto. Como se não bastasse, tiveram ainda que vencer o próprio inimigo psicológico, o sentimento de culpa, impotência, e o terrível medo da morte.

Um conjunto de empecilhos se colocava a frente dos Pracinhas: inimigos experientes, clima e cultura militar diferente dos quais estavam acostumados. Mas, diante dessa realidade qual alicerce sustentava a coragem desses soldados? O sentimento nacionalista. Naquele instante, o Brasil vivia a ditadura do Estado Novo imposta por Getúlio Vargas. O país estava imerso numa economia e política voltadas para o nacionalismo. E é exatamente esse discurso patriota que rege as expectativas dos brasileiros quanto à guerra.

De modo ilustrativo, vejamos um trecho da carta do soldado voluntário João Lessa Matos, escrita para sua mãe Josefa Francisca Lessa quando ele ainda estava no Rio de Janeiro, e, portanto, antes de viajar para o front:

> Mamãe, peço que não se preocupe comigo, pois sabe que vou cumprir o meu dever para com a minha querida pátria. A senhora deve orgulhar-se de ter um filho que vai lutar pela liberdade de todos. Peço que não fique tristonha. Quero que confie em Deus e espere a minha volta, coberto de gloria. Se acaso tombar no campo de batalha, será motivo para maior orgulho, porque meu sacrifício não será em vão (Correio de Aracaju, 3 de Março de 1945, p. 4.)

Ao analisarmos tal carta notamos o respeito por parte do expedicionário a sua mãe, a fé cristã proclamada e, claro, a supervalorização da pátria e o orgulho em defendê-la. Bem próximo a essa ideia, apresentamos as palavras do tenente sergipano Dulcelino de Carvalho Tavares:

> Servirei no 1º Regimento de Infantaria da Capital da República. Este regimento é um dos três que estão designados para seguirem dentro de pouco tempo com o Corpo Expedicionário. Não quero absolutamente que esta minha decisão seja interpretada como falta de amor a minha família. Ela deve ser interpretada como uma questão de honestidade profissional e eu me sinto orgulhoso em praticá-la no início de minha vida de oficial (Correio de Aracaju, 2 de Março de 1945, p. 4.)

Dulcelino era filho de um farmacêutico da cidade de Propriá, o rapaz mulato havia ingressado no serviço militar em março de 1940 quando se mudou para o Rio de Janeiro. Após alguns anos e ascensões de patente, seguiu para o front aos 23 anos de idade.

Como explícito na primeira epístola, esta também nos indica o assumir da responsabilidade e o cumprimento satisfatório do dever para com a pátria brasileira. O expedicionário parece saber das dificuldades que o espera, mesmo assim, demonstra sua convicção de se necessário for, sacrificar sua vida em prol da coletividade.

Em 1942, a partir da declaração de guerra do Brasil contra os países do Eixo a imprensa nacional passou a divulgar intensamente o conflito. Tentando convencer a sociedade sobre a decisão acertada do presidente, bem como aliciar jovens a voluntariar-se para fazer parte da FEB, ela passou neste sentido, a utilizar sem medir exageros adjetivos patrióticos encorajadores. No referente aos Pracinhas sergipanos, os jornais locais os apresentavam por meio de um texto repleto por estes tais adjetivos. Dessa forma, era bastante comum, para não dizer regra, o uso dos termos: “heróis”, “valentes”, “guerreiros”, “amantes da Pátria”, “destemidos”, “bravos”, dentre outros.

Nos periódicos da época, a frente de qualquer nota publicada sobre a Segunda Guerra era evidenciada a importância de se garantir a soberania da democracia mundial e suas práticas, defender a nossa nação da doutrina nazista e vingar os brasileiros mortos nos atentados alemães na costa. Tais pensamentos eram igualmente expressos nas correspondências enviadas pelos expedicionários. A seguir temos dois exemplos:

O primeiro consiste no relato do Pracinha Edson de Moura Barreto para o seu tio Finelon José de Moura morador da cidade de Maruim. Na ocasião ele escreveu: “De um ponto qualquer da Itália, isto é, da minha banca de campanha localizada no campo [...] passo a escrever mais uma carta. Aqui estou defendendo o direito, a liberdade do nosso Brasil de amanhã.” (Correio de Aracaju, 14 de Fevereiro de 1945, p. 6.)

O segundo apresenta trechos de cartas enviadas pelo soldado convocado Wilson Ribeiro Bomfim enquanto ele esteve no front italiano. As correspondências geralmente eram endereçadas a sua tia Judite de Oliveira Ribeiro, professora da Escola Normal Rui

Barbosa em Aracaju. Nelas enxergamos um caloroso sentimento patriota e o convicto conhecimento em relação aos motivos que o faziam lutar: “estou combatendo em favor da justiça e da liberdade dos povos, contra o barbarismo, em favor da civilização.” (Correio de Aracaju, 15 de Junho de 1945.p. 2.)

Em outra correspondência datada de 20 de outubro de 1944 ele se refere a saudade dos parentes e a satisfação de vingar a morte de um amigo e servir ao Brasil:

> Apezar [sic] de sentir saudades do meu pai, irmãos e parentes, estou satisfeito, pois tive esta oportunidade de, como vos disse uma vez, vingar a morte de um grande amigo fôra [sic] covardemente trucidado pelos piratas alemães, nos torpedeamentos em nossas próprias águas. Em minhas orações peço a Deus muita saúde para dar com eficiência cumprimento ao meu dever, elevando bem alto o nome do nosso grande Brasil (Correio de Aracaju, 15 de Junho de 1945.p. 2.)

Descreveu ainda noutra oportunidade, o orgulho de pertencer ao regimento vitorioso em Monte Castello, teceu elogios aos comandantes da FEB e criticou a honra do exército alemão:

> [...] como deve ser do vosso conhecimento o meu regimento (Regimento Sampaio) acaba de conquistar Monte Castelo, um ponto estratégico alemão, graças a competência dos nossos comandantes que sabem instruir e conduzir seus bravos comandados que não temem nem exitam diante do traiçoeiro e covarde soldado alemão (Correio de Aracaju, 15 de Junho de 1945.p. 2.)

Wilson era filho de José Alves Bomfim, funcionário aposentado do Departamento dos Correios e Telégrafos e Petrina Ribeiro Bomfim. Ele tombou no front aos 25 anos em 14 de abril de 1945 durante Montese.

O cotidiano de uma guerra é marcado por cenários devastados, mortes, tensão e constante perigo. Os momentos de lazer nos campos de batalha e até nos acampamentos são muito raros. Assim, para aliviar a ansiedade era comum que os expedicionários adotassem alguns hábitos, entre eles, o consumo de cigarro, álcool e a troca de correspondências.

As notícias recebidas dos familiares lhes causavam enorme alegria e emoção, ajudava-os psicologicamente a buscar alcançarem o êxito nas operações de combate conta o inimigo para poder retornar ao lar o mais depressa possível. De forma inversa, as informações sobre os próprios enviadas ao Brasil tranquilizavam os parentes e amigos.

Corroborando neste sentido, o soldado aracajuano Aloysio Plácido Almeida expressou sua satisfação ao redator do *Correio de Aracaju* em resposta ao fato do periódico ter publicado cartas enviadas pelo expedicionário aos familiares. Na Itália Aloysio recebeu o jornal e em forma de agradecimento escreveu:

> Em nome de todos os brasileiros meus irmãos que aqui contribuem com uma parcela de sacrifício em holocausto de uma causa, eu lhe agradeço Sr. Redator, com toda a singela sinceridade como só mesmo nós brasileiros sabemos agradecer o que pedimos.
> E aqui ficamos nesta velha e cansada Europa, para destruir o que a nós se opõe, antes que os males da guerra atinjam a nossa terra e a nossa gente.
> Estamos sob o comando de chefes aliados. O nosso Exército é grande e potente e nele se confundem soldados de todas as raças combatendo lado a lado, e morrendo com a mesma fé, soldados de uma única causa.
> [...] E este é o simples, humilde, o único "muito obrigado" que sinceramente lhe pode retribuir este pequeno soldado que luta por uma grande causa! (Correio de Aracaju, 22 de Março de 1945.p. 5.)

Ainda em relação às formas de lazer, menos frequente, mas recebido como prêmio por parte dos Pracinhas era o dia que podiam realizar boas refeições e tomar banho, isso feito com tranquilidade, sem aquele habitual estado de guarda.

Um desses poucos períodos de descanso foi relatado pelo Pracinha sergipano Nivaldo Prado Fontes por meio de uma extensa carta enviada a sua irmã, a professora Dalva Prado Fontes. A família do expedicionário, nascido na cidade de São Cristóvão, residia na capital.

Nivaldo foi convocado em 1942 e dentro da FEB fez parte do 9º Batalhão de Engenharia. Durante o curso para tornar-se engenheiro precisou viajar para Escola Norte Americana onde recebeu maiores instruções e o diploma. Nessa ocasião, teve a oportunidade de visitar Nápoles, Caserta e Roma. Nas linhas por ele redigidas deixou transparecer o quão maravilhado ficou diante desta última cidade italiana:

> [...] Os 3 dias que lá passei foram aproveitados integralmente, minuto por minuto, segundo por segundo.
> Conheci tudo quanto havia de histórico, como seja: o Panteon Romano, o Coliseu, o célebre e antiquíssimo Fórum Romano, o Capitólio, o Arco de Constantino, a Catedral de São Geovani, o grande monumento ao Rei Vitório Emanuel, onde se acha erguido o túmulo do soldado desconhecido da 1ª Grande Guerra, o monumento a Garibaldi, e finalmente o tradicional palácio de Veneza, além de muitos outros belíssimos monumentos. Por último visitei com grande interesse a famosa e notável cidade do Vaticano, onde se acha construída há vários séculos a incomparável Basílica de S. Pedro ou seja a igreja do Papa.
> Para falar de tudo que existia na Basílica uma semana seria pouco. [...] (Correio de Aracaju, 31 de março de 1945.p. 2.)

Adiante ele surpreende ao dizer:

> [...] Tudo isto, Dalva, que lhe acabo de escrever ainda não diz da minha maior ventura em Roma que foi a de ter falado pessoalmente com o Papa. Tive esta sorte pois é privilégio especial para os militares que passam em Roma.
> Tenho comigo alguns rosários bentos por ele que os guardarei até minha volta e aí distribuí-los pessoalmente, se Deus quiser. O mais bonito de todos está reservado para minha mãe. [...] (Correio de Aracaju, 31 de março de 1945.p. 2.)

.

Nivaldo era católico. Em certo momento da carta ele refere-se nostalgicamente a um certo Padre: "Recordei-me muito do nosso Pe. Nelson". Ver pessoalmente, poder cumprimentar e receber do maior representante da Igreja na terra palavras de conforto causou sem dúvida no Pracinha grande emoção. A circunstância, porém, que permitiu a ele essa oportunidade era triste, tornando a benção invocava pelo Papa naquele instante ainda mais especial.

Em outro trecho, o sergipano enfatizou orgulhoso o próprio empenho para merecer o convite e completar seus estudos sob tutela dos norte-americanos. Foi essa chance que o permitiu fazer essa viagem. Experiência de lazer rara em tempos de guerra.

A seguir, após agradecer os presentes recebidos pelos seus familiares, comentar sobre a precariedade dos serviços de transportes de encomendas e correspondências, descrever minuciosamente os lugares que visitou, ele termina a carta enviando recomendações a todos os parentes e amigos.

Considerações Finais

As cartas redigidas pelos Pracinhas se configuram em variados relatos sobre as expectativas antes de seguirem para a Europa, o cotidiano da guerra e impressões táticas da FEB. Elas deixam transparecer emoções, crenças, intimidades, hábitos e formas de pensar de uma determinada época.

De modo homogêneo, todas apresentam um discurso carregado de patriotismo que excessivamente justifica os sacrifícios do autor na guerra. Era preciso defender as nações da tirania nazista. Lutar a favor da democracia.

É importante ressaltar que há certa contradição nessa "homilia ideológica" enfatizadora da democracia nacional, pois não podemos esquecer que no período em

questão o país estava sob tutela do Estado Novo, regime político considerado um dos mais repressivos da história do Brasil.

Infelizmente o jornal não informa as datas em que as cartas foram escritas, sabemos apenas que todas foram publicadas pelo *Correio* em 1945. Como eram destinadas aos pais ou parentes próximos, entende-se que os expedicionários sergipanos não eram casados. Também não foram encontradas informações a respeito de possíveis namoros.

Nota

[1] Esta pesquisa conta com o apoio Edital CNPq/CAPES Nº 07/2011.

Referências Bibliográficas

a) Artigos e livros:

ALBINO, Daniel. Cobra Fumando: a Força Expedicionária Brasileira na Campanha da Itália (1944-1945) In: SILVA, Francisco Carlos T. da, SCHURSTER, Karl, LAPSKY, Igor, CABRAL, Ricardo, FERRER, Jorge. (Coord.) **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.p.321-342.

MAXIMIANO, César Campiani. **Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial.** São Paulo: Grua, 2010.

MAYNARD, Andreza, MAYNARD, Dilton C. S. **Dias de Luta: Sergipe na Segunda Guerra Mundial.** São Cristóvão(SE), Campina Grande (PB): EDUFS/EDUFCG, 2011.

MCCANN Frank D., FERRAZ, Francisco César Alves. A participação de brasileiros e norte-americanos na Segunda Guerra Mundial. Tradução de Beatriz Meneguetti. In: MUNHOZ, Sidnei J., SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (Orgs.). **Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI.** Maringá: Eduem, 2011.

SANTOS, Maria Nely dos. **A Participação de Sergipe na II Guerra.** São Cristóvão/SE: UFS/PDPH, s/d. Mimeo.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

b) Jornais:

Correio de Aracaju. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). Material digitalizado. Aracaju, 1942-1946.

Expedicionários Sergipanos. **Correio de Aracaju**. Ano XXXIX. Nº 3.857. Aracaju, 02 de março de 1945.p. 4.

Expedicionários Sergipanos. **Correio de Aracaju**. Ano XXXIX. Nº 3.858. Aracaju, 3 de março de 1945.p. 4.

Expedicionários Sergipanos. **Correio de Aracaju**. Ano XXXIX. Nº 3.874. Aracaju, 31 de março de 1945.p. 2.

Morreu lutando pelo Brasil e pela liberdade dos povos. **Correio de Aracaju**. Ano XXXIX. Nº 3.930. Aracaju, 15 de junho de 1945.p. 2.

Folha da Manhã. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). Material digitalizado. Aracaju, 1942-1948.

OUVINDO AS CRIANÇAS E DESCOBRINDO SEUS INTERESSES, PREFERÊNCIAS E MOTIVOS PARA GOSTAR DE BRINCAR NA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Autora: Paula Rejane Tamires Resende
Graduanda em Pedagogia – UFS

Co - Autora: Tamires Guilherme Gomes
Graduanda em Pedagogia – UFS

Orientadora: Tacyana Karla Ramos Gomes (DED/UFS)

1. Introdução

Inicialmente cabe destacar que o presente trabalho busca empreender uma investigação onde as crianças sejam parceiras, pois reconhecemos que elas são portadoras de conhecimento sobre a realidade social com a qual interagem, sendo de

fundamental importância a escuta de seus interesses e opiniões como formas de acesso às práticas educativas lúdicas que favoreçam o seu desenvolvimento na creche.

Para dar conta de tal intento, buscamos suportes conceituais da Sociologia da Infância que retratam as mudanças no jeito de reconhecer as potencialidades sociais das crianças dentro da sociedade e a importância da escuta de crianças em pesquisas por meio de instrumentos participativos de recolha de suas vozes, pautados na ética necessária ao desenvolvimento deste trabalho.

Nesse sentido, escolhemos teóricos (FERREIRA, 2002; CORSARO 2002, 2004; BORBA, 2005; SARMENTO, 2008; VASCONCELLOS e SARMENTO, 2007; MÜLLER, 2010, dentre outros) que têm constituído produções acerca da infância e da brincadeira entre crianças.

O presente estudo tem como objetivo central analisar os motivos para as crianças gostar de brincar, na instituição de Educação Infantil, tanto em ocasiões de livre preferência como durante as ações pedagógicas propostas pela sua professora.

Para o alcance dos objetivos elencados foram elaboradas atividades geradoras de depoimentos das crianças sobre o tema alvo das nossas investigações.

2. Desenvolvimento

A Sociologia da Infância coloca as crianças como parceiras na investigação e reconhece que elas são sujeitos sociais produtores de conhecimento, passando a ouvi-las, tanto na perspectiva analítica quanto interpretativa, o que vem de encontro com as metodologias tradicionais de investigação, que reduzem as crianças a simples objetos de estudos (CORSARO, 2004, 2005; CRUZ, 2008; LEE, 2010; PROUT, 2010).

A esse respeito, Soares, Sarmento e Tomás (2004) ampliam nosso argumento quando explicam que:

> Considerar a participação das crianças na investigação é um passo decorrente da construção de uma disciplina das ciências sociais que procura "ouvir a voz das crianças", isto é, que assumem que as crianças são actores sociais plenos, competentes na formulação de interpretações sobre os seus mundos de vida e reveladores das realidades sociais onde se inserem (p.2).

Os autores citados esclarecem ainda que:

> A investigação é assim considerada como um processo de participação social, no qual é fundamental considerar um equilíbrio mutuamente

> possível, de autonomia, cooperação e hierarquia com e entre pessoas, sendo a tomada de decisão partilhada entre todos os parceiros do processo de investigação (p.8).

Tais metodologias de pesquisas buscam capturar os pontos de vistas e opiniões das crianças, numa relação participativa entre o investigador e o investigado, ou seja, a criança e o adulto pesquisador compartilham saberes, mantendo assim, de ambas as partes, uma participação interativa (CRUZ, 2008; CAMPOS, 2008).

Ressaltamos que tal postura teórica foi incorporada aos procedimentos da presente investigação, pois consideramos que as atividades e brincadeiras espontâneas das crianças na instituição de educação infantil são linguagens não verbais (BRASIL, 2009), nas quais a criança expressa ideias e opiniões, mostrando como ela interpreta e enxerga o mundo (CORSARO, 2011).

A pesquisa do tipo etnográfica foi escolhida por se enquadrar melhor no tipo da presente investigação que visa à participação ativa das crianças (CORSARO, 2004; 2005; 2009). Os outros instrumentos de produção de dados utilizados foram os registros escritos em forma de diários de campo e videogravação.

O campo empírico da pesquisa é uma instituição pública municipal de Educação Infantil da cidade de Aracaju/SE. A referida instituição atende crianças, com faixa etária variante entre 0 a 4 anos de idades, economicamente desfavorecidas, moradoras das áreas próximas à unidade educativa. Participaram do estudo 25 crianças de ambos os sexos, com idades entre 3 e 4 anos, integrantes do agrupamento etário denominado *Maternal III*.

Cabe destacar que, antes da coleta de dados ser efetivada, o presente estudo foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, recebendo autorização para o início dos trabalhos.

Para o alcance dos objetivos elencados foram elaboradas pelas pesquisadoras quatro tipos de atividades geradoras dos depoimentos das crianças sobre o tema alvo de investigações.

As interações das crianças, seus modos próprios de agir e depoimentos durante as atividades propostas pelas pesquisadoras foram eleitos como os conteúdos principais da observação e produção de dados.

2.1 Resultados e discussões

Do conjunto de dados coletados e descritos, recortamos três das principais situações interativas que são reveladoras das preferências das crianças sobre o brincar, com o intuito de realçar os pontos de análise eleitos para apresente investigação e que serão debatidos a seguir.

2.1.1 Transgressões das crianças e explorações do contexto físico ao falar sobre o brincar para as pesquisadoras

> EPISÓDIO 1: *As crianças se mantêm dispersas durante a atividade II*
> INTEGRANTES: Lucas Gabriel (3 anos) e Vitória Grazielly (3 anos)
> DATA DA COLETA: 12/04/2012
> DESCRIÇÃO: As pesquisadoras iniciam a história, mas as crianças não se põem atentas à cotação da narrativa. As duas crianças pulam nos ursos nos quais estão sentadas. Uma pesquisadora continua a contar a história: "Tia Zizita brincava com sua turma, sabe de quê? (pausa). Ela brincava de boneca!". Neste momento, uma das pesquisadoras se direciona para Vitória Grazielly e lhe pergunta: "você gosta de brincar de boneca? Ela se direciona para a outra pesquisadora que esta gravando a cena, igualmente a Lucas Gabriel. A pesquisadora continua contando a história: "ela gosta de brincar de carrinho" (pausa). Ela brincava de casinha! E ela sempre pegava uma caixa cheia de brinquedos e distribuía para as crianças!". Lucas Gabriel se deita sobre o urso no qual estava sentado. Depois olha Grazielly, depois a toca usando o pé, neste momento a garota retribui os olhares e em seguida, bate com uma das mãos numa tela pregada na parede. As pesquisadoras tentam chamar a atenção da menina, continuando a história: "ela distribuía todos os brinquedos para as crianças para brincar também com elas!" No mesmo instante em que a pesquisadora tenta continuar a história, dizendo: "então eles sentavam e sempre brincavam com tia Zizita", Lucas Gabriel imita a ação de Grazielly. Grazielly repete mais duas vezes a ação, Lucas quis repeti-la, mas Grazielly o empurra e verbaliza: "pare!". Uma pesquisadora tenta controlar a situação, indagando: "sabe o que é que tia vai pedir para vocês fazerem agora?" As crianças não se importam com a fala dela e continuam envolvidas em suas ações.

Como se faz notar, as crianças se mantêm muito dispersas, e de certa forma negando a sua participação, deixando isto visível em diferentes ações, tais como pular nos ursos, bater na parede, chamando a atenção um do outro com o toque dos pés.

Como já foi citado, o trabalho proposto aqui é em parceria com as crianças, cujo objetivo central é dar a voz para elas. Concordamos que as crianças têm todo o direito de se negar a participar ou conceder a sua participação, pois estamos desenvolvendo uma pesquisa na qual defendemos a perspectiva em que o pesquisador respeita e acolhe suas manifestações (SOARES, SARMENTO e TOMÁS, 2009).

EPISÓDIO 2: *A busca pela exploração dos materiais utilizados na atividade proposta*
INTEGRANTES: Maria Eduarda (3 anos), Daviny (3 anos), Lucas Gabriel (3 anos) e Maria Clara Bonfim (3 anos)
DATA DA COLETA: 17/04/2012
DESCRIÇÃO: As crianças estão pintando na sala de aula. Uma pesquisadora pergunta para Eduarda: "qual o desenho que você está pintando, Duda? (pausa) O da brincadeira com as professoras ou com os amiguinhos?" A garota aponta um desenho com o lápis de cor e continua a pintar. A pesquisadora refaz a pergunta: "você prefere brincar com quem aqui na creche?" A garota para e lhe diz: "de carro". A pesquisadora pede para ela repetir o que tinha dito e, em meio a um leve sorriso, ela diz: "com um carro". A pesquisadora perguntou mais uma vez: "e com quem você brinca de carro?" Eduarda volta a pintar e responde: "com os amiguinhos". A pesquisadora se direciona à Daviny, perguntando: "e você, Daviny?" A menina, em meio a um sorriso, olha para ela e diz: "eu gosto de brincar de carrinho". A pesquisadora pergunta: "e com quem você gosta de brincar?" Daviny olha para o desenho e, apontando com o lápis, fala: "eu gosto de brincar de professora". A pesquisadora passa a interrogar Lucas Gabriel, perguntando-o: "Lucas, você está pintando qual desenho?" Ele olha para o desenho e aponta (com o dedo indicador enquanto segura um lápis de cor na mão) para o desenho cujos personagens são crianças brincando com a professora. Em seguida, Daviny se levanta. Lucas pega o desenho de Daviny, o coloca ao lado do seu, começa a pintá-lo com um lápis de cor em cada mão, revezando, ora pintando de azul (mão direita) ora pintando de vermelho (mão esquerda). A pesquisadora tenta chamar a atenção do garoto para as perguntas sobre o brincar. Ele sorri para ela, entrega seu desenho e continua pintando o desenho de Daviny. Em seguida, entrega o desenho e os lápis para uma das pesquisadoras, levanta-se da cadeira e senta-se no parapeito da área de ventilação. A pesquisadora passa a interrogar Maria Clara: "você gosta de brincar de quê, Maria Clara, aqui na creche?" Olhando para a pesquisadora enquanto arruma o lápis de cor em sua mão, ela lhe diz: "de esconde-esconde". A pesquisadora exclama: "é mesmo!" A garota continua: "de corre-corre". A pesquisadora continua interlocução, dizendo: "e com quem você gosta de brincar?" Maria Clara responde: "de... de... de bola-bola". A pesquisadora pede para que ela repita, então ela diz: "de bola-bola". A pesquisadora repete a pergunta: "com quem?" A garota, ajeitando os lápis de cor que estavam em uma das mãos, responde: "com Weverton (Everton)". A pesquisadora exclama: "é mesmo! Então você gosta mais de brincar com seus amigos do que com tia Zizi?" A menina afirma, balançando a cabeça, e passa a observar uma das pesquisadoras conversando com seus colegas.

Cabe ressaltar que a atividade exploratória do grupo apresentou-se de diferentes maneiras, pois as crianças demonstram interesses em pegar a filmadora, olhar o que estava acontecendo na filmagem; também buscavam brincar com os objetos do local de realização da atividade de pintura, como por exemplo, no uso do espaço de recreação

nas situações em que se dirigiram aos brinquedos, balanço e bolas. Além disso, as crianças demonstraram querer participar das atividades com as pesquisadoras, pois ficavam eufóricas com a saída da sala, correndo pelo corredor, subindo apressadamente as escadas (Diário de campo, 17/04/2012).

2.1.2 As crianças revelam suas preferências

> EPISÓDIO 3: *As crianças brincam com o seu brinquedo predileto dentro da creche I*
> INTEGRANTES: Daviny (3 anos), Haley (4 anos), Milena (3 anos) e Maria Clara Jesus (3 anos)
> DATA DA COLETA: 12/04/2012
> DESCRIÇÃO: As crianças estavam sentadas, outras deitadas no chão enquanto brincavam com as massinhas. Uma pesquisadora pergunta para o grupo: "de que você mais gosta de brincar aqui na creche?" Daviny é a primeira a falar e, sorrindo, responde: "eu gosto de bolinha." A pesquisadora refaz a pergunta e a garota olha para seu lado direito, se levanta e fala: "eu gosto desse daqui, ó!". Depois corre em direção a um balanço em forma de baleia. A pesquisadora se aproxima da garota e a menina aponta mais uma vez para a baleia. Em seguida, aponta para uma bola pequena que está em meio a outros brinquedos no chão. Depois retorna para o local onde estão as outras crianças. A pesquisadora passa a conversar com Milena: "o que você está fazendo, Milena?" A garota lhe diz: "tô fazendo pegadas" (ela está anexando levemente a massinha no chão dividido em vários círculos pequenos). A pesquisadora pergunta para Milena: "e o que você gosta de brincar aqui na creche?" A garota responde: "pegada". A pesquisadora refaz a pergunta sobre a brincadeira preferida da menina na creche que lhe responde, apontando com o dedo indicador em direção à baleia. Em seguida, levanta-se e corre em direção à baleia. Depois retorna ao local onde o grupo está reunido. Daviny levanta-se e vai brincar com a baleia. A pesquisadora tenta interrogar Maria Clara, mas ela ignora e continua deitada, brincando com a massinha. Haley se levanta e depois tornar a sentar-se, depois se deita, enrolando a massinha no chão. A pesquisadora então lhe fala: "e você, Haley?" O garoto responde rapidamente: "bola" (em meio a um sorriso enquanto alternava o olhar entre a pesquisadora e a massinha).

Atividade descrita realizou-se de maneira bem sucedida, pois a maioria das crianças se expressou bem, esclarecendo suas preferências e opiniões sobre as brincadeiras na creche.

3. Considerações Finais

Com os relatos apresentados, fica perceptível que as crianças são ativas em suas relações sociais, confirmando a ideia defendida por autores que especulam que as crianças não são apenas depósitos nos quais os adultos despejam seus conhecimentos. As crianças têm significação sobre os eventos do mundo na qual interage (LEE, 2010; PROUT, 2010).

Quanto às preferências das crianças investigadas, destacamos o gosto por brincar de bola tanto com os amigos quanto com a professora. Entretanto, existe uma variedade de respostas nos seus relatos que foram produzidos. Algumas crianças não partilharam com as pesquisadoras quais os motivos para gostar de brincar dentro da creche em meio à atividades de livre escolha ou dirigidas pela professora.

Referências Bibliográficas

BORBA, Mayer Ângela. **Culturas da infância nos espaços-tempos do brincar**: um estudo com crianças de 4-6 anos em uma instituição pública de educação. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Educação. Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para educação infantil**. CNE/CEB. Parecer n. 20, aprovado em 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

CAMPOS, Maria Malta. Por que é importante ouvir a criança? In: CRUZ, Silvia Helena Vieira (Org.). **A criança fala**: a escuta de crianças em pesquisas. São Paulo: Cortez, 2008.

CORSARO, William. A reprodução interpretativa no brincar ao "faz-de-conta" das crianças. **Educação, Sociedade e Culturas**, nº 17, 2002.

_____. Sociologia da Infância. Porto Alegre: Artmed, 2011.

_____.Acção colectiva e agência nas culturas de pares infantis. In: FERREIRA, Manuela e SARMENTO, Manuel Jacinto (Orgs.). **Antropologia de textos em sociologia da infância**. Porto: ASA, 2004.

_____. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. In: **Educação & Sociedade**. Dossiê Sociologia da Infância: pesquisa com crianças. Campinas, vol 26, n.91, Mai/Ago, 2005.

CRUZ, Sílvia Helena Vieira (Org.). A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas. São Paulo: Cortez, 2008.

FERREIRA, Maria Manuela Martinho. **A gente aqui o que gosta mais é de brincar com os outros meninos:** as crianças como actores sociais e a (re)organização social do grupo de pares no quotidiano de um Jardim de Infância. Dissertação (Doutoramento em Ciências da Educação). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Universidade do Porto. Porto, 2002.

LEE, Nick. Vozes das crianças, tomada de decisão e mudança. In: MÜLLER, Fernanda (Org.). **Infância em perspectiva**: políticas, pesquisas e instituições. São Paulo: Cortez, 2010.

MÜLLER, Fernanda (Org.). **Infância em perspectiva**: políticas, pesquisa e instituições. São Paulo: Cortez, 2010.

PROUT, Alan. Participação, políticas e as condições da infância em mudanças**.** In: MÜLLER, Fernanda (Org.). **Infância em perspectiva**: políticas, pesquisas e instituições. São Paulo: Cortez, 2010.

SARMENTO, Manuel Jacinto; TOMÀS, Catarina. **Investigação da infância e crianças como investigadoras**: metodologias participativas dos mundos sociais das crianças. Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, Portugal. p. 16-20, agosto, 2004.

VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos; SARMENTO, Manoel Jacinto. (orgs.). **Infância (in) visível.** Araraquara: Junqueira & Marin, 2007.

NÓS, OS OSSOS QUE AQUI ESTAMOS, PELOS VOSSOS ESPERAMOS: ANÁLISE DE QUATRO ESQUELETOS HUMANOS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE PROPRIÁ – SE.

Autor: Madson de Souza Fontes
Graduando em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe
msf.1989@hotmail.com

Orientadora: Profª Drª Olívia Alexandre de Carvalho
ocarvalho99@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Os estudos osteométricos de esqueletos humanos exumados oriundos de cemitérios contemporâneos contribuem para o conhecimento da morfologia dos seus habitantes, pois os dados métricos são baseados em informações gerais e de análise multivariada.

Este estudo documental, exploratório, quantitativo e qualitativo tem por objetivo aplicar métodos bioantropológicos em material osteológico humano indigente contemporâneo e, outrossim, analisar de forma cautelosa alguns indicadores da ancestralidade predominante entre os indivíduos estudados.

Para as análises serão utilizados os procedimentos e técnicas conhecidos da literatura especializada em antropologia biológica e tafonomia, particularmente no que se refere ao diagnóstico das modificações de superfície óssea provocadas por agentes naturais e eventualmente antrópicos, assim como no conhecimento da morfometria, a partir de mensurações e comparações estatísticas com dados já disponíveis.

A cidade de Propriá tem sua origem no início do século XVII, devido à estadia dos jesuítas. Em 07 de fevereiro de 1802 é reconhecida como Vila de Propriá e, somente em 21 de fevereiro de 1866, através da Resolução Provincial nº. 755 a Vila foi elevada à categoria de cidade. A mesma está situada ao leste sergipano, a uma latitude 10º12'40" sul e a uma longitude 36º50'25" oeste, estando a uma altitude de 14 metros. Possui um clima tropical semiárido e dista 98 km da capital sergipana, Aracaju.

Ao que concerne à necrópole a qual todo o material analisado procede foi erguida durante o final do século XIX e início do século XX, pertence ao poder público e, nela são inumadas as pessoas com menor poder aquisitivo. O Cemitério Municipal de Propriá recebe diariamente um número considerável de sepultamentos, por este motivo,

passou por inúmeras reformas para sua amplitude, desde reformas voltadas à organização dos túmulos até a construção de simplórios ossuários, sendo que os mesmos ainda não são suficientes para a quantidade de restos esqueléticos existentes na necrópole (fig. 1.0).

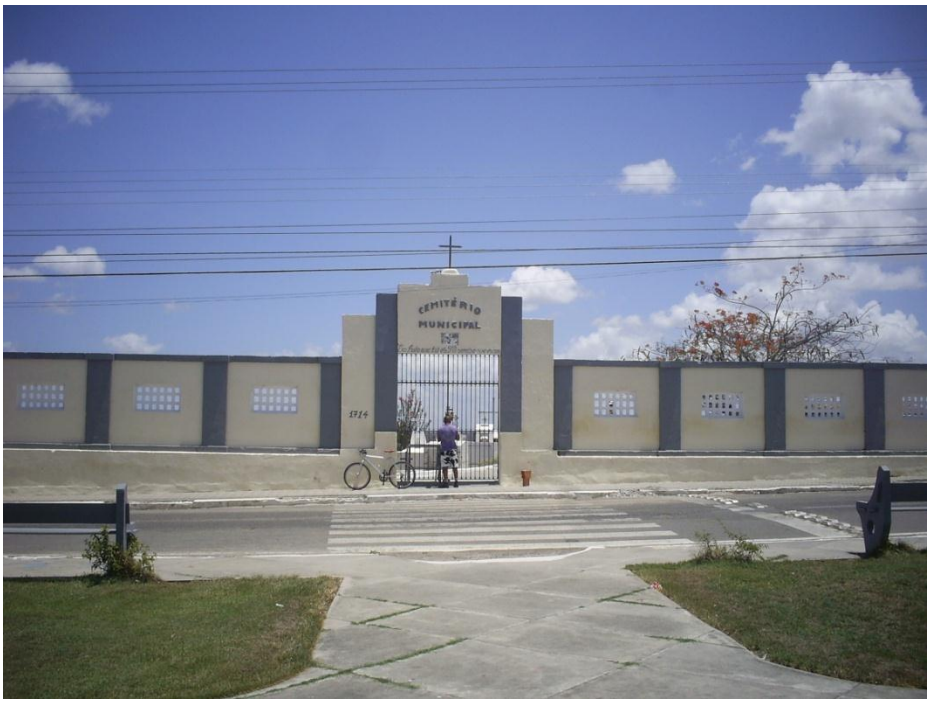


FIGURA 1.0: Fachada do Cemitério Municipal de Propriá – SE.
(Foto: Madson Fontes)

Em tempo algum qualquer tipo de trabalho arqueológico ou antropológico fora realizado na necrópole. Este inaugura as pesquisas científicas tanto na área da bioarqueologia como na de antropologia forense, até então desconhecidas pela população local.

MATERIAL E METODOLOGIA

Foram disponibilizados quatro indivíduos indigentes já exumados para a realização desta pesquisa. Todo o material osteológico humano estudado estava acondicionado individualmente em sacos plásticos.

A metodologia de trabalho deu-se em observações e coleta de informações em campo (quando pertinente), levantamento bibliográfico e análise macroscópica *in loco* com a utilização de: câmera fotográfica digital (Tron Digitron S6 6.0 Megapixels); ficha

individualizada elaborada pela equipe; escala IFRAO; fita métrica; lupa para uma análise detalhada e paquímetro para mensurações craniométricas.

As informações coletadas foram catalogadas em fichas específicas e processadas para interpretação e publicação. Foram avaliados o estado de preservação e conservação dos ossos e os processos tafonômicos que em muitos casos mostram indícios sobre o procedimento funerário e as consequências dos processos pós-deposionais.

Para a diagnose do dimorfismo sexual foram observadas as características morfológicas da pelve e do crânio (forma e tamanho do crânio, processo mastóide e outros), da mandíbula (protuberância mental), inserções musculares utilizando os métodos de Acsádi & Nemeskéri (1970), Bruzek (1991), Bruzek *et al.* (1996).

Para a estimativa da idade optou-se por utilizar a metodologia formulada por Masset (1982), este leva em conta o processo de sinostose das suturas cranianas enquanto Bruzek (1992) e Brooks & Suchey (1990) observam o desgaste da sínfise pubiana.

Foram observadas também patologias que afetam de forma direta ou indiretamente os ossos e, de maneira semelhante acontece *post-mortem* por meio de agentes tafonômicos e diagenéticos. Estes marcam o material osteológico com características análogas às deixadas por patologias, denominadas de pseudopatologias (Gomide, 1999).

Vale salientar, que todo o procedimento foi efetuado no Cemitério Municipal de Propriá – SE com permissão concedida pela Prefeitura Municipal por meio da Secretaria Municipal de Obras, Saneamento e Infra-estrutura Urbana (SEMOSI) e acompanhado pelo coveiro local.

RESULTADOS

Ossuário coletivo

Todo o material analisado fora trazido do ossuário coletivo do Cemitério Municipal de Propriá. O acondicionamento dos indivíduos dar-se em sacos plásticos, já supracitados. Já o local é propício a proliferação de animais e insetos como: ratos (r*attus novergicus)*, baratas (*periplaneta americana)*, morcegos (*myotis nigricans*), dentre outro; causando deformidades no material e contribuindo para seu mal estado de

conservação. Ainda em campo, constatou-se a presença de peças ósseas não coletadas em exumações realizadas no local.

Esqueleto nº. 01

Determinou-se em primeiro lugar o sexo do indivíduo, examinando-se nos ossos pélvicos traços dimórficos osteoscópicos como: a profundidade da incisura isquiática maior, o ângulo subpubiano fechado, menor que 70º, ambos indicaram um indivíduo do sexo masculino. A crista ilíaca bem pronunciada e o forame obturador confirmaram a determinação sexual.

As análises da morfologia craniana e mandibular apresentaram um misto de caracteres masculinos e femininos: as apófises mastóideas não são bem desenvolvidas, as glabelas são salientes e pronunciadas e o mento ostenta uma arquitetura óssea tipicamente masculina. Logo presume-se que se trata de um indivíduos do sexo masculino.

No que concerne à estimativa da idade biológica, pode-se observar o grau de sinostose das suturas exocranianas (Masset, 1982) e o desgaste da sínfise pubiana (Bruzek, 1992; Brooks & Suchey, 1990), chegando a uma estimativa de 45 a 50 anos.

O cálculo para estimativa da estatura deu-se por meio da reconstituição do esqueleto (crânio, coluna vertebral, sacro, pelve e ossos dos membros inferiores). Culminou em um indivíduo com estatura entre 1.62 m a 1.65 m, aproximadamente.
Foram observados alguns caracteres cranioscópicos para a possível ancestralidade: formato arredondado do palato; índice nasal mesorrino 50,5 mm {*47,9 mm – 53,0 mm*} (largura nasal máxima 25,2 mm / altura nasal 49,9 mm); mento proeminente e ramo mandibular alto e estreito (Vanrell, 2002).

Quanto à ocorrência de processos tafonômicos foram evidenciados em todos os ossos pequenas marcas oriundas de ovos de *periplaneta americana*, além de manchas ocasionadas pela presença da umidade interna do saco plástico, onde o indivíduo estava acondicionado.

Esqueleto nº. 02

O esqueleto do indivíduo de numeração 02 encontra-se aproximadamente em 85% completo, porém com peças friáveis e fragmentadas, comprometendo as análises para estimativas de idade e estatura (Vallois-Martim, 1937).

Observando traços primários de dimorfismo sexual como: a profundidade da incisura isquiática maior, a morfologia sacral, o formato do forame obturador e a sinuosidade da crista ilíaca chegou-se a um resultado pré-liminar para um indivíduo do sexo masculino.

Já os caracteres dimórficos secundários analisados foram: as glabelas salientes, os arcos zigomáticos robustos, os processos mastóideos desenvolvidos, as linhas nucais ásperas e o ínion bem pronunciado confirmaram o resultado dado pela análise do dimorfimo pélvico.

A construção da hipótese étnica está embasada na observação de caracteres cranioscópicos e epinegéticos, mensurações craniométricas e comparação por tabelas. Características como: formato arredondado da órbita ocular, o aspecto cortante da margem nasal inferior, a forma ovóide do palato e o índice nasal igual a 47,7mm {< 47,9 *mm*} para o tipo craniano leptorrino (largura nasal máxima 24,9 mm e altura nasal 52,2 mm) mostraram um indivíduo pertencente ao grupo étnico caucasóide (Vanrell, 2002).

A observação dos agentes tafonômicos evidenciou a presença de marcas deixadas por ovos de *periplaneta americana* e fungos ocasionados pela umidade interna do local onde o material estava acondicionado.

Esqueleto nº. 03

O material selecionado fora distribuído numa mesa sendo ele todo reconstituído anatomicamente para a obtenção da estatura do indivíduo, que apresentou 1.53 m a 1.57m de altura. *Posteriori* cada peça óssea fora analisada para assim obter-se informações quanto ao sexo, a estimativa etária, a ancestralidade, além da ocorrência de processos tafonômicos e patológicos presentes no material.

O dimorfismo sexual foi obtido pela análise dos caracteres primários (pelve) como: ângulo subpubiano fechado, crista ilíaca sinuosa, profundidade da incisura isquiática maior, entre outros e dos caracteres secundários (crânio e ossos longos) como: a inclinação do frontal, a protuberância do mento e da glabela, a proeminência das apófises mastóideas e apófises estilóides, a robustez da mandíbula entre outros,

indicando tratar-se de um indivíduo do sexo masculino. Este por sua vez apresentava aproximadamente 30 a 35 anos de idade, segundo as informações obtidas pela análise da sua arcada dentária e pelo grau de sinostose das suturas exocranianas (Masset, 1982).

Para o estabelecimento da etnia do esqueleto de nº. 03 foram analisadas as características craniométricas e mandibulares do indivíduo. Este apresentava o palato em forma de "U", a órbita redonda, a largura nasal estreita, o arco dental em formato de "U", o mento plano, o ramo baixo e largo sugerindo tratar-se de um indivíduo negróide, enquanto que o índice nasal correspondente a 40.6 mm {< 47.9 mm} para o tipo craniano leptorrino, indicando tratar-se de um indivíduo pertencente ao grupo étnico caucasóide (Vanrell, 2002). Apesar do indivíduo apresentar uma característica pertencente ao grupo caucasóide, a análise nos permitiu supor que ele pertence ao grupo negróide, pelo fato deste apresentar uma maior concentração de características pertencentes a esse grupo étnico.

O conjunto osteológico também mostrara um bom estado de conservação, apesar de alguns ossos estarem fragmentados e apresentarem tafonomia oriunda dos ovos de *periplaneta americana*.

Algumas patologias dentárias e ósseas foram diagnosticadas como: hipoplasia linerar do esmalte dentário , cárie e tártaro em todas as peças dentárias. Há indícios da realização de angeoplastia, pois o osso esterno encontra-se rompido ao meio e suturado por um fio metálico. Ainda no mesmo indivíduo foi possível a identificação de um *stent.*

A articulação sacroilíaca esquerda encontra-se fundida juntamente à T6 (supranumerária), denotando característica de espondilite anquilosante em estágio avançado.

Esqueleto nº. 04

O esqueleto de número 04 encontra-se em um bom estado de conservação, pequenas ressalvas, as costelas e as vértebras estavam relativamente fragmentadas e o sacro extremamente deteriorado.

O sexo foi identificado exclusivamente pela fonte primária, que é dada através dos ossos pélvicos, já que as fontes secundárias (crânio) e os demais ossos possuíam características tanto masculinas quanto femininas, como: processo mastóideo discreto e os ossos longos robustos com fortes inserções musculares.

Já na pelve, onde a determinação do sexo do individuo é fornecida com quase 100% de precisão, foram notificadas características intrínsecas do gênero feminino, tal como: chanfradura isquiática maior larga, forame obturado triangular, crista ilíaca estreita, ângulo subpubiano maior que 80 mm e marcas de parto, que ajudam não somente a identificar o sexo, como também a demonstrar que aquele indivíduo fora progenitora.

A faixa etária encontra-se entre 45 e 50 anos, obtida através da análise do grau de sinostose das suturas exocranianas, da arcada dentária (Masset, 1982) e dos diversos processos degenerativos encontrados nas vértebras, nos ossos das mãos e dos pés.

Para a determinação da etnia foram utilizados diversos parâmetros. A forma do palato retangular, órbita ocular retangular, ramo da mandíbula baixo e largo, índice nasal de 66,5 mm{>53} indicando um tipo craniano leptorrino (largura nasal máxima 26,6 mm e altura nasal 40,0 mm), todas essas características são pertencentes ao grupo étnico negróide. Somente uma característica encontrada apontou para o grupo caucasóide, que fora a presença do mento proeminente, então, estima-se que esse individuo pertence ao grupo étnico negróide.

Processos tafonômicos também foram evidenciados na maioria dos ossos, sendo possível a identificação de alguns deles como: marcas causadas por *periplaneta amaricana* e fungos causados pela umidade interna do saco no qual o material estava acondicionado.

Algumas patologias ósseas e dentárias foram identificadas: hipoplasia linerar do esmalte dentário e cálculos dentários em todos os dentes, artrose no úmero direito e em alguns ossos das mãos e dos pés. Há, ainda, uma fratura na região epifisária proximal femural, fazendo-se necessária a utilização de prótese metálica de cabeça de fêmur, que permanece aderida ao fêmur direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do visto e exposto pode-se concluir que:

- O número de indivíduos do sexo masculino é predominante na amostra;
- Todos apresentam alto índice de patologias dentárias;
- Nenhum dos indivíduos analisados atingiu a idade biológica de 60 anos;

- Todos passaram por algum tipo de estresse alimentar devido à presença de hipoplasia linear do esmalte dentário; a mesma é uma paralisação no crescimento do esmalte dentário, estando relacionada com numerosos desequilíbrios sistêmicos, entre os quais a subnutrição e outras doenças que ocorrem durante a infância.
- Apenas no indivíduo de número 01 pode-se fazer inferência de causa da morte por haver traumatismo encefalocraniano não consolidado na região temporal direita;
- Na amostra analisada: os indivíduos de numeração 01 e 02 apresentaram maior número de caracteres morfológicos pertinentes ao grupo étnico caucasóide e os de numeração 03 e 04 apresentaram maior número de características morfológicas pertinentes ao grupo étnico negróide.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSÁDI, G.; NEMESKERI, J. History of human life span and mortality. Budaspest: Academmiai Kiado. 1970.

BROOKS, S.; Suchey, J. Skeletal age determination based on the os pubis: a comparison of the Acsádi-Neméskeri and Suchey Brooks methods. *Human Evolution*. 1990.

BRUZEK, J. Fiabilité des procédés de détermination du sexe à partir de l'os coxal. Implication à l'étude du dimorphisme sexuel de l'homme fossile. Paris: Institut de Paléonthologie humaine et Muséum National d'Histoire Naturelle (Thèse). 1991.

BRUZEK, J. Fiabilité des fonctions discriminantes dans la détermination sexuelle de l'os coxal. Critiques et propositions. Bulletins et Mémoires de la Société d'Anthropologie de Paris. 1992.

BRUZEK, J. Interprétation biologique des séries archólogiques : impact d'une diagnose sexuelle erronée à partir de simulation dans un échantillon de sexe connu. In : l'Identité des populations archeólogiques (edited by L. Buchet). Sophia Antipolis : APDCA. 1996.

GOMIDE, M. G. S. Sistematização de critérios para diagnóstico diferencial entre paleopatologias e sinais de alterações análogas. Fundamentos teórico–metodológicos.

Tese. Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP. Fundação Oswaldo Cruz/FIOCRUZ/RJ. 1999.

MASSET, C. Estimation de l'âge au décés par les sutures crâniennes. Paris: Univ. Paris VII (Thèse). 1982.

VALLOIS-MARTIN, H. V. La durée de la vie chez l'homme fossile. L'Anthropologie. 1937.

VANRELL, J. P. Odontologia Legal e Antropologia Forense. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A, 2002.

A POLÍTICA EXTERNA MODERNISTA: O EFEITO DE 22 EM VARGAS [1]

Autor: Cristiano A. Diniz Guerra Silvestre
Graduando em Relações Internacionais/UFS
Bolsista PIBIC/CNPq
Integrante do Grupo de Pesquisa de Política Internacional
e Processos de Integração.
Supervisor do Informe Paraguai de Defesa e Forças Armadas
do Grupo de Pesquisa Comparada de Política Externa e Defesa.

Orientador: Profº Drº Lucas Miranda Pinheiro (NURI-UFS)

INTRODUÇÃO

O Modernismo, estética iniciada no Brasil no inicio de século XX, marcou profundamente as artes plásticas nacionais. Mais que isso, tornou-se um manifesto da expressão brasileira sobre si mesmo: qual a cara que é a verdadeira cara do Brasil?

Desse modo, a estética modernista vai debruçar seus pincéis, canetas e espátulas sobre o estudo identitário brasileiro, redescobrindo e criando elementos que realmente correspondam com a realidade das ruas, da rotina das cidades e dos campos e de todos os tipos de brasileiras e brasileira. Arte como estandarte do povo, arte como estandarte de libertação, de denúncia da vida de um Brasil que transformava-se sócio, político e economicamente, mutua e concomitantemente.

Mas o que a estética Modernista interessa em se tratando de Vargas? A busca deste artigo é por comparar os traços conceituais do Movimento com decisões varguistas em seu momento, especialmente ao grande ponto da sua política externa: uma política externa independente.

> (...) O impulso lírico clama dentro de nós como turba enfuriada, Seria engraçadíssimo que esta dissesse: "Alto lá! Cada qual berre por sua vez; e quem tiver o argumento mais forte, guarde-o para o fim!" A turba é confusão aparente. Quem souber afastar-se idealmente dela, verá o impotente desenvolver-se dessa alma coletiva, falando a retórica exata das reivindicações. Minhas reivindicações? Liberdade. Uso dela; não abuso. (...)(ANDRADE, Mário. Prefácio Interessantíssimo)

Sendo assim, escorreremos por estas poucas páginas o que pensamos do assunto, talvez, não na conclusão efetiva do tema, mas em considerações que são, no mínimo curiosas. Tão importante quanto trabalhar o arcabouço de idéias e conceitos, é perceber a contribuição deste trabalho à ciência das Relações Internacionais. Caminhos novos podem nos levar aos mesmos pontos, o que significa que, buscar possibilidades metodológicas, é transformar conhecimento antigo num leque expressivo de novos rumos a serem tomados. Assim pensamos que este trabalho contribui às Relações Internacionais: enxergando as mesmas coisas por outros olhos.

Ademais, reconhecemos a importância de buscar em outras ciências materiais para a nossa. Fica registrada a nossa gratidão aos estudos feitos dentro das Letras e das demais artes que compõe o imaginário cultural da nossa nação.

Nosso artigo se divide em quatro curtas partes. A primeira, uma ligeira descrição do Modernismo no mundo através das Vanguardas que o compões. A segunda, uma resumida história do Modernismo do Brasil. Em terceiro, os efeitos da Política Externa varguista e os pontos convergentes com o pensamento dos modernistas. E por fim, nossas pequenas considerações finais.

A HISTÓRIA DO MODERNISMO

Ao fim da Primeira Guerra, o mundo não presenciou os resultados que se aguardavam deste conflito. A espera do "fim das guerras" deu lugar à insatisfação e insegurança entre as nações atingidas pelo grande fenômeno bélico e de destruição. Estados foram desintegrados, modelos políticos esfacelados, o comércio internacional caiu em frangalhos, a antiga ordem mundial extinta. Povos insurgiam contra seus governos e contra as condições sociais vigentes, denunciando o fracasso do espírito humano para a resolução de seus problemas. A inconformidade gerou novas formas de se pensar a sociedade e sua relação com Estado, revelando uma opinião pública suficientemente madura para exigir melhorias significativas nas suas vidas.

Nesta passagem de paradigmas, surge no meio artístico movimentos que debatem o quão obsoleto está o modo do mundo olhar a si mesmo. E pouco a pouco o cientificismo, o conservadorismo de velhas coroas e outros elementos considerados defensores de velhas tradições, começam a ser minados por estéticas carregadas dos novas ideias renovadoras do pensamento sociocultural europeu. Pouco a pouco a arte começou a pintar as novas matizes da historiografia da humanidade. Abandonando os fracassos do passado surgiram, em seu tempo, as Vanguardas, aspirantes não somente ao campo das artes plásticas, mas das searas político-ideológicas, das relações sociais, das configurações trabalhistas e da reestruturação dos, então, Estados-nacionais.

A primeira das Vanguardas, nascida italiana em 1909, foi O Futurismo. Inaugurada por Marinetti, realizou a quebra ao academicismo, tradicionalismo e moralismo vigentes da época. Esta forma artística e seus ideais receberam abrigo no Brasil por Oswald de Andrade, além Anita Malfatti e outros artistas, pelo culto à originalidade e liberdade. O Dadaísmo, criado em 1916, em Zurique, demonstrou o radicalismo das ideias. Segundo Tzan, um de seus criadores, Dadá não significava nada, apenas representava a ironia e o amargor do povo às suas instituições e situação de penúria causada pela guerra. No Brasil, sua principal influência foi chocar a opinião pública para mostrar outras faces da realidade. Na década de 20, na Alemanha, surgiu o Expressionismo, que buscou mostrar o ser humano a partir de seus sentimentos e quebra de linhas limitantes da ideia física e estática das coisas. No Brasil, essa escola trouxe um novo olhar e interpretação do ser humano no seio da sociedade e também de sua representação existencial. E, por fim, mas não menos importante, o Surrealismo, na França, por volta da década de 20. Este movimento trouxe como base o ilógico, o extraordinário, os sonhos; buscando transcendência das coisas reais e concretas, sendo, portanto uma revisão da sociedade e seu papel. O Surrealismo foi, entre as Vanguardas o último sopro da identidade social humana.

OS PRESSUPOSTOS DA SEMANA DE 22

> Só a Antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente.
> (ANDRADE, Oswald. Manifesto Antropófago)

As Vanguardas espalharam-se no mundo ocidental de forma a romper com os paradigmas vigentes, sentidos por seus povos, repletos de repúdio e indignação no

período, então, vigente. No Brasil, este fenômeno acontece a partir dos anos 10 do século XX, obtendo a participação de várias personalidades do meio artístico e literário que, por meio destas linguagens, demonstravam seu olhar de insatisfação perante o cenário brasileiro. Reunidos por convergências ideológicas e temporais, tal grupo reuniu-se para a elaboração do evento que marcaria modernidade das artes brasileiras, da arte de seu tempo, o marco que romperia com o conservadorismo da estética nacional: A Semana de Arte Moderna de 1922. A semana consistiu-se em três dias de apresentação e exposição das correntes artísticas brasileiras influenciadas pelas Vanguardas européias. Fruto de meses de calorosos debates sobre quais rumos deveriam tomar o quadro nacional, a semana foi montada tendo como principal alvo o academicismo e "estética vazia" do Parnasianismo, escola artística predominante da época. Os artistas modernistas buscavam o sentido para além da pura estética, eles buscavam as denúncias e retratos do que era a sociedade brasileira, a partir do olhar sensível e interpretativo tão intrínseco das artes. Como efeito, a Semana, como foi posteriormente conhecida, foi altamente criticada nem sendo bem recebida pela Academia Brasileira de Letras.

> Nossa época anuncia a volta ao sentido puro.
> (ANDRADE, Oswald. Manifesto Pau-Brasil)

Após a Semana, os diversos grupos modernos lançaram seus Manifestos, os quais ficam de destaque o Pau-Brasil e o Antropofágico, abarcando artistas como Tarsila do Amaral, Victor Brecheret, Villa-Lobos, Di Cavalcanti, e os lendários Mário e Oswald de Andrade, entre outros. A Semana serviu para que as artes brasileiras representassem aquilo que é nacional, próprio, multicultural, mudar o rumo de importador de arte para exportador de novas ideias, em consonância com a antropofagia de absorver, transformar e produzir. Assim, como disse Mário da Silva Brito:

> A denúncia do lastimável estado desse período histórico – causa e efeito a um só tempo de fenômenos sociais decisivos – vem a constituir, aos olhos de hoje, toda uma série de depoimentos veementes, testemunhos e retratos da hora conturbada que passava.(BRITO, 1997, pág. 11)

Desta forma, gostaríamos de aplicar alguns dos pressupostos modernistas na Política Varguista, entre eles, as considerações antropófagas e da postura da independência dos elementos brasileiros com o mundo.

VARGAS E A POLÍTICA EXTERNA MODERNISTA

Para além dos debates da transformação políticas, sociais e econômicas das décadas de 20 e 30 que separam a Semana de Arte Moderna de 22 e a subida de Vargas e considerando todo o estudo teórico, conceitual e comparativo do Modernismo Brasileiro, podemos enxergar algum efeito ou importância do Modernismo nas políticas Varguistas?

Nas palavras de Neide Rezende:

> Censura-se em especial a falta de visão social e política dos rapazes de 22, o que de fato eles não tinham se se pensar no corpo coerente de ideias, em consciência de classe e do país. Mas se se pensar que a recusa radical de uma linguagem pressupõe a recusa do poder que a viabiliza, à medida que naquela se traduz o modo de percepção e representação da realidade, e, em última análise, a interpretação do mundo, então, mesmo formando ao lado de Prados, Penteados e Washington Luíses, mesmo não investindo contra o poder imediato os modernistas da Semana estavam iniciando uma revolução profunda que iria inclusive se radicalizar sob o aspecto ideológico, nos anos seguintes. (REZENDE, 1986, págs. 42 e 43)

Elementos importantes da Política Externa Varguista partem de um ponto fulcral da construção modernista: a reinvenção do nacional, vivo e punjante na políticas públicas. Aliás, governos totalitários da mesma natureza de Vargas partem deste tipo de aporte, especialmente quando aliados a práticas populistas e XXXX. Procurando enxergar outros conceitos do Modernismo em sua Política Externa temos o Brasil se colocando, pela primeira vez na sua história, com um negociador, global player, sendo um elemento estratégico de elevado grau de importância para a Segunda Guerra. Ou seja, o país podia barganhar. Sua conjuntura econômica e sua vantagens geopolíticas serviram de suporte para as pretensões brasileira de, pela primeira vez, impoô-se e escolher o lado que lhe conviesse. Dentro do pensamento Modernista, Tal idéia se assemelha muito a da Antropofogia: ver, absorver, recriar; ver, entender, escolher.

Ademais, outros pontos são bastante significativos, como grande parte das denúncias modernistas que serviram para as discussões da postura forte do Brasil internacionalmente: os direitos trabalhistas, rearranjo dos grupos dominantes e de seus meios de manutenção, a diversidade social, entre outros fatores. O Modernismo marcou a mudança internacional do Brasil:

> Não é absurdo pensar que tudo era interessante ao Modernismo. Não só a própria história do Brasil e não só a multiculturalidade que nos compõe: interessava, sobremaneira ao Modernismo, a transformação. Transformar avante é modernizar. Sentindo a transformação pulsando nas diversas esferas do país, os artistas sabiam não exatamente como, mas sabiam que a realidade chegaria a outro patamar. O advento do moderno, da urbanização, do homem que se transforma com a cidade, que se transforma com o modelo produtivo,

> que passa a contestar a conjuntura política, que passa a exigir direitos, a exigir participação, a exigir vez e voz. Os radicais manifestos do início do Modernismo são o prenúncio da Era Vargas. (SILVESTRE, 2012, pág. 10)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> A transformação permanente do tabu em totem. (ANDRADE, Oswald. Manifesto Antropófago)

> O Modernismo rompe com este estado de coisas. As nossas deficiências, supostas ou reais, são reinterpretadas como superioridades. (CAMPOS e DOLHNIKOFF, pág. 168, 2011)

> Com estas considerações, podemos resumir o efeito do Modernismo como identitário, ou seja, sua linha mestre foi reconstruir a imagem brasileira e a sua percepção enquanto elemento do povo. (SILVESTRE, 2012, pág.10)

Se reconhecemos o Modernismo com um movimento identitário, como nossa reintepretação, como totem de nossos pensamentos transcritos pela realidade, então admitimos que faz parte de um novo significado das coisas. O Estado Novo de Vargas buscou exatamente este estado: o de um Brasil diferente de tudo que houve antes.

É válido dizer que a tentativa de um Brasil que se compreendesse, se não acelerou um processo de politização das massas sobre seus próprios direitos, restaurou uma intelectualidade brasileira afundada no vazio parnasiano e cega para o volume de mudanças do período. Se por um lado temos um Brasil que não sabe onde está, temos um Brasil dando seus primeiros passos de impávido colosso no campo das negociações políticas internacionais através de sua própria política externa.

A nossa intenção seria descrever alguns casos de caso da política de Vargas, mas infelizmente não conseguimos passar de uma discussão superficial de todo o tema. Mas ainda assim, podemos enumerar algumas indagações como: a política externa de Vargas influenciou o Brasil assim como as mudanças internas do Brasil influenciou sua Política Externa? Os diversos desdobramentos políticos do Modernismo brasileiro em diferentes correntes coincidem com diferentes vieses de partidos políticos no momento? Como o final do evento modernista suportou a censura varguista tendo, o Modernismo, como elementos os fundamentos a liberdade e da reinvenção? Teria sido o Modernismo um suportador da causa varguista para findar condenando a si mesmo?

Por estas questões, entre outras, é que informo que a pesquisa dos temas modernistas seguirão enquanto houver tantas perguntas para pouquíssimas respostas. Sempre haverá lugar para realocar o conhecimento e alocá-lo de outras formas. Ou seja,

a importância de rever assuntos consolidados e de buscar suporte em outras áreas humanas é justamente a máxima modernista de transformar: recontar uma história de outro jeito é contar uma nova história.

NOTAS:

[1] Este trabalho é continuação de Projeto do Programa de Incentivo à Iniciação Científica 2011-2012 (PIIC), intitulado "A construção da imagem internacional do Brasil no Modernismo", orientado pelo Prof. Dr. Israel Roberto Barnabé e co-orientado pelo Prof. Me. Lucas Miranda Pinheiro, ambos do Núcleo de Relações Internacionais, ambos do Núcleo de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe. O projeto foi financiado pela Coordenação de Pesquisa (COPES) da Universidade Federal de Sergipe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ANDRADE, Oswald de. **Obras completas: VI: Do pau-brasil à antropofagia e às utopias. Manifestos, teses de concurso e ensaios.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ MEC, 1972.

BRITO, M. da S. **História do Modernismo brasileiro: antecedentes da Semana de Arte Moderna.** 6 ed. Nova Friburgo RJ: Imagem Virtual, 1997

CAMPOS, F. e DOLHNIKOFF, M. **Manual do Candidato – História do Brasil**. 1. ed. Brasília: FUNAG, 2001

CASTRO, S. **Teoria e política do modernismo brasileiro**. Petrópolis RJ: Vozes, 1979

CERVO, A. L. e BUENO, C. **A Política Externa Brasileira 1822-1985**. 1 ed. São Paulo: Ática, 1986

CERVO, A. L. e BUENO, C. **História da política exterior do Brasil.** 3 ed. Brasília: Editora UNB, 2008

FIGUEIREDO, E. (organizadora) **Conceitos de Literatura e Cultura**.2 ed. Niterói: EdUFF, 2010

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

HELENA, L. **Modernismo brasileiro e vanguarda**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1986

JÚNIOR, C. P. **História econômica do Brasil**. 51 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008

LAFER, C. **A identidade Internacional do Brasil e a política externa brasileira**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2009

MARTINS, W**. A Literatura brasileira: o modernismo** *(1916-1945*) 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1967

MOREIRA, L. F. V., QUINTEROS, M. C. e SILVA, A. L. R. **As Relações Internacionais da América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2010 (Coleção Relações Internacionais)

REZENDE, N. **A Semana de Arte Moderna**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1986

SILVESTRE, C. A; D. G., (2012) **A construção da imagem internacional do Brasil no Modernismo.** In: III ENILL, ISSN 2237-9908, Itabaiana, 2012. Publicado em: http://200.17.141.110/pos/letras/enill/anais_eletronicos/2012/III_ENIL_Cristiano_Diniz.pdf

PROCÓPIO, Argemiro (2007). **A hidropolítica e a internacionalização amazônica,** publicado em Mundorama.net [http://mundorama.net/2007/09/13/a-hidropolitica-e-a-internacionalizacao-amazonica/]. Disponibilidade: 18/09/2007.

TELES, G. M. **Vanguarda européia e modernismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1972.

GT 4:

MULHERES DE PRETO: PERSPECTIVA DE MUSEALIZAÇÃO DA PROCISSÃO DO MADEIRO.

Autor: Rafael Jesus da Silva Dantas
Graduando em Museologia – UFS
rafaeldnts2009@gmail.com

Orientadora: Prof. Drª. Janaina Cardoso de Mello (NMS/UFS)
E-mail: janainamello@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo surge da necessidade de registros oficiais, da Procissão do Madeiro e das beatas, onde a procissão e considerada tradicional e principalmente por ser bicentenária.

Por haver apenas fontes orais, assim dificultando os pesquisadores, atentando por um meio de musealização.

Localizada a 72 km de sua capital Aracaju, Nossa Senhora das Dores por ser considerada o portal para o sertão, abriga um afasto meio cultural e religioso. Relatando o termo religião, em sua sede no povoado Gentil, situado a 2 km e o berço de uma das maiores procissão do município, a "Procissão do Madeiro". A perspectiva de musealização busca-se entender a mudança e a modificação ocorrida neste resito espaço, contando assim no desenvolver deste estudo como forma de identificar, reorganizar e registrar as informações da procissão do madeiro, propondo um processo de musealização do objeto em estudo.

2. TRADIÇÃO, FÉ E DEVOÇÃO: MARCAS DA INDENTIDADE DE UM POVO.

O Catolicismo na cidade de Nossa Senhora das Dores começa a ser visto por sua própria denominação. Segundo CARVALHO, por se originário do povoado Enforcados, assim

chamado devido ao enforcamento de índios no inicio da colonização daquelas terras, o nome Nossa Senhora das Dores é uma alusão ás dores pelas quais passaram seus primeiros habitantes (CARVALHO, 2006, p.18-19). Mas é na semana santa, seguindo-se o calendário litúrgico da Igreja Católica Apostólica Romana, mas precisamente dentro das representações devocionais ocasionadas através da sexta- feira santa que a cidade Dorense sente uma reflexão sobre seus pecados e a penitenciar em busca do perdão, tanto para si como para seus falecidos. Por conter quatro procissões em um só dia da semana santa a cidade se torna em um espaço sagrado de fé e devoção assim sendo reunidas as forças divinas, matérias e espirituais.

Neste contexto é que surge a procissão do Madeiro, procissão essa que teve sua origem no século XVIII – segundo a tradição local, na qual estava inserida tanto dentro da questão religiosa, mas como também uma suplica as mazelas ocasionadas pelas questões climáticas ocasionando a seca no sertão sergipano.

Assim, a Procissão do Madeiro começa a ganhar força como uma forma de prerrogativa devocional para reunir em um único ato traços devocionais que tinham não só o objetivo de agradecer e clamar à semana santa, mas também pedir bençõe e atenuar os sofrimentos trazidos pela seca e pelas epidemias que se completavam a esse cenário de dor e lamento.

3. PASSOS DE DEVOÇÃO: PROCISSÃO DO MADEIRO

A Procissão do Madeiro é uma dessas diversas manifestações de fé propagadas no universo religioso católico do Brasil, onde aqui em Sergipe tem um traço de singularidade marcado com penitência fé e tradição, a procissão do madeiro, sendo por ser representada por uma grande manifestação religiosa popular, sofrendo modificação onde ficamos na duvida sobre sua geração. Por falta de registros escritos, dificultando a datação exata do inicio desta procissão. Sendo baseado apenas em fatos orais e recentes registros acadêmicos, a procissão provavelmente teve seu inicio no começo do século XVIII.

Segundo Filho, não havia cemitérios oficiais, os mortos eram sepultados nas chamadas “santas cruzes”, tendo esses locais como ponto de orações. Arrastando multidões á

frente das beatas com o sentido de adoração e fé, relembrando a caminhada de cristo ao calvário. (FILHO, 2010, p.5).

Com a morte do seu grande fundador, Sr. José Vicente, com seus 96 anos, assim deixando a liderança com o guardião do madeiro, João Pajú, tendo o direito de ser guardião o mais velho da procissão, passando por geração da família Vicente durante muitos anos no ato de peregrinação. Durante alguns anos depois a morte do fundador, Sr. José Vicente, o madeiro não era corretamente apresentado, teste então, o fato teria ocorrido de acordo com ALMEIDA, em 1992, Paulo "preto", assume o controle da mesma. (ALMEIDA, 2002).

A partir dessa data a procissão começa a sofre algumas modificações, dentre as quais a composição efetiva dos seus participantes, que antes era composta por homens carregando a cruz e por beatas (mulheres vestidas de preto), passa hoje a ser composta por anjos (crianças vestidas de anjos), apóstolos (homens representando os apóstolos de Cristo) e atos da Paixão de Cristo (encenações com participantes locais).

Além dessas mudanças, houve uma substituição na cor das indumentárias usadas pelas beatas, de preto passou para marrom e depois roxo. Houve ainda uma mudança na cor do madeiro que deixou de ser envernizado para ser pintado de azul.

Essas mudanças foram fortemente acrescentadas à procissão logo após o Sr. Paulo ter assumido a organização da procissão, mudando efetivamente toda conjuntura estética que tinha sido deixada pelo seu anterior organizador. Em virtude dessas e outras mudanças, as pessoas deixaram de participar, afastando assim os seus fiéis tradicionais. Conforme informa a Sra. Maria José "guardiã do Grupo de Beatas" (ALMEIDA, 2002.p.50).

> Houve muita mudança na procissão. Com uns dois ou três anos; ai ele mudou tudo as roupas né? Assim, meio marrom. Ai o povo já começou a achar muito bom. Depois passou a roxo, ai depois coloriu tudo. Coloriu, inventou uma apresentação, inventou lá que ia ser o Senhor Morto pregando na cruz e aquela coisa. Mudou até a cor do madeiro, o madeiro sempre foi essa cozinha, marrom, ai ele pintou de azul.

Assim gerando uma rivalidade com a procissão do Senhor Morto, onde saem em penitencia no mesmo dia e mesmo horário, assim afastando muitos fiéis, pelo fato que o MADEIRO tem sua saída de um povoado, e o senhor morto da cidade. Evitando um oposto acontecimento que já tinha ocorrido antes onde era exposta a apresentação do Senhor Morto na cruz.

Segundo ALMEIDA , "Procissão do Madeiro", como todas as outras procissões, possui um percurso a ser seguido e por ser uma procissão penitencial de culto aos mortos tem como principais pontos de parada os cruzeiros e cemitérios.(ALMEIDA, 2002,p.35)

Havendo horário de saída das 14 ás 18hs saindo da casa onde reside a atual guardiã Maria José, tendo participantes entre homens e mulheres maiores de sete anos, tendo em seu percurso oito estações:

I Casa de Manuel Pajú (atual sede de Maria José), II Cruz do gentio (cemitério), III Cruz do finado Braulho (Santa Cruz), IV Casa de Dona Iaia (oratório), V Cruzeiro Velho (antigo cemitério de crianças), VI Cruzeiro das Moças (cemitério), VII Igreja da Matriz (Cruzeiro da sua frente),VIII Cemitério Central

Durante todas as estações acima mencionadas e em meio ao cortejo executado pelos fiéis, os devotos que acompanham pedem e rogam a favor das almas que estão em "mau caminho", como assim elas definem.



Fonte: Foto sem datação "acervo família Vicente"



Fonte: Foto sem datação "acervo família Vicente"

4. O PENSAR EM SUA MUSEALIZAÇÃO

.

O ato de musealizar, enquanto processo científico e acadêmico é composto por procedimentos básicos, pelos quais um bem (material ou imaterial) adquiri o *status* de Patrimônio?"[...] aquisição, pesquisa, conservação, documentação e comunicação (CURY, 2005, p.26)".

Postar como ponto inicial em sua reformação a construção de *corpus* da pesquisa, atentando na linha de pesquisa *Narrativa, testemunho e modos de vidas* ao estudar tradição e tensões da comunidade. Havendo uma comunicação dialética, onde e elevado por parte de seus habitantes da região, discutindo a valoração como patrimônio por seus moradores. Por contar a tradição e edificação da comunidade.

Atentando para um espaço de memória para a comunidade, tanto do entorno, quanto para a construção da identidade local. Assim, a presente pesquisa espera contribuir com os estudos existentes da teoria museológica, á fim de fazer uma revisão conceitual nós textos e métodos que a tradição possa ser.

Para exemplo de uma possível musealização desta devoção, representada através da Procissão do Madeiro e seguindo as prerrogativas defendidas por Cury (2005), elenca-se algumas etapas que servirão como base para adquirir o meu objetivo de pesquisa:

Algumas etapas que servirão como base para adquirir o meu objetivo de pesquisa.

I. **Aquisição:** ao adquiri as pescas que compõem a procissão do madeiro fazendo um estudo, mas amplos de suas veste do madeiro e do terços.

II**. Pesquisa:** elaboração de visita de campo onde os registros orais são os que prevalecem à manifestação. Segundo ORSER jr. (1992, p, 45) revela-se uma informação oral como muito útil, por falta de registros oficiais baseamos apenas em referencias orais.

III. **Conservação;** em seu espaço museal, tendo como ponto de conservação a cultura material com a imaterial.

IV. **Documentação:** ter um cervo bibliográfico reproduzido em campos acadêmicos e até o tempo atual, poder ter a noção de datação de fotos antigas.

V. **Comunicação:** Ter maior atenção ao público alvo "comunidade dorense do povoado gentil" assim tentar informações que seja de alto enriquecimento para a minha pesquisa.

Atentando ao seu pode simbólico, por ser o marco da procissão.

I. **Beatas:** Mulheres vestidas de preto com o rosto coberto, onde muitas delas saem de beatas para pagar suas promessas alcançadas.

II. **Cordão de São Francisco**: atado á cintura das beatas, a pureza e coragem deste povo. Sendo usado deste o seu inicio até os dias atuais.

III. **Toalha Branca:** Simbolizando a ressuscitação de cristo após sua morte, assim estendida sobre o madeiro.

IV. **O Madeiro**: Cruz de madeira (cedro), que é a mesma peça deste sua primeira saída.

V. **Terço de Nossa Senhora**: Sendo usado nas mãos das beatas e na cintura dos homens.

VI. **Hinário**: Havendo sua simbologia própria: São rezas antigas lembrando o sofrimento de cristo. Exemplo: "*Madeiro pesado/ Madeiro pesado/ Madeiro pesado/ Quem leva é Jesus/ Tendo marchado / em busca de uma luz /Morreu pra nos salvar / o nosso bom Jesus/ Cristo apresentou / um quadro de bom gosto Pastor / Ficou desiludido / dos seus delatores / Cristo morreu / mas tudo perdoou / Ao terceiro dia / ressuscitou com cálice ele estava / mas disse assim / Se vir que eu não bebo / afasta-o*

de mim / todo lavado de sangue / Meu bom Jesus seguia / Sentindo tantas dores / o filho da virgem Maria / Com a coroa de espinhos / nosso Jesus Salvador / Derrubado e arrastado / por seus filhos pecador / Cravado na cruz / pediu para seu pai / Perdoa esses filhos / que não sabem o que fazem".

VII**. A manifestação de fé**: momento em que as pessoas se aproximam do madeiro, agradecendo as graças alcançadas. a) Beijo na tolha b) Pés descalços c) Vestes d) Itenrária e) Igreja Matriz.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta formal pesquisa tem a pretensão de se tornar uma contribuição significativa, para o setor museológico, sobretudo no que se refere á cidade de Nossa Senhora das Dores. Onde há falta de comunicação entre outras vertentes cultural, assim criando paradigmas entre si, por meio de tantos temas a escolher o MADEIRO me chamou a atenção por meio das mulheres que ali e representada que ao sair às 2hs da tarde em trajeto longo , rogando e rezando, mostra a superioridade e resistência de uma cultura local.

Onde terei o privilégio de fazer estudos por meio da museologia, tendo como ponto de partida a cultura religiosa dorense.

Referencias Bibliográficas:

ALMEIDA, Gisselma S. J. ***Procissão do Madeiro*: devoção e diversão. Nossa Senhora das Dores (1992-1997).** Nossa Senhora da Glória, 2002. Monografia (Graduação em História). PQD II, DHI, CECH, UFS.

CARVALHO, João Paulo Araujo ***De Nossa Senhora das Dores dos Enforcados*: uma Herança de Martirio e Devoção**. Unit: Aracaju, 2006.

CURY, Marília Xavier. ***Exposição:*** concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005.

CARVALHO, João Paulo Araujo. ***Mémorias Dorenses:*** **Informativo Cultural do Projeto Memórias de Nossa Senhora das Dores**. N.Sra.das Dores,ano3,nº 3, outubro de 2007.

CARVALHO _____,***Freguesia de Nossa senhora das Dores (1858-2008):*** **150 anos de historia e devoção**,N.Sra,das Dores,Associação de incentivo á Pesquisa e á cultura " Nossa Senhora das Dores dos Enforcados", 2008.

FILHO**.** Nivaldo Alves de Melo**.** ***Procissão do Madeiro:*** **Tradição e fé,** N.Sra .das. Dores. 2010.(publicação do autor).

LIMA, Magneide Santana dos S. ***Penitentes de Nossa Senhora das Dores:*** **explosão de fé. 1990-2000**. Nossa Senhora da Glória, 2002. Monografia (Licenciatura em História). PQD II, DHI, CECH, UFS.

ORSER, Charles E. ***Introdução á Arqueologia Histórica***. Tradução Pedro Paulo Abreu Funari. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

SANTO Magno Francisco de Jesus. ***Caminhos da Penitência*****: a Solenidade do Senhor dos Passos na Cidade de São Cristóvão- Sergipe (1886-1920).** São Cristóvão. 2006. 127 f. Monografia (Bacharelado em História). UFS.

VIEIRA. Jailton Santos. ***Sobre os auspícios do madeiro*****: fé e tradição em Nossa Senhora das Dores**. Nossa Senhora das Dores. 2011. Monografia (Bacharelado em História). Faculdade Serigy.

"SEU AMIGO NORTE AMERICANO": UM OLHAR SOBRE A SOCIEDADE NORTE-AMERICANA ATRAVÉS DA TROCA DE CARTÕES-POSTAIS (1967- 1976)

Autora: Talita Emily Fontes da Silva
Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista PET História/UFS
talifontes@yahoo.com.br

Orientador: Prof. Dr. Francisco José Alves (DHI-UFS)

1. Introdução

Muitos já tentaram decifrar os enigmas dos Estados Unidos da América. Franceses, ingleses, poloneses, brasileiros, os próprios norte americanos, e entre tantos outros, produziram uma extensa variedade de visões sobre esta nação, seja através da escrita, do cinema, da fotografia, ou através da música. De Alexis Tocqueville em *A democracia da América* na segunda metade do século XIX, ao já contemporâneo Jean Baudrillard em *América*, é perceptível o quanto a civilização norte americana gera produtos que servem como matéria prima para extensas análises.

Assim, ora o país é exaltado pelas suas riquezas, visto por muitas vezes como uma fábrica de seduções, que atrai milhões de pessoas ao redor do mundo, ora o país é alvo das mais ferrenhas críticas, sendo odiado por motivos diversos.

Nessa diversidade de olhares, o que um norte americano, aparentemente comum, mostra e diz sobre si e sobre sua nação a um amigo brasileiro, nos fervilhantes anos de1960 e 1970? O que uma série de cartões postais trocados entre os dois amigos podem nos transmitir sobre o cotidiano de um país gerador de opiniões tão controversas?

Com o propósito de responder a estas perguntas, este trabalho analisa um conjunto de 73 cartões postais, enviados pelo norte americano Richard A. Masilum ao seu amigo brasileiro José Estevam, entre os anos de 1967 a 1976. A abordagem visa mostrar de que forma este pequeno "corpus" documental possibilita visualizar alguns aspectos da sociedade norte americana deste período. Para tal, utilizaremos as fotografias e os textos redigidos pelo remetente no verso dos postais.

1.1 Dois Amigos americanos

Richard A. Masilum, um residente de Lyons, estado de Illinois/EUA, durante quase trinta anos (1960 até o inicio da década de 90, aproximadamente) se correspondeu

assiduamente com o brasileiro José Estevam, nos anos de 1960 a 1970 residente da cidade de Jacobina, estado da Bahia.

O material usado para este artigo abarca apenas fragmentos de oito anos, dos quase trinta, destas correspondências. Ou seja, os cartões postais trabalhados são apenas uma pequena parcela de um grande "corpus" documental que possivelmente existe, ou que pelo menos existiu.

No entanto, esta exiguidade não diminui a sua importância. Os registros epistolares produzidos por pessoas "comuns", segundo Angela Castro são "(...) uma estratégia eficaz de aproximação das experiências de vida de um tempo e lugar; (...) indícios da(s) cultura(s) de uma época e de uma certa configuração das relações sociais." (2004, p.21)

Da mesma forma que hoje utilizamos as redes sociais (uma forma de expor a nossa vida pessoal a um determinado grupo de "amigos", que encontram-se interligados, compartilhando imagens ou textos que em grande parte correspondem ao dia-a-dia) as cartas, cartões postais e fotografias, há algumas décadas atrás exerciam função semelhante.

Os cartões postais e fotografias de Richard A. Masilum transmitiam ao seu destinatário um pouco do cotidiano, as suas preferências, os seus *hobbies*. Algumas vezes, os cartões postais eram simplesmente apressadas prévias para cartas que seriam enviadas. As mensagens que se encontram no verso destes documentos, muitas vezes são tão ricas quanto as imagens. São redigidas em espanhol, provavelmente como um meio de facilitar a comunicação entre os dois amigos.

Assim, o próprio Richard, na maioria dos postais, tinha o significativo hábito de "latinizar" o seu próprio nome. Ao invés de assinar como "Richard", ele preferia assinar como "Ricardo". Outro dado curioso é que ao concluir o seu relato no verso do postal e colocar a sua assinatura, ele quase sempre concluía com o dizer: "*Su amigo norteamericano*".

O conteúdo imagético também desperta a nossa atenção, já que capta com eficácia os diversos ambientes, na maioria das vezes visitados e vivenciados por Masilum. Essas imagens, seja o de uma bela havaiana, ou a vista panorâmica da Casa Branca, são um interessante objeto de estudo social, arquitetônico, ou paisagístico de uma época.

2. Um afresco dos Estados Unidos nos anos de 1960 e 1970

Os cartões postais enviados pelo americano ao seu amigo brasileiro focalizam temas diversos: Aviação e viagens (37); Registros de sua cidade (15); Esportes (9); Corrida Espacial (7); Registros familiares (5).

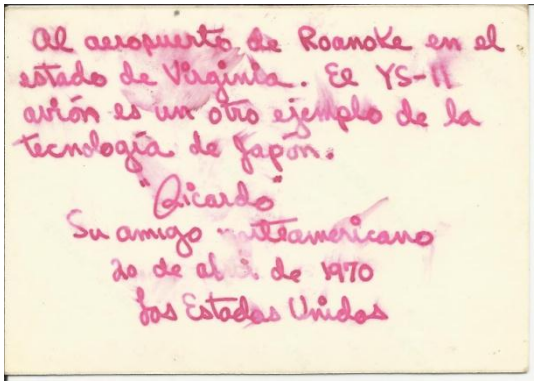
Examinemos, brevemente, cada um desses tópicos.

2.1 A paixão por aviões e viagens

Richard Masilum demonstra uma grande paixão por aviões. Sejam eles de estruturas mais simples ou mais modernas, como os boings, Masilum sempre se mostra bastante interessado. Em um dos postais, ele afirmar : "Estoy enamorado com La sensacíon Del vuelo! Me gusta muchissímo! Yo viajo por avion siempre que es possible!" [1]

Além de expressar a sua admiração pela aviação através das ilustrações dos cartões postais, Masilum também demonstra, em alguns momentos, que possui um conhecimento razoável nessa área, descrevendo, sempre que pode, o tipo de avião em que ele embarcou ao realizar determinada viagem. Podemos perceber este seu interesse no exemplo datado de 1970:





"O aeroporto de Roanoke no estado de Virginia. O YS-II é um outro exemplo da tecnologia do Japão"

Sequências fotográficas tiradas em pleno vôo, da cidade de Chicago, também foram enviadas à José Estevam. Como de costume, Richard insere no verso de cada uma das fotos uma pequena descrição da paisagem.

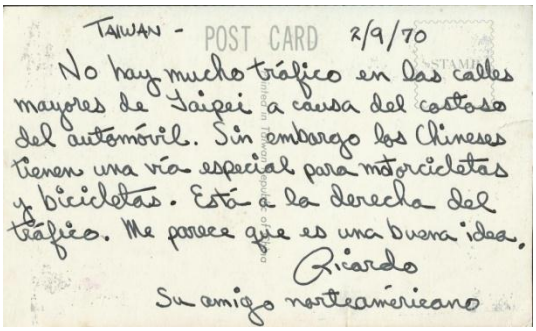
Traço visível na correspondência do norte americano é o gosto pelo deslocamento. Segundo alguns estudiosos, o "Fator movimento", se faz presente desde

os primórdios da sociedade norte americana. Consiste em um gosto quase genético pelo movimento.

Nos postais referentes a viagens realizadas por Richard Masilum, chamam a atenção a variedade de locais visitados, tanto dentro do seu próprio país, como New York, Washigton, San Franciso, Havaii, etc; como também as viagens realizadas por ele para fora dos EUA, como as Filipinas e o Taiwan.

Vejamos um exemplo enviado da cidade de Taipei, capital de Taiwan, em 1970:



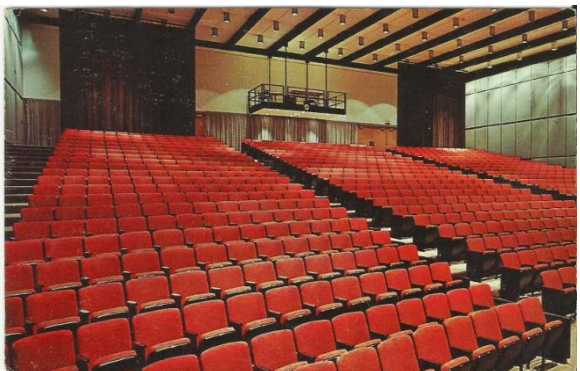


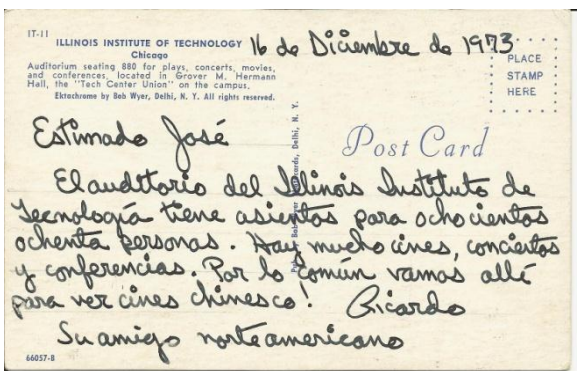
"Não há muito tráfego nas maiores ruas de Taipe por causa do alto valor do automóvel. Contudo os chineses têm uma via especial para motocicletas e bicicletas. Está a direita do tráfego. Me parece uma boa idéia."

É patente a preocupação do remetente em transmitir informações sobre o local onde se encontra, mostrando ser um turista atento e curioso ante o ambiente em que se encontra. Suas descrições fornecem dados populacionais, características do território relativos a vegetação, ao clima, ao relevo, etc; costumes locais típicos; entre outros.

2.2 Sweet Home

O missivista também demonstra interesse pela cidade em que reside. Deste modo, cerca de 20% dos postais enviados focalizam Lyons, ou a cidade vizinha, Chicago, no Illinois. Sobre sua cidade, o jovem apresenta os locais que ele costuma freqüentar, como o Instituto de Tecnologia de Illinois, destacando o auditório, os jardins, e o edifício em que sua esposa trabalha. Quanto a Chicago, ele envia postais de avenidas, edifícios, e das famosas freeways. Um outro postal retrata o Starverd Rock State Park, localizado entre as cidades de Ottawa e LaSalle.





“ O auditório do Instituto de Tecnologia de Illinois tem assentos para oitocentos e oitenta pessoas. Há muitas sessões de cinema, concertos e conferências. Geralmente nós vamos lá para ver filmes chineses.”

2.3 O culto aos esportes

Quando o assunto é esporte, o correspondente deixa muito explicito quais suas predileções. Sendo um típico norte americano, amante da velocidade, seu gosto pelo automobilismo encontrasse expresso em imagens contidas em quatro postais, enviados entre os anos de 1969 e 1970. Além disso, envia descrições, não só dos veículos utilizados nas corridas automobilísticas, mas também das viagens que realiza para assistir as corridas.

Richard Masilum também é praticante do esqui, esporte típico de países que possuem clima frio, ou pelo menos, pontos em que haja queda de neve. Deste modo, ele envia vários registros nos quais se exibe praticando este esporte com desenvoltura. Os postais relativos ao esqui não deixam de registrar também o local em que ele se encontrava, e até mesmo a dimensão das montanhas escolhidas para a prática do esporte.

Abaixo uma fotografia de Richard esquiando no estado de Michigan:



“Fez bom tempo quando estive esquiando a ‘Montanha Pinheiro’ no estado de Michigan”

2.4 O entusiasmo da conquista espacial Norte Americana

Uma outra faceta da época, visível na correspondência do yanke é o interesse pelas tecnologias direcionadas a exploração do espaço. Cartões- postais enviados entre 1967 e 1973 têm esta temática como principal assunto. As descrições minuciosas encontradas no verso dos cartões mostram quanto o remetente empolgava-se com o avanço norte americano no desbravamento do espaço.

Uma das peças que se destacam nesta categoria é o postal datado de 04 de agosto de 1969. Nele Masilum mostra-se bastante empolgado com a chegada dos EUA a Lua,

ocorrida a menos de um mês. Outro postal, datado do ano de 1967 (segue abaixo), Richard realiza uma meticulosa descrição do Apolo V.



"Apollo/Saturn-V. A gigante nave-foguete dos Estados Unidos. A altura é de 364 pés (110.64 m) e o peso bruto de 3,100 toneladas (3,149.60 kg)"

2.4 A valorização da família

A família também ocupa um espaço nos postais de Masilum. No verso de alguns postais, há relatos de visitas a parentes, informações sobre familiares, etc. Fotos de acontecimentos familiares também são enviadas. Um dos mais relevantes é o registro do próprio casamento de Richard, ocorrido no ano de 1970.



"Aqui vice tem uma foto de minha noiva, tirada no dia do nosso casamento, em quatro de dezembro de 1971. Se chama 'Judy'."

3. Considerações Finais

O breve exame dos cartões postais enviados por Richard a José Estevam mostra o quanto testemunhos produzidos por pessoas comuns podem ser relevantes para a reconstrução histórica de uma sociedade ou de um momento.

A abordagem da pequena mostra evidenciou aspectos do momento histórico vivido pelos EUA nos anos de 1960 e 1970. Deste modo, os testemunhos documentam alguns traços próprios daquela fase como o entusiasmo pela conquista do espaço; o desenvolvimento da aviação civil, com a criação de boings e aviões de grande porte; o desenvolvimento da industria automobilística e o correlato culto aos automóveis.

Por outro lado, os cartões do jovem americano também evidenciam um filtro seletivo. Assim, o missivista nada comenta sobre a atuação dos Estados Unidos durante a Guerra do Fria (1945-1991), ou sobre a Guerra do Vietnã (1965-1975), assuntos que muito mobilizaram a opinião pública da época e apesar dele ter visitado Taiwan em 1970 e as Filipinas em 1973, países vizinhos a área de conflito.

O que teria motivado a omissão de Masilum? Até o momento o material que tenho disponível não me permite ter uma resposta.

Notas:

[1] Estou apaixonado com a sensação de voar. Eu gosto muitíssimo! Viajo de avião sempre que possível!" Postal com datação referente ao dia 01 de novembro de 1970.

Referências Bibliográficas:

BEIRÃO, Nirlando (Edição Geral). **América: Depoimentos**. Rio de Janeiro: Videofilmes- Companhia das Letras, 1989

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: História e Imagem**. – São Paulo: EDUSC, 2004.

FICHOU, Jean Pierre. **A Civilização Americana**; tradução Maria C. F. de Castilho. Campinas, SP: Papirus, 1990.

GOMES, Angela de Castro (Org). **Escrita de Si, escrita da História**. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

STANCIK, Marco Antônio. **O imaginário sobre o militar em cartões postais franceses**. IN: História (São Paulo) versão On-line,ISSN 1980-4369. Disponível em: http//www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010190742012000100007&lng=pt&nrm=isso

A DISPUTA DE LIMITES ENTRE SERGIPE E BAHIA PELA REGIÃO DE PARIPIRANGA/BA (1904-1915)

Autor: Antunes Santana Reis
Graduando em História - UFS
tunes.santana@gmail.com

Orientador: Antônio Lindvaldo Sousa (DHI – UFS)
antoniolind@gmail.com

A discussão de limites entre os Estados de Sergipe e Bahia foi levantada por Felisbelo Freire, no último capítulo de sua obra História de Sergipe, e levada a Câmara Federal dos Deputados em 1891. Mas foi a partir de 1904 que essa temática ganhou maior importância entre os intelectuais sergipanos. Foi nesse ano que o Governador desse Estado, Josino Menezes, com o discurso pronunciado a Assembleia Legislativa, convocou toda a elite política e intelectual sergipana a defender os limites históricos do Estado com a Bahia, sobretudo na região Ocidental, com o objetivo de tornar novamente sergipana a região de Patrocínio do Coité (Atual Paripiranga-BA).

Essa temática perpassou vários setores da sociedade sergipana, com o engajamento de intelectuais como professores, advogados e jornalistas. Brandão (1973) em a "Introdução ao estudo da Historiografia Sergipana" coloca que o Governo do Estado entregou a defesa dos seus limites a intelectuais que levantaram documentação e produziram várias obras historiográficas. Dentre essas, está a Obra Sergipe e Bahia (Questão de Limites) escrita por João de Mattos Freire de Carvalho. Esse Padre e intelectual sergipano nasceu em Simão Dias – SE, e pertencia a uma das famílias mais ricas dessa região, por isso pode desenvolver seus estudos no Colégio Pio Latino Americano e na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, tornando-se Padre e doutor em direito canônico. Sua vida foi marcada pela atuação como pároco por 47 anos na Cidade de Patrocínio do Coité.

Sua Obra Sergipe e Bahia (Questão de Limites) desencadeou conflitos e confrontos em relação a temática de limites entre Sergipe e Bahia devido sua proposta de anexar ao Estado de Sergipe a região de Patrocínio do Coité. Por isso limitamos nossa pesquisa ao recorte temporal que vai de 1904, quando ele já espalhava por Patrocínio do Coité sua defesa, até 1915 quando comissões dos dois Estados firmaram acordo de limites ao visitarem a região em litígio.

O presente artigo vem analisar a discussão de limites entre os Estados de Sergipe e Bahia proposta por Mattos, no qual observamos o apoio que este recebeu por parte dos sergipanos para entendermos os conflitos e confrontos travados entre sergipanos e baianos. É importante ressaltar que não pretendemos abranger a discussão entre todos os estudiosos envolvidos nessa temática de limites geográficos, mas, sim, nos limitaremos ao período em que Mattos participou da discussão e das negociações políticas pela região de Patrocínio do Coité.

Para entendermos os conflitos e confrontos gerados em torno dessa discussão, recorremos a Edward Thompson, o qual nos mostra que os sujeitos históricos devem ser entendidos a partir de suas "experiências culturais", o seu fazer social. Os conflitos corroboram na formação de uma identidade cultural, que levam os sujeitos a defenderem seu grupo e tomar consciência de seu papel no mesmo.

No apêndice da Obra de Mattos podemos perceber o repúdio e a reação baiana em relação a sua defesa de transferir o termo de Patrocínio do Coité para Sergipe. Antes mesmo de publicar seu trabalho, Mattos distribuiu entre seus paroquianos, um folheto intitulado: "Limites- Aos habitantes de Patrocínio do Coité". Vejamos algumas considerações:

> É tempo já de nos levantarmos do atrazo e da decadência em que jazemos. O ukase bahiano de 1871, deu-nos uma existência civil, que longe de augmentar, vai cada vez mais se enlanguecendo com pronunciada rapidez. Em logar de termos na Bahia uma mãe pátria desvellada, que nos ampare no nosso crescimento, prodigalisando-nos elementos e meios de desenvolvimento e vigor ao nosso organismo social, que encaminhe os nossos primeiros passos na trilha do progresso e da civilisação, e nos alente e nos proteja com seus recursos e cuidados, a nossa sorte tem-nos arrastado ao desamor a Bahia. (MATTOS, 1905, p. 61-62)

Percebemos que Mattos tenta convencer os seus paroquianos a se voltarem contra a Bahia. Para isso, ele relata o abandono do governo baiano em relação a essa região, e comenta como o Coité se desenvolveria bem mais rápido se pertencesse a Sergipe. Embora ele encontrasse alguns adeptos entre os coiteenses, o repúdio as suas idéias foi imediato, partindo principalmente da elite política. Liderados pelo intendente do Coité, Joaquim de Mattos Carregosa, escreveram ao Governador do Estado da Bahia expressando o desacordo as idéias de Mattos e pedindo que sua posição se tornasse pública. Vejamos um trecho do artigo publicado no Jornal Diário da Bahia em 20 de novembro de 1904:

> O povo desta Villa legitimamente representado pelo seu intendente e camara municipal vem perante v. ex. protestar contra a publicação de um folheto que junto envia a v. ex., sob o título Limites – Aos habitantes do Coité – no qual algum sergipano abusando de nossa confiança, emitiu conceitos e opiniões favoráveis a antiga idéia da passagem ou anexação deste município à Sergipe como pretendem os habitantes daquele Estado. (CARREGOSA Apud MATTOS, 1905 p. 63)

Vemos que as autoridades do Coité não pouparam críticas à posição de Mattos, colocando este como um sergipano que abusava da confiança recebida nas terras baianas. Porém, Mattos revidou tais opiniões e ao final de seu livro critica os coiteenses argumentando quais motivos existentes para se orgulharem de serem baianos, e que a justiça se encarregaria de devolver a Sergipe o que era seu de direito e, por fim, escreve:

> E si somos todos amigos e irmãos debaixo do mesmo teto – a bella Patria Brasileira, continuando o Coité a occupar o mesmo recanto dessa caza pátria em que está nem eu nem Sergipe nos enojaremos por isso; assim como sendo mudado para Sergipe, então é que terá a honra e os cômodos do filho pródigo ao reentrar no lar paterno e seus habitantes terão satisfação de encontrar aquella paz e felicidade, aquele desvello e adeantamento que nunca lhes há de chegar da madrasta e longiqua Bahia. (MATTOS, 1905, p. 68).

Mesmo com todo seu esforço na elaboração de seu livro no intuito de conseguir a mudança do termo de Patrocínio do Coité para o Estado de Sergipe, Mattos não conseguiu o apoio necessário entre os baianos para que isso pudesse acontecer. Porém, a partir de 1912, com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, do qual

Mattos foi sócio- correspondente, novas obras e conflitos surgiram em torno dos limites de Sergipe com a Bahia envolvendo a disputa pela região do Coité. Sergipe ganhava força pela união de seus intelectuais junto ao Governador do Estado José Siqueira de Menezes pela defesa de seus limites, e parecia que finalmente resolveria essa questão centenária.

O Governo baiano, em resposta as movimentações sergipanas, e preocupado com a conservação de seu território, convocou, em 1912, o historiador e geógrafo Dr. Braz do Amaral para pesquisar em arquivos portugueses e nacionais documentos que pudessem esclarecer seus limites em relação aos Estados vizinhos. Essa pesquisa auxiliou os baianos na negociação de seus limites com os sergipanos.

Em 1913 a discussão de limites entre os Estados de Sergipe e Bahia chegou pela segunda vez a Câmara de deputados da República. O Deputado Federal Moreira Guimarães apresentou um Projeto de Lei em 13 de novembro de 1913, no qual pedia a revisão dos limites do Estado em relação à Bahia. Firmou-se então um acordo entre os governos dos dois Estados em que ambos criariam comissões para definição desses limites. Enquanto nada era resolvido se estendia pela região de Patrocínio do Coité, boatos e temores de invasão sergipana a mão-armada nessas áreas, como relata o trecho do telegrama enviado pelo governador da Bahia ao Presidente de Sergipe em 21 de outubro de 1913:

> Exmo. General Presidente Sergipe – Aracajú – Auctoridades jurídicas e policiaes, assim como agentes do Thesouro em Patrocínio do Coité, comunicam-me alarmantes notícias da próxima invasão do território deste Estado por forças de polícia de Sergipe. Compreende V. Ex. a gravidade de taes boatos para a população tão distantes de sua capital. (SEABRA Apud AMARAL, 1916, p. 72).

O medo de confrontos armados era diário nessa região em litígio. Em resposta ao telegrama enviado pelo governador da Bahia, o Governador José de Siqueira Menezes garantiu que os sergipanos iriam conquistar a sua área de direito por meio da diplomacia e decisão do Governo Federal. Essa promessa, porém, não foi cumprida pelos sergipanos. Esses ocuparam áreas baianas no município de Patrocínio do Coité, nomeando professores e autoridade policial.

Diante desses conflitos Mattos continuou ao lado de seu Sergipe, como relata o Agente Fiscal do Norte da Bahia, Julio de Lima Valverde em 4 de novembro de 1913, em um telegrama ao Governador do Estado:

> [...] Ainda tenho a informar-vos que diversas pessoas conceituadas do Coité me comunicaram ter o Vigário da Freguezia, João de Mattos, em uma de suas domingas do mez de outubro p. findo, na ocasião da missa conventual, feito uma prática ao povo aconselhando que não temessem uma grande força vindo de Sergipe, pois esta não vinha fazer barulho e sim tomar Coité que pertencia a Sergipe [...] (VALVERDE Apud AMARAL, 1916, p. 79-80)

Mesmo sofrendo críticas em sua Paróquia por concordar que o Coité deveria pertencer a Sergipe, Mattos se envolveu novamente nessa questão. Porém, percebemos em nossa pesquisa a ausência de outros documentos que demonstrem o seu envolvimento nessa fase de conflitos.

As discussões sobre os limites de Sergipe com a Bahia em relação a Patrocínio do Coité ganharam ainda mais força após a Conferência realizada pelo baiano Dr. Braz do Amaral no IHGSE. Amaral apresentou documentos defendendo a posse da Bahia sobre o Coité e outras áreas em litígio. A reação contrária aos seus argumentos foi imediata por parte dos intelectuais e políticos sergipanos como escreveu Prado Sampaio:

> Ao nosso ver, não obstante, falta de documentos remotos, o direito de Sergipe continua incontestável sobre a zona litigiosa mesmo em face do *uti possidetis* que milita em nosso favor há mais de trinta anos em relação á antiga Malhada Vermelha. (SAMPAIO, 1914, p. 78)

Para os sergipanos os documentos apresentados por Braz do Amaral não garantiam a posse de Patrocínio do Coité a Bahia. Os documentos reunidos pelos sergipanos tinham datas mais antigas, mas foi ignorado por Braz. Este ao voltar a Salvador divulgava na imprensa que a questão estava resolvida, pois os sergipanos não possuíam documentos ao seu favor. Em resposta a essas afirmações de Braz escreveu o prefeito de Anápolis (Simão Dias), Raphael Montalvão:

> Também não andou bem avisado o Sr. Braz do Amaral dizendo que não possuímos documentos que firmem os nossos direitos; sendo que, como refutação basta recomendar a leitura da História de Sergipe de Felisbelo Freire e a obra do Doutor Padre João de Mattos intitulada Sergipe e Bahia (Questão de Limites). (MONTALVÃO, 1914, p 126.)

Como podemos ver, embora Mattos não esteja atuando diretamente nesses conflitos, sua obra é referência na argumentação sergipana na defesa de seus limites. De ambos os lados não se aceitavam o que o outro pesquisava. Esses conflitos eram sustentados pela defesa da identidade de cada Estado. Tantos os intelectuais baianos como os sergipanos mergulhados na identidade de cada Estado emitiam opiniões a seu próprio favor.

As negociações continuaram até o ano de 1915 quando o Governador do Estado da Bahia enviou o Dr. Braz do Amaral novamente a Sergipe para que junto com as autoridades sergipanas visitassem as áreas em litígio e assim entrassem em um acordo para resolver a questão. E assim visitaram a região de Anápolis (Simão Dias) e Patrocínio do Coité (Paripiranga) percorrendo suas áreas limítrofes, juntamente com os intendentes das duas Cidades. Porém, os avanços não foram significativos para Sergipe, pois, as áreas visitadas já estavam a um bom tempo sob o domínio da Bahia. Amaral tinha na defesa de seus argumentos, documentos como da solicitação de uma escola por parte dos coiteenses ao Governo da Bahia em 1869, além de comprovantes de pagamentos de impostos dessa população a Bahia.

Os sergipanos defenderam os seus limites históricos em favor de uma identidade. Do ponto de vista de Amaral os coiteenses estiveram a favor dos interesses baianos por que também já tinham constituído sua identidade baiana e demonstrava sua opção de alinhamento à Bahia. Uma das fontes dessa argumentação é o telegrama enviado ao Governador J. J. Seabra em 1º de fevereiro de 1915 após passar pelo Coité:

> Visitei o Coité no dia 26 e recebi naquelle bello e ridente torrão bahiano demonstrações de consideração e respeito tão grandes como se fosse V. Ex. mesmo que lá tivesse ido abraçar os nossos patrícios. Aos habitantes do Coité e aos seus magistrados prometi, em nome de V, Ex; toda a segurança de que serão respeitados as leias que garantem o nosso direito. (AMARAL, 1916, p. 133)

Assim como negaram apoio ao desejo de Mattos em mudar o termo de Patrocínio do Coité para o Estado de Sergipe, os Coiteenses possivelmente continuaram firmes nesse desejo durante a negociação entre os dois Estados. A experiência dessa população vivendo como baianos, mesmo que muitas vezes desamparados em suas necessidades pelo governo, fizeram com que continuassem firmes no propósito de pertencerem ao solo baiano, conforme se ler na discussão da intelectualidade baiana.

A imprensa baiana aponta que a população do Coité criou grande admiração por Braz do Amaral, por esse ter defendido os seus interesses, como demonstra, por exemplo, o Jornal O Paladino muitos anos após a discussão de limites, ao defendê-lo de críticas políticas noticiadas em um jornal de Salvador:

> O nome do dr. Braz do Amaral não é um parvenu, de um adventício nesta zona. Para que alguns dos municípios desta região permanecessem bahianos e outros não sofressem mutilação, bem sabemos ao que se expoz o eminente homem público, as agruras Moraes que curtiu. Felizmente, não só este município como em muitos outros, as populações sabem que juízo formular tangente à actualmente campanha. (Jornal o Paladino, 28 de maio de 1922)

O Jornal Paripiranguense demonstra a sua gratidão e admiração pelo Deputado Braz do Amaral em razão da defesa desse na conservação do município como parte do Estado da Bahia. Com isso percebemos mais uma vez o quanto a população coiteense esteve sempre firme ao desejo de continuar pertencendo a esse Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos documentos analisados conhecemos os conflitos e confrontos travados entre sergipanos e baianos pela região de Patrocínio do Coité, sobretudo, compreendemos que esses foram sustentados em defesa das experiências culturais dos que estavam envolvidos.

Percebemos o quanto a obra de João de Mattos desencadeou essa discussão, esse escreveu em apoio ao grupo político e intelectual de Sergipe a qual fazia parte. E assim,

entre os sergipanos Mattos ganhou forte apoio na sua defesa de transferir Patrocínio do Coité para o Estado de Sergipe. Porém o mesmo não aconteceu entre os baianos. Através dos documentos analisados percebemos o quanto a elite intelectual e política baiana criticaram essa idéia e lutaram pela conservação de seu território.

Portanto, foram tão comuns os conflitos e confrontos entre sergipanos e baianos nas áreas de litígio, como em Patrocínio do Coité, onde se temia invasões violentas. Com base na análise de documentos baianos presentes na Obra Limites da Bahia de Braz do Amaral, percebemos o quanto a Bahia se mobilizou nas negociações com Sergipe para não perder a região de Patrocínio do Coité. Além disso, podemos observar como os jornais dessa região expressavam o desejo da população em pertencer a esse Estado, mesmo estando tão distantes da capital e muitas vezes desamparados pelo Governo.

Os intelectuais e políticos se mobilizaram na defesa de seus próprios Estados, seja diretamente nas negociações, na pesquisa de documentos históricos e na produção de livros sobre o tema em discussão. Ambos, imersos em sua experiência cultural, estavam em torno de sua identidade, defendendo os interesses de seu Estado, é nessa condição de identidade que se pode explicar a persistência nessa discussão, pois foi em torno de suas experiências culturais e vicissitudes históricas que ambos, defenderam os seus interesses.

REFERÊNCIAS:

FONTES

ABREU, Francisco de Paula; AMARAL, Braz do. **Jornal O Paladino**. Patrocínio do Coité, 28 de maio de 1922, Ano IV. N. 26. p. 2.

AMARAL, Braz do. **Limites do Estado da Bahia**. Salvador: Imprensa oficial do Estado, 1916.

CARVALHO, João de Mattos Freire de. **Sergipe e Bahia (Questão de Limites)**. Aracaju, Empresa D` "O Estado de Sergipe". 1905.

FREIRE, Felisbelo de Oliveira. **História de Sergipe**. Aracaju: Editora Voz, 1977. 2. edição.

GUIMARÃES, Moreira. Discurso pronunciado sobre os limites de Sergipe, na sessão de 13 de novembro de 1913, na câmara federal. In__ **Revista do IHGSE** nº 2, vol. I, Ano 1913. p. 95-105.

MENEZES, Josino. **Limites entre os Estados de Sergipe e Bahia (discurso apresentado a Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe).** Aracaju: Empresa D` "O Estado de Sergipe", 1904.

MONTALVÃO, Raphael. Bahia – Sergipe: A questão de limites. In__ **Revista do IHGSE** nº 4, Fascículo II - vol. II, Ano 1914. p. 116-127.

SAMPAIO, Prado. Questão de Limites: Bahia – Sergipe. In__ **Revista do IHGSE** nº 3, Fascículo I - vol. II, Ano 1914 116. p. 77-78.

PRADO, Ivo do. **A Capitania de Sergipe e suas Ouvidorias**. Rio de Janeiro: Papelaria Brasil, 1919.

BIBLIOGRAFIA

BRANDÃO, José Calasans da Silva. **Introdução ao estudo da Historiografia Sergipana.** Trabalho apresentado ao V Simpósio de História do nordeste, Aracaju: agosto de 1973.

SOUSA, Antônio Lindvaldo**. Temas Para História de Sergipe II**. São Cristóvão, CESAD, 2010.

THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987. p. 9-14.

PRAZER À VENDA: ASPECTOS DA PROSTITUIÇÃO MASCULINA NO RIO DE JANEIRO, DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.

Autor: Bruno Farias
Graduado em História-UFS
brunao_filmes@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Francisco José Alves (DHI/UFS)
fjalves@infonet.com.br

I – Introdução

Este artigo tem como objetivo investigar aspectos da prostituição masculina na cidade do Rio de Janeiro dos anos de 1970. Toma como base, o conto "Paraíba", da obra **Os Solteirões**, de Gasparino Damata, publicado em 1975.

A abordagem adota como pressuposto que a obra ficcional comporta, também, uma dimensão de documento. Tal ideia parece ter guiado um conjunto de historiadores e cientistas sociais brasileiros, que usaram textos literários como base de dados para suas investigações. Dentre eles podemos citar Roberto Damatta (1936-), Peter Fry (1941-) e historiadores como Sidney Challoub (1957-), dentre outros. No plano internacional podemos citar os trabalhos de Raymond Williams (1921-1988).

Antes de ingressarmos na análise, destaquemos alguns elementos biográficos do autor. Gasparino Damata nasceu em 1918, numa zona canavieira chamada Catende, no estado de Pernambuco. Damata, antes de escritor, formou-se em Contabilidade, mas não exerceu o ofício. Praticou diversas atividades como jogador de futebol, cantor de orquestra, "moço de bordo" e interprete nas bases aéreas norte-americanas no Nordeste brasileiro, durante a II Guerra. Em 1943, ingressa como suboficial no *United Transportation Corps,* que levava tropas brasileiras do Recife e Natal para as bases anglo-americanas na África do Norte. Depois da II Guerra Mundial, em 1951, Gasparino se estabelece no Rio de Janeiro. Neste mesmo ano, publica seu primeiro livro, **Queda em ascensão**. Em 1967, organiza a pioneira coletânea de contos sobre a homoerotismo: **Histórias do amor maldito**. Na segunda metade da década de 1970, participa da formação do importante mensário gay, **Lampião da Esquina**. Gasparino Damata foi um gay assumido e militante. Muito da sua literatura é calcada em suas vivências pessoais e no conhecimento concreto da cultura gay do Brasil do século XX. Gasparino falece no ano de 2000. (COUTINHO, Afrânio; SOUZA, J. Galante D, 2001: 577).

Os **Solteirões** é formado por oito contos, todos registrando o universo homoerótico do Rio de Janeiro, das primeiras décadas pré-Aids. "Paraíba" inaugura a

obra. Seu enredo gira em torno do encontro entre dois nordestinos, Paraíba e Zé Orlando, seu conterrâneo de Floresta, município de Pernambuco, num cinema de pegação do Rio de Janeiro. Toda trama é urdida pela fala do protagonista Paraíba, contando ao seu conterrâneo as suas peripécias sexuais e amorosas, e, sobretudo suas experiências como garoto de programa na "cidade maravilhosa". Trata-se de uma narrativa fragmentada, incerta, psicológica. Através dela o leitor entra no mundo de omissões, fantasias, parcialidades criadas pelo relato do protagonista.

II – Um passeio pelo mundo da prostituição masculina.

"Paraíba" nos oferece um painel da prostituição masculina na cidade do Rio de Janeiro, nas décadas inicias da segunda metade do século XX. O conto documenta facetas diversas do negócio, tais como: a) os territórios ou cenários; b) os papéis sexuais envolvidos; c) o código de conduta de clientes e profissionais, d) os clientes indesejáveis do ponto de vista do michê; e) a quebra do pacto.

Comecemos pelos cenários, onde ocorre o negócio.

a) Um primeiro aspecto documentado no conto diz respeito aos locais de ocorrência do trato, o cinema e o mictório. É no cinema que Paraíba é flagrado por um conterrâneo e tenta dar suas explicações, "é isso mesmo, seu Zé Orlando, não me envergonho por ser descoberto nesse cinema. Sei que é um lugar suspeito, onde quase só vem veado e gente que não trabalha." (DAMATA, 1975: 7). Os cinemas, na subcultura homoerótica brasileira, geralmente, são pontos de "pegação", (isto é, interações homoeróticas) por excelência, pois reúne tanto segmentos sociais mais humildes, oriundos de bairros periféricos, quanto membros da classe média endinheirada, ambos sedentos por relações homoeróticas. O próprio Paraíba é um simples operário, que vem ao cinema complementar a sua renda: "faz dois anos que frequento este cinema, nunca sai daqui sem fazer um programa, as vezes até mais de um, e sem levar uma grana no bolso." (DAMATA, 1975: 10).

O cinema é palco de intensa interação sócio-sexual, movida por gestos e propostas. O fluxo do desejo marginal roça entre as poltronas, escadas e banheiros. Como informa Paraíba: "o individuo procura o cinema para se defender. Não tem bronca, e quase nunca dá galho, por que aqui todo mundo se conhece." (DAMATA, 1975: 8).

Além do cinema, outro território da prostituição masculina registrado no conto é o mictório. Este espaço ocupa uma posição especial na interação homoerótica. , pois

seus frequentadores, incluem pobres que estão expostos as batidas policiais ou aos fiscais do local (metrôs, shoppings, rodoviárias), sujeitos a ação dos vigilantes do pudor e dos bons costumes.

É no mictório que ocorre uma das interações homoeróticas mais significativas. No conto, Paraíba narra satisfeito: "fui ao mictório, mostrei o pau, e nunca mais saí daqui sem fazer programa." (DAMATA, 1975: 9). A fala do protagonista alude a um aspecto central na pegação de mictório: a exibição do pênis. Paraíba ao mostrar o pênis atiça o desejo da plateia. Seu propósito é que a exibição enseje uma iniciativa de um potencial cliente.

O que ocorre no conto de Gasparino Damata parece ser um componente importante na subcultura gay das cidades. Assim, um estudante carioca do começo dos anos de 1980 e frequentador de banheiros públicos declarou: "Não tenho intenções de conversar com ninguém, nem pretendo sair com pessoa alguma (...). O que eu quero mesmo é bater punheta, no meu canto sossegado (...). Quero me exibir e ver os outros se exibindo." (PINHEIRO, 1980: 6).

b) A demarcação dos papéis sexuais.

"Paraíba", também, focaliza um outro componente da subcultura homossexual no Rio de Janeiro, da segunda metade do século XX, pré-Aids. O conto documenta os papéis sexuais existentes no meio.

No conto, Paraíba, ao ser flagrado em atos homoeróticos pelo conterrâneo Zé Orlando, tenta proteger sua macheza e argumenta: "sou de mulher, como você mesmo sabe, e já dei prova disso várias vezes" (...) e finaliza categórico, "sou homem, e em homem nada pega." (DAMATA, 1975: 7). Para Paraíba suas ações sexualmente ativas não podem ser taxadas como bichice. Ele é homem, macho, durão. Como nos lembra João Silvério Trevisan (1944-), no universo cultural de Paraíba: "ser viril, quer dizer, não feminino, quer dizer não passivo, quer dizer, não bicha." (TREVISAN, 1998: 144). O mundo de Paraíba não se divide em homos e héteros, mas em homens e bichas, ativos e passivos.

Nesse sistema de representação a categoria "homem" se define em comportamento social e sexual com relação à "bicha", pelo binômio dominação/submissão. Nesse sistema diz Peter Fry: "O 'homem' deve se comportar de uma maneira masculina, a 'bicha' de uma forma feminina." (FRY, 1982: 90). Sendo assim, o "homem" é a o agente ativo, penetrador; enquanto a "bicha", agente passivo.

Numa tentativa de fugir dessa atribuição negativa da "bicha", Paraíba gaba-se a Zé Orlando, de uma intensa transa com uma mulher de "vida fácil" em Recife: "Fiz de tudo com aquela sujeita tudo que me deu vontade tudo que me deu vontade de fazer. Com mulher a gente pode fazer tudo." (DAMATA, 1975: 8). Para reforçar seu perfil de homem, o prostituto, também, alega um namoro, que teve, com uma garota quando chegou ao Rio de Janeiro.

C) Um terceiro aspecto da cultura homossexual carioca, registrado do conto de Gasparino Damata, diz respeito ao código de conduta, tanto do michê quanto do cliente.

Quanto ao michê a sua conduta deve ser de discrição. O sucesso de garoto de programa naquele mercado sexual depende da obediência a este principio. Sigilo é quase tudo na relação michê e cliente. A exigência tem suas razões: pois boa parte dos pagantes são homens casados, com filhos, empresários bem sucedidos. Eles exigem do garoto de programa o máximo de prudência, recato, segurança para não terem sua vida exposta. No conto, Paraíba se vangloria de obedecer a esta pauta: "Não é só porque tenho um bom pau que a turma me procura (...). É que sou de toda confiança, e trato todos com a mesma consideração". O prostituto enfatiza o seu profissionalismo afirmando, que mesmo que esteja sem um tostão no bolso nunca abordaria um cliente. Faço de conta que nunca nos vimos na cama (DAMATA, 1975: 10).

"Paraíba" também documenta o *modus operandi* do michê. No conto ele adota todo um esquema de abordagem no cinema, "encosto num canto, e fico fumando tranquilamente o meu cigarro(...) O cidadão encosta e puxa conversa, e quando a gente se entende, é que saio e vou sentar lá em cima, nas últimas filas de cadeira (DAMATA, 1975: 11). Essa tranquila abordagem evidencia o seu profissionalismo. Ele sabe que o contato inicial bem feito pose ocasionar um rentável programa. Para o prostituto quanto mais natural a abordagem melhor. Nada de pressa ou afobação para criar no cliente a sensação de segurança, deixando-o à vontade.

d) Os clientes indesejáveis

"Paraíba" ainda registra os clientes indesejáveis. O protagonista revela: "Não costumo dar atenção a essas bichas escandalosas, que ficam para cima e para baixo, e que falam o tempo todo". (DAMATA, 1975: 11). Profissional discreto no negócio também deseja clientes adeptos de certa discrição, e "bom comportamento".

Outro cliente indesejado por Paraíba é a bicha nova. Geralmente estudante, sem potencial financeiro. Além disso, devido à imaturidade são geralmente vigiados pelos pais ou por policiais. Para Paraíba, o bom cliente é o "cidadão já entrado na idade, que

trabalha". (DAMATA, 1975: 11). Em síntese, o cliente ideal deve ser discreto, maduro e com dinheiro.

e) Quebra do pacto.

O conto aqui examinado, também documenta um ponto delicado na relação michê e cliente, ou seja, a quebra do contrato.

No âmbito da relação, o cliente deve acordar previamente com o michê aquilo que cada um fará no ato. O acordo quando rompido, pode ser perigoso para o pagante. O conto relata uma situação exemplar: Paraíba vai com o cliente a uma hospedaria: "Lá ele me chupou, depois eu meti. E ai ele queria que eu fizesse o mesmo". E arremata: "Quase dou um soco no filho da puta". (DAMATA, 1975: 11). Conforme um estudioso do assunto, o sociólogo Antonio Sergio Spagnol, muitas vezes o michê mata o cliente quando o acordo pré-firmado não é cumprido. Paraíba não mata seu cliente, só ameaça surrá-lo.

A quebra do contrato potencializa um atrito ou tensão social freqüente na interação sexo mercantil homoerótico. O contato cliente rico versus michê pobre ocasiona muitos incidentes violentos como roubos, espancamentos e até assassinatos.

No conto, o cliente que queria mais do que o acordado retorna para solicitar os serviços de Paraíba. Mas desta vez explicita bem as suas demandas. Ele quer que o michê permita ser beijado na boca e pôr o seu pênis nas coxas do profissional. Paraíba desta vez se manifesta mais diplomático, revelando que quase aceita a proposta. A atitude do prostituto parece reforçar a tese de Spagnol, que a obediência ao acordo pré-firmado dificilmente acarreta atritos entre o michê e o cliente.

III – Conclusão.

A análise do conto "Paraíba" nos possibilitou uma viagem pelo mundo da prostituição masculina, no Rio de Janeiro na segunda metade do século XX. Por meio dele vislumbramos muitas facetas deste universo. O conto parece nos oferecer um documentário desta subcultura sexual da cidade maravilhosa. Gasparino Damata, além de nos oferecer uma peça literária deixa como legado um rico testemunho de época.

Sinceros agradecimentos, ao Prof. Dr. Francisco José Alves pela contribuição bibliográfica, revisão textual, seriedade, apoio e amizade.

BIBLIOGRAFIA

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galante D. **Enciclopedia de literatura brasileira**. São Paulo: Global, 2001. vol 2.

DAMATA, Gasparino (1918-2000). ["Paraíba"]. **Os solteirões**. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

FRY, Peter (1941-). Da hierarquia a igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. **Para inglês ver:** identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PINHEIRO, Alceste. [De ativos, passivos e reflexivos]. **Lampião da esquina**. Rio de Janeiro. Ano 3, nº 31, dezembro de 1980.

SPAGNOL, Antonio Sérgio. **Desejo marginal**: violência nas relações homossexuais. São Paulo: Arte e Ciência, 2001.

TREVISAN, João Silvério (1944-). [Castração e o bicho-papão da homossexualidade]. **Seis balas num buraco só**: a crise do masculino. Rio de Janeiro: Record, 1998.

JOSÉ ALOÍSIO DE CAMPOS: A UFS EM TRANSFORMAÇÃO (1976-1980)

Autora: Patrícia Francisca de Matos Santos
Mestranda em Educação - NPGED (UFS): Bolsista CNPq
Membro do GEPHE - (Grupo de Estudos e Pesquisas em Historia da Educação: intelectuais da educação, instituições escolares e praticas educacionais) - UFS/NPGED
Membro do GREPHES - (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História do Ensino Superior) - UFS
Acadêmica de História - UFS
Graduada em Pedagogia - UNIT
Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior - FSLF
Sócia da SBHE (Sociedade Brasileira de Historia da Educação)
patyfmatos@yahoo.com.br

Orientadora. Prof.ª Dr.ª Josefa Eliana Souza
Discente do DED e do NPGED - UFS
Sócia efetiva e membro da Comissão Permanente de História (2012-2014) -IHGSE
Coordenadora do GREPHES - (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História do Ensino Superior) _UFS
Sócia da SBHE (Sociedade Brasileira de Historia da Educação)
elianasergipe@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O objetivo neste projeto é analisar a contribuição do prof. Aloísio de Campos para a formação do campo superior publico em Sergipe de 1976 a 1980, marco que compreende a sua gestão como reitor da Universidade Federal de Sergipe. O desafio que se apresenta é o de desvelar um "[...] contexto dentro do qual os acontecimentos, os comportamentos, as instituições e os processos podem ser descritos como ele sugere, isto é, de forma inteligível, buscando não cair no formalismo conceitual e, ao mesmo tempo, elaborado distinções delicadas [...]" (Nunes, 2000, p. 44).

Por existirem diversas abordagens da História, o seu estudo enquanto ciência requerer a utilização de um método adequado ao campo, torna-se necessário um posicionamento no que concerne as teorias e categorias. Por este motivo considero a hipótese de que é o "[...] uso da historia que unifica os diferentes paradigmas envolvidos nas lutas pela definição dos objetos educacionais e pela legitimação de determinadas praticas nesse campo" (Bontempi Júnior, 1995, p. 105). Senso assim a explicação histórica

> não revela como a historia deveria ter se processado, mas porque se processou dessa maneira, e não de outra; que o processo não é arbitrário [...] que certos tipos de acontecimentos (políticos, econômicos, culturais) relacionaram-se, não de qualquer maneira que nos fosse agradável, mas de maneiras particulares e dentro de determinados campos de possibilidades [...] (Thompson, 1981, p. 61).

Esta diversidade implica decidir por uma perspectiva teórico-metodológica da História cultural, inserida no campo da História da Educação.

O Prof. Jorge Carvalho do Nascimento em seu estudo sobre a Historiografia educacional sergipana: uma crítica aos estudos de História da Educação (2003), traz um esboço sobre o campo da História da Educação desde a segunda metade do século XIX, revelando que este começou a se constituir como

> disciplina cientifica no final do século XIX. Uma grande quantidade de trabalhos tendo a História da Educação como objeto começou a circular na Europa em 1880 [...] No Brasil, os primeiros documentos oficiais que tratam da disciplina [...] datam de 1927 [...] Somente em 1947 [...] é que o ensino de História da Educação aparece no currículo das escolas normais [...] a maior parte dos estudos [...] foi produzido sem levar em consideração o que ocorria nos círculos acadêmicos da História [...] os estudos de História da Educação em Sergipe foram feitos como iniciativa individual dos pesquisadores, com especial destaque à contribuição da historiadora Maria Thétis Nunes [...] (Nascimento, 2003, p. 22-31).

Referente à abordagem da História Cultural e o seu fazer histórico, Pesavento (2008) explicita que ao trabalhar com esta perspectiva é necessário compreender que a sua visibilidade trouxe a

> renovação das correntes históricas, dos campos de pesquisa, multiplicação de temáticas e objetos e utilização de uma gama de novas fontes. O que possibilitou recortes inusitados do real, produção de questões renovadoras e descoberta/revista de velhas fontes iluminadas por novas perguntas (Pesavento, 2008, p. 69).

Reforço que o método histórico foi o escolhido por melhor representar a forma de estudo do objeto em questão, já que contém os elementos que possibilitam a análise para que sejam atingidos os objetivos. Sendo relevante compreender que, "a História começa com o gesto de selecionar, reunir [...] transformando em documentos determinados objetos distribuídos de outra forma" (Certeau, 1979).

Sendo assim o referencial contou com o apoio da concepção que Bourdieu (1990, 2007, 2008) usado para explicitar o seu entendimento de trajetória e campo capital cultural, intelectual; Certeau (1979) e Thompson (1981) na concepção de método histórico; Chartier (2009) com o conceito de representação; Pesavento (2008) para compreender a visibilidade da História Cultural; Nunes (2000), Azevedo (1996), Bontempi Júnior (1995), dente outros por versarem sobre a historiografia da Educação e História da Educação.

Cabe reforçar que o conceito de trajetória será utilizado para compreender o percurso acadêmico do Prof. Aloísio de Campos na construção do seu capital cultural, nos espaços em que atuou, principalmente como Reitor da Universidade Federal de Sergipe (1976-1980). Isso para compreensão de que este caminho "[...] criou condições para uma nova interlocução consigo mesmo e com o mundo [...] (Nunes, 2000, p. 122).

O conceito de campo servirá para demarcar/delimitar os espaços em que o professor transitou e legitimou sua representatividade junto aos pares. O uso da concepção de intelectual será empregado para compreender o posicionamento do indivíduo no campo, com o objetivo de construir o perfil acadêmico de Reitor.

Bourdieu (1990) tenta mostrar que intelectual, na sua perspectiva, é aquele individuo que se apropria de conhecimentos exteriores os mais diversos, fazendo com que se legitime dentro do campo, fortalecendo o seu engajamento enquanto um dos pares. A sua posição se fortalece à proporção que for agregando mais capital cultural,

tornando-o possuidor de prestígios, seja político, econômico, entre outros, cabendo a escolha de partilhar o que adquiriu, atitude que fortalecerá o seu poder simbólico.

Representação é aqui utilizado na perspectiva de tentar compreender as percepções dos outros elementos do campo que legitimam a inserção do professor Aloísio de Campos nos espaços acadêmicos e sociais em que este se inseriu. Trazendo Chartier (2009) para dialogar vemos que este nos diz que a representação "[...] permite vincular estritamente as posições e as relações sociais com a maneira como os indivíduos e os grupos se percebem e percebem os demais [...]" (Chartier, 2009, p. 49);

O conceito de capital cultural será utilizado para perceber a trajetória intelectual, construída pelo acesso e aquisição das práticas sociais e culturais, uteis para legitimar o individuo dentro campo.

Diante das inúmeras considerações que se pode obter a partir do conceito de representação, estabelece-se o fato de que não apenas as vontades individuais proliferam sobre as vontades dos grupos políticos; porém não se deve, ao todo, menosprezar a força política individualizada no sujeito, em especial do intelectual atuante em seu campo. Assim, para

> compreender a gênese social de um campo e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas matérias e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário [...] (Bourdieu, 2007, p. 69).

Serão interpretadas as informações dos acervos locais como o da Biblioteca Central (BICEN_ UFS), Arquivo Público do Estado de Sergipe, o Arquivo Central e a Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe, Biblioteca Central e do Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe (documentação sergipana), Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, dentro outros.

Por isso, serão analisados e interpretados fontes como livros, artigos, revistas e jornais. Esta operação historiográfica se dá, e se constitui como símbolo, pela relação como os "[...] autores recorrem à história, buscando nela as "questões estruturais" que conformam o objeto estudado a um contexto" (Bontempi Júnior , 1995, p. 65).

Será a partir dos estudos já realizados sobre a História da Educação em Sergipe, dos desdobramentos que teve a atuação de Aloísio de Campos, suas "[...] representações coletivas comportando os desejos, sonhos e utopias [...]" (Graça, 2001, p. 31), que este projeto se proporá a analisar a trajetória desse intelectual sergipano.

ENSINO SUPERIOR EM SERGIPE: PRIMEIRAS INICIATIVAS

As primeiras tentativas de implantação do ensino superior em Sergipe se deu com a surgimento do Imperial Instituto de Agricultura Sergipano, em 1860, durante a visita do imperador Pedro II à província. Já no período republicano, em 1898, Daniel Campos, presidente do Estado de Sergipe tentou implantar instituições de ensino superior no Estado. A primeira a funcionar com regularidade foi o Curso de Filosofia, criado, em 1913, no Seminário Diocesano e extinto, em 1934, por determinação da Santa Sé. O período de 1923 a 1926 marcou o momento em que se registra o início do funcionamento da primeira instituição estatal dedicada ao ensino superior em Sergipe.

Estes fatos e estas reflexões nos ajudam a compreender como um país pode, durante o século XIX, entreter a sua civilização e fazer prosperar a sua cultura, sem possuir o que nos grandes países do mundo, naquela época, era o próprio instrumento dos programas literários, filosóficos e científicos: as universidades (Azevedo, 1996, p. 584).

O presidente Maurício Graccho Cardoso também criou, em dezembro de 1925, a Faculdade de Direito Tobias Barreto e a Faculdade de Odontologia e Farmácia de Sergipe Aníbal Freire. Porém, a instituição funcionou apenas durante o ano de 1926, encerrando suas atividades em novembro daquele mesmo ano. Igual destino teve a Faculdade de Direito que, inaugurada em 1925, também funcionou apenas durante um ano. A partir de 1948, além da Escola de Química, foi também criada a Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe em 12 de novembro por meio do Decreto nº 73 assinado por José Rollemberg Leite, entretanto o processo de instalação efetivou-se em 1950. É com o Decreto nº 34.960 que o curso é reconhecido, perenizando as atividades do ensino superior (NASCIMENTO, 2006).

Em 1950, foram criadas a Faculdade de Direito e a Faculdade Católica de Filosofia. Sendo assim nos primeiros anos da década de 50, a sociedade sergipana passava a contar com quatro faculdades, a de Química Industrial, Ciências Econômicas,

Direito, Filosofia, Geografia e História, Matemática e Línguas Neolatinas e Anglo-Germânicas. Este tipo de educação, superior é "[...] parte relevante de um processo mais amplo de socialização que tem a ver diretamente com as características transformadoras da totalidade social [...]" (Paiva, 1983, p. 11).

A partir de 1954, a Igreja Católica fundou uma nova faculdade: a de Serviço Social. No ano de 1960, a Faculdade de Direito foi federalizada e um ano depois entrou em funcionamento a Faculdade de Medicina. Somente em 1970, depois de instalada a Universidade Federal de Sergipe, a sociedade foi incorporada pela instituição, criando-se o curso de Odontologia.

A Universidade Federal de Sergipe (UFS) foi constituída somente em 1968, com dez cursos, 576 alunos e 168 professores momento em que a sociedade foi incorporada pela instituição.

JOSÉ ALOÍSIO DE CAMPOS: O REITOR

Quem foi o prof. Aloisio de Campos? Qual a sua verdadeira contribuição para a consolidação do ensino superior publico em Sergipe?

Ao analisar de que forma Aloísio de Campos interveio e auxiliou na configuração das relações dentro do campo em que proliferou a criação do Campus Universitário, diz-se que ele atuou, abordando os arcabouços conceituais utilizados neste contexto e a sua visão de mundo diante da nova configuração dos seus pares. As representações "[...] permite vincular estritamente as posições e as relações sociais com a maneira como os indivíduos e os grupos se percebem e percebem os demais [...]" (Chartier, 2009, p. 49).

O professor Aloísio de Campos nasceu em 29/11/1914 em Frei Paulo e faleceu em 23/01/1986 em São Paulo. Graduou-se em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal da Bahia (1943), foi consultor técnico da Secretaria da Fazenda de Sergipe (1943), Diretor da antiga Faculdade de Economia (1952), professor do Colégio Tobias Barreto e da Faculdade de Ciências Econômicas (1955), Prefeito Municipal de Aracaju (1968-1970), Reitor da Universidade Federal de Sergipe (UFS) (1976-1980) e um dos ideólogos do Complexo Industrial Integrado de Base, ideia que preparou os meios para a exploração de riquezas do subsolo sergipano (SOBRINHO, 1996).

Dirigiu os trabalhos de construção do campus universitário e se ocupou com a implantação de uma política de gestão racionalizada para a instituição, particularmente

no tocante à capacitação de Recursos Humanos. Preocupou-se com a reforma do Estatuto da UFS, com o Regime Geral da Universidade e com o fortalecimento do poder administrativo e político da reitoria. Com isso "o pendor da trajetória individual e, sobretudo, coletiva, comanda, por intermédio das disposições temporais, a percepção da posição ocupada no mundo social e a relação encantada ou desencantada com essa posição que é, sem dúvida, uma das principais mediações através das quais se estabelece a relação entre a posição e as tomadas de posição políticas [...]. (BOURDIEU, 2008).

Em matéria no Jornal UFS (2010, p.5) em decorrência da comemoração dos 42 anos de História da Instituição lê-se o relato de que na "década de 80 começou a transferência gradativa da universidade para suas novas instalações no campus universitário que, em 1987, através da Resolução 01/87 do Conselho Universitário (CONSU), denomina-se "Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos colaborar para a analise das contribuições propiciadas por Aloísio de Campos (1914 – 1986), como reitor da Universidade Federal de Sergipe, no período compreendido entre os anos de 1976 e 1980, como reitor. Momento em que se verificam mudanças na formação dos pensamentos educacionais que permearam a construção do Campus Universitário, na perspectiva de uma melhor organização política para o Ensino Superior no Estado de Sergipe àquela época.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Fernando de. As origens das instituições escolares. In**: A cultura brasileira. Parte III –** A transmissão da cultura. 6.ed. Brasília: UNEB, 1996, p. 545-601.

BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. **História da educação brasileira**: o terreno do consenso. São Paulo: PUC, 1995. (Dissertação - Mestrado em Educação).

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção:** crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: BERTRAND, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: Le Goff e Nora. **História**: novos problemas. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

CHARTIER, Roger. A história ou a leitura do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. **Pés-de-anjo e letreiros de neon**: ginasianas na Aracaju dos anos dourados. São Cristovão: Editora UFS, 2002.

GUERRA, Ângelo Roberto. 42 anos de história. **Jornal UFS**. São Cristovão: Publicação da Assessoria de Comunicação da UFS , p. 2-7, ano III – número 2-fev/maio de 2010.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do (et.al). Educação Superior em Sergipe (1991-2004). p. 22-26. In: GIOLO, Jaime; RISTOFF, Dilvo (Orgs.). **Educação Superior Brasileira (1991-2004):** Sergipe. Brasília: Inep, 2006. p. 21-72.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Historiografia educacional sergipana**: uma crítica aos estudos de História da Educação. São Cristóvão. Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação/NPGED, 2003. (Coleção Educação é História, 1).

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira**: a poesia da ação. Bragança Paulista-S.P: EDUSF, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (Coleção História e Reflexões).

PAIVA, Vanilda Pereira. **Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

SOBRINHO, José Teles de Meneses. Prof. **José Aloísio de Campos sua vida e sua obra.** São Cristovão: UFS, 1996.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

UM FLÂNEUR TRANSATLÂNTICO: ESTUDO COMPARATIVO DE SITES E BLOGS SERGIPANOS E PORTUGUESES COM TEMÁTICA SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL

Autora: Giceli Andrade Rocha Santos
Graduanda em Museologia/UFS
Bolsista PIBIC/CNPQ

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Janaina Cardoso de Mello (NMS/UFS)
janainamello@uol.com.br

Introdução

Embora seja uma prática vinculada à Era Moderna, a *flanerie* (ou seja, o ato de caminhar, sem pressa, observando a cidade, suas transformações e permanências) ainda suscita debates no tempo presente. Do *flâneur* da obra de Charles Baudelaire ao "homem na multidão" de Edgar Allan Poe até chegar aos "passantes" de Lima Barreto, Machado de Assis, João do Rio e Fernando Pessoa, a arte de andar pela cidade apreendendo seus detalhes e constituindo um mosaico poético da urbanidade cumpre um papel social que une o homem/a mulher à cidade, humanizando o concreto, edificando memórias individuais e coletivas. Álvaro Campos, heterônomio do poeta Fernando Pessoa vivencia o processo de industrialização na Portugal do século XX, enquanto Bernardo Soares (um semi-heteronômio, segundo Pessoa) é um guarda-livros de Lisboa que herda o caos e a depressão da cidade contemporânea.

Nesse sentido, a literatura sergipana configurada na obra de contos "Água de cabaça" (2003) escrita pelo sergipano Vladimir Souza Carvalho que tem como pano de fundo a cidade de Itabaiana, no livro "O comedor de jia" (2006) de Pedrinho dos Santos sobre os costumes tradicionais do interior de Sergipe ou no clássico "Roteiro de Aracaju" (2002) de Mário Cabral perfazem esse caminhar.

A fronteira entre o monumento e o monumento histórico é no caso deste último, a não intencionalidade de criá-lo como tal. A ele, ao monumento histórico, são atribuídas características que estariam ausentes entre executores e destinatários da obra, assim: "todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem ter tido na sua origem um destino memorial" (CHOAY, 2000:22).

No caminho entre a concessão do sentido de patrimônio cultural pela população e da legitimação de "áreas patrimoniais" (edificações, conjuntos urbanos em cidades históricas) por políticas estatais de reconhecimento, valorização e preservação afluem do desejo de "não perder as tradições de outrora":

Os bens culturais apreendidos como 'expressões da alma dos povos' conjugam as reminiscências e o sentido de pertencimento dos indivíduos, articulando-os a um ou mais grupos e lhes assegurando vínculos indenitários. Não obstante, as reiteradas ameaças às tradições culturais e ao meio, tão corriqueiras na atualidade, abalam as perspectivas da própria sobrevivência humana. Por essa razão, agentes sociais distintos, profissionais das mais diversas áreas do conhecimento e admiradores dos múltiplos 'tesouros da humanidade' se movimentam para garantir a salvaguarda de paisagens naturais e culturais, das festas profanas e religiosas, dos vestígios arqueológicos, das obras de arte, dos monumentos e bens culturais imateriais. "Além disso, na esperança de promover saídas para os impasses da preservação dos patrimônios intangíveis, esses cidadãos sugerem o acautelamento e o registro de ofícios e saberes populares, de rituais e crenças". (PELEGRINI, 2009: 14-15). A salvaguarda e valorização do patrimônio cultural como atribuição do Estado português teve como referência normativa mais relevante, até ao final do século XX, a Legislação do Património Cultural Português (Lei nº 13/85, de 6 de Julho).

Dois anos depois, a Lei de Bases do Ambiente (Lei nº 11/87, de 7 de Abril), no artigo 17.º, identifica a paisagem e o patrimônio natural e construído como componentes que "definem, no seu conjunto, o quadro específico de vida, onde se insere e de que depende a atividade do homem", e no artigo 20.º, estabelece que o "património natural e construído do País, bem como o histórico e cultural, serão objeto de medidas especiais de defesa, salvaguarda e valorização, através, entre outros, de uma adequada gestão de recursos existentes e planificação das ações a empreender numa perspectiva de animação e utilização criativa".

A transição do milénio é marcada por um novo regime de proteção e valorização do patrimônio cultural português, tendo como finalidades, enquanto tarefa fundamental do Estado e dever dos cidadãos: "incentivar e assegurar o acesso de todos à fruição cultural; vivificar a identidade cultural comum de Portugal e das comunidades regionais e locais a ela pertencentes e fortalecer a consciência da participação histórica do povo português em realidades culturais de âmbito transnacional; promover o aumento do

bem-estar social e econômico e o desenvolvimento regional e local; defender a qualidade ambiental e paisagística" (Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro).

Assim, o novo quadro jurídico caracteriza o patrimônio cultural como: "constituído por todos os bens (materiais e imateriais) que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização, mas, também, quando for o caso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa". Desse modo, "o interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico dos bens que integram o património cultural refletirá valores de memória, antiguidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade" (Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro).

No Brasil a partir de 1934 as questões do patrimônio cultural começaram a ser contempladas na Constituição republicana, tendo suas disposições de proteção aos bens naturais e culturais ratificadas na Carta de 1937, submetendo o instituto da propriedade ao bem coletivo. Sendo a década de 1940 repletas de ações de incentivo no campo museológico e de tombamentos de edificações em cidades históricas pelo Instituto do Patrimônio Artístico, Histórico e Nacional (Iphan). Todavia, a Constituição de 1988 e os progressos no campo do patrimônio imaterial nos anos 2000 irão ter uma ação decisiva no alargamento da noção de patrimônio cultural brasileiro.

Objetivos

Geral:

* Pesquisar as convergências e divergências nas concepções de patrimônio cultural entre Sergipe e Portugal, no que diz respeito às suas cidades históricas.

Específicos:

* Estudar as políticas de salvaguarda dos bens culturais materiais em Sergipe e Portugal do final do século XX ao início do século XXI.

* Identificar as heranças culturais lusitanas nas cidades sergipanas de Laranjeiras e São Cristóvão.

*Analisar as imagens fotográficas do patrimônio urbano português e sergipano

* Relacionar os projetos de educação patrimonial voltados para a integração/preservação/interação com as cidades históricas propostas pelos museus sergipanos e portugueses.

* Realizar um estudo comparativo à partir dos *sites* e *blogs* sergipanos e portugueses com temática voltada para o patrimônio cultural.

Metodologia

A metodologia do projeto proposto se desenvolverá em cinco etapas e três planos de trabalho:

Primeira Etapa: Discussão teórico-metodológica sobre os conceitos de patrimônio cultural, memória, representação, apropriação, cidades-históricas, memória, monumento, dentre outros.

Segunda Etapa: Estudo das políticas de salvaguarda dos bens culturais materiais em Sergipe e Portugal do final do século XX ao início do século XXI, através da legislação sobre patrimônio cultural nos dois espaços.

Terceira Etapa: Identificação das heranças culturais lusitanas nas cidades sergipanas de Laranjeiras e São Cristóvão através de trabalho de campo (fotografia, filmagem e seleção de documentação de arquivo).

Quarta Etapa: Pesquisa de casos particulares à partir da análise da imagética das cidades portuguesas, dos projetos de educação patrimonial propostos pelos museus sergipanos e portugueses e do estudo comparativo de *sites* e *blogs* sergipanos e portugueses com temática sobre o patrimônio cultural.

Quinta Etapa: Alimentação de um banco de dados Sergipe/Portugal sobre patrimônio cultural e acondicionamento no site: www.laranjeirasvirtual.com.br.

Plano de Trabalho 1: UM FLÂNEUR TRANSATLÂNTICO: Pesquisa de casos particulares à partir da análise da imagética das cidades portuguesas e sergipanas.

Plano de Trabalho 2: UM FLÂNEUR TRANSATLÂNTICO: Pesquisa de casos particulares à partir da análise dos projetos de educação patrimonial propostos pelos museus sergipanos e portugueses.

Plano de Trabalho 3: UM FLÂNEUR TRANSATLÂNTICO: Estudo comparativo de *sites* e *blogs* sergipanos e portugueses com temática sobre o patrimônio cultural.

Resultados esperados

1. Catalogação de dados comparativos sobre memória e patrimônio cultural em Sergipe e Portugal acondicionadas em um banco de dados à serem disponibilizados no *site*: www.laranjeirasvirtual.com.br.
2. Formação de uma rede internacional de trocas de informações e materiais de pesquisa sobre Memória e Patrimônio.
3. Participação em reuniões, seminários e congressos das áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas para comunicar conceitos e ideias do projeto em curso.
4. Artigos de divulgação científica em revistas, jornais e periódicos especializados nacionais e internacionais.

Referências Bibliográficas

BACHOUD, Louis et al. **Patrimoine cultural bâti et paysager**. Classement, conservation, valorisation. Paris: Éditions Dalloz, 2002.

BENJAMIN, Walter**. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. V. 3. 3ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

BRANDI, Cesare. **Il Restauro: teoria e pratica**. 2ª ed. Roma: Editori Riuniti, 1996.

CABRAL, Mário. **Roteiro de Aracaju**. 3ª. Ed. Aracaju: Banese, 2001.

CARVALHO, Vladimir Souza. **Água de cabaça**. Curitiba: Juruá, 2003.

CHARTIER, Roger. **História Cultural - Entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1990.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução: Teresa Castro, Lisboa: Edições 70, 2000.

____. **O urbanismo**. São Pulo: Perspectiva, 1992.

HENRIQUES, Eduardo. Novos desafios e orientações das políticas culturais: tendências nas democracias desenvolvidas e das especificidades do caso português. **Finisterra**, 2002, vol. XXXVII, nº. 73, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, p. 61-80.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country**. New York: Cambridge University Press, 1995.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural**: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PESSOA, Fernando. **Ficções de interlúdio**. Vol. 4: Poesias de Álvaro de Campos. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira:1983.

____. **Páginas íntimas e de auto-interpretação.** (Textos estabelecidos e prefaciados por Georg Rudolf Lind e Jacinto do Prado Coelho.) Lisboa: Ática, 1996.

SANTOS, Pedrinho dos. **O comedor de jia**. Aracaju: Info Graphics, 2006.

SILVA, Augusto Santos. Cultura: das obrigações do Estado à participação da sociedade civil. **Sociologia**. Problemas e Práticas, 1997, nº 23, p. 37-48.

TOMÁS, Paulo Manuel de Carvalho. Património cultural e estratégias de desenvolvimento em Portugal: balanço e novas perspectivas. *Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica***, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. http://www.ub.es/geocrit/-xcol/289.htm (Acesso em: 15/03/2012).

ZARANKIN, Andrés. Arqueología de la arquitectura: Another brick in the wall. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia.** São Paulo, Suplemento 3. 1999. pp. 119-128.

GEOPOLÍTICA DA APROPRIAÇÃO DA ÁGUA NO ALTO CURSO DA BACIA DO RIO SERGIPE

Autor: José Hugo Feitosa Silva
Graduando em Geografia-Lic./UFS

Bolsista PIBIC/FAPITEC
kabelo26@hotmail.com

Co-orientador: Msc. Luiz Carlos Sousa Silva (NPGEO/UFS)
lsousasilva@uol.com.br

Orientadora: Prof. Pós Drª Rosemeri Melo e Souza (DGE/UFS/CNPq)
rome@ufs.br

Introdução

Estudos apontam uma crise da água em caráter mundial, onde a principal razão é política. Essa crise poderia ser resolvida com os processos técnicos de estocagem e de reaproveitamento, entretanto, vemos a degradação crescente deste recurso em escala internacional, gerando uma falta de acesso a água de qualidade, problema antes encarado como apenas de países pobres. Esta problemática da escassez de água é reconhecida por diversos órgãos internacionais e já fora discutida em diversos eventos como a Conferência das Nações Unidas sobre Água de Mar Del Plata entre 14 e 25 de março de 1977, a Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente realizada em Dublin, de 26 a 31 de janeiro de 1992 e a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrido no Rio de Janeiro entre 3 e 14 de Junho de 1992 (RIBEIRO, 2008).

A geografia política nasce uma relação entre o território e a política. O território pode ser compreendido como uma base material e simbólica da sociedade, enquanto a política seria os diversos meios utilizados na solução de conflitos gerados por interesses distintos. A geografia política contemporânea se baseia na teoria dos sistemas-mundo de Immanuel Wallerstein, onde se examina o impacto sobre as localidades causadas pela globalização, assim, a escala do estado-nação deixa de ser a única (CASTRO, 2005).

Geopolítica seria, de certo modo, a instrumentalização da geografia política, sua aplicação técnica é um determinado recorte espacial, logo, a geopolítica é estritamente dependente das teorias da geografia política (COSTA, 2010).

Uma geopolítica da água tem como enfoque o conjunto de ações, e contradições, políticas a serem utilizadas na gestão e no planejamento tendo como enfoque a apropriação e o uso dos recursos hídricos em um determinado recorte espacial que, neste caso, seria o alto curso da bacia do Rio Sergipe. A Bacia Hidrográfica do Rio Sergipe abrange 26 municípios, com população residente de 1.010.523 habitantes, equivalendo a 56,6% do total do Estado de Sergipe, no Brasil. Em seu alto curso, a bacia abrange cerca de nove municípios situados em uma região de extrema seca

(semiárido), possuindo um grande número de latifúndios, algumas pequenas propriedades e pequenos povoados e assentamentos.

Revisão Bibliográfica

A água não se distribui naturalmente de modo igualitário ao redor do planeta, determinados lugares apresentam maiores ofertas dos recursos hídricos em comparação a outros, contudo, a distribuição da água entre os sujeitos não é meramente natural. Para melhor entendermos este ponto, dois conceitos são necessários, o primeiro seria o de *escassez hídrica*, que pode ser definido da seguinte maneira:

> A escassez hídrica é uma das medidas de avaliação geográfica de uma unidade territorial. Ela pode ser física e econômica. Quando a quantidade de água disponível de um país não é o suficiente para prover as necessidades de sua população, existe uma escassez física da água. Se um país não tem recursos financeiros para levar a água de qualidade em quantidade suficiente à sua população, apesar de ela ocorrer em seu território, a escassez é econômica (RIBEIRO, op. cit., p.62).

Quanto ao segundo conceito, *estresse hídrico*, pode-se defini-lo como:

> Pode-se definir o estresse hídrico como resultado da relação entre o total de água utilizado anualmente e a diferença entre pluviosidade e a evaporação (a água renovada) que ocorrem em uma unidade territorial, em geral, definida por país. Existem avaliações que consideram a relação entre o estoque hídrico, definido como o total de água que ocorre em uma determinada região, incluindo as águas superficiais e subterrâneas, e o volume total empregado por ano (RIBEIRO, op. cit., pg. 62-63).

O estresse hídrico antecede a escassez hídrica. A partir do estresse hídrico, podemos entender o quão utilizado são os recursos hídricos. Quando o estresse atinge um ponto alto, configura-se aí um cenário de estresse hídrico. Quando se visa combater os problemas causados pelo estresse ou pela escassez, torna-se necessário um conjunto de planejamentos e estratégias.

A escassez hídrica, quando ocorre, não se concentra em uma única localidade, ela é sentida em diversas localidades e por diversos grupos. Dificilmente existirá um

meio de resolver diversos problemas de escassez de uma única vez, logo, as ações tenderão a privilegiar determinadas localidades em detrimento a outras.

O campo da geografia política reside na relação entre o território e a política. Segundo Raffestin (1993) "ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço", ora, quando minhas ações visam determinado espaço, configura-se aí um território.

> O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, op. cit., pg. 144).

A política por sua vez surge nas diferenças, nas pluralidades. Apesar da existência de concordância entre idéias, as diferenças tenderão a serem maiores. As diferenças entre os interesses distintos são resolvidas mediante uma organização política, porém o homem é apolítico, como afirma Arendt:

> (...) o homem é apolítico. A política surge no *entre-os*-homens; portanto, totalmente *fora dos* homens. Por conseguinte, não existe nenhuma substância política original. A política surge no intra-espaço e se estabelece como relação (ARENDT, 2007, pg. 23).

Com a união entre o território e a políticas vemos surgir o campo da geografia política, que tem como função a análise das ações políticas que se materializam em um recorte espacial que se configura, assim, em território e, desta forma, segundo Castro:

> Neste sentido, é possível então afirmar que as questões e os conflitos de interesses surgem das relações sociais e se territorializam, ou seja, materializam-se em disputas entre esses grupos e classes sociais para organizar o território da maneira mais adequada aos objetivos de cada um, ou seja, do modo mais adequado aos seus interesses. Essas disputas no interior da sociedade criam tensões e formas de organização do espaço que definem um campo importante da análise geográfica. Neste sentido, podemos indicar que é na relação entre política – expressão e modo de controle dos conflitos sociais – e o território – base material e simbólica da sociedade – que se encontram os temas e questões do campo da geografia política (CASTRO, 2005, pg. 41).

Se pensarmos em geopolítica, não estaremos necessariamente saindo da geografia política. Analisando os diversos pensadores da geopolítica como A. T. Mahan, H. J. Mackinder e K. Haushofer (COSTA, 2010), perceberemos que a geopolítica possui uma tradição militar onde análise do território tem como finalidade a conquista em prol de um determinado estado-nação, entretanto, torna-se necessário a superação desse ranço militar. A apropriação gera situações de conflito de uso, de apropriação, de exploração e/ou de políticas institucionais, pois, até mesmo as diversas instâncias criam conflitos entre si na medida em que suas ações e metodologias visem fins diferentes, ou formas diferentes de atingir os fins. A geopolítica, neste caso, aplicaria as teorias da geografia política a um recorte espacial definido, visando a resolução dos possíveis conflitos em suas várias modalidades.

> Descartadas as confusões e dissimulações em torno do rótulo, pode-se afirmar com relativa segurança que a geopolítica, tal como foi exposta pelos principais teóricos, é antes de tudo um subproduto e um reducionismo técnico e pragmático da geografia política, na medida em quem se apropria de parte de seus postulados gerais para aplica-los na análise de situações concretas interessando ao jogo de forças estatais projetado no espaço (COSTA, op. cit., pg. 55).

Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa, fora pensado uma revisão bibliográfica, coleta de dados em sites e órgãos públicos como a Defesa Civil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Integração (MI), Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), Superintendência de Recursos Hídricos (SRH), Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) e a Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO).

Foram realizadas saídas à campo na área de estudo, visitamos os municípios de Carira e Nossa Senhora da Glória e, em seguida, seguimos até a nascente do rio Sergipe. Foram realizadas duas visitas, a primeira ocorreu no dia 28 de abril de 2012 e a segunda no dia 19 de setembro do mesmo ano.

O Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Sergipe (CBHSE) é o órgão responsável pela gestão descentralizada da bacia hidrográfica do rio Sergipe. Sendo suas reuniões abertas à sociedade, participei de duas de suas reuniões. A primeira realizada nos dias 30 e 31 de maio de 2012, em comemoração ao aniversário de dez anos do

comitê. A segunda, em comemoração aos 15 anos da política estadual de gestão de recursos hídricos, contando também com o lançamento do Atlas Digital de Recursos Hídricos – versão 2012.9, que ocorreu no dia 25 de setembro do mesmo ano.

No dia 01 de novembro de 2012, conseguimos conversar com o Coronel Gilfran Marceliocopete Santos Mateus, secretário executivo da coordenadoria especial da Defesa Civil, que explicou parte da metodologia empregada pelo órgão.

Resultados Parciais e Discussões

De acordo com os dados coletados no site do SRH, 58,37%, o equivalente a 2.191 Km², da bacia do rio Sergipe se encontra na região do semiárido, onde as temperaturas variam dos 34ºc na máxima e 16ºc na mínima, além de uma evapotranspiração anual de 1.700 mm e uma pluviometria média anual de 700 mm. Sendo a evapotranspiração média anual quase duas vezes e meia maior que pluviometria, nitidamente percebemos que a região semiárida da bacia do rio Sergipe possui uma escassez hídrica natural em primeiro lugar.

As bacias hidrográficas são todas recortadas por Unidades de Planejamento (UP). Este recorte delimita áreas na bacia, facilitando seu estudo. A bacia do rio Sergipe se encontra recortada em cinco unidades de planejamento, a saber: Alto Sergipe (UP-8), Baixo Sergipe (UP-11), Cotinguiba (UP-10), Jacarecica (UP-9) e Poxim (UP-12). Na UP-8, foco desse trabalho, encontramos rios intermitentes, secos na maior parte do ano.

Sendo os rios intermitentes, e tendo em vista que neste ano de 2012 as chuvas dos meses de Junho, Julho e Agosto não ocorreram, a disponibilidade de águas superficiais torna-se severamente escassa. A Tabela 1 mostra a indicação de uso para as águas subterrâneas na UP-8, já a Tabela 2 mostra um cenário tendencial de demanda na mesma UP.

Tabela 1 - Unidade de Planejamento – Alto Sergipe (UP-8)

Consumo humano	imprestável salvo raras exceções
Consumo animal	sem restrições para gado bovino de corte e caprinos/ovinos, e para demais animais apenas em eventuais poços;
Irrigação	não recomendado por exceder a tolerância das culturas

	e oferecer risco de salinização dos solos.

Fonte: SRH / SEMARH Acessado em 06/11/2012.

Tabela 2 – Cenário Tendencial – Unidade de Planejamento – Alto Sergipe (UP-8)

ALTO SERGIPE (UP-8)

COD UP	UP	DEMANDAS DE ÁGUA (m³/ano)				
		TIPO DE DEMANDA	CENARIO TENDENCIAL			
			2010	2015	2020	2025
8	Alto Sergipe	Humana	3.415.110	3.796.173	4.243.802	4.659.360
		Animal	1.858.818	1.901.422	1.932.474	1.971.433
		Industrial	77.072	81.205	85.567	90.172
		Irrigação	186.885	205.574	226.131	248.744
		Ecológica	977.616	977.616	977.616	977.616
		Total	6.515.502	6.961.990	7.465.590	7.947.326

Fonte: SRH / SEMARH Acessado em 06/11/2012.

A Defesa Civil é um órgão pertencente ao Ministério da Integração, que tem como objetivo o combate a desastres. Tivemos a oportunidade de entrevistar o Coronel Gilfran Marceliocopete Santos Mateus, secretário executivo da coordenadoria especial da Defesa Civil. Segundo ele, existem dois tipos de desastre: o súbito e o gradual. Enchentes, vendavais ou tempestades, etc., podem ser classificados como desastres súbitos, estiagem e secas são classificados como desastres graduais. Existe uma diferença entre estiagem e seca, a primeira tem uma duração de cento e oitenta dias, depois disso, temos o segundo caso.

No combate contra a escassez hídrica, a Defesa Civil se utiliza de caminhões pipas, carregando água para povoados em situação de emergência, além da distribuição de cestas básicas. As águas transportadas proveem da DESO e do rio São Francisco. Em relato, o Coronel Mateus nos relatou de casos em que determinados povoados eram indicados como situação de emergência, para que as pessoas pudessem se beneficiar das cestas básicas, mesmo sem a real necessidade de água. Obviamente que os técnicos da Defesa Civil, em vistorias realizadas toda vez em que um município declara situação de emergência, negou a ajuda. Quem declara a emergência são os municípios, logo, como bem relatou o Coronel, podemos perceber a seca, e os problemas por ela trazidos, sendo usados como ferramenta política na formação de possíveis eleitores.

Conclusão

A geopolítica se utiliza das teorias da geografia política para uma posterior aplicação em um recorte espacial definido. Esta aplicação depende de estratégias e planejamentos visando a gestão de um território. Quando pensamos em uma geopolítica

dos recursos hídricos, levamos em consideração todo o arranjo político que envolve este recurso e os conflitos causados pela sua escassez.

A água é um recurso, onde, sua escassez assola as populações que vivem no alto curso do rio Sergipe, localizado na região semiárida do estado de Sergipe. Diversos órgãos se organizam, planejando ações voltadas a esta região de recurso hídrico escasso. A demanda por água persiste ao longo do tempo e os diversos dados mostram a sua persistência. Porém, devemos pensar: se a problemática das secas e estiagens já é algo previsto, porque medidas mais efetivas não são efetuadas?

A Defesa Civil é responsável pela distribuição de água, a partir dos carros pipas, para as diversas localidades em situação de emergência, mas essa ação não soluciona o caso da escassez. Neste ano de 2012, encontramos uma situação atípica onde as chuvas esperadas não apareceram, intensificando os problemas da seca. Não se pode esperar algo, já previsto, acontecer para se iniciar as medidas. Torna-se necessário, nesse aspecto, pensar estratégias e planejar medidas que sanem e superem a problemática das secas, pois na medida em que as necessidades continuam, conflitos podem ser gerados devido as intenções divergentes, pois da mesma forma em que a água alivia a sede, a mesma pode ser usada de ferramenta política, criando massas de manobra para campanhas eleitoreiras.

Referência Bibliográfica

ARENDT, Hannah; LUDZ, Ursula (Trad.). **O que é política?.** 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2007.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política:** território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2005.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica:** discursos sobre o território e o poder. 2. ed. São Paulo, SP: EDUSP, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Geografia política da água.** São Paulo, SP: Annablume, 2008.

Webgrafia

http://sirhse.semarh.se.gov.br/sirhse/index.php/macroplanejamento/bacias_hidrograficas/sergipe

http://sirhse.semarh.se.gov.br/sirhse/index.php/macroplanejamento/bacias_hidrograficas/sergipeAspectosQualitativos/sergipe.

http://sirhse.semarh.se.gov.br/sirhse/index.php/macroplanejamento/bacias_hidrograficas/sergipeDemandasUso/sergipe.

GT 5:

BULLYING: UM ESTUDO SOBRE O APOIO SOCIAL EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA ESCOLAR

Autora: **Renata Silva Teixeira**
Graduanda em Psicologia / UFS
Bolsista CNPq.
renatinha-st@bol.com.br

Co-autor: Jackeline Maria de Souza
Mestranda em Psicologia Social / UFS
jackeline.souza1@gmail.com

Orientador: **Prof. Dr. Joilson Pereira da Silva (DPS/UFS)**
joilsonp@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A violência escolar é atualmente concebida como um problema de saúde pública que vem crescendo mundialmente, uma vez que afeta diretamente o bem-estar dos sujeitos. Deste modo, traçar medidas interventivas sobre este fenômeno é vital para melhorar a qualidade de vida das crianças/adolescentes escolarizados, devendo por isso, constituir uma prioridade de pesquisa. Pois, a experiência em uma situação de violência escolar pode constituir consequências marcadamente negativas na vida dos envolvidos (MENDES, 2011). Essas implicações na saúde dos envolvidos, nessas circunstâncias, podem permanecer ao longo de toda vida escolar e também durante a vida adulta.

É nesse contexto que é concebido o bullying, uma subcategoria do comportamento agressivo que ocorre de forma repetitiva e entre pares envolvendo desequilíbrio de poder. É um problema habitualmente vivenciado por crianças e adolescentes nas escolas ao redor do mundo. Por isso, é importante a tomada de consciência de que o bullying é uma problemática séria, com implicações graves e que necessita a atenção de pesquisadores e profissionais que atuam em escolas, professores e pais (BANDEIRA, 2009).

Nesse sentido, ao pensar nos possíveis danos que o bullying pode causar percebemos a importância da presença de fatores de proteção e que estes tem sido relacionados à redução de comportamentos-problema na adolescência, mesmo que no decorrer do desenvolvimento existam muitos fatores de risco presentes. Dentre os fatores de proteção, o apoio social é o que possui maior destaque por desempenhar grande influência positiva no desenvolvimento do ser humano (SIQUEIRA, BETTS & DELL'AGLIO, 2006).

A VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

No ambiente escolar as crianças e os adolescentes têm a possibilidade de aumentar sua rede de interações e relações para além do contexto familiar, desenvolvendo independência, autonomia e expandindo sua noção de pertencimento à vida social. As características de personalidade aliadas às habilidades sociais contribuem para definir a maneira com que o indivíduo interage com seus pares e tal aprendizagem representa um exercício para o convívio em sociedade (CATINI, 2004).

Deste modo, o contexto escolar serve como panorama para distintos processos e fenômenos grupais e interpessoais, dentre eles a violência. Segundo a Organização Mundial de Saúde (2002) este fenômeno é definido como a utilização de força física ou poder, de forma intencional, compreendendo uma ameaça ou a ação, contra si ou contra outros, que gera ou tem uma probabilidade de desencadear consequências psicológicas negativas, morte, ferimentos, mau desenvolvimento ou privação.

Segundo Lopes Neto (2005), o constructo violência escolar abarca todos os comportamentos agressivos e antissociais, incluindo os conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos. Muitas dessas situações dependem de fatores externos sejam eles culturais, históricos, geográficos até mesmo a idade, o sexo e o status social.

Logo, a violência escolar é demarcada por vários tipos de violência que estejam integradas ao ambiente escolar, dentre elas podemos destacar o bullying.

O CONCEITO DE BULLYING E A ADOLESCÊNCIA

O termo bullying engloba todas as formas de atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que acontecem sem motivação aparente, adotadas por um ou mais alunos contra outro(s), gerando angústia e dor, e realizadas dentro de uma relação desigual de poder. Por conseguinte, as ações repetidas entre alunos e o desequilíbrio de poder são os fatores primordiais que podem possibilitar a intimidação da vítima (LOPES NETO, 2005).

O bullying pode ser classificado como direto, quando as vítimas são atingidas diretamente (apelidos, agressões físicas) ou indireto, quando estão ausentes (indiferença, isolamento, difamação). Além destes há o surgimento de uma nova forma de intimidação, chamada cyberbullying, que na verdade é o emprego dos instrumentos tecnológicos da comunicação (celulares e internet, por exemplo) e das redes sociais para a prática desta violência (LOPES NETO, 2005).

No cenário do bullying os papéis se dividem, entre autor de bullying, alvo de bullying, alvo/autor de bullying e testemunha de bullying. Lopes Neto (2005) declara que a classificação desse fenômeno teve a preocupação em não rotular os estudantes, impedindo que estes fossem estigmatizados pela comunidade escolar. Não há evidências que permitam prever qual papel adotará cada aluno em uma determinada situação de bullying, uma vez que este pode ser modificado de acordo com as circunstâncias.

De acordo com o que foi exposto até o momento compreende-se que determinados comportamentos agressivos são esperados durante o período da adolescência e podem até mesmo ter benefícios adaptativos. De acordo com a literatura a adolescência é identificada como sendo a fase de maior ocorrência de bullying revelando uma maior incidência dos episódios que envolvem esse fenômeno e de violência escolar nesse período (ROLIM, 2008). Por ser considerado um período de mudanças significativas, de cunho psicossocial e biológico, Bandeira (2009) afirma que as transformações físicas que acontecem na adolescência servem como pretexto para fazer do sujeito alvo para o bullying.

Sendo assim, o convívio no grupo de pares é essencial para o desenvolvimento psicológico dos adolescentes, uma vez que os pares realizam um papel fundamental no desenvolvimento da identidade. Por isso a amizade na infância, ao lado da aceitação pelos pares, configura uma importante forma de socialização e servem como fatores de proteção ao desenvolvimento. Os pares desempenham uma função de ampla importância no desenvolvimento psicossocial do adolescente Por estes motivos é importante o conhecimento de como os grupos de amigos se constituem e o que ocorre dentro de suas fronteiras para o entendimento do desenvolvimento dos adolescentes na nossa sociedade (BANDEIRA, 2009).

Diante desse panorama, que abarca todos os aspectos referentes ao comportamento agressivo presente no ambiente escolar, o apoio social pode desempenhar uma importante função na vida desses adolescentes. Destaca-se a relevância de estudar esse recurso psicossocial por este estar relacionado a desfechos positivos de saúde, o que estaria atuando como um agente protetivo para as consequências negativas da violência escolar.

O IMPACTO DO APOIO SOCIAL E DA REDE DE APOIO SOCIAL

O apoio social apresenta um efeito protetivo que está interligado ao desenvolvimento da capacidade de enfrentamento das adversidades, possibilitando a construção de processos de resiliência e desenvolvimento adaptativo. Já que todas as relações que o indivíduo estabelece com as outras pessoas, advindas dos diversos microssistemas nos quais transita como família, amigos, escola, entre outros, podem ostentar a função de fornecer apoio (GARMEZY & MASTEN, 1994).

Para as crianças, a primeira rede de apoio social é a família sendo que os fatores determinantes da percepção de apoio social, a relação de apego com o cuidador primário é o componente mais crítico do desenvolvimento. Ao longo do desenvolvimento, o mundo social da criança começa a expandir-se, a fim de incluir membros não pertencentes à família, como amigos e professores. Associados a família, os amigos desempenham o papel de fonte de apoio, que está relacionado à conservação do bem-estar ao longo do desenvolvimento.

No que diz respeito à conexão entre apoio social e violência escolar é necessário, inicialmente, entender que existem fatores que podem contribuir para um desenvolvimento seguro e saudável, denominados fatores de proteção, bem como fatores que interferem de forma negativa nesse processo, os fatores de risco. Fatores de risco são as condições ou variáveis que estão associadas à maior probabilidade de gerar resultados negativos e indesejados no desenvolvimento humano, envolvendo comportamentos que comprometem a saúde, o bem-estar ou o desempenho social. (SIQUEIRA, BETTS & DELL'AGLIO, 2006). Um exemplo desse tipo de fator refere-se ao envolvimento em situações de violência escolar

O apoio social integra esses fatores de proteção, pois ele compreende as relações e os vínculos estabelecidos, bem como a sua manutenção. Esse recurso psicossocial é considerado a interface entre o sujeito e o sistema social do qual ele participa (GARMEZY & MASTEN, 1994).

Dessa forma, a violência escolar é uma questão importante, urgente e se configura como um problema de cunho social que pode trazer consequências individuais ligadas principalmente ao sofrimento psíquico e a não adaptação. A partir daí percebe-se a importância do apoio social cuja finalidade é auxiliar a pessoa na adaptação a determinadas situações, como estresse, ajustamento social, enfermidades e a própria adolescência.

MÉTODO

O objetivo geral desta pesquisa foi o de analisar o bullying em adolescentes de escolas públicas de Aracaju-SE e averiguar a influência do recurso psicossocial apoio social nas situações de bullying. Para cumprir tal objetivo, foi aplicado um questionário sócio demográfico, um questionário sobre bullying afim de identificar os participantes enquanto alvos, autores, alvo/autor e testemunha de bullying (Bandeira 2009) e a escala de apoio social elaborada, originalmente, para o Medical Outcomes Study (MOS) adaptada para o português no Estudo do Pró-Saúde abrangendo três dimensões: emocional, informacional e material. Os dados foram coletados de forma coletiva nas escolas, após autorização das mesmas e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos pais dos participantes. A amostra foi composta por 320 adolescentes

estudantes dos 6° e 7° anos da rede estadual de ensino. Destes, 55,3% são do gênero feminino e 44,7% do masculino. As idades variaram entre 12 e 18 anos. A escolha das escolas envolvidas na pesquisa aconteceu de modo aleatório, por sorteio simples. As análises dos dados foram realizadas através do programa estatístico para as ciências sociais (SPSS - Statistical Package for the Social Sciences) para Windows.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os achados deste estudo apontaram para um número alto de alunos que se identificaram como participantes de bullying. Do total da amostra 80,7% dos participantes vivenciam situações de bullying enquanto 19,3% afirmaram nunca ter participado ou presenciado um episódio de bullying. Estes dados corroboram a literatura que afirma que há uma forte incidência de bullying no período da adolescência. Um fator que, provavelmente, propicia a ocorrência desse tipo de violência escolar na adolescência são as mudanças físicas que ocorrem nesse período e estas servem como ensejo para a ocorrência desse fenômeno (BANDEIRA, 2009).

Dessa forma, outro dado que reforça essa ideia das transformações físicas ser um aspecto que incita a ocorrência do bullying refere-se ao fato de 35,3% dos participantes quando questionados sobre o motivo pela qual sofriam bullying afirmaram que as características físicas foram um fator determinante para essas ações.

O tipo de bullying mais utilizado contra os alvos, conforme resposta destes, foi o tipo verbal (46,5%) com a utilização de apelido, insulto ou deboche (35,9%), seguido por mentira ou fofoca (10,6%). A literatura aponta para o tipo verbal como sendo o tipo de bullying mais utilizado durante a adolescência tanto por meninos como por meninas. Por não ser tão visível como a agressão física, que pode deixar marcas evidentes, as marcas deixadas pelo bullying verbal, são de certa forma, silenciosas, porém graves (COSTA & PEREIRA, 2010).

Com relação ao bullying e o apoio social existem questões presentes no questionário de bullying que subsidiam pontos referentes a rede de apoio social. Como por exemplo, as quantidades de amigos que os participantes têm, se solicitam ajuda de um adulto quando se envolvem em situações de bullying e se seus colegas tentam impedir que eles sofram bullying na escola. Essa rede de apoio social é compreendida

como conjunto de sistemas e de pessoas significativas que formam os elos de relacionamento recebidos e percebidos do indivíduo (BRITO & KOLLER, 1999).

Assim, quando questionados sobre quantos bons amigos têm na escola, a maioria dos alunos (49,7%) afirmou ter mais de cinco bons amigos na escola. Com relação aos papéis de bullying, o resultado foi o mesmo, alvo (43,6%), autor (44,4%), alvo/autor (49,2%) e testemunha (54,2%) possuem muitos bons amigos no ambiente escolar. Apenas 5,3% dos alvos não possuem nenhum bom amigo. Os não envolvidos em situações se sobressaíram no que se refere a quantidade de amigos 56,5%.

Os colegas dos participantes desempenharam alguma ação quando os viram sofrendo bullying. Não foram encontradas diferenças significativas entre os sexos. Mas, os resultados apontam que 16,6% dos adolescentes afirmaram que os colegas não tentaram nada no momento das agressões. Contudo, percebe-se que os adolescentes possuem uma grande quantidade de amigos, mas estes não os apoiam nas situações de bullying. Além disso, os participantes não procuram auxilio de um adulto (45,6%) nessas ocasiões. Esses pontos mostram que é necessário fortalecer as redes e os apoios sociais como forma de intervenção junto a esses jovens, visto que esses adolescentes optam por ignorar ou se defender das agressões sem a ajuda de outrem.

Conforme os resultados deste estudo, consideramos que a violência escolar constitui um problema que afeta muitos adolescentes de Aracaju, atendendo ao fato de que aproximadamente a maior parte dos alunos que compõem a amostra refere ter estado envolvidos em práticas agressivas e de intimidação (bullying).

CONCLUSÕES

Contudo, é necessário ressaltar que o estudo trouxe um dado relevante, um número significativo de participantes pôde ser identificado como alvos, autores, alvos/autores, testemunhas e não envolvidos de acordo com sua atitude diante de situações de bullying. Isso mostra que as escolas precisam enfrentar o bullying construindo estratégias que favoreçam o bem-estar psicossocial no ambiente educativo. A escola não pode ser um espaço de homogeneização, mas sim de resgate e respeito aos valores e às diferenças. As pessoas precisam aprender a reconhecer, assumir e aceitar a

sua diferença, mas também necessitam aprender na escola a reconhecer como normal e natural a diferença de seus pares para poder respeitá-la (MASCARENHAS, 2006

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, C. M. **Bullying: Auto-Estima e diferenças de gênero**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

BRITO**,** R., & KOLLER, S. H. Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In: A. M. Carvalho. (Org.). **O mundo social da criança: Natureza e cultura em ação**. São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo, 1999, p. 115-129.

CATINI, N. **Problematizando o bullying para a realidade brasileira.** Campinas, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2004.

COSTA, P., PEREIRA, B. O bullying na escola: A prevalência e o sucesso escolar. In L. Almeida, B. Silva e S. Caires (Orgs.) **Actas do I Seminário Internacional «Contributos da Psicologia em Contexto Educativo**. CIEd - Centro de Investigação em Educação. Braga: Instituto de Educação da Universidade do Minho, 2010, p.1810-1821.

GARMEZY, N., & MASTEN, A. Chronic adversities. In M. Rutter, E. Taylor & L. Herson. (Eds.). **Child and adolescent psychiatry**. Oxford, UK: Blackwell, 1994, p. 191-207.

LOPES NETO, A. A. Bullying - Comportamento agressivo entre estudantes. In: **Jornal de Pediatria**, nº 5, 2005, p.164-172.

MASCARENHAS, S. **Gestão do bullying e da indisciplina e qualidade do bem-estar psicossocial de docentes e discentes do Brasil (Rondônia)**. Psic., Saúde & Doenças, vol. 7, no. 1, 2006, p. 95-107.

MENDES**,** C. S. Prevenção da violência escolar: avaliação de um programa de intervenção. In: **Rev. Esc. Enferm.**, nº 3, 2011, p. 581-588.

Organização Mundial da Saúde. **World Report on Violence and Health.** Geneva: World Health Organization Press. 2002. Disponível em: http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/.

ROLIM, M. **Bullying: O pesadelo da escola, um estudo de caso e notas sobre o que fazer.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

SIQUEIRA, A. C., BETTS, M. K. & DELL'AGLIO, D. D. A rede de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados no sul do Brasil. In: **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology,** nº 2, 2006, p. 149-158.

A HISTORIOGRAFIA SOBRE A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL NA AMÉRICA PORTUGUESA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Autora: Crislane Dias Santana
Graduanda em História pela UFS
Bolsista do PET História UFS
crislayne_santana19@hotmail.com

Orientadora: Prof. Drª Edna Maria Matos (DHI/UFS)

Introdução

A administração colonial é um tema extenso e sua historiografia neste sentido é vasta, com muitos autores buscando, através de diferentes abordagens, descrever e analisar o modo em que se deu esta administração na América Portuguesa. A partir disso, pretende-se expor algumas considerações iniciais nesta comunicação, realizando um detalhamento acerca da historiografia referente à dinâmica administrativa colonial setecentista, considerado como um momento crucial de redefinições das relações políticas e econômicas entre colônia e metrópole.

Por se tratar de uma fase inicial, este trabalho se baseia em pesquisa bibliográfica na qual estão sendo estudados textos acadêmicos e livros que tratam do período e da questão abordada, e que no decorrer do trabalho serão expostos.

Para tanto foram identificados trabalhos que pudessem apresentar boa parte desta ampla historiografia, tais como: artigos, resenhas, tese de mestrado, dicionário entre outras fontes bibliográficas. Também apresentamos um pouco da cronologia pautada pela intensificação dos estudos nesta área no decorrer dos anos.

Percebe-se que a historiografia que aborda o tema da administração colonial na América Portuguesa, vem ao longo dos anos se renovando e ampliando sua visão acerca

da temática, fazendo com que esta não se limite apenas a descrever as relações econômicas entre colônia e metrópole.

No entanto, sabe-se que as primeiras obras se ocupavam em descrever esta relação ou até mesmo logo de início relatar apenas acontecimentos que ocorreram no período colonial, como fatos e datas importantes. Somente a partir do século XX, mais precisamente nos anos 30, é que há uma renovação nos estudos de análise sobre o tema, especialmente no Brasil, levando muitos estudiosos a identificar diversos aspectos desta administração. Como bem apontou o historiador Ronaldo Vainfas, em seu *Dicionário do Brasil Colonial*, que apresenta tanto obras antigas quanto atuais, demonstrando que a temática vem sendo no decorrer dos anos objeto de estudos de muitos trabalhos.

Assim, para o início da historiografia brasileira antiga, Vainfas destaca o autor Sebastião Rocha Pita de 1730, no qual este tratava o assunto "como mera sequência de fatos e datas." Outra obra que é exemplo disso, a *História geral do Brasil* (1854-57) de Francisco Adolfo de Varnhagen, onde se ressaltava apenas acontecimentos importantes. Já o autor Capistrano de Abreu em seus *Capítulos de história colonial* (1907) inova nessa historiografia identificando aspectos culturais do período, mesmo que ambos deixaram a parte à análise sobre o funcionamento da administração portuguesa colonial. (VAINFAS, 2000, p.15).

A partir de 1930, o tema passou a ser mais estudado e ganhou novas formas de análises sobre a administração da América Portuguesa. No Brasil, dentre as obras de destaque no período, *Raízes do Brasil* (1936) de Sérgio Buarque é um importante marco. Nesta obra, segundo Vainfas, há uma comparação entre os estilos de colonização das Coroas ibéricas na América, e o caráter mais mercantil da administração colonial (VAINFAS, 2000, p. 15).

Em 1957, *Os donos do poder* de Raimundo Faoro lança uma nova argumentação, divergente das que defendem a ideia de ineficiência da administração colonial, para ele a "função pública" era o meio pelo qual pulsava a autoridade régia (VAINFAS, 2000). Outro autor que se destaca durante esta década de 1930 é Gilberto Freyre em sua obra *Casa Grande e Senzala*, ele passa a incorporar elementos antropológicos nas suas análises, partindo assim para uma interdisciplinaridade e ampliação das fontes documentais, afirma Rodrigo Elias Gomes (2006).

Ao analisar a obra de João Camilo de Oliveira Torres em *A Democracia Coroada* (1957), a autora Karla Maria da Silva observou que a visão do autor acerca da história brasileira, se dá "a partir dos acontecimentos políticos e, correlativamente,

tomou-os como resultado da ação dos grandes homens públicos." (SILVA, 2007, p. 24). Também seguindo essa mesma abordagem histórica o autor Oliveira Lima na sua obra *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira* (1997), enaltece a figura dos grandes homens, entre estes, D. João VI.

Esta autora identificou nas obras de Hélio Vianna (1970) e Pedro Calmon (1959), ambas com o título *História do Brasil*, o fato de que estes dois autores privilegiam principalmente as questões relacionadas aos aspectos políticos, como a vinda da Corte portuguesa para o Brasil e o processo de independência. Para ela o que se verifica na maioria dos trabalhos é que "tanto na historiografia política quanto na historiografia econômica, o acento se dá nas relações colônia *versus* metrópole." (SILVA, 2007, p. 23) [grifo do autor].

Então se tratando da historiografia econômica, estes autores focaram, principalmente, no plano externo do sistema mercantilista, em detrimento das práticas mercantilistas desenvolvidas no interior da colônia passando a analisar apenas as relações mantidas entre a colônia e a metrópole. (SILVA, 2007, p. 25)

Percebe-se isto na obra de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo* (1997), tendo suas interpretações representado "um sopro de renovação historiográfica", ocorrida em 1930, em seu livro é feita uma análise minuciosa acerca da organização administrativa colonial no Brasil, com uma forte crítica ao "sentido da colonização".

Entretanto, o autor dá mais ênfase aos aspectos externos da prática mercantilista, embora, "reconheça a existência de atividades desenvolvidas no interior da colônia, estas são tidas como irrelevantes ou como complementares à atividade exportadora." Para Silva, "Tendo em vista a premissa de onde partiu a obra sequer cogita a existência de obstáculos internos ao desenvolvimento da sociedade colonial." (SILVA, 2007, p. 29).

Contudo, o autor Rodrigo Gomes afirma que deve-se reconhecer o trabalho empreendido por ele, já que este:

> foi o primeiro – no que diz respeito à história econômica – a romper com a interpretação dos tradicionais ciclos econômicos e, sem sombra de dúvida, produziu um modelo de interpretação claro que proporcionou a possibilidade de compreensão, debate e até mesmo de sua própria contestação. (GOMES, 2006, p. 7).

Na obra de Fernando Novais, *O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial* (1969), também é apresentada uma ideia de oposição entre colônia e metrópole. Obras importantes como as de Caio Prado e Fernando Novais, "apesar de lançarem novas perspectivas de análise acerca da colonização e do processo de independência, ainda mantêm a ênfase no plano externo do sistema mercantilista, [...]" (SILVA, 2007, p. 32).

Outro exemplo desta defesa dos aspectos externos das práticas mercantilistas é a obra *História Econômica e Administrativa do Brasil* (1978), de Manoel Correia de Andrade, onde principalmente são destacados os conflitos existentes entre colônia e metrópole em sua ordem econômica. Segundo Silva, somente "a partir da década de 1970 começaram a proliferar outros posicionamentos em relação à interpretação histórica do período colonial no Brasil." (SILVA, 2007, p. 35).

Segundo Vainfas também neste período, nos anos 1960-1970, destacam-se alguns importantes trabalhos acerca desta temática, tais como os de Charles Boxer, Russell-Wood, Dauril Alden e Stuart Schwartz, estes se dedicaram ao estudo das "relações entre a sociedade colonial e as agências de governo metropolitano instaladas no Brasil e no império português. Instituições de governo, tais como as câmaras municipais e o Tribunal da Relação [...]" (VAINFAS, 2000, p. 16).

Neste grupo de autores, identificados no plano externo, também são incluídos Francisco Bethencourt e Antônio Manuel Hespanha. Este último faz uso, em alguns de seus trabalhos a noção de "pacto" entre colônia e metrópole, juntamente com Maria Fernanda Bicalho. (GOUVEA, 1998). Esta se inclui num outro grupo, dos autores que passam a ver a administração portuguesa não mais de forma unilateral.

Através de novas reflexões e novas propostas para este tema, surgem uma nova abordagem acerca das peculiaridades desta administração, percebendo a sociedade colonial mais ampla e complexa. Em seu texto o autor Antônio Filipe Caetano (2009) apresenta alguns dos pesquisadores dessa nova abordagem, entre eles, João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho, Júnia Furtado e Maria de Fátima Gouvêa.

Em *O Sol e a Sombra* de Laura de Mello e Souza, sua obra seria, segundo Caetano, uma espécie de retorno às ideias de Caio Prado. Apesar disso "a autora tem por intenção demarcar a posição de mando na América portuguesa, reforçando seus laços de autoridade com o reino." (CAETANO, 2009, p. 77).

Também neste sentido, grande importância tiveram os estudos desenvolvidos pelo Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, que resultou na obra *Fiscais e meirinhos* (1985), publicado sob a direção de Graça Salgado. Trata-se de um grande esforço de

pesquisa documental que relacionou todos os cargos e órgãos que integraram a administração colonial. (VAINFAS, 2000, p. 16).

As formulações de Caio Prado e seus seguidores foram alvos de muitas críticas, pois, neste período o foco temático dos estudos passa a ser direcionado para as dinâmicas internas da sociedade colonial. Um dos representantes desta vertente historiográfica é Ciro Flamarion Cardoso, em História Econômica da América Latina (1983), em que, para ele, "se deve atentar para as diferenças existentes entre estruturas e os processos internos de diversas regiões da América." (SILVA, 2007, p. 36).

Além deste historiador, outros pesquisadores passaram a focar em seus trabalhos o estudo das relações no interior da colônia, entre estes Sheila de Castro Faria em *A Colônia Brasileira economia e diversidade* (1997), enfatiza "a dinâmica e a complexidade das relações mercantis desenvolvidas no interior do mundo colonial." (SILVA, 2007, p. 38).Stuart Schwartz, em *Segredos Internos- engenhos e escravos na sociedade colonial* (1995) analisou também as dinâmicas internas da sociedade colonial, como a grande lavoura na Bahia.

A historiadora Andréa Gonçalves analisou, numa resenha, os artigos que compuseram a obra *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no império português, séculos XVI a XIX* (2005), organizador por Maria Fernanda Bicalho e Vera Ferlini, muitos destes artigos foram escritos por diversos autores, mas somente alguns são examinados pela autora na sua resenha.

No entanto, não significa dizer que os outros artigos sejam de menor importância, pelo contrário, a autora afirma que no conjunto "[...] trata-se de obra coesa, uma outra qualidade, dentre as inúmeras que ela tem, ainda que seus autores não partilhem de uma mesma filiação teórica", acreditando que esta dinâmica é "o fio condutor dos diversos artigos reunidos em *Modos de Governar*".(GONÇALVES, 2006, p.144).

Entre tantos artigos descritos por ela vale ressaltar o de, Pedro Puntoni e Vera Ferlini, os quais abordam as relações entre a metrópole e suas colônias dentro da lógica mercantilista do Antigo Sistema Colonial, ressaltando como a empresa colonial se orientava a partir do comando português. (GONÇALVES, 2006, p. 141).

De acordo com Maria de Fátima Gouvêa, pensar as relações de poder então travadas neste período da administração portuguesa, potencializa a construção de uma análise mais rica e atenta tanto à dinâmica local quanto àquela mais ampla, relacionada ao Império colonial português como um todo no período enfocado. (GOUVEA, 1998).

Assim percebe-se que "o que é privilegiado nas análises mais tradicionais são os aspectos externos do mercantilismo e a polaridade colônia *versus* metrópole." (SILVA, 2007, p. 40). E é com o surgimento de uma nova historiografia, a partir do final dos anos 1970, com novos estudos acerca das questões relativas à dinâmica interna da sociedade colonial que estas relações no interior da colônia passam a ser vistas como mais complexas.

Segundo Vainfas (2000), buscar a originalidade desse contexto é um dos desafios mais instigantes dos estudos relativos à administração colonial, no qual forma um aspecto essencial da formação do Brasil. Tendo como base os trabalhos destes pesquisadores, é importante salientar a renovação dos estudos acerca desta temática, administração na América portuguesa, e que esta vem ocorrendo continuamente.

Apesar da vasta coleção de obras, artigos sobre o tema, muitos destes autores apresentados atentam para a importância do uso das fontes nas pesquisas, a ida aos arquivos e o contato com a ampla documentação do período, quando possível. Com isso, as análises das pesquisas se tornam mais criativas gerando assim o surgimento de novas abordagens e posturas acerca de cada temática escolhida.

Contudo, se tratando de fase inicial de pesquisa, o presente artigo propôs apenas a identificar e apresentar de forma sucinta uma parte da ampla historiografia que analisa o tema, acerca da administração colonial na América portuguesa, e demonstrar o quanto esta vem sendo estudada por diversos pesquisadores que ajudam a diversificar as análises sobre esta temática, no decorrer dos anos.

Referências bibliográficas:

CAETANO, Antonio Filipe Pereira. **O renascer de um debate: administração, poder e política colonial.** *Rev. de Hist.* [online]. v. 10, n. 18, p. 77-79. ISSN 2237 101X. 2009. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi18.htm. Acesso em: 13 ago. 2012.

GOMES, Rodrigo Elias Caetano. **Nota Historiográfica sobre a sociedade colonial.** *Rev. Virtual de Hist.* [online]. n. 27. ISSN 1677-8944. 2006. Disponível em: http://www.klepsidra.net/klepsidra17/colonial.htm. Acesso em: 21 ago. 2012.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *Alm. braz.* [online]. n.3, pp. 140-144. ISSN 1808-8139. 2006. Disponível em: http://revistas.usp.br/index/search/results. Acesso em: 24 out. 2012.

GOUVEA, Maria de Fátima Silva. **Redes de poder na América Portuguesa: O caso dos homens bons do Rio de Janeiro, 1790-1822.** *Rev. bras. Hist.* [online]. v.18, n.36, pp. 297-330. ISSN 1806-9347. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/. Acesso em: 24 out. 2012.

SILVA, Karla Maria da. **A crise da economia colonial: as dimensões internas das práticas mercantilistas nos escritos de Brito e de Vilhena.** 2007. 125 p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bas/33004048018P5/2007/silva_km_me_assis.pdf>. Acesso em: 11 maio 2012.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

UMA REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA DE UMA DAS DISCIPLINAS ESCOLARES

Katiussia da Silva Costa Souza
Graduanda em Pedagogia/ UFS
Bolsista PIBIC
katiussiathebest@hotmail.com

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Eva Maria Siqueira Alves (DED/UFS)

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo se debruça no estudo dos conteúdos e livros adotados no curso Normal do Atheneu Sergipense especificamente os que pertenciam a cadeira de Pedagogia tendo como marco temporal o período de 1870 a 1901 e com o objetivo de identificar os conteúdos que eram ministrados nesta cadeira. O estudo deste objeto justifica-se pela relevância e necessidade de se compreender os saberes transmitidos no curso de formação de professores do Atheneu Sergipense, permitindo uma melhor compreensão da formação docente no estado de Sergipe.

O Atheneu Sergipense foi criado 1870 ofertando dois cursos o Normal que tinha duração de dois anos e o de Humanidades com duração de quatro anos. O primeiro teve seu funcionamento regular no ano de 1871 e o segundo 1874, tendo estes respectivamente a finalidade de instruir os alunos para o ingresso no ensino superior e habilitar para exercerem a carreira de magistério. O primeiro registro dos estudos de nível normal em Sergipe se deu no ano de 1838 sendo oferecido, apenas, para aqueles que almejavam adquirir o título de normalista e os professores públicos de primeiras letras poderiam frequentar tal curso. Sobre a criação dessa instituição declara Alves (2005):

> Aos quinze anos, Aracaju é presenteada, pela luta dos seus defensores, com o Atheneu Sergipense. Notícias publicadas na imprensa de Sergipe expressam o anseio de sua sociedade por ter em seus limites geográficos uma instituição que centralizasse as aulas avulsas dos estudos de Humanidades dispersos na província. Pelo novo Regulamento Orgânico da Instrução Pública, no Atheneu Sergipense seriam oferecidos o curso de Humanidades de quatro anos e o curso Normal de dois anos de duração, ambos em forma seriada e francos para "todos os ouvintes de qualquer cathegoria que sejam, observadas devidamente as leis da decência" (Art.72º, Cap.12º, Estatuto do Atheneu Sergipense, 12 de janeiro de 1871). Os diplomados gozavam dos favores e prerrogativas consagrados pela Lei, habilitando-os a empregos públicos provinciais, independentes de novos exames, salvo quando não concorressem outros colegas (ALVES, 2005, p. 42).

Segundo Alves (2005), essa instituição de ensino secundário tinha como finalidade, proporcionar à mocidade a instrução necessária e suficiente através principalmente do curso de Humanidades, estabelecendo a instrução necessária para o ingresso de muitos jovens aos "cursos superiores, ministrando as cadeiras exigidas nos Exames de Preparatórios, bem como formar indivíduos que pudessem desempenhar funções variadas na sociedade" (ALVES, 2005, p.83).

Se por um lado o curso de Humanidades visava a formação para o ingresso nas academias, tendo duração de quatro anos, por outro lado o curso Normal do Atheneu Sergipense tinha como principal finalidade a formação docente para a cadeira de primeiras letras localizadas no território da Província de Sergipe. Dentre as cadeiras ofertadas neste curso a cadeira de Pedagogia representava como um dos saberes mais

significativos e necessários para a formação de professores, que se configurou a partir dos conteúdos trabalhados, em especial os conteúdos de métodos de ensino e de doutrina cristã que versavam sobre valores religiosos e morais.

Desta forma, o trabalhou visou também investigar os compêndios indicados e adotados e os conteúdos ministrados na disciplina escolar Pedagogia do Atheneu Sergipense no período compreendido entre os anos de 1870 a 1901. Para tanto se fez necessário seguir um plano de atividades dividido em: levantamento e leitura de uma vasta bibliografia que versa sobre História das Disciplinas Escolares, História da Educação, Ensino Secundário e Escolas Normais. Seguido de pesquisa e análise de fontes documentais localizadas nos acervos dos arquivos do Instituto de Educação Rui Barbosa, da Biblioteca Pública Epifânio Dória, do CEMAS (Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense) e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE).

REVISITANDO A CADEIRA DE PEDAGOGIA: UM SABER ESPECÍFICO DO CURSO NORMAL

Ao adentrarmos nos estudos das instituições das Escolas Normais do século XIX do Brasil, seguramente conheceremos os primórdios do ensino secundário de algumas províncias especificamente a Província de Sergipe. De acordo com Alves (2005) o Curso Normal do Atheneu Sergipense, nos permite compreender os objetivos, finalidades e vultos que provocaram a sua instituição propiciando uma identidade para aqueles que almejavam ingressar no magistério primário.

A referida pesquisadora esclarece que a história da Escola Normal de Sergipe tem a sua gênese no Atheneu Sergipense, diferentemente do que ocorreu na história da Escola Normal da Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e São Paulo, onde as Escolas Normais foram criadas como escolas separadas do curso de Humanidades. Esclarece Alves (2005) que: As dificuldades geradas por essa dupla, mista e fragmentada função, tais como a indisciplina dos alunos, a baixa frequência, a ausência de autonomia dos cursos e a falta de professores provocaram querelas não só nas reuniões da Congregação, mas também fora dos limites internos, com publicações de artigos na imprensa local (ALVES, 2005, p.5).

Os primórdios do curso de formação de professores primários na província de Sergipe registram-se nos idos do ano de 1838. De acordo com Alves (2005) o ensino

secundário em Sergipe teve início na primeira metade do século XIX, ainda em São Cristóvão, então capital da Província. As aulas começaram a ser ministradas com a criação das cadeiras de Filosofia, Retórica, Geometria e Francês, funcionando não como aulas avulsas, mas sim, centralizadas na própria capital da província, nas salas no convento Nossa Senhora do Carmo.

Com a transferência da capital da Província de Sergipe para Aracaju em 1855, houve a necessidade da criação de uma instituição que oferecesse o ensino secundário como meio de habilitar sua população tanto para ingressar nas academias, como para a formação de professores do ensino primário.

Depois de algumas tentativas que não perduraram, no ano de 1870, por meio do Regulamento Orgânico da Instrução Pública de 24 de outubro, foi criado o Atheneu Sergipense. Idealizado e elaborado pelo Inspetor Geral da Instrução Manuel Luiz Azevedo d'Araujo que defendia de forma contundente a ideia da criação de um estabelecimento de ensino que oferecesse dois cursos, o de Humanidades com duração de 4 anos, objetivando a preparação do aluno para ingressar no ensino superior em outras Províncias, e o Normal, com duração de dois anos, que tinha como objetivo preparar professores para o magistério, como também, a obtenção do título de normalista.

Em 1871 o Curso Normal do Atheneu Sergipense ofertava aulas das seguintes cadeiras: "1º ano: Pedagogia; Gramática Filosófica da Língua Nacional e Análise dos Clássicos; 2º ano: Aritmética, Geografia e História, principalmente do Brasil" (ALVES, 2005, p. 87).

De acordo com estudos de Nunes (2008), apesar da sua importância para Sergipe, o Curso Normal nos seus primeiros anos foi motivo de preocupação por apresentar baixo número de matrículas, e descaso diante dos professores primários, seja pela baixa remuneração ou favoritismo político, do qual, independente da formação eram nomeados pelo governo da época vigente, fazendo com que aqueles que ingressavam no curso Normal não apresentassem interesse, ocorrendo assim, baixa frequência e alto número de desistentes ao longo do curso (NUNES, 2008, p. 132).

Por volta de 1877 os cursos de Humanidades e Normal foram separados, criando assim, a Escola Normal em outro prédio, eminentemente feminino, passando as aulas a serem ministradas no Asilo de Nossa Senhora da Pureza. Contudo, seus professores eram os mesmos que lecionavam no Atheneu Sergipense, ou seja, embora o curso Normal tenha sido transferido, permaneceu de certa forma, vinculado à sua

primeira instituição, mas, outras cadeiras foram acrescentadas, como por exemplo, os trabalhos de agulha, referentes a corte e manufatura de peças de vestiários, prendas e trabalhos domésticos, já que a sua clientela era composta por mulheres.

Com a separação dos cursos ocorreram mudanças no ano de 1875 nas cadeiras ministradas no Curso Normal do Atheneu Sergipense sendo a cadeira de Pedagogia disciplina especifica do ensino. Desta forma, é possível perceber o papel que a Escola Normal assumia perante a sociedade provincial, representando-se, assim, como uma instituição capaz de oferecer não só saberes necessários para a prática docente, como também valores morais fundamentado em princípios religiosos.

Neste sentido, a cadeira de Pedagogia tinha sua finalidade fundamentada nas práticas pedagógicas e nos valores morais e religiosos. A presença da cadeira de Pedagogia nos planos de estudos do Atheneu Sergipense foi registrada a partir de 1871 com uma carga horária de uma hora e meia. Neste mesmo ano foram adotados os compêndios: Curso Prático de Pedagogia, de Deligault, Catecismo de Doutrina Cristã, de Fonseca Lima, Manual do Ensino Simultâneo obra com a tradução de J. Portela e o Resumo da História Sagrada do Manual enciclopédico afirma (ALVES, 2005, p.107). Tais compêndios foram indicados pelo primeiro professor da cadeira, Inácio de Souza Valadão. Por estes compêndios os alunos tinham aulas de métodos de ensino, valores morais e doutrina religiosa.

O compêndio de Deligault era destinado aos alunos das escolas normais primárias e aos instrutores em exercício. Traduzido por Joaquim Pires Machado pela Tipografia Universal de Recife no ano de 1865, essa obra é considerada a primeira de exposição do método publicada no Brasil, declara Tambara (2003).

Afirma Tambara (2003) que o baiano João Alves Portela, fez o Curso Normal na França, foi diretor da Escola Normal da Bahia, além de jornalista e político, escrevendo em 1852 o "Manual completo do ensino simultâneo por dois membros da Universidade da França, vertido em português". Ao investigarmos esses compêndios percebe-se que os conteúdos de catecismo e doutrina cristã foram ministrados antes mesmo da cadeira específica de Religião ter sido incorporada nos planos de estudos do Atheneu Sergipense.

De acordo com Alves (2005) só a partir do ano de 1874 é que a cadeira de Religião passou a fazer parte dos planos de estudos, mas seus conteúdos já haviam sido ministrados desde o primeiro ano de funcionamento do Curso Normal.Com relação aos compêndios nos esclarece Alves (2005) que há lacunas quanto aos compêndios

adotados nas diferentes cadeiras do Atheneu Sergipense. A única legislação que determina os compêndios para cada matéria é o Estatuto do Atheneu Sergipense de 1871.

O compêndio "História Biblíca ou Narrativas do Antigo e Novo Testamento" de Antônio de Macedo Costa foi adotado a partir do ano de 1884, porém não identificamos até que ano tal obra foi utilizada pelos professores no Curso Normal de Sergipe. Contudo, é possível apresentar a assertiva que o referido compêndio foi utilizado pelo professor Luiz Carlos da Silva Lisboa, um dos professores da cadeira de Pedagogia do Curso Normal do Atheneu Sergipense no período em estudo. Segundo Santos (2012), o professor Luiz Carlos da Silva Lisboa, era um:

> Mestre exemplar, querido por todos os seus discípulos, Silva Lisboa era um trabalhador incansável e deixou as seguintes obras. Redigiu na terra natal os periódicos: Bosquejo Literário (1865) e A Estrela D'Alva (1866-1867) com Paulo Marques. Em Sergipe atuando como dramaturgo escreveu para o teatro, Madeira (drama histórico) e Andaluza (drama realista em cinco atos). Suzana (romance abolicionista - 1878), publicado anteriormente no Diário de Sergipe com o título de Liberta, As desgraçadas (romance abolicionista - 1882), Paraguaçu (romance - publicado na Gazeta de Sergipe), O Homem de Ouro (romance de costumes), O Anjo dos Túmulos (contos), Indiana (romance, 1892), O Inspirado (apoteose a Vitor Hugo), Maldição do povo (poesia), Misérias da Pátria (poesia), A jovem República (poesia), Canção do Século (poesia), Trovas e sonetos (poesia), O Rei dos beócios (romance, 1897) (SANTOS, 2012, p.15).

O livro consiste em uma releitura ilustrada do Antigo e Novo Testamentos, em que o autor selecionou e reescreveu algumas passagens bíblicas utilizando-se de uma linguagem simples e mais apropriada para uso pedagógico. Esse material, em nenhum momento, é denominado como livro didático ou como impresso dirigido apenas para o uso pedagógico, mas o autor, na carta ao leitor oferece o livro às famílias portuguesas e brasileiras.

Outro livro de religião "*O Ensino Religioso na Escola Normal da Província de Sergipe*" do ano de 1882 de autoria do Padre Olympio Campos que traz compilações referentes ao ensino religioso na província de Sergipe. São transcritos os artigos publicados nos jornais em defesa do ensino de Religião no Curso Normal.

Nas nossas análises das fontes não foi possível identificar se este livro foi adotado ou não nas aulas de religião da cadeira de Pedagogia do Curso Normal do Atheneu Sergipense, uma vez que não identificamos em nenhuma legislação e atas registros da adoção deste livro nas aulas de Religião. No entanto, tal documento possibilitou levantar alguns questionamentos que propiciam futuras pesquisas. Infelizmente não encontramos nenhum dos compêndios adotados para as aulas de métodos de ensino, valores morais e prática pedagógica, tal fato nos faz silenciar sobre alguns questionamentos apontados pela presente pesquisa, mas aguça o faro dos futuros pesquisadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para darmos procedimento ao projeto nos debruçamos na análise criteriosa das fontes manuscritas que proporcionou listar os compêndios que foram utilizados na cadeira de Pedagogia do Curso Normal do Atheneu Sergipense. Essas fontes documentais foram de extrema relevância para nossa compreensão no que diz respeito à organização do ensino Normal para a Instrução Secundária de Sergipe.

As leituras bibliográficas nos deram um grande embasamento teórico sobre o tema em estudo proporcionando encontrar e manter um diálogo com as fontes localizadas nos arquivos visitados.

A análise dos textos do referido livro permite identificar os conteúdos trabalhados nas aulas da Cadeira de Pedagogia, o que é imprescindível dentro da perspectiva da história das disciplinas escolares. De acordo com Chervel (1990), os conteúdos são um dos componentes de maior grandeza dentro dos diversos componentes de uma disciplina escolar. O teórico afirma que "o primeiro na ordem cronológica, senão de importância, é a exposição pelo professor ou pelo manual de um conteúdo de conhecimentos" (CHERVEL, 1990, p. 202).

Desta forma, os conteúdos de uma disciplina distinguem-na de todas as modalidades não escolares de aprendizagem e sua análise é de fundamental importância e tem um papel privilegiado na História das Disciplinas Escolares.

A investigação da cadeira de Pedagogia do Curso Normal do Atheneu Sergipense revelou seus professores, os conteúdos estudados, os compêndios adotados, a forma de ingresso na cadeira, se por meio de concursos ou não e, sobretudo a sua representação dentro do universo dos saberes necessários para a formação de professores primários. Os conteúdos trabalhados, em especial os conteúdos de métodos

de ensino e de religião acarreta em suas essências valores católicos e morais. Deste modo, podemos concluir que os conteúdos adotados na cadeira de Pedagogia além de oferecer uma formação pedagógica, garantia, também, a formação moral e religiosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense:** traços de uma história. Aracaju: Adgraf Gráfica e Editora, 2005.

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense**: uma Casa de Educação Literária examinada segundo os Planos de Estudos 1870-1908. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, Tese (doutorado). Programas de Estudos - Pós-graduação em Educação: História, Política e Sociedade, 2005

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. In: Teoria & Educação, 2, p.177-229, 1990.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. 2 ed. – São Cristovão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Ôviedo Teixeira, 2008.

SANTOS, Ana Márcia Barbosa dos. **Sob a Lente do Discurso:** aspectos do Ensino de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense (1874-1891). São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, Dissertação (Mestrado em Educação), Núcleo de Pós-Graduação em Educação, 2010.

TAMBARA, Elomar. **Bosquejo de um ostensor do repertório de textos escolares utilizados no ensino primário e secundário no século XIX no Brasil**. Pelotas, RS: Seiva Publicações, 2003.

DIZER É FAZER:
O COMANDO DIRETIVO NO LIVRO DIDÁTICO DE LP

Autora: Simone dos Santos Fernandes
Graduanda em Letras da Universidade Federal de Sergipe
Integrante da equipe executora do projeto de pesquisa "Atos de fala veiculados no livro

didático de língua portuguesa: foco na coleção 'Português: Ensino Médio'."
Bolsista PIBIC/CNPq
simone_u6fernandes@hotmail.com

Co-Autora: Jaqueline dos Santos Nascimento
Graduanda em Letras na Universidade Federal de Sergipe,
Integrante da equipe executora do projeto de pesquisa "Atos de fala veiculados no livro didático de língua portuguesa: foco na coleção 'Português: Ensino Médio'."
Bolsista PICVOL/PIBIC/CNPq
jaquelinedsnascimento@gmail.com

Orientadora: Profª. Drª. Leilane Ramos da Silva (DLEV/PPGL/ UFS)
leilane3108@gmail.com

1. Introdução

A linguagem se estabelece pelo processo comunicativo e, para a Teoria dos atos da fala (TAF), os enunciados proferidos exercem ações que buscam a interação com o interlocutor. Na perspectiva dessa teoria, todo enunciado possui uma *força ilocucionária* que é emitida pelo falante com o objetivo de levar o ouvinte a realizar uma ação. A par desse entendimento, este artigo tem como objetivo realizar uma análise dos atos de fala veiculados das questões presentes na seção de interpretação de texto da coleção *Português: Ensino Médio*, volume 2, do autor José de Nicola, adotada na rede estadual do Ensino Médio no município de Itabaiana/SE.

Mais precisamente, a análise se centra na identificação do tipo de ato veiculado nas questões de interpretação de texto a partir da consideração de princípios da tipologia de atos ilocucionários de Searle (1969, 2002), para quem os atos se dividem em: *assertivos*, *diretivos*, *expressivos*, *compromissivos* e *declarativos*, e em seguida, relacionam-se as peculiaridades dos atos identificados com os tipos de perguntas descritas em Marcuschi (2008).

Dados os sobreavisos necessários, destacamos a seguir maiores considerações sobre o norte teórico adotado.

2. Pressupostos da TAF

A TAF teve como mentor o filósofo inglês John Austin (1962). Tal teoria concebe a linguagem como forma de ação. Essa concepção pode ser resumida pela máxima "dizer é fazer", fazendo-nos refletir sobre a capacidade que o homem tem de

agir por meio da linguagem. Na perspectiva da TAF, o texto oral ou escrito consiste na realização de atos que se subclassificam em três tipos. Vejamos a seguir.

O *ato locucionário* consiste na emissão de um proferimento de um falante de acordo com as regras de uma língua. Isto quer dizer que todo enunciado proferido é um ato locucionário desde que ele faça parte de um idioma e seja partilhado dentro de uma comunidade linguística. Ligado à determinada força que o falante atribui à emissão, o *ato ilocucionário* tem por o objetivo influenciar o comportamento do interlocutor. Essa força posse ser uma ordem, um pedido ou uma sugestão, dependendo da forma e da circunstância em que foi empregada tal emissão. E por último, temos o *ato perlocucionário*, relacionado aos efeitos produzidos no interlocutor. Ou seja, que a ordem seja cumprida, que o pedido seja atendido, em síntese, que o sentido expresso no ato ilocucionário se realize.

Outro filosofo da linguagem que influenciou essa teoria foi o também inglês John Searle (1969), que apresentou a seguinte fórmula F(p), em que F é a força (força ilocucionária que expressa ordem, pedido, ameaça, sugestão, promessa, etc.) e p é a proposição, o próprio proferimento enunciativo.

Apresentadas algumas considerações a respeito da TAF, voltemos nossa atenção para uma breve descrição da classificação proposta por Austin (1962) e daquela proposta por Searle (1969, 2002) para os atos ilocucionários.

2.1. Classificação de Austin (1962)

O filósofo inglês John Austin foi o pioneiro a desenvolver uma classificação dos atos ilocucionários, estabelecendo cinco tipos: i) *vereditivos*: consistem na pronúncia de um veredito, oficial ou não-oficial, sobre a evidência ou as razões relativas a valor ou fato, tanto quanto estes se possam distinguir; ii) *exercitivos*: têm por objetivo proferir uma decisão favorável ou desfavorável a certa linha de ação ou advogá-la; iii) *compromissivos*: têm por característica comprometer o locutor com uma linha de ação; iv) *expositivos*: estão ligados a atos de exposição envolvendo a explanação de concepções, a condução de argumentos e o esclarecimento de usos e referências; e v) *comportativos*: se referem ao comportamento e à sorte de outra pessoa diante da conduta passada ou iminente de alguém.

Essa classificação serviu como base para outras classificações propostas por estudiosos, para o nosso estudo, porém, destacamos apenas as considerações teóricas da

taxonomia dos atos ilocucionários proposta por Searle (1969, 2002), assunto sobre o qual falaremos a seguir.

2.2 Classificação de Searle (1969)

Ao apontar problemas na classificação austiniana, a exemplo da não distinção entre verbos e atos, Searle estabelece uma taxonomia alternativa que, de certa forma, redireciona, em alguns aspectos, a classificação de Austin.

As categorias básicas dos atos ilocucionários propostos por Searle são: i) *assertivos*: comprometem o falante com a verdade expressa, a direção do ajuste do ato é palavra-mundo e o estado psicológico expresso é a crença (que p); ii) *diretivos*: consiste nas tentativas do falante de levar o ouvinte a fazer algo; a direção do ajuste dessa categoria é o mundo-palavra e a condição de sinceridade é a vontade (ou desejo); iii) *compromissivos*: têm como propósito ilocucionário comprometer o falante com alguma linha futura de ação, isto é, que o falante realize alguma ação futura (F faz A); a direção do ajuste dessa classe é mundo-palavra e a condição de sinceridade é a **intenção**; iv) *expressivos*: têm como propósito ilocucionário expressar um estado psicológico, não apresenta direção do ajuste, pois ao realizar um ato expressivo o falante não pretende que o mundo corresponda às palavras, nem está tentando fazer com que as palavras correspondam ao mundo, o que temos em atos deste tipo é uma verdade pressuposta; v) *declarações*: quando bem sucedidas, mantêm uma correspondência entre o conteúdo proposicional e a realidade, o "dizer faz existir"; a direção do ajuste para essa classe é tanto palavra-mundo quanto mundo-palavra, e não há condição de sinceridade.

Tendo em vista que o nosso *corpus* é o livro didático, é notória a importância de uma breve apresentação sua, assim como uma análise mais específica dos tipos de perguntas nele presentes, a fim de compreender o objetivo das questões veiculadas na seção analisada. Eis, então.

3. Livro didático e os tipos de perguntas

Como já mencionamos ao longo do trabalho, nosso *corpus* consiste no livro didático de língua portuguesa do ensino médio, especificamente a coleção "Português: Ensino Médio", volume 2, do autor José de Nicola, adotada na rede estadual do Ensino Médio no município de Itabaiana/ SE. Estruturalmente, o livro apresenta três partes: i)

Formando o leitor e o produtor de textos: as estruturas gramaticais dos textos; ii) *Formando o leitor e o produtor de texto*: os textos do cotidiano; iii) *Formando o leitor e o produtor de texto*: os textos artísticos.

Acreditamos que o LDP é o principal instrumento que o professor da Educação Básica dispõe como auxílio. Segundo Santos (2010, p. 31), "o livro didático orienta a prática pedagógica e, muitas das vezes, é o único suporte de leitura para o aluno." Dessa forma, é notória a importância desse instrumento na dinâmica de sala de aula, posto que se constitui enquanto instituição carregada de ideologia, direcionando o aprendizado dos alunos por meio dos textos apresentados e da realização das atividades propostas.

Um dos fatores que contribuem no direcionamento do aprendizado dos alunos é o tipo de questão apresentado no livro, pois as questões direcionam a leitura (seção de interpretação de texto). A par desse reconhecimento, após a classificação dos atos de fala, surgiu a necessidade de identificar os tipos de questões. Para tal, tomamos como base a classificação proposta por Marcuschi (2008), com o objetivo de verificar quais os comandos mais comuns e seus respectivos funcionamentos dentro da proposta do LD.

Os tipos de perguntas encontrados nos exercícios de compreensão dos LDP analisados foram identificados de acordo com as estratégias que utilizavam. Marcuschi estabeleceu nove tipos de perguntas a partir da ação básica pretendida em cada categoria: i) a cor do cavalo branco de Napoleão, ii) cópias; iii) objetivas; iv) inferenciais; v) globais; vi) subjetivas; vii) vale-tudo; viii) impossíveis; ix) metalinguísticas. Com base nessa tipologia, classificamos as questões presentes na seção de interpretação de texto do livro didático.

Após vermos a orientação teórica desta investigação e a reflexão sobre a importância do *corpus* analisado, vamos à descrição dos resultados obtidos e à discussão acerca do que foi analisado.

4. Identificação dos Atos de Fala

A análise apontou a presença de *atos diretivos* e de *atos assertivos e diretivos*. Destacamos a seguirque tipos de atos de fala caracterizam essas questões. Logo após, apresentamos quais os tipos de questões encontrados no *corpus* e a relação com o ato de fala que o representa.

4.1. Atos diretivos

Os *atos diretivos* aparecem em número maior de ocorrência no *corpus* analisado. Podemos justificar a presença do ato diretivo pelo fato de o propósito das atividades presentes em um livro didático ser o de fazer o aluno realizar uma ação, mostrar que aprendeu, e a maneira utilizada para se conseguir essa ação é por meio de uma ordem, de um pedido, de um despertar de linha de ação futura pelo outro.

As questões classificadas como atos diretivos são subdivididas em dois grupos:

a) grupo das ordens:

(1) Faça um levantamento lexical do texto e identifique a que campo ele pertence. (p. 18, questão 3)

Neste caso, observamos que essas questões apresentam o verbo no imperativo, indicando a ação que deve ser realizada.

b) grupo das perguntas:

(2) Qual a relação entre o eu-poético e a mudança do cenário que o envolve? (p. 386, questão 3)

Já neste exemplo há uma tentativa de fazer o ouvinte realizar a ação de responder.

4.2. Atos assertivos/diretivos

Os *atos assertivos e diretivos* se justificam pela presença de um ato introdutório que traz uma informação sempre no modo afirmativo, para em seguida realizar uma pergunta ou um comando. Por apresentarem afirmações, consideramos esse tipo de questão como ato ilocucional assertivo, pois ao afirmarmos estamos nos comprometendo com a verdade expressa, temos a crença (que p), características dos atos de fala assertivos.

(3) No título do poema temos uma forma nominal. Qual é ela? (p. 132, questão 8)

O ato assertivo marcado pela afirmação introduz o ato diretivo. Essa introdução não acontece por acaso, pois funciona como preparação para o diretivo, que, por sua vez, exige uma compreensão e aceitação do assertivo apresentado.

A seguir, apresentamos o gráfico da distribuição dos atos de fala encontrados na coleção analisada.

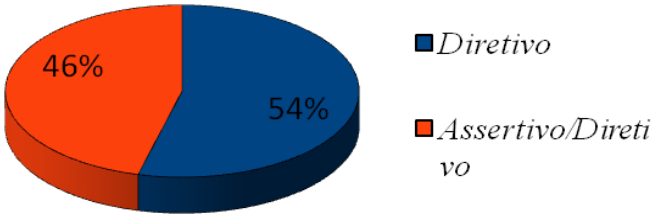


Gráfico 1: distribuição dos atos de fala na coleção *Português: Ensino Médio*

Observando o gráfico, é notório que a presença dos atos diretivos prevaleceu. De um total de 393 atos identificados, 211 foram atos diretivos correspondendo a 54%, enquanto os atos assertivos/diretivos totalizaram 182 perfazendo um percentual de 46%.

Como podemos observar, as questões sempre apresentam o ato de fala diretivo, seja por meio de pergunta ou de ordem, acompanhado ou não de um ato assertivo, o que reforça nossa concepção do propósito do livro didático, que é o de fazer o aluno realizar algo, e para que isso ocorra utiliza-se de atos de fala diretivos.

Os atos expressivos, compromissivos declarativos não aparecem no *corpus* analisado, pois apresentam propósito ilocucionário diferente dos atos identificados. Adentraremos a seguir na análise das questões no tocante a tipologia de perguntas.

4.3. Análise da tipologia das perguntas

Tomando como base o modelo de tipologia de perguntas elaborado por Marcuschi (2008), que as classificou em nove tipos, foram encontrados oito tipos de perguntas, apenas a do tipo *a cor do cavalo branco de Napoleão*, que são perguntas que o próprio enunciado abarca a resposta, não foi encontrada.

A seguir veremos os tipos encontrados nas questões analisadas:

As questões do tipo *vale-tudo* são perguntas que admitem qualquer resposta sem que seja necessário justificar, sendo que qualquer resposta será considera como certa:

> *(3) Pense nas quatro estações do ano. O que cada uma delas simboliza para você? [...] ((p. 384, questão 5)*

Semelhantes a esse tipo de questão são as perguntas do tipo *subjetivas*, que tocam o texto apenas tangencialmente e a resposta exige uma justificativa superficial:

> *(4) A "formula mágica" apresentada por Drummond seria viável em nossos dias ou pertence a uma realidade já ultrapassada? Escreva um pequeno texto relatando seu ponto de vista. (p. 174, questão 10)*

As do tipo *objetivas* se centram no texto requerendo apenas a decodificação:

> (5) *Segundo o texto, qual o recurso utilizado pelo jornalismo impresso para concorrer com o telejornalismo? (p. 203, questão 4)*

As do tipo *cópias* sugerem atividades mecânicas que não exigem maior reflexão:

> *(6) Os poemas de Castro Alves são marcados mais pelos verbos de ação que pelos verbos de estado. Em "Boa-noite" temos um belo exemplo disso, em verso de muita melodia. Transcreva-o. (p. 271, questão 4)*

As perguntas que são necessários conhecimentos extratextuais são as do tipo *inferenciais* que requerem por parte do aluno uma análise crítica:

(7) No texto 1, explique a passagem "... o Verbo se fez carne..." (p. 137, questão 1)

Quando se utiliza de processos inferenciais complexos e o texto é considerado em seu todo, as perguntas são do tipo *globais*:

(8) A partir da leitura do texto, como podemos definir o conceito de amor defendido por Eça de Queirós? (p. 333, questão 1)

Em contrapartida, as perguntas do tipo *impossíveis* só podem ser respondidas com base em conhecimentos enciclopédicos e não há pistas que ajudem a responder à questão no próprio texto:

(9) Agora, um teste de conhecimentos gerais (para o caso de encontrar uma pessoa parecida com a Mônica): a que campo das artes podemos relacionar Godard, Bandeira, Bauhaus, Van Gogh, Mutantes, Caetano e Rimbaud? (p. 252, questão 4)

E por fim, as do tipo *metalinguísticas* se voltam totalmente para os elementos linguísticos requerendo apenas a atividade de identificação das estruturas gramaticais:

(10) Procure, no artigo, um exemplo de substantivo só utilizado no plural e outro de substantivo uniforme no número. Crie duas frases com cada um deles. (p. 33, questão 8)

O gráfico abaixo apresenta os resultados obtidos na quantificação de cada tipo de questão:

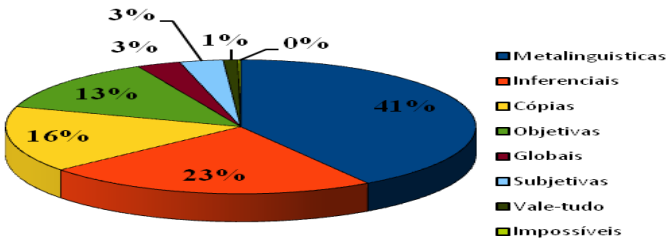


Gráfico 2: distribuição dos tipos de questões na coleção *Português: Ensino Médio*

Consoante o gráfico, pode-se perceber que o predomínio das questões do tipo *metalinguísticas* ainda é recorrente nos livros didáticos, apresentando 41% e um quantitativo de 147 ocorrências do total das questões analisadas. Em seguida, com 83 questões, integralizando 23%, vêm as questões do tipo *inferenciais*, que buscam por elementos extratextuais e análise crítica, isto é, para responder este tipo de questão é necessário fazer uso do processo de associação. Isso é um ponto positivo para o ensino de língua portuguesa, pois leva o aluno a refletir sobre as questões durante a ação de respondê-las. As demais questões apresentaram os seguintes índices em quantificação e

percentual: *cópias* 56 e 16%, *objetivas* 46 e 1%, *subjetivas* 10 e 3%, *globais* 9 e 3%, *vale-tudo* 5 e 1% , e as *impossíveis* 1 e 0,2%.

5. Considerações finais

As análises apontaram a predominância dos **atos diretivos**, o que ratifica o objetivo do livro didático que é conduzir o aluno no processo de aprendizagem. E quanto à tipologia de perguntas, as questões do **tipo metalinguísticas** predominaram, mas isso se deve ao ensino de língua portuguesa ainda resguardar uma seção para o ensino de gramática. Porém, as questões do **tipo inferenciais** obtiveram um percentual bastante expressivo, o que aponta para o fato de o livro didático estimular a criticidade do aluno levando-o a refletir sobre as questões ao realizar a ação de respondê-las. Assim, os atos de fala veiculados no livro didático confirmam o pacto diretivo que há, entre o autor e o aluno, nos enunciados das questões.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. L. *How to do things with words.* Oxford: Clarendon Press, 1962.

CHABROL, M. Bromberg. Por uma classificação dos atos de fala. In: MARI, Hugo *et alii*. *Análise do discurso: fundamentos e práticas.* Belo Horizonte: Núcleo de Análise de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001. pp. 133-153.

DE NICOLA, José. *Português: ensino médio.* São Paulo: Scipione, 2005. vol. 2.

KOCH, Ingedore G. Villaça. Discurso e argumentação. In: *Argumentação e linguagem*. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1984.

_____ . Linguagem e ação. In: *A inter-ação pela linguagem.* 7. ed. São Paulo: contexto, 2001. pp. 13-28.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão.* São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARI, Hugo. Atos de fala: notas sobre origens, fundamentos e estrutura. In: MARI, Hugo *et alii*. *Análise do discurso:* fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Núcleo de Análise de Análise do Discurso, FALE / UFMG, 2001.

SEARLE, John. Uma taxinomia dos atos ilocucionários. In: *Expressão e significado*: estudos da teoria dos atos de fala. (Tradução de Ana Cecília G. A. de Camargo e Ana Luiza Marcondes Garcia). 2. ed. São Paulo : Martins Fontes, 2002. pp. 01-46.

SANTOS, Solange dos. *Ler a palavra, ler o mundo: o universo da leitura no livro didático.* Monografia – Departamento de Letras. Universidade Federal de Sergipe. Itabaiana, 2010.

SILVA, Leilane Ramos da. A pragmática ilocucional: modalidades do ato discursivo. In: *O estatuto discursivo das CLC (D)S:* um diálogo com a Teoria dos Atos de Fala. Tese de doutorado. João Pessoa: Programa de Pós-graduação em Letras/UFPB, 2005. pp. 63-91.

VANDERVEKEN, D. *Les Actes de Discours.* Bélgica: Pierre Mardaga, 1988. vol. 1. 226 p.

VAN DIJK, Teun A. Contexto e cognição. In: *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 1992, pp. 7.

QUANDO "DIZER É FAZER": O ATO DIRETIVO COMO PALAVRA DE ORDEM

Autora: Jaqueline dos Santos Nascimento
Graduanda em Letras na Universidade Federal de Sergipe
Integrante do projeto de pesquisa "Atos de fala veiculados no ENEM 2011: currículo, linguagem e prática docente em foco."
Bolsista PIBIC/CNPq
jaquelinedsnascimento@gmail.com

Co-autora: Simone dos Santos Fernandes
Graduanda em Letras na Universidade Federal de Sergipe

Integrante do projeto de pesquisa "Atos de fala veiculados no ENEM 2011: currículo, linguagem e prática docente em foco."
Bolsista PIBIC/CNPq)
simone_u6fernandes@hotmail.com

Orientadora: Prof. Drª. Leilane Ramos da Silva (DLEV/PPGL/ UFS)
leilane3108@gmail.com

1- Introdução

Estudos têm evidenciado como estratégias linguísticas são capazes de "guiar" a forma por meio da qual a mensagem expressa deve ser assimilada pelo interlocutor e, sem dúvida, essa peculiaridade dialoga com o tipo de ato de fala usado pelo locutor para estabelecer o pacto de negociação comunicativa. Dependendo da forma pela qual emitimos uma proposição, empregamos diferentes forças que serão compreendidas e assimiladas pelo interlocutor. Podemos fazer um pedido ou ordenar, sugerir, prometer, afirmar, etc., essa diferenciação será compreendida pelo interlocutor possibilitando o entendimento e os acordos.

À luz desse entendimento, o presente trabalho apresenta uma análise dos atos ilocucionários das questões presentes na seção de interpretação de texto do livro "Português: Ensino Médio", em seu volume 3, livro adotado no rede estadual de Itabaiana/SE, relacionando-os com os tipos de perguntas propostas por Marcuschi (2008).

2- A Teoria dos Atos de Fala

A Teoria dos Atos de Fala (TAF) teve como mentor o filósofo inglês John Austin (1962). Tal teoria concebe a linguagem como forma de ação. Essa concepção pode ser resumida pela máxima "dizer é fazer", fazendo-nos refletir sobre a capacidade que o homem tem de agir por meio da linguagem.

Dessa forma, compreendemos que saber as regras de gramática e/ou conhecer o léxico não é suficiente para a interpretação de um discurso, pois o locutor por meio de estratégia linguística pode determinar o sentido do que está sendo dito, visando influenciar o comportamento do receptor. A depender das circunstâncias de uso, o dito pode ser interpretado de diferentes formas.

Para a TAF, o texto oral ou escrito consiste na realização de um *ato locucionário*, isto é, a emissão do falante de acordo com as regras de uma língua; de um *ato ilocucionário*, o falante atribui à emissão uma determinada força, com o objetivo de

influenciar o comportamento do interlocutor; e um *ato perlocucionário*, relacionado aos efeitos produzidos no interlocutor.

Assim, para todo ato locucionário (emissão de acordo com regras de uma língua), temos uma força ilocucionária ("direcionamento" dado para a compreensão de uma emissão, como queremos ser entendidos). Para tal ocorrência, Searle (1969, 2002) nos apresenta a seguinte formula *F(p)*, *F* é a força (ordem, pedido, ameaça, sugestão, promessa, etc.) e *p* é a proposição.

É importante destacar que a realização de um ato não consiste na efetivação da ação proposta por ele, mas na sua emissão enquanto ato. Dessa forma, temos que um pedido é um ato mesmo antes de ser atendido, ou seja, há uma autonomia do ato com relação ao efeito perlocucionário. Como nos lembra Mari (2001, p. 95),

> essa autonomia (relativa) implica dizer que um ato não requer como condição de sua existência, uma troca de turno, embora possa admiti-la, numa dimensão contingente de ajustamento de alguma de suas condições e para casos específicos.

Assim, "o efeito perlocucional não influencia em nada no sucesso do ato de linguagem." (CHABROL, 2001, p.135), o efeito perlocucional influencia na condição de satisfação – noção introduzida por Vanderveken (1988) para dar conta do efeito perlocucional.

Apresentadas algumas considerações a respeito da TAF, vamos à classificação proposta por Austin (1962) e a proposta por Searle (1969, 2002).

2.2 Classificação dos atos ilocucionários segundo Austin (1962)

O mentor da TAF é quem primeiro desenvolve uma classificação dos atos ilocucionários, estabelecendo cinco tipos: vereditivos, exercitivos, compromissivos, expositivos e comportativos. Apresentando de forma resumida, temos: i) vereditivos: "consistem na pronúncia de um veredito, oficial ou não-oficial, sobre a evidência ou as razões relativas a valor ou fato, tanto quanto estes se possam distinguir."; ii) exercitivos: "consistem em proferir uma decisão favorável ou desfavorável a certa linha de ação ou advogá-la..."; iii) compromissivos: consiste em comprometer o locutor com uma linha de ação; iv) expositivos: "ligados a atos de exposição envolvendo a explanação de concepções, a condução de argumentos e o esclarecimento de usos e referências."; v)

comportativos: relativos ao comportamento e à sorte de outra pessoa diante da conduta passada ou iminente de alguém.

Essa classificação serviu como base para outras classificações propostas por estudiosos, porém para o nosso estudo destacamos apenas a abordagem de Van Dijk (1992) e as considerações teóricas da taxonomia dos atos ilocucionários proposta por Searle (1969, 2002), a qual destacamos a seguir

2.3 Classificações dos atos ilocucionários segundo Searle (1969, 2002)

Searle busca desenvolver uma classificação arrazoada dos atos ilocucionários levando em conta a classificação austiniana, para isso propõe uma avaliação dessa classificação tentando estabelecer limites quanto à sua adequação. Ele elabora doze dimensões significativas de variação como forma de distinção dos atos ilocucionários, pois nos afirma que "... há diferentes espécies de diferenças que nos permitem dizer que a força dessa emissão é diferente da força daquela emissão." (SEARLE 2002, p. 2-3).

Embora Searle aponte doze dimensões para a distinção dos atos ilocucionários sua classificação toma como base apenas três aspectos:

a) *O propósito ilocucionário*: que está ligado à pretensão que o falante tem ao emitir determinado enunciado. O propósito de um pedido, por exemplo, é fazer que o ouvinte realize algo.
b) *A direção do ajuste entre as palavras e o mundo*: ligado às relações com o mundo estabelecidas pelas palavras, por exemplo, ao fazer um pedido, o locutor quer fazer com que o mundo corresponda às palavras proferidas, nesse caso temos a direção do ajuste para pedido mundo-palavra. Observamos que um ato de fala, emitido via palavras, pode se tornar realidade.
c) *Estado psicológico expresso* relacionado à atitude, a um estado que o falante expressa ao realizar qualquer ato ilocucionário. Por exemplo, quem promete fazer algo, expressa a intenção de fazer algo. Searle destaca que o estado psicológico expresso em um ato ilocucionário é a condição de sinceridade de um ato.

As categorias básicas dos atos ilocucionários propostos por Searle são: i) *assertivos*: referem-se aos atos que comprometem o falante com a verdade expressa, sendo os membros dessa classe avaliados como verdadeiro e falso; ii) *diretivos*: aqueles cujo propósito ilocucionário consiste nas tentativas do falante de levar o ouvinte a fazer algo; iii) *compromissivos*: esses atos têm como propósito ilocucionário comprometer o falante com alguma linha futura de ação; iv) *expressivos*: engloba atos cujo propósito

ilocucionário é expressar um estado psicológico; v) *declarações*: esta classe, quando bem sucedida, apresenta uma correspondência entre o conteúdo proposicional e a realidade.

Após essa breve apresentação da classificação dos atos ilocucionários em Austin e em Searle, apresentamos a seguir a análise realizada. Tal análise destaca os aspectos pragmáticos de construção discursiva, considerando a tipologia dos atos ilocucionários de Searle (2002).

3- Identificação dos Atos de Fala

A partir da análise foram identificados três tipos de atos de fala segundo a classificação proposta por Searle (1969, 2002): os *atos diretivos*; os *atos assertivos-diretivo*s; e as *declarações assertivo-diretivas*, com uma porcentagem de 60,5%; 38,9% e 0,6%, respectivamente.

3.1- Atos Diretivos

Os atos diretivos aparecem em número maior de ocorrência no *corpus* analisado. Podemos justificar a presença do ato diretivo pelo fato de o propósito das atividades presentes em um livro didático ser o de fazer o aluno realizar uma ação, mostrar que aprendeu, e a maneira utilizada para se conseguir essa ação é por meio de uma ordem, de um pedido, de um despertar de linha de ação futura pelo outro. Observamos que as questões classificadas como *atos diretivos* podem ser divididas em três grupos:

a) Ordens: essas questões apresentam o verbo no imperativo, indicando a ação que deve ser realizada (crie, destaque, justifique, escreva, sintetize, explique, etc.), como podemos observar em:

> (1) *Justifique a relevância do neologismo do nome da empresa Pragurbicida, levando em consideração seu significado e sua composição. (p.34, questão 1)*

b) Perguntas: nessas questões há uma tentativa de fazer o ouvinte realizar a ação de responder. Segundo Searle, as perguntas consistem em uma subclasse dos diretivos, pois apresentam caraterísticas dessa classe:

> (2) *Qual é o peso da noção semântica da preposição sem no primeiro parágrafo do artigo? Qual é a intenção de seu emprego? (p. 64, questão 4)*

c) Vários comandos: essas questões apresentam vários atos diretivos, configurando comandos diferentes em uma só questão, algumas até se subdividem em quesitos. É o que podemos observar a seguir:

(3) *"Feias, sujas e imbatíveis" a) Comente a relação que se estabelece entre os três adjetivos. b) Formule uma hipótese para o emprego da vírgula e da conjunção. C) Pensando no contexto, como poderíamos transformar esse título em oração? Nesse caso, qual seria a função sintática desses adjetivos? (p. 86, questão 1)*

3.2- Atos Assertivo-diretivos

Com relação a essas questões, observamos que elas apresentam informações por meio de afirmações sobre o texto, sobre o autor do texto, ou sobre algum assunto trabalhado. Por apresentarem afirmações, consideramos esse tipo de questão como ato ilocucional assertivo, pois ao afirmarmos estamos nos comprometendo com a verdade expressa, temos a crença (que p), características dos atos de fala assertivos. Como podemos observar em:

(4) *Gilberto Gil afirma que o tema dessa canção sempre fez parte das preocupações de sua geração; trata-se, portanto, de um tema recorrente em seu trabalho. Qual é esse tema? (p. 133, questão 3)*

Nas questões desse tipo, o ato assertivo introduz outro ato, o diretivo. Essa introdução não acontece por acaso, mas funciona como preparação para o diretivo, que, por sua vez, exige uma compreensão e aceitação do assertivo apresentado.

3.3- Declarações Assertivo-diretivas

No *corpus* analisado, pudemos perceber que algumas questões apresentam uma definição e, conforme nos apresenta Mari (2001), estas consistem em um modelo de realização dos declarativos, sendo um modelo menos institucionalizado desse tipo de ato ilocucional. Utilizando o exemplo: "A favela é a legítima manifestação da arquitetura brasileira", Mari nos dá a seguinte explicação:

> Toda definição, como um ato declarativo, destina-se a legislar ou sobre o universo da linguagem ou, em particular, sobre um universo de coisas. A partir da definição de um termo (favela), uma realidade conceitual (legítima manifestação da arquitetura brasileira) torna-se a ele associada e pode ser considerada, do ponto de vista do locutor, como já existente. (MARI, 2001, p. 116)

Porém, observamos que esse tipo de questão apresenta uma peculiaridade, isto é, um proferimento de um assertivo com força de um declarativo. Searle (2002) nomeia essa categoria como declaração assertiva, pois "diferentemente das outras declarações, partilham com os assertivos uma condição de sinceridade." (SEARLE, 2002, p.30).

Dessa forma, tomando como base essa concepção estabelecida por Searle (1969, 2001), podemos classificar as questões que apresentam definição como declarações assertiva. Observe:

> (5) *Literalmente, paradoxo é o "conceito que é ou parece contrário ao comum". Explique o verso "A novidade era o máximo / Do paradoxo estendido na areia." (p.133, questão 2, volume 3),*

observamos que há uma correspondência entre a realidade e o conteúdo proposicional, assim como há também a condição de sinceridade dos atos assertivos, ou seja, ao definir, o locutor pode ou não estabelecer uma definição adequada.

A seguir, apresentamos o gráfico da distribuição dos atos de fala encontrados no livro analisado.

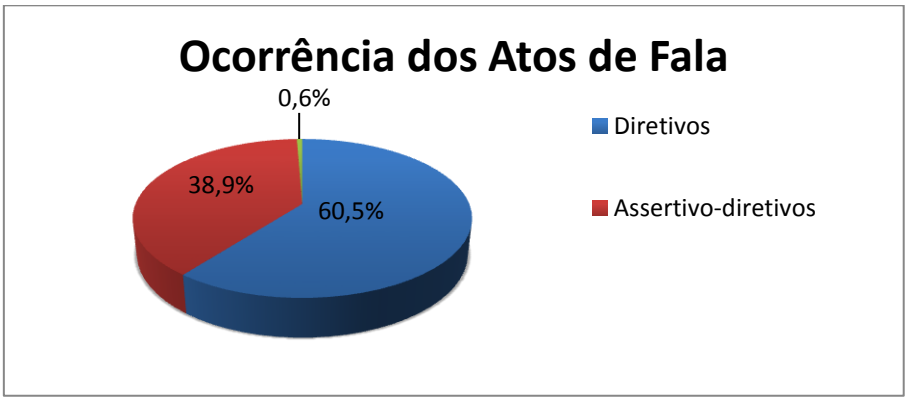


Gráfico 1: distribuição dos atos de fala no *volume 3*

Em nossa análise, observamos que há questões que apresentam atos de fala mesclados (assertivos e diretivos, declarações assertivo-diretivas). A respeito desse tipo de questão podemos destacar as considerações da abordagem de Van Dijk (1992), ao afirmar que em uma análise deve-se considerar o global, isto é, o macroato. Assim, em um texto, apesar de se realizarem diversos tipos de atos, há sempre um objetivo principal a ser atingido, para o qual concorrem todos os demais. No nosso caso, o objetivo principal é o de fazer o aluno realizar uma ação, dessa forma, podemos considerar como ato principal das questões da seção analisada o ato diretivo.

4- Análise da Tipologia das Perguntas

Adotando a tipologia proposta por Marcuschi (2008), realizamos uma identificação dos tipos de perguntas presentes na seção de interpretação de texto do livro "Português: Ensino Médio, volume 3".

Observamos que as questões com maior ocorrência foram as *inferenciais*, dessa forma, podemos afirmar que a maioria das questões do livro analisado exige que o aluno

desenvolva o raciocínio crítico, pois as respostas para esse tipo de pergunta não está centrada no texto.

Em segundo lugar temos as *globais*, seguidas das *cópias* e das *objetivas*. Com um percentual pouco considerável temos as *metalinguísticas*. E com um percentual baixo temos as questões *vale-tudo*, as *subjetivas* e as *impossíveis*. Sem nenhuma ocorrência no corpus analisado temos as do tipo *a cor do cavalo branco de Napoleão*.

Vejamos a distribuição (em porcentagem) das ocorrências do tipo de questão no gráfico a seguir:

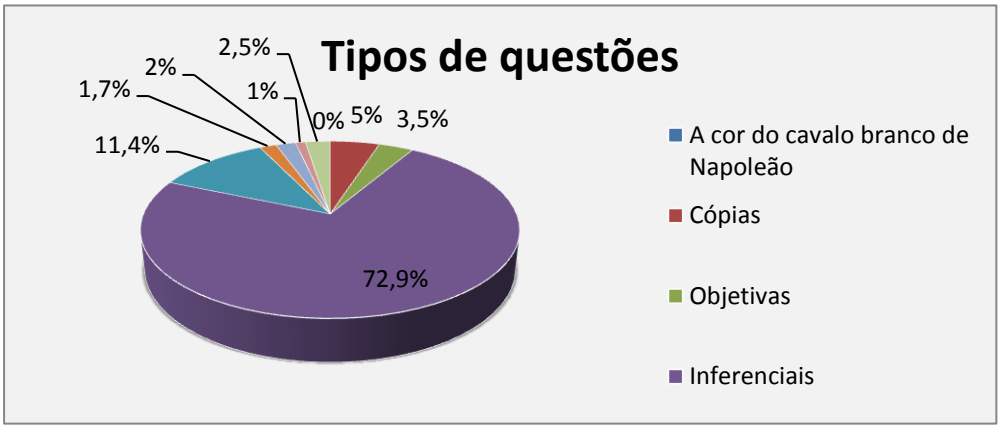


Gráfico 2: distribuição dos tipos de questões no *volume 3*

A partir dos resultados obtidos, podemos afirmar que o LDP analisado exige do aluno uma reflexão, uma análise crítica dos textos trabalhados.

5- **Considerações Finais**

A partir da análise de todo o *corpus* e da classificação estabelecida, observamos que todas as questões apresentam um ato de fala diretivo, acompanhado ou não de um ato assertivo ou de uma declaração assertiva.

Considerando que o propósito das atividades de um livro didático é levar o aluno a realizar a ação de responder adequadamente as questões, podemos considerar o ato diretivo como o ato *superordenado* (ato principal), sendo os atos assertivos e as declarações assertivas atos *subordinados*, uma vez que introduzem o ato diretivo. Dessa forma, as questões apresentam sempre o ato diretivo devido à compatibilidade do propósito desse ato com o objetivo das atividades propostas em um livro didático, que é o de fazer o aluno realizar uma ação.

Quanto aos tipos de perguntas classificadas, observando que há a predominância das perguntas *inferenciais*. Assim, notamos que há um direcionamento para a realização

de uma leitura que proporciona o desenvolvimento do raciocínio crítico do aluno, pois questões desse tipo exigem uma resposta formulada a partir de uma reflexão e não apenas centrada no texto.

Com relação ao livro didático, observamos que consiste no principal suporte utilizado nas aulas de língua na educação básica, representando também um dos principais meios de veiculação do discurso pedagógico. Assim, notamos que o livro didático apresenta força ilocucionária específica, levando o aluno a entender de determinada forma os enunciados das questões, que, por sua vez, proporcionam atitudes semelhantes àquelas que se pretende obter.

REFERÊNCIAS:

AUSTIN, J. L. **How to do things with words.** Oxford: Clarendon Press, 1962.

CHABROL, M. Bromberg. Por uma classificação dos atos de fala. In: MARI, Hugo *et alii*. Análise do discurso: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Núcleo de Análise de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001. pp. 133-153.

DE NICOLA, José. **Português: ensino médio**. São Paulo: Scipione, 2005. v. 3.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARI, Hugo. Atos de fala: notas sobre origens, fundamentos e estrutura. In: MARI, Hugo *et alii*. **Análise do discurso:** fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Núcleo de Análise de Análise do Discurso, FALE / UFMG, 2001.

SEARLE, John. Uma taxinomia dos atos ilocucionários. In: **Expressão e significado**: estudos da teoria dos atos de fala. (Tradução de Ana Cecília G. A. de Camargo e Ana Luiza Marcondes Garcia). 2 ed. São Paulo : Martins Fontes, 2002. pp. 01-46.

VANDERVEKEN, D. . **Les Actes de Discours**. Belgica: Pierre Mardaga, 1988. v. 1. 226 p.

VAN DIJK, Teun A. Contexto e cognição. In: **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 1992. pp. 74-98.

GT 6:

VÉRITAS MOUSEION 3D – O PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO EXPOSITIVO DO MUSEU DO HOMEM SERGIPANO COM ROTAÇÃO EM 360º

Romário Rodrigues Portugal
Graduando em Museologia/UFS
Bolsista PIBITI/UFS
romariohom@yahoo.com.br

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Janaina Cardoso de Mello (NMS/UFS)
janainamello@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Esta proposta de inovação tecnológica vincula-se à continuidade dos trabalhos iniciados na elaboração do *Véritas Mouseion* – Dicionário Eletrônico de termos museológicos em língua portuguesa. Na primeira fase (2011-2012) na ocasião foram selecionados termos vinculados à área museológica, realizadas entrevistas fotografadas e filmadas com museólogos e demais profissionais de instituições museais para a definição e posterior elaboração etimológica e homogeneização padrão dos verbetes, arquitetou-se um sistema de hipertexto em ambiente computacional para implementação do dicionário eletrônico, mantido por uma equipe multidisciplinar, permitindo organizar a informação e disponibilizar ao usuário a quantidade de dados necessária (SHNEIDERMAN, 1989; KIPPER, 1993).

Nesta segunda fase o *Véritas Mouseion* busca ampliar a comunicação tecnológica com os usuários através da interatividade 3D, deste modo o dicionário se propõe a disponibilizar a quem o consulte a imagem tridimensional do objeto equivalente aos termos pesquisados (quando assim for possível), como equipamentos de monitoramento do controle ambiental, do acervo, de suportes expositivos, entre outros. Desse modo, ao inserir a Museologia no ciberespaço de um dicionário eletrônico este configura-se como o espaço em que a língua acontece, lugar este definido como:

> o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos ([...]), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas a digitalização. (LÉVY, 2003:92).

Sendo assim nesse momento destacarei as nossas propostas de investidas no processo de digitalização e modelagem 3D do acervo expositivo do Museu do Homem Sergipano (MUHSE), em Aracaju. Instituição essa resultado das iniciativas dos professores de Antropologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), e que tem a característica de servir como espaço de conservação celebração e difusão dos traços identificadores da história e da cultura do povo de Sergipe por meio do seu patrimônio material.

Essa instituição é responsável também pela socialização do conhecimento por meio da sensibilização e da educação servindo também como mediador entre os bens culturais e a sociedade (SILVA, SOUZA, SOUZA, 2011). Vale ressaltar ainda as sua vocação educativa voltada para o público escolar e o suporte dado aos professores com discussões informação e material didático necessário para a sua atuação em sala de aula.

HISTÓRICO INSTITUCIONAL

O Museu do Homem Sergipano como atualmente é conhecido ao longo de sua existência passou por algumas fazes e denominações diferentes. A instituição foi criado em 1978 pela UFS como Museu de Antropologia (MUSA) e se estendeu ate 1983 com a mesma denominação e funcionando como órgão suplementar da Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX), no entanto este "nunca conseguiu um espaço adequado para sua instalação e funcionamento condigno" (DANTAS apud NUNES, 2010. p. 80), mas esse fato não impediu que os professores envolvidos nesse projeto realizassem as suas exposições, pois fizeram uso das mais diversas áreas como espaços expositivos: como escolas, agência dos Correios e Telégrafos, SESC, o calçadão do centro da cidade de Aracaju entre outros.

Nesta primeira fase, diversas foram as exposições montadas com os mais variados temas: como índios, negros, rituais folclóricos, paleontologia e arqueologia,

buscando desse modo associar o patrimônio cultural, o folclore e o turismo, de modo a se propor à transmitir os saberes acadêmicos de maneira acessível ao grande público.

No ano de 1983 o museu passa a ocupar o Centro de Cultura e Arte (CULTARE), no período onde funcionou a Faculdade de Direito até 1988. Nesse período a instituição passou a ser denominada de Sala de cultura Popular, e teve o seu projeto expográfico concebido pela arquiteta Maria do Socorro Gurjão. O espaço passou a contar então com uma exposição permanente constituída de objetos variados do artesanato sergipano que vieram acompanhados de textos que procuravam contar não somente os processos de produção, mas a significação dessa atividade, ou seja os textos complementavam a representação do acervo exposto, permitindo assim que o visitante pudesse compreender o seu contexto e o meio em que ele esteve inserido.

Em 1988 o museu que até então era denominado como Sala de Cultura Popular tem a sua trajetória interrompida por vários fatores, e retoma em 1991por meio de uma ação que permitiu a agregação do departamento de Biologia na UFS. Essa ação permite que o museu volte a funcionar novamente, só que desta vez como Núcleo museológico, tendo como espaço físico duas salas do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde e, com uma nova mudança, passou a funcionar no segundo andar do Hotel Pálace de Aracaju, este desativado do funcionamento como hotel e possuidor de salas comerciais (NUNES, 2010).

Ao sair do Hotel Pálace o Núcleo museológico passou a ocupar um outro prédio da UFS em Aracaju, o edifício da Faculdade de Ciências Econômicas em 1994, e por ali permaneceu com a mesma denominação até 1995,dividindo as instalações com o Núcleo de Audio-Visual (NAV), com o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e com o Dialogay. Foi durante esse período que se iniciaram as reuniões que vieram a definir o projeto da exposição de longa duração, nesta ocasião foi convidada para consultoria a professora Dra. Maria Cristina de Oliveira Bruno MAE/USP.

Em 1996 é concebida então a montagem da exposição permanente com o seguinte titulo: “O Homem de Sergipe”, constituída sobretudo por módulos sobre:

> A ocupação primitiva do território; A conquista do território e da população; A organização do trabalho: a importância da mão de obra sergipana; Evidências de um processo histórico dependente: a ocupação do açúcar; Estruturas de poder que moldarão a sociedade; A república brasileira e Sergipe; Evidências de um Sergipe em desenvolvimento; As

> formas de representação da cultura sergipana. (DANTAS apud NUNES, 2010. P. 80).

Essa exposição e os seus temas tinham com o objetivo permitir aos sergipanos e visitantes uma melhor compreensão de sua história, e ate mesmo entender de maneira mais lúdica ao todos os processos que permitirão que o povo sergipano seja o que é hoje, como por exemplo, a sua economia e a sua miscigenação.

Nesse mesmo ano a instituição aderiu a atual nomenclatura, no entanto a denominação e o seu regimento de nº 20/95/Museu, só foram aprovados pela resolução nº 07/2000/CONSU (Conselho Universitário).

Finalmente em 2004 o Museu do Homem Sergipano (MUHSE) foi transferido para localização atual, o prédio onde funcionou a Faculdade de serviço Social. Este que é uma construção dos anos 1920, em estilo eclético, com tendência para o neoclássico.

O acervo do museu foi sendo adquirido por meio de transferências de setores da UFS, compras, doação e resultante de escavações arqueológicas. Objetos representantes da cultura material de Sergipe que constituem coleções arqueológica, etnográfica e etnológica, científica e tecnológica, de artes visuais, história e imagem e som, possibilitando assim a contextualização de módulos temáticos, como: indígena, artesanato, rituais populares e arqueologia.

O PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO 3D

A instituição em destaque e detentora de uma quantidade expressiva de peças representantes da cultura sergipana, e esse foi um dos principais fatores que nos fez optar por esse museu como um dos primeiros como colaborador no processo de digitalização 3D e rotação 360º de acervos museológicos.

A modelagem 3D tem o objetivo de criar qualquer corpo composto por massa em entidades de três dimensões, assim como imagens estáticas e em movimento, podendo ser aplicada ou não a interatividade. “A visualização de conteúdo 3D na Internet pode ser realizada de diferentes maneiras, dependendo da finalidade da aplicação em questão e da capacidade computacional do computador do usuário que visualiza os dados disponibilizados na Internet” (DREES, 2010. p. 05).

As técnicas utilizadas nesse processo são das mais variadas, sendo que todas elas são realizadas por meio da criação de uma malha complexa de segmentos que dão forma

ao objeto trabalhado. Para realização desse processo são utilizadas ferramentas da computação gráficas com tecnologia avançada e produzidas especificamente para esse tipo de tarefa.

Esse tipo de aplicações interativas tridimensionais são uma das categorias mais complexas em termos de desenvolvimento tecnológico. Tamanha complexidade deve-se à necessidade de fornecer ao utilizador uma experiência de elevada imersão num ambiente virtual altamente detalhado e realista, ou seja, se pretende com o processo de digitalização 3D, sobretudo dos objetos dos âmbitos museológicos dentro do projeto *Véritas Mouseion*, garantir aos seus usuários uma maior compreensão dos termos hospedados na arquitetura do dicionário.

É importante ressaltar ainda que tecnologia semelhante também já vem sendo adotada pelo Museu Histórico Nacional, pois essa instituição por meio do Laboratório de Processamento de Imagem Digital (LAPID), laboratório vinculado do departamento de Geologia e Paleontologia/UFRJ, atua desde 2002 na criação e manipulação de arquivos digitais, modelagem virtual e prototipagem.

Tal tecnologia garante ao museu uma maior segurança do seu acervo e, sobretudo de peças raras das coleções de Paleontologia e Arqueologia, pois:

> A replicação desses materiais como modelos virtuais possibilita a criação de um banco de dados seguro de peças raras, e os modelos físicos podem ocupar acervos e exposições além de gerar uma maior segurança para a coleção do Museu Nacional, permitindo intercâmbio entre instituições científicas. Os modelos tridimensionais possuem ainda uma contribuição didática em exposições possibilitando um grande contato do público visitante com determinadas peças, principalmente no caso de deficientes visuais. (BELMONTE, GIOIA, AZEVEDO, 2011.).

Vale ressaltar nesse momento o diferencial no nosso projeto, ou seja, pelo fato do Véritas Mouseion estar sendo desenvolvido em um ciberespaço não disponibilizara modelagens em prototipagem 3D, mas sim modelagens virtuais tridimensionais com rotação 360º que permita a ampliação do número de visitas à esses espaços, das pesquisas acadêmicas bem como o uso integrado da experimentação tecnológica para atualização continuada dos funcionários das instituições culturais. Também

proporcionará uma maior acessibilidade e compreensão dos termos pesquisados por seus usuários.

A partir dos conceitos explanados por TREVAS, CAVALCANTI e SILVA-CAVALCANTI podemos compreender o processo de modelagem como:

> a arte de dar forma a um personagem (ou objeto) partindo de uma estrutura básica (box, esfera, cilindro, massa de modelar *Poliesculp* etc.). É o ato constante de produzir e comparar o que está sendo feito. Com uma ou mais referências. Essas referências podem estar em sua frente, como fotos, modelos vivos etc, ou estar memorizadas no pré-consciente, mais precisamente. Esse modelo pode ser cópia fiel de uma referência ou uma junção de milhões de referências observadas durante a vida. (SOUZA, apude TREVAS, CAVALCANTI e SILVA-CAVALCANTI, 2010. p.08).

Esse processo evolucionista das novas tecnologias também passou a ser adotado, por exemplo, na Rede Municipal de Ensino de Blumenau - SC, nesse município os professores por meio do projeto Softtvali tiveram como objetivo principal o desenvolvimento de um software educacional coerente com a perspectiva pedagógica daquele município, que venha a auxiliar no processo de aprendizagem dos estudantes, pois, "diversos estudos têm demonstrado que a utilização da Informática na Educação pode potencializar e auxiliar o processo de ensino-aprendizagem nas escolas" (SEÁRA, BENITTI, RAABE. 2003. P. 02).

E foi com essa idéia em mente que os professores em parceria com uma equipe interdisciplinar das áreas da tecnologia, de programadores e designer deram início ao desenvolvimento de espaços virtuais que virão a contribuir com processo de aprendizagem os seus alunos.

Na primeira versão do software foram desenvolvidos três ambientes distintos: um supermercado, onde o aluno encontra questões referentes a matemática, economia, contabilidade, entre outras; uma fazenda, com questões sobre o meio ambiente, animas, vegetais e assim por diante; e a Fundação Cultural, na qual sem encontra o Museu (o nosso grande foco nesse momento), e neste é permitido ao aluno visitar e criar exposições, trabalhando com obras de arte, biografias desenhos períodos da arte, entre

outros aspectos de caráter institucional museológico. Na exposição, constituída, sobretudo por quadros acompanhados por legendas explicativas cabe ao aluno ou professor dependendo da atividade proposta, configurar as exposições do Museu.

Vale resultar que ambos os espaço foram criados com tecnologia 3D por meio do software desenvolvido por os professores, permitindo que os alunos locomovam-se pela sala de exposição e aproximem-se dos quadros e das suas descrições, esse fato esse aumenta o nível de realidade do cenário e garanti uma maior interatividade dos seus usuários.

CONCLUSÃO

O Museu do Homem Sergipano ao longo da sua história sempre procurou montar exposições com informações acessíveis que proporcionasse uma fácil compreensão da sua narrativa expográfica ao público escolar, esse perfil, no entanto muito condiz com a nossa proposta; sendo que assim como o MUHSE pretendemos oferecer aos estudantes e profissionais da museologia e área afins um suporte capas de fornecer a informação necessária sobre o conteúdo pesquisado dentro do nosso contexto.

Diante do exposto percebemos a grande importância que terá a disponibilização imagens tridimensionais no projeto Véritas Mouseion, pois ficou visível o grande papel que a representação imagética tem como auxiliadora no processo de entendimento lúdico de aspectos referentes aos museus, pois ao agregar imagens tridimensionais referentes ao significado dos termos encontrados em um dicionário estaremos fornecendo assim, não apenas termos muitas vezes rebuscados e de difícil compreensão, mas permitindo que o usuário possa ver de uma maneira bastante complexa o seu significado.“No projeto em 3D, o interessante é que as imagens projetadas são modeladas em três dimensões, altura, largura e profundidade, isso possibilita maior interpretação do ambiente e consequentemente melhor compreensão do objeto”(TREVAS, CAVALCANTI e SILVA-CAVALCANTI, 2010. p. 36).

REFERÊNCIS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, S. A. K. ; BELMONTE, S. L. R. ; GIOIA, M. M. ; SANTOS, J. **Novas Tecnologias de Captura 3D e Prototipagem Rápida realizadas no Laboratório de**

Processamento de Imagem Digital do Museu Nacional/UFRJ. IV Jornada Discente do Departamento de Geologia e Paleontologia do Museu Nacional/ UFRJ. 2011.

BENITTI, F. B. V. ; RAABE, A. ; SEÁRA, E. F. R. **A construção de um Museu Virtual 3D p Para o Ensino Fundamental.** Disponível em: http://www.dcc.ufla.br/infocomp/artigos/v4.1/art10.pdf

CAVALCANTI, E. H. F. ; CAVALCANTI, J. S. S. ; TREVAS, C. T. Y. T. **Elaboração e Modelagem Tridimensionais para a produção de conteúdos em museu de ciências: o caso do museu de Oceania de Serra Talhada - PE.** Revista Museu Virtual, vol. 2 – Nº 1 Janeiro/Dezembro de 2011.

DREES D. R. ; **Visualização 3d interativa utilizando um sistema de renderização remota.** Disponível em: http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/.../Dissertacao_Dyego.pdf?...

KIPPER, E.F. et al. **Engenharia de Informações: Conceitos Técnicas e métodos**. Porto Alegre: Sagra DC-Luzzato, 1993.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa, 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2003.

NUNES, V. M. M. **O Museu do Homem Sergipano**. Patrimônio e Memória (UNESP), v. 6, p. 78-96, 2010.

SHNEIDERMAN, Ben. Reflections on authoring, editing, and managing hypertext In: BARRET, E (ed.) **The society of text**. Cambridge, MA: MIT Press, 1989: 115-131.

SILVA, N. M. ; SOUZA, J. E. ; SOUZA, D. M. **Museu do Homem Sergipano (MUHSE): Abordagem Histórica, Documentações e Ações Educativas.** V Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade". São Cristóvão – SE. 2011.

SOUSA, J. C. C. A. **Implementação de Exposições Virtuais em Ambiente Tridimensional em Museus de Ciência e Técnica.** Disponível em: http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/61992/1/000149644.pdf

CAFUNDÓ: HISTÓRIA DA ÁFRICA NA ESCOLA EM UMA PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICA

Autora: Diana Chiara Oliveira Rocha.
Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente
Bolsista CAPES – PRODEMA/UFS.
diana_iara@hotmail.com

Orientador: Esp. Luis Eduardo Pina Lima (DHI/UFS)
eduardopinahistoria@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A importância do presente estudo é justificada pela análise da cultura negra e as perseguições vividas pela mesma através do filme Cafundó, dirigido por Paulo Betti e Clóvis Bueno, que mostra a vida e a obra de João de Camargo.

A temática do Pós-Abolição e religiosidade negra no Brasil é assunto bastante explorado no cotidiano e de acesso fácil, porém, por muitas vezes, vítima do preconceito. O termo *preconceito* significa conceito antecipado, ou ainda, opinião formada sem reflexão. É a partir dessa análise que inúmeros elementos do filme serão colocados em pauta na discussão acerca de sua relação com a produção cinematográfica nacional e seu uso em sala de aula. A inserção de temas de História da África no conteúdo de base da Educação Básica ganhou ímpar destaque no ano de 2010 e, na maioria das escolas, já está em vigor.

O filme usado como alicerce para os debates aqui propostos, engloba-se no planejamento de turmas dos 7º e 8º anos do Ensino Fundamental e propõe apresentar um projeto pedagógico que abrange a produção aliada a palestras e seminários, sobre os temas que suscitam a curiosidade de fatos e realidades existentes e de outros que já

aconteceram. Para tanto, necessita-se da obra cinematográfica Cafundó como meio fundamental para fazer uma alusão às referências bibliográficas expostas em sala de aula. Dentre as produções nacionais que intercalam pilares históricos, estórias pessoais dos personagens, veracidade de fatos e sensibilidade da narrativa, Cafundó releva-se como uma construção ideal a estudos e análises sobre História do Brasil. Contudo, o filme tem classificação etária bastante exclusiva por conter fortes cenas que não devem ser usadas no âmbito escolar. Assim, a obra, nesse viés de apresentação, necessita ser editada para utilização apenas das partes que concernem às temáticas que são objetivadas na abordagem.

O caráter didático do filme também mostra sua contribuição à importância da leitura e da interpretação dos fatos, o que, no cotidiano da aprendizagem, é ato de inteira virtude para o entendimento de obras literárias, do ingresso no mercado de trabalho e de caracterização pessoal, como autorreconhecimento e autoestima na sociedade.

CAFUNDÓ: O ROTEIRO DE UM EX-ESCRAVO

A ficha técnica da produção cinematográfica conta com o título original como Cafundó, no gênero de drama, tendo sido lançado no Brasil em 2005, mesmo tendo sido filmado em 2003, no Paraná. Dirigido por Clóvis Bueno e Paulo Betti, tem roteiro também de Clóvis Bueno e como produtora: Prole de Adão e Laz Audiovisual. A trilha sonora é de André Abujamra e a fotografia de Zé Bob. Os figurinos são de Bia Salgado e Mariza Guimarães e a maquiagem de Anna Van Steen. Tem duração de 135 min.

Esse longa-metragem se baseia em acontecimentos ocorridos na cidade de Sorocaba no final do século XIX. Tendo sido motivo para várias pesquisas de diversos intelectuais chegando a ser inclusive temática de carnaval. O negro estrelado por Lázaro Ramos seria um liberto, ex-tropeiro, saído da senzala e descobriu a sua vocação religiosa após um relacionamento conjugal conturbado com sua esposa, uma médium vidente que era acompanhada pela pomba-gira, uma das inúmeras entidades das religiões afro-brasileiras. Em meio ao sofrimento causado por sua companheira, sua aptidão religiosa é despertada, assim o ex-cravo decidiu se afastar das esfinges mundanas devido à grande influência que ele acredita ter sido de divos como monsenhor Jô Soares e o menino Alfredinho culminando na criação da Igreja Nosso Senhor do Bonfim da Água Vermelha e a partir daí a cidade tornou-se ainda mais conhecida passando por um processo de crescimento populacional.

Assim, é válida a observação no caso do João de Camargo, a criação de mais uma figura das crenças afro-brasileiras, o preto velho, um velho sábio que orienta as pessoas, aconselhando-as para o seu bem. Essa figura muito importante para os devotos mostra mais uma vez que nessas religiões de caráter afro existem santos ou entidades de personalidade e atribuições individualizadas onde as suas figuras são mais populares e de camadas mais baixas da sociedade.

Dessa forma, fazem valer os pensamentos de grandes intelectuais acerca da matéria, como Florestan Fernandes que entusiasmou o trabalho dos próprios diretores do filme, além de ser um dos pioneiros a estudar o caso de João de Camargo e Ordep José Trindade Serra escritor do artigo No caminho da Aruanda, e de vários livros como A umbanda em Brasília e Águas do Rei onde trata de aspectos etnocêntricos e outras características na formação do umbandismo no Brasil. Para abranger determinados aspectos acerca da sociedade brasileira pós-Abolição, buscou-se ainda fontes que englobavam essas perspectivas de estudo. Logo, utilizou-se dos escritos de autores como Luiz Assunção e Beatriz Dantas Góis para uma composição dos referidos estudos propostos. Pretende-se assim chegar a uma abordagem histórica e social da sociedade daquela época, dando ênfase a população negra e a sua cultura, principalmente no campo religioso.

Dessa forma, para abranger determinados aspectos acerca da sociedade brasileira pós-Abolição, buscou-se ainda fontes que englobavam essas perspectivas de estudo. Logo, utilizou-se dos escritos de autores como Luiz Assunção e Beatriz Dantas Góis para uma composição dos referidos estudos propostos. As análises cinematográficas contaram com leituras de base como Marc Ferro, Ronaldo Linhares, Maria Lucia Coutinho, entre outras.

O POVO NEGRO COMO ELEMENTO PRESENTE NA SOCIEDADE BRASILEIRA DO PÓS-ABOLIÇÃO

O negro trazido da África para o Brasil sob uma perspectiva exploratória de mão-de-obra, estereotipado pelo europeu como um animal sem capacidade de raciocínio e identificado como descendente de Cã foi de forma percuciente, alvo de inúmeras injustiças sociais tanto por sua cor, quanto por sua cultura (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2004).

A liberdade em seus vários sentidos – multifacetada como é – exprime-se em duas visões não opostas, mas complementares em conversa entre João de Camargo (Lázaro Ramos) – um questionador da tal "liberdade" – e Cirino (Leandro Firmino) - enfatizador da posição de negro livre repleto de esperanças de uma mudança social no Brasil a favor do povo negro:

> "- Nóis é que nem essas mula correndo pra onde manda o reio.
>
> - Mas o reio agora tá na nossa mão, João. Ocê ainda não botô na cabeça, home, acabô a escravidão!
>
> - Pra nóis não mudô muito, Cirino.
>
> - Se não mudô, João, vai mudá."

A Lei Áurea – assinada em 13 de maio de 1888 – ratifica a extinção da escravidão no Brasil. Mas, como nos mostra Chiavenato (1980), na época da Abolição grande parcela do povo negro já não vivia sob regime de escravidão, pois a maioria havia ganhado a liberdade por esforço próprio. Pressão dos abolicionistas, crescimento avantajado da quantidade de quilombos impulsionaram fortemente o combate ao sistema escravista. Porém, se antes a diferença social era engendrada principalmente em ser escravo e ser livre, a partir de 1888 o viés racista se estrutura de forma sólida estando a sociedade brasileira dividida em negros e brancos (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2004).

Um Quarto Ato Oficial se alicerça com a Guerra do Paraguai (1864 – 1870) usada como um dos instrumentos de branqueamento da população brasileira. Percebe-se em *Cafundó* o ex-patrão de João e Cirino enviando-os à Guerra do Paraguai (SANTOS, 2008). Os negros que fossem lutar na referida batalha receberiam a liberdade e, se já fossem livres, receberiam terras. Era comum que ao ser convocado um filho de fazendeiro, este enviasse de cinco a dez escravos no lugar de sua prole (DANTAS, 1988).

Preconiza-se que durante a guerra, o exército brasileiro tenha colocado o povo negro na frente de combate, por conseguinte, grande foi o número de negros mortos (CHIAVENATO, 1980). Contudo, aparece no filme uma referência a esse combate que se choca com determinados estudos[1]. Esta vem a transparecer em uma fala de João:

> "- Nóis nem lutô. Nem guerra teve, nem morte".

Nesse ponto, o protagonista segue com a mãe a um aglomerado de negros, uma comunidade negra rural denominada Cafundó. Provavelmente, essa comunidade deriva

de um quilombo. Para desenvolvermos esse aspecto das comunidades negras rurais, no período posterior a abolição da escravatura deveu ampliar nosso pensamento á Lei de Terras de 1850, nº 601. Este decreto estabelecia a obtenção de terras somente por compra. Nos quilombos, as terras eram propriedade comum e o excedente de produção era vendido nas cidades. Segundo estudo anacrônico relevante para a abrangência da formação dos grupos étnico-sociais, Assunção (2006) enfoca que para estes grupos a terra simbolizava mais que o cerne da sobrevivência, mas, outrossim, uma íntima ligação de identidade cultural. Da terra retiravam-se os produtos para a subsistência, além de servir como moradia e espaço de trabalho. A ocupação se dava, primordialmente, sob a forma de "posse" de terras devolutas, empreendidas por negros fugidos, alforriados ou – no pós 1888 – livres. De forma simplificada, a família matrilocal (aquela que primeiro se fixava na área) tornava-se a família nuclear e criava laços de aliança com outras famílias[2], formando uma comunidade negra rural. A atividade central era a pequena agricultura – realizada de forma precária – acompanhada, secundariamente, da produção artesanal[3]. Em suma, as comunidades negras rurais relacionavam através da terra fatores como a consanguinidade, o passado histórico, as alianças e a identidade étnico-cultural.

Para relevante esclarecimento, Cafundó é uma comunidade negra rural ainda existente em Campinas – SP. Mas, esta não corresponde à comunidade negra que é retratada no filme.

Com a república em seus primórdios, a industrialização no país cresceu imensamente. Precisava-se então de mão de obra e matéria-prima. Nota-se no filme indústrias: têxtil, metalúrgica, extrativa e mineral. Matéria-prima havia de sobra no Brasil. E mão de obra negra também! Todavia, quando o sistema formal de governo vigente no Pó-abolição observa que se o negro passasse a ocupar amplo indicador de vagas nas indústrias, surgiria uma classe média poderosa "enegrecida", colocando em risco os anseios de um processo de branqueamento do povo brasileiro. O que fazer? A resposta foi determinar no dia 28 de junho de 1890 a reabertura do país às imigrações europeias e impedir ao máximo a entrada legal de "indígenas da Ásia e da África" (DANTAS, 1988). O racismo presenciava-se em muito no que concerne a essa figuração do negro como impureza social. Usemos como exemplificação uma metáfora relacionada à produção açucareira, dita por Afrânio Peixoto, onde para "depurar-se todo esse mascavo humano [possuiríamos] albumina bastante para refinar toda essa escória?"[4].

A falta de "qualificação" para o mercado de trabalho seria um dos *motivos* para a não admissão dos negros nas fábricas. Justamente aparece em voz de João de Camargo o analfabetismo como fator de desemprego:

> "- Também nem lê nóis num sabe".

Como poderia o negro ex-escravo saber ler numa sociedade em que a Lei Complementar à Constituição de 1824, outorgada em 1854, previa a não aceitação de negros nas escolas, pois se antevia que os *pretos* eram portadores de moléstias contagiosas? Salvo raras exceções, o negro na sociedade brasileira era visualizado como a imagem do analfabeto, do transmissor de doenças, do trabalhador preguiçoso, do marginalizado ladrão. A fim de uma mudança social engendrada nas linhas de pensamento, espera-se que essa visão enrustida e negativa sobre o povo negro seja posta – como aqui – em pretérito.

ENSINO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA EM CONTEÚDO DE HISTÓRIA DO BRASIL

O conteúdo exploratório apresentado é, como pode ser notado, não é apenas a Abolição da Escravatura, mas também os aspectos do período pós-abolicionista. Para tanto, em uso da Lei 10639, essa estrutura de ensino deve contar com o uso lúdico das tecnologias para sua aplicação. A proposta seria a colocação de uma leitura prévia sobre a escravidão no Brasil. A partir dessa exploração, retirar-se-iam as ideias centrais que demonstraram o cotidiano negro oitocentista.

Com essas ideias-chave exibir-se-ia o filme, para que após a apresentação deste, os alunos pudessem construir um quadro comparativo entre as condições de vida do ex-escravo que havia sido liberto por conta da Lei Áurea. Incluir às discussões a temática religiosa é outro elemento importante, pois é uma forte característica do filme e da realidade negra nacional. Através disso pretende-se chegar a uma abordagem histórica e social da sociedade daquela época, dando ênfase a população negra e a sua cultura, além do campo religioso.

O filme cafundó relata a perseguição que os negros principalmente no período do pós-abolição sofreram não só por causa da cor, mas também por sua religião. A Umbanda, religião de maior destaque no filme teve sua origem sudeste brasileiro por

volta de 1920, trazida por africanos de várias regiões se tornou uma crença de misturas étnicas aos poucos que deixou de ser uma cultura totalmente africana, também é o caso do *Batuque* e *Xambá*, já o candomblé e o xangô do Nordeste ainda permanece com a cultura africana. Essas temáticas devem estar vinculadas ao ensino de História da África em sala de aula.

As críticas vinculadas à obra cinematográfica *Cafundó* são de Eric Novello, que é escritor e roteirista, formado no Instituto brasileiro de audiovisual - Escola de cinema Darcy Ribeiro. Ele trata especialmente que:

> Ao redor das descobertas de João orbitam personagens e situações que contribuem como elementos individualizados, que não precisam se integrar diretamente ao todo para fazer sentido. Isso poderia dar a ideia de narrativa quebrada e dificultar o entendimento da primeira metade do filme, mas a atmosfera lírica preenche bem os espaços deixados na história e ambienta o espectador para a etapa do filme pós-visão reveladora. A evidente influência teatral da direção, refletida no posicionamento dos atores, na hora em que entram e saem de cena com suas falas certeiras também ajudam no lirismo, assim como os padres, pregadores do fim do mundo, exus e ciganos espalhados aqui e ali (2007).

NOTAS

[1] Ressalta-se que a produção cinematográfica não explana a datação exata de certos acontecimentos, o que pode deixar brechas a possíveis equívocos dependentes das datas.

[2] Estas famílias periféricas poderiam não ser necessariamente negras. Englobavam-se também pequenos grupos mestiços e indígenas, assim como brancos pobres que aceitavam os valores da cultura negra.

[3] Atenção especial aos elefantes de barro com que Natalino (criança - Wesley Aprile) brinca e na escultura do Nosso Senhor do Bonfim confeccionado por Natalino já crescido (Alexandre Rodrigues).

[4] Forte influência de um princípio branqueador. Concernente ao mascavo humano (o açúcar mais escuro) como o negro, a albumina (proteína coagulante) condizente ao branco capaz de inibir o "enegrecimento" da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Sylvia Elisabeth de Paula. **O cinema em sala de aula: uma aprendizagem dialógica da disciplina História.** Ceará: UFCE, 2007.

CAFUNDÓ. Direção de Clóvis Bueno e Paulo Betti, 2005.

CHIAVENATO, J. J. **O negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

COPPOLA, Gabriela D.; MIRANDA, Carlos Eduardo A.; RIGOTTI, Gabriela F. **A educação pelo cinema**. (bibliografia incompleta)

DANTAS, Beatriz Góis. "África negada versus África exaltada, um paralelo entre a Umbanda e o Candomblé". In: **Vovó Nagô e Papai Branco – Usos e abusos da África no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1998.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato P. "Africanos vistos da Europa". In: **Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL – ODEBRECHT. **Notícias de Rui Barbosa: Um brasileiro legal** (Projeto Memória). S.l, s.d, p. 7.

NOVELLO, Eric . **Cafundó.** Em: < http://aguarras.com.br/2007/05/07/cafundo/> 7/5/2007. Acesso em: 03 out, 2010.

ROCHA, Ruth. **Minidicionário Enciclopédico Escolar**. Scipione: São Paulo, 2003. p. 490.

SALTO PARA O FUTURO. **Cinema e educação: um espaço em aberto**. SEED/TV Escola, 2009 (nº. 4, maio).

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA EM SERGIPE: REFLEXÕES INICIAIS

Autora: Rita de Cássia Barboza dos Santos
Acadêmica do Curso de Licenciatura em História
Universidade Federal de Sergipe (UFS)
rita23.b@hotmail.com

Orientadora: Marizete Lucini (DED/UFS)
malucini@hotmail.com

Esse texto apresenta reflexões iniciais realizadas a partir de pesquisa em desenvolvimento, intitulada "A formação dos professores de História atuantes na rede estadual de ensino de Sergipe", vinculada à pesquisa "O ensino de História em Sergipe: um diagnóstico exploratório da formação de professores e da proposta pedagógica nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio".

Ao nos propormos a investigar a formação dos professores de História, intencionamos conhecer qual a formação dos professores que atuam nas escolas estaduais no estado de Sergipe como uma primeira aproximação para pensar o campo das práticas pedagógicas desenvolvidas no Ensino de História.

Entendemos que a formação dos professores é um dos elementos fundamentais na elaboração de práticas pedagógicas que qualifiquem o ensino desenvolvido em sala de aula, bem como os aspectos estruturais para a efetivação de um ensino de qualidade, sem desconsiderar a imprescindibilidade de uma política salarial justa, uma infraestrutura adequada e o desenvolvimento de uma formação continuada adequada às necessidades de professores e alunos.

Contudo, mediante a necessidade de definirmos um foco para a investigação em desenvolvimento, entendemos que iniciar pela efetivação de um diagnóstico da formação de professores nos possibilitará a continuidade das reflexões em outros âmbitos do campo de pesquisa do Ensino de História.

A formação de professores para a Educação Básica definida pela LDB nº 9394/1996, resultou de muitos debates e embates travados no campo da educação. Nesse sentido, Cainelli (2008), em texto que discute a prática de ensino de História como campo de pesquisa, nos indica que foi na década de 80 que a história ensinada teve um aumento significativo de trabalhos que tematizaram o Ensino de História,

principalmente se atentarmos para a discussão sobre a retomada da autonomia da disciplina de História.

A formação de professores de História, no período militar - década de 70, desenvolvia-se em curso de Licenciatura curta em Estudos Sociais, habilitando o professor para atuar em História, Geografia e Educação Moral e Cívica no ensino fundamental.

As lutas pela exclusão dos cursos de Licenciatura curta em Estudos Sociais, a redemocratização no Brasil, o movimento internacional de revisão historiográfica e as greves impulsionaram novos paradigmas sobre a formação e o trabalho do educador.

> Vale salientar que as discussões tinham como eixo norteador a retomada da disciplina história de forma autônoma, uma luta travada no interior das Universidades, nas associações cientificas e entre os professores da disciplina nos Ensinos Fundamental e médio (antigos 1º e 2º graus), visto que as disciplinas de história e geografia haviam sido extintas durante o regime militar instaurado em 1964, sendo transformadas em Estudos Sociais, numa fusão dos seus conteúdos.
> (CAINELLI, 2008, p. 106).

A formação de professores em Licenciatura, perdurou em muitas instituições até a década de 1990, quando, a partir da nova LDB (Lei 9394/96), indica-se que:

> Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1996).

Assim, a formação para a atuação no Ensino de História, anos finais do Ensino Fundamental, passa a exigir curso de licenciatura plena, o que, em muitas instituições já vinha acontecendo, mesmo antes da promulgação da LDB 9394/96. Contudo, a existência de legislação que amparava a licenciatura curta, possibilitou que muitos cursos de licenciatura curta em Estudos Sociais perdurassem por muito tempo em instituições de ensino superior.

No campo das práticas pedagógicas e mediante as reformulações curriculares, abriu-se espaço para histórias temáticas e a história cultural passando a ser utilizados métodos como músicas, cinema e trabalhos de literatura em sala de aula. Ainda conforme discute Cainelli (2008), havia uma preocupação por parte dos professores em estar relacionando a vinculação dos conteúdos historiográficos com a realidade dos alunos, onde a atitude argumentativa do professor do curso de História seria

fundamental nas escolhas de conteúdos, bibliografias e concepções de história diante dos alunos na prática em sala de aula.

A história de vida de cada professor não pode ser ignorada na produção dos significados que atribuem ao fazer docente, mostrando que o processo de formação dos professores não pode ser ignorado na produção dos significados que atribuem ao fazer docente, mostrando que o processo de formação de professores não se constitui somente em função dos cursos frequentados nas universidades ou na escola, mas que ela é permanente, tal qual a constituição da identidade profissional (CUNHA, 2011, p.159).

Levando em conta que a construção da identidade profissional do docente está intimamente ligada com o ambiente, temporal e espacial, da formação inicial, quando se escolhe a profissão de educador ,já é uma escolha relacionada com muitos fatores e é próprio de cada um. Os aspectos da vida dos professores são de importância quando pensamos na sua trajetória docente, na maneira como ensinam (CUNHA, 2011).

Por isso, entendemos que a relação que existe entre a formação inicial do educador, com a maneira que ele se coloca em sala de aula revela que existe uma relação entre a vida pessoal e profissional que antes, não era vista dessa maneira e sim como algo separado. Nesse sentido, Veiga afirma que:

> A identidade docente é uma construção que permeia a vida profissional desde o momento da escolha do ofício, passando pela formação inicial e pelos diferentes espaços institucionais onde se desenvolve a profissão, o que lhe confere uma dimensão no tempo e no espaço (VEIGA, 2009, p.29).

As narrativas analisadas por Cunha (2011) apresentam algumas confluências e divergências nas motivações para a escolha da profissão. Os entrevistados atribuem a escolha ao gosto pessoal pela disciplina de História, à lembrança de um professor marcante à vontade de ser professor. Há os que atribuem a escolha ao fato de terem um ou vocação para ensinar ou ainda há os que não queriam a licenciatura, mas acabaram, mesmo assim, por fazê – las.

Assim, afirma que entende a História como um conhecimento que estuda as sociedades humanas e sua evolução, para se compreender o presente e "a continuidade histórica entre passado e presente, constituindo o material como o qual trabalhará o professor – material a ser ainda considerado em suas finalidades e em suas possibilidades de assimilação por parte do educando"(CASTRO, 1952, p. 49)."

No mesmo período em que a licenciatura curta em Estudos Sociais não mais é ofertada, a pós graduação em História também se fortalece e estimula ainda mais os docentes a dedicar-se ao curso de História, viabilizando inclusive a docência no Ensino Superior.

Foi apenas nas últimas décadas do século XX que ocorreu a implantação, consolidação e expansão dos programas de pós-graduação em História, particularmente nas universidades públicas. Com várias mudanças até a formação do código disciplinar que se entende como uma tradição social composta por ideais e princípios (científicos, pedagógicos, políticos, etc.) sobre o valor de matéria de ensinar e por um conjunto de práticas profissionais que contribuem para fixar a imagem social da História como disciplina escolar. Houve a ruptura do ensino tradicional e a renovação da disciplina. Passando a formar cidadãos mais conscientes, participativos e críticos em relação à própria história, pois o ensino tradicional dificultava muito o aprendizado do aluno na medida em que eles são meros expectadores, não tendo abertura de dialogar com o professor para tirar suas possíveis dúvidas.

Na área do Ensino de História, vários autores vêm contestando posições que pensam a Didática da História apenas como um conjunto de conhecimentos que tenta transformar, na prática, historiadores profissionais em professores da escola fundamental e média, perspectiva que têm acompanhado muitas concepções relacionadas com as disciplinas destinadas a ensinar como se ensina no Brasil.

O ensino da História passou por um processo de transformação até que os conteúdos da História fossem introduzidos oficialmente como proposta curricular obrigatória.

Os trabalhos de Rüsen (1987), indicam que os manuais destinados aos professores referem-se a um determinado conhecimento escolar, um tipo especial de saber, ou seja, a História como matéria a ser ensinada, que pode ser explicada pela sua inserção numa larga tradição social inventada, não de uma só vez, e recriada que pode ser denominada de "código disciplinar", ou seja, "uma tradição social que se configura historicamente e que é composta de um conjunto de ideias, valores, suposições e rotinas, que legitimam a função educativa atribuída à História e que regulam a prática de seu ensino" (FERNÁNDEZ CUESTA, 1998, p. 8-9).

A formação pautada pela separação entre teoria e prática, pesquisa e ensino, conhecimento pedagógico e conhecimento disciplinar, aumentou a distância entre a formação acadêmica e a escola. A crítica do descompasso entre a teoria e a prática em sala de aula é algo recorrente nos relatos coletados por Cunha (2011) e aparece na maioria das narrativas.

> A dicotomia entre teoria e didática tem sido responsável pelo "choque" de alunos recém- formados com a realidade escolar muito diferente da dos alunos e das disciplinas curriculares, justamente porque teoria e didática são encaradas como elementos estanques e desarticulados (CUNHA, 2011, p.156/157).

Ao entrarem em contato com a escola, os professores que iniciam seus ofícios nas escolas, percebem que tem limitações que o impedem de se enquadrar no modelo de "professor ideal" no qual se apoiou e criou expectativas durante o tempo da formação (CUNHA, 2011). Nesse sentido, evidencia-se uma dicotomia entre didática e teoria na formação de professores de História.

Como dificuldades enfrentadas, é apontado, entre outras coisas, a falta de recursos materiais e de condições de trabalho; violência; acumulação de papéis do professor e desvalorização da disciplina de história.

Mediante a realidade vivenciada e relatada, entendemos que o processo de formação inicial tem uma grande importância para proporcionar maior integração dos professores em relação às exigências educacionais.

Como aponta Ciampi (2008), nos dias atuais temos por um lado excesso de funções para a escola e a fragilidade do docente. Outrora, a pedagogia tradicional era baseada nos conhecimentos e na transmissão. Já a pedagogia moderna colocou os alunos no centro do sistema. A autora entende que a pedagogia moderna precisa ser reinventada na sociedade contemporânea, pois a possibilidade do professor não ser o único ensinante dentro da sala de aula abre possibilidades para práticas de diferenciação pedagógica. A escola tem que insistir na direção deste exercício de vida em comum, orientação para o diálogo e para a vida em sociedade. Nas palavras de Ciampi:

> A pedagogia tradicional era baseada nos conhecimentos e na sua transmissão. A grande ruptura provocada pela pedagogia moderna foi colocar os alunos no centro do sistema. Mas a pedagogia moderna precisa ser reinventada na sociedade contemporânea, ou seja, precisa centrar-se na aprendizagem do aluno. A aprendizagem implica uma pessoa, um aluno concreto. Alunos situados em uma sociedade do conhecimento, da informação, das multimídias. Sujeitos com uma lógica própria de pensar (CIAMPI, 2008, p. 161).

Para a autora, a formação dos professores continua muito prisioneira de modelos tradicionais, de modelos teóricos muito formais, que dão pouca importância à prática e sua reflexão.

Contudo, uma formação inicial que possibilite a integração entre a teoria e a prática pode evitar o choque com a realidade, possibilitando uma percepção realista da

profissão e a realização profissional. No contexto histórico- social em que se insere, tem um papel central na constituição de posturas teóricas, práticas pedagógicas, enfim , incide diretamente no processo da identidade profissional CUNHA, 2011).

Ainda como indica Cunha (2011, p. 144), "Na educação, é na década de 1980 que começam a aparecer estudos que têm como foco o professor enquanto sujeito de análise." Foi através das narrativas de professores que foi possível conhecer os desafios encontrados nas universidades /faculdades e o impacto que os vivenciam frente à sala de aula, diante da realidade como a violência, entre outros. A articulação que precisa existir entre a teoria e a prática é um dos maiores desafios dos cursos de licenciatura (CUNHA,2011).

Ao nos aproximarmos das discussões relativas à Formação de Professores de História, compreendemos que é importante saber qual a formação dos docentes em Sergipe, como ponto de partida para pensarmos a proposição de formação continuada que contemple as necessidades dos professores em sua prática docente. Ao diagnosticar a formação dos professores que atuam no Ensino de História nos anos finais do ensino fundamental e Médio no sistema estadual de ensino de Sergipe, desejamos subsidiar discussões, estudos e debates no campo da formação de História, bem como estudos e debates no âmbito das políticas públicas pra a educação básica no estado de Sergipe.

Referências bibliográficas

ABUD, Katia Maria. **A guardiã das tradições**: **a História e o seu código curricular** . *Educ. rev.* [online]. 2011, n.42, pp. 163-171. ISSN 0104-4060. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602011000500011.
Versão impressa ISSN 0104-4060

BRASIL. Ministério da Educação. Legislação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União,** Brasília, v.134, n.248, 23 dez 1996. Seção 1, p.27834-27841.

CAINELLI, Marlene Rosa. Saberes Docentes: A prática de ensino de história como campo de pesquisa. In: OLIVEIRA Margarida Dias, CARMELLI Rosa Dias, BATISTA Almir Félix de Oliveira. **Ensino de História**: Múltiplos ensinos em múltiplos espaços. Natal, RN: EDFURN, 2008. p.106-114.

CARDOSO, Oldimar. **Para uma definição de Didática da História**. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2008, vol.28, n.55, pp. 153-170. ISSN 1806-9347. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882008000100008.
versão On-line ISSN 1806-9347

CIAMPI, Helenice. O ensino na profissionalização do historiador. In: OLIVEIRA Margarida Dias, CARMELLI Rosa Dias, BATISTA Almir Félix de Oliveira. **Ensino de História**: Múltiplos ensinos em múltiplos espaços. Natal, RN: EDFURN, 2008; p.160-167.

MATTOZZI, Ivo. **Currículo de História e educação para o patrimônio**. *Educ. rev.* [online]. 2008, n.47, pp. 135-155. ISSN 0102-4698. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982008000100009.
versão impressa ISSN 0102-4698

MARTINS, Estevão C. de Rezende. **História**: **consciência, pensamento, cultura, ensino.** *Educ. rev.* [online]. 2011, n.42, pp. 43-58. ISSN 0104-4060. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602011000500004.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino. **A disciplina de História no Paraná**: **compêndios escolares, ensino secundário e formação de elites intelectuais**. *Educ. rev.* [online]. 2010, n.38, pp. 269-291. ISSN 0104-4060. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602010000300018.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. **Manuais de didática da história destinados à formação de professores e a constituição do código disciplinar da história no Brasil**: **1935-1952**. *História* [online]. 2011, vol.30, n.2, pp. 126-143. ISSN 1980-4369. http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742011000200007.
versão On-line ISSN 1980-4369

CUNHA, Jorge Luiz da e CARDOZO, Lisliane dos Santos. **Ensino de História e formação de professores**: **narrativas de educadores** . *Educ. rev.* [online]. 2011, n.42, pp. 141-162. ISSN 0104-4060. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602011000500010.
versão impressa ISSN 0104-4060

GT 7:

VÉRITAS MOUSEION 3D – ACERVOS EXPOSITIVOS DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE XINGÓ ROTAÇÃO EM 360º

Autora: Sendy Santos Matos
Graduanda em Museologia UFS/ Bolsista PIBITI-CNPQ
sendy2529@hotmail.com

Orientadora: Professora Dra. Janaina Cardoso de Mello
Professora do Núcleo de Museologia e do Mestrado em Arqueologia da UFS
janainamello@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo mostrar a continuidade da execução do Projeto de construção do Véritas Mouseion – Dicionário Eletrônico de Termos Eletrônicos que encontra-se em sua segunda etapa. Na primeira fase, foram selecionados termos Museológicos com os quais foram realizadas entrevistas com profissionais de áreas distintas e graduados em Museologia ou áreas afins que atuam em instituições museais para a coleta das definições posteriormente trabalhadas em suas convergências e divergências para a elaboração de uma síntese com os créditos dos autores das idéias ao final de cada verbete e uma indicação bibliográfica para aprofundamento. As entrevistas quando presenciais apresentaram um formato semi-estruturado, sendo captadas por um gravador digital, com seus depoentes filmados e fotografados. As palavras com a definição dos verbetes já completas foram enviadas ao prof. Lesliê Vieira Mulico (IFRJ) para tradução do português para o inglês.

Também foram estimuladas atividades de participação e apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos, bem como a elaboração de resumos para Anais eletrônicos e artigos para revistas científicas.

Nesta segunda fase serão realizadas as fotografias e digitalizações dos acervo expositivo do Museu de Arqueologia de Xingó – MAX. Existem três tipos de métodos tradicionais para extrair características de forma: (1) com base em regras método, (2) o método gráfico de base, e (3) rede neural (interdependência/ conexão de dados) principalmente para lidar com “recursos de face", regiões de interesse em um modelo da

peça (RAZDAN; LIU; BAE; ZHU; FARIN, 2001). O Museu de Arqueologia de Xingó é um museu localizado em Canindé de São Francisco-SE e é propriedade da Universidade Federal de Sergipe. Foi criado após os achados feitos durante a construção da Usina Hidrelétrica de Xingó na década de 80, em seu acervo encontram-se peças de arte rupestre, esqueletos humanos e diversos utensílios descobertos durante pesquisas em sítios arqueológicos da região. O museu conta com um acervo arqueológico de 55 mil peças, destacando os 240 esqueletos humanos. Parte deste material está exposto no museu e, com o auxílio de painéis, maquetes e réplicas vai sendo contada um pouco da história das migrações e o cotidiano daqueles que habitavam a área do baixo São Francisco há 9 mil anos.

HISTÓRICO INSTITUCIONAL

Segundo José Alexandre Felizola Diniz (2005), A Universidade Federal de Sergipe, a partir de 1988, começou a desenvolver com financiamento da CHESF, um amplo projeto de salvamento arqueológico na área a ser inundada pelo reservatório da usina hidrelétrica de Xingó. A pesquisa arqueológica mostrou-se extremamente frutífera na área, permitindo vislumbrar, logo de início, a existência de uma cultura xingoana que habitou a região a partir de, pelo menos, 9.000 anos. Posteriormente, a PETROBRAS passou a patrocinar uma pesquisa para o levantamento dos sítios arqueológicos entre Xingó e a foz do São Francisco, desenvolvida a partir de 1995. Em fins de 1997, estavam concluídos o Relatório do Salvamento Arqueológico e o levantamento de mais de 200 sítios à margem do São Francisco. A idéia do Museu nasceu, então, como uma estratégia para permitir a manutenção de uma atividade de pesquisa.

A CHESF/Programa Xingó e, sobretudo, a PETROBRAS, patrocinaram a construção da nova unidade, instalando-se o MAX em Abril de 2000. Nesse momento, foi fundamental a relação entre a Universidade Federal de Sergipe e a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe - FAPESE, pois, graças à sua flexibilidade, própria de uma organização de direito privado, foi viabilizada a construção e implantação do MAX, que acabou sendo festivamente inaugurado em abril de 2000.

Em 2001, a implantação do Museu acabou por dar à PETROBRAS, como principal patrocinadora, o prêmio nacional “Rodrigo Melo Franco de Andrade”, concedido pelo Ministério da Cultura. Daí resultou, então, não só um edifício adequado à região como perfeitamente integrado à exposição de longa duração que nele se

instalou e às exposições de curta duração aí montadas, quer voltadas a temas regionais, quer arqueológicos. Posteriormente, a Prefeitura Municipal de Canindé de São Francisco, também parceira do MAX, patrocinou a construção do Laboratório de Pesquisas Arqueológicas.

O MAX conta com dois grandes edifícios situados em Xingó: a unidade museológica, ou setor de exposições, com cerca de 800 m2, e um moderno laboratório de pesquisas arqueológicas, ao qual se agregam as antigas instalações laboratoriais, totalizando, aproximadamente, 1.600 m2. Aí se localizam salas para pesquisadores, laboratórios para análise de materiais, desenho, topografia, além de grandes espaços para reserva técnica. Também está sendo implantado, com apoio do IPHAN, um moderno Laboratório de Geoprocessamento. No Campus da UFS, esta instalado, em associação com o Departamento de Física, um Laboratório de Datação por Termoluminescência. A unidade de exposição do MAX constitui um grande espaço contínuo, praticamente sem divisões, às vezes separado por pequenos desníveis ligados por rampas. É todo climatizado e dotado de sistema de som, que reproduz músicas da tradição indígena, contribuindo para uma positiva ambientação do material exposto.

A exposição permanente do MAX inicia-se pela apresentação da Arqueologia e do trabalho do arqueólogo, observando-se a simulação de uma pequena escavação. Em seguida, o visitante é introduzido numa grande área, na qual é apresentado inicialmente o povoamento da América, a chegada do Homem pré-histórico a Xingó e as condições do ambiente que ele encontrou na área. Passa-se, então, pela apresentação de exemplos de registros gráficos encontrados em Xingó e nas vizinhanças, e pelas mostras de materiais líticos. Ingressa-se, em seguida, na mostra de vestígios e materiais cerâmicos. Na sala seguinte, em que são expostos restos de fauna encontrados nas fogueiras associadas aos enterramentos, vê-se uma grande maquete em que está representada a vida cotidiana do Homem de Xingó. Entra-se, então, em duas grandes salas com diversas modalidades de enterramentos, onde estão colocadas réplicas de vários esqueletos humanos, e rico e variado mobiliário funerário.

O moderno prédio da Unidade de Exposições do MAX, situado em meio à ressequida vegetação da caatinga, conta com obras de artistas sergipanos modernos, que fazem uma leitura pessoal dos vestígios arqueológicos encontrados. Em suas estruturas inclinadas, quer externamente, quer nas vitrinas, nos recortes sinuosos do piso e nos jardins internos é, também, uma releitura arquitetônica da usina hidrelétrica, da vegetação local e do grande rio que corta e que dá vida à região. O acervo disposto nas

vitrinas é bastante selecionado, e os "banners", apresentados com fotografias, gráficos e diagramas, têm texto adaptados a um público variado, inclusive alunos do ensino fundamental. Toda visitação é acompanhada por monitores que apenas se colocam à disposição para responder a questões ou para explicar o material exposto. Procurando lidar com a imaginação popular, esses monitores usam como uniforme uma indumentária em estilo "Indiana Jones".

As exposições de longa e de curta duração têm viabilizado uma expressiva visitação à unidade museológica, localizada em Xingó, evidenciando a interação do Museu ao pacote turístico local. No total de visitantes registrados, é importante salientar três fatos: primeiro, o número de visitantes dos quatro Estados do entorno de Xingó (Sergipe, Alagoas, Bahia e Pernambuco), que constituem maioria substantiva dos visitantes; segundo, a presença marcante de caravanas de escolas de ensino fundamental e médio, efeito, em parte, do atuante projeto de Ação Educativa do Museu; terceiro, o número estável e até crescente de visitantes nos últimos anos, mostrando que o interesse pelo Museu continua crescente.

> a Expografia é a área da Museografia que se ocupa da definição da linguagem e do *design* da exposição museológica, englobando a criação de circuitos, suportes expositivos, recursos multimeios e projeto gráfico, incluindo programação visual, diagramação de textos explicativos, imagens, legendas, além de outros recursos comunicacionais (FRANCO, 2008, p.61).

O PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO 3D

Todos os dias nos surpreendemos com o avanço da tecnologia que cresce a todo momento. Sendo assim o Véritas-Museión Dicionário Eletrônico de Termos Museológico tem como um dos seus objetivos Digitalizar objetos e acervos museais aplicando modelagem 3D. Mas, o que seria a modelagem 3D? De acordo com a enciclopédia eletrônica Wikipédia, imagens 3D são imagens de duas dimensões elaboradas de forma a proporcionarem a ilusão de terem três dimensões. Qualquer representação gráfica de um objeto apresenta-se com duas dimensões - 2D (Altura e largura), mas com o auxílio de óculos especiais que fundem determinados pontos da figura, ou da computação gráfica entre outros recursos, pode-se fazer com que a figura dê a impressão de apresentar, também, profundidade, o que dá maior semelhança com o objeto representado.

> na pós-modernidade a arte torna-se *cyborg*[17] em muitos sentidos: desde os diferentes níveis mediáticos com que decide interagir (arte multimédia, consumo virtual, arte como assunto do discurso mediático e/ou publicitário) aos múltiplos materiais com que se configura. De facto existem várias potencialidades estéticas nas novas tecnologias – resultados surpreendentes, infinitas possibilidades expressivas, novos códigos estéticos que as tecnologias interactivas colocam à disposição dos artistas. (FILIPA, 2008, pág. 45)

A modelagem em três dimensões conta com uma enorme variedade de ferramentas genéricas, permitindo uma comunicação mais fácil entre dois programas diferentes e usuários iguais, são as mais conhecidas: técnica por polígonos, técnica por vértices e técnica por bordas. Todas elas são realizadas através da criação de uma malha complexa de segmentos que dão forma ao objeto.

Sendo assim alguns objetos presentes em reserva técnica do Museu de Arqueologia de Xingó - MAX serão fotografados e receberão à *posteriori* tratamento para modelagem 3D, de forma a permitir a associação entre "idéia conceito" e "idéia imagem" junto aos verbetes. Ampliando assim o número de visitas a esta instituição.

CONCLUSÃO

Há doze anos o Museu de Arqueologia de Xingó – MAX vem contribuindo para o desenvolvimento do Estado de Sergipe bem como dos Estados circunvizinhos formado por um acervo que contem 55 mil peças mostrando a história daqueles que habitavam a região do Baixo São Francisco a 9 mil anos atrás.

O Véritas Mouseion vem para inovar contribuir com a interatividade entre o público e a instituição, contribuindo com um produto tecnológico capaz de facilitar a aprendizagem sobre museologia em âmbito regional, nacional e internacional, buscando incentivar o uso das novas tecnologias por funcionários de instituições museais e culturais, promovendo assim a interatividade dos usuários com a tecnologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SOARES, Maria Filipa Reis. **Museus Tradicionais e Museus Virtuais: os Objectos eos Modelos 3D numa Relação Paradigmática**. Setembro 2008.

FRANCO, Maria Ignez Mantovani. Processos e métodos de planejamento e gerenciamento de exposições In: **3º Fórum Nacional de Museus.** Planejamento e organização de exposições (Parte II). 2008 [Slides em Powerpoint/ PDF, pp.1-31].

Disponível em: <http://www.difusaocultural.ufrgs.br/admin/artigos/arquivos/Planejamentoeorganizacaodeexposicoes2.pdf> *(Acesso em: 10/11/2011).*

DINIZ, José Alexandre Felizola. **Uma nova realidade museal em Sergipe: o Museu de Arqueologia de Xingó.** Revista da FAPESE de Pesquisa e Extensão, v. 1, p. 63-72, mar./jun. 2005.

http://www.fapese.org.br/revista_fapese/v1n1/artigo_de_alexandre.pdf Disponível em 25/09/2012 às 22:22

http://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_de_Arqueologia_de_Xing%C3%B3 Disponível em 25/09/2012 às 22:43

http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem_3D Disponível em 26/09/2012 às 17:12

A IGREJA CATÓLICA E SUA PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA NOS ANOS 1950

Autor: Eduardo Augusto Santos Silva
Graduando em História –UFS
Integrante do Grupo de Pesquisa "Culturas, Identidades e Religiosidades"- (GPCIR).
eass25@hotmail.com

Orientador: Msc. Claudefranklin Monteiro Santos
franklinmonteiro@oi.com.br

Introdução

A Igreja Católica é uma organização milenar e com características multidimensionais que combina uma vasta gama de sistemas que foram desenvolvidos para mantê-la em funcionamento. Essa instituição se apresenta espalhada pelo território de diversas nações, mas, também é uma organização supranacional devido à autoridade suprema ser concentrada no magistério pontifício, ou seja, nas mãos do Papa ou bispo de Roma. Devido a certas peculiaridades existe na Igreja Católica brasileira consideramos importante analisar um pouco de sua trajetória da para entendermos porque houve essa mudança de postura em relação às lutas sociais a partir dos anos 1950.

A história dos países latino-americanos está diretamente ligada à história da implementação e institucionalização da Igreja Católica nos mesmos. O catolicismo ao

assumir o caráter de religião oficial na maioria dos países da América Latina manteve, desde os tempos coloniais, uma posição conversadora aliada aos interesses das elites dominantes dessas respectivas regiões. No período colonial a Igreja Católica estava totalmente subordinada às estruturas políticas impostas por Portugal, devido ao regime do Padroado através do qual "o Estado colonizador garantia a implantação e expansão da fé cristã em todos os territórios conquistados; em troca, a Igreja Católica Romana concedeu a Coroa prerrogativas de controle sobre as igrejas e ordens religiosas católicas sediadas nos territórios coloniais." (CANCIAN, 2011: 14). E mesmo após a independência do Brasil o Governo Imperial manteve a Igreja Católica sobre seu controle, pois não desejava que o clero nacional e o Vaticano tivessem a oportunidade de opinar sobre os assuntos nacionais.

A separação entre Igreja Católica e Estado somente ocorreu no Brasil a partir de 1889 com a proclamação da república e seguinte promulgação da constituição de 1891 que inauguraram um Estado laico. O clero passou a perder sua influência na esfera pública brasileira. O casamento religioso deu lugar ao civil e a educação foi laicizada. Entretanto, o Estado permitia o culto ao catolicismo, a diferença era que a partir daí esse foi equiparado a todas os outros cultos praticados no Brasil. Assim, a Igreja Católica necessitava desenvolver estratégias de expansão do catolicismo pelo Brasil que não contassem mais com o apoio governamental. A solução encontrada para melhorá-la foi à romanização, ou seja, uma reaproximação com o Vaticano.

Os caminhos da Igreja Católica no Estado laico brasileiro

Mesmo o Estado sendo proibido de auxiliar financeiramente a Igreja Católica durante a República Velha a subvenção foi uma prática constante para com as escolas católicas. A área educacional foi estrategicamente escolhida pela Igreja Católica para desenvolver seus trabalhos sociais. Houve um grande crescimento no número de instituições de ensino católicas em todo o país durante a Primeira República. O clero brasileiro apostava que ao oferecer ensino para os filhos das elites brasileiras conseguiria restabelecer sua influência e força no cenário político nacional. Quando a República oligárquica se viu ameaçada por movimentos e ideologias revolucionárias contestadoras da ordem social buscou o apoio da Igreja Católica a fim de que essa instituição pudesse ajudar a diminuir a instabilidade social e política do país.

Dom Sebastião Leme (1882-1942) organizou uma estratégia de reaproximação e reintegração da Igreja Católica com o Estado brasileiro. Getúlio Vargas através de Dom

Leme conseguiu convencer Washington Luís a não promover uma reação armada contra a revolução de 1930. Vargas ao assumir o controle do Brasil em 1930 estabeleceu um estreito diálogo com a Igreja Católica que reconheceu e apoiou o seu governo. Logo foram organizadas celebrações religiosas que se converteram em atos de apoio ao governo. A constituição de 1934 foi promulgada em nome de Deus e trouxe uma série benefícios para a Igreja Católica.

Uma das consequências dessa reintegração Igreja-Estado após 1930 foi o final do processo de inovação autônoma que se desenvolvia na Igreja Católica desde 1910 por articulação de Dom Leme. Após 1930 o próprio Dom Leme preferiu a aproximação com o Estado e desestruturou seu antigo projeto. Acreditava-se que com a reintegração ao Estado e a aproximação com as elites o catolicismo garantiria o monopólio religioso brasileiro e se tornaria uma religião sólida e estável.

Com a manutenção dos direitos conquistados pela Igreja durante o governo de Vargas na constituição de 1946, a hierarquia católica acreditava que o catolicismo tinha se solidificado na sociedade brasileira, mas a modernização social a partir dos anos 1950 veio para negar isso. O país deixou de ser rural e aos poucos se tornou urbano. Houve várias ondas de migrações do campo para as cidades. As pessoas que iam morar nas cidades mostravam-se receptivas a outros tipos de religiões, como o protestantismo e o espiritismo:

> Naquela época, a expansão dos credos religiosos alternativos não era tão expressiva em números quanto na atualidade, mas assumiu relevância à medida que ficou evidente que o catolicismo popular era acentuadamente heterogêneo em razão da enorme variedade de crenças e práticas sincréticas que o compunha. Embora a maioria da população se declarasse católica, o vínculo com a Igreja (como organização intermediária na relação do devoto com o sagrado) não tinha a mesma abrangência; ou seja, o devoto não era praticante e não estava integrado na comunidade eclesial. (CANCIAN, 2011: 28)

Essas migrações do campo para as cidades possibilitaram uma diminuição no número de novo sacerdotes. Pois a maior parte dos jovens que se tornavam sacerdotes vinha do campo. Na época a sociedade se mobilizava intensamente a favor de reformas sociais e políticas. No meio dessas discussões a reforma do ensino público no Brasil tornou-se um assunto importante. A sociedade buscava elaborar novos projetos educacionais. A Campanha em Defesa da Escola Pública defendia a expansão do ensino público de forma gratuita. Contudo, os defensores dessa campanha eram contrários ao

ensino de religião nas escolas públicas e a manutenção das subvenções as escolas particulares católicas.

A reação do clero brasileiro às mudanças sociais nos anos 1950

Nos anos 1950 a sociedade brasileira experimentou uma série de mudanças e transformações que simbolizaram o fortalecimento dos padrões burgueses e capitalistas. Com a crescente modernização, os grandes centros urbanos começaram a trocar seu ar de sacralidade por ares modernos. Nesse período a "novidade" ganhou força e "opera-se uma relativa secularização nas relações familiares e sociais" (AZZI, 2008: 121). Surgem novos meios de transporte, hábitos de se vestir, tipos de alimentação, esporte e lazer. Até mesmo à sexualidade foi incorporada uma nova dimensão, principalmente, pela sua divulgação nos meios de comunicações de massa, como a TV que chegou ao Brasil nos anos 1950.

Dom Hélder Câmara ocupou um papel de destaque na formulação das novas diretrizes pastorais e missionárias da Igreja Católica no Brasil. Em 1952 conseguiu fundar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Tornou-se presidente da mesma entre 1952 e 1964. Essa organização atuou bastante nas ações sociais da Igreja naquele período. Os projetos de D. Hélder encontraram apoio em vários grupos de leigos, como o da Ação Católica. Logo, os bispos brasileiros passaram a atentar cada vez mais para os problemas sociais do Brasil.

Uma nova mentalidade mais aberta à cooperação mútua obteve aceitação entre os bispos, principalmente no Nordeste devido à pobreza da região, e os trabalhos desenvolvidos pelas pastorais começaram a serem executados em conjunto com outras dioceses. A partir dessa região surgiram sindicatos camponeses e movimentos que criticavam a estrutura fundiária do país e também eram favoráveis à reforma agrária.

A Igreja começou a priorizar as questões econômicas e sociais e decidiu atuar em conjunto com o poder público. O próprio D. Hélder alertava para a necessidade de melhoria das condições de vida dos nordestinos a fim de evitar que estes se deslocassem cada vez mais para as metrópoles do Sudeste. Nessa época a CNBB promoveu ações que visassem à permanência das pessoas no campo, ao invés de migrarem para os grandes centros urbanos como estava ocorrendo. Mesmo sendo um período anterior ao Concílio Vaticano II as ideias de renovação teológicas e litúrgicas já estavam difundidas

e com a expansão das favelas nas principais metrópoles da região Sudeste a Igreja se sensibilizou perante os problemas sociais brasileiros.

Antes da fundação da CNBB a Igreja brasileira chefiada pelo arcebispo Dom Sebastião Leme, década de 1920 a 1940, possuía um projeto de atuação na sociedade brasileira centrado em dois pontos. Primeiro, o fortalecimento de si mesma mediante uma expansão significativa e também de uma melhoria em seu clero, sem abdicar de sua postura hierárquica. Segundo, a imposição dos valores cristãos, com auxílio do poder político, a fim de recuperar o prestígio e a influência que tinha anteriormente sobre a sociedade.

A partir da criação da CNBB em 1952, a Igreja Católica deixa de voltar-se exclusivamente sobre si própria e busca uma nova postura em relação à sociedade brasileira. Dom Hélder Câmara liderando a CNBB promoveu essa guinada no enfoque da instituição. A Igreja começou a se preocupar com a realidade brasileira e se engajou na luta por melhorias sociais buscando se reformar e evitar que sua influência na sociedade fosse perdida. A Igreja passou a colaborar com diversos projetos sociais que tinham com público alvo as camadas mais humildes da população brasileira. "Em síntese, a instituição católica mostra-se mais sensível às transformações sociais que estão ocorrendo no país, procurando paulatinamente assumir uma atitude de serviço em favor do próprio povo" (AZZI, 2008: 125).

Nessa época de renovação pastoral da Igreja Católica, além de Dom Hélder Câmara, outro destaque foi D. Eugênio de Araújo Sales quem realizou aquilo que ficou conhecido como "Movimento de Natal" e foi um dos precursores do Movimento de Educação de Base (MEB). Ordenado padre em 1943, Sales desenvolveu uma atividade pastoral ativa no meio rural do Rio Grande do Norte, local do Brasil onde se verificou a atuação mais significativa da Igreja no campo.

O MEB objetivava proporcionar a alfabetização de adultos. Além, disso buscava melhorar as condições de saúde dos camponeses. Esse movimento surgiu através de uma parceria entre Igreja e Estado a fim de melhorar as condições de vida da população rural. Seu objetivo era ampliar o número de alfabetizados na zona rural. Logo, utilizaram-se escolas radiofônicas para alfabetização. "A diocese de Aracaju, para onde fora transferido como bispo D. José Távora, auxiliar do Rio de Janeiro, abriu também espaço para a experiência das escolas radiofônicas" (AZZI, 2008: 135).

Vários membros da Igreja Católica se mobilizaram no sentido de assegurar a permanência ou até ampliação das conquistadas católicas, principalmente, na área da educação. A Associação de Educação Católica (AEC) se juntou as escolas católicas e acompanhou a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional número 4.024 de 1961. Essa lei representou uma vitória dos interesses da Igreja porque os auxílios financeiros por parte do governo às instituições de ensino católicas foram mantidos, assim como o ensino religioso no currículo escolar.

A Igreja também se aproximou dos estudantes universitários, operários urbanos entre outros grupos. E desse envolvimento surgiram várias organizações católicas como: a Juventude Estudantil Católica (JOC), a Ação Católica Operária (ACO), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Universitária Católica (JUC), o Movimento de Educação de Base (MEB) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Após a fundação em 1955 de uma sociedade de assistência e auxílio mútuo no engenho Galileia em Pernambuco o advogado Francisco Julião agiu como defensor dos interesses dos camponeses. A partir daí se iniciou a fundação das chamadas Ligas Camponesas, principalmente, em Pernambuco e na Paraíba. Essas ligas eram organizações camponesas com tendências socialistas que visavam garantir os direitos dos trabalhadores rurais. A Igreja católica em contrapartida a esses movimentos de esquerda se empenhou em prestar uma melhor assistência social aos camponeses e atuou progressivamente na organização de sindicatos católicos. Sendo que alguns padres contribuíram bastante para a fundação de sindicatos rurais. Houve a criação do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE).

Considerações Finais

A Igreja Católica do Brasil foi uma instituição que durante muito tempo pregou a manutenção do *status quo* agindo em conjunto com os interesses das elites brasileiras e contribuindo para manter a ordem política e social tradicional. Porém, a realidade que o Brasil enfrentava nos anos 1950 contribuiu para que essa instituição promovesse uma renovação pastoral e passasse a se engajar na luta por mudanças sociais. A Igreja passou por transformações que a levou a atuar próxima dos grupos populares e se converteu em uma organização com poderes de desenvolver mudanças sociais.

A aproximação do clero com as camadas populares gerou uma diferenciação interna da Igreja. Surgiram novas estruturas eclesiásticas e os leigos passaram a atuar junto do clero nas ações da Igreja Católica. A mudança no posicionamento tradicional da Igreja Católica em relação às classes populares acarretou em uma polarização ideológica dentro de si mesma. Dividiu-se em "progressistas" e "conservadores" os membros da Igreja. Todos aqueles que se envolviam atividades de sociais que visavam à transformação da realidade eram enquadrados no grupo dos "progressistas".

Torna-se importante ressaltar que a luta por justiça social passou a ser vista como uma condição essencial para que os indivíduos fossem plenamente convertidos ao cristianismo. Questionaram-se as estruturas arcaicas do Brasil. Essas estruturas em grande eram responsáveis pela pobreza das classes populares.

Referências Bibliográficas

AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira.** Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008. (Cultura & Religião)

CANCIAN, Renato. **Igreja católica e ditadura militar no Brasil.** São Paulo: Claridade, 2011.

NAS BARRAS DA JUSTIÇA: PROCESSOS DE LIBERDADE MOVIDOS POR ESCRAVOS NO JUDICIÁRIO DA PROVÍNCIA DE SERGIPE DEL REY, 1871-1888

Autora: Elaine Santos de Andrade
Graduanda em História - UFS
Bolsista do PIIC (Programa de Iniciação Científica – UFS)
Membro do GPHADA
Grupo de Pesquisa de História da África e da Diáspora Africana

Orientador: Carlos Franco Liberato (DHI- UFS)

A partir dos dados encontrados no Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe, o presente artigo tem o intuito de colaborar com a historiografia a respeito da presença e contribuições africanas para a sociedade e a economia sergipanas no período

compreendido entre os anos 1871 e 1888. Em especial, serão apresentados casos de ações judiciais movidas por escravos que, amparados pelo Art. 4° da Lei de 28 de setembro de 1871 ou Lei do Ventre Livre, como é mais conhecida, passaram a requerer o direito natural de ser livre: "É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economia" (Apud Chalhoub: 1990, 157).

Ao mesmo tempo, procurar-se-á verificar quais foram os meios mais utilizados por estes escravos para a formação de um pecúlio próprio para mover essas ações de liberdade.

Dessa forma, durante a pesquisa foram encontrados ao todo 784 documentos entre ações e registros nos anos de 1871 a 1888. Dentre esses, foram localizados 513 relativos ao tema e, desses, até o momento, seis foram efetivamente catalogados e fichados, por estarem mais condizentes com o objeto de estudo. Através dos dados coletados, foi possível fazer análises iniciais referentes ao conteúdo das ações, que serão retratadas e avaliadas logo abaixo.

No primeiro caso iremos apresentar a ação de arbitramento, aberta no ano de 1877 e requerida pela escrava Romana que, através da fala do seu curador ao escrivão da comarca de São Cristovão, relata:

> Diz a escrava Romana, com dois filhos ingênuos, em virtude da Lei de 28 de setembro de 1871, que tendo em seu poder a quantia de 500 mil réis, havidos por doações feitas por seus legítimos paes os africanos livres Luis e Luiza, quer por meio deste pecúlio indenizar a sua senhora D. Guilhermina Maria do Prado do seu valor, pois desde logo considera-se liberta. (AJES. Série Diversificada. Cx 132)

Noutro caso, temos a ação de liberdade, datada de 1873 na comarca de São Cristovão, movida pelo ex-escravo José Domingues, casado com a escrava preta Martinha de propriedade de Malaquias Antônio de Araujo. Durante o processo, José relata que fez uma proposta ao senhor de sua mulher, na qual ele passaria a lhe prestar serviços durante 31 dias úteis num mês, sendo que a cada dia do seu trabalho ele iria receber 500 réis diários para formar um pecúlio e comprar a alforria de sua esposa. Assim, ao invés de receber em suas mãos a dita quantia, José pretendia que esta fosse acumulada diariamente nas mãos de Araujo. No entanto, como este não cumprira o

acordo ao final do prazo estipulado, José Domingues moveu a ação de liberdade em favor da sua esposa. Nos autos do processo, relata, através de um curador, o ocorrido em detalhes. O fato que faz com que o juiz da comarca de São Cristovão determinasse a Araujo que se:

> Apresente neste juízo a fim de ser recolhida ao tesouro nacional a quantia de 15 mil e 500 réis provenientes de 31 dias de serviços, na razão de 500 réis diários prestados por José Domingues, casado com a preta Martinha escrava do senhor dito Malaquias Antônio de Araujo, e pertencente ao pecúlio para a alforria da referida escrava. (AJES. Série Diversificada. Cx 132)

O terceiro caso aparece no processo de liberdade do ano de 1872, na comarca de Estância, movido pelo escravo conhecido como José Pequeno que, conseguindo arrecadar uma determinada quantia por meio de esmolas, quer indenizar os seus senhores ao comprar sua manumissão, segundo o que se pode ler no processo:

> José, conhecido como José pequeno, escravo de João Barbosa da Silva, morador em terras da Cacimba deste termo, de Galelino de tal, de D. Maria de tal e de D. Lúcia, filhos da finada Urbelina, mulher do dito João Barbosa, moradores no Engenho-Retiro, do termo de Santa Luzia, tendo obtido esmolas para a sua alforria. (AJES. Série Diversificada. Cx 745)

Percebe-se nos três casos acima que, apesar da formação do pecúlio ter ocorrido de formas muito diferentes entre si(o primeiro por doação, o segundo pela prestação de serviços e o terceiro por meio de esmolas), todos apresentam a intercessão de terceiros em favor dos escravos. Fato este de grande significado porque demonstra que, apesar dos rigores da escravidão, os escravos foram capazes de criar laços familiares e redes de solidariedade o suficientemente fortes para que outros indivíduos fossem mobilizados para possibilitar a compra da sua liberdade. Deste modo, fica claro que o escravo está inserido na esfera das relações sociais da Província de Sergipe. No discurso hegemônico da época, os escravos apareciam quase sempre como "coisas", meros instrumentos de trabalho desprovidos de identidade própria e incapazes de constituir núcleos familiares sólidos e relações sociais duradouras.

Seguindo esta perspectiva, encontramos também uma petição aberta no ano de 1872 na comarca de Estância, protocolada a rogo do escravo Victor Manoel Fontes que,

não sabendo ler e escrever e sendo de propriedade de João Bento de Souza, através de seu curador, solicita ao Juizado de Estância a citação do seu senhor para em juízo comprar sua carta de liberdade por meio de um pecúlio acumulado através de esmolas recebidas. Porém, no decorrer do julgamento do processo, o seu proprietário em depoimento relata que: "Já faz semanas que esse escravo não tem feito entrega do valor de seus serviços, como anteriormente fazia e nem aparece regularmente, ocorrendo em falhas puníveis". (AJES. Série Diversificada. Cx 745)

Ao analisar esta fala, percebe-se que existia uma espécie de acordo primário, certamente verbal, entre o senhor e o escravo que, infelizmente, não é retratado nos documentos oficiais. Acordos orais entre senhores e escravos eram comuns neste período e muitos dos chamados "escravos de ganho", como parece ser o caso em tela, realizavam suas atividades sob esse regime. Esses acordos pressupunham uma certa "confiança" e assinalavam uma concordata abstrata. Entretanto, são os desacordos e impasses desta negociação que são inscritos oficialmente, tal como ocorreu neste caso, onde uma das partes em benefício de si recorre a meios jurídicos.

Além disso, estabeleceu-se também nesta negociação, um limite de exploração do trabalho escravo pelo seu senhor, cuja demarcação concede, de certo modo, um tempo livre em que o escravo pode usufruir com estratégias, para obter algum capital que possa financiar a sua liberdade. Já que no caso acima, o escravo Victor Manoel ao invés de estar inteiramente ligado a exploração total de sua condição de escravo, obtém do seu senhor a prestação de serviços extras na sua padaria e em troca poderia ficar com uma parte do lucro para comprar a alforria.

No entanto, este certo limite de liberdade, faz com que o escravo Victor explore a situação e adquira estrategicamente esmolas, nesse meio tempo, através das suas relações sociais que circundam o limite da sua condição de escravo, e com esse pecúlio, move a ação de liberdade contra o seu senhor.

Mas quando essa negociação verbal entre senhor/escravo não é permeada de inicial "confiança" entre ambas as partes, esta é circunscrita nos trâmites jurídicos, como foi caso da petição, no ano de 1873 da comarca de Aracaju, movida por Benjamim Francisco Brandão, o qual após ter emprestado a quantia de 800 e 30 mil réis a escrava Emília, que foi escrava de D. Maria Duarte de Magalhães, para que essa escrava pudesse com esse pecúlio comprar a sua liberdade, faz com que esta em juízo se

comprometa juridicamente a lhe prestar serviços domésticos durante seis anos para a indenização do referido valor, como estabelecido na:

> 2ª cláusula: que nenhum salário terá direito a exigir durante o mesmo espaço de tempo, por essa que é locatária e devedora da importância que for devida, em virtude do empréstimo feito pelo locador para a constituição do pecúlio com o que aforriou-se. (AJES. Série Diversificada. Cx 2476)

Em contrapartida, encontrou-se também uma petição datada de 1875 na comarca de Itabaiana semelhante a essa, movida pelo senhor Theotônio Manoel de Mesquita contra a escrava Lucinda que após adquirir um empréstimo com este para comprar a sua alforria e prometendo-lhe verbalmente pagar em serviços domésticos durante oito anos, a referida escrava faltando três anos e oito dias para terminar o prazo estipulado, foge do local. O que faz com que o senhor Mesquita solicite ao juiz da comarca de Itabaiana a sua prisão.

Desse modo, apesar deste caso também apresentar uma negociação verbal baseada na "confiança" entre senhor/escravo, o desfecho é bem diferente, do caso acima, já que nesta situação, apesar da escrava Lucinda também obter o seu pecúlio por empréstimo ao seu senhor, esta negociação só passa ao conhecimento das vias legais após a quebra de acordo.

Assim, conclui-se que a numeração de 513 ações dentre petições e arbitramentos de liberdades, registros em livros de notas e processos de liberdades movidas por escravos no judiciário sergipano, que aparados pelas emendas do Decreto n°5135, vinculado a Lei do Ventre Livre, foi de certa forma, satisfatória, se levarmos em conta os vários meios de se obter a liberdade, tais como fugas, suicídio, assassinatos, envenenamentos, etc. No entanto, apenas 6 dessa quantidade encontrada foi referente ao objeto aqui em estudo.

Atestando mais uma vez, que as fontes oficiais sobre o tema da "agência escrava" são raras e escassas, já que são poucas as que retratam o escravo como interlocutor e agente da sua própria história.

Entretanto, através destes ainda poucos exemplos, pode-se perceber que os escravos, pelo contrário, foram capazes de constituir laços os mais variados com a sociedade circundante, sejam eles de forma individual (amizade, casamento, filiação) ou coletivas (irmandades negras ou não, partidos políticos, associações abolicionistas, etc). Muitas vezes, essas relações eram mediadas por seus próprios senhores, mas na maior parte eram feitas apesar deles. Em muitos casos, são justamente essas relações sociais que permitem o escravo chegar à esfera judicial. Como é sabido, a esmagadora maioria dos escravos de Sergipe não sabiam ler nem escrever o que, de resto, também acontecia com a maioria dos brancos livres. No entanto, foram também capazes de adquirir o conhecimento legal necessário para lutar contra a sua condição de escravo nas barras da justiça. Seus aliados nessa luta foram suas famílias e relações sociais as mais diversas, todas construídas a despeito da opressão senhorial e de uma justiça quase sempre hostil a seus sonhos de liberdade.

Dessa forma, este artigo visando à colaboração do entendimento e estudos de muitos aspectos relacionados à escravidão em Sergipe, apresenta algumas das diversas estratégias utilizadas para a acumulação do pecúlio escravo, tais como, esmolas, doações de parentes, prestação de serviços e empréstimos a terceiros por meio das fontes encontradas no Arquivo Judiciário, revelando como de fato alguns dos escravos em Sergipe conseguiram pôr em prática as emendas do Art. 4° da lei de 1871 e explorar juntamente com seus curadores as brechas abertas pelo referido artigo e fazer com que a suas ações transitassem nas comarcas sergipanas.

FONTES E BIBLIOGRAFIA:

FONTES MANUSCRITAS

A- Série Cível

Fundo Lagarto: cx 1117, 1107- Ação de Liberdade.
Fundo Itabaiana: cx 1496- Ação de Liberdade.

B- Série Diversificada

Fundo Aracaju: cx 2177, 2477, 2476- Petição.
Fundo Lagarto: cx 1292- Petição.
Fundo Estância: cx 779, 745, 746- Petição.
Fundo São Cristovão: cx 132, 200 - Escravos.
Fundo Laranjeiras: cx 304, 299, 248.
Fundo Rosário/ General Maynard: cx 758, 1755, 1659, 1080, 1759- Petição.
Fundo Itabaiana: 1562- Petição.
Fundo Maruim: cx 892, 849, 908- Petição.
cx 1039- Escravos.

C- Livros de Notas

Fundo Santo Amaro: cx 1767.
Fundo Lagarto: cx 1094, 1215.
Fundo Estância : cx 611, 612.
Fundo Itabaiana: cx 1530.
Fundo Maruim: cx 849, 900, 192.
Fundo Laranjeiras: cx 250.
Fundo Rosário/ General Maynard: cx 1713, 1712.
São Cristovão: cx 59, 60.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Escravidão liberdade e resistência em Sergipe*: Cotinguiba, 1860-1888. Tese de Doutorado, UFBA, 2007.

BEZERRA, Felte. *Etnias Sergipanas*. Aracaju: Gráfica Editorial J. Andrade, 1984.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil:* mito, história e etnicidade. São Paulo: Brasiliense/ Edusp, 1986.

GRIMBERG, Keila. *Liberata*: a Lei da Ambiguidade. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

LIMA, Wanderclea Santos de. *Os escravos na legislação provincial de Sergipe 1835-1888.*132 f. Monografia (Licenciatura em Historia) - Departamento de Historia, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, 2002. Documento sergipano.

MOTT, Luiz. *Sergipe Del Rey*- população, economia e sociedade. Aracaju: Fundesc, 1986.

_____. "*O escravo nos anúncios de jornal de Sergipe*". Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, n.29 (1987), pp. 133-134.

NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I.* São Cristovão: Editora UFS, 2006.

QUEIROZ, Suely Rpbles Reis de. *A abolição da escravidão***.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

SANTOS, Maria Nely. *A Sociedade Libertadora "Cabana do Pai Thomaz*"- Francisco Alves- uma história de vida e outras histórias. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1997.

SUBRINHO, Josué Modesto Passos. *Reordenamento do Trabalho*: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro, Sergipe 1850-1930. Aracaju: Funcaju, 2000.

NO FESTEJO DAS MEMÓRIAS: A FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO ENTRE PORTUGAL E POÇÕES-BAHIA (1988-2004)

Autora: Estefanni Patricia Santos Silva
Graduanda em Museologia, UFS
estefanni.p@gmail.com

Orientadora: Dra. Janaina Cardoso de Mello (NMS- UFS)
janainamello@uol.com

Trajetória municipal: a relação de Poções-BA e Portugal

A cidade de Poções está localizada na região sudoeste da Bahia, obtendo este nome devido à existência de vários poços localizados onde hoje é o centro da cidade (JESUS; IVO, 2011, p. 5). Povoada na primeira metade do século XVIII, a partir de 1732, desenvolveu-se ao longo do século XIX. O bandeirantismo atuou como elemento desbravador do sertão baiano e em Poções o pioneirismo da ocupação foi assumido pela família do bandeirante João Gonçalves da Costa (MORAES, 2004, p.7), uma família portuguesa cuja devoção voltou-se ao Divino Espírito Santo e influenciou o município a tê-lo enquanto um titular.

O município foi elevado à categoria de vila com sua emancipação política em 1880. A vinda de elementos da cultura religiosa dos colonizadores europeus resultou na

festa ao Divino Espírito Santo, possuindo a celebração baiana ainda hoje as marcas originárias da tradição portuguesa (MORAES, 2004, p.7).

> Segundo relatos de antigos moradores da cidade, o Divino Espírito Santo foi escolhido como titular em virtude de uma nuvem de pombos que pairou durante a construção da Capela da Lapinha. Os festejos ao Divino Espírito Santo são de origem portuguesa, a festa é oficialmente realizada em Poções a partir de 1880, pelo então pároco Luis França dos Santos (JESUS; IVO, 2011, p. 6).

A festa do Divino Espírito Santo, como o nome mesmo diz, realiza-se em homenagem a Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, sendo representado pela pomba branca e por línguas de fogo, que pousaram sobre os apóstolos reunidos no cenáculo, em Pentecostes, cinquenta dias após a ressurreição. No centro da cidade, a "Igrejinha", chamada assim pela população por ser pequena, é dedicada ao Divino Espírito Santo, possuindo em seu frontispício a representação do padroeiro mencionado pela Igreja Apostólica Romana como o "titular", que por não ser um "Santo" a terceira pessoa é considerada "titular" e não um "padroeiro". Há muitos pombos sobrevoando a igreja e com isto há um reforço da simbologia em função dos devotos identificarem a presença da pomba nos ambientes onde a festa ocorre anualmente como uma representação da Santíssima Trindade. Considerando "símbolo", na perspectiva de Bourdieu (1998, p.10) "instrumentos por excelência da integração social" e sendo a religião uma reunião de símbolos estruturados, ela tem uma função integradora dos indivíduos e da sociedade em geral.

O apego ao símbolo do Divino Espírito Santo evidencia-se no culto através das bandeiras, das canções e das orações, que são vistas ao longo de todas as celebrações do novenário. Por conta disto, são analisadas as formas de crença que se manifestam na Santíssima Trindade, através de gestos e palavras, que ocorrem em outros lugares onde há também festejos do Divino Espírito Santo enquanto "titular". Por isso, Gonçalves (2003, p.25) afirma:

> Evidenciam-se de modo simbólico, totalizadas pelo Divino Espírito Santo. Este, por sua vez, é representado não exatamente como a

> terceira pessoa da Santíssima Trindade, mas como uma entidade individualizada e poderosa.

Nesta cidade, em especial na chegada das bandeiras, nota-se esta característica de forma ativa e muito praticada pelos fiéis. Dentre as ações empreendidas que deixa transparecer esta afetividade, encontram-se: segurar os pombos e soltá-los no momento em que a cavalgada passa por eles; segurar e beijar a bandeira do Divino; cantar a canção composta por Ivan Lins intitulada "A bandeira do Divino"; soltar fogos; acompanhar a cavalgada, aguardar a benção clerical que ocorre quando os cavaleiros chegam à matriz e entregam a bandeira; levar os familiares para assistir a comemoração; realizar as preces diante das bandeiras; colocar crianças nos cavalos para serem fotografadas (compondo uma recordação da festa do ano retratado), dentre outras.

Em virtude deste sentimento de pertencimento, a população local, bem como das cidades circunvizinhas, tornaram a festividade, tendo seu auge na década de oitenta, um dos maiores eventos da região sudoeste baiano. O acontecimento anual destaca-se, não somente por seu âmbito religioso, mas, sobretudo pelos elementos chamados "profanos" ou de "largo", como é referenciado pela população, e que constituem saberes imateriais presentes nas memórias, na oralidade e nos modos de fazer dos partícipes do festejo, sejam eles memorialistas, organizadores e/ou foliões.

Na oralidade que se mantém em torno desta festa os fiéis conferem poder, a todo instante, à presença da pomba nos rituais. No decorrer das pesquisas feitas em campo, observa-se em suas falas, que a crença na presença do Espírito Santo corporificada nos voos dos pombos parece relegar ao esquecimento a influência da chegada dos portugueses a Poções e da escolha do padroeiro em virtude das devoções vindas do além mar.

Nesse sentido, faz-se necessário compreender em que medida a tradição da festa, com seu simbolismo e memórias, perfaz uma reelaboração atualizada da origem portuguesa, todavia, mantendo sua essência ou se ao contrário, conforma a "invenção de uma nova tradição" descolada da festa inicial e personificada pelo regionalismo mata-cipoense? Questionando ainda: qual a diferença entre a festa contemporânea e a festa do passado? Problemáticas essas que nortearão esse estudo nos caminhos da análise das representações sociais da festa enquanto bens culturais conferidores de identidade à população desse interior baiano. Compreendendo "representação social" como "[...]

esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado" (CHARTIER, 1990, p.17).

O legado cultural: o festejo

A festa reúne presenças européias em sua constituição, que com o passar do tempo, tomou proporções e a legitimou enquanto um patrimônio regional. Com centenas de devotos e admiradores, o contexto apresenta, em suma, a construção identitária por meio de pensamento coletivos, realidades distintas e sentimento de pertencimento.

As festas portuguesas continentais e insulares inicialmente tinham no *bodo*, a farta distribuição de alimentos aos pobres, como a essência da devoção. No século XVI o peditório para o *bodo* foi incrementado com a presença de músicos e passou a chamar-se de folia, criando-se cerimônias relacionadas à coroação. O grupo de músicos constava normalmente com três ou cinco figuras empunhando violas ou violões, violinos ou rabecas rústicas, pandeiro e ferrinhos. Outros indivíduos auxiliavam na cantoria e no recolhimento de donativos. Os músicos também utilizavam vestimentas características, a exemplo dos membros das irmandades (SPALDING,1979, p.102).

No Brasil, o processo social e as distinções observadas na festa são apontados por Mércia Moraes (2004) ao afirmar que:

> os motivos da festa são muitos, assim como os significados atribuídos ao campo simbólico e gestual. Os determinantes desses dois fatores entre a população, de uma maneira geral, estão quase sempre associados ao grupo social em que estão inseridos na sociedade poçoense (MORAES, 2004, p.108)

Havendo indícios do surgimento da Festa do Divino Espírito Santo, durante o reinado de D. Dinis, em Portugal, estudá-la em suas representações sociais e poder simbólico (BOURDIEU, 1998) permitirá compreender a rede de solidariedades e rememorações do passado instituído a partir desse bem cultural envolto no processo de construção da subjetividade e identidade da população de Poções (WOODWARD, 2008, p.55).

> [...] a Festa do Divino Espírito Santo constitui-se uma secular tradição religiosa, originária de Portugal, que se difunde em diferentes regiões brasileiras, com dimensões próprias e peculiaresi. De fato, é a (re)significação, na ótica do catolicismo popular, de uma festa cristã – *Pentecostes, com a manifestação do Espírito Santo aos Apóstolos* - assentada em rituais barrocos de uma *"Corte Imperial Simbólica"*. É uma festa eminentemente ritualizada que exige um complexo processo de preparação, envolvendo uma ampla rede de relações entre todos os participantes, durante um longo período e, mesmo, o ano todo, em alguns festejos (CARVALHO, 2008, p.3, grifo da autora).

Aliando-se também a discussão de identidade em construção na Festa do Divino de Poções à perspectiva da memória, compreendendo-as em sua simbiose no contexto de negociação, mudança e transformação "em função dos outros", segundo a visão de Pollak para quem:

> a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (1992, p.5).

O referencial teórico-metodológico escolhido como arcabouço para a pesquisa provém da História Cultural, vista aqui como um viés muito importante no estudo dos processos sociais construtores de sentidos e representações de uma realidade vivida (CHARTIER, 1990, p.16-17). Haja vista as palavras de Chartier:

> [...] pode pensar-se uma história cultural do social que tome por objecto a compreensão das formas e dos motivos – ou, por outras palavras, das representações do mundo social – que, à revelia dos actores sociais, traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e que paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse. (CHARTIER, 1990, p.19)

No entanto, entende-se que a História Cultural, conforme o próprio nome diz, atua no campo da cultura, vista "como um conjunto de significados partilhados e

construídos pelos homens para explicar o mundo" (PESAVENTO, 2008, p.15). Ainda nessa perspectiva, a cultura é uma "forma de expressão da realidade que se faz de forma simbólica" (Op. cit., p.15).

A memória ainda como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva que perpassam a relação dos indivíduos e/ou da coletividade.

Tratando a Festa do Divino em Poções como um patrimônio cultural imaterial e produtor de uma significativa cultura material, o trabalho segue pelas concepções de "memória e patrimônio" (ABREU;CHAGAS, 2003), "patrimônio material e imaterial" (PELEGRINI; FUNARI, 2008), considerando também a reflexão proposta por Françoise Choay:

> Patrimônio histórico. A expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos "todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem ter tido na sua origem um destino memorial" (CHOAY, 2000, p.22).

Compreendendo a festa enquanto um resultado da presença portuguesa na cidade desde o século XVIII, a pesquisa buscou evidenciar as influências que houve "no princípio" da festividade ao município, que promoveu o desenvolvimento e a consolidação da manifestação considerada símbolo da cidade em nível regional. No entanto, sobretudo a partir da década de oitenta, o evento passa a ter um caráter profano como uma de suas marcas envolventes ao turismo, bem como, a população jovem e adulta do lugar. Com isto, a festa neste período, passou a obter uma nova configuração, tornando esta temporalidade, portanto, um momento interessante a ser pesquisado consequentemente.

. BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha. **O império do Divino***:* festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e Patrimônio***:* ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DPCA, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro/RJ: Ed. Bertrand Brasil S.A, 1998.

BRANDÃO, C. R. **O divino, o santo e a senhora**. Rio de Janeiro: Campanha da defesa do folclore brasileiro, 1978.

BURKE, Peter. **O que é história Cultural?** Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CARVALHO, Maria Michol Pinho de. Divino Espírito (re)ligando Portugal/Brasil no imaginário religioso popular. In: **Anais do VI Congresso Português de Sociologia**: Mundos Sociais – saberes e práticas. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, 25 a 28 de junho de 2008. pp.1-14.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade Editora da UNESP, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo A; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro, DPCA, 2003, p. 21-29.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos; CONTINS, Marcia. Entre o Divino e os Homens: a arte nas festas do Divino Espírito Santo. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 14, n. 29, p. 67-94, jan./jun. 2008.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JESUS, Suerlange Ferraz de; IVO, Isnara Pereira**. Emoção e Fé***:* dos festejos do Divino à Chegada das Bandeiras. Artigo (Graduação). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista – BA: UESB, 2011.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ática, 1989.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

LEAL, João. **As festas do Divino ES nos Açores**: um estudo de antropologia social. Lisboa: PDQ, 1994.

MORAES, Mércia Coêlho. **O Sagrado e o profano em Poções.** Monografia (Especialização). Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus-BA: UNEB, 2004.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural**: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo; FUNARI, Pedro Paulo A. **O que é patrimônio cultural imaterial.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SALVADOR, Mari Lynn. **Festas açoreanas**. Portuguese religious celebrations in California and the Azores. Oakland: The Oakland Museum History Department, 1981.

SILVA, Estefanni Patricia Santos, MELLO, Janaina Cardoso de. **O coreto, a igrejinha, e a festa ao divino espírito santo em Poções-BA**: memórias e relações identitárias. XIV Seminário de Integração Curso de Museologia e Museus da Cidade de Salvador: "Museologia e Patrimônios". Salvador/BA, 2011.

SPALDING, Walter. **Na Voz do Povo**. Ensaios de Folclore. Porto Alegre: EST/ Martins Livreiro e Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2008. pp.7-72

JUVENTUDE RURAL: ESTRATÉGIAS SÓCIO- FAMILIARES RUMO AO ENSINO SUPERIOR

Autora: Bruna Silva de Souza.
Graduanda em Pedagogia/ UFS
bruna1841@gmail.com

Orientador: Dra. Ana Maria Freitas Teixeira(UFS/DED/NPGED/NPGECIMA)
anabrteixeira@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo contribuir com os estudos sobre a juventude, destacando os aspectos relativos à pluralidade da condição juvenil, mais especificamente a juventude rural, buscando, ao mesmo tempo, compreender as formas de socialização no espaço da escola, família, trabalho, a busca por autonomia financeira e visibilidade social.

Assim, observamos que a escola é um dos principais aspectos que os jovens da zona rural e urbana destacam como mais importante segundo Carneiro (2005):

> A grande maioria dos jovens rurais (95%) de uma amostragem parcial estimulada (total de 205 entrevistados) considera a escola importante para seu futuro profissional ou conseguiram um emprego hoje 80%'(p. 250).

Portanto, o foco principal é compreender os sentidos e significados que os jovens estudantes universitários de origem rural atribuem a escola e ao trabalho em seus projetos de vida. Para tanto, tomamos como referencia os jovens oriundos da zona rural que ingressam na UFS, especificamente aqueles egressos da Agrotécnica Federal de São Cristovão, atual Instituto Federal de Sergipe Educação, ciência e tecnologia-campus São Cristovão (IFS).

Para enfrentar essa tarefa é importante assinalar que a juventude rural é heterogênea e não pode ser vista de forma linear, pois variados aspectos como valores, culturas de gênero, etnias, desejos e aspirações entre outras questões, caracterizam a diversidade juvenil.

Nesse contexto, a educação tem tido um importante destaque, pois possibilita melhores ocupações de trabalho, possibilidade de melhores salários já que os jovens têm como uma de suas metas autonomia financeira. Assim, por não terem boas expectativas financeiras e profissionais vinculadas a agricultura, acabam migrando para cidade em busca de melhores condições de vida.

Tendo como referencia as diversas questões que fazem parte da vida dos jovens rurais, e em especifico daqueles que ingressam na Universidade Federal de Sergipe, é de fundamental importância identificar os percursos formativos que possibilitam aos jovens do meio rural o acesso e permanecia na universidade pública e analisar os impactos da experiência universitária em seus projetos de vida.

Assim, apresentamos a seguir um breve balanço da literatura para às discussões e reflexões sobre a juventude, em especifico a juventude rural buscando compreender as condições que lhe são favoráveis e desfavoráveis para seu desenvolvimento no mundo globalizado.

Juventude e adolescência brasileira

A adolescência e a juventude são caracterizadas por diversos aspectos tais como, as diferentes gerações e classes de idade, estilos de vida e trajetórias. Estes fatores nos permitem compreender que não há uma única forma, ou seja, um modo linear para conceituar o que é o adolescente e o jovem. Diversos elementos norteiam a vida de ambos em suas trajetórias e na construção das suas identidades, influenciando a maneira de ser, agir, pensar e se relacionar com a sociedade a qual pertencem. A partir das

relações sociais que estabelece o adolescente e o jovem vai construindo seus hábitos sociais, culturais, suas preferências, prioridades e aversões.

Elementos sociais, históricos, culturais, fisiológicos e biológicos são de grande importância na construção da personalidade desses indivíduos, sendo a diversidade uma das principais características dos adolescentes e jovens. A diversidade se sobrepõe à padronização, à homogeneização trazendo a inovação no modo desses sujeitos atuarem no mundo.

Portanto, não há uma forma linear, única de caracterizar o que vem ser a adolescência e a juventude, pois a visibilidade social, os fatos históricos, as formas culturais, as maneiras de se relacionar são das mais diversas, bem como os traços fisiológicos e biológicos. Todos esses aspectos vão possibilitar a construção das mais variadas personalidades, formas de ser e viver a condição da adolescência e da juventude.

O espaço dos jovens no Brasil

No Brasil as desigualdades sociais marcam, profundamente, a população e afetam principalmente os jovens que vivem em condições desfavoráveis, prejudicando assim o seu desenvolvimento social, político, econômico e cultural. Esse panorama foi documentado através da pesquisa, Perfil da Juventude Brasileira (ABRAMO, 2005, p.52).

> No Brasil, cerca de 40% da população entre 15 a 24 anos está condenada a posição subalterna em termos econômicos, sociais, bem como, políticos e culturais. (CORREA, 2008 apud ABRAMO, 2005, p.11).

Por conta dessas desigualdades os jovens das classes populares estão cada vez mais sofrendo segregação social, educacional, cultural e principalmente profissional, ou seja, estão desempregados e aqueles que trabalham atuam em péssimas condições e recebem baixos salários.

O mercado de trabalho necessita de mão de obra qualificada, porém a maioria dos jovens não estão formados para ocupar essas vagas e acabam ficando desempregados ou trabalhando em péssimas condições. Isso ocorre porque grande parte deles tem apenas o ensino fundamental, já que a maior parte não ingressa no ensino superior.

Portanto, para alcançarmos um estado democrático de direito e inclusão, que possa atender os jovens em situação de vulnerabilidade, precisamos emancipar esses indivíduos através de um espírito reflexivo e crítico para atuar em sua sociedade e também criar oportunidades para que esses indivíduos tenham acesso aos bens sociais, culturais, políticos e econômicos.

Os jovens do rural e seus principais desafios

A busca de visibilidade social tem sido uma das metas da juventude que está imersa no mundo globalizado e que a cada momento visa o desenvolvimento econômico, porém para fazer parte da relação capitalista é necessário ter capital econômico . E uma das reivindicações desses jovens são políticas públicas geradoras de emprego que possam lhes garantir uma renda, e que lhes dê o acesso ao capital econômico para que possam usufruir dos bens da sociedade do consumo.

As mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas tem causado profundas mudanças no meio urbano e principalmente no meio rural. Dois temas têm sido bastante discutidos pelos estudiosos que se debruçam sobre a temática da juventude rural, são eles: a tendência migratória dos jovens, benefícios, e problemas no meio rural. Uns dos principais motivos da migração dos jovens da zona rural para a zona urbana tem sido os atrativos da cidade, dificuldades no meio rural, ou seja aspectos negativos do campo como por exemplo: ausência de férias, fins de semana livres e horários irregulares de trabalho .

Esses aspectos contribuem de forma significativa para que muitos jovens não permaneçam no meio rural, principalmente porque buscam autonomia financeira e estabilidade que não alcançam no lugar onde moram. Porém, eles têm uma profunda relação com as pessoas e com o ambiente em que vivem e têm mais autonomia no processo de produção agrícola familiar. Segundo Brumer (2007, p.37), “o aspecto positivo que os jovens salientam é a relativa autonomia do agricultor, que não depende de um patrão’’. Além dessas dificuldades já apresentadas acima, existem dificuldades para a permanência dos jovens e seus familiares no meio rural, tais como: falta de acesso a terras férteis, pois a maior parte das terras produtivas se encontram na mãos dos grandes produtores, a existência de hierarquia para tornar-se o sucessor dos pais na produção agrícola ; esses aspectos causam a falta de incentivo para a permanência no campo e provocam o sentimento de invisibilidade.

Portanto, podemos observar que as problemáticas dos jovens rurais estão intimamente ligadas a busca por um a renda própria que lhes garanta autonomia financeira e ascensão.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A base deste artigo está centrada na revisão bibliográfica e nas entrevistas realizadas com dois estudantes da UFS, egressos da escola Agrotécnica, que deram suporte para a compreensão das questões relacionadas a juventude rural e permitindo aprofundamento e clareza dos aspectos analisados.

O campo de pesquisa foi a Universidade Federal de Sergipe (UFS) particularmente o campus-sede localizado no município de São Cristovão, tendo como objeto de pesquisa estudantes egressos da antiga Escola Agrotécnica, atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFS), matriculado na UFS em cursos de graduação de diversas áreas do conhecimento.

AS ENTREVISTAS

As entrevistas foram realizadas com dois estudantes da Universidade Federal de Sergipe, Roberto [1] e Saulo [1], um cursa Letras vernáculas e o outro cursa Geologia, ambos foram alunos da antiga Escola Agrotécnica, atual IFS (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia).

Através dessas entrevistas foi possível analisar as influências que a família teve na vida dos entrevistados, a trajetória escolar e as transformações que ocorrem na trajetória da educação do ensino superior que são comuns à juventude rural como, por exemplo: a dificuldade para ter acesso ao nível superior na sua própria localidade, tanto o jovem Roberto como Saulo cursam o ensino superior em outra cidade, Roberto se desloca todos os dias da sua cidade para São Cristovão, pois mora em Laranjeiras, Saulo se mudou da sua cidade de Jandaíra na Bahia para Sergipe para estudar e morar em uma república mantida pela universidade, já que seus familiares moram na Bahia.

Roberto e Saulo foram estudar na escola Agrotécnica com o intuito de se qualificar para o mercado de trabalho e conseguir um emprego para ajudar suas famílias. A Escola trouxe uma boa formação para os estudantes isso possibilitou que eles se preparassem para fazer o vestibular e conseguissem cursar o ensino superior. Ao terminarem o ensino médio e o curso técnico em Agropecuária eles não conseguem um

emprego de imediato como eles esperavam, perceberam que para conseguir um emprego precisavam investir na sua formação e decidiram prestar vestibular na UFS e fazer também o ENEM(Exame Nacional do Ensino Médio) em 2009, no que são aprovados, Roberto passou para o curso de Geologia e Saulo para o curso de Engenharia Agrícola. Porém Saulo mudou para o curso de Letras porque não tinha uma boa base para avançar no curso de Engenharia agrícola que exigia conhecimento aprofundado em cálculo e matemática, assim, decidiu realizar outro vestibular na UFS para o curso de Letras vernáculas.

A família de Roberto, por sua vez, investiu na sua formação para que ele tivesse melhores oportunidades de emprego e educação, pois seus pais reconhecem a importância da escola para vida do seu filho e sabem que ela é fundamental para que ele consiga ter autonomia financeira e um bom statu social. Apesar dos seus pais não terem a mesma oportunidade de prolongar a sua trajetória escolar, eles almejam uma vida melhor para seu filho. Ele é o primeiro da sua família a estudar em uma universidade federal, e a sua família tem muito orgulho por essa conquista de Roberto.

A mãe de Saulo investiu na sua formação para que ele também pudesse ter melhores condições de vida, ter um bom emprego e conseguir estabilidade financeira para ajudar a sua família, o seu pai nunca lhe ajudou durante sua trajetória escolar, ele não compreende o porque, mas sua mãe sempre lhe deu suporte financeiro para que ele pudesse sair dá sua cidade onde morava para vim para Sergipe estudar em busca de melhores condições de vida.

CONCLUSÕES

Podemos concluir que apesar dos jovens da zona rural terem á necessidade de migrarem para cidade para estudarem e trabalharem, eles mantêm um vínculo muito afetivo com as pessoas do seu local de origem, com a sua família e o gosto pela terra, estes elementos fazem parte da identidade rural desses jovens.

Um dos principais meios da maioria dos jovens rurais vislumbrarem a possibilidade de estabilidade financeira é a educação, pois é através dela que eles são qualificados para o mercado de trabalho, já que o objetivo principal de alguns jovens é deixar a agricultura e conseguir um emprego na cidade, pois a maioria não vislumbra estabilidade financeira e reconhecimento social na zona rural.

A família tem um papel fundamental na vida dos estudantes, para que eles tenham acesso a um nível de escolarização mais elevado, pois terão mais oportunidade

de terem uma melhor situação econômica e social. A ajuda financeira da família é muito importante, pois a maioria deles não tem emprego para manter os seus gastos e precisam de suporte, principalmente dos seus pais, para se manter estudando, pois os jovens que migram para cidade e prolongam sua escolarização, tem objetivo de se qualificar melhor, pois o mercado de trabalho é seletivo e competitivo e seleciona pessoas bem preparadas, e aquele que não tem uma boa formação fica a mercê das péssimas condições de trabalho.

Portanto, alguns jovens do meio rural, e seus familiares, deixam a atividade agrícola, pois esta não lhes garante estabilidade financeira e vêem a escola como um dos meios que pode garantir estabilidade e reconhecimento social e que a família tem um importante papel para o prolongamento da escolarização dos jovens da zona rural, pois eles enfrentam dificuldades econômicas e sociais.

NOTAS

[1] Os nomes utilizados são fictícios.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. **O uso das noções e juventude no contexto brasileiro**. In: FREITAS, Maria Virginia de. Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2 edição, 2005.

BRUMER, Anita. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (org.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.p.35-51.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. **O lugar do jovem no Brasil** In: MINISTÉRO DA SAÚDE /FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Um olhar sobre o jovem do Brasil. BRASÍLIA: Editora do Ministério da Saúde. 2008, p.11-27.

LÉON, Oscar D'Ávila. **Adolescência e juventude: das noções às abordagens**. In: FREITAS, Virginia de. Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação educativa, 2 edição,2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Petrópolis: Editora Vozes,1994. SZYMANSKY, Heloisa (org.). **A entrevista na Educação: a prática reflexiva**. Brasília: Liber livro, 2ª edição, 2008.

OS ESTUDOS COMPARATIVOS NA HISTÓRIA DA AMÉRICA: UMA DISCUSSÃO SOBRE OS SEUS USOS E APROPRIAÇÕES

Autora: Analice Alves Marinho
Mestranda em Educação/ Bolsista Capes
analicemarinho@gmail.com

Orientador: Dr. Itamar Freitas (DED/UFS)
itamarfo@gmail.com

O meu objetivo neste artigo é analisar de que forma, ao longo dos anos, o método comparativo foi utilizado na escrita da História da América. De início, posso afirmar que, em se tratando de um continente tão diverso é quase impossível escapar às comparações que podem ser feitas através da oposição de norte x sul ou até mesmo na comparação entre um país – ou um grupo deles- em relação aos outros que fazem parte do continente.

Inicialmente é importante definir o que seria a América: em sua configuração espacial mais divulgada, a América se divide em: sul, norte, central e latina. As três primeiras divisões podem ser classificadas como "descrições geográficas" do continente, já a expressão "latina" foi incorporada por se acreditar que os idiomas português, espanhol e francês descendem de povos linguisticamente latinos, como os romanos e por isso são classificados como latino-americanos. Saliento que, além de excludente – por não incorporar os indígenas e afrodescendentes-, esse conceito de latinidade foi imposto por europeus, em particular pelos franceses, através do panlatinismo [1], reunindo em um só bloco não apenas a América do Sul, mas também a América Central (MIGNOLLO, 2007).

Como demonstrei, através de tantas divisões em uma só palavra, conceituar a América não é algo simples, afinal são três configurações espaciais (norte, sul,central) e ainda existe a parte latina do continente e todos esses juntos englobam diversos países, povos, histórias e culturas. Acredito que a América não é uma entidade objetiva que possa ser classificada apenas através do plano geográfico- tal como a América do Sul e a América do Norte-, pois se tem de levar em consideração a existência de várias, múltiplas "Américas" que apesar de apresentarem momentos históricos semelhantes como a colonização e a independência é no estudo das diferenças entre os países que

deve ser combatida a ideia tão divulgada da América como um bloco homogêneo. Dessa forma, reforço que a América não é uma homogeneidade e sim uma multiplicidade, na qual existem não apenas semelhanças, mas também diferenças entre os países.

Em meus estudos sobre a historiografia americana, encontrei duas formas de utilização das comparações: a que analisa o continente como um bloco homogêneo e a que compara um país ou um pequeno grupo de países entre si com as outras nações. Tanto a primeira como a segunda perduram até os dias atuais e possuem conseqüências diferentes: a ideia do continente como um bloco homogêneo acarretou em prejuízos, principalmente no que concerne a História da América do Sul e Central, ou o melhor, da América Latina: expressões como subdesenvolvimento e pobreza foram aplicadas a todos os países, não existindo a preocupação com as especificidades econômicas e sociais dos mesmos. Já a segunda forma de comparação, gerou resultados diversos: um é quando um país é visto como superior ao outros e a outra é a busca não só pelas semelhanças, mas também pelas diferenças, enfatizando as particularidades nacionais.

Esses tipos de comparação marcaram a representação sobre a História da América em manuais escolares e livros específicos sobre o continente. Na historiografia brasileira, são raras as obras escritas sobre a América que não se utilizam dos estudos comparados desde o primeiro manual escolar da disciplina o *Compendio de Historia da America* (1900) de Rocha Pombo até uma das produções mais recentes dos historiadores Boris Fausto e Fernando Devoto "*Brasil e Argentina (1859-2000): um ensaio de história comparada"* (2007).

Com relação a história comparada, dentre os autores que teorizaram sobre a mesma se destacam o medievalista Marc Bloch, Peter Burke, Debora Cohen e Maura O´Connor. Esses autores defenderam em seus trabalhos a utilização dos estudos comparativos, mas alertaram: a comparação coloca desafios e demanda cautela do pesquisador.

Segundo Maria Ligia Prado, a historiografia do século XIX demarcava as fronteiras do saber histórico, no qual se enfatizava a busca de uma verdade objetiva que se baseava em fontes documentais e singularidades dos acontecimentos. Dessa forma, os estudos comparativos eram considerados inadequados para a compreensão dos processos históricos, pois o que valiam eram as práticas historiográficas que tinham o nacional como um modelo ideal (PRADO, 2005).

É após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que essa situação será revertida e os discursos de Henri Pirenne e Marc Bloch a favor das comparações ganham

destaque. No ano de 1923, Henri Pirenne, no 5º Congresso Internacional em Bruxelas, criticou os caminhos da história nacional, pois esses provocaram o confinamento da pesquisa histórica dentro dos espaços nacionais. Entretanto, ao contrário de Bloch, Henri Pirenne não se utilizou da história comparada em seus estudos (PIRENNE,1923).

Sobre o discurso de Marc Bloch em defesa da história comparada realizado em Oslo, no 6º Congresso Internacional de Ciências Sociais, esse é considerado um texto de referencia para os estudos comparados. O medievalista em 1924 se utiliza do método comparativo na obra "Os reis taumartugos" e o discurso de 1924- .*"Pour une Historie Comparée dês societés européens"* (1963)- que só foi publicado em 1963 fazem de Marc Bloch um dos autores fundamentais nos estudos sobre história comparada.

Para Marc Bloch, o método comparativo é um instrumento técnico manejável e capaz de levar a resultados positivos, existindo assim, duas condições para que ocorram as comparações: as semelhanças e as diferenças. Ao contrário dos críticos da História comparada, Bloch afirma que as comparações também trabalham com as exceções, ou melhor, as especificidades, que não podem ser perdidas de vista, e que, ao final, produzem conclusões menos hipotéticas e mais específicas.

Assim, Bloch defende que o estudo comparativo terá o seu valor quando esse for realizado com base em estudos detalhados, críticos e bem documentados, que são possíveis por intermédio de um trabalho de erudição. Dessa forma, ao se depararem com os documentos é tarefa do pesquisador compreender que o documento é testemunho de uma época e que, ás vezes, ele não "fala" quando solicitado: o seu desafio é questioná-lo e é nesse questionamento que a comparação ajuda aos pesquisadores. Ciente da importância dos documentos, Marc Bloch enumera os passos do trabalho comparativo: o primeiro é de escolher dois ou mais fenômenos que, parecem à primeira vista, análogos entre si; depois descrever as curvas de sua evolução, constatando as semelhanças e diferenças; e, por fim, se possível explicar as semelhanças e diferenças, aproximando os dois fenômenos (BLOCH, 1963)[2].

Analisando a importância do discurso de Bloch nos estudos históricos, Peter Burke atenta que, apesar dos historiadores tenderem a rejeitar a comparação, alegando estarem interessados no específico, no único, no irrepetível, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi extremamente importante para os avanços nos estudos comparativos, principalmente nos Estados Unidos, pois foram criadas "subdisciplinas" devido ao desenvolvimento da economia, da literatura e dos estudos comparativos na política. Por fim, o sociólogo defende que o estudo comparativo é essencial para se levar em conta os

diferentes caminhos que a sociedade pode seguir e que é um erro pensar que as comparações trabalham apenas com o geral e que elas podem ser feitas de qualquer maneira, pois assim como outros métodos de análise, o comparativo também exige cuidados como erudição- adquirida pela leitura e pelo estudo- e uma postura teórica e metodológica bem definida (BURKE, 2002).

É devido à incerteza dos procedimentos teóricos e metodológicos que surgem as maiores critica dos historiadores aos estudos comparados. Trazendo essa discussão para a História da América, quais seriam as dificuldades do pesquisador ao realizar comparações entre os países do continente? Posso citar várias, como a delimitação geográfica, cronológica e as duas que julgo principais: o pesquisador tem de estar ciente que, ao lidar com um continente tão múltiplo, terá de dominar historiografias em vez de uma só e mais de um idioma – só para constar, dentre as línguas oficiais do continente estão o português, inglês, francês, espanhol, guarani, dentre outros, acarretando no que especialistas chamam de "problemas de tradução".

Segundo Ann Taylor Allen, a transposição dessas dificuldades ocorre com alguns fatores essenciais para aplicação do método comparativo: as categorizações, definições e tipologias apropriadas. Em outras palavras, a seleção e a abstração, por parte do historiador. A autora defende que, com as preocupações com os fatores citados acima é possível, através da investigação histórica comparada, estabelecer generalizações válidas sobre muitos fenômenos de grande importância, sem ignorar as particularidades contextuais Assim, toda a História é, por natureza, comparada, no sentido de que o historiador só pode julgar o passado por comparação a outra época ou lugar. O historiador tem o direito de comparar o passado com o presente, mas essa comparação deve ser feita conscientemente e não simplesmente tomada como implícita (ALLEN, 1991).

Em um livro intitulado de "Comparasion and History", (2004) Deborah Cohen & Maura O´Connor chamam a atenção para os "passos" de um estudo comparativo: a justificação das limitações geográficas e cronológicas; o olhar atento sob a contextualização; e, por fim, estabelecer as convergências, pontos comuns, semelhanças que existam entre os casos sob comparação, ao mesmo tempo em que se analisam as diferenças, divergências, singularidades e especificidades. Assim, para as autoras, comparar significa encontrar o enquadramento temporal ou geográfico, buscando o equilíbrio certo entre as dimensões nacionais e locais (COHEN; O´CONNOR, 2004).

Quando não são tomadas essas precauções, ocorrem os chamados nacionalismos exarcebados e a relação superior x inferior. Na história americana, as comparações foram guiadas pela questão do "outro" durante a conquista e a colonização. É nessa busca do "outro" que surgiu o imaginário de uma sociedade européia superior, na qual o homem branco se legitimava frente ao colonizado através do discurso da diferença. Nesse discurso, a tese central era que os aspectos culturais eram universais, sendo assim, a Europa Ocidental representava o paradigma do desenvolvimento superior da humanidade, pela noção de "modelos ideais" (FRANCO,2000).

Entretanto, o discurso da diferença não ocorreu apenas com o exemplo europeu: muitos são os exemplos de países do próprio continente que, ao analisarem a realidade dos seus vizinhos, reforçam uma postura de superioridade. Cito como exemplo o caso brasileiro: até o ano de 1927, a disciplina de História da América se ausentava do currículo escolar, e quando por acaso, no vasto conteúdo da disciplina História Universal – que abrangia Europa, América do Sul, América do Norte, Ásia, África- se comentava sobre a História do Continente, na grande maioria das vezes, era feita através da oposição "civilizados" (brasileiros) x "bárbaros" (América Latina). Um exemplo dessa oposição está em um excerto do manual *Historia do Brasil* destinado aos alunos do Colégio Pedro II e escrito por João Ribeiro (1860-1934), então professor de História Universal e História do Brasil. Segundo João Ribeiro:

> Os estados do Prata foram para nós durante muito tempo vizinhos, pouco leais e incômodos e com cuja amizade não se podia contar, pois atentam a perpetuar a instabilidade e desmoralização dos governos de senhores ou tiranos sob os quais viveram. Essa pouca lealdade tinha explicação em que eles eram realmente inferiores e não queria confessa-lo. Parecia-lhes o Brasil um árbitro e juiz forçado que as circunstancias daquele tempo impunham... os rebeldes que ali protegíamos eram de tão má catadura como os tiranos que malsinávamos. Tais foram Urquiza, Flores e outros. Afinal, ainda que é pouco lícito civilizar a força países estranhos, em verdade mais pertubavamos do que civilizávamos (RIBEIRO, 1934, p.398).

Através das palavras de João Ribeiro, além da oposição entre brasileiros e latino-americanos, também se nota o receio de que o ideário revolucionário presente nas emancipações das colônias espanholas incentivasse movimentos autonomistas no Brasil (BAGGIO, 2009). Destaco que exemplos similares se encontram nas historiografias chilenas, mexicanas e argentinas.

O certo é que o mau uso das comparações resulta em anacronismo, alteridades (vencedores x vencidos) e etnocentrismo, além da justaposição, sem compreensão, das realidades dos países em questão. No que concerne a América Latina, os maiores prejuízos dessa má utilização das comparações ocorreu entre as décadas de sessenta e setenta, nas quais se propagava uma visão generalizante sobre o continente que era representado através da teoria da dependência: assim, a América Latina era o atraso, a pobreza, o subdesenvolvimento.

Apesar desses problemas, acredito que, em se tratando de América, a história comparada é algo essencial. Para fugir das generalizações, cabe ao pesquisador compreender que o passo inicial das comparações é responder aos seguintes questionamentos: o que aconteceu? E com que frequência? Respondidos esses questionamentos e atentando para semelhanças e particularidades, permitindo assim a passagem da descrição para a explicação dos processos históricos, o que influi positivamente na reescrita da história do continente.

Notas

[1] O panlatinismo foi um conjunto de ideias, criadas no governo de Napoleão III e difundida pelo seu conselheiro e articulador Michel Chevalier. As ideias do panlatinismo propunham a restauração da raça latina, sob a liderança da França, que era considerada a única nação católica que poderia deter o expansionismo protestante e anglo-saxão.

[2] Apesar a importância desse artigo para a História Comparada, ele não teve muita receptividade entre os historiadores franceses, pois segundo Bloch, ao se tratar das comparações, os historiadores apenas acenam educadamente e depois retornam aos seus hábitos costumeiros.

Referências bibliográficas

ALLEN, Ann Taylor. **Feminism and Motherhood in Germany, 1800-1914.** New Brunswick: Rutgers University Press, 1991.

BAGGIO, Kátia Gerab. **A "outra" América**: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. São Paulo: FFLCH-USP, 1998 (Tese de Doutorado).

BURKE, Peter. **História e teoria social.** Trad. Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP,2002.

BLOCH, Marc. "Pour une Historie Comparée des societés européennes". In: **Mélanges historiques**. vol. 1, Paris: S.E.V.P.E.N., 1963. pp. 16-40.

COHEN, Deborah; O´CONNOR, Maura. **Europe in Cross-National Perspective**. New York: Routledge, 2004.

DIAS, Wagner da Silva. **A idéia de América Latina nos livros didáticos de geografia**. Dissertação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2009.

FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. **Brasil e Argentina***:* um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Editora 34, 2004.

FERES JR.,João. **A história do conceito de "Latin America" nos Estados Unidos.** Bauru: EDUSC,2005.

FRANCO, Maria Ciavatta. Quando nós somos o outro: questões teórico-metodológicas sobre os estudos comparados. In: **Educação & Sociedade.** Ano XXI, nº 72, Agosto, 2000, pp. 197-211. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302000000300011&script=sci_arttext >Acessado em 16/02/2011.

FRENCH, John D.; MÖRNER, Magnus; VIÑUELA, Julia Fawaz. "Comparative Approaches to Latin American History". **Latin American Research Review**, vol. 17, nº 2, pp. 55-89.

GREW, Raymond. "The case for comparing histories", **The American Historical Review**, vol. 85, nº 4, 1980.

PIRENNE, Henri. **De la méthode comparative en histoire**. Discours Prononcé à la Séance d'Ouverture du Ve Congrès International des Sciences Historiques.

Bruxelles, 1923.

PRADO, Maria Ligia C. Repensando a História comparada da América Latina**.** In: **Revista de História**, nº. 153. Disponível em <www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rh/n153/a02n153.pdf. Acessado em 20/09/2010.

RIBEIRO, João. **História do Brasil**. Curso Superior segundo os programas do Collégio Pedro II. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1964.

GT: 8

O MUSEU COMO LUGAR DE MEMÓRIA: A CASA DE CULTURA JOÃO RIBEIRO

Autora: Tayara Barreto de Souza Celestino
Graduanda do curso de Museologia – UFS,
Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memória e Patrimônio Sergipano/GEMPS. Bolsista do Programa de Inclusão e Iniciação Científica (PIIC /UFS) 2011-2012.
tay.celestino@gmail.com

Orientadora: Dra. Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso(NMS-UFS)

De todas as instituições preservacionistas destaca-se nesse trabalho o Museu como um espaço de memória. Trata-se de uma instituição que se dedica a preservação e divulgação da memória dos acontecimentos históricos. É nesse contexto que apresento a Casa de Cultura João Ribeiro, lugar dedicado a preservação e divulgação da memória do Laranjeirense. A Casa de Cultura João Ribeiro é um museu que está localizado no município de Laranjeiras/SE, cidade conhecida como "berço da cultura sergipana", cujo território foi tombado desde 1996 pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Destacando-se a instituição apresentada que compõe parte do cenário urbano de interesse patrimonial da cidade de Laranjeiras, sendo uma área protegida de acordo com os critérios do Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano (PPSH) que partilha entre as três esferas do executivo a gestão do patrimônio (BRASIL, 2005, p. 391-2).

O lugar que é tombado pelo estado de Sergipe através do Decreto lei 2.726, de 26 de novembro de 1973, consequentemente passa a funcionar como um Centro Cultural, com a finalidade de difundir e preservar a cultura de Laranjeiras. No ano seguinte foi reinaugurado como um museu, passando a ter como prioridade a exposição de longa duração de seu patrono, tornando-se definitivamente um museu. Hoje está vinculada à Secretaria de Estado da Cultura e se caracteriza como um museu histórico biográfico. Em meio a esses processos, primeiramente pensou-se num Centro Cultural para divulgação da cultura de toda a cidade de Laranjeiras. Posteriormente, seu acervo é inventariado, onde é usada a nomenclatura "Museu da Casa de Cultura João Ribeiro" para designar duas unidades, um Museu e uma Biblioteca Pública (NUNES, 1999).

O material que compõe o acervo da exposição foi doado pela filha de João Ribeiro, Emma Luzia Ribeiro Accioly, sendo composto por coleções de artes visuais, história, documentos pessoais e imagem que estão associados à vida privada e pública do homenageado. São obras literárias de João Ribeiro e de outros artistas, crônicas, artigos, medalhas de condecoração, diplomas, fotos de seus familiares, pinturas, desenhos, documentos pessoais, no local encontram-se alguns réplicas de móveis como a escrivaninha representando o local de trabalho de João Ribeiro e a estante onde estão guardados livros de sua autoria que representa a biblioteca.

A instituição também integra a rede de museus, movimentada pelo Sistema Brasileiro de Museus (SBM), formada por lugares de memória, arquivos, biblioteca, casas de cultura, redes sociais, galerias e memoriais. Possui a finalidade de facilitar o diálogo entre museus e instituições afins, objetivando a gestão integrada e o desenvolvimento dos museus, acervos e processos museológicos brasileiros. O SBM está articulado ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). [1]

De acordo com Ribeiro (1958), João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes, conhecido como João Ribeiro nasceu na cidade de Laranjeiras em 24 de junho de 1860, na então província de Sergipe, filho de Manoel Joaquim Fernandes e Dona Guilhermina Ribeiro Fernandes. Órfão de pai, foi educado pela avó, que o enviou para Aracaju onde fez seus estudos de humanidades no colégio Ateneu Sergipense em 1880.

Na sua adolescência, foi para a cidade de Salvador cursar Medicina, mas interrompeu seus estudos. Em 1881 foi para o Rio de Janeiro, conforme dados biográficos encontrados no "*Catálogo do Acervo Documentais Museu da Casa de Cultura João Ribeiro",* onde é relatado que ele tentou cursar medicina na Bahia e Engenharia no Rio de Janeiro, desistindo por falta de vocação.

No Rio de Janeiro, trabalhou como jornalista, colaborando em jornais como *Gazeta da Tarde*, *Correio do Povo*, *Cidade do Rio*, jornal *País*, dentre outros, apoiando em seus escritos a campanha republicana (RIBEIRO, 1958, p.18). Faleceu em 13 de abril de 1934, sendo lembrado na imprensa do Rio de Janeiro:

> Toda a nação que lê e que pensa sabe que perde nesse homem um mestre, um puro mestre. Ele era poeta, prosador e filólogo, folclorista, esteta e crítico, romancista, humorista, polígrafo, humanista. Mais que isso, porém, era sábio. E como sábio, jornalista e professor (JORNAL DO COMÉRCIO *apud* SANTOS, 2009).

Dentre as várias missões destinadas aos centros de memória, o museu impõe-se como instituição financiadora do conhecimento que preserva, comunica, socializa e fornece informações sobre seu patrimônio e sua memória. Trata-se de um lugar de salvaguarda do patrimônio que mantém uma memória coletiva ou individual. Ao analisar a Casa de Cultura João Ribeiro, parte-se do princípio de que as sociedades tendem a conservar seu patrimônio cultural e a transmiti-lo como forma de preservar coisas e valores. Dessa forma, a noção de patrimônio avança do seu sentido meramente econômico, associado "ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo" para compor tudo aquilo que deve ser protegido, tornando o homem um agente de preservação do patrimônio cultural (GONÇALVES, 2003, p 21).

A partir desse momento, o reconhecimento e a valorização são pontos fundamentais para a construção social do patrimônio e sua comunicação, contribuindo na construção de identidades. A argumentação de uma consciência sobre o patrimônio, a partir da salvaguarda da memória, levando à conclusão de que "...estamos diante de uma categoria de pensamento extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana" (GONÇALVES, 2003, p 22).

Tendo em vista que a instituição contempla os seguintes aspectos: atuando como um espaço de exposição, visitação, comunicação, pesquisa, lazer, estudo e informação, conclui-se que a Casa de Cultura João Ribeiro é uma instituição museal, pois está contemplando as características definidas pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) que define o museu como:

> Uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição (ICOM, 2001).

A Casa de Cultura João Ribeiro está associada à vida privada e pública de João Ribeiro, consistindo em obras literárias do intelectual e de outros artistas, crônicas, artigos, medalhas de condecoração, um busto do homenageado, diplomas, fotografias de seus familiares e pinturas que retratam sua figura e a sua personalidade. No local também se encontram alguns móveis como a réplica da escrivaninha onde João Ribeiro trabalhava e um móvel representando a biblioteca onde estão expostos livros de sua autoria e documentos pessoais. E meio a esse lugar destaca-se a comunicação da memória que se apresenta através desse acervo.

Segundo Castro (2005):

> O critério arbitrário imposto pela memória museificada aprisiona as várias facetas sociais contidas no objeto e estabelece um deslocamento temporal em seu espaço, como se fosse recoberto de uma dimensão vazia de tempo, mas não oca. Uma dinâmica que projeta o objeto para o fundo do passado e desloca o sujeito do presente para o passado, reduzindo a uma única realidade o percebido, o vivido, o desconhecido (CASTRO, 2005, p.17-25).

Para Chagas (2009), o museu não é apenas lugar de memória, "são campos discursivos, espaços de interpretação e arenas políticas, palco de subjetividades e lugares de memória e poder, de esquecimento de resistência de falação e silêncio" (CHAGAS, 2009, p. 25-28).

Desse modo, a instituição museológica Casa de Cultura João Ribeiro apresenta em sua exposição formas simples de interpretação, que procura explorar a memória de João Ribeiro através de imagens distribuídas pelo ambiente. A partir desse momento, as imagens apresentadas, como fotografias familiares e pessoais (memória individual) ganha projeção no museu e tornasse uma memória coletiva.

Há uma preocupação constante em relação à memória do homenageado que se apresenta nos usos do lugar, um prédio que foi a residência de sua infância, é preparado para guardar e contextualizar a trajetória de vida do homenageado. Logo à entrada, um busto em sua homenagem, no mesmo lugar, é reproduzido o que seria a biblioteca do patrono, a partir de livros oriundos do acervo pessoal e/ou doados por sua família. Diante dos quadros, fotografias, medalhas, diplomas e textos de dedicatórias de livros, expostos com a proposta de evidenciar a trajetória intelectual de João Ribeiro.

Segundo Guarnieri *apud* Bruno (1996):

> Quando musealizamos objetos e artefatos (aqui incluídos os caminhos, as casa de documentalidade e de felicidade, procuramos passar informações á comunidade, ora, a informação pressupõe, **conhecimento** (emoção/razão), **registro** (sensação, imagem, ideia) e **memória** "sistematização de ideias e imagens e estabelecimento de ligações." (BRUNO, 1996, p.2).

Refletindo sobre diversos museus, Pinheiro e Duarte (2010) chamam atenção para o aspecto arquitetônico dos edifícios, que integrados com a proposta expositiva, conseguem transmitir emoções, comunicando por si. Em relação à Casa de Cultura João Ribeiro, constata-se que seu espaço físico diz muito ao visitante. O prédio projeta o sentido de que aquele foi o lugar onde João Ribeiro viveu que aquele foi o seu primeiro lar. "Aqui nasceu João Ribeiro" é a intervenção máxima para integrar o lugar à ideia da preservação da memória de um autêntico sergipano.



Fig. 1. Destaque da Fachada do prédio da Casa de Cultura João Ribeiro. Laranjeiras. 2011. Foto pessoal

A realização da proposta de articulação do espaço físico com as exposições representativas da biografia do personagem projeta o prédio onde funciona a Casa de Cultura enquanto um indicador de memória, um monumento. (LE GOFF, 1992, p. 535-553). Assim, tanto a Casa de Cultura João Ribeiro quanto o seu prédio conseguem contemplar a imagem de João Ribeiro já que se trata de sua residência e de seus pertencesses. O Museu consegue elaborar um pano de fundo e proporcionar ao seu visitante conhecimento sobre quem foi João Ribeiro, sua trajetória de vida e sua vida familiar.

A casa é referência nacional, a única que trata da história de seu homenageado e, partindo desse princípio, a partir dela, a memória de João Ribeiro ganha espaço em outros lugares que atravessam o referido lugar memória, para ganhar espaço em diversas produções bibliográficas, produzidas por familiares, amigos de familiares e por trabalhos de pesquisa realizados em Sergipe. Os escritos de João Ribeiro e sobre João Ribeiro, estão disponíveis nas Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe, e na Casa de Cultura João Ribeiro. De acordo com Núbia Marques (1993), parte da sua obra está em jornais e em arquivos dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, além dos acervos localizados em Aracaju, São Cristóvão e Laranjeiras.

Notas:

[1] O IBRAM é o órgão responsável pela Política Nacional de Museus (PNM).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. **Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais**: norte, nordeste e centro-oeste. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

BRUNO, Cristina. Museologia: algumas idéias para a sua organização disciplinar. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. nº9, Museologia e comunicação, ULHT, 1996.

CASTRO, Ana Lúcia Siaines de. **Informação, Ética e Museus: uma aproximação conceitual**. Revista de Ciências da Informação. Vol.6, nº. 2, abril de 2005.

CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.

FREITAS, Itamar. **Historiografia Sergipana**. São Cristóvão: UFS, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p. 21-29.

ICOM. **20ª Assembléia Geral do ICOM.** Barcelona, Espanha, 6 de Julho de 2001. Disponível em <http://www.icom-portugal.org/documentos_def,129,220,detalhe.aspx> acesso em 05 de novembro de 2011.

LE GOFF, Jaques. Monumento/Documento. In: **História e memória.** 2 ed. Campinas/SP: Unicamp, 1992. p. 535-553.

MARQUES, Núbia do Nascimento**. João Ribeiro Sempre.** Aracaju: UFS, 1993.

MONUMENTA, **Relatório anual de conservação e manutenção.** Ministério da Cultura/Laranjeiras, 2009. Disponível em: <http://www.monumenta.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/06/relatorio-anual-de-conservacao-e-manutencao-laranjeiras-2009.pdf> acesso em 05 de novembro de 2011.

NUNES, Verônica M. Meneses. (Org.); NOGUEIRA, Adriana Dantas (Org.). **O despertar do conhecimento na colina azulada:** a Universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras. 1. ed. São Cristóvão/SE: Editora Universitária da UFS, 2007.

PINHEIRO, Ana Paula e DUARTE, Rui Barreiros. Iconicidade, contexto e intervenções patrimoniais: qualidades comunicativas e expositivas dos Museus. In: **Anais do 2. Seminário Museografia e Arquitetura de Museus,** UFRJ, 2010.

PROGRAMA MONUMENTA. **Manual de Conservação Preventiva para Edificações.** Brasília: MINC; IPHAN, 2006.

RIBEIRO, Joaquim. **Rui Barbosa e João Ribeiro**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958.

SCHEINER, Tereza. **Comunicação, educação, exposição: novos saberes, novos sentidos**, ano 3, n 4-5, 2001. disponível em: <http://www.semiosfera.eco.ufrj.br/anteriores/semiosfera45/conteudo_rep_tscheiner.htm> acessado em 05 de maio de 2010.

"O MUNDO DA SEGURANÇA E DO TEMOR": MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR ARGENTINA (1976 -1983) EM *A HISTÓRIA OFICIAL* (1985)

Autora: Jéssica da Silva Souza
Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista PET História/UFS
Integrante do Grupo de Pesquisa Cultura, Memória e Política Contemporânea (CNPq/UFS-UFRB)
jessik.livres@gmail.com

Co-autora: Thaíse dos Santos Silva
Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe
Bolsista PIBID (Capes/UFS)
Integrante do Grupo de Pesquisa Cultura, Memória e Política Contemporânea (CNPq/UFS-UFRB)
thaise_black22@hotmail.com

Orientadora: Profª Drª Célia Costa Cardoso (DHI/UFS)

1. Introdução

Para entender o Golpe Militar de 24 de março de 1976 na Argentina, foi necessário perceber a situação do país naquele momento. Os argentinos enfrentavam fortes crises que vinham perdurando em vários setores. A economia do país estava muito afetada, sendo evidente no aumento do preço internacional do petróleo e na desvalorização dos alimentos, que provocava desequilíbrios na balança comercial.

No âmbito político, em março de 1976, o jornal *La Opnión* chegou a registrar que naquele momento, ocorria um assassinato político a cada 5 horas, e a cada 3 horas explodia-se uma bomba. (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 24) A "radicalización ideológica, violência política y sucesivas crisis econômicas y sociales fueron el común denominador em la antesala del golpe de 1976". (CRESPO; LIDA; YANKELEVICH, 2007, p. 7)

Com o clima político-econômico favorável, no dia 24 de março de 1976, as Forças Armadas tomam edifícios do governo e o Congresso Nacional, como também estações de rádio, TV, sede de sindicatos e instalações industriais. A partir daí, começam a ocorrer prisões em larga escala, inclusive a de Isabel Perón e a de muitos de seus ministros.

Em 25 de março de 1976, o jornal *La Nación* informa aos argentinos sobre a tomada do poder pela Junta Militar, sendo que este publica a *Ata de Objetivos*, que

consistia na abordagem de pretensões do novo governo sobre o país. Os golpistas desenvolveram a ideia de que a Argentina precisava ser reestruturada, e para tanto criaram o *Processo de Reorganização Nacional*, através do qual colocariam em prática as suas idéias de acabar definitivamente com o desgoverno, a corrupção e os flagelos subversivos objetivando construir uma Argentina de acordo com seus preceitos. Para eles, era preciso pôr em ordem uma sociedade que estava totalmente afundada em crises desastrosas, e segundo seus intentos, somente eles o poderiam fazer. Videla refere-se ao Processo da seguinte forma:

> Es una decisión por la Patria, y no supone, por lo tanto, discriminaciones contra ninguna militancia cívica ni sector social alguno [...] con el absoluto convencimiento de que [...] se continuará sin tregua combatiendo a la delincuencia subversiva, abierta o encubierta, se desterrará toda demagogia. [...] No se tolerará [...] cualquier transgresión a la ley en oposición al proceso de reparación que se inicia.
> (Discurso feito pelas Forças Armadas em 24 de março de 1976, no ato de posse do Executivo disponível em: http://www.accionperonista.com.ar/gestion/166/nota.php acesso em 28/07/2012 às 08:49).

A experiência populista produziu nos argentinos a ideia de que era inviável para a sociedade ser administrada pelo peronismo, o que sustentou e de certa forma legitimou a intervenção das Forças Armadas naquele momento. Os militares fizeram um diagnóstico da situação da nação, e impuseram uma terapia para a resolução dos problemas que constataram.

O diagnóstico foi essencialmente pautado no reconhecimento do caos nacional. Sendo que este se devia principalmente por conta do populismo. Os valores militares se confundiam em uma espécie de catolicismo fundamentalista associado ao anticomunismo. Na tentativa de submeter à Argentina a um tratamento neoconservador, a terapia baseou-se na *Doutrina de Segurança Nacional* – corrente ideológica que pregava a defesa dos países do perigo vermelho, representado pelo comunismo, em plena expansão, desde a guerra fria e a bipolarização mundial.

Com base nessa ideologia, a repressão foi sumária a todos que eram considerados "subversivos", o que não se referia apenas aos que participavam da luta armada. "Erradicar la 'subversión' significó eliminar todo pensamiento y toda acción tendiente al libre ejercicio de la crítica" (CRESPO; LIDA; YANKELEVICH, 2007, p. 11) Destarte, os métodos utilizados para eliminar a subversão foram os mais variados

possíveis. O número de mortos e desaparecidos crescia a cada ano, bem como o desrespeito aos Direitos Humanos.

Conforme Luiz Guilherme Ritta Duque (p. 23), diversos fatores foram fundamentais para o desgaste do Processo que se estendeu até 1983. A forte crise econômica que perdurava no país por vários anos, aliado ao insucesso da Argentina na Guerra das Malvinas, foram basais para o declínio do Regime. Além disso, a sociedade civil se reorganizou e saiu às ruas com mais força para reivindicar o respeito aos Direitos Humanos, com forte apoio internacional. Assim, em 1983 foram convocadas eleições diretas que encaminharam Raul Alfonsín a presidência, encerrando a ditadura no país.

2. O cinema como fonte histórica

A sociedade costumeiramente cria meios pelos quais objetiva representar uma determinada realidade ou um passado que marcou uma época ou um povo. Destarte, o cinema é um dos modos mais eficazes de retratar (ou denunciar) uma realidade e tratar de temas que merecem respaldo para grupos sociais. Entretanto, nem sempre o cinema foi considerado um recurso possível ao historiador. Com a Nova História e a revolução das fontes é que esta arte foi notada como um meio através do qual também seria possível desvendar o passado. Como afirma Marc Ferro, "o filme era considerado como uma espécie de atração de quermesse, o Direito nem sequer lhe reconhecia um autor" (FERRO, 1992, p.83), tendo em vista que durante muito tempo os historiadores só se utilizavam de documento escrito.

O filme é muito utilizado atualmente como fonte de pesquisas. Conforme Mônica Kornis (1992, pag. 239), "o filme pode tornar-se um documento para a pesquisa histórica, na medida em que articula ao contexto histórico e social que o produziu, um conjunto de elementos intrínsecos à própria expressão cinematográfica." No tocante a isto, é possível citar mais uma vez o historiador francês Marc Ferro (Apud MORETTIN, 2003) como um grande contribuidor para o estudo destas questões que envolvem cinema e História. Para ele, o cinema é um testemunho singular, principalmente do seu tempo, e além disso, ele pode ser visto como uma contra-análise da sociedade, ou seja, incontrolavelmente exibe uma faceta da sociedade até então escondida, o que se dá em verdadeiros lapsos, característicos em qualquer película. Mas uma coisa inegável é que a película é moldada de acordo com a ideologia de quem o faz.

Os filmes podem apresentar uma narrativa histórica, além de dizer muito sobre a sociedade de quando foi feito. O diretor, ao mostrar o que pretende, acaba mostrando também os anseios da sociedade que os produziu e os consumiu, aceitando a finalidade para que foram criados. O cinema é, pois, um ótimo recurso para se utilizar como suporte para a pesquisa histórica, como também para o ensino de história, apossando-se de uma característica metodológica. Assim como diz Kornis (1992, p. 242), "O historiador deverá passar por um processo de educação do olhar que lhe possibilite 'ler' as imagens".

Em suma, é possível afirmar que os filmes podem ser bons recursos nas mãos do historiador, tanto para a pesquisa histórica, como também para o ensino de História, desde que ele se use de uma metodologia própria a análise fílmica. Ao ter acesso à narrativa histórica por meio de imagens, cabe ao historiador desmembrar as cenas e perceber o que elas trazem para a sociedade que as produziu e que as recebeu.

3. A Ditadura Militar Argentina (1976-1983) no cinema

O Regime Ditatorial que se estende de 1976 a 1983 na Argentina, mudou de forma muito contundente os rumos da nação, sendo um tema muito recorrente em sua cinematografia. Os filmes retratam desde premissas para o golpe até desdobramentos após seu fim. Passando pelas formas de perseguição e tortura, é possível citar a produção de Marco Bechis, Garage Olimpo (1999), como um filme bastante ilustrador da construção de um retrato da crueldade e de como se dava efetivamente a repressão no período.

Sua personagem principal, Maria (Antonella Costa), era uma mulher simples que dava aulas para pessoas de uma comunidade pobre, quando foi levada de sua casa para um centro de detenção que leva o nome do filme. O retrato do lugar é aterrorizante, sujo, sombrio e é ali onde ela passa a sofrer todos os infortúnios de qualquer preso da ditadura argentina. O intrigante é que, diferente do que geralmente ocorria no Brasil, ela não foi presa com o intuito de ser interrogada ou delatar outras pessoas, até porque, ela não pertencia a nenhum grupo de esquerda.

Nas películas ainda é possível acompanhar o comportamento de religiosos e da classe média naquele período, a situação econômica do país, os meios pelos quais muitos civis eram beneficiados, movimentos de protesto, etc. E no que diz respeito à Guerra das Malvinas, por exemplo, é possível citar *Los chicos de la guerra* (1984) de

Bebe Karmin, como um bom exemplo. Filme lançado no ano seguinte ao fim da ditadura, relata a vida de três jovens de classes sociais distintas que enfrentam a situação da guerra e no seu término chegam à Argentina com a total falta de apoio dos governantes, tendo agora que vivenciar uma realidade ainda pior em seu país.

No entanto, nem todas as obras retratam o período de forma tão forte e contundente. Em *Kamchatka* (2002*),* a ditadura não é bem explicitada e é percebida somente por alguns detalhes ao longo do filme, que conta a história de uma família inteira que foge do golpe de 76 e parte pra o exílio. No filme o golpe é percebido apenas em algumas passagens, como na que aparece um noticiário de TV, e principalmente através da fuga desesperada de toda a família.

A produção cinematográfica sobre esse período é bastante vasta, tornando importante salientar também, que a depender do diretor e do momento em que foi produzida, a obra se debruça mais sobre uma determinada temática. Desse modo, a sociedade argentina pode enxergar a ditadura, através de diferentes ângulos, como no caso do filme *A História Oficial* (1985), de Luiz Puenzo, que será melhor analisado neste trabalho.

4. Mundo da Segurança x Mundo do Temor em *A História Oficial* (1985)

A História Oficial começou a ser produzido em 1983, quando o regime ainda estava vivo, no momento em que muitas perguntas ainda estavam sem respostas, como por exemplo, onde estariam os corpos das pessoas desaparecidas. O filme tem como foco a problemática do sequestro de crianças, filhos de prisioneiros políticos durante o período ditatorial na Argentina. Partindo do entendimento de que um filme pode dizer muito mais sobre o momento em que foi produzido do que mesmo sobre àquele do qual se está falando (FERRO, 1992), faz-se necessário aqui ambientar e contextualizar sua produção, além de discorrer sobre o seu produtor.

A Argentina nos anos 80 do século XX, vive a dolorosa experiência da Guerra das Malvinas, junto com o declínio da Ditadura Militar e a difícil tarefa de lidar com a vida pós-ditadura. *A História Oficial* (1985) emerge com um caráter de denúncia impulsionado pela busca por justiça, levando em consideração que neste tempo o país vivia um momento muito intenso de revolta contra os responsáveis pelas atrocidades durante a ditadura. O filme começou a ser produzido antes mesmo do fim da ditadura,

em segredo por questões de segurança, e pouco antes de ser concluído, o país viveu à transição da ditadura para a democracia.

Quanto ao diretor Luis Puenzo, argentino, nascido em Buenos Aires a 19 de fevereiro de 1946, foi obrigado a reduzir suas atividades durante o regime militar por causa da repressão da época. Esse é seu filme mais famoso, ganhou vários prêmios como o Oscar e Globo de Ouro de melhor filme estrangeiro, entre outros, sendo o primeiro filme latino a receber tais honrarias. Além das indicações ao Palma de Ouro (1985) e o Oscar pelo melhor roteiro original (1985). (Disponível em http://www.videomaniaticos.com/comprar/ficha_actores.asp?id_personaje=247 Acesso em 12 de Agosto de 2012 às 12:34)

Para abordar essa temática, o diretor construiu duas personagens centrais Gaby (Anália Castro), filha de desaparecidos políticos, e Alícia (Norma Aleandro), sua mãe adotiva. Depois de uma conversa com uma antiga amiga que acabara de voltar do exílio, Alícia suspeita que Gaby pode ser filha de antigos presos políticos e que foi, portanto, roubada de seus pais. A trama se desenrola em meio à constante busca de Alícia por notícias sobre o nascimento de sua filha, até que ela confirma suas suspeitas e descobre também a participação de seu marido, um empresário que enriqueceu fácil nos anos do regime. Sua omissão em crimes como o roubo de bebês, dos quais sua filha também foi vítima fica clara.

Segundo Novaro e Palermo (2007), o projeto de reorganização nacional dividiu o dia a dia dos argentinos em dois "mundos" opostos, o "mundo da segurança" e o "mundo do temor". Para uma parcela da população, a ditadura foi percebida como a restauração da ordem perdida. Testemunhava-se que havia uma segurança impressionante nas ruas da cidade e que se alguém era preso era por completo merecimento. Somente depois, muitos se deram conta de que não se perseguia somente os ditos guerrilheiros e que suas vidas eram de uma forma ou de outra afetadas, como é o caso da personagem Alícia, em *A História Oficial.*

No filme, Alícia é uma professora de História que, acostumada com os relatos oficiais dos livros, inibe o seu senso crítico e questionador. Uma jovem senhora de classe média que caminha desatenta à situação atual do seu país e se mostra totalmente aquém dos intensos conflitos pelos quais passava a Argentina nos últimos anos. Já o seu esposo se manifesta conivente com a situação do país, sendo possível perceber na trama, que de alguma forma ele estava envolvido em confabulações suspeitas. Isso é ainda mais notório pelo fato de ter sido ele o responsável pela compra da filha adotiva, Gaby.

Em vários momentos ele, Roberto, se mostra tenso quando sua esposa Alícia faz questionamentos acerca da menina.

Nos encontros do casal com amigos de mesma classe social, é explícita a forma como eles encaram a situação da Argentina. Sempre ordeiros, tratando as prisões e desaparecimentos como algo fora de suas realidades, dão a entender que o país realmente precisava de uma limpeza contra a dita subversão. Isso configura muito bem o "mundo da segurança" ao qual Novaro e Palermo (2007) se referem, um mundo onde se encontrava uma parte da população que se via distante da realidade de perseguição e tortura dos presos políticos: o *"'Não é conosco'* é a fórmula que sintetiza um modo de tomar distância do medo", (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 175) nesse sentido, a perda da democracia não teria sido um preço tão alto mediante a segurança e a tranquilidade que se almejava.

Essa parcela da população acreditava, ou pelo menos fingiam acreditar, que àqueles que eram perseguidos, só o eram porque de alguma forma mereciam, sendo que bons motivos deveria haver e que, até que isso não lhes afetasse diretamente, viveriam alheios a essa realidade. "Havia montes de coisas que não me pareciam más e hoje me parecem péssimas. Mas acho que me parecem péssimas porque tenho uma irmã desaparecida" (Depoimento em Dabenigno*et al.*, 1999 Apud Novaro; Palermo, 2007, p. 175) Assim, estar e se sentir seguro era o mais importante para fechar os olhos diante das tragédias. A professora Alícia vivia a sua vida bastante tranquila até que o seu mundo começa a mudar drasticamente quando se vê cada vez mais envolvida nas questões que envolvem o fato de Gaby ser, na verdade, filha de desaparecidos políticos.

O mundo do temor começa a se configurar bem antes de 1976, mas a partir deste ano o medo começa a ser uma constante bem mais acentuada no dia a dia dos argentinos. Uma forte repressão se consolida através da *Doutrina de Segurança Nacional.* É notório em *A História Oficial,* de que forma funcionava essa perseguição aos "subversivos", principalmente através de uma amiga de Alícia que, ao voltar do exílio, conta detalhes de seu seqüestro e prisão. Além do momento do encontro entre a verdadeira avó de Gaby e Alícia, no qual a senhora discorre sobre a vida dos possíveis pais da menina. Até então, Alícia não tinha a dimensão do que era pertencer a este mundo do temor, ela só conhecia efetivamente a versão que o governo queria que ela soubesse, a oficial.

O mundo do temor se configura no filme de diversas formas: na omissão da igreja em favor do regime, quando Alícia procura ajuda de um padre em uma confissão,

em meio ao ápice de suas dúvidas sobre a origem da filha, fato esse presente nos acontecimentos que envolvem a vida do casal de desaparecidos, pais biológicos de Gaby, na de sua avó, da amiga de Alícia, e em cenas, como por exemplo, a da manifestação das mulheres da praça de maio, onde a avó de Gaby luta pelo direito de ter notícias dos desaparecidos.

No mais, é possível perceber que o filme dialoga o tempo inteiro com mundos antagônicos, mas que se interligam desenfreadamente. É o oficial *versus* a voz dos excluídos, é a segurança driblando o temor através da frieza e apatia, são as visões de mundo diferentes se misturando para trazer a imagem de que nem sempre uma posição privilegiada oferece a isenção de experiências indesejadas.

Referências Bibliográficas

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983**: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática – tradução Alexandra de Mello e Silva. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

LIDA, Clara E. ; CRESPO, Horacio; YANKELEVICH, Pablo. **Argentina, 1976** : Estudios em torno al golpe de Estado. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica: El Colegio de México, 2008.

DUQUE, Luiz Guilherme Ritta. **Do Oscar ao Oscar: Ditadura Militar na produção cinematográfica recente da Argentina.** Disponível em: www.facos.edu.br/galeria/118102011050310.pdf. Acesso em 10 de abril de 2012 às 10:59.

FERRO, Marc. **Cinema e História** – tradução de Flávia Nascimento – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MORETTIN. Eduardo Victorio. O **cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro**. Revista História: Questões & Debates, Curitiba, n. 38, Editora UFPR, p. 11-42, 2003.

KORNIS, Mônica Almeida. **História e Cinema: um debate metodológico**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 237-250..

Referências audiovisuais

PUENZO, LUIS. **A História Oficial**. Argentina. 1985. DVD-ROM (112 min). Colorido, legendado em português.

MARCO, BECHIS. **Olimpo Garage**. Itália. Paris filmes. 1999. DVD-ROM (98 min). Colorido, dublado.

KARMIM, Bebe. **Los chicos de la guerra**. Argentina. 1984. DVD-ROM (105 min). Colorido.

PIÑEYRO, Marcelo. **Kamchatka**. Argentina. 2002. DVD-ROM (105 min) Colorido. Com legenda em português.

REPÚBLICA, CORONÉIS E INSUFICIÊNCIA POLICIAL NO INTERIOR BAIANO NA REPÚBLICA VELHA

Autor: Alisson Gonçalves Barbosa
Mestrando em História – UFS.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Maza (DHI-UFS)

A Bahia na Primeira República (1889 – 1930)

É sabido pelos historiadores que a Bahia mantinha uma posição política de destaque no Império. De acordo com *Silvia Sarmento (2011)* foi à província que mantinha a maior participação nos gabinetes ministeriais no período imperial, representando um total de 19,16% dos ministros, superando a sede da corte o Rio de Janeiro com 18,27%. Enquanto que em todo período correspondente à República Velha 1889 á 1930 apenas Manuel Vitorino assumiu á presidência da República, mesmo assim devido à doença de Prudente de Morais. No quadro de ministros apenas 13 eram baianos durante todo período.

A maioria dos políticos que dominavam a política baiana no período imperial e no inicio da primeira República, eram majoritariamente emanados da elite agrária tradicional (do açúcar), que por sinal vinham perdendo espaço político, para á região centro-sul do país principalmente São Paulo com a produção do café. Essa perda de

espaço político e econômico não se resumia á Bahia, mais sim a todos os Estados que compreendem o que depois seria configurado enquanto região nordeste, ou seja, a Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas importantes produtores de açúcar como assinala *Denis Bernardes (2007).*

A ascensão da República em 1889 redefiniu a política institucional brasileira, ela abandona o modelo tradicional ancorado na centralidade do Império para se tornar aquilo que Francisco de Oliveira (1977) define como uma "federação oligárquica". Em tese isso significava uma maior autonomia para as elites locais e consequentemente o seu fortalecimento. Entretanto, no plano econômico, os Estados do nordeste se viam amargados em prejuízos devido à decadência do açúcar, em relação à participação nas exportações nacionais. Além disso, a transição do trabalho escravo para o livre dificultou ainda mais a vida dessas elites á margem esquerda do São Francisco, uma vez que a região carecia de recursos para financiar a vinda de trabalhadores europeus, como estava ocorrendo no centro-sul. É nesse momento da história brasileira que ganha fôlego um discurso de identidade regional em torno do que se configuraria a ser região nordeste. Discurso esse calcado principalmente sobre a questão do problema das secas na região, uma vez que é na primeira República criado o IOCS (Inspetoria de obras contra as secas).

Cabe ressaltar que os Estados da Bahia e Sergipe faziam parte à região leste do Brasil região e que só seriam incorporados oficialmente à região nordeste no período posterior a criação da SUDENE (Superintendência de desenvolvimento do Nordeste) em 1959, embora sofressem do mesmo problema das secas.

Já vimos que o período do nascimento da República brasileira foi marcado pela ascensão econômica e política da região sul, capitaneada por São Paulo, sobre a região norte. Sobre a Bahia, podemos observar que o peso econômico era pouco expressivo, representando apenas 6,72% do total das exportações brasileiras, embora possuísse uma produção mais diversificada dos seus vizinhos do norte, com a produção de cacau, algodão, fumo e cana e o oitavo lugar na produção industrial. Uma situação bastante incômoda para as elites baianas que tanto gozaram de prestigio e poder no período imperial, terra de grandes estadistas de alto relevo como o barão de Cotegipe, o visconde de Rio Branco, o conselheiro Dantas que se gabavam de seu "sangue azul".

A dinâmica de apropriação e conquista de poder na primeira República na Bahia foi feita por aqueles que anteriormente foram monarquistas até as vésperas da mudança de regime como assinala *Consuelo Novais Sampaio (1998)*. O sistema eleitoral brasileiro fundava-se na dinâmica do coronelismo, que funcionava dá seguinte maneira: os chefes políticos locais principalmente no interior notadamente rural pressionavam os eleitores a votarem em seus candidatos, o chamado voto de cabresto, em troca de favores a serem feitos pelo governador eleito, notadamente construções de estradas, pontes, empréstimos etc. Vale apena lembrar que esse sistema predominou em todo Brasil e não apenas na região nordeste, aonde esta mais cristalizada no imaginário brasileiro a presença dos coronéis. Esse sistema só entraria em colapso de acordo com Vitor Leal (1976) a partir da nossa crescente urbanização, da invasão das nossas cidades pela população egressa do campo e do movimento colateral da industrialização.

O processo de industrialização foi muito efêmero na região nordeste, daí o porquê dá maior sobrevida das oligarquias nessa região, aonde persistia a presença do latifúndio, da baixa produtividade industrial e da fraca urbanização, embora Salvador fosse a terceira maior capital com cerca de 280 mil habitantes em 1920. A primeira era a capital federal o Rio de Janeiro com 1 milhão de habitantes em 1920.

Polícia e política na Bahia

O nordeste é caracterizado como região dos coronéis, desconsiderando que o coronelismo foi um fenômeno nacional, da seca como se não houvesse áreas úmidas na região e por fim como enfatiza *Durval Muniz de Albuquerque (1999)* "terra da bala, do fogo e da morte". Para discutirmos um pouco sobre o porquê dessa representação sobre essa região nos situaremos na região da Bahia, o maior Estado da região nordeste.

Já sabemos que a Bahia bem como os demais vizinhos ao norte não gozavam de uma posição política e econômica confortável na nascente República, embora caiba ressaltar que as divergências em torno da participação política e econômica, emanaram ainda na segunda metade do século XIX. Essa fragilidade era aliada ao sistema eleitoral, ancorada na figura central dos chefes políticos do interior os chamados coronéis. Além de tudo isso o território baiano era de enormes proporções, muitas delas distantes do centro de decisão, ou seja, a capital Salvador e não esqueçamos que a Bahia carecia de transportes rápidos, com exceção da ferrovia de Salvador á Juazeiro e da ferrovia central

da Bahia, a expansão ferroviária ficou limitada a uma área relativamente próxima da capital e do recôncavo.

A Bahia possuiu durante toda a primeira República um efetivo policial de proporções exíguas, além de desprovida de condições técnicas, a polícia se mostrava deficiente e incapaz de prever e coibir o problema criminal como assinala *Alcides Palma (1978).* Favorecia a persistência da ocorrência de crimes e desmando no interior baiano. Nesse período era muito comum o envio de mensagens e ofícios de delegados e juízes lotados nas comarcas interioranas, solicitando o aumento dos seus respectivos destacamentos, como o oficio enviado pelo Juiz Arthur Ferreira Bandeira da comarca de Riacho de Santana em julho de 1913.

> Comunico a V. EXª que tendo sido chamado para esta capital o sargento comandante deste termo e com ele a única praça aqui existente, ficando, portanto sem praça o destacamento desta Vila, peço a V. EXª que providencie afim de seguir portanto para este termo as praças que achardes conveniente para a manutenção da ordem e cumprimento atos judiciais deste termo [1].

Esses ofícios eram enviados ao secretário de Segurança Pública, uma vez que ele se constituía como autoridade máxima sobre as forças policiais do Estado. No conteúdo dessas correspondências podemos identificar diversos problemas que ocorriam devido à falta das forças policiais, tais como a falta de guarda nas cadeias e a dificuldade de combate à criminalidade como se pode verificar em um ofício enviado pelo presidente do Tribunal de Apelação e Revista do Estado da Bahia, no qual o mesmo afirma.

> Que por várias vezes venho solicitando da chefatura de polícia e segurança pública providências para que tenham as cadeiras, digo cadeias à guarda indispensável e apesar disto o destacamento de praças moribundas foi sendo cada vez mais diminuído a ponto de estiverem atualmente: 1 soldado doente, 1 cabo e um sargento [2].

O Juiz ainda relata que o serviço do grande júri, ou seja, o julgamento dos apenados da comarca de Riacho de Santana só não foi adiado devido à nomeação de dois presos que serviram de guarda na cadeia durante os dias em que ocorreram as seções e foram dispensados posteriormente. Logo podemos perceber a carência de

efetivo mínimo para a realização de atividades rotineiras como a guarda das cadeias e a escolta dos apenados até o tribunal.

Mas as dificuldades não paravam por aí. A falta de efetivos criava uma sensação de insegurança para as localidades longínquas do Estado, na comarca de Conquista, por exemplo, o juiz de direito emitiu um oficio externando a sua aflição com o que estava ocorrendo na região.

> A falta de praças neste termo vai arrumando os maus a ponto de se assaltar a casa de fazendeiros como aconteceu a poucos meses, onde foi barbaramente assassinada a esposa do fazendeiro. Agora mesmo acaba de ser descoberto um crime hediondo de defloramento e consecutivo assassinato da vítima e de um irmão desta, sendo encontrado um dos cadáveres [3].

Ainda no documento o juiz enfatiza que poderia ir ainda mais longe, em relação á necessidade do aumento do número de praças da comarca, salientando que seriam necessários pelo menos 10 soldados para realizar as necessárias atividades no termo. Informa também que "com a insuficiência de praças nenhuma diligência de caráter policial se pode fazer e os crimes vão se sucedendo um após o outro, sem que sequer o próprio policiamento da cidade possa ser feito" [4]. Por fim o magistrado pede providências ao secretário de segurança pública, salientando que já havia oficiado também ao Delegado Regional no mesmo sentido.

Nesse período, podemos observar que os serviços policiais eram utilizados nas eleições a figura do delegado de polícia consistia numa peça fundamental, no processo eleitoral uma vez que as eleições eram decididas com a imposição do voto aos eleitores (voto de cabresto) e fraudes nas urnas coletoras. Os governistas usavam a própria polícia para efetuar as fraudes, enquanto os que eram oposicionistas tinham ao seu lado um grande número de jagunços. *Consuelo Novais Sampaio (1998)* cita um fato ocorrido em Ilhéus.

> Em Ilhéus, por exemplo, o mesário era um dos elementos do chefe oposicionista local, coronel Augusto Sá. Depois de haverem garantido a derrota dos situacionistas, encontravam-se ambos conversando na casa do coronel, quando por ela penetrou o subdelegado de polícia, cercado de vários capangas, e á força arrastou o mesário para que também assinasse a ata que já tinha sido lavrada pelo bicório governista. (SAMPAIO, 1996, P.83)

Para garantir á vitoria se valia de tudo: compra de votos, intimidações, relações familiares, e para se conseguir tudo isso só era possível com o apoio dos chefes locais. Essas práticas em parte foram um dos motivos que mantiveram o poder político desses grupos locais por tanto tempo na Bahia, bem como na região nordeste.

Como pudemos ver os crimes ocorriam como se ocorre em qualquer sociedade desestabilizada, na qual os criminosos e os chefes políticos se sentiam a vontade, uma vez que os destacamentos policiais eram insignificantes, e até mesmo a própria polícia podia ser utilizada para a manutenção daquele sistema.

As regiões interioranas sofriam duplamente. Primeiro com a situação climática que castigava os sertanejos e depois com a formação de uma República que tinha um projeto que negava os indesejáveis, elites dirigentes essas que se espelhava em Paris, que desejavam a "civilização" alargando suas avenidas, mesmo que custasse a moradia daqueles que nada possuíam, causando a favelização de suas "metrópoles civilizadas". Até mesmo a Bahia teve seu momento de se "civilizar" como observou Rinaldo Leite (1996) quando da primeira administração do governador José Seabra (1912- 1916) no qual o mesmo realizou importantes intervenções urbanas em Salvador, seguindo o modelo carioca também inspirado a lá francesa.

Após o fim do Império restaria às elites regionais nordestinas, incluindo a baiana, senão as lembranças dos seus dias de glória como tanto fizeram lembrar seus importantes intelectuais, filhos da elite açucareira, entre eles o proeminente Gilberto Freire que fazia de suas obras um discurso daquilo de onde estariam as verdadeiras raízes históricas do Brasil, que agora só existia na memória, vivendo um presente ingrato que lhe negava as origens e via no futuro, na modernidade em São Paulo o Brasil que deveríamos ser.

NOTAS

[1] Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB. Correspondências expedidas e recebidas, SSP cx 6447 maço 02. Juízo de direito da comarca de Riacho de Santana. 3 de jul. de 1913.

[2] APEB Correspondências. SSP CX 6450 MAÇO 03. Tribunal de Apelação e Revista. 14 de maio de 1913.

[3] APEB Correspondências SSP CX 6447 Maço 02 Juízo da comarca de Conquista, com sede em Condeúba, 23 de out. de 1913.
[4] Idem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras Artes*. Campinas, SP: Recife, PE: Cortez/ Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

BERNARDES. Denis de Mendonça. "*Notas sobre a formação social do Nordeste*". In: Lua Nova, no.71, São Paulo, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452007000200003.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: O município e o regime representativo na Brasil*. São Paulo. Editora Alfa e Ômega, 1976.

LEITE, Rinaldo. *E a Bahia civiliza-se... Ideias de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana, Salvador 1912 – 1916*. Dissertação de Mestrado em Historia, UFBA, 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, nordeste, planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PALMA, Alcides Passos. *História da policia civil da Bahia*. Empresa gráfica da Bahia, 1978.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos na Bahia na primeira República: Uma política de acomodação.* Salvador. Editora EDUFBA, 1998.

SARMENTO, Silvia Noronha. *A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana na primeira República*. Salvador: EDUFBA, 2011.

FEITICEIRO OU JUDEU? UMA ANÁLISE DO CASO DE JOÃO BAPTISTA LAROCA

Autor: Nilton Bruno Feitosa Santana
Graduando em História; CNPq / UFS.
nbrunofs@yahoo.com.br.

Orientador: Prof. Dr.º Marcos Silva (DHI/UFS)
silva.marcos@uol.com.br

Análise do Processo

No início do século XVIII havia em Lisboa uma agitada comunidade italiana. Originários das mais diversas localidades da Península itálica, eles se reuniam em uma estalagem para debater assuntos diversos, inclusive religiosos. Alguns personagens e parte do conteúdo dessas conversas ficaram registrados na história através de um singular processo do Tribunal do Santo Ofício guardado nos Arquivos da Torre do Tombo, em Portugal.

Os personagens se envolveram com a Inquisição porque dois deles procuraram as autoridades religiosas para denunciar um conterrâneo que lhes apresentara ideias heterodoxas. Ora, a fragmentação política da Itália durante os tempos modernos é por demais conhecida. Entre o século XVI e início do século XVIII a península itálica era geopoliticamente dividida em três regiões principais: Os Estados Papais, na área Central; O Reino das Duas Sicílias, oficialmente pertencente à Espanha, ao Sul; e o Norte da Itália, um mosaico de cidades-estados independentes. Chama a atenção à diferença de regiões italianas das quais eram oriundos os personagens envolvidos, tanto os denunciantes quanto o denunciado.

Os dois denunciantes chamavam-se Miguel Mileti e Caetano Barrilaso e eram naturais da Sicília, Ilha localizada ao Sul da Península Itálica. O denunciado foi João Baptista Laroca, da região do Piemonte, no Noroeste da Itália. O primeiro denunciante é tratado como "Dom" Miguel Mileti e era sacerdote do hábito de São Pedro que trabalhava em Lisboa, trinta anos de idade. O segundo denunciante era natural da cidade de Palermo, solteiro, de vinte e nove anos de idade, fabricante de cordas, que encontrou o denunciado em uma viagem de navio e que também utilizava a referida estalagem como local de negócios.

Dentre outros crimes, João Baptista Laroca foi acusado pelo padre Miguel Mileti e por Caetano Barrilaso de ser judeu e fugitivo dos cárceres da Inquisição na Ilha de Ceuta. Para entender os bastidores da denúncia que os dois sicilianos fizeram contra o

piemontês é necessário levar em consideração as especificidades e diferenças entre essas regiões.

Historicamente, a relação dos estados italianos do norte com os judeus foi bastante diferente da relação que os territórios do sul, sob domínio espanhol, mantinha com os mesmos. A partir da formação do Reino das Duas Sicílias, em 1442, a região esteve sob domínio Espanhol. Até que o Tratado de Utrecht, em 1713, determinou que a Sicília deixasse de pertencer à Espanha e passasse ao domínio do Piemonte.

Dessa forma, quando em 1492 os Reis Católicos, Fernando de Aragão e Isabel de Castela, expulsaram os Judeus do território espanhol, a comunidade judaica da Sicília também foi desalojada. No norte e centro da Itália a situação era diferente. As cidades, constituídas em Estados, preservando sua independência através do governo de famílias nobres locais, mantinham interesses comerciais que implicavam numa política de maior tolerância para com os judeus.

Portanto, cidades como Ferrara, Gênova, Livorno e Veneza se notabilizaram por permitirem que os Judeus residissem em seu território. No episódio da diáspora dos judeus da Península Ibérica, a partir do final do século XV, as cidades do norte da Itália, além de uma legislação mais flexível para com os sefarditas, serviram de ponte entre o mundo ibérico e o oriente, principalmente o Império Turco.

Diante dessa realidade, o fato dos denunciantes serem de uma região recém-saída do domínio da Espanha, a "ponta-de-lança da Contra-Reforma", na expressão de Jacob Burckhardt (2009, p. 114), e agora submetida ao domínio do Piemonte, terra do delatado, não pode ser ignorado. Para se ter uma ideia do sentimento que à época prevalecia entre os povos sob domínio das cidades-estados italianas, Braudel (1995, p. 182), referindo-se ao domínio de Gênova sobre outra importante ilha mediterrânica, a Ilha de Córsega, afirma que a mesma era considerada pelos corsos como "a abominável *Dominante*".

A denúncia foi feita em Maio de 1724, onze anos após a secular dominação espanhola sobre a Sicília, "o celeiro do Mediterrâneo", segundo Braudel (1995, p. 654), haver passado para as mãos do Piemonte. Nessa época, a região do Piemonte era governada por Vittorio Amedeo II (1666-1732) que ainda muito jovem recusara-se a casar com a filha de D. Pedro II, rei de Portugal.

Os piemonteses festejaram com orgulho tal recusa de casamento que poderia transformar o Piemonte em uma região subordinada a Portugal. Para se livrar da influência francesa em seu ducado, Vittorio Amedeo II aderiu a "Léga de Augusta"

formada entre as principais potencias europeias para contrastar com o poderio francês. Seu governo é marcado pela constante reivindicação de independência do Piemonte diante das grandes potências europeias.

Portanto, existem motivos para conjecturar-se que os sentimentos que moveram os denunciantes contra João Baptista Laroca extrapolavam o preconceito contra os de origem judaica cultivado nas regiões sob domínio espanhol. Os denunciantes também moviam-se por questões da política de sua terra natal, a Sicília, numa espécie de vingança xenófoba.

Com relação às denunciações feitas, Sonia A. Siqueira (1978, p. 245) descreve o procedimento padrão:

> "Apresentava-se o denunciante à Mesa da Inquisição, (...) Admitido, declarava nome, condição, procedência, moradia, filiação, profissão, idade e estado civil. Em seguida, prestava juramento sobre os Evangelhos, juramento que garantia a veracidade do que ia contar. Narrava então os fatos, buscando o mais possível a precisão dos detalhes: local, hora e tempo do acontecido, testemunhas presentes, com especificação de nomes, profissões e moradias...."

Esses trâmites podem ser observados no processo de João Baptista Laroca. Porém, chama atenção a ênfase constante à sua ocupação. Por Via de regra ele foi descrito como sendo "artilheiro" em um veleiro que viajava para a Ilha de Córsega. Quando o próprio João Baptista Laroca foi interrogado, na primeira sessão, de Genealogia, ele pôde esclarecer que trabalhava nos navios da "Companhia de Córsega". A esse respeito, uma informação importante aparece na denúncia do padre Miguel Mileti. Ele afirmou que João Baptista Laroca era "contratador" em um Navio para a Ilha de Córsega.

Eis um indício que merece ser explorado. Ao considerar-se o principal local de destino das viagens de João Baptista Laroca, a Ilha de Córsega, está se tratando de uma região geopolítica complexa, chamada por Fernand Braudel de "mundo tirreno". Na sua análise, o Mar Tirreno sempre foi sujeito às influencias dos "mundos vizinhos" e às contingências de uma história movimentada. Com portos importantes, nunca foi dominado, de forma exclusiva, por um poder político ou civilização, excetuando a hegemonia romana na antiguidade. (BRAUDEL 1995, pp. 138, 139).

Em um caso específico a hegemonia foi secular, ainda nos tempos modernos. No período compreendido entre o século XIII e meados do século XVIII a Córsega esteve sob o domínio da cidade-estado italiana de Gênova, que transformou a Ilha numa zona de produção de cereais. Ora, além da proximidade geográfica de Gênova com o Piemonte, região de origem de João Baptista Laroca, e de suas constantes viagens de trabalho à Ilha de Córsega, outros detalhes revelados no Processo da Inquisição ligavam João Baptista Laroca à Genova e à sua possessão insular.

João Baptista Laroca era natural de Murialdo, marquezado da Casa do Principado de Piemonte, há época em que foi delatado ao Tribunal do Santo Ofício estava com trinta e quatro anos de idade e declarou-se filho de João Agostinho, lavrador, e de Maria Margarida, de Gênova.

Percebe-se que os laços de João Baptista Laroca com Gênova não são propriamente casuais. A relação se intensifca quando se estuda a história da cidade e se descobre que Gênova foi controlada durante os tempos modernos pela *Casa de San Giorgio* (1407-1805), banco pertencente às poderosas famílias genovesas Grimaldi e Serra e que, "foi o organismo de crédito mais aperfeiçoado que a Idade Média conheceu" (BRAUDEL, 1995, p. 359).

Assim, a poderosa *Casa de San Giorgio*, tornou Gênova "a primeira cidade financeira do Mundo" e, a partir de uma aliança celebrada com a Espanha em 1528, conseguiu transformar o século XVI, no "século de Gênova", segundo designação de Braudel (1995, p. 359). No século XVII, o Banco se envolveu no comércio marítimo, competindo com a Companhia Holandesa das Índias Orientais e a Companhia Inglesa das Índias Orientais. A Casa de San Giorgio surgiu em 1407, servindo para um maior controle das finanças públicas por credores das ricas famílias da cidade. Seu capital era dividido em ações denominando os acionistas como *collonanti*, por conta de suas ações serem anotadas em colunas de forma escritural. Foi confiada à Casa de San Giorgio a arrecadação de impostos em Gênova. O banco emprestou parte dos seus fundos ao governo e recebeu em troca propriedades na Ligúria, na Ilha de Córsega, no Mar Negro e no Mar Mediterrâneo. (DURANT, 2002, p. 144).

Percebe-se então que João Baptista Laroca, empregado como artilheiro e "contratador" da Companhia da Ilha de Córsega, em última instância, trabalhava para uma das instituições financeiras mais poderosas da época Moderna, controladora da cidade de Gênova, e que emprestava dinheiro aos principais monarcas da Europa.

O conteúdo das denúncias

De acordo com a denúncia feita pelos dois sicilianos, João Baptista Laroca já havia sido penitenciado pelo Santo Ofício da Inquisição de Sevilha, na Espanha. Fora condenado ao degredo na Ilha de Ceuta, onde permanecera por doze anos até fugir "por terra de Mouros". Ele teria se dirigido a Argel, onde se declarou judeu. Sendo os mercadores judeus importantes no comércio de algumas cidades do Império Otomano como Bagdá, Túnis e Argel, grande parte deles de origem espanhola, destacavam-se no comércio. Depois, viajou para Portugal.

Além dos precedentes, de ser fugitivo do degredo em Ceuta e haver se declarado judeu, os denunciantes acrescentaram uma informação que tornou-se o principal aspecto investigado pelo Tribunal do Santo Ofício no Processo instaurado contra João Baptista Laroca: O réu afirmara que possuía um livro intitulado "Carcanho de Adamo", o qual continha, por artes diabólicas, o segredo de alguns tesouros, como o de fazer a "pedra filosofal".

O ritual é descrito em detalhes:

Segundo D. Miguel Mileti, detinha um Livro chamado "Carcanho de Adamo" que tinha alguns segredos da "Quimia", referindo-se aos alquimistas e a busca pela Pedra Filosofal já citado anteriormente.

O ritual começa com o livro e fazendo-se primeiro uma missa do Espírito Santo, pondo ao lado do Evangelho um pergaminho, no qual o tivesse escrita o que cada um dos participantes deseja-se. Mais adiante refere-se de que no ritual havia um pouco de água benta do Sábado Santo e óleo dos enfermos. E depois saia ao campo com um Livro e, metendo-se no círculo com o Livro na mão, lhe aparecia o demônio em forma de mulher, depois de Leão e depois de homem. A partir de então podia pedir o que quisesse que teria seus almejos atendidos.

> "Lhe apareceria o demônio primeiro em figura de mulher, depois de Leão, e ultimamente de homem, e que então se lhe podia perguntar, ou pedir o que se quisesse."
> (IAN/TT, IL, Processo de João Baptista Laroca)

O segundo denunciante, Caetano Barrilaso disse que o ritual era tão eficaz que todos que o participavam conseguiam aquilo que pretendiam, e acrescentou que o

circulo na terra era feito uma hora antes de amanhecer, assim como todo os procedimentos. E que ao "Demônio" apresentar-se para atender os pedidos, o denunciante notou que se mostrava um pergaminho que se representava um sino e que na mão e estava "semeado" por vários números.

A Cabala Prática e o Processo

Devemos tomar o devido cuidado porque a descrição do ritual é feita por denunciantes que desconheciam o conteúdo real do que estava sendo praticado, olhando o ritual com o véu do preconceito que na época já estava enraizado.

O que mais vale a pena ressaltar é a mística por trás do ritual, pois, embora se trate de baixa magia, ou seja, uma magia mais popular e que invocava entidades sobrenaturais para obter bens terrenos. Notamos que tais práticas são bem comuns entre os cristãos-novos e também na Cabala pois, O Livro de Raziel escrito na Antiguidade também tratava das mais variadas formas de magia. Passando da Quiromancia, fisiognomancia, cartomancia e dentre outras práticas mágicas. O Hebraico tão presente no Grimório Clavícula de Salomão é também evidenciado pelo processo, pois, as letras Hebraicas e Gregas encontram-se dentro do Círculo descrito no ritual. Podemos notar no conhecido Grimório de São Cipriano e na Cabala o uso de símbolos como o Selo de Salomão (Pentagrama) e a Estrela de Davi (Hexagrama) com o mesmo significado. De alguma forma os judeus de tradição cabalística encontraram nos Grimórios uma maneira de perpetuar os conhecimentos sobre a magia, devido às proibições acerca da religião judaica com o passar do tempo. Pode

Conclusão

João Batista Laroca, pessoa denunciada por judaizar e ser fugitivo da Inquisição de Sevilha, na Espanha. Revelá-nos a complicada situação política das cidades-estados italianas e a potência econômica da Casa de San Giorgio sem o qual não seria possível contar a História de Gênova. O Processo é detido no momento histórico pelos quais passavam o Piemonte, a Sicília e sobretudo Gênova e o seu domínio sobre a Ilha de Córsega. O Processo refere-se o tempo todo a regiões banhadas pelo Mar Mediterrâneo, passando da Península Itálica a cidade Otomana de Argel. Bem como a Espanha e Portugal. Teve que se obter uma explicação breve sobre as condições sócio-economicas de cada local por onde João Batista Laroca passou e é evidenciado no seu processo.

O conteúdo das denunciações revela nitidamente a Cabala Prática e seus ensinamentos Ocultistas revestidos de Grimórios, em práticas mágicas que não são perceptíveis aos olhos dos denunciantes e dos inquisidores. Mostrando a relação que a Cabala tem com aquilo que chamavam de feitiçaria ou magia e até mesmo, de forma pejorativa, de Ocultismo. E as estratégias que os judeus e seus descendentes utilizaram para fazer prevalecer os ensinamentos místicos de sua religiosidade.

REFERÊNCIAS

BONFIL, Roberto. A Presença Sefaradi na Itália: O impacto de 1492. IN: Ibéria Judaica: Roteiros da memória./ coordenadores, Anita Novinsky, Diane Kuperman; Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1996.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II**. 1º Volume, 2ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

BURCKHARDT, Jacob. **A Cultura do Renascimento na Itália: Um ensaio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Clavícula de Salomão: As chaves da magia cerimonial / organização e apresentação Irene Líber – Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

DARNTON, Robert. **Os Dentes Falsos de George Washington: Um guia não convencional para o século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DURANT, **A História da Civilização V - A Renascença.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os Vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GREEN, Toby. **Inquisição: O reinado do medo** Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

HOURANI, Albert. **Uma História dos Povos Árabes.** Companhia das Letras. São Paulo:2006.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberal na América Latina.** São Paulo: Boitempo, 2002.

MORRISSON, Cécile. **Cruzadas**. 1ª Edição. Porto Alegre: Editora L&PM, 2009.

ORTEGA, María Helena Sánchez. Sorcery and Eroticism in Love Magic. IN: Cultural Encounters: the impact of the Inquisition in Spain and the New World. / edited by Mary Elizabeth Perry and Anne J. Cruz. Los Angeles: University of California Press, 1991.

PATAI, Raphael. **Os Alquimistas Judeus: Um livro de história e fontes**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

São Cipriano: Legítimo Capa Preta. Autor: Pierre Dumont. São Paulo:Madras Editora, 2009.

SCHOLEM, G. G. **A Cabala e seu Simbolismo**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SEPHER HA-RAZIM : The book of the mysteries translated by Michael A. Morgan. Published 1983 by Scholars Press in Chico, California . Written in English.

SIQUEIRA, Sonia Aparecida de. **A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

Referência Manuscrita

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT) – Inquisição de Lisboa, Processo de João Batista Laroca, nº 3319; Código de Referência: PT/TT/TSO-IL/028/03319. Data de Produção:20/05/1724-30/10/1724.

Disponível em: http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2303270.

O MEDIEVO NA OBRA DE J.R.R. TOLKIEN: APONTAMENTOS INICIAIS PARA UMA PESQUISA MONOGRÁFICA

Autor: Andrey Augusto Ribeiro dos Santos
Graduando em História - UFS
Bolsista PET História - UFS
andrey_long@hotmail.com

Orientador: Prof. Msc. Bruno Gonçalves Alvaro (DHI/UFS)
Pesquisador do Vivarium – Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo (Núcleo Nordeste)
brunoalvaro@ufs.br

Introdução

A Idade Média tem sido um tema frequentemente abordado por diversos tipos de produtos do mercado do entretenimento como, por exemplo, filmes, livros, séries, músicas, desenhos animados, etc. Dentro desse contexto, um dos trabalhos que mais se destaca é o conjunto de obras que contam a história do mundo fictício denominado de Terra Média, escrito por John Ronald Reuel Tolkien, ou como ficou mais conhecido

J.R.R. Tolkien, das quais a mais conhecida é a sequência de três livros intitulada “O Senhor dos Anéis”.

Devido sua amplitude, exerce grande influência em diversos ramos midiáticos, ao tempo que continua em destaque no senso comum, graças a trilogia cinematográfica de mesmo nome lançada entre os anos de 2001 e 2003 dirigida pelo diretor Peter Jackson. Além desta, uma nova trilogia dirigida pelo mesmo diretor está para ser lançada, baseada na obra intitulada “O Hobbit” que tem o primeiro filme com lançamento marcado para o dia 14 de Dezembro de 2012 e o último previsto para o segundo semestre de 2014, esta história também se passa na Terra Média e também foi escrita por Tolkien.

Nascido na África do Sul na cidade de Bloemfontein, em 1892, aos três anos de idade muda-se para a Inglaterra, terra natal de seus pais. Tolkien, além de romancista, era doutor em letras e filologia, tendo sido, inclusive, professor universitário em Oxford, entre os anos de 1925 e 1945.

Em suas obras estão presentes vários aspectos tanto da vida quanto da formação acadêmica de Tolkien. Porém, selecionamos, para essas nossas reflexões iniciais, apenas dois.

O primeiro foi a sua formação como linguista e sua inclinação aos idiomas e mitologia nórdica, que influenciaram tanto o clima criado na obra, lembrando que o próprio cenário da Terra Média teria sido inspirado na Europa, quanto os vários dialetos usados pelos povos citados nos romances que, por sua vez, foram criados por Tolkien baseados em idiomas como o finlandês e o gaulês.

O outro aspecto que teria levado o autor a dar um tom “medieval” as suas criações teria sido, por mais contraditório que possa parecer, a sua participação nas duas grandes guerras do séc. XX. Ele foi convocado em 1916 e lutou na Batalha do Somme como subtenente no Segundo Batalhão de Fuzileiros de Lancashire, essa batalha, travada entre julho e setembro deste ano, ficou marcada como uma das mais sangrentas da Primeira Guerra e também como um grande desperdício de vidas, devido o fato do objetivo da ofensiva não ter sido alcançado. Na Segunda Guerra, apesar de não ter atuado como militar, viu seus filhos partirem para lutar.

Após passar por estes eventos, Tolkien teria desenvolvido uma grande aversão pelo progresso e tecnologia, o que o teria feito escapar para um mundo medieval na sua obra, como foi tão apontado pela crítica marxista que apontava a obra do autor como escapista e de baixa qualidade.

Neste contexto teria nascido a história de Frodo e sua jornada pela Terra Média. Assim, desde 1954, o universo do Senhor dos Anéis vem fazendo sucesso e influenciando uma geração de leitores, além dos famosos jogos de RPG, de videogame e vários outros segmentos da indústria do entretenimento atualmente.

Levando em consideração toda uma aproximação representativa do mundo medieval nestas obras de J.R.R. Tolkien, é que pensei em iniciar esta pesquisa sobre o impacto que "O Senhor dos Anéis" teve e ainda tem sobre o ramo do entretenimento e seus apreciadores. Contudo, como ainda nos encontramos no princípio das reflexões, nesta comunicação, apresentarei apenas alguns apontamentos sobre os diversos caminhos que terei pela frente ao trabalhar o Medievo nas obras de Tolkien.

Os passos iniciais da pesquisa

Uma das primeiras abordagens que me deparei foi a possibilidade do uso deste material em sala de aula, visto que a obra tem muitos exemplos que poderiam ser usados como ilustração numa aula de História Medieval.

Poderíamos, por exemplo, utilizar as ligações entre Théoden e Eomer – dois personagens do livro – como uma ilustração para introduzir os discentes ao tema das relações de poder no feudalismo. Vários outros aspectos da obra podem ser utilizados para contribuir como elementos introdutórios como os títulos hierárquicos, vestuários, e etc.

Porém, o medievo a partir de Tolkien tem duas formas documentais a serem exploradas: os livros e os filmes. Os livros provavelmente precisariam de um trabalho mais prolongado para poderem ser usados em sala de aula devido ao seu tamanho. Os livros da série "O Senhor dos Anéis" totalizam ao todo 1202 páginas, sem contarmos com "O Hobbit" e "O Silmarillion", outros livros de Tolkien que completariam o universo da Terra Média e que também não são de leitura rápida, e no caso do segundo nem leve também.

Já os filmes, por terem sido feitos em outro contexto histórico, quando o autor já não estava mais vivo, poderiam carregar outros tipos de discursos, diferentes dos presentes no livro, assim um professor em sala de aula também teria que se atentar a este fator. Isso se evidencia também como preocupação nos meus primeiros passos de pesquisa.

Um aspecto, por exemplo, que me chamou a atenção e que pretendo me aprofundar futuramente é a caracterização dos "orientais". Eles são descritos nos livros

como homens de pele escura vindos do sul. Levando em conta que a Terra Média teria sido geograficamente inspirada na Europa, esse "sul" literário se localizaria, provavelmente, no norte da África, digamos, real, e que na guerra narrada na obra de Tolkien, estão do lado de Sauron, senhor do escuro.

Nos livros isso apenas poderia ser mais um traço da inspiração do autor na Idade Média. Neste caso, nas guerras entre os cristãos e os islâmicos ou, até poderíamos inferir, um possível traço de xenofobia por parte do autor, como já vi ser levantado em alguns fóruns na internet.

Como já dito acima, o contexto é um traço muito importante e poderia ser mais uma possibilidade de caminho de estudo que podemos tomar. Neste caso, teríamos como preocupação estudar o porquê do autor ter usado uma ambientação medieval na sua obra.

De imediato, poderíamos apontar diversos motivos para isso, porém com o que já obtive com as minhas primeiras leituras bibliográficas sobre o tema, eu diria que posso inferir o seguinte, por Tolkien ser um homem do séc. XX e por ter sentido na pele os dois maiores eventos bélicos do século passado, as duas Grandes Guerras, ele teria se apropriado da Idade Média como um tipo de refúgio romântico a esta realidade vivida de forma tão intensa e dramática.

Para pontuar este aspecto particular de Tolkien como um homem que não acreditava mais na tecnologia e no progresso, cada vez mais presentes naqueles tempos de guerra em que a Europa estava envolvida, temos, por exemplo, os Orcs, ditos como seres decaídos e deformados com uma ambição descontrolada e uma obsessão por máquinas e coisas engenhosas. Eles aparecem como os eternos inimigos dos homens, sempre apontados como uma espécie de flagelo que destruía tudo para poder construir suas máquinas e alimentarem sua sede de destruição.

A estes seres poderia ser atribuído um paralelo da ambição humana pelo progresso, aparentemente, tão repudiada por Tolkien.

Outra característica também presente nas obras tolkenianas, tanto em "O Senhor dos Anéis" quanto em "O Hobbit", é o papel da natureza nas guerras contidas na sua narrativa. Animais e florestas eram umas das grandes vítimas do progresso e nos seus livros estes personagens são capazes de repudiar ações agressivas contra eles podendo até revidar de um modo violento.

Enfim, eu poderia citar vários outros traços que, na minha opinião, seriam uma consequência deixada pelas guerras não só em Tolkien, mas na maioria das pessoas que

viveram aquele conturbado período. Deste modo, volto mais uma vez a um dos principais motivos apontados para o sucesso de temáticas medievais até hoje, a fuga de uma realidade em que valores são reduzidos, deixando uma sensação de vazio tão citada na sociedade contemporânea que encontra uma saída em representações românticas da Idade Média que vão desde a visão mais romântica e "feliz", até aquela conhecida concepção de Idade Média sombria, de guerras e escuridão e é seguindo essa fórmula que a história de Frodo e seus companheiros segue fazendo sucesso até hoje, assim como várias outras séries e filmes que também seguem esta mesma temática da qual, com certeza, umas das mais conhecidas, senão a mais seria esta que pretendo trabalhar.

Conclusão parcial

Como apontei em todo este trabalho a minha pesquisa ainda está em fase de gestação. Uma das maiores dificuldades que tenho enfrentado tem sido o acesso a trabalhos sobre o assunto, assim como uma tendência a falta de reconhecimento de trabalhos que utilizem a obra de Tolkien para estudo acadêmico. Porém, acredito que seu sucesso com o grande público e a sua representação do medievo o faz um objeto de estudo válido. Como afirmou Lenita Maria Rimoli Esteves, professora do departamento de linguística da Universidade de São Paulo (USP) e tradutora da obra de Tolkien no Brasil, em entrevista a revista Brathair, quando perguntada sobre o que achava desta tendência de desconsideração dos trabalhos acadêmicos acerca da literatura fantástica não só no Brasil, mas em todo o mundo:

> [...] Hoje em dia, é perfeitamente aceitável você fazer uma pesquisa sobre novelas, músicas bregas ou qualquer outra produção de nossa cultura, justamente porque qualquer objeto de uma cultura merece (e deveria) ser estudado. Aliás, acho que faz mais sentido estudar o que é consumido pelas massas do que pesquisar um escritor que é lido por meia dúzia de cultos especialistas. (2005, pg. 152)

Concluindo, considero que meu intuito a pesquisar tal temática está em consonância com toda uma nova tendência e preocupação da História como importante área do saber. Além disso, é uma pertinente possibilidade de empreender um estudo da maneira como o homem ocidental contemporâneo lida com um passado, aparentemente, tão distante e que desde o chamado renascimento tem sido legado apenas a um período intermediário entre a Antiguidade Clássica e a chamada modernidade.

Referências Bibliográficas:

ESTEVES, Lenita Maria Rimoli. Tolkien e a literatura Celto-Germânica. Entrevista realizada por CAMPOS, Luciana de; LANGER, Johnni. **Brathair - Revista de Estudos Celtas e Germânicos**, v. 5, n. 1, p. 151-154, 2005. Disponível em: http://dlm.fflch.usp.br/sites/dlm.fflch.usp.br/files/tolkien_e_a_literatura_celto.pdf

MACEDO, José Rivair. Introdução - Cinema e Idade Média: perspectivas de abordagem. In: _____; MONGELLI, Lênia Márcia. (Org.). **A Idade Média no cinema**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

MONTEIRO, Maria do Rosário. O Senhor dos anéis: Mitos, História e Fantasia**. Revista História**, ano XXIV, Série III, p. 53-55, jan. 2003. Disponível em: http://www.fcsh.unl.pt/docentes/rmonteiro/pdf/LOTR_rmonteiro.pdf

TOLKIEN, J.R.R. **O Hobbit**. 4ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. **O Senhor dos Anéis Vol. 01 – A Sociedade do Anel**. 3ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **O Senhor dos Anéis Vol. 02 – As Duas Torres**. 4ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **O Senhor dos Anéis Vol. 03 – O Retorno do Rei**. 3ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **O Silmarillion**. 4ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Referência virtual:

Tolkien e Idade média. Disponível em: http://www.valinor.com.br/7206/. Acesso em: 16 de janeiro de 2012.

EDUCAÇÃO E CULTURA: ASPECTOS DESENVOLVIDOS POR MADRE ALBERTINA BRASIL EM SERGIPE

Autora: Ana Paula Soares Lima
Graduanda em Pedagogia – UFS
Membro do GREPHES (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História do Ensino Superior) - UFS
livrelima@yahoo.com.br

Orientadora: Profª Drª Josefa Eliana Souza (DED-UFS)
elianasergipe@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Podemos perceber a educação como um dos pilares mais importantes para o desenvolvimento de um ser humano em sociedade. Educar não se restringe ao ato de ler e escrever, mas a capacidade de pensar, de perceber o seu lugar no mundo, podendo contestar algo que não lhe agrade. Uma pessoa que não tem acesso ao conhecimento certamente não conseguirá desenvolver todas as suas capacidades tornando-se refém do pensamento do outro, da sociedade que a envolve.

Meu envolvimento com a História da Educação aconteceu de fato no ano de 2010, mais precisamente em maio do decorrente ano, quando fui selecionada para participar do grupo de pesquisa História e Memória da Universidade Federal de Sergipe sob a coordenação da Professora Drª Josefa Eliana Souza, o grupo em questão tinha o objetivo de pesquisar sobre a história da Universidade Federal de Sergipe mostrando as transformações ao longo dos anos. Esse período foi extremamente rico para mim, pois pude analisar a constituição da educação em Sergipe, mais precisamente o processo de formação do Ensino Superior público no Estado partindo de Faculdades Isoladas a idealização e implantação da UFS.

Nesse espaço de tempo me deparei com uma grande diversidade de materiais a cerca da história da instituição, dentre eles o objeto de minha pesquisa Madre Albertina Brasil Santos, diretora – fundadora da Escola de Serviço Social de Sergipe e que contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento da extensão universitária da UFS. Nascida na cidade de Pouso Alegre em Minas Gerais no dia 19 de novembro de 1925, Albertina Brasil Santos, primeira filha de uma família que tinha como marca a extrema religiosidade. Possuía dois irmãos, Zilá Santos Sarmento e Odilon Pacheco Santos, já falecido. Albertina ingressa para a Congregação Missionárias de Jesus

Crucificado aos 20 anos. Nessa cidade teve a formação de Assistente Social pela Escola de Serviço Social de Campinas.

> Como se pesquisa a vida de um indivíduo? Por intermédio das "vozes" que nos chegam do passado, dos fragmentos de sua existência que ficaram registrados, ou seja, por meio das chamadas fontes documentais. Como "sem documentos não há História", os vestígios que encontramos em boa medida condicionam nossa ambição de investigação (BORGES, 2010, p. 212).

Por meio dessas "vozes" posso dizer que o objetivo desse artigo é analisar a trajetória de Madre Albertina Brasil no desenvolvimento de seus projetos dentro e fora do estado de Sergipe dando ênfase a grande contribuição que a mesma deu a história da UFS. Como metodologia, sendo esta uma pesquisa de cunho histórico, teve como base a análise de livros, monografias, relatórios, atas, fotografias e entrevistas.

1 – O SERVIÇO SOCIAL SEGUNDO OS TEÓRICOS

Como meu objeto relacionava-se com a história do curso de Serviço Social busquei algumas leituras que pudessem elucidar esse universo. Vieira (1989) relaciona a história do Serviço Social a uma prestação de auxílio, ajuda que sempre existiu relacionando – se ora com a filantropia, caridade ou ajuda ao próximo. A utilização desse auxílio ocorreu de forma mais significativa com o advento do capitalismo ocasionando a divisão de classes (burguesia e proletariado), fato que foi agravado pela Revolução Industrial que contribuiu significativamente para o empobrecimento da população que, por meio da Assistência Social pode oferecer melhores condições para sua sobrevivência. Segundo Martinelli (1997) o Serviço Social como profissão foi legitimado e reconhecido socialmente com a consolidação da sociedade capitalista surgindo como fruto da união de interesses da burguesia, igreja e do Estado.

> Definir o Serviço Social é difícil, uma definição é essencialmente estática, enquanto o Serviço Social é, por sua própria natureza, dinâmico. A palavra "serviço", do latim "servitium", "servire", tem seu sentido de "ser escravo", dependente de alguém, na linguagem moderna designa uma atividade feita para outrem. A palavra "social" vem de "sociedade" e seria assim "social" tudo o que se relacionasse com a sociedade a qual por sua vez pode ser definida como união durável, em vista de um fim comum. Num sentido muito amplo, portanto, podem ser considerados como "Serviço Social" ou "serviços sociais" os recursos postos à disposição dos membros da sociedade, seja por particulares ou pelo governo, para prevenir flagelos, melhorar condições de vida, efetuar o nível de existência (VIEIRA, 1969, p.32).

As primeiras escolas de Serviço Social criadas no Brasil foram à de São Paulo, em 1936 e a do Rio de Janeiro, em 1937. Em Sergipe teve seu surgimento na década de 1950, com uma sociedade em transformação marcada pelo desenvolvimento da industrialização e o crescente desemprego. A igreja católica e a burguesia local foram os responsáveis pela sua implantação. Nesse cenário insere - se Madre Albertina Brasil e com base nessas informações pude delinear seus primeiros passos.

1.1 – O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL EM SERGIPE

A Escola de Serviço Social de Sergipe surgiu no ano de 1954, mais precisamente no dia 27 de março, dia de sua aula inaugural. Madre Albertina Brasil (na época Irmã) veio para o Estado juntamente com as Irmãs Judith Junqueira Villela e Maria de Lourdes Mafra com o objetivo de implantação da mesma. As Irmãs pertenciam a congregação Missionárias de Jesus Crucificado, que tinha como sede a cidade de São Paulo e são consideradas peças fundamentais na consolidação da Escola de Serviço Social no Estado.

> As irmãs missionárias de Jesus Crucificado constituem-se os principais sujeitos sociais responsáveis pela implantação da Escola de Serviço Social, pela sua consolidação e pelo seu reconhecimento social na sociedade sergipana (SANTOS, 1998, p. 33).

A implantação da Escola no Estado veio por influência da igreja católica, por intermédio do Bispo D. Fernando Gomes, com o objetivo de que os assistentes sociais divulgassem valores ideológicos para amenizar os conflitos sociais por quais Sergipe passava na década de 50, época marcada pelo início da industrialização e o crescente desemprego ocasionando o aumento da desigualdade.

> A presença do ideário da Igreja Católica perpassou a formação profissional do assistente social, no Brasil e em Sergipe, durante esse período. A intervenção do assistente social tinha por base, prioritariamente os ensinamentos oriundos da doutrina cristã. A visão humanista impedia de visualizar qualquer sinal de conflito social advindo da luta de classes, da contradição entre capital e trabalho. A harmonia, a integração, a solidariedade constituíam – se em valores clássicos que direcionavam a ação do profissional (GONÇALVES, 2004, p. 46)

O prédio no qual a futura Escola funcionaria foi doado pelo governador Arnaldo Rollemberg Garcez (1951 – 1955) que ficava localizado na rua Estância nº 228. Madre Albertina Brasil chega em Sergipe no dia 12 de março de 1954. No dia seguinte ocorreu o vestibular selecionando 20 alunas que compuseram a primeira turma de Serviço Social: Antônia Eduvalina Nascimento, Aidê Matos de Oliveira, Carmélia Freire Menezes, Everilda Mandarino dos Reis, Guiomar Lima Azevedo, Ilnah Moreira Mendonça, Lucia Teles da Silva, Irmã Maria Alzira S. Câmara, Maria Bárbara, Maria Celeste A. Garcez, Maria Lúcia de A. Almeida, Maria das Graças Ferreira, Maria Luiza Pontes, Maria das Mercez de L. Gomes, Maria Valdira Leite, Núbia Marques de Azevedo, Ruth Alves de Barros, Ruth de Menezes Santos, Wanda Laura Leite, Lêda A. Diniz Gonçalves.

A frente da Escola de Serviço Social, Madre Albertina Brasil promove diversas conferências com o objetivo de levar informação aos seus alunos e a comunidade, já que as mesmas eram abertas ao público. Outro destaque foi à grande dificuldade em manter as finanças da Escola. Mesmo sendo uma Faculdade particular, o valor cobrado aos alunos era considerado muito baixo e por isso não havendo nem mesmo condições para o pagamento dos professores. Em seu texto Rosa et al.(1997) relata as dificuldades financeiras por qual a Escola passava e como sua diretora tentava buscar caminhos para sanar problemas.

> A Escola passava por momentos de crise financeira, agravando inclusive a remuneração dos professores. Em alguns momentos a Diretora viajava ao Rio para pedir verbas aos Deputados Sergipanos. Promovia festas e cursos extracurriculares este além de contribuir na capacitação do aluno, também influenciava na questão financeira (ROSA, et al., 1997, p. 72).

Gizelda Morais (2008) traz em seu livro, Dom Luciano José Cabral Duarte – Relato Biográfico, a biografia desta figura tão influente dentro e fora da igreja católica de Sergipe. A igreja católica que teve papel importante no desenvolvimento do Ensino Superior com a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FAFI), tendo como diretor D. Luciano José Cabral Duarte, pessoa que também contribuiu com a Madre Albertina Brasil, na qual ela revela as dificuldades que enfrentou a frente da direção da Escola de Serviço Social.

Madre Albertina Brasil tem dois momentos na direção da Escola de Serviço Social, primeiro de 1954 a 1959 e o segundo de 1967 a 1969. Nesse segundo momento destaco a instalação da Universidade Federal de Sergipe em 30 de abril de 1968, sendo a

solenidade de instalação em 15 de maio de 1968, antes da instalação da UFS o que existiam eram escolas de ensino superior isoladas como a Faculdade de Ciências Econômicas e a Escola de Química criadas no ano 1948; em 1951 surge a Faculdade de Direito e a Faculdade de Filosofia, em 1954 a de Serviço Social e em 1961 instalou-se a Faculdade de Ciências Médicas. Para o cargo de primeiro reitor da UFS o nome escolhido foi o do Prof. João Cardoso do Nascimento Júnior (1968 – 1972).

2 – MADRE ALBERTINA BRASIL E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Nessa nova etapa do Ensino Superior em Sergipe, Madre Albertina Brasil fica a frente da direção da Escola até o ano de 1969. Na Universidade recém – criada ela passa a desenvolver projetos relacionados com a extensão, pois ela acreditava que "a extensão era o elemento integrador do tripé existencial da nossa sociedade: Universidade – Governo – Povo" (Gazeta de Sergipe, 28 de dezembro de 1977, p. 3, ano XXI, nº 5.914).

Outro fato que merece destaque é o afastamento de Madre Albertina Brasil de sua congregação passando a ser conhecida como professora Albertina Brasil. O primeiro projeto que a professora Albertina Brasil desenvolve nessa nova etapa é o Centro de Extensão Cultural e Atuação Comunitária (CECAC). Esse órgão marca o nascimento da extensão na UFS, tendo sido instalado no dia 14 de agosto de 1971 pelo reitor João Cardoso do Nascimento Júnior, tendo como finalidade a difusão da cultura, dos conhecimentos técnicos e científicos por meio de estágios que envolviam alunos de diversas áreas o que permitia o primeiro contato desses com a prática.

No ano de 1972, em comemoração ao Sesquicentenário da Independência do Brasil e como forma de inserir a recém – criada Universidade nos festejos surge o Festival de Arte de São Cristóvão (FASC). Professora Albertina Brasil é encarregada pelo reitor João Cardoso do Nascimento Júnior como a presidente da comissão central de organização e execução das comemorações. O FASC ocorreu nos dias 1 a 3 de setembro de 1972, tendo tido um grande êxito para as manifestações culturais do Estado. "De fato, a partir do FASC, o ambiente cultural sergipano desenvolveu – se sensivelmente" (ALVES, 2008, p. 11).

Com o grande sucesso do Festival as manifestações culturais na UFS passaram a ter uma crescente, dando origem no ano de 1974 a Coordenação de Cultura e Arte (CULTART) que mais uma vez teve a professora Albertina Brasil como coordenadora, sendo encarregada agora pelo reitor Luiz Bispo (1972 – 1976) para estruturar o

Departamento Cultural e Artístico da UFS. Programas relacionados a cultura que antes não eram vinculadas a nenhum órgão, agora vinculavam – se ao CULTART.

Esse aluno envolvido com a cultura passaria a ser remunerado por meio do projeto Bolsa Trabalho/Arte. Esse programa foi criado pelo Ministério da Educação (MEC) juntamente com o programa dos Departamentos de Assistência ao Estudante (DAE) e de Assuntos Culturais (DAC). A professora Albertina Brasil foi encarregada pelo reitor José Aloísio de Campos (1976 – 1980) como presidente da Comissão encarregada do planejamento, execução e supervisão do programa Bolsa Trabalho/Arte da UFS, pois como não existia nenhum curso relacionado à arte na instituição a responsabilidade de execução ficava a cargo da CULTART. O projeto foi assinado no dia 21 de maio de 1976 na cidade do Rio de Janeiro, sendo destinado prioritariamente a alunos do curso de Arte ou que manifestassem tendências artísticas.

> Coube a Universidade Federal de Sergipe através da CULTART, vez que não possue escolas ou institutos de artes, administrar o funcionamento do presente Programa colocando à disposição dos bolsistas seus recursos humanos, instalações e demais recursos instrumentais de trabalho (Relatório – Coordenação Cultura e Arte, 1976, p.17. Arquivo Central da UFS).

As áreas de concentração do projeto eram o teatro, a música e o cinema. O plano de aplicação do programa Bolsa Trabalho/Arte contou com a participação da professora Aglaé D'Ávila Fontes de Alencar, professor Clodoaldo de Alencar Filho, professora Maria Olga de Andrade, da professora Albertina Brasil e de dois representantes do diretório central dos estudantes. O MEC fornecia ajuda de custo e a UFS daria condições de local, montagem, apoio e material necessário ao bom desenvolvimento. Mais um grande movimento que contribuiu para a expansão da extensão universitária.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de minhas pesquisas pude compreender a real importância de Madre Albertina Brasil dando grande contribuição ao desenvolvimento da educação em Sergipe com a instituição da Escola de Serviço Social no Estado, já a partir da criação da UFS, a agora professora Albertina Brasil destaca – se nos projetos relacionados a extensão universitária como o CECAC, FASC, CULTART e o Bolsa Trabalho/Arte, projetos que contribuíram de forma decisiva para o cenário da extensão universitária atual, sendo uma pessoa de grande influência trabalhando com diversas reitores e

sempre mantendo – se em cargos de liderança dentro da instituição superando as limitações existentes na época para alcançar seus objetivos.

REFERÊNCIAS

ALVES, João Oliva. O Festival de São Cristóvão e seus cartazes. In: OLIVA, Terezinha Alves de. CABRAL, Otávio Luiz. SOARES, Rosane Bezerra. **Uma história em cartaz FASC.** Festival de Arte de São Cristóvão. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. Trajetória do Curso de Serviço Social em Sergipe: 1954 – 1982. In: **Jubileu de Ouro do Curso de Serviço Social**. Serviço Social/ (publicação do) Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe. Vol. 1, n.1. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2004.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social:** identidade e alienação. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MORAIS, Gizelda. **Dom Luciano José Cabral Duarte:** Relato Biográfico. Aracaju – SE: J. Andrade, 2008.

ROSA, Lenice S. Oliveira. SANTANA, Verônica de Carvalho. MOTA, Umbelina de Lima. CORREA, Sydna Santos. OLIVEIRA, Elma Gomes de. **Reconstrução Histórica da Escola de Serviço Social de Sergipe na Década de 50.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Aracaju, Sergipe, 1997.

VIEIRA, Ottoni Balbina. **História do Serviço Social:** Contribuição para a construção de sua teoria. 5 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

Relatório – Coordenação de Cultura e Arte da UFS, 1976, p. 14. Arquivo Central da UFS

Gazeta de Sergipe, 28 de dezembro de 1977, p. 3. Ano XVII, nº 5.914. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS)